

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA ESQUERDA URUGUAIA: 1964-2004

José Pedro Cabrera Cabral

São Leopoldo (RS), junho de 2006

JOSÉ PEDRO CABRERA CABRAL**TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA ESQUERDA URUGUAIA: 1964-2004**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação do professor Doutor Werner Altmann.

C117t Cabral, José Pedro Cabrera

Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia :
1964-2004 / José Pedro Cabrera Cabral; orientação
Werner Altmann. – São Leopoldo : [s.n.], 2006.
409 f.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos,
2006

1. Uruguai – Trajetória política-ideológica.
2. Uruguai – Aspectos políticos – História.
3. Esquerda eleitoral – Uruguai.
4. Esquerda progressista - Uruguai.
5. História - Uruguai. I. Altmann, Werner. II. Título

CDD – 989.5

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo geral a análise da trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia no período de 1964 a 2004. Com o mesmo, pretende-se interpretar o desenvolvimento das organizações políticas que compõem a esquerda no país, desde a perspectiva de suas concepções ideológicas e de suas estruturas programáticas, vista a atual e complexa evolução destas que, a partir de uma série de processos nos últimos quarenta anos, levou a esquerda uruguaia ao Governo nacional, em 2005. A partir do objetivo, surgiram algumas perguntas essenciais: por um lado, como se efetivou o processo de transição de uma esquerda tradicional para a esquerda progressista? Por outro lado, quais foram as mudanças e suas significações no campo político-ideológico dentro das organizações da esquerda uruguaia? Conjuntamente com estas duas perguntas, abriu-se uma ampla gama de temáticas delas desdobradas e que perfazem a essência do estudo. Como a esquerda tradicional, que essencialmente caracterizou-se por uma crítica radical e por um significativo desprezo às instituições democrático-liberais, chegou a se constituir na primeira força política eleitoral uruguaia e conquistar o Governo, em 2004? Por outro lado, como se posicionou a esquerda em relação aos novos paradigmas apresentados pelo neoliberalismo e pela globalização? Para a realização do estudo, optou-se por selecionar as fontes documentais inerentes às organizações políticas que compõem a esquerda uruguaia. Desta forma, priorizou-se as declarações programáticas e estatutárias, as resoluções de congressos e as manifestações oficiais das organizações. Também foram analisadas as manifestações dos diversos dirigentes, na imprensa especializada, tomando, assim, declarações, artigos e entrevistas realizados em semanários que veicularam as propostas e discussões em questão. Tomamos como base de análise as perspectivas da história política e da história das idéias latino-americanas. Esta corrente historiográfica influenciou inúmeros intelectuais no *Rio de la Plata*, com a proposta de trabalhar a história das idéias como uma necessidade efetiva para a construção da identidade latino-americana. Os resultados obtidos evidenciaram uma série de processos político-ideológicos na esquerda uruguaia que a levaram, gradativamente, à incorporação dos paradigmas globalizantes, como também a um abandono das concepções e bandeiras da esquerda tradicional. Desta forma, as críticas à democracia liberal transformaram-se em valor substancial para poder chegar ao Governo nacional, em 2005.

Palavras-chave: Trajetória político-ideológica, esquerda eleitoral, esquerda progressista.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo general el análisis de la trayectoria política ideológica de la izquierda uruguaya en el período de 1964 a 2004. Con el mismo, se pretende interpretar el desarrollo de las organizaciones políticas que componen la izquierda en el país, desde la perspectiva de sus concepciones ideológicas y de sus estructuras programáticas en virtud de la actual y compleja evolución de las mismas que, a partir de una serie de procesos ocurridos en los últimos cuarenta años, llevó a la izquierda uruguaya al gobierno nacional en 2005. Partiendo del objetivo surgieron algunos interrogantes esenciales: por un lado, ¿cómo se efectivizó el proceso de transición de una izquierda tradicional para la izquierda progresista? Por otro lado, ¿cuáles fueron los cambios y sus significaciones en el campo político ideológico dentro de las organizaciones de la izquierda uruguaya? Conjuntamente con estas dos preguntas, se abrió una amplia gama a ellas relacionadas y que constituyen la esencia del estudio. ¿Cómo la izquierda tradicional, que esencialmente se caracterizó por una crítica radical y por un significativo desprecio de las instituciones democráticas liberales, llegó a constituirse en la primer fuerza política electoral uruguaya y conquistó el gobierno en 2004? Por otro lado, ¿Cómo se posicionó la izquierda en relación a los nuevos paradigmas oriundos del neoliberalismo y la globalización? Para la realización del estudio, se optó por la selección de fuentes documentales de las organizaciones políticas que componen la izquierda uruguaya. De esta forma, se priorizaron las declaraciones de principios, programáticas y estatutarias, así como las resoluciones de congresos y las manifestaciones oficiales de las respectivas organizaciones. También fueron analizadas las manifestaciones de diversos dirigentes, en la prensa especializada. Tomamos como base de análisis las perspectivas de la Historia Política y de la Historia de la Ideas en América Latina. Esta corriente historiográfica influenció innúmeros intelectuales en el Río de la Plata, con la propuesta de trabajar la historia de las ideas como una necesidad efectiva para la construcción de las identidades latinoamericanas. Los resultados obtenidos evidenciaron una serie de procesos político ideológicos en la izquierda uruguaya que la fueron llevando, paulatinamente, a la incorporación de los paradigmas globalizadores, con también a abandonar las concepciones y consignas de la izquierda tradicional. De esta forma, las críticas a la democracia liberal se transformaron en valor substancial de esa izquierda para poder llegar al gobierno nacional en 2005.

Palabras Llave: Trayectoria político ideológica, izquierda electoral, izquierda progresista.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Composição dos setores <i>Batllistas</i> dentro do Partido Colorado 1950-1970.....	42
Quadro 2. Composição dos setores dentro do Partido Nacional 1950-1970.....	43
Quadro 3. Composição da Frente Ampla segundo suas origens ideológicas setoriais nas eleições nacionais de 2004.....	334
Quadro 4. Composição do Encontro Progressista segundo as suas origens ideológicas setoriais nas eleições nacionais de 2004.....	335

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Salários mensais das correspondentes categorias 1968-1973.....	114
Tabela 2. Evolução da Dívida Externa Uruguia: 1966-1990.....	158
Tabela 3. Distribuição ideológica do eleitorado segundo posicionamento de setores pelos quais votou – Eleições Nacionais – 1942-1994. Percentuais do total de votos válidos.....	213
Tabela 4. Incidência da Pobreza Extrema no Uruguai – 1999-2003.....	267
Tabela 5. Pesquisa de opinião pública: percentuais de confiabilidade segundo manifestações de confiança da população 1997- 2003.....	285
Tabela 6. Distribuição eleitoral por blocos setoriais em eleições nacionais 1971-1999, percentuais.....	291
Tabela 7. Número absoluto de habilitados para votar por anos de eleições nacionais e percentual de votos válidos da Frente Ampla, totais nacionais 1971-2004.....	308
Tabela 8. Eleições Nacionais: percentuais sobre votos válidos em todo o país, 1971-2004 - Partido Nacional e Partido Colorado.....	309
Tabela 9. Votos da Frente Ampla – Distribuição por setores (percentuais). Eleições nacionais, primárias e internas 1997- 2004. Votos dos cinco principais setores.	312

LISTA DE SIGLAS

Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Alas – Congresso Latino-Americano de Sociologia.

Ascep – Associação Social e Cultura do Ensino Público.

Aebu – Associação de Empregados bancários do Uruguai

ASU – Ação Sindical uruguaia.

AP – Aliança Progressista.

ALU – Agrupação Libertária Uruguaia.

AU – Assembléia Uruguai.

Cats – Comitês de Apoio aos Tuapamaros.

Cepal – Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina.

Cgtu – Confederação Geral do Trabalho do Uruguai.

CF – Corrente Frenteamplista.

CI – Corrente de Esquerda.

Cies – Conselho Inter-Americano Econômico e Social.

CIP – Comissão Integrada de Programas (órgão do Encontro Progressista)

Claeh – Centro Latino-Americano de Economia Humana.

Claes – Cento Latino-Americano de Economia Social.

CNT – Convenção Nacional de Trabalhadores.

Confa – Confluência Frenteamplista.

Conicyt – Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas.

CP – Corrente Popular.

CSU – Central Sindical do Uruguai.

CTU – Central dos Trabalhadores do Uruguai.

DSN – Doutrina da Segurança Nacional.

EP – Encontro Progressista.

Foru – Federação Regional Operária Uruguaia.

FA – Frente Ampla.

FAU – Federação Anarquista do Uruguai.

Feeu – Federação de Estudantes Universitários.
FG – Frente Grande.
Fidel – Frente Esquerda de Libertação.
FMI – Fundo Monetário Internacional.
FNI – Fundo Nacional de Investigadores.
GAU – Grupos de Ação Unificadora.
IDI – Esquerda Democrática independente.
JUP – Juventude Unida de Pé.
LL – Luta Libertária.
MAC – Movimento de Apoio Campesino.
MIR – Movimento de Esquerda Revolucionário.
MLN – Movimento de Libertação Nacional.
MNR – Movimento Nacional de Rocha.
MPP – Movimento de Participação Popular.
MRO – Movimento Revolucionário Oriental.
MS – Movimento Socialista.
MTP – Movimento Todos pela Pátria.
NE – Novo Espaço.
NM – Novas Maiorias.
OEA – Organização dos Estados Americanos.
Olas – Organização Latino-Americana de Solidariedade.
ONG – Organizações Não Governamentais.
OPR – Organização Popular Revolucionária.
PBI – Produto Bruto Interno.
PC – Partido Comunista.
PCR – Partido Comunista Revolucionário.
PDC – Partido Democrata Cristão.
PGP – Partido pelo Governo do Povo.
PIT – Plenário Inter-Sindical de Trabalhadores.
POR – Partido Operário Revolucionário.
PS – Partido Socialista.

PST – Partido Socialista dos Trabalhadores.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PVP – Partido pela Vitória do Povo.

ROE – Resistência Operária Estudantil.

Serpaj- Serviço de Paz e Justiça.

UGT – União Geral de Trabalhadores.

USU – União Sindical Uruguaia.

Utaa – União dos Trabalhadores Açucareiros de Artigas.

Urss – União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.

VA – Vertente Artiguista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: O URUGUAI SESENTISTA: A ESQUERDA E O MLN – TUPAMAROS - 1962 – 1973.....	32
1. O URUGUAI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: os antecedentes.....	32
2. O PENSAMENTO SESENTISTA: AS ORGANIZAÇÕES POPULARES E OS INTELLECTUAIS.....	52
3. AS MUDANÇAS NA ESQUERDA CLÁSSICA E O CONTEXTO DA OLAS.....	66
4. AS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS: TUPAMAROS E FAU.....	77
5. AS DISCUSSÕES SOBRE A TEORIA DO FOCO.....	98
6. AS DISCUSSÕES SOBRE A “GUERRA JUSTA” E O TIPO DE DEMOCRACIA EXISTENTE NO PERÍODO.....	112
7. A ESQUERDA LEGAL (1971) ATÉ O GOLPE CÍVIL-MILITAR (1973).....	126
CAPÍTULO II: OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DA ESQUERDA URUGUAIA: ENTRE A DITADURA E A RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA 1973 – 1994.....	142
1. DA RESISTÊNCIA A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR.....	142
2. A RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA: A CAMINHO DA DEMOCRACIA TUTELADA.....	160
3. A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA CLÁSSICA: OS PARTIDOS SOCIALISTA E COMUNISTA.....	183
4. O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL – TUPAMAROS A PARTIR DE 1985.....	193
5. A FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA – FAU – APÓS 1985.....	206
6. AS BASES DA TRANSIÇÃO: SOCIALISMO E DEMOCRACIA NA ESQUERDA URUGUAIA (1984-1993).....	211

CAPÍTULO III: A ESQUERDA PROGRESSISTA 1994-2004.....	245
1. GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E AS NOVAS TEMÁTICAS DA ESQUERDA PROGRESSISTA.....	245
2. DA CRISE DA INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA E DO SISTEMA DE PARTIDOS ATÉ OS EFEITOS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1999.....	283
3. A ESQUERDA PROGRESSISTA (1994-2004).....	306
4. O MLN – TUPAMAROS E O MPP NO PERÍODO PROGRESSISTA.....	336
CONCLUSÕES.....	355
REFERÊNCIAS.....	376

INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais introduzidas no Cone Sul a partir do final da década de 1970, com apoio e ampla disseminação das mesmas pelas ditaduras civil-militares de turno, contribuíram com o desenvolvimento do capital especulativo e do crescimento do mercado, em detrimento do desenvolvimento social, trazendo um amplo processo de exclusão social e um aumento substancial das desigualdades econômicas e sociais. O discurso globalizador pregou os amplos “benefícios” da globalização para os povos do Terceiro Mundo, onde as oportunidades se “ofereceriam para todos”.

O cenário político no Cone Sul está atravessando um processo de mudanças desde o final do século XX. Uma das características que o novo cenário apresenta é o surgimento da “esquerda” como governo e como aglutinador de grandes contingentes eleitorais. A promessa de um modelo alternativo aos governos representantes dos setores classicamente dominantes, e nas últimas décadas também aliados do neoliberalismo e do modelo globalizador, constituiu-se numa esperança de construção de um modelo diferenciado para a região.

Essa promessa “alternativa” apresentava como base as tradições de uma esquerda que se caracterizou historicamente, com maior força na década de 1960, como a representante dos setores menos favorecidos da população e, portanto, associada com propostas e programas de intenso conteúdo popular. Sem dúvida, esta esquerda não é mais a mesma: nem na sua forma, nem na sua essência. O característico elemento diferenciador desta nova esquerda, em relação à tradicional, é o abandono da luta pela construção do socialismo e, com ele, de todo o referencial marxista.

No caso particular do Uruguai, esse processo de mudanças de paradigmas teve seu início na década de 1980 e, posteriormente, na década de 1990, consolidou-se de forma irreversível. Passou-se de uma esquerda (dos anos 1960-70) que reivindicava as clássicas bandeiras da esquerda tradicional, moldadas nas concepções anarquistas e marxistas desde o fim do século XIX, para um período de transição que teve seu marco no pós-ditadura (1984-1994) e no qual consolidou-se a reconstrução democrática no

país. Nesse processo de transição aconteceram várias discussões que foram levando a esquerda eleitoral uruguaia, de forma gradativa, para a absorção dos paradigmas social-democratas e a defesa da democracia liberal.

Conjuntamente com esse processo, houve também uma apropriação, por parte da esquerda eleitoral, do discurso dominante e, como consequência, uma necessidade de adaptação ao novo “cenário” que se apresentava conduzido pela mão do neoliberalismo e do processo de globalização. Estes dois últimos vistos como irreversíveis e apresentando uma peculiar particularidade: por um lado, o neoliberalismo era condenado e, supostamente, deveria ser enfrentado; por outro lado, a globalização era algo desassociado do neoliberalismo, e não podia ser combatido, mas sim se devia pensar na adaptação às mudanças e em como “administrar” essa situação.

Na década de 1990, a esquerda uruguaia passou por uma fase de consolidação dessas políticas social-democratas, a que se denominou de progressismo. A partir da segunda metade da década de 1990, a esquerda uruguaia se autodenominou esquerda “progressista”. Esse progressismo foi o que ganhou as eleições nacionais de 2004, levando, pela primeira vez no país, a esquerda ao Governo da República. Essa nova força política conquistou a vitória eleitoral a partir de um complexo, mas substancial, processo de modificações na sua estrutura político-ideológica.

A necessidade de se aprofundar o estudo dessas mudanças político-ideológicas da esquerda uruguaia condiz com a atualidade de um processo de “renovação” pelo qual vários governos latino-americanos vêm transitando. Desta maneira, objetiva-se contribuir, a partir desta análise, com uma visão crítica das transformações que a esquerda latino-americana, e a uruguaia em particular, vem realizando e que ofereça alguns elementos para o início de um debate crítico dessa realidade.

O presente estudo tem por objetivo geral a análise da trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia no período de 1964 a 2004. Com o mesmo, pretende-se interpretar o desenvolvimento das organizações políticas que compõem a esquerda no país, desde a perspectiva de suas concepções ideológicas e de suas estruturas programáticas, vista a atual e complexa evolução destas que, a partir de uma série de processos nos últimos quarenta anos, levou a esquerda uruguaia ao Governo nacional em 2005.

Como objetivos específicos, o estudo propõe as seguintes questões:

- a) Caracterizar os diferentes períodos da esquerda uruguaia a partir de suas propostas programáticas;
- b) Identificar e analisar as correntes de pensamento político-ideológicas na esquerda uruguaia em relação a suas estruturas organizacionais;
- c) Analisar o progresso do crescimento eleitoral da coalizão Frente Ampla, desde sua fundação em 1971 até sua vitória eleitoral em 2004;
- d) Identificar as propostas da esquerda nos diversos períodos de mudanças político-ideológicas no país, a partir do novo paradigma globalizador;
- e) Confrontar os paradigmas da esquerda tradicional com os paradigmas da esquerda progressista.

Obviamente, estes objetivos específicos desdobram-se em perguntas de pesquisa, no sentido de dar conta do objetivo geral. Para tal, partiu-se dos pressupostos de que:

- a) a caracterização dos diversos períodos, a partir das propostas programáticas das organizações que integram a esquerda uruguaia, possibilitou a realização de uma análise em contextos históricos que marcaram os processos de mudanças da esquerda no país. Desta forma, chegou-se a uma categorização que demarcou três períodos diferenciados: 1) o período *sesentista*, ou da esquerda tradicional (1964 a 1984); 2) o período da esquerda em transição (1984-1994); e 3) o período da esquerda progressista (1994-2004);
- b) as diversas correntes do pensamento político-ideológico mudaram, nos períodos anteriormente identificados, em relação a suas estruturas internas organizacionais e em relação com suas políticas de alianças com outras organizações, fundamentalmente da esquerda nucleada na Frente Ampla;
- c) o crescimento eleitoral da Frente Ampla possibilitou-se a partir de um processo de “virada ao centro” no espectro político nacional, em virtude de uma “atualização ideológica” que teve seu início no período progressista, em 1996;

- d) as mudanças acontecidas no seio da Frente Ampla refletiram a presença de um processo de “absorção” dos novos paradigmas globalizadores surgidos no início da década de 1980;
- e) partiu-se do pressuposto de que os paradigmas da esquerda tradicional confrontaram-se, na sua essência e na sua forma, com os paradigmas da nova esquerda autodenominada progressista, modificando, assim, todo o discurso político-ideológico e a sua proposta programática a partir de um giro à direita, como elemento diferenciador e irreconciliável com a esquerda tradicional.

Estes pressupostos que nortearam as temáticas da pesquisa trouxeram, de forma permanente, algumas perguntas essenciais: por um lado, como se efetivou o processo de transição de uma esquerda tradicional para a esquerda progressista? Por outro lado, quais foram as mudanças e suas significações no campo político-ideológico dentro das organizações da esquerda uruguaia? Conjuntamente com estas duas perguntas, abriu-se uma ampla gama de temáticas delas desdobradas e que perfazem a essência do estudo.

Como a esquerda tradicional, que essencialmente caracterizou-se por uma crítica radical e por um significativo desprezo às instituições democrático-liberais, chegou a se constituir-se na primeira força política eleitoral uruguaia e conquistar o Governo em 2004, justamente a partir da defesa das instituições democrático-liberais? Por outro lado, como se posicionou a esquerda em relação aos novos paradigmas apresentados pelo neoliberalismo e pela globalização?

As análises já realizadas por outros autores abordaram aspectos pontuais como, por exemplo, a elaborada por Garcé e Jaffé (2004), que se situou no desenvolvimento eleitoral da Frente Ampla desde uma perspectiva do crescimento em termos quantitativos dos votantes; ou como a análise de Moreira (2004), que se examinou a ruptura com o bipartidarismo secular a partir da irrupção da coalizão como novo ator de significado substancial no cenário do sistema político nacional. Deve-se assinalar também a análise de Gatto (2004), a qual tomou como ponto de extrema significância, para explicar as transformações dentro do espectro ideológico da esquerda, principalmente a partir da década de 1980, a derrubada do sistema soviético ou do

socialismo “real”, visto, assim, como fator determinante das mudanças na esquerda uruguaia.

Consideramos que para a contribuição a uma análise de maior amplitude e que tenha como norteador a trajetória político-ideológica da esquerda nesses últimos 40 anos, devemos observar, em primeiro lugar, as variáveis e fenômenos próprios da esquerda nacional e da América Latina (como espaço regional); em segundo lugar, as questões inerentes à política internacional e às mudanças provocadas pela implosão do mundo “socialista”, assim como também a ascensão da social-democracia no mundo, principalmente a partir do final da década de 1970.

Em terceiro lugar, os diversos processos de crise econômica, política e institucional desencadeados pelos novos paradigmas do neoliberalismo e da globalização. Estes processos devem ser vistos como elementos fundantes de uma nova ordem mundial e direcionadores de políticas ideologicamente definidas para a América Latina, estabelecendo um novo sistema de dominação, que foi assimilado pela esquerda uruguaia no contexto de suas estruturas políticas, programáticas e discursivas, as quais provocaram mudanças no já complexo cenário interno da esquerda uruguaia.

E em quarto e último lugar, as batalhas ideológicas e programáticas acontecidas no interior dessa esquerda uruguaia – principalmente no seio da Frente Ampla –, onde o confronto aconteceu trazendo inúmeros fracionamentos e dissidências em quase todos os setores que compõem a coalizão, contribuindo para a formação de novos espaços políticos (dentro e fora da coalizão) que se constituiriam em fatores preponderantes para a ascensão desta ao primeiro lugar na contenda eleitoral de 2004 e sua posterior conquista do Governo nacional, em 2005.

Para a realização do estudo, optou-se por selecionar as fontes documentais inerentes às organizações políticas que compõem a esquerda uruguaia. Desta forma, priorizou-se as declarações programáticas e estatutárias, as resoluções de congressos e as manifestações oficiais das organizações, tanto as realizadas pelos correspondentes Comitês Centrais como as realizadas pelos seus dirigentes. Também foram analisadas as manifestações dos diversos dirigentes na imprensa especializada,

tomando, assim, declarações, artigos e entrevistas realizados em semanários que veicularam as propostas e discussões em questão.

Complementarmente, trabalhou-se com um vasto material bibliográfico que apresentou amplas e variadas concepções político-ideológicas do processo de atualização da esquerda nacional, onde se observaram algumas particularidades levantadas por outros autores, com as quais surgiu, no decorrer do trabalho, uma série de discrepâncias expostas no corpo do texto. Estas análises fundamentavam-se em posições partidárias e/ou setoriais elaboradas por intelectuais da esquerda; na oportunidade, principalmente de situações de crise como as que marcaram fracionamentos e dissidências.

A proposta metodológica teve por base investigar as mudanças político-ideológicas que se realizaram no interior das organizações da esquerda uruguaia, visando, como elementos-chave, às diferentes percepções ideológicas das mesmas, representadas e manifestadas nas suas propostas programáticas e nas suas estratégias políticas. Obviamente, cientes das limitações que o estudo da história recente nos impõem, mas, por sua vez, nos apresenta o desafio e a necessidade de analisar as mudanças no cenário político e ideológico que marcam a nossa atual realidade.

Tomamos como base de análise as perspectivas da história política e da história das idéias latino-americanas, inauguradas no Uruguai a partir da década de 1940 pela influência do filósofo mexicano Leopoldo Zea¹ e no Uruguai por Arturo Ardao. Esta corrente historiográfica influenciou inúmeros intelectuais no *Rio de la Plata*, com a proposta de trabalhar a história das idéias como uma necessidade efetiva para a construção da identidade latino-americana. A característica fundamental desta

¹ A corrente historiográfica em referência partiu de duas obras do mexicano Leopoldo Zea, *El Positivismo en México*, de 1943, e *Apogeo y decadencia del positivismo en México*, de 1944. Estas obras de Zea marcaram o caráter fundante de uma corrente historiográfica que influenciou toda América Latina. No Uruguai, o notório representante desta corrente foi Arturo Ardao, o qual retratou no seu livro *La Inteligencia Latinoamericana*, de 1996, a influência do pensamento de Zea. Esta corrente historiográfica, no Uruguai, teve a característica de ultrapassar as anteriores versões revisionistas e atender para a necessidade de uma profunda análise do pensamento filosófico e político da América Latina. Esta corrente influenciou, sobremaneira, a historiografia das décadas de 1960, possibilitando, conjuntamente com correntes oriundas do pensamento marxista, a articulação de ambas as correntes historiográficas que foram significativamente importantes na formação do pensamento *sesentista* uruguaio.

historiografia foi a de fazer surgir importantes expoentes da filosofia acadêmica latino-americana, assim como a de situar as idéias filosóficas num marco histórico.

Esta corrente historiográfica teve como elemento central a virtude de instaurar uma disciplina de forma institucionalizada, a partir da criação, no México, do Comitê de História das Idéias na América, presidido por Leopoldo Zea, que originalmente forneceu cobertura e aportes convergentes relativos aos diversos processos históricos e filosóficos nacionais. Mesmo que a condição filosófica do sujeito e do objeto da investigação tenha sido tratada por parte dos filósofos e historiadores de uma forma certamente não coincidente, as contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento de uma interpretação autóctone de América Latina.

Na década de 1970 registraram-se indicações que apontavam para as limitações não internacionais resultantes do ajuste da disciplina às investigações das idéias filosóficas. Foi postulada a necessidade de uma ampliação metodológica, por parte do argentino Arturo Andrés Roig², que implicava em superar os limites nacionais do fazer historiográfico. Também foi postulada a ampliação da noção de sujeito do pensamento filosófico (no sentido de ultrapassar os limites da filosofia universitária e das elites intelectuais), uma compreensão das estruturas que enquadravam as idéias e uma extensão de fontes documentais que excediam o estritamente filosófico em direção ao conteúdo ideológico de qualquer tipo de discurso.

Como salientou Acosta (1999), essas mudanças se direcionaram convergentemente, e não estritamente de forma coincidente, introduzindo inovações na prática da História das Idéias na América. Assim, desenvolveu-se a História das Ideologias, no final da década de 1970, na qual o “centro de gravitação historiográfico deslocou-se do nível das idéias filosóficas para a região jurídica-política do ideológico”³. Assim, essas inovações se articularam com as correntes historiográficas do marxismo (geralmente não ortodoxo) e constituíram as principais linhas de análise, da época, sobre o tema.

² Dentre suas obras, pode-se assinalar como de fundamental importância para esse marco historiográfico: *Los krausistas argentinos* (1969), *Filosofia, Universidad y Filósofos en América Latina* (1981) e *El pensamiento social de Juan Montalvo* (1984).

³ ACOSTA, Yamandú. Consideraciones sobre la historiografía de historia de las ideas en América Latina. In: **Cuadernos del CLAEH**. Montevideo: n.º. 83-84, 1999, p. 262.

Dessa corrente historiográfica, tomamos como base para nosso estudo dois elementos, a saber: em primeiro lugar, a história das idéias como elemento de análise das concepções ideológicas da esquerda uruguaia, no referido período, como parte da história das idéias da América Latina; e, por outro lado, uma das características desta corrente: a análise dos diversos processos ideológicos a partir de fontes documentais. Neste sentido, a obra de José Pedro Barrán constituiu-se num norteador para o desenvolvimento de uma pesquisa historiográfica a partir de documentos. O particular estilo de Barrán, fundamentalmente o esboçado em *Battle, los Estancieros y el Império Británico* (1979) e em *História Política e História Económica* (2002), foi referência para a análise das fontes documentais.

A histórica articulação da corrente historiográfica da história das idéias na América Latina com o marxismo nos permite associar, de forma dialética, o arcabouço metodológico deste estudo. Portanto, partiu-se do pressuposto que indicou um forte confronto ideológico na trajetória da esquerda uruguaia, principalmente entre o período da esquerda tradicional (1964-1984) e o período progressista (1994-2004), quando a partir de um processo de atualização ideológica (iniciado entre 1984 e 1994) que funcionou como antítese do processo de mudanças que alterou todo seu arcabouço ideológico e como síntese, a posterior formação da esquerda progressista.

As mudanças ideológicas na esquerda uruguaia apresentaram-se de forma gradativa, mas nem por isso deixaram de ser radicais. Da reivindicação de um processo de construção ao socialismo e crítica acirrada à democracia liberal, culminou-se invertendo essas categorias, ou seja, reivindicou-se (no progressismo) a democracia liberal e se abandonou a construção do socialismo. Isto, para a esquerda em geral e para a uruguaia em particular, representa o confronto dos contrários. Por esse motivo, considerou-se necessário conceituar o que para este trabalho se entende por ideologia.

A ideologia é uma forma específica do imaginário social: é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o surgir social, econômico e político, de tal forma que esse surgir, por ser forma imediata de um determinado processo histórico, é o disfarce ou a dissimulação do real. Uma das características fundamentais da ideologia consiste em mostrar as idéias de forma independente da

realidade histórico-social, de modo que estas idéias expliquem aquela realidade, sendo que, na verdade, é esta realidade que torna compreensíveis as idéias.

Essencialmente, a ideologia é uma estrutura de representações, normas e símbolos que nos leva a conhecer e interpretar a realidade, determinando, assim, a nossa visão de mundo e nosso agir. Estes conjuntos de idéias ou representações encobrem o modo real de como as relações sociais são produzidas, ocultando, desta forma, a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através desta lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante⁴.

Com base na obra de Marx (*A Ideologia Alemã*, 1999), podemos observar que, a partir do momento em que os homens tomam consciência do aparecer social, surge a ideologia, desde a divisão social do trabalho separando trabalhadores manuais e intelectuais (ou trabalhadores e pensadores). Assim, o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. A ideologia consiste na transformação das idéias da classe dominante para a sociedade como um todo, de tal forma que a classe que domina no plano material também domina no plano das idéias. Para entrar neste terreno, torna-se indispensável considerar o claro conceito de ideologia definido por Marilena Chauí: “A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem, aos membros da sociedade, o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem fazer e como devem fazer”⁵.

Essa estrutura de representações e de normas, à qual Chauí faz referência, é o campo da ideologia, no qual os sujeitos sociais e políticos explicam a origem e desenvolvimento da sociedade e do poder político. Segundo Chauí, estas explicações

⁴ CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo: 2ª. ed., Moderna, 1981, p. 3.

⁵ CHAUI, Marilena. **O Que é Ideologia**. São Paulo: 25ª. ed., Brasiliense, 1987, p. 113.

vão desde as formas “corretas” ou “verdadeiras” de conhecimento e de ação: justificam, através de idéias gerais, o Homem, a Pátria, o Progresso, a Família, a Ciência, o Estado, entre outras, e também explicam as formas reais da desigualdade, dos conflitos, da exploração e da dominação como sendo “naturais”, transformando-as em idéias universais e inevitáveis. Desta forma, a ideologia atua para fazer com que os homens creiam que existem determinadas “forças”, a natureza, Deus, o Estado, entre outras, aos quais é legítimo e inevitável se submeter.

A função específica do discurso ideológico é a de realizar a lógica do poder, fazendo com que as diferenças surjam como diversidades “naturais” das condições de vida de cada sujeito e, por sua vez, a aceitação de uma multiplicidade de instituições que unificam, em forma harmoniosa, o discurso da universalidade para ocultar as divisões, as diferenças e as contradições. Esta aparente universalidade do discurso tem por objetivo o ocultamento dos conflitos e a dissimulação (ou pelo menos a minimização) da dominação. Desta forma, o discurso ideológico atua através de uma construção imaginária (representações sociais) que permite aos sujeitos sociais e políticos um determinado campo de ação, orientado sempre por um constructo de representações coerentes para a explicação do real, dirigido por uma estrutura também coerente de normas e regras que orientam a prática. A ideologia é uma das formas da *práxis* social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, elabora, de forma abstrata, um sistema de idéias ou representações sobre a realidade.

Assim, a ideologia é dotada de força para manter-se e reproduzir-se, e esta força é oriunda da própria vida social e política da sociedade. A experiência imediata da vida social alimenta a força da ideologia. A produção e a distribuição destas idéias estão sob o controle da classe dominante que, através das instituições (escola, família, igrejas, meios de comunicação, entre outras), assegura a execução destas idéias e garante o sistema de dominação. O pensamento de Chauí tem Marx como base teórica, o que, sem dúvida, sendo o constructo de partida do pensamento da *práxis*, foi enriquecido com a contribuição de outros teóricos ao longo do processo de formação do pensamento marxista. Este processo, em permanente evolução, encontra-se revigorado a partir da contribuição de vários teóricos, como Antonio Gramsci e Karel Kosik, a partir

dos quais, conjuntamente com Marx, em especial na sua obra *A Ideologia Alemã*, tomamos as principais contribuições para a elaboração de nosso conceito de ideologia.

Segundo Marx, “indivíduos determinados que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas”. Desta forma, a produção de idéias e da consciência está diretamente interligada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. No livro “*A Ideologia Alemã*”, Marx aborda as representações a partir da “consciência”. Para ele, as idéias, os pensamentos e as representações são o conteúdo da consciência, que é determinada pela base material. Assim, para Marx, a estrutura social e o Estado se reproduzem de forma constante a partir do processo de vida de indivíduos determinados, mas não como aparece na imaginação, e sim como eles são realmente, de como atuam e se reproduzem materialmente. Portanto, tal como se desenvolvem suas atividades, sob determinadas situações, pressupostos e condições materiais que independem de sua vontade⁶.

Para este filósofo, representações como a moral, a religião e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que correspondem a elas, perdem toda aparência de autonomia. Elas não possuem história; são os homens que, através de seu desenvolvimento, de sua produção material e de seus intercâmbios materiais, transformam conjuntamente, na sua vida material, a realidade, o pensar e os produtos de seu pensar. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”⁷.

As idéias de classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante de nossa sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. Daí que as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção material estão submetidas às classes dominantes. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, colocadas como idéias gerais, comuns e universais de todos os membros da sociedade⁸.

Para Marx, os indivíduos que constituem a classe dominante possuem consciência e, por isso, são os produtores de idéias dominantes que determinam a produção e a distribuição de idéias que vão caracterizar e marcar toda uma época

⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: 11ª. ed., Hucitec, 1999, p. 36.

⁷ Idem, p. 37.

⁸ Idem, p. 72.

histórica. “Se, na concepção do decurso da história, separamos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e se as concebemos como autônomas, se nos limitarmos a dizer que em uma época estas ou aquelas idéias dominaram, sem nos preocuparmos com as condições de produção e com os produtores destas idéias, se, portanto, ignorarmos os indivíduos e as circunstâncias mundiais que são a base destas idéias, então podemos afirmar, por exemplo, que, na época em que a aristocracia dominou, os conceitos de honra, fidelidade, etc. dominaram, ao passo que na época da dominação da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade, etc.”⁹

O filósofo alemão afirma ainda, que por esse motivo, cada nova classe dominante, para alcançar os fins a que se propõe, apresenta seus interesses como sendo os interesses comuns de toda a sociedade e sustenta estes interesses através de suas idéias dominantes, como as idéias racionais e unicamente válidas universalmente. Em resumo, poderíamos dizer que, segundo o pensamento de Marx, o mundo das idéias expressa e reproduz as idéias dominantes, determinadas a partir das condições materiais de sua época histórica. Mas, a partir de Marx, uma das maiores contribuições ao pensamento marxista foi a de Antonio Gramsci, principalmente na abordagem pedagógica, histórica e cultural. Na sua obra, Gramsci aborda o campo das ideologias, fundamentalmente quando trata o tema do senso comum e do bom senso. A ótica tratada por Gramsci contribui significativamente com a teoria marxista sobre o campo das idéias.

Gramsci (1978) enfatiza a solidez das crenças das massas, detendo-se particularmente no caso da religião como um elemento capaz de produzir normas de conduta e de conformismo. A ideologia é tratada pelo autor como um elemento-chave para a interpretação e ação da teoria marxista, definindo, assim, o conceito de ideologia como “ciência das idéias” e como “análise sobre a origem das idéias”. Gramsci faz uma análise na qual classifica as ideologias em dois grandes grupos: primeiro, o das ideologias “orgânicas”, historicamente orgânicas, que são necessárias a uma determinada estrutura; e o segundo grupo, de ideologias “arbitrárias” racionalistas, “desejadas”¹⁰.

⁹ Idem, p. 73.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: 3ª. ed., Civilização Brasileira, 1978, p. 62-63.

Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicos; mas nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma. Assim, as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias são a forma. Gramsci esclarece que esta distinção é meramente didática, sendo que as forças não seriam historicamente concebíveis sem forma, e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

Outro dos teóricos, considerado um dos grandes pensadores da teoria marxista e que abordam a temática das ideologias, é Karel Kosik que, a partir de seu livro “Dialética do Concreto” (2002), contribui para uma análise da dialética e das relações sociais. Kosik aborda a atitude imediata do homem em face da realidade como um indivíduo histórico que age objetiva e praticamente em seus relacionamentos, tanto com a natureza como com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. No trato prático-utilitário das coisas “¹¹em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas”, os indivíduos criam suas próprias representações das coisas e elaboram todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade.

Segundo Kosik, “a experiência real e as formas fenomênicas da realidade” se reproduzem imediatamente na mente daqueles que realizam uma “determinada *práxis* histórica”, como conjunto de representações ou categorias do “pensamento comum”, “[...] que apenas por “hábito bárbaro” são considerados conceitos – são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente”¹². Kosik afirma que a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das

¹¹ KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: 7ª. ed., Paz e Terra, 2002, p. 13.

¹² Idem, p. 14.

coisas e da realidade. Esta *práxis* é historicamente determinada e unilateral; é a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se erguem. Nesta *práxis* se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada, como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade, em que o homem se move naturalmente e com que tem de se haver na vida cotidiana.

O conceito de ideologia, dentro do pensamento marxista, passa por uma variedade de transformações que, ao longo do tempo, fornece definições cada vez mais apuradas. Para Marx, ideologia é um conceito depreciativo, crítico, que implica ilusão, que se refere a uma deformação da realidade, que se viabiliza através da ideologia dominante: as idéias da classe dominante são as ideologias dominantes na sociedade. Na obra de Lênin, o conceito de ideologia cobra um outro sentido: a ideologia como concepção da realidade social e política, vinculada aos interesses de determinadas classes sociais. Para Lênin, o conceito depreciativo, crítico, negativo que tem em Marx, toma outro sentido. Para ele, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. A partir de Lênin, ideologia passa a designar qualquer doutrina, a respeito da realidade social, que se vincule com uma posição de classe.

Outra contribuição de fundamental importância para o entendimento do conceito de ideologia é a abordagem realizada por Louis Althusser em “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Para Althusser, a ideologia é um sistema de idéias, de representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. Para ele, a ideologia não tem história; mas esboça uma tese sobre a necessidade de elaborar uma teoria da ideologia em geral, sem entrar na teoria das ideologias particulares. Afirma que uma teoria das ideologias repousa, em última análise, na história das formações sociais, nos modos de produção e nas lutas de classes que se desenvolvem nela. Desta forma, Althusser afirma que a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Para sustentar esta afirmativa, ele levanta duas teses, uma negativa e outra positiva. A primeira trata do objeto que é “representado” sob a forma de ideologia imaginária; a segunda trata a materialidade da ideologia.

Na sua primeira tese, Althusser analisa o conceito de “concepções de mundo”, entendido este como a ideologia religiosa, moral, jurídica, entre outras. Contrapõe estas concepções de mundo dizendo que elas são, em grande parte, imaginárias, ou seja, não correspondem à realidade.

Portanto, admitindo que elas não correspondem à realidade e que, então, elas constituem uma ilusão, admitimos que elas se referem à realidade e que basta “interpretá-las” para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade mesma desse mundo (ideologia = ilusão/alusão)¹³.

Althusser salienta que o que é refletido na representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia, são as condições de existência dos homens, de seu mundo real. Não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os homens se representam na ideologia; o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real.

A segunda afirmação realizada por Althusser baseia-se na tese de que a ideologia tem uma existência material. Ele considera que a existência de idéias e crenças no indivíduo é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais e regulados por rituais materiais, definidos e condicionados por um aparelho ideológico material, de onde provém as idéias de dito sujeito¹⁴. Assim, Althusser elabora uma tese que pretende avançar na teoria do Estado e considera indispensável, para tal objetivo, não somente ter em conta a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, mas também a realidade do aparelho repressivo do Estado, que não pode ser confundido com o que ele designou com o conceito de “Aparelhos Ideológicos do Estado”. O autor salienta, ainda, a importância de não confundir este conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) com o Aparelho Repressivo do Estado (ARE).

A definição deste conceito de Aparelho Ideológico do Estado, de Althusser, é a de um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições destinadas e especializadas. Ele define uma relação de

¹³ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: 6ª ed., Graal, 1992, p. 86.

¹⁴ Idem, p. 92.

instituições, tais como: religiosas, escola, família, jurídicas, políticas, sindicais, da informação, da cultura, entre outras. Estes aparelhos funcionam principalmente através da ideologia, secundariamente através da repressão (uma repressão atenuada, dissimulada, não envolvendo violência física), no campo da repressão simbólica. O autor afirma que nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer, ao mesmo tempo, sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado¹⁵. Para Althusser, todos os Aparelhos Ideológicos do Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista. Cada um destes Aparelhos contribui, a sua maneira e segundo sua especialidade, para um fim único. Portanto, eles desempenham um papel dominante. Althusser salienta, como principal Aparelho Ideológico do Estado, a Escola. A Escola como reprodutor fundamental das idéias dominantes:

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante. Em resumo, para Althusser, as ideologias se realizam nas instituições, através de seus rituais e práticas, e dentro dos Aparelhos Ideológicos do Estado. A reprodução das relações de produção das classes dominante é seu objetivo primário. As ideologias não nascem dos Aparelhos Ideológicos do Estado, e sim das classes sociais em luta, de suas condições de existência e de suas práticas. Conjuntamente com Gramsci, Althusser define a Escola e a Igreja como as instituições, por excelência, reprodutoras das idéias dominantes.

No momento em que se propõe investigar a trajetória da esquerda uruguaia nos períodos mencionados, a partir de suas estruturas políticas-ideológicas, entende-se por ideologia o arcabouço da teoria marxista a respeito, como conceito- guia de cada organização participante dessa trajetória política. Assim, tanto nas diversas

¹⁵ Idem, p. 71.

categorias elaboradas para o estudo – no que se refere a recortes temporais, que deram lugar a periodizações – como na construção programática de cada organização da esquerda uruguaia, tomamos como pressuposto, com base nos referenciais do marxismo, a existência de ideologias presentes nesses constructos. O objetivo do estudo a este respeito (dos processos ideológicos) referencia-se nas ideologias existentes em cada plataforma programática e sua respectiva evolução nos períodos determinados.

A estruturação deste estudo é de três capítulos, sendo que no primeiro capítulo são abordadas as principais características do contexto político, social e econômico do período *sesentista*¹⁶. Parte-se da formação do sistema político baseado no bipartidarismo que, até o surgimento da Frente Ampla, em 1971, dominou o cenário político nacional. Parte-se de Batlle¹⁷, do *batllismo* e do *neobatllismo* como fundamentos da política das classes dominantes tradicionais e sua significação num contexto de profundos conflitos sociais e econômicos no marco da democracia liberal que caracterizou o país desde a formação do Estado nacional. Por outra parte, a trajetória do movimento operário, estudantil e de setores da sociedade organizada no âmbito da esquerda nacional – desde a participação da Igreja Católica até os grupos de ação direta – que protagonizaram os acontecimentos políticos que o país viveu até a ditadura civil-militar, em 1973.

Neste contexto prioriza-se a análise da evolução da esquerda uruguaia e o surgimento do Movimento de Libertação Nacional – MLN, que emerge quebrando o ritmo “democrático” da sociedade uruguaia da década de 1960. Sua significação como movimento armado, sua composição ideológica e os debates travados no seio das organizações populares – fundamentalmente o protagonizado pela Federação

¹⁶ “*Sesentismo*” ou pensamento “*sesentista*” faz referência a uma corrente de pensamento que predominou, de forma hegemônica, na esquerda uruguaia durante as décadas de 1960 e 1970 e foi até o ano de 1994. Ela foi fortemente influenciada pela Revolução Cubana e pelas discussões surgidas em decorrência desta. Aderiram a essa corrente de pensamento a grande maioria dos intelectuais identificados com a esquerda do país. Nos âmbitos políticos, sociais e nas mais diversas manifestações culturais solidificou-se a idéia da Revolução Socialista no Uruguai, independentemente das formas e métodos que fossem utilizados para chegar a este objetivo. Idéia essa alicerçada por um amplo espectro ideológico que permitiu a participação – de diversas formas – de todos os atores políticos da época.

¹⁷ José Batlle y Ordóñez (1856-1929) foi presidente da República por duas vezes (1903-1906 e 1911-1915). O *batllismo* entende-se como a corrente política dentro do Partido Colorado, por ele fundado. O *neobatllismo* foi uma renovação dessa corrente, que governou o país entre 1946 e 1958.

Anarquista do Uruguai – FAU – sobre a Teoria do Foco e sua versão uruguaia, desenvolvida pelos Tupamaros. Ao mesmo tempo, a esquerda eleitoral conseguia concretizar sua tão desejada unificação numa força de coalizão: a Frente Ampla. As discussões sobre o “método” para se chegar ao socialismo foram o tema prioritário neste período *sesentista*.

O primeiro capítulo trata, portanto, do surgimento do MLN (1964), seu desenvolvimento organizacional e as correntes ideológicas que nele predominaram até a sua derrota militar, em 1973, no sentido da compreensão dos processos ideológicos. Discute-se o conceito de democracia existente no período e, nele, o tema da “guerra justa”, como forma de análise dos processos ideológicos que marcaram o pensamento *sesentista* e o contexto da esquerda “legal”, sua evolução, as coincidências e discrepâncias com os tupamaros e o desfecho, caracterizado pela instauração da ditadura cívico-militar, em 1973.

O segundo capítulo objetiva analisar a trajetória de diferentes setores da esquerda, os quais, a partir do golpe cívico-militar de 1973, resistiram ao mesmo, elaborando práticas e discursos dentro dos pressupostos da esquerda *sesentista* ou da esquerda clássica. Esse enfrentamento, que teve seus antecedentes durante a democracia “autoritária” de Jorge Pacheco Areco, em 1968, e que se aprofundou durante os cinco anos subseqüentes, demonstrou o grau de combatividade do movimento popular uruguaio e uma concepção particular do estado democrático.

A resistência ao Golpe de Estado e a posterior derrota do movimento popular na Greve Geral (1973), com o resultado da ascensão do governo cívico-militar, marcou, nas organizações políticas, uma referência ideológica com base, fundamentalmente, no marxismo – nas suas mais variadas possibilidades –, como ferramenta de interpretação da realidade e como ideologia do movimento popular organizado. A defesa da democracia durante o período ditatorial foi uma constante ferramenta de luta de todo o movimento popular, não pela defesa do Estado democrático liberal em si, mas pelo repúdio à Ditadura e a seu regime autoritário e pela defesa de uma democracia socialista.

O processo de “recuperação democrática”, que teve seu início em 1980, propiciou dois elementos de singular importância: por um lado, um lento caminho para a

recuperação do estado de direito, com uma saída tutelada pelos militares, em um contexto de negociações ou, como se chamou na época, *concertación*. E por outro lado, nesse processo de *concertación*, o início de uma *transição* da esquerda, que teve como pano de fundo o desmantelamento do socialismo “real”, o triunfo da social-democracia na Europa, a implementação do modelo neoliberal e os efeitos concretos da globalização.

No início da década de 1990, com a democracia “restaurada” (fora da tutela militar), os debates dentro da esquerda *frentista* e *não-frentista*¹⁸ tomaram um caráter derrotista, em virtude das mudanças no campo socialista e a falta de respostas da maioria das organizações de esquerda para o novo cenário. No ímpeto da globalização, definiu-se um cenário no qual “novos atores” surgiram, com novas propostas e velhas discussões, entre elas a *transição* que a esquerda devia realizar para adequar-se aos novos tempos. As implicações foram a defesa da democracia liberal, como opção *sine qua non* para as mudanças sociais que a sociedade uruguaia necessitava, e o abandono gradativo do pensamento *sesentista* e das bandeiras tradicionais da esquerda.

A Frente Ampla, como coalizão da esquerda uruguaia, criou uma política de alianças com o objetivo de ganhar as eleições nacionais, em um contexto de uma profunda crise que marcou definitivamente sua história, modificando um discurso antiimperialista e antioligárquico (fundacional *sesentista*) e tomando novas dimensões para se adequar ao novo cenário político. As discussões na sua organização interna provocaram divisões e desconfortos que só seriam superados – em parte – após a conquista eleitoral de 2004. A virada político-ideológica de suas forças majoritárias, os partidos comunista e socialista, e o surgimento de novos atores políticos aliados foram fundamentais para sua consolidação.

O papel do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, a partir de 1985, e também o da Federação Anarquista Uruguaia – FAU (de forma totalmente diferente) foram elementos que caracterizaram as mudanças da esquerda *radical* uruguaia: o primeiro ingressando na Frente Ampla e iniciando um processo de inserção no meio

¹⁸ Entenda-se, aqui, por esquerda *frentista* os setores vinculados à Frente Ampla, ou seja, a esquerda eleitoral; e por não *frentista*, os setores da esquerda que não participaram da contenda eleitoral, tais como a FAU, o MRO e o PRT.

político “formal”; e o segundo mantendo suas antigas concepções e colocando-se uma vez mais à margem da política eleitoral. O primeiro, com duas grandes linhas internas: a de um trabalho político voltado à luta pela formação de uma grande frente nacional, procurando a defesa das reivindicações da população uruguaia; e a segunda linha criando um novo espaço de participação eleitoral dentro da coalizão. Enquanto a FAU optou por intensificar um trabalho de ações concretas de solidariedade nos bairros, no meio sindical e divulgando sua concepção de socialismo.

A partir dessas premissas, pretende-se colocar em discussão as mudanças ideológicas acontecidas na esquerda, fundamentalmente *frentista*, no período de 1973 até 1994. A delimitação temporal corresponde a três períodos que foram classificados da seguinte forma:

- 1) de 1973 a 1984, o período ditatorial;
- 2) de 1985 a 1990, o período da democracia “primaveral” ou tutelada;
- 3) de 1990 a 1994, o período de consolidação da democracia liberal no país.

Nesses três períodos observou-se uma mudança gradativa que foi transformando o cenário político nacional, quando os atores da “esquerda” caminharam para uma aparente “transição irreversível”.

O terceiro capítulo tem por objetivo a análise do processo de globalização, o discurso dele oriundo (globalizador) e o neoliberalismo no Uruguai. Estes como os detentores de um novo paradigma ao qual a esquerda uruguaia se incorporou e, a partir destes, se “adaptou” às novas contingências que o novo “cenário” apresentou. A falta de resistência ao modelo globalizador ocasionou uma grande virada na esquerda nacional a partir do surgimento do progressismo (1994-2004), que levou a completar um processo de “atualização ideológica” dentro da esquerda eleitoral no país.

Este discurso globalizador incorporou novos conceitos na vida cotidiana e política da sociedade e nas suas instituições, que iniciaram um processo de consolidação a partir da queda do socialismo “real”, fundamentando-se na inviabilidade do socialismo para justificar a “única” alternativa possível: a democracia liberal. Conjuntamente com esta, as novas problemáticas e os novos paradigmas assumiram um caráter totalizador, no qual o processo de globalização e seus “pertinentes” conceitos viabilizariam a

reorganização da sociedade sobre um modelo social, político e econômico de cunho neoliberal.

Por outro lado, analisa-se a crise dos partidos políticos e o desgaste do bipartidarismo secular que, como resultado de um profundo processo de deteriorização das instituições burguesas, mas também de falta de propostas da esquerda tradicional (em processo de atualização), incorporaram os paradigmas globalizadores e abandonaram as clássicas bandeiras da esquerda. Isto aconteceu num cenário de extrema crise econômica, produto das políticas neoliberais que o país vem desenvolvendo desde sua reabertura democrática, em 1984, com as já conhecidas conseqüências para a população, principalmente no que tange às temáticas sociais.

Analisa-se também o surgimento da esquerda progressista e, nela, o aumento substancial do potencial eleitoral que levou ao Governo nacional, pela primeira vez na história do país, uma coalizão de esquerda, em 2004. As diversas contingências que permitiram a essa esquerda “atualizada” ideologicamente implementar um novo discurso e uma nova plataforma programática, a qual tem como característica primária, o abandono do projeto socialista e, conjuntamente com ele, de todas as reivindicações que historicamente a esquerda representou.

Paralelamente, observou-se o papel desempenhado pelas chamadas esquerdas radicais (dentro da esquerda eleitoral) que, lentamente, iniciaram um processo de adequação à nova ordem política do país e readequaram seus discursos em prol de uma proposta eleitoral. Estas forças concentraram-se em volta do Movimento de Participação Popular – MPP, que teve no MLN – *Tupamaros* seu principal organizador político. Essa esquerda radical, historicamente minoritária, transformou-se na primeira força política dentro da esquerda eleitoral, a partir de 2004, e contribuiu substancialmente para o triunfo da coalizão nas eleições nacionais.

Ao final, desenvolveram-se as conclusões do trabalho, a partir das propostas de investigação. Muitas perguntas ficaram em aberto. Obviamente, a história recente nos impõe limitações para analisarmos um determinado processo político-ideológico, mas, por outro lado, traz à superfície do debate político algumas reflexões indispensáveis para indagarmos sobre os caminhos e dilemas da esquerda contemporânea, mesmo que a partir de certas conclusões não muito alentadoras, pelo menos por enquanto.

CAPÍTULO I

O URUGUAI *SESENTISTA*: A ESQUERDA E O MLN – TUPAMAROS

1962 – 1973

1. O URUGUAI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: os antecedentes

Durante a primeira metade do século XX, pelo menos até 1955, a inserção do capitalismo uruguaio no mercado mundial havia sido menos desfavorável do que para outras regiões da América Latina. Possibilitou certo desenvolvimento econômico e, com “impulsos e freios”, políticas de proteção e fomento da produção na indústria e na agricultura.

No âmbito social, a classe dirigente no poder promoveu políticas de “conciliação”, através de um Estado que, junto com sua função específica de reprodução da “ordem” capitalista, era capaz de cumprir uma tarefa de distribuição e redistribuição social dos recursos. Esse esquema era sustentado, fundamentalmente, no excedente gerado pela exportação agropecuária. Parte desse excedente era transferido ao Estado e à proteção da indústria.

No âmbito político, quando na maioria dos países da região – de forte predomínio oligárquico – alternavam-se regimes militares, no Uruguai uma sociedade com maior grau de integração política sobrevivia a partir de um núcleo dirigente herdeiro das tradições da burguesia liberal e democrática, laica e civilista de princípios do século. O Estado podia desenvolver políticas sociais de “compromisso”, pautadas por um tênue espírito nacionalista e de relativa confiança quanto à viabilidade do país.

Até a década de 1950, os setores hegemônicos das classes dominantes haviam impulsionado uma política de desenvolvimento econômico, particularmente do setor industrial¹⁹, dentro dos marcos de uma economia dependente, na órbita econômica, militar e ideológica, dos Estados Unidos. Na metade da década, entretanto, os limites desse desenvolvimento foram alcançados.

Por que a burguesia industrial uruguaia e, de modo geral, o grupo político dirigente, de acordo com sua tradição e a mentalidade predominante entre seus líderes, não se dispuseram, nessa época, a assumir políticas de caráter antiimperialista, nem nacionalista. Diferente do que havia acontecido em outros países da América Latina, predominava na classe dirigente uruguaia uma certa identificação com os objetivos históricos das grandes potências atlânticas, como os EUA e a Inglaterra.

Tal ocorreu, em grande medida, porque, como salienta Cores (1997), o “Uruguai não viveu, pelo menos desde 1852, nem a perda territorial – como México, Colômbia, Cuba –, nem as invasões – como Haiti, Nicarágua, Santo Domingo”²⁰, como também não vivenciou com intensidade a expansão da espoliação de grandes empresas, como a *United Fruit* na América Central, as petroleiras na Venezuela ou a mineira na região andina, que mostraram a presença direta da expansão imperialista norte-americana.

Na época da Segunda Guerra Mundial surgiram, na América Latina, alguns líderes – como Juan Domingo Perón, a partir de setores nacionalistas e militares na Argentina; Lázaro Cárdenas, no México; ou Getúlio Vargas, no Brasil – que buscaram contrapor-se à influência norte-americana com gestos, insinuações diplomáticas ou econômicas na direção das potências centrais da Europa, particularmente a Alemanha. No Uruguai, por sua vez, a participação ao lado dos aliados era inquestionável.

Terminada a guerra, grande parte da elite empresarial e política uruguaia apostou manter-se agarrada à “locomotiva do progresso” da economia dos EUA, tendo, inclusive, se levantado vozes criticando o Plano Marshal e a pouca atenção que merecia o fortalecimento da economia uruguaia. A economia de uma nação

¹⁹ A industrialização constituiu um fator dinamizador de vários setores econômicos, impulsionando o desenvolvimento da indústria, ampliando o setor de serviços e também exigindo novas vias de comercialização e uma adequada estrutura financeira e bancária. Isto configurou uma expansão geral na criação de novos empregos e renda. Os setores da indústria privilegiados pelas políticas de desenvolvimento da época estavam relacionados primariamente com a industrialização da carne, couro, lã, indústria têxtil e secundariamente, com a indústria moveleira, borracha e bebidas.

²⁰ CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo**. Montevideo: Banda Oriental, 1997, p. 17.

democrática, que nunca havia se aproximado dos regimes totalitários e com tantas afinidades com os EUA. A elite uruguaia convocou ao “pan-americanismo econômico” e a uma visão “hemisférica” dos problemas mundiais.

Concordamos com a análise realizada por Gerónimo de Sierra²¹, na qual enfatiza que Batlle²², na realidade, representava uma tentativa de superar a crise hegemônica do conjunto da classe dominante, permitindo, dessa maneira, atender às necessidades de acumulação tanto do mais avançado da burguesia agrária como dos emergentes setores vinculados ao comércio e à indústria, ligados ao mercado interno²³.

Nas condições rígidas impostas pelo caráter dependente do país, o chamado modelo *batllista* caracterizava-se por haver maximizado o espaço de acumulação da burguesia local, tanto pecuarista exportadora como comercial e industrial, que produzia para o mercado interno. Como elemento original, podemos assinalar uma acentuada intervenção estatal, o que estimulou o desenvolvimento simultâneo tanto das exportações primárias como da indústria de bens finais para o consumo interno dos setores urbanos. É esse duplo aspecto que proporcionou a base de sustentação social ao modelo *batllista*, consolidando o “pacto de não agressão” que existiu entre as burguesias agrárias e os governos *batllistas* nas primeiras décadas do século XX e que possibilitou a política do “compromisso”²⁴.

²¹ SIERRA, Gerónimo de. *Consolidación y Crisis del Capitalismo Democrático en Uruguay*. In: **América Latina: Historia de Medio Siglo. 1. América del Sur**. México: Siglo XXI. 8ª ed., 1991, p. 431-437.

²² Desde que foi eleito pela primeira vez, em 1903, até sua morte, em 1929, José Batlle y Ordóñez dominou a vida política do Uruguai. Duas vezes presidente (1903-1906 e 1911-1915), sua autoridade originou-se, em grande parte, porque soube conciliar as aspirações da burguesia modernizadora com as aspirações das classes populares. Filho de um presidente e neto de um comerciante, Batlle foi jornalista e fundador do jornal *El Día*, em 1886. Trabalhou, desde 1890, pela normalização das instituições e pela independência econômica do país. Seu programa básico de 1903 – liberdade eleitoral e eleições honestas – reivindica garantias essenciais democráticas e sugere um regime de participação ampliada, de acordo com as tendências de modernização da época.

²³ Essas tarefas se vêem amplamente beneficiadas pelas condições do mercado mundial de carnes e lã, e pela importante renda diferencial que a produção local obteve graças às privilegiadas condições naturais para este tipo de produção. Resulta significativo salientar que desde 1903, quando Batlle assumiu a presidência pela primeira vez, produz-se uma ruptura com o anterior ciclo de crises políticas que ameaçavam, de forma permanente, a própria existência do Estado e, com ele, as possibilidades de um desenvolvimento de acumulação capitalista local. Em especial, a partir da vitória de Batlle sobre a guerra civil de Aparício Saravia, acelera-se o processo de consolidação da produção ampliada nos moldes de produção capitalista no país. Não somente as condições de produção ampliada de capital, senão também as condições de reprodução das classes sociais em seus aspectos políticos e ideológicos, sem as quais não se reproduz o capital.

²⁴ A matriz política do Uruguai *neo-batllista* foi marcada, na sua essência, pela co-participação dos partidos tradicionais na direção do Estado. Essa é uma característica relevante da história nacional ligada

O papel intervencionista e organizador do Estado no plano econômico manifestou-se na criação e no desenvolvimento de infra-estrutura física, administrativa e financeira necessária para uma expansão rápida da acumulação capitalista; infra-estrutura que, em grande parte, pertence ao Estado. A isso se deve incrementar o modelo de gestão das finanças públicas, a participação em várias atividades efetivamente produtivas e uma legislação econômica e trabalhista que impulsionaram a organização e o desenvolvimento do mercado interno. A ampla legislação social do primeiro período *batllista* deve ser vista não só com suas conotações “populistas”, mas também em sua fase de organização *stricto sensu* do mercado de trabalho, como o próprio Batlle repetia para os setores empresariais descontentes.

Pouco a pouco foi se afirmando o modelo de dominação burguesa sobre as outras classes da sociedade, no qual predominavam os aspectos característicos de hegemonia pacífica sobre os aspectos repressivos da dominação. Tal modelo correspondeu a um período no qual era uma necessidade de toda a burguesia – pelo menos seus setores mais avançados na via capitalista – terminar com a crise e consolidar uma forma legal e pacífica de dominação. Assim, com base nas possibilidades sociais objetivas abertas pela relativa complexidade já alcançada pela estrutura social dominante – principalmente urbana –, foi-se afirmando o modelo de “democracia representativa”, na qual os partidos são o canal privilegiado de representação das classes sociais.

ao secular bipartidarismo. Em cada etapa da política nacional é possível detectar-se um setor “de ponta”, que toma a iniciativa: geralmente, o Partido Colorado e, dentro dele, alternativamente, o *batllismo* e seus adversários. Assim, o desenvolvimento do capitalismo, como a evolução do Estado, cumpriu-se com base numa equação política que pressupunha o “*compromisso*” entre as duas coletividades tradicionais, um jogo de negociações e acordos no interior de cada partido e entendimentos transversais entre as frações de ambos.

No que diz respeito ao plano ideológico, o *batllismo*²⁵ foi consolidando um projeto hegemônico nacional-burguês muito bem recepcionado, na época, pelas classes dirigentes. Esse projeto, liderado naturalmente pela fração batllista, mas consentido pelos setores dominantes das outras tendências do Partido Colorado, conseguiu reorganizar o conjunto do bloco dominante em nível político. Por outra parte, deve-se assinalar a importância desse processo quanto à desorganização ideológica e política dos setores populares, fundamentalmente na crescente classe operária e nos demais setores assalariados. A forte ênfase *igualitarista* do *batllismo*, junto com a imagem do Estado situado por cima das classes, provocou uma extrema distância entre os aspectos econômicos e políticos da luta de classes. Nesse período foi muito difícil para as organizações operárias conseguirem articular as importantes lutas reivindicatórias em nível econômico com o aspecto de dominação política de classes, o que implicaria na abertura política do governo.

O *batllismo* estruturou as bases do moderno Estado nacional, consolidando o sistema político, e, para além de seus momentos de instabilidade e crises, implementou um estado de bem-estar que, paulatinamente, se transformou em patrimônio da maioria da população do país.

Posteriormente, a Constituição de 1917 definiu a estruturação do sistema político nacional e forneceu as premissas legais para levar a maioria dos projetos de José

²⁵ As idéias que influenciaram o pensamento de Batlle foram, fundamentalmente, as de Karl Krause (1781-1832), Immanuel Kant (1724-1804) e Enrique Ahrens (1808-1874). Os princípios sustentados por Ahrens permeiam uma linha de pensamento que tem seu início em Kant, desenvolvendo-se com quem sempre se considerou seu discípulo, Krause. A filosofia de Kant, Krause e as posições de Ahrens serviram de base à reforma do sistema liberal realizada por Batlle no Uruguai. Krause desenvolveu uma visão integral da humanidade, na qual o homem devia atender, de forma racional e harmônica, sua vinculação a todas as instituições existentes na sociedade humana: a família, o trato social, o Estado, a Igreja, a sociedade científica, etc. A idéia de Krause com respeito ao direito e ao Estado leva a que este deve harmonizar o elemento pessoal e o elemento social nas relações humanas. Ahrens afirmava que o Estado tem a missão de manter todo o desenvolvimento social no caminho da justiça e de assegurar a todos os integrantes da sociedade os meios necessários a sua proteção. Desses autores provêm às bases filosóficas do *batllismo*. Do pensamento que surgiu na Universidade Livre de Bruxelas nutriram-se Prudêncio Vázquez y Vega e José Batlle y Ordoñez. A partir dessas idéias, estruturou-se o pensamento liberal uruguaio que levou a consolidar um modelo de particularidades únicas no cenário da América Latina. Esse ideário incorporou-se à concepção clássica de democracia liberal, na qual seus defensores acreditavam que ela era o único tipo de democracia possível. A palavra “liberal”, aplicada a sistemas de governo, costuma implicar uma preocupação com a proteção das liberdades individuais através da limitação do poder do governo.

Batlle y Ordóñez à sua institucionalização definitiva. A morte de Batlle, em 1929, coincidindo com a crise mundial, levou o país a uma nova fase, na qual, de certa forma, ocorreu uma transição para o chamado *neo-batllismo*, que perdurou por mais de 40 anos, tendo sido interrompido pela ditadura civil-militar, em 1973. Mas as bases políticas e sociais do antigo líder colorado, entretanto, continuaram incólumes, vigorando no sistema político e no Estado nacional uruguaio.

O *neo-batllismo*²⁶ marcou o modelo de desenvolvimento uruguaio e deve ser interpretado a partir do panorama que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial. Num estudo realizado por Nahum, (et al)²⁷ 1991, foram identificados três aspectos relevantes que marcaram o país nos âmbitos políticos, sociais e econômicos, e que se refletiram no modelo de desenvolvimento adotado: a) a decadência do Império Britânico; b) o processo de descolonização; e c) o imaginário coletivo de excepcionalidade do país, os quais comentaremos a seguir.

a) A decadência definitiva do Império Britânico refletiu-se na impossibilidade de manter suas empresas no país, fundamentalmente as de água potável e transportes ferroviários²⁸. A definitiva retirada dos ingleses foi acompanhada pela ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial do ocidente capitalista e, neste contexto, “[...] o alinhamento pró-aliado do Uruguai não demorou em transformar-se em autêntico alinhamento pró-Estados Unidos”²⁹. Assim, o Uruguai se fez partícipe do novo

²⁶ O conceito de *neo-batllismo*, num sentido amplo, é utilizado para denominar a série de características econômicas, sociais, políticas e ideológicas que identificam o período da história nacional uruguaia entre 1946 e 1958. Num sentido mais restrito, a denominação faz referência ao papel desempenhado pelo Estado, particularmente pelo setor do Partido Colorado liderado por Luis Batlle Berres (1897-1964) – exerceu a Presidência da República entre 1947 e 1951, e a Presidência do Conselho Nacional de Governo (executivo colegiado) entre 1955 e 1956 –, para a implementação de um projeto nacional que, apoiado na tradição reformista do *batllismo*, fosse capaz de atingir as metas do progresso econômico e social, com base no desenvolvimento industrial e no marco de uma efetiva democracia política.

²⁷ NAHUM, Benjamin; COCCHI, Angel; FREGA, Ana; TROCHON, Yvette. **História Uruguaya – 1930-1958: Crisis Política y Recuperación Económica**. Montevideo: Banda Oriental, 1991, p. 96-102.

²⁸ Nacionalizaram-se, nesta etapa, os transportes ferroviários (1947-48) e os serviços de água corrente (1948), dando origem a novas empresas estatais como a *Administración Municipal de Transportes – Andet*, a *Administración de Ferrocarriles del Estado – AFE* e a *Obras Sanitarias del Estado – OSE*. Mas a essas expressões do nacionalismo econômico impulsionado pelos setores *batllistas* somava-se o interesse britânico de desprender-se de empresas que, como as mencionadas, não resultavam rentáveis. A Inglaterra aproveitou, com sua habitual habilidade, o momento derivado da acumulação de saldos favoráveis ao Uruguai (obtidos pelas vendas de carnes e lã realizadas durante a Segunda Guerra) para “convencer” o governo a trocar as libras bloqueadas em Londres (17 milhões) pela compra das empresas britânicas. NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991, p. 140-141.

²⁹ NAHUM, Benjamin; et al., op. cit., 1991, p. 104.

sentido que se deu ao movimento de solidariedade hemisférica no marco da “guerra fria” e da divisão do mundo em dois blocos de poder hegemônico liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

Em março de 1945, o Uruguai subscreveu a “*Acta de Chapultepec*”, que autorizou o uso de sanções para prevenir possíveis ataques externos aos países do continente e deu caráter permanente aos organismos criados durante a Guerra: a Junta de Defesa Interamericana e o Comitê Consultivo Econômico e Financeiro. Em dois de setembro de 1947 firmou-se, no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – Tiar, que complementou o anterior documento e estabeleceu diferentes procedimentos; o segundo trata de um agressor americano ou extra-americano. Essas medidas foram claramente inspiradas nas necessidades da política externa dos Estados Unidos e foram se fazendo mais rígidas na medida em que a Guerra Fria se intensificou, principalmente a partir do Bloqueio de Berlim (1948-1949) e a Guerra de Coréia (1950-1953).

b) O processo de descolonização e a emergência do “terceiro mundo”, com seu subdesenvolvimento, atraso e marginalização, e, inclusive, os movimentos favoráveis em unir os países não-alinhados, não encontraram, no Uruguai, a repercussão que atingiram em outros lugares da América Latina. Segundo a análise realizada por Nahum (et al) 1991, o Uruguai teve uma situação econômica favorável no período, derivada dos benefícios da produção agropecuária e do comércio exterior durante e logo após a Segunda Guerra Mundial e também no período posterior à Guerra da Coréia.

Na visão de D’Elía (1982), o processo de acumulação de uma importante massa de reservas – ouro e divisas –, durante o conflito bélico, permitiu ao país abastecer-se de bens de capital, matérias-primas e combustíveis, com os quais se assegurou a expansão da indústria. Essa situação favorável complementou-se com o incremento da demanda externa da produção primária nacional e o aumento dos preços, dando lugar a uma relação de intercâmbio favorável³⁰. Deve ser considerado também que, desde o ponto de vista interno, o grau de evolução atingido pelo país garantiu a existência de firmes bases para iniciar o processo de acumulação. Deve-se acrescentar a isso, ainda, a evolução política favorável no mesmo sentido.

³⁰ D’ELIA, Germán. **El Uruguay Neo-Batllista: 1946-1958**. Montevideo: Banda Oriental, 1982, p. 29.

No Uruguai, a intervenção do fator político no processo de industrialização teve um papel fundamental e adquiriu uma particular importância com o retorno do *batllismo* ao poder, especialmente a partir do ano de 1947, com a ascensão de Luis Batlle Berres à Presidência, o qual tinha uma concepção definitivamente favorável ao desenvolvimento industrial do país³¹. Nessa circunstância produziu-se uma ajustada integração do poder político e das forças sociais que reivindicavam a industrialização, de tal forma, segundo D'elía, “[...] que é difícil identificar em que medida o poder político foi o intérprete e promotor desse projeto de industrialização que se expressaria numa verdadeira ideologia do desenvolvimento”³². Essa integração objetivou-se nas resoluções políticas adotadas e, substancialmente, na função que se designou ao Estado no processo.

O Estado assumiu um papel fundamental com uma política de estímulo à empresa privada, oferecendo garantias de maiores preços e benefícios dentro de um marco de absoluta liberdade para orientar as atividades que mais satisfizessem seus interesses. Estabeleceu-se um “agudo” protecionismo, reservando o mercado interno para a indústria que se impulsionava, e se promoveu uma política re-distributiva, que ampliou o mercado ao elevar os níveis de consumo da população.

A industrialização constituiu um fator dinamizador de outros setores econômicos, impulsionando o desenvolvimento de cultivos agrários, ampliando o setor de serviços, exigindo novos canais de comercialização e uma adequada rede financeira e bancária, o que configurou uma expansão geral com a criação de novos empregos e ingressos, o que, em síntese, traduziu-se no incremento da demanda³³.

É importante assinalar o peso que teve a política econômica exercida até os primeiros anos da década de cinquenta, assim como suas limitações quanto a gerar um crescimento industrial auto-sustentável sem transformar as estruturas produtivas do meio rural. Foi essa conjuntura de prosperidade que possibilitou a transferência de

³¹ Entre os anos de 1945 e 1955, aconteceu o processo de aceleração da produção industrial uruguia. Essa se incrementou em 8,5% anual, enquanto que a produção agrícola estava na ordem de 3,9%. (NAHUM, Benjamin: et al. op. cit., 1991, p. 129).

³² Idem.

³³ D'ELIA, Germán. op. cit., 1982, p. 32.

renda originada no setor agro-exportador aos outros grupos sociais³⁴. Para Luis Batlle, a ação re-distributiva da renda pelo Estado não se limitava a razões de solidariedade ou igualdade social. O Estado devia “adiantar” as demandas como forma de evitar as lutas sociais; devia representar o papel de “árbitro” na sociedade. Essa política também contribuía para elevar o poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, aumentar o mercado interno³⁵.

c) Nessa particular conjuntura propiciou-se a representação coletiva da excepcionalidade do país, exemplificada na entusiástica frase: “*Como el Uruguay no hay*”. Estabelecia-se forte contraste com o restante da América Latina e, de forma muito especial, com a Argentina governada pelo general Juan Domingo Perón, o qual havia se convertido, de certa forma, numa espécie de “contra-modelo” para grande parte das elites políticas da época. Enquanto que no Uruguai o grau de desenvolvimento econômico e o processo de integração social atingidos se integraram com a plena vigência dos valores democráticos e a exaltação das instituições, sem ter havido a necessidade de imposição de qualquer tipo de autoritarismo³⁶.

Até 1958, o país havia sido conduzido por uma elite no poder, integrada basicamente pela burguesia industrial e com aliados importantes em outras frações burguesas, que havia conseguido, através do controle do Estado, um importante “consenso”, estabilidade social e integração nacional. As contradições desse grupo dirigente com as altas classes rurais foram de caráter secundário e foram se resolvendo enquanto ambas se opunham a qualquer alteração profunda da ordem social existente.

Pode-se salientar que, até 1958, a rotação dos partidos políticos no poder foi um fato que demonstrou a importância que as instituições políticas e os valores sociais

³⁴ Observa-se que posteriormente, em 1970, 82% das exportações corresponderam a produtos provenientes da agropecuária: carnes, lãs e couros. Um século antes, esses mesmos produtos representavam 95% do total das exportações. Couriel (1988) afirma que nem o florescimento econômico das três primeiras décadas do século XX, que colocaram o Uruguai em situação privilegiada no contexto latino-americano, nem o processo de industrialização, com elevado dinamismo entre 1945 e 1955, modificaram a situação do Uruguai na divisão internacional do trabalho. O país continuou sendo exportador de produtos primários provenientes da pecuária. (COURIEL, Alberto. **El Uruguay Empobrecido: deuda externa y modelo neoliberal**. Montevideo: Banda Oriental, 1988, p. 34).

³⁵ As principais medidas adotadas para estes fins foram o controle dos preços dos artigos de primeira necessidade, a manutenção do salário real – através da criação dos Conselhos de Salários –, o aumento dos empregos públicos (a fim de conter o desemprego gerado fundamentalmente no meio rural agropecuário) e o desenvolvimento da legislação trabalhista e social.

³⁶ NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991, p. 99.

definidos em torno da democracia liberal e seu “estado de direito” tinham sobre a sociedade uruguaia. Existiu uma tendência permanente em fugir dos extremos e uma marcada preferência pelas saídas moderadas. Revelou-se, assim, a necessidade de encontrar soluções para as dificuldades econômico-sociais, não no terreno da estrutura econômico-produtivo, senão que se buscavam a partir da rotação dos membros do sistema político no poder.

Neste ano de 1958, com o triunfo do Partido Nacional, concretizou-se pela primeira vez – após 93 anos de governo colorado – a possibilidade de rotação dos partidos no poder. O período *neo-batllista* (1947-1958) encerrava-se, depois de ter sido fator de grandes esperanças e expectativas de desenvolvimento econômico e social, mas acompanhado de um desprestígio significativo. A forte liderança de Luis Batlle Berres não conseguiu contrapor-se, dentro do Partido Colorado, a um acelerado e desgastante processo de fragmentação. O *batllismo* teve que governar um país onde começavam a se manifestar os primeiros sinais de uma crise econômico-social sem precedentes.

Desse modo, na gestão do Partido Nacional, a política econômica e social caracterizou-se pela implantação das primeiras bases de um modelo econômico liberal e da gradativa desarticulação do *batllismo*. A Lei da Reforma Cambiária e Monetária, aprovada em 1959, o *antiindustrialismo* e o abandono das práticas protecionistas, assim como a promoção da produção agropecuária e a retração do intervencionismo do Estado na esfera econômica, foram características marcantes do novo governo.

Nesse período surgiram várias frações e subdivisões no interior dos partidos tradicionais, os quais, posteriormente, iriam redefinir o cenário político partidário na década de 1970. As lideranças exercidas por Oscar Gestido e Luis Batlle Berres no Partido Colorado deram lugar à formação de uma fração chamada *Unión Colorada y Batllista*, que se apresentou nas eleições de 1962 reunindo os setores mais conservadores deste partido. Também surgiu, nesse contexto, a lista “99”, *Por el Gobierno del Pueblo*, com ex-integrantes do Partido Colorado tradicional (Zelmar Michelini, Hugo Batalla, Aquiles Lanza) que, na década de 1970, se integraram à Frente Ampla. (ver quadro 1).

Quadro 1. Composição dos setores *Batllistas* dentro do Partido Colorado 1950-1970

Frações	Linha Ideológica	Características
Neo-batllismo	Centro	Manteve a linha reformista do <i>batllismo</i> clássico, liberal e laico.
Unión Colorada y Batllista	Centro-direita	Representante das oligarquias latifundiárias, da classe industrial e dos setores mais conservadores do Partido Colorado.
Lista 99	Centro-esquerda	Dissidentes do P. Colorado participaram da fundação da Frente Ampla em 1971. O setor reformista do <i>batllismo</i> mais à esquerda do Partido Colorado.

Fonte: elaboração do autor.

Por outro lado, consolidou-se também o *herrero-ruralismo* do Partido Nacional em torno das figuras de Martín Echegoyen e Benito Nardone. Produziram-se, ainda, outros desprendimentos do Partido Nacional, como o caso da lista “41” de Enrique Erro, figura política de envergadura e de origem *herrerista* (do Partido *Blanco*), o qual, em frontal oposição a Nardone, decidiu abandonar a coletividade nacionalista para ingressar na Frente Ampla, quando de sua fundação em 1971. Uma situação similar foi a do deputado Ariel Collazo, organizador do Movimento Revolucionário Oriental³⁷ – MRO e iniciador de um processo de aproximação com a esquerda. (ver quadro 2).

³⁷ O MRO foi um dos grupos – minoritários – que impulsionaram a luta armada no Uruguai. Participou na fundação do movimento *El Coordinador*, que, posteriormente, deu origem ao MLN.

Quadro 2. Composição dos setores dentro do Partido Nacional 1950-1970

Frações	Linha Ideológica	Características
Herrerismo	Direita	Representantes do nacionalismo conservador, ligados a Igreja Católica inimigos mortais do <i>Batllismo</i> .
Herrero-ruralismo	Direita	Representante do latifúndio e das oligarquias é o setor mais conservador do Partido Nacional.
Agrupação Erro – Lista 41	Centro-esquerda	Dissidentes do P. Nacional participaram da fundação da Frente Ampla em 1971. Foi um setor de esquerda dentro do Partido Nacional.
Agrupação Collazo	Centro-esquerda	Dissidentes do P. Nacional participaram da fundação da Frente Ampla em 1971. Deste setor do Partido Nacional surgiu o (MRO).

Fonte: elaboração do autor

Durante o período que sucedeu aos acontecimentos dos anos de 1960, com o surgimento do MLN, a burguesia dominante contou com o apoio da alta burocracia civil e dos altos comandos militares e, durante um longo período, com a maioria dos profissionais liberais e da intelectualidade, do médio e pequeno comércio e de grande parte dos funcionários públicos estatais, dos docentes e dos empregados municipais. Paralelamente, as frações burguesas dominantes procuraram captar o respaldo eleitoral, “regulamentar” as relações de trabalho e dissolver a resistência dos trabalhadores, em especial da classe operária industrial, mediante um sistema de “compromissos”.

Jorge Lanzaro (1980) chegou a sustentar a existência de uma “aliança entre a burguesia industrial e a classe operária”, baseado numa legislação trabalhista que amparava e institucionalizava algumas demandas sociais. Lanzaro examinou em que medida essas conquistas eram, por sua vez, mecanismos apropriados para melhorar as condições de reprodução do capital: “O capital, em sua forma mercantil privada, não assegura nunca a reprodução integral da força de trabalho e o Estado tem de assumir a seu cargo a parte que não é assumida pelo capital”³⁸.

No período do protecionismo industrial, a ação das organizações sindicais e os interesses políticos e ideológicos da burguesia, expressos na concepção “intervencionista” e “direcionista” dos representantes políticos do bloco no poder, deram lugar ao desenvolvimento de uma extensa legislação social e de proteção aos trabalhadores e a um novo crescimento da área estatal da economia. Os setores industriais, partidários do rol protetor do Estado, que poderiam englobar-se no discutido conceito de “burguesia nacional”, não foram capazes de desenvolver um projeto alternativo à subordinação econômica imposta, cada vez com mais rigor, pelos organismos internacionais e o capital transnacional.

Por sua vez, o sindicalismo teve um desenvolvimento prematuro – suas origens remontam ao surgimento do Estado nacional – e foi aumentando na medida em que cresceu a industrialização e a imigração operária procedente da Europa. Através de associações e “sociedades de resistência”, o movimento operário impulsionou a obtenção de conquistas para os trabalhadores e contribuiu no desenvolvimento de uma estrutura social e cultural que resultou no desgaste do Estado liberal oligárquico, expressão política da aliança entre o capital inglês e a burguesia agro-exportadora.

A organização sindical chegou a contar com três centrais de trabalhadores: a Federação Operária Regional Uruguiaia – Foru, de orientação anarquista, criada em 1905; a União Sindical Uruguiaia – USU, de 1923, que albergou anarco-sindicalistas e comunistas, os quais se separaram posteriormente, dando lugar à formação, em 1929, da Confederação Geral do Trabalho do Uruguai – CGTU, que representou a tendência majoritária do Partido Comunista. A CGTU chegou a agrupar aproximadamente 7.000

³⁸ LANZARO, Jorge. **Desarrollo del capitalismo y formas de reproducción de la fuerza de trabajo en el Uruguay, 1930-1968**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1980, p. 47.

trabalhadores, o mesmo número que a Foru possuía no início do século. Para se ter uma idéia do que esse número significava, basta relacionar estes 7.000 trabalhadores com o montante total de pessoas ocupadas em Montevideu, segundo o Censo de 1926: 53.431 pessoas. Posteriormente, o Censo Industrial de 1930 indicava que a cifra havia passado para 78.671 trabalhadores, dos quais 67.904 eram operários. Em 1936, constatava-se um novo crescimento: 75.747 operários e 9.844 empregados na indústria³⁹.

Diferentemente do ocorrido em outros países latino-americanos, no Uruguai o anarquismo e o anarco-sindicalismo não foram concepções totalmente isoladas da sociedade. As próprias características do país e da época possibilitaram o desenvolvimento dessas correntes e também abriram portas para que sua influência “colorisse” alguns aspectos da vida cultural e até da legislação civil, principalmente nas primeiras décadas dos governos *batllistas* (1905-1930). Como afirma Cores, “O impulso modernizador e as mudanças sociais e políticas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX são impensáveis sem a existência destas organizações, minoritárias, mas muito ativas”⁴⁰.

Seu campo de atuação não se restringia somente às reivindicações imediatas, senão que também às questões éticas e culturais, com as quais enfrentavam o autoritarismo da sociedade oligárquica e patriarcal e o clericalismo conservador. Respondiam a uma concepção ideológica sustentada em valores de solidariedade, de dignidade do trabalhador e da mulher, de liberdade e de justiça social. A idéia de sindicato como instrumento “finalista” da luta pela emancipação dos trabalhadores incorporava os anarco-sindicalistas, não só à independência orgânica com relação ao Estado e aos partidos do sistema, “[...] senão que também os desafios de ir criando uma contracultura, uma ética, uma educação em torno dos valores morais que, segundo sua concepção, substituiriam a sociedade autoritária e egoísta vigente”⁴¹.

³⁹ NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991, p. 42-86.

⁴⁰ CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 21.

⁴¹ Idem.

A concepção antiestatista tinha como característica a independência frente aos partidos, na medida em que, para os anarco-sindicalistas, a própria organização sindical, através da ação direta, era o verdadeiro instrumento para a libertação dos trabalhadores e para a construção de uma nova sociedade. Até a década de 1960, os sindicatos de “ação direta” não participavam dos Conselhos de Salários⁴², estabelecidos por lei, nem no desenvolvimento da legislação trabalhista: o Estado era tão desprezado quanto o capital.

O desenvolvimento industrial e a modernização do estado capitalista abriram outros campos para a ação reivindicatória da classe operária em rápido crescimento, pelo que o anarco-sindicalismo tendeu a perder força a partir de 1920, época em que surgiram novos núcleos sindicais impulsionados por outras correntes. A partir desses anos, a diversidade de tendências no movimento sindical levou à existência de mais de uma Central Operária, segundo as concepções predominantes em cada sindicato ou federação. O antagonismo entre marxistas e anarquistas, e depois entre comunistas, anarquistas e socialistas, deu origem a divisões profundas e duradouras.

Na década de 1940, novas tentativas foram feitas para a unificação do movimento operário. A CGTU dissolveu-se e, no seu lugar, foi nomeado um Comitê Pró-Unidade e Organização dos Trabalhadores. Assim, em inícios de 1940, convocou-se uma Conferência Nacional de Sindicatos que estudaria os passos a seguir para a formação de uma central única. O resultado foi a criação da União Geral de Trabalhadores – UGT, em março de 1942. Em relação aos avanços da legislação trabalhista, pode-se assinalar o reconhecimento dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais – e suas respectivas indenizações –, em 1941; a criação dos Conselhos de Salários, em 1943; o estabelecimento da indenização por demissão, em 1944; as férias anuais pagas, em 1945; e o estatuto do trabalhador rural, em 1946, que fixou pautas de remuneração, condições de trabalho e amparo ao trabalhador do campo.

⁴² Os Conselhos de Salários foram criados pelo governo em novembro de 1943. Em linhas gerais, o projeto aprovado estabelecia: a) a fixação de um salário mínimo, que devia assegurar ao trabalhador a satisfação de suas necessidades físicas, intelectuais e morais; b) a integração tripartite dos Conselhos por ramo da indústria e do comércio, com três representantes do Poder Executivo, dois da patronal e dois dos trabalhadores (eleitos pela maioria simples do setor correspondente). NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991, p. 157.

Diferentemente do ocorrido em outros países da América Latina, no Uruguai os sindicatos conseguiram manter sua independência perante o Estado e os partidos da burguesia também no período de industrialização rápida que se iniciou a partir de 1930. Para se ter uma idéia mais aproximada, Cores afirmou: “Os estabelecimentos na indústria manufatureira passam de 6.570, em 1930, para 21.102, em 1955, e os assalariados de 54.158 para 161.879 [...]”⁴³.

Ademais, segundo constatou Nahum (et al.) 1991, o Censo Industrial realizado em 1936 havia revelado a existência de aproximadamente 80.000 operários; em 1956, passavam dos 150.000. A expansão industrial gerou uma demanda de operários nesses anos, atingindo a ocupação de 24% da população ativa do país no referido setor⁴⁴. A formação do proletariado propriamente fabril apresentava características distintas perante o tradicional agrupamento dos trabalhadores de ofício. A fábrica facilitava a organização por *nuclear* um número maior de trabalhadores, por ser, ela mesma, uma “organização”. Além disso, deve-se considerar que nesse período a formação de sindicatos se estendeu ao setor público: funcionários do Frigorífico Nacional, em 1940; bancários, em 1942; energia elétrica, em 1944; combustíveis e cimento, em 1951, englobando setores das classes médias até então não organizados.

Desse modo, em 1960, o *herrerismo* pronunciou-se a favor da regulamentação sindical. O tema esteve no centro do debate nacional, mas um projeto de lei em tal sentido não foi aprovado no parlamento. Os setores de esquerda e o *batllismo* se opuseram ao mesmo, enquanto que em setores nacionalistas não *herreristas* apareceram posições matizadas. Wilson Ferreira Aldunate afirmava que não votaria nenhum projeto de regulamentação sindical que, direta ou indiretamente, permitisse qualquer ingerência nos sindicatos, por mais mínimo que fosse, por parte do poder público. “Acredito que não se pode falar em democracia num país onde não existam sindicatos absolutamente livres”⁴⁵.

Outros países da América Latina conheceram períodos de rápido aumento da mão-de-obra empregada na indústria. Enquanto o peronismo (na Argentina), o varguismo (no Brasil), o cardenismo (no México), o Apra (no Peru) e a Ação

⁴³ CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 26.

⁴⁴ NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991, p. 156.

⁴⁵ NAHUM, Benjamin; et al. op. cit., 1991 (b), p. 15.

Democrática (na Venezuela) deslocavam as correntes de esquerda classistas e subordinavam a organização sindical aos novos Estados populistas, no Uruguai a esquerda, ainda que debilitada pela divisão, conseguiu manter sua influência no movimento operário, inclusive no período de crescimento industrial.

A política internacional do país esteve atrelada à influência norte-americana. Em 1960, foi assinado o *Tratado de Montevideo*, que deu lugar à Associação Latino-Americana de Livre Comércio – Alalc, com o objetivo de eliminar as barreiras que obstaculizavam o comércio entre os países membros. Em agosto de 1961, realizou-se, em *Punta del Este*, a Reunião do Conselho Inter-Americano Econômico e Social – Cies, que organizou a *Aliança para o Progresso*⁴⁶. Esse organismo, impulsionado pelo presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, tentava *nuclear* os países latino-americanos sob a égide dos EUA, neutralizando, assim, a crescente influência exercida pela Revolução Cubana no continente⁴⁷.

Em janeiro de 1962, a *VIII Reunião de Consulta de Chanceleres*, também realizada em *Punta del Este*, decidiu a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Apesar da existência de pressões para que o governo uruguaio rompesse relações com Cuba, tal fato não chegou a acontecer. Dentro do Conselho Nacional de Governo, Benito Nardone, Faustino Harrison e César Batlle Pacheco eram partidários da ruptura, mas a moção neste sentido, apresentada pelo último, não foi aprovada. Ledo Arroyo Torres, Héctor Grauert – colorados *batllistas* – e Martín Echegoyen e Eduardo Haedo, pelo Partido Nacional, sustentavam que uma decisão

⁴⁶ As duas idéias centrais da Conferência foram: 1) a disponibilidade de crédito barato era essencial para o crescimento e 2) para que o esforço não fosse em vão, impôs-se, a todos os que desejassem receber um desses créditos, a obrigação de possuir, previamente, um plano de desenvolvimento. A soma de capital a ser investido era de 20 bilhões de dólares, 50% a ser fornecido pelos EUA e a metade restante pelos organismos multilaterais e fontes privadas. Imediatamente após a Conferência, formou-se no Uruguai uma equipe que se chamou *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* – Cide, liderada por Enrique Iglesias. Depois de trabalhar durante quase quatro anos, a Cide deu a conhecer seus resultados através de uma imponente obra, em doze volumes, intitulada *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social: 1965-1974*. Nesse trabalho apresentava-se toda a informação sobre a economia uruguaia e se enunciavam os investimentos, os impostos, o sistema monetário, a política comercial que se deveria colocar em marcha para transformar o Uruguai num país dinâmico.

⁴⁷ Em 1959, o Uruguai havia recebido a visita de Fidel Castro e em 1961, a de Ernesto “Che” Guevara. Após um discurso pronunciado por este último no Paraninfo da Universidade (salão de atos), produziram-se distúrbios nas ruas da capital, com o trágico saldo da morte do professor Arbelio Ramírez, militante sindical – primeira morte nas ruas de Montevideu deste período – o que interrompeu uma tradição de paz social.

desse tipo implicaria uma atitude intervencionista por parte do governo nacional em relação a Cuba, tendo votado contra a moção apresentada.

No começo da década de 1960 havia iniciado o predomínio do capital financeiro no contexto das novas condições geradas a partir das mudanças produzidas no campo internacional. Isso coincidiu com a política exterior norte-americana, empenhada em frear o impacto que a Revolução Cubana gerava na América Latina.

Com a estruturação do poder liderado pelo setor financeiro, concentrado primeiramente dentro dos partidos tradicionais e, depois, dentro do aparelho de Estado, cresceu a influência dos setores de direita e de extrema direita, ligados ao aumento da presença norte-americana nas forças armadas e na polícia, especialmente nos serviços de inteligência. No campo internacional, esses anos coincidiram com a intensificação da ação norte-americana na América Latina.

Entre 1963 e 1967, ocorreram no mundo acontecimentos de grande transcendência. Os Estados Unidos, depois do assassinato de John Fitzgerald Kennedy, iniciaram os bombardeios sobre o Vietnã do Norte, seguidos pela intensificação da ajuda militar ao regime de Saigón. A chamada “crise dos mísseis”⁴⁸ em Cuba, em 1962, havia constituído uma das instâncias mais rigorosas no enfrentamento que a URSS e os EUA mantinham no marco da Guerra Fria. Uma segunda Conferência dos “Países não Alinhados”, convocada no Egito, em 1964 (a primeira tinha acontecido na Iugoslávia, em 1961), demonstrava a vontade de alguns países de não comprometer sua política exterior aos ditados de nenhuma das superpotências.

No âmbito da política latino-americana, alguns fatos relevantes marcaram a região. A invasão das tropas norte-americanas (20.000 marines) à República Dominicana, em 1965, demonstrou que o tradicional intervencionismo do “guardião do Norte” não havia desaparecido. O presidente Lyndon Johnson tentou justificar a invasão utilizando-se do argumento da “infiltração comunista”. Em 1964, ocorreriam os Golpes

⁴⁸ O primeiro-ministro soviético Nikita Kruschov havia ordenado a instalação de bases de mísseis em Cuba, buscando pressionar o governo dos EUA, que havia construído um cordão de estações lança-foguetes rodeando o território da URSS e, ao mesmo tempo, afirmar seu apoio ao governo revolucionário da ilha do Caribe. O protesto dos EUA gerou a convocação do Conselho de Segurança da ONU. O conflito solucionou-se por um acordo que implicou na retirada dos mísseis soviéticos em troca de um compromisso norte-americano de não invadir Cuba.

de Estado na Bolívia e no Brasil, e, em 1966, os militares tomaram o poder na Argentina, derrubando o presidente civil Arturo Illia e colocaram em seu lugar o general Juan Carlos Onganía⁴⁹.

O tema central para o futuro latino-americano era o relativo à Revolução Cubana. A declaração do governo revolucionário como marxista-leninista, em 1961, provocou a ruptura de relações entre o regime castrista e o governo dos Estados Unidos. Em 1964, as pressões para que o Uruguai rompesse relações com o governo de Fidel Castro deram resultados positivos. Em setembro desse ano, o Conselho Nacional de Governo resolveu, por seis votos em nove, pela ruptura das relações diplomáticas, consulares e comerciais.

Esse foi o momento em que a intensificação da Guerra do Vietnã abriu uma profunda ferida na sociedade norte-americana. É o fracasso das propostas de Johnson de “grande sociedade”, é o ano do nascimento dos grandes movimentos culturais de oposição ao tradicional *american way of life* e do nascimento das campanhas contra a discriminação racial, da violência urbana, dos Panteras Negras, do Poder Negro e dos assassinatos políticos de Martin Luther King e Robert Kennedy. O período em que o número de soldados americanos transferidos ao cenário da guerra atingia seus índices mais altos.

Para a América Latina foi um período de incremento da presença militar-policial norte-americana, preocupada pelo crescimento das ações guerrilheiras e a eventualidade de enfrentar um novo estouro revolucionário, simultâneo à confrontação que se desenvolvia no Sudeste asiático. O aumento da presença norte-americana no Uruguai, tanto nas forças armadas quanto na polícia e na sociedade civil (sindicatos, comunidades, etc.), está documentado em numerosas fontes, como, por exemplo: Veneroni (*Gobiernos Militares en América Latina* – 1990), Wilson Fernández (*Los Autoritarismos Latinoamericanos* – 1992), Alain Rouquié (*O Estado Militar na América Latina* – 1984) e Corlazzoli (*Los Regimenes Militares en América Latina* – 1987).

A título de exemplo, podemos citar um episódio desse período: em 22 de agosto de 1966, a imprensa se referiu ao pedido de informações, formulado pelo Partido

⁴⁹ NAHUM, Benjamin; FREGA, Ana; MARONNA, Mônica; TROCHON, Yvette. **Historia Uruguaya: El Fin del Uruguay Liberal – 1959-1973**. Montevideo: Banda Oriental, Tomo 8, 1991 (b), p. 34-39.

Democrata Cristão – PDC ao Conselho Diretivo da Universidade da República, sobre o financiamento da chamada “*Encuesta 503*”, que consistia em 94 perguntas que seriam realizadas a 450 universitários, organizada pela “*Special Operation Research Office*”, vinculada ao governo dos EUA. A mesma continha uma espécie de interrogatório exaustivo, com características de tom policial e não científico. A pesquisa – assinala-se – tem analogias com o projeto “Camelot” (estudos realizados por sociólogos da *American University of Washington*). Segundo Rouquié, “os objetivos do projeto Camelot (1964) foram definidos como os de um estudo que possibilitasse a previsão de mudanças sociais. Isso incluía procedimentos programados para avaliar o potencial capaz de gerar guerras internas”⁵⁰. O programa se desenvolvia a partir de uma carta-questionário enviada a intelectuais de distintos países. A carta acrescentava que: “O exército norte-americano tem numa missão importante: [...] a construção nacional dos países subdesenvolvidos, assim como uma grande responsabilidade em dar assistência aos governos amigos no tratamento dos problemas de insurreição nativa”⁵¹.

Enquanto a Revolução Cubana avançava na sua consolidação, as políticas norte-americanas vivenciadas no Uruguai tornavam-se mais extensivas e sua atuação mais presente. No terreno sindical, observa-se um estímulo à formação de sindicatos patronais e de associações de classe orientadas pelas estruturas imperialistas, objetivando a desarticulação do movimento sindical e o enfraquecimento de organizações populares. No âmbito político, os partidos tradicionais – liberais e conservadores – incrementaram, em seus discursos, uma linha de defesa aberta dos interesses imperialistas e o governo iniciava um novo período de repressão aos setores populares, desta vez contando com a participação direta do imperialismo norte-americano – via escola de Panamá – e instrumentando uma série de medidas para a desarticulação do que se vinha gestando: a organização da esquerda uruguia em torno de um programa político comum.

⁵⁰ ROUQUIÉ, Alain. **El Estado Militar en América Latina**. México: S. XXI ediciones, 1965, p.163.

⁵¹ Idem.

2. O PENSAMENTO SESENTISTA: AS ORGANIZAÇÕES POPULARES E OS INTELLECTUAIS

A atividade das organizações sindicais teve um ponto alto na convocação do *Congreso del Pueblo*, no qual uma série heterogênea de aspirações programáticas encontrou o caminho da discussão conjunta, permitindo sedimentar as bases do que seria já não somente uma plataforma imediata, senão um programa nacional de signo popular, democrático e antiimperialista. Nos dias 16 e 17 de agosto de 1965, 1.376 delegados, representantes de 707 organizações sindicais, cooperativas, profissionais, estudantes, camponeses e aposentados, reuniram-se para elaborar uma proposta programática comum sobre um conjunto de grandes problemas nacionais. Héctor Rodríguez assinalou no Semanário *Marcha*, em 27 de agosto de 1965: “O programa aprovado configura uma estratégia para todo um período de tempo, determina objetivos e alinha forças para obtê-los mediante ação conjunta [...] O consenso sobre a necessidade de um acordo de uma ação conjunta incorpora por si um elemento tático e abre o caminho para a elaboração de uma tática comum”. Nesse contexto, a CNT programou uma jornada de luta para o dia 07 de outubro, à qual o governo respondeu estabelecendo Medidas Prontas de Segurança. Houve mais de 500 detidos e o fechamento de locais sindicais e meios de imprensa.

De outra parte, as expectativas abertas pelo plano de luta da CNT de 1965, as greves bancárias e o *Congreso del Pueblo* vão se deter pelas divergências surgidas no âmbito sindical em torno da proposta do Partido Comunista de impulsionar uma reforma da Constituição que condensasse as demandas e reivindicações populares, tal como vinham se expressando através da luta sindical e no próprio Congresso do Povo. Nesse sentido, o *Congreso del Pueblo* cumpriu um papel importante. A prática solidária, o aprofundamento das lutas, o avanço na coesão orgânica e a definição de objetivos de caráter nacional, através de um programa discutido e aprovado em comum, assim como a busca de pontos de coincidência com outros setores populares, aposentados, cooperativas e o movimento estudantil, permitiram balancear a tensão desagregadora e corporativista que ameaçava sempre o movimento e criar uma força de grande peso no plano nacional.

Por detrás do plano de luta da CNT, das greves e do *Congreso del Pueblo*, de forma não muito perceptível para a vista desatenta de quem se detém só no acontecimento e nos primeiros planos, “irrigando a esfera capilar do campo popular”, milhares de trabalhadores liam, discutiam, participavam em debates, assembléias e manifestações. Construía, assim, nas tarefas cotidianas das organizações, os suportes da força que enfrentaria o autoritarismo desatado pelas classes dominantes⁵². Essas foram as bases para as grandes lutas do ano de 1968. A rebelião estudantil, a radicalização da intelectualidade e o surgimento da luta armada são impensáveis sem esse processo de acumulação, de tomada de consciência e capacidade de iniciativa política, da qual o movimento sindical, basicamente a CNT, foi protagonista decisivo.

Num período caracterizado pela busca de coincidências políticas, de ampliação da sindicalização e de crescentes enfrentamentos com o governo, o ano de 1964 marcou o início de uma etapa. Na América Latina, intensificava-se o cerco contra Cuba, não só no plano militar e econômico, senão através de campanhas políticas de forte tonalidade *macarthista*, procurando reverter as simpatias surgidas diante das primeiras realizações do governo revolucionário.

No âmbito da política nacional, as eleições de 1966 não se colocavam como eleições “normais” – para a escolha de governantes, simplesmente –; elas estavam marcadas pela proposta da Reforma Constitucional que eliminava do cenário político o sistema de “colegiado”. O colegiado aparecia como inoperante, demasiado deliberativo e incapaz de impulsionar enérgica e rapidamente medidas efetivas para a superação da crise em que o país se encontrava. Nessa eleição estava em jogo uma nova forma de governo e a população votou a favor da nova forma de administração através de um executivo unipessoal com amplos poderes.

O golpe militar no Brasil havia sacudido o continente e alguns militares uruguaios se sentiram convocados para uma missão similar. Atento ao conjunto dessas realidades, no movimento sindical uruaio os acontecimentos se desenvolveram até culminar com a convocação de uma convenção nacional de trabalhadores. Em abril de 1964 havia chegado a Montevideu, rodeada da solidariedade dos sindicatos mais

⁵² CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 38.

combativos, dos estudantes e de amplos setores da opinião pública, uma nova marcha *cañera*.

Depois de participar da comemoração unitária do 1º de Maio, os *cañeros*⁵³ da União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas – UTAA instalaram seu acampamento num terreno baldio na rua Cuñapirú, num bairro de Montevideu onde ficam as Faculdades de Medicina e Química. O acampamento se converteu num centro de solidariedade no qual, diariamente, chegavam delegações dos grêmios. No dia 14 de maio, a polícia atacou o acampamento *cañero* com gases, balas e paus.

A partir desse acontecimento, várias organizações sindicais buscaram o acordo com a Central de Trabalhadores do Uruguai – CTU, na qual gravitavam fundamentalmente os militantes do Partido Comunista, para a convocação de uma Convenção Nacional de Trabalhadores. Nesse momento se adotava, pela primeira vez, a decisão de decretar greve geral por tempo indeterminado, em caso de Golpe de Estado. Posteriormente, ela foi confirmada nos Congressos I e II da CNT, e se colocaram em prática, a partir de 27 de junho de 1973, enfrentando o golpe de José Maria Bordaberry e dos comandos militares.

Junto com os sindicatos orientados por militantes comunistas, sindicalistas de outras orientações, que participavam nos grêmios têxtil, gráfico, da borracha e da cana de açúcar, contribuíram para incorporar, no processo de unificação, alguns dos traços mais positivos da CNT, o que lhes permitiu converter-se, em pouco tempo, na central operária mais ampla e *gravitante* da história do país. Esses grêmios, muitos dos quais provinham da tradição autônoma, contribuíram com seu espírito combativo, sua permanente presença solidária e o prestígio de sua trajetória. Contribuíram também para fortalecer um estilo de trabalho sindical contrário ao burocratismo e à utilização político-partidária do fazer sindical.

Afirmava-se uma tradição que tinha como base o funcionamento democrático dos sindicatos e a participação da maior quantidade possível de trabalhadores na discussão e adoção de decisões por parte do grêmio. Na discussão dos estatutos da CNT, centravam-se três características que foram acordadas por todos os grêmios integrantes: em primeiro lugar, para prevenir desvios burocráticos, a Convenção não

⁵³ Trabalhadores rurais que cortam cana de açúcar.

teria dirigentes assalariados; em segundo lugar, para evitar a utilização por parte de partidos políticos das representações sindicais, estabeleceu-se a incompatibilidade entre os cargos de direção sindical e a candidatura para cargos políticos; e em terceiro lugar, em tempos de agudas confrontações, para marcar sua independência de todo o centro hegemônico em nível mundial, a nova organização de trabalhadores não se filiaria a nenhuma central internacional.

A nascente CNT incorporou a suas filas amplos contingentes de trabalhadores do setor público. Isso se transformou num dos acontecimentos significativos do período, visto que a sindicalização dos trabalhadores estatais transtornou o sistema clientelístico das empresas do Estado, que prevalecia desde o início do século XX. Ao mesmo tempo incorporou, na agenda dos sindicatos estatais, os problemas estruturais e de gestão da área nacionalizada e da economia, reunindo elementos essenciais para o debate sobre as reformas necessárias, visando a colocá-las numa estratégia de desenvolvimento econômico de caráter nacional e popular. A isso há que se acrescentar o processo de extensão do sindicalismo às áreas rurais, o que deu origem a importantes lutas e mobilizações.

Em 1968 polarizou-se, em Montevideu, um extenso e vigoroso movimento de massas, de ideologia predominantemente radical, integrado fundamentalmente por setores estudantis, com a característica de não responder – em conjunto – a uma organização política determinada, mesmo que filiados a partidos e organizações de esquerda, e, inclusive, aos partidos tradicionais. Na oportunidade e posteriormente, e de forma muito vaga, classificou-se esse fenômeno como uma resposta popular à política oficial e/ou como fruto da radicalização das classes médias. Essas características não dão conta de esclarecer sua principal particularidade: a de haver colocado em cena novos atores e novas formas de ação política.

O alto grau de politização esquerdista no meio estudantil não era novidade, mas a reivindicação desse movimento adquiriu aspectos desconhecidos até então. O movimento de 1968 não foi uma simples seqüência de tendências intelectuais do pensamento e da cultura *sesentista*. Tal influência é inegável, mas “[...] o olhar

evolucionista oculta a evidência de um salto na rotina política estudantil⁵⁴. Na sua maioria, os estudantes pertenciam às classes médias, mas sua trajetória e sua ação demonstraram que sua mobilização expressava um descontentamento mais amplo. A crise do modelo liberal levou à perspectiva de uma profunda desintegração das relações sociais e ao descrédito do sistema de partidos, ou seja, a uma instância de análise extrema que questionava a democracia liberal uruguaia.

O movimento estudantil era norteado por tendências anarquistas, trotskistas e independentes, distantes tanto dos partidos tradicionais como dos partidos de esquerda de maior representação. Isso marcou uma substancial diferença com o movimento sindical no qual o Partido Comunista havia conseguido atingir uma importante hegemonia. Dessa forma, a Universidade era um laboratório de novas experiências políticas. No transcurso da mobilização de 1968, identificou-se uma tendência estudantil – que, por falta de outro nome, ficou conhecida como *tendencia* – que representava a “linha dura” dentro do movimento. Privilegiava as manifestações de massas e o enfrentamento violento com a polícia; como forma de “criar consciência”, criticava profundamente as correntes reformistas dentro da esquerda e o coletivismo burocrático da Europa Ocidental; não possuía definição ideológica precisa, mas se identificava a favor do socialismo. Essa “tendência” proporcionou, posteriormente, inúmeros militantes às organizações revolucionárias, tais como *Tupamaros* e OPR33, e uma quantidade substancial de torturados, presos políticos, mortos, exilados e desaparecidos à repressão estatal.

Paralelamente, existiu um outro fenômeno interessante: a ação da Igreja Católica. Essa que, diferentemente do protestantismo (com ligação direta à revolução comercial e industrial), havia ficado ligada às sociedades agrárias e reagido ao processo de secularização das sociedades industriais, com dogmas e proibições. Após a morte de Pio XII, em 1958, os papas João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978) iniciaram uma reforma que implicou numa mudança na atuação da Igreja. Para isso, centraram as discussões nas reformas internas, na responsabilidade social da Igreja, principalmente no Terceiro Mundo, presente em diversas encíclicas, e num novo debate

⁵⁴ VARELA, Gonzalo. **De La República Liberal al Estado Militar: Uruguay 1968-1973**. Montevideo. 1988, p. 55.

aberto com o comunismo⁵⁵. O Concílio Vaticano II (1962-65) provocou a divisão entre tradicionalistas e progressistas. A partir desse contexto, abriu-se no Uruguai um processo que foi conhecido como a “*Inesperada Primavera*” da Igreja. Nesse período, editaram-se várias publicações católicas, como *Víspera* e *Cuadernos para el Diálogo*, dirigidas por figuras de renome nacional no âmbito do catolicismo, tais como Julio Barreiro, Eduardo Payssé González e César Methol Ferre, entre outros.

A *Inesperada Primavera* teve seu início em 1961, quando se conheceu a encíclica *Mater e Magistra*. Nessa encíclica, João XXIII colocava na ordem do dia o que ele chamou de o maior problema da época moderna: “As relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as comunidades políticas em vias de desenvolvimento econômico. As primeiras consequentemente com alto nível de vida; as segundas, em condições de pobreza e miséria”⁵⁶. Essa encíclica foi seguida por outras, cada vez mais explicativas no relacionamento com os problemas sociais que afligiam o mundo contemporâneo. As deliberações do Concílio Vaticano II provocaram um forte impacto na hierarquia eclesiástica latino-americana. A ação da igreja latino-americana encontrou seu ponto de impacto nas decisões adotadas pelo sacerdote colombiano Camilo Torres que, em carta dirigida às autoridades eclesiásticas, em 1966, solicitou ser relevado de suas obrigações sacerdotais para se incorporar à guerrilha, passando a integrar o Exército de Libertação Nacional, na Colômbia.

No Uruguai, esse processo veio acompanhado de elaborações próprias da Teologia da Libertação e com pronunciamentos oficiais, como a *Carta Pastoral de Adviento*, de dezembro de 1967, assinada pela maioria da cúria uruguaia. Pronunciamentos muito claros do arcebispo co-adjunto de Montevideú, monsenhor Carlos Partelli, e do padre Haroldo Ponce de Leon, entre outros, marcaram as diretrizes de uma Igreja Católica, ou pelo menos uma parte considerável de sua hierarquia, comprometida com a luta popular, atenta aos acontecimentos operário-estudantis, que emitia opiniões sobre os grandes problemas sociais e se fazia presente em momentos de intensa comoção popular. Nunca, como nesse período, a Igreja teve tanta ressonância no cenário político nacional, mesmo que persistissem correntes

⁵⁵ BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. **El Siglo XXI**. Barcelona. Siglo XXI, 1978, p. 345.

⁵⁶ CORES, Hugo. op. cit., 1997, p. 70.

tradicionalistas e vinculadas a setores conservadores. Nesses anos, a maioria dos bispos manteve concepções políticas mais avançadas, voltadas para o social. Isso possibilitou o compromisso que vários sacerdotes e seminaristas adotaram com a luta popular, inclusive alguns se incorporando a organizações guerrilheiras.

Em julho de 1968, sob a vigência das Medidas Prontas de Segurança, o presbítero Juan Carlos Zaffaroni manifestava:

Pegar a cruz de Cristo pode ser muito bem a mesma coisa que pegar a metralhadora para lutar. Camilo (Torres) morto nas montanhas da Colômbia é uma nova imagem de Cristo crucificado. O cristão que não compreenda esta nova forma de amor ao próximo que guarde pelo menos respeitoso silêncio perante o imenso sacrifício de amor que estão realizando tantos homens honestos no mundo⁵⁷.

Posteriormente, no início dos anos de 1970, durante o momento de formação da coalizão de esquerda Frente Ampla, o representante partidário do pensamento progressista dos setores católicos, o Partido Democrata Cristão – PDC, reafirmava as seguintes posições no seu Programa de Princípios: “Os princípios da organização econômica pela qual o PDC luta supõe numa ruptura frontal com o capitalismo; as grandes desigualdades – concentração da propriedade dos capitalistas em detrimento das massas –; a condução autocrática oligárquica da economia, a sociedade inteiramente classista e inteiramente dependente [...]”⁵⁸. O PDC definiu-se como instrumento de vanguarda de uma grande obra política dotada de uma estratégia revolucionária de caráter global, que conjugava as diversas aspirações e objetivos das diversas forças sociais revolucionárias.

As alusões à necessidade de “mudanças revolucionárias” são particularmente fortes desde o PDC. Como exemplo, a declaração da organização no seu Encontro de *San José*, em 20 de abril de 1971, inspirada nas normas derivadas do Concílio Vaticano II e do Episcopado Latino-Americano de Medellín, reivindicava os postulados e objetivos revolucionários perseguidos pelo PDC. Durante todo o ano de 1971 é na corrente cristã que se desenvolveram idéias e propostas radicais que trouxeram uma contribuição significativa para o pensamento *sesentista*.

⁵⁷ CORES, Hugo. op. cit., 1997, p. 72.

⁵⁸ PDC. **Programa de Princípios**. Montevideo: Mimeo, 1970, p. 3-8.

O desenvolvimento econômico prematuro e a reforma escolar de fins do século XIX são vistos por alguns autores (Varela, Gatto, Rama, Arzúa) como elementos que podem explicar o desenvolvimento do meio intelectual uruguaio. Obviamente, deve-se acrescentar um outro fator relevante: a importação de capital intelectual que o processo migratório trouxe, principalmente da Espanha, França e Itália. Mas o que realmente marcou essa intelectualidade nacional foram as transformações do século XX, quando a redistribuição de um grande excedente econômico em condições de abertura social e política permitiu o acesso amplo, mesmo que socialmente diferenciado da população, à educação e à cultura.

Como afirma Varela (1988), a homogeneidade da sociedade urbana concentrada na capital incidiria nas características da difusão cultural e nas suas repercussões políticas. Nos anos sessenta, o movimento cultural chegaria a ser um fenômeno, sobretudo em Montevideu, que reunia os docentes, a universidade como instituição autônoma, o movimento estudantil, as diferentes expressões da criação artística, literária e científica, os sindicatos e os partidos de esquerda. Já não era a classe dominante, como no século XIX, senão as camadas médias as que se especializavam na produção e na difusão da cultura⁵⁹.

A intelectualidade uruguaia viveu uma etapa de florescimento cultural com a chamada geração do 45, que presenciaria a separação entre os intelectuais e os partidos tradicionais. Anteriormente, muitos intelectuais haviam se identificado com os partidos majoritários, especialmente com o *batllismo*. O motivo do afastamento decorreu do Golpe de Estado de 1933, que dividiu a classe política tradicional, aproximando seu grupos liberais à esquerda. Isso tinha correspondência, no nível internacional, com a formação do bloco antifascista da Segunda Guerra. Mas a evolução dos acontecimentos nacionais e internacionais frustrou as expectativas progressistas colocadas nessas alianças. Imediatamente, diminuiu o interesse da intelectualidade pela política, mas o efeito de maior impacto foi o seu distanciamento dos governantes⁶⁰.

⁵⁹ VARELA, Gonzalo. op. cit., 1988, p. 40-41.

⁶⁰ Anos mais tarde, Carlos Real de Azúa observou que os responsáveis pela gestão do período (1967) tinham aprofundado uma marginalização do intelectual que sempre havia sido uma tradição da política uruguaia. Mas em tal sentido, e principalmente nas suas expressões mais típicas do homem de ciência, o professor e o escritor, a exclusão do intelectual de todos os cargos e funções que reclamam especificamente sua presença e sua assistência tem acontecido com um método e um rigor extremos.

A postura crítica até o cepticismo, a virada da esquerda e a substituição do cosmopolitismo pelo latino-americanismo e o nacionalismo são outras características que se podem apontar no período. A intelectualidade uruguaia, num contexto de liberdade e de estabilidade política, formando um contingente que não encontrava possibilidade de aplicar-se a uma dinâmica social criativa, impressionada pela fragilidade que o estudo histórico mostrava das bases sobre as quais repousavam a independência nacional, pensou em termos latino-americanos e sonhou com uma outra forma possível, a nação latino-americana. Nesse contexto, a Universidade da República teria um papel muito importante. Tradicionalmente mais aberta que as outras instituições similares do continente, seria mais sensível às correntes de renovação.

Desde 1908, a lei havia permitido aos estudantes ter um representante na direção da instituição, o que se reafirmou na Reforma Universitária de 1917, marcando, dessa maneira, diferenças substanciais com outras universidades latino-americanas. Como conseqüência de seu papel de formadora de elites sociais e políticas, a universidade teve, desde o passado, um papel de consciência da coletividade, junto com a vigília pela defesa de sua autonomia. Não se fazia oposição entre a reforma interna da universidade e a idéia da universidade a serviço das mudanças sociais. A universidade mediria idealmente sua organização, suas metas e funcionamento em relação com um conceito de progresso, supondo que aqueles que ascendiam à educação superior deveriam compartilhar um compromisso social.

Como instituição pública, a universidade possuía financiamento oficial, mas podia decidir com autonomia sua política cultural. Impossibilitada, como toda elite intelectual, de participar numa empresa prática de renovação nacional e dominada pelo pensamento crítico, estimulou os estudos sobre o passado e o presente, coincidindo com o meio intelectual extra-universitário em aplicar o saber universalista ao conhecimento da situação nacional. Essas duas esferas culturais nunca haviam estado tão perto uma da outra e agora forjavam uma opção opositora à qual a universidade assegurava prestígio. Ademais, a Confederação Nacional de Trabalhadores acrescentava uma influência que potenciava o ativismo dos estudantes⁶¹.

AZÚA, Carlos Real de. **Partidos, Política y Poder en el Uruguay: 1971 – Coyuntura y Prognóstico**. Montevideo: Facultad de Ciencias Humanas. Universidad de la República, 1988, p. 102.

⁶¹ VARELA, Gonzalo. op. cit., 1988, p. 45.

Outra corrente de pensamento que influenciou o meio intelectual uruguaio do período pós-Segunda Guerra Mundial foi o Terceirismo. A natureza do Terceirismo, ou da Terceira Posição, data de 1947 e nasce como resposta internacional e nacional à doutrina Truman nos inícios da Guerra Fria. Foi uma posição específica adotada em matéria internacional: não estar politicamente nem com os EUA, nem com a URSS. O Terceirismo não foi somente um pronunciamento em matéria internacional uma ideologia em crescimento; era, sobretudo, uma atitude *principista*, a reivindicação de um setor social que, mais que se comprometer com a realidade, a rejeitava em seu conjunto. Com o passar do tempo, o Terceirismo no Uruguai funcionou como um divisor de águas dentro da esquerda: diferenciava seus adeptos do comunismo e suas orientações pró-soviéticas, mantendo as características mais distintivas da esquerda democrática, entre outras o antiimperialismo e o socialismo.

Os anarquistas, por sua vez, representados fortemente na Federação de Estudantes Universitários – Feuu, davam importância ao Terceirismo, visto que este, separando o que no início era exclusivamente um pronunciamento de independência no âmbito internacional, ia progressivamente adotando posturas genericamente socialistas. Essa característica distinguia o Terceirismo uruguaio de seu similar argentino, o qual, seguindo Perón, se afastava de qualquer pronunciamento que fosse além da justiça social para os trabalhadores, por mais que tal definição não supôs, até a Revolução Cubana, nenhum enfraquecimento do claro repúdio terceirista ao socialismo “real”. O Terceirismo também se distinguia pela defesa da democracia como sistema de convívio político, com o que rejeitava qualquer manifestação a favor do “partido único”.

No início de 1960, uma parte dos intelectuais manifestava simpatias pelo Partido Socialista; outra, menor, pelo Partido Comunista, enquanto que um conjunto possivelmente majoritário dentro da esquerda se mantinha independente dos partidos. Também se identificavam, com a cultura da esquerda – muito mais crítica quanto mais avançava a década –, os dirigentes sindicais, os membros da sociedade civil organizada emergente, assim como também uma grande massa proveniente de setores estudantis. Esse espectro compunha o chamado pensamento *sesentista*, que adquiriu um dimensionamento particular a partir do triunfo da Revolução Cubana.

O triunfo de Fidel Castro e seus companheiros foi um divisor de águas no pensamento político do continente. A revolução era possível e se encontrava logo ali, na América Latina. A figura do intelectual passou por uma grande re-configuração a partir da consideração do papel do intelectual na sociedade. Ele não seria mais o possuidor de uma certa competência em nível cognitivo e o excluído do meio político. Pelo contrário, passava, a partir das discussões promovidas em decorrência da Revolução Cubana, a assumir o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Segundo Gramsci, todos os homens são intelectuais, ainda que não a todos corresponda desempenhar a função de intelectual na sociedade⁶².

Antonio Gramsci foi um ponto de referência obrigatório para os estudos sobre a questão estatal, tanto na Europa Ocidental como na América Latina. Desde certo ponto de vista, o autor italiano apareceu como o verdadeiro fundador da ciência política marxista, finalmente liberada do “dogmatismo” e do “economicismo”, e, portanto, da construção “instrumentalista” do Estado que havia caracterizado o pensamento leninista. O aporte gramsciano à ciência política marxista, no essencial, é que Gramsci havia demonstrado, contra toda uma tradição, que a classe dominante se impõe como tal não só através da coerção, ou seja, da violência física, senão também mediante a “hegemonia”, por meio de uma direção intelectual e moral do “consenso ativo” dos governados.

A inovação que o pensamento *sesentista* trouxe foi a de adequar – a partir do conceito de Gramsci – a figura do intelectual militante. Aqui, surge a dupla interpretação entre o intelectual independente, descomprometido, e o intelectual militante a serviço de uma ideologia e de uma causa que os sessentas introduziram, onde se vivenciou um dos momentos de ápice sobre a discussão do lugar que os intelectuais ocupavam na sociedade. Sartre havia insistido em que todos somos responsáveis não só por nossas palavras, como também dos silêncios. O intelectual era um privilegiado por seu acesso

⁶² Os que desempenham a função intelectual, segundo Gramsci, se dividem em: *intelectuais tradicionais* (professores, escritores, religiosos, administradores, etc.); *intelectuais orgânicos*, aqueles que atuam em função dos interesses de classe ou de extratos determinados. Entre estes últimos, os que estão a serviço dos interesses proletários são os *intelectuais orgânicos revolucionários*. Gramsci considerava que não existe atividade humana da qual possa se excluir toda intervenção intelectual, “[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, participa de uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7^a. ed., 1989, p. 7-8.

diferenciado ao capital cultural; sua obrigação seria compartilhar com o povo sua experiência, permitindo às massas a total consciência de sua situação.

Na opinião de Gatto, foi nesse processo de re-definição do papel do intelectual que a Revolução Cubana, como articuladora do campo, adquiriu inédita relevância em todo o continente. “Desde a ilha, convertida em foco de irradiação das novas políticas culturais, o *progressismo* passou a ser a tônica dominante, varrendo qualquer resquício do intelectual politicamente independente ou sem definição”⁶³. O debate sobre os novos sujeitos revolucionários abriu um espaço no qual a intelectualidade latino-americana, crente na iminência da revolução mundial, passava a adquirir um papel relevante, substituindo ou acompanhando as classes que a teoria havia assinalado antes como sujeitos necessários dos processos revolucionários.

A opinião de Gatto sobre a marca definitiva do processo cubano nos intelectuais latino-americanos torna-se relativamente questionável se lembrarmos as influências que outros anteriores processos revolucionários imprimiram no mundo das idéias no continente. A Revolução Cubana foi culminação e superação, ao mesmo tempo, de uma série de insurreições e revoluções que marcaram toda a etapa do pós-Segunda Guerra Mundial na América Latina. Citaremos três, pela sua importância, começando pelo “Bogotazo” de 1948, quando Fidel Castro realizou suas primeiras observações, ficando marcado tanto pela ação das massas como pela personalidade do líder colombiano assassinado, Jorge Eliécer Gaitán, portador de concepções de um liberalismo radical, com características do populismo do momento e uma forma de difuso socialismo.

Em segundo lugar, deve-se mencionar a Revolução Guatemalteca (1944-54), na qual outro líder do futuro Movimento 26 de Julho cubano, “Che” Guevara, fez sua aprendizagem. Na análise de Cueva (1988), na oportunidade Guevara chegou às seguintes conclusões: a) a esquerda só poderia triunfar com a condição de organizar e armar as massas, para garantir e aprofundar com elas o processo revolucionário; e b) nos países dependentes, a parte difícil da luta não é a que se trava contra a classe dominante local, senão a que se deve desenvolver contra o imperialismo⁶⁴.

⁶³ GATTO, Heber. **El Cielo por Asalto: (El Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros y la Izquierda Uruguaya – 1963-1972)**. Montevideo: Taurus, 2004, p. 80.

⁶⁴ CUEVA, Agustín. **Ideología y Sociedad en América Latina**. Montevideo: Banda Oriental, 1988, p. 16.

A terceira experiência é a da Revolução Boliviana de 1952. Uma experiência que implicou o contrário à vivida na Guatemala: de nada servem as massas combatendo nas ruas, nem os operários combatendo o exército das classes dominantes, se não existe uma organização de vanguarda política que cumpra realmente seu papel.

De outra parte, outro ponto a ser considerado para a análise do pensamento *sesentista* é aquele que o marxismo proporcionou para toda a esquerda uruguaia: um instrumental teórico fértil de invulgar importância. Esse não somente se constituiu como um elemento de análise precisa da sociedade capitalista e sua dinâmica e do proletariado como agente revolucionário direto, ou indireto, senão também como uma filosofia da história, de uma sociologia, de uma epistemologia, de uma concepção geral da natureza e da vida, e de uma metodologia específica. Nunca anteriormente se conheceu no Uruguai uma concepção com tanta vocação de universalidade, como ciência do conhecimento e da transformação social, não podendo ser ignorada por nenhum movimento de esquerda.

A influência que o pensamento marxista imprimiu no *sesentismo* abrangeu aqueles que, como os anarquistas, sempre o negaram, mas, mesmo assim, utilizaram para suas análises parte de seu instrumental teórico. Assim foi que, em 1959, Daniel Guérin proclamava a idéia de um *socialismo libertário*, o que logo chamaria de “marxismo libertário”. Obviamente que a partir do clima gestado pela Revolução Cubana, que em 1961 se declarou marxista-leninista, essa posição se tornou hegemônica no pensamento da esquerda latino-americana, chegando inclusive a influir em expressões filosóficas e religiosas notoriamente alheias, como ocorreu com o pensamento católico cristão e com certas expressões do liberalismo, inclusive de organizações supranacionais, como foi o caso da Cepal.

A Revolução Cubana foi o ponto de confluência de muitas vertentes: de uma tradição jacobina e antiimperialista muito autóctone e um marxismo-leninismo assimilado e modelado à nossa medida; de tudo isso e uma disposição revolucionária das massas de acordo com a nossa posição de fragilidade, num momento em que pela primeira vez a história universal buscou totalizar-se não já através da ação e do pensamento das metrópoles de sempre, senão pela constituição de uma nova unidade que, mesmo de maneira difusa e primária, começava a denominar-se Terceiro Mundo.

Obviamente a Revolução Cubana mostrou a viabilidade do marxismo latino-americano, constituiu não só uma culminação, senão que também formou uma crítica prática daquele, ao mostrar novos caminhos e perspectivas para a revolução.

Tal como Gatto, igualmente outros autores identificam a Revolução Cubana como condicionante e único motivador do pensamento *sesentista*. Não há dúvidas de que a revolução foi um dos elementos-chave para a evolução desse pensamento, mas além dela existem também outros antecedentes históricos que devem ser considerados. No que concerne à característica autenticamente nacional do pensamento *sesentista*, deve-se considerar também a tradição liberal – radical e anticlerical, um histórico do movimento sindical com um forte legado anarquista e o contexto político latino-americano, num momento em que fervilhava a elaboração de um pensamento marxista próprio do continente. A intelectualidade uruguaia no *sesentismo* foi influenciada pelo pensamento marxista⁶⁵, que se expressou profundamente não só na política, senão também na literatura, nas artes plásticas, na música neofolclórica ou na canção de protesto, nas ciências sociais e na própria teologia.

⁶⁵ É necessário observar que enquanto o *sesentismo* se refere à cultura política geral adotada pela esquerda durante este período (1960-1973), o marxismo crítico constituiu uma variante do marxismo, uma diferenciação conceitual e interpretativa dentro dele. Portanto, ambas as categorias não são estritamente coincidentes. Houve aspectos do marxismo crítico, como seu repúdio à identificação ciência-marxismo, que não foram adotados pelo discurso *sesentista*.

3. AS MUDANÇAS NA ESQUERDA CLÁSSICA E O CONTEXTO DA OLAS

O Partido Comunista teve uma influência muito importante na história do movimento operário uruguaio. Em suas origens e durante a década de 1920, canalizou o prestígio e as esperanças revolucionárias nascidas na classe trabalhadora depois da Revolução Bolchevique de 1917. Depois de 1955, o Partido Comunista adquiriu uma maior influência e penetração no movimento sindical e popular, tendo seus militantes, junto com os sindicatos autônomos, contribuído para o fortalecimento da CNT. Na década de 1960 e até os inícios de 1990, suas orientações tenderam a prevalecer na direção do movimento sindical e adquiriram um peso significativo na universidade, no movimento estudantil e em amplos setores da cultura popular. O partido foi também artífice decisivo no surgimento e desenvolvimento da Frente Ampla.

Pelo conjunto de sua origem e trajetória, o Partido Comunista deve ser analisado atentamente como protagonista de uma prática política densa, com organicidade, coerência e implantação na classe trabalhadora. Bem ou mal resolvidas, o PC apresentou aos trabalhadores uma série de propostas que eram alheias ao pensamento e à prática das correntes anarquistas e sindicalistas dos anos 1920, 1930 e 1940 (propostas que o Partido Socialista também defendeu nesses anos, influenciado pelas concepções reformistas dos partidos social-democratas europeus⁶⁶): a necessidade de um partido da classe operária para a Revolução Socialista, as preocupações programáticas, as alianças e o papel político “nacional” – e não só sindical ou setorial – da luta dos trabalhadores. Isso ao mesmo tempo em que seus militantes participavam das organizações e da luta reivindicatória cotidiana dos trabalhadores.

Juntamente com as correntes anarquistas e socialistas, o PC promoveu, na classe trabalhadora, os valores do internacionalismo proletário, entre outras o conteúdo

⁶⁶ A partir da metade dos anos de 1950, os partidos de esquerda haviam sofrido importantes mudanças. Dentro do socialismo abandonou-se paulatinamente a linha que, na liderança de Emilio Frugoni, havia primado até o momento. O pró-ocidentalismo, que o socialismo uruguaio havia desenvolvido durante o século XX, foi substituído por posições antiimperialistas e nacionalistas, rejeitando as posturas de face reformista e uma política de radicalização marxista. Obedecendo às mudanças, surgiram no período novas lideranças, como a de Vivian Trias (professor, ensaísta e deputado, em 1958), que ocupou um papel preponderante, assumindo a secretaria geral do PS.

classista do 1º de maio, campanhas por Sacco e Vanzetti, a defesa da Revolução Bolchevique e a solidariedade com o povo espanhol na luta antifascista. Como tradição, o PC continha, pela sua origem e desde os primeiros anos de sua trajetória, um componente revolucionário. A forma pela qual aquele revolucionarismo passou a posições que nos anos 1960 definem-se como reformistas, se relaciona não só com a evolução social e econômica do Uruguai, senão que também pelo processo cumprido na União Soviética, principalmente a partir da entronização de Stalin no poder, ao final dos anos 1920.

O stalinismo, como ocorreu em todas partes, marcou profundamente o PC uruguaio, gerando mudanças inexplicáveis e práticas sectárias que o isolaram e debilitaram sua influência em alguns setores mais combativos do proletariado. No XVI Congresso, de 1955, o PC fez uma autocrítica: foram destituídos alguns de seus principais dirigentes (Eugenio Gómez e Eduardo Gómez Chiribao), assumindo a direção o núcleo que passou a orientá-lo nos 35 anos seguintes. O processo de desestalinização foi lento. Ainda em novembro de 1957, Stalin foi citado como fonte de autoridade teórica marxista. Nos anos 1956-1959, a ênfase foi posta nas possibilidades que, para a transição ao socialismo, abririam *la emulación pacífica* entre os dois sistemas (o capitalista e o socialista), pelo qual “a manutenção da paz se torna prioridade essencial”⁶⁷.

No XVII Congresso, de 15 a 17 de agosto de 1958, estabeleceram-se definições sobre o tópico que logo se tornou motivo de debate em nível latino-americano: o referido à “burguesia nacional”. Nesse Congresso afirmou-se que:

A contradição principal da estrutura econômico-social do Uruguai é a contradição entre as forças produtivas que pugnam por desenvolver-se e as relações de produção, baseadas na dependência do imperialismo e o monopólio da terra que freiam esse desenvolvimento. Ela expressa-se também na contradição entre o imperialismo, os latifundiários e os grandes capitalistas antinacionais, e todo o povo uruguaio, os operários, agricultores e agropecuaristas pequenos e médios, os intelectuais e os estudantes, os empregados do Estado e privados, os aposentados, os artesãos e pequenos comerciantes, e a burguesia nacional, constituída, no fundamental, pela burguesia média⁶⁸.

⁶⁷ ESTUDIOS. **Teoría y Práctica de una Política de Paz**. In: Revista Estudios, nº 7, 1957, p. 53.

⁶⁸ ESTUDIOS. **Estatuto del Partido Comunista**. Montevideo: nº 12, 1958, p. 99.

A derrota, nesse mesmo ano, da fração industrialista e protecionista da burguesia, liderada por Luís Batlle, e os acontecimentos latino-americanos precipitados pelo triunfo da Revolução Cubana no ano seguinte, levaram o PC a posições mais afinadas e “esquerdistas” nesse ponto. O XVII Congresso deu aprovação a outro documento, o *Estatuto del Partido Comunista*, que revelou um aspecto de sua concepção teórica, bastante perturbador das relações dos comunistas com as demais forças políticas populares e de esquerda. No Artigo nº 1, estabelece que: “O Partido Comunista é o Partido político da classe operária, sua vanguarda, sua forma superior de organização, que define seus interesses e os de toda a nação”⁶⁹.

Oito anos depois, em agosto de 1966, por ocasião do XIX Congresso, num informe sobre a reforma dos estatutos, reafirmava-se essa concepção: “Seu artigo 1º, que define o caráter e os objetivos do Partido, recolhe de forma concentrada os princípios leninistas que fundamentam o Partido de novo tipo, partido da classe operária, sua vanguarda política e sua forma superior de organização”⁷⁰. O conceito do PC como vanguarda leva também a uma relação de conflito e cheia de obstáculos para o processo de discussão e elaboração teórica e política: as opiniões só terão vigência e legitimidade se provierem do seio da própria organização de vanguarda, quer dizer, do PC.

No transcurso dos anos 1960, ao tempo em que sua influência aumentava, a solidariedade, a proximidade e as posições do Partido Comunista de Cuba influenciavam fortemente no velho Partido, renovando algumas de suas propostas e radicalizando seu discurso. O PC continuaria afirmando sua posição com relação aos métodos e às vias da Revolução Uruguaia. Em março de 1964, a revista “Estúdios” manifesta: “Não se tem dúvida de que à violência desatada pela reação, o povo deve responder com todas as armas, inclusive com as várias formas de violência popular”⁷¹. Nos meses de julho e agosto desse ano, já com pressões militares da extrema direita sobre o Governo, que impõem como ministro de Defesa o general Hugo Moratório, o PC examina, com detalhes, a pertinência da luta armada, manifestando que a eleição

⁶⁹ ESTUDIOS. nº 12, op. cit., 1958, p. 99.

⁷⁰ CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 44.

⁷¹ ESTUDIOS. 1958. op. cit., p. 44.

dos métodos de luta continuou estando subordinada à situação política e, em particular, ao estado de ânimo das massas.

A concepção da revolução latino-americana do Partido Comunista foi expressa por Rodney Arismendi desta forma: “[...] é necessário conceber a revolução latino-americana como um processo histórico único, com duas fases interligadas: uma fase obrigatoriamente democrática e antiimperialista pelos seus objetivos essenciais, e outra socialista. E é aqui onde se mostra uma vez mais na sua riqueza e na sua plenitude dialética o pensamento de Marx e Lenin”⁷². No item sobre as discussões da Teoria do Foco reaparecerá esta temática.

Na década de 1960, o PC uruguaio desenvolveu uma resposta teórica própria, bastante elaborada, sobre a luta armada e uma linha de ação política que o diferenciou da maioria dos partidos comunistas da América Latina. Diferentemente dos partidos comunistas da Bolívia (que negaram seu apoio à guerrilha de Che) ou da Venezuela, tal fratura em volta desse tema teve ressonância continental (criticado por Fidel na Conferência da Olas), ou do Brasil (no qual a alternativa guerrilheira provocou uma crise interna e a cisão de Marighella e outros integrantes do Comitê Central), o PC uruguaio conseguiu manter uma grande ambigüidade em torno do tema, através de um “par dialético” que condenava por igual a mudança de direção da esquerda guerrilheira e a mudança de direção da direita, confiante na via pacífica ao socialismo.

Com essas definições do PC abriu-se um ângulo novo, que ingressa nos tópicos conhecidos de uma linha insurrecional: legitimação da violência popular, necessidade de preparação prévia, busca dos meios políticos e técnicos. Ao mesmo tempo, no campo da ação política de massas, intensificava-se a controvérsia interna com outros setores, tanto no movimento operário como no estudantil. Visto em perspectiva, chama a atenção certo bloqueio para o diálogo com outras organizações com as quais o PC mantinha, a partir dessas definições, coincidências estratégicas importantes. Sectarismo de uns e outros? Falta de credibilidade ante o que aparecia como contraditório: linha sindical “reformista” e perspectiva insurrecional?

Por sua vez, durante a década de 1960, o Partido Socialista – PS viveu um complexo processo de debates internos e definições teóricas. Também aqui se

⁷² ARISMENDI, Rodney. **A Revolução Latino-Americana**. Lisboa: Avante, 1977, p.59.

registrou a influência da Revolução Cubana e a nova situação latino-americana. Inicialmente, conviviam dentro do PS distintas inflexões: a tradicional (originalmente vinculada às concepções social-democratas de origem europeia), liderada pelo Dr. Emilio Frugoni, que tendia a debilitar-se perante a nova situação latino-americana e mundial; a majoritária, do professor Vivian Trias, encabeçando um processo de renovação teórica, nesse momento com forte influência maoísta; e outras minoritárias, lideradas por Luján Molins (secretário geral das Juventudes Socialistas, em 1964) e Julio Louis, que darão lugar, posteriormente, ao nascimento do Movimento de Unificação Socialista Proletário – Musp.

Ao mesmo tempo, Raúl Sendic⁷³, como militante socialista com forte respaldo do partido e de sua imprensa, desenvolveu uma militância intensa. Foi assessor legal, primeiro de trabalhadores arrozeiros e açucareiros, e, logo depois, organizador e líder da luta dos trabalhadores da União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas – UTAA. Em junho de 1962, Raúl Sendic foi processado e encarcerado por algumas semanas na Penitenciária de Miguelete, junto com outros 36 militantes da UTAA, depois de um forte enfrentamento com burocratas da Central Sindical Uruguiaia – CSU (organização “sindical” patronal). Nesse episódio foi ferida mortalmente, por um disparo, uma senhora alheia ao incidente. Pretendeu-se incriminar os trabalhadores da UTAA, mas a posterior análise técnica demonstrou que a responsabilidade foi dos pistoleiros da CSU.

⁷³ Raul Sendic (1925-1989) foi um lutador social e uma das figuras mais relevantes da política uruguiaia da segunda metade do século XX. Nasceu na cidade de Flores, interior do país. Filho de trabalhadores rurais, conviveu desde cedo com a realidade do campo. Aos 18 anos passou a morar em Montevidéu, onde começou seus estudos de direito, iniciou sua militância no Partido Socialista e integrou o Executivo da União Internacional de Juventudes Socialistas. Em 1951, como estagiário do curso de direito, retorna ao interior para assessorar diversos sindicatos rurais. No período de 1959 a 1961, contribuiu para a fundação de diversos sindicatos rurais. O sindicalismo promovido por Sendic no interior do país teve uma diferente abordagem: o novo sindicalismo caracterizou-se por ser combativo e profundamente participativo. Em 1963, num contexto no qual a luta social não podia ser restrita exclusivamente ao meio sindical, Sendic, conjuntamente com outros militantes da esquerda tradicional e com trabalhadores rurais, funda o Movimento de Libertação Nacional – MLN *Tupamaros*. Em 1963 passou à clandestinidade. Seis anos depois foi detido em Montevidéu e enviado à prisão de *Punta Carretas*, de onde conseguiu se evadir junto com um centena de outros presos políticos. Um ano depois, num enfrentamento com as Forças Armadas, foi gravemente ferido e permaneceu preso pelos seguintes 14 anos, nas condições mais inumanas que se possam imaginar. Liberado no amparo da lei de anistia, em 1985, volta à legalidade com um enfoque novo dentro do contexto da esquerda uruguiaia: chamou a atenção sobre os graves problemas do país, especialmente sobre a dívida externa e o problema da terra. Fundou, em 1985, o Movimento pela Terra, escrevendo grande quantidade de artigos em que luta pela postergada reforma agrária e por uma nova estratégia de luta para a esquerda nacional. Incansável lutador social, militou junto aos trabalhadores rurais até sua morte, em 1989, em Paris.

Em 1962, o XIX Congresso Extraordinário (29 e 30 de junho) definiu o projeto de “união nacional e popular”. É com esses delineamentos que o PS participou da experiência da União Popular, liderada por Enrique Erro, com maus resultados nas eleições desse mesmo ano. No XXXIV Congresso Ordinário, de 28 a 30 de junho de 1963, retomou e ampliou as formulações de 1962, definindo uma estratégia de revolução nacional e popular, entendido como um processo único, sem etapas, ao socialismo. No XXXV Congresso Ordinário, em setembro de 1965, aprofundou-se essa orientação. Remetendo-se a este Congresso, o semanário *El Sol* apontou no seu editorial:

Acreditamos, como diz Fidel, que neste continente, em todos ou em quase todos os povos, a luta assumirá as formas mais violentas. E quando se sabe isso, o único correto é se preparar para quando essa luta chegar. O Partido Socialista Uruguaio, através do exame feito da realidade nacional e internacional, tem consciência lúcida de que a batalha contra o imperialismo e a oligarquia nacional deverá liberar-se necessariamente em todos os terrenos, e inevitavelmente neste país semicolonial onde a oligarquia recorre à violência [...] será impossível ascender ao poder, expropriar o latifúndio, a banca e os monopólios imperialistas numa luta violenta e sem quartel. A obrigação das forças revolucionárias é preparar-se para todo tipo de luta⁷⁴.

No XXI Congresso Extraordinário do PS (1965) discutiu-se fundamentalmente a problemática eleitoral colocada para esse ano. Na resolução principal afirma-se que na luta eleitoral a oligarquia tem em suas mãos todos os elementos de manipulação da opinião pública, pelo qual dificilmente a esquerda possa ganhar a batalha nesse terreno e, mesmo que a ganhe, as classes dominantes não renunciariam pacificamente a seus privilégios, do que resulta fundamental a tarefa de preparação e organização revolucionária do Partido. Posteriormente, no XXII Congresso Extraordinário, de junho de 1966, o secretário geral do Partido, José Díaz, manifestou que neste Congresso se afirmou a disposição à luta revolucionária e que a disposição de concorrer com estes critérios socialistas, marxistas e revolucionários às eleições não implicava de nenhuma maneira a possibilidade de debilitar a essência que tinha o Partido como organização revolucionária, que é organizar-se e preparar-se para qualquer tipo de luta.

⁷⁴ Semanário “El Sol”. Montevideo: 21 de janeiro de 1966.

No XXXVI Congresso Ordinário, em novembro de 1967, reafirmava-se uma vez mais a opção revolucionária, desta vez no marco político latino-americano criado pela *Tricontinental* e a *Olas*: os pontos 6 e 7 da resolução final do congresso socialista expressam:

[...] 6 – A realidade nacional tem confirmado a linha geral do Partido, avaliada, além, pelas resoluções da *Olas*, verdadeiro suporte ideológico ao Socialismo Uruguaio. Já é linha do vasto movimento revolucionário latino-americano a concepção de nossa revolução como processo único, nacional libertador, que *devem* em Socialista, concepção que surge de uma correta aplicação do Socialismo científico e da Realidade Nacional e Latino-Americana.

7 – Dita concepção determina os objetivos estratégicos afirmados nos últimos Congressos partidários e destacados vigorosamente pela referida Conferência da *Olas*: a conquista do poder mediante a luta armada, forma de luta fundamental e única via para cumprir o dito objetivo; e a unidade revolucionária das classes populares, imbuídas da ideologia do proletariado, entendendo, por tais classes, a classe obreira, as classes médias empobrecidas da cidade e do campo e os assalariados rurais⁷⁵.

Nesse período – anos de 1967-68 – ocorre um fenômeno particular na esquerda uruguaia e que caracterizará a ação do PS. A *Tricontinental* e a Conferência da *Olas* atuaram como elementos de união dos setores mais combativos da esquerda uruguaia, permitindo uma proximidade do PS com a Juventude Socialista e posições e formas de ação conjunta com a Federação Anarquista do Uruguai – FAU, o Movimento de Esquerda Revolucionário – MIR e o Movimento Revolucionário Oriental – MRO⁷⁶.

O processo de confluência dos socialistas com os setores mais radicalizados da esquerda continuou no transcurso do ano de 1967, modelou-se no apoio às posições defendidas pelo Partido Comunista Cubano, na Conferência da *Olas*, e materializou-se logo num acordo político para impulsionar, no Uruguai, a linha revolucionária aprovada naquela conferência. Fundamentando a validade da linha adotada pela *Olas*, o Dr. José Pedro Cardozo, depois de analisar os fatos que tiveram lugar no país, expressa em “*Izquierda*” (um semanário que substituiu “*El Sol*”, fechado em 12 de dezembro de 1967), no dia 09 de fevereiro de 1968: “[...] os movimentos que levam as bandeiras das

⁷⁵ Semanário “*El Sol*”. Montevideo: 1º de dezembro de 1967.

⁷⁶ No dia 20 de janeiro de 1967 realizou-se, no salão do Semanário “*Marcha*”, na rua Rincón (pleno centro de Montevideo), um ato do chamado *Coordinador Juvenil Unitário Antiimperialista*, no qual fazem uso da palavra, além do jornalista Carlos María Gutiérrez, representantes das diversas organizações citadas. Na semana seguinte, em editorial, o Semanário “*Marcha*” saúda a realização do ato e diz que suas organizações estão levando adiante um combate honroso e de profunda significação continental.

transformações sociais de fundo – de signo socialista – ver-se-ão obrigados a enfrentar a força e a violência da única maneira que é possível enfrentá-la, quer dizer, exercendo o legítimo direito à insurreição”⁷⁷.

No decorrer do ano de 1968, o Partido Socialista impulsionou uma linha de ação de massas expressamente inspirada no marxismo e nas idéias de Lênin. Desde sua implantação em alguns grêmios, polemizou de forma sistemática com o Partido Comunista sobre a tática sindical. Essa polêmica se substancia em torno da condução geral do movimento, também em torno da marcha dos distintos conflitos e, mais em geral, em torno do papel a ser cumprido pelo movimento sindical numa estratégia que sempre se definiu como revolucionária e socialista.

A Primeira Conferência da *Organización Latinoamericana de Solidaridad* – Olas teve lugar em Havana, Cuba, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. As sessões iniciaram nos salões do hotel *Habana Libre*, atrás de um grande retrato de Simon Bolívar. Essa presença tutelar do Libertador falava da vocação dos participantes de dar à reunião e às resoluções que emanaram da mesma um sentido latino-americano.

A decisão de realizá-la foi tomada pelas 27 delegações latino-americanas assistentes à Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, ou *Tricontinental*, também em Havana, em janeiro de 1966, tendo-se designado um comitê organizador de nove membros (Brasil, Colômbia, Cuba, Guatemala, Guiana, México, Peru, Uruguai e Venezuela). A secretaria geral correspondeu à cubana Haydée Santamaría. Os objetivos eram unir, coordenar e impulsionar a luta contra o imperialismo norte-americano por parte de todos os povos explorados da América Latina.

Desde a *Tricontinental* vinha-se lidando com duas posturas sobre a estratégia de libertação latino-americana entre as esquerdas: a linha tradicional dos partidos comunistas pró-soviéticos, que apontavam preferentemente a criação de “frentes” com as “burguesias nacionais” de cada país para ganhar o poder pela via eleitoral, e a outra, inspirada diretamente na Revolução Cubana, que pregava a luta armada imediata como único caminho. Em novembro de 1964, na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, em Havana, havia se conveniado dar apoio a esta última via para os

⁷⁷ IZQUIERDA. Editorial. Montevideo: 09 de fevereiro de 1968, p. 2.

movimentos de libertação da Venezuela, Colômbia, Guatemala, Honduras, Haiti e Paraguai, mas que a direção de todos esses movimentos corresponderia aos partidos comunistas.

Cuba somou-se a tal decisão, mas a separação do Partido Comunista venezuelano da *Frente de Liberación Nacional de Venezuela*, abandonando os guerrilheiros que Cuba apoiava diretamente, provocou a ruptura de Havana com este partido (1967) e, virtualmente, de seus compromissos de 1964, no que diz respeito a deixar a condução dos movimentos de libertação nacional em mãos dos partidos comunistas pró-soviéticos. Isso reafirmou aos cubanos sua postura de luta armada como única via da revolução e os reencontrou com o setor das esquerdas latino-americanas que mantinham igual postura, ficando o setor “eleitoreiro” em minoria. Tal correlação se refletiu na Olas.

Apesar dessa situação, a unificação da estratégia de libertação latino-americana, do ponto de vista de Cuba, não podia realizar-se sem a participação dos partidos comunistas oficiais, e a Olas quis ser uma nova tentativa para conciliar as posições antagônicas, reunindo todas as forças de esquerda de cada país em movimentos de libertação nacional únicos, pertencendo a direção, desta vez, às vanguardas combatentes.

Em cada país haviam se constituído, desde 1966, “Comitês Nacionais”, nos quais estavam representadas as duas posições. O Comitê Organizador elaborou quatro teses, que circularam de forma não pública, para a discussão pelas delegações; numa dessas teses, estabelecia-se que, em condições que prevalecem em grande número de países latino-americanos (de repressão do movimento popular, de ineficácia do reformismo, crescimento da miséria), “[...] a luta armada frente ao imperialismo e seus agentes nacionais é a única via para a libertação nacional”; que a grande massa rural, especialmente os camponeses despossuídos e os operários agrícolas constituíam numa força revolucionária fundamental nesse tipo de enfrentamentos e que “[...] a vanguarda combativa deve reclamar e assegurar para si a independência do movimento revolucionário, em relação a todos os demais movimentos”. A unidade da luta tinha que se realizar sob o signo da direção combatente, “[...] pois compartilhar a direção ou deixá-la em mãos dos não combatentes conduz à liquidação da luta

armada”. Em outro ponto se concluía: “O caminho para a libertação da América Latina é a luta armada. Sendo possível se pensar o emprego de todas as formas de luta, estrategicamente só a luta armada pode conduzir à tomada do poder”. O desenvolvimento, pois, da luta insurrecional na América Latina converteu-se na tarefa principal dos revolucionários latino-americanos. A discussão desses pontos, apesar dos esforços unitaristas dos cubanos, aprofundou a divisão preexistente nas delegações⁷⁸.

Três dias após o início da Conferência, a unidade pretendida já era impossível. Em algumas delegações, como a chilena, as posições, ficando em paridade, neutralizaram-se mutuamente nas votações; em outras, como a uruguaia, na qual a representação da posição pró-soviética era maioria, substituiu-se a discussão pelo consenso, pelo sistema das maiorias, enquanto que no resto das delegações prevalecia a linha cubana. No conjunto da conferência, esta última tendência resultou dominante.

A Primeira Conferência da Olas emitiu uma declaração geral, 28 resoluções públicas, e algumas não-públicas, e os estatutos da organização. Observa-se que o grande objetivo era propiciar a unidade dos movimentos de libertação do continente e definir uma estratégia comum e coordenada para todos. Assim, esse propósito alentado por Cuba tropeçou com o enfrentamento de posições entre os partidos comunistas pró-soviéticos e as forças revolucionárias que sustentavam a luta armada imediata como único caminho válido para a libertação, que era a mesma tese de Cuba. Esta última tendência prevaleceu no conjunto da Conferência e se refletiu tanto no projeto de declaração da presidência como nos estatutos e resoluções públicas e não-públicas que foram aprovados na última sessão plenária.

A *Declaración General*, elaborada pela presidência, diz na sua parte expositiva que para a libertação ibero-americana requer-se uma estratégia comum, fundamentada numa clara e nítida expressão de solidariedade, cujo carácter é a própria luta, cuja extensão é o continente e sua forma a guerrilha e os exércitos de libertação. E, em seus pontos principais, que “os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário na América Latina”, que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução no continente e que “todas as demais formas de luta devem

⁷⁸ CASAL, Juan Manuel. **América Latina en el Siglo XX: crónica política nacional**. Montevideo: Proyección, 1987, p. 47-51.

servir e não atrasar” a esta; que naqueles países nos quais esta tarefa não está vislumbrada no imediato, “de todas as formas deverão considerá-la como uma perspectiva inevitável”⁷⁹.

No dia 10 de agosto de 1967, Fidel Castro encerrou a Conferência no Teatro Chaplín, de Havana, com um discurso que acompanhava o que fora a posição majoritária: “Na Olas se tem refletido uma luta ideológica latente [...] Essa bizantina discussão a respeito dos meios da luta e dos caminhos, se pacíficos ou não pacíficos, se armados ou não armados. A essência dessa discussão chamamos bizantina, porque é a discussão entre dois surdos-mudos, porque é o que diferencia os que querem impulsionar a Revolução e os que não a querem impulsionar, os que querem freá-la e os que querem impulsioná-la [...]”⁸⁰.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

4. AS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS: TUPAMAROS E FAU

As ações das organizações revolucionárias são inseparáveis do desenvolvimento das lutas operárias e estudantis do ano de 1968 e seguintes. A mobilização popular maciça teve momentos de ascensão, de extensão e radicalização, e também períodos de decaídas, de desconfiança em suas próprias forças, desconcerto, no qual prevalecia o temor à perda do próprio emprego, a repressão, a cadeia. Medo compreensível numa sociedade na qual predominaram, por décadas, as formas pacíficas da dominação de classe.

Como salienta Cores (1997), as indecisões de alguns círculos dirigentes alimentaram, uma e outra vez, a ilusão de que os conflitos sociais iriam se solucionando de uma forma quase espontânea, voltando-se aos compromissos e embates do Uruguai tradicional. Nesses momentos de refluxo do movimento sindical, e quando a omissão e a cumplicidade eram predominantes no parlamento, os grupos de ação direta foram capazes de alentar esperanças e gerar, no seu entorno, uma ampla área de simpatias.

O acionar do *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN) teve, no transcurso do período, estendida repercussão em distintos setores populares, particularmente na juventude estudantil, em alguns setores da classe operária, num amplo setor da intelectualidade e, também, da Igreja Católica, já preparada pelas mudanças doutrinárias que vinham acontecendo desde princípios de 1960. Essa repercussão sob a forma de simpatias não foi expressa organicamente até depois da fundação e dos primeiros atos de massas da Frente Ampla, com a criação do *Movimiento Independiente 26 de Marzo*, em 1971.

Tal como se verá, a estratégia impulsionada pelos grupos revolucionários de ação direta fracassou. As raízes teóricas desse desenlace encontram-se bastante explicitadas na documentação produzida por essas organizações naqueles anos. O foquismo (baseado na obra de Regis Debray), a aversão à política (de raiz anarquista) e o *praticismo* impediram o desenvolvimento de um pensamento político global capaz de abranger a realidade das relações de forças da sociedade e do Estado, em sua totalidade complexa e transformadora. Nesse sentido, não se discutia claramente uma política de alianças ou de acumulação de forças entre os setores revolucionários. Mais

ainda, as organizações mostraram escassa disposição para unificar posições entre si: incapacidade para desenvolver uma proposta alternativa que se incorporasse a outros setores sociais, ou seja, construir uma verdadeira hegemonia. Tais carências foram determinantes nesse fracasso.

Segundo Cores, tudo parecia indicar que não se mediu adequadamente o efeito que a intensificação das lutas produzia nos setores populares que não participavam delas, esse “partido do medo”, “perfeitamente explicável num país com fortes tradições de dominação pacífica, que logo constituiria a base social do *pachequismo* e que teria uma composição social muito heterogênea que não excluía setores populares, como o demonstrará, depois, a eleição de 1971”⁸¹.

Clara Aldrighi (2001) propôs uma categorização para o estudo do MLN, composta de quatro períodos para a análise do movimento: 1) a fase do *coordinador*, como embrião primário da organização que se caracteriza pela realização de contatos, discussões e ações conjuntas entre grupos e pessoas que ocupavam posições destacadas na esquerda. Representa a fase da maturação política e do início da prática conspirativa; 2) inicia-se em dezembro de 1966, momento das mortes de Carlos Flores e Mario Robaina, quando o movimento enfrenta sua primeira prova para superar um forte ataque repressivo, etapa esta em que se realizam ações de propaganda armada e operações demonstrativas para despertar a simpatia e adesão da população; 3) tem, como ponto de partida, o mês de outubro de 1969, com a tomada da cidade de “Pando”, caracterizada por um avanço das ações militares, quando começa a adotar características próprias de guerra civil; e 4) que se inicia em 1972, com o ataque ao Esquadrão da Morte, a ofensiva do Estado e a quase desarticulação do movimento. Esta etapa culminaria em 1974, com a última tentativa de ingresso de grupos operativos desde o exterior (a partir da Argentina, tendo este plano sido desarticulado pela repressão).

Para se realizar uma análise do movimento especificamente, concordaríamos com a categorização elaborada pela autora, mas os objetivos deste trabalho visam, fundamentalmente, ao contexto no qual os *tupamaros* atuaram, seu desenvolvimento ideológico e as suas correlações com a esquerda legal do país. Para tal, somos

⁸¹ CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 51.

favoráveis a uma categorização diferente. Observam-se três momentos, ou períodos, da organização, fundamentalmente a partir do contexto macro da esquerda nacional: 1) desde o surgimento do *coordinador*, em 1962, até a sua derrota político-militar, em 1973, com a entrada em cena da ditadura civil-militar; 2) o contexto que viveu a esquerda e o movimento – nas suas diversas realidades – durante a ditadura, desde 1973 até a pós-ditadura imediata, período conhecido como de reabertura democrática, em 1984; e 3) a partir da reabertura democrática até as eleições de 2004, período caracterizado por grandes mudanças no cenário mundial, regional e nacional, tanto na esquerda uruguaia como no MLN em particular. Neste capítulo, abordaremos a primeira fase, de 1962 até 1973, sendo as outras fases tratadas nos capítulos seguintes.

O nascimento do MLN pode ser explicado seguramente por motivos endógenos e exógenos, alguns de carácter sócio-econômico específico do país e outros mais conectados com a Guerra Fria e a onda de luta armada nascida com o triunfo da Revolução Cubana. Influíram outros fatores, mas a Revolução Cubana exerceu um peso fundamental na aparição do MLN, mais que as causas puramente locais. Um tema de polêmica inicial refere-se ao surgimento do movimento como “socialista” desde seus primórdios, ou um grupo de autodefesa que, posteriormente, evolucionou para esta corrente ideológica. Variadas são as contradições nesse sentido, mas tomamos por possível a versão de seu início como grupo de autodefesa, vistas as características que o *coordinador* possuía e as manifestações de seus principais líderes.

José Mujica referiu-se ao nascimento do MLN como uma reunião de militantes e pequenos grupos de esquerda que se preparavam para a autodefesa diante de pretensos ataques fascistas e golpistas. Mujica afirmou que, no seu início, os *Tupamaros* “não tinham uma intenção ofensiva determinada pela tomada do poder, senão que se tratava de uma atitude defensiva”⁸²; posteriormente, Fernandes Huidobro confirma esta versão, relatando, na sua obra *Historia de los Tupamaros*, as origens do movimento revolucionário liderado por Raúl Sendic, estreitamente vinculado à experiência da Revolução Cubana e às lutas dos trabalhadores açucareiros de Artigas, agrupados na UTAA. Segundo esse trabalho, os anos de 1962 e 1963 são importantes na conformação do núcleo inicial, constituído a partir de militantes procedentes de

⁸² LESSA, Afonso. **La Revolución Imposible**. Montevideo: Fin de Siglo, 2003, p. 73.

distintos grupos e/ou partidos de esquerda. Huidobro afirma que uma das características apontadas pelos críticos em relação ao surgimento do MLN é a de que o mesmo nasce rompendo com a esquerda e se foi transformando numa expressão política dessa ruptura. “Formamos parte da esquerda uruguaia e compartilhávamos seus acertos e seus erros. O que corresponde afirmar é que rompemos com certos vícios arraigados em alguma parte dessa esquerda [...] a esquerda tradicional rompeu conosco, tomou a iniciativa”⁸³.

Na realidade, as relações entre o resto da esquerda e a nascente organização foram mais complexas, ambíguas e mutantes, de ambas as partes. Mas o intuito deste trabalho é outro: procura-se examinar o processo que incorporou o plano de ação popular, a luta armada, ao complexo curso das contradições acontecidas no país ante o acirramento autoritário e conservador.

Em 1962 se forma o embrião organizacional que deu lugar ao surgimento do MLN. De distintos grupos e partidos de esquerda – não comunista –, os integrantes da nascente organização conhecida como *El Coordinador* somaram a participação de socialistas, anarquistas, integrantes do MIR e do MRO. Como objetivo básico, a organização apresentou a necessidade de cumprir funções de defesa do movimento popular contra a repressão policial e os grupos fascistas, muito ativos no Uruguai desde o início de 1960. Também figurava nos seus objetivos um trabalho que visava a impulsionar e oferecer apoio a setores combativos na luta de massas, mediante enfrentamentos radicais, iniciando, assim, a transitar o caminho da luta armada com objetivos revolucionários, mas sem se propor a desenvolvê-la no imediato.

O *Coordinador* captou, desde seu primeiro momento, os grupos mais radicalizados da esquerda, políticos, sindicais, estudantis, já organizados em funções de autodefesa. Esses grupos possuíam algumas características particulares: pouco hierarquizados, flexíveis no organizativo e nas suas formas de mobilização. Foi importante a participação de militantes que saíram do MIR e do MRO e que, posteriormente, fundaram o Movimento de Apoio Campesino – MAC. A presença de anarquistas no Coordenador provinha de integrantes da Federação Anarquista do Uruguai – FAU e da Agrupação Libertária Uruguaia – ALU (dissidente da FAU em

⁸³ HUIDOBRO, Eleutério Fernández. **Historia de los Tupamaros**. Montevideo: TAE, Vol. I, 1989, p. 45.

1964). Esses grupos anarquistas, conjuntamente com outros de menor expressão (uma agrupação de independentes e a agrupação *Voluntad*), formaram o Movimento de Ação Revolucionária – MAR que, em 1965, protagonizou vários atentados com explosivos. A esses grupos somou-se um contingente de trabalhadores rurais, aglutinados por Raúl Sendic na sua experiência de sindicalização e luta entre os trabalhadores da cana de açúcar e os arrozeiros, de *Treinta y Tres*, *Paysandú* e *Bella Unión* ⁸⁴.

No ano de 1963, o *Coordinador* realizou várias ações audazes: o roubo de armas do *Tiro Suizo* e da alfândega de *Bella Unión*, ⁸⁵libertação de presos detidos num posto policial em “Uruguaiana”, uma operação de expropriação e distribuição de mantimentos comestíveis numa favela de Montevideú, apoio à segunda marcha *cañera* de 1964, atentados contra empresas multinacionais e residências de conselheiros do governo por motivo da ruptura das relações com Cuba, roubo de explosivos em *Pan de Azucar*, em 1964, e de uma loja de armas, em 1965 ⁸⁶.

Paulatinamente, os grupos que integravam o *Coordinador* iam adquirindo uma gradual autonomia perante suas organizações de origem, a ponto de que logo deixaram de controlar as ações por eles realizadas. O caso de Raúl Sendic e de outros militantes do Partido Socialista serve como exemplo: o PS não contava com uma estrutura clandestina armada; assim, os militantes que integravam o *Coordinador* mantiveram uma dupla militância até o ano de 1966, quando rompem com o partido e passam “oficialmente” a integrar o nascente MLN. Sem dúvida, esse tipo de autonomia gerava inúmeros problemas para os partidos. Em 1964 ocorreu um amplo debate no *Coordinador* a respeito da possibilidade – proposta por Sendic – de transformar a estrutura armada em instrumento de um “cartel” de partidos e grupos, que conservariam suas autonomias e características específicas. Essa proposta foi descartada no Plenário de *Parque del Plata*, em maio de 1965.

⁸⁴ ALDRIGHI, Clara. **La Izquierda Armada: ideología, ética e identidad en le MLN – Tupamaros**. Montevideo: Trilce, 2001, p. 73.

⁸⁵ No ano de 1963 o *Coordinador*, iniciou uma série de operações menores que serviram como exercício do futuro MLN. O Tiro Suizo era um clube de tiro do qual foram roubados vários fuzis praticamente sem utilidade, mas que politicamente repercutiu no cenário nacional visto que levou a clandestinidade a vários militantes da incipiente organização. As ações de *Bella Unión* e de *Azucar* foram mais eficazes em termos gerais, mas com pouco significado político. A alfândega de *Bella Unión* está localizada na fronteira norte com o Brasil e o roubo de explosivos de *Pan de Azucar* – cidade localizada a 120 km da capital – foi de pouca significação enquanto a quantidade de explosivos adquiridos.

⁸⁶ ALDRIGHI, Clara. op. cit., p. 73.

Nesse encontro do *Parque del Plata* deu-se por finalizada a experiência do *Coordinador*. Segundo Aldrighi, com aproximadamente dois terços de seus integrantes (essencialmente os provenientes do PS, o MAC e o MIR, junto a vários trabalhadores de UTAA), constituiu-se o MLN como formação política autônoma. Os anarquistas da FAU – representados por Gerardo Gatti – não aderiram à proposta de criar uma nova organização revolucionária, visto que já integravam uma, da qual aceitavam seu programa e estratégias. Posteriormente, a FAU criava sua própria organização armada, a OPR33.

No Plenário aprovou-se o primeiro estatuto e se efetivou a eleição de uma direção, o Comitê Executivo, integrado por Sendic, Tabaré Rivero Cedrés, Eleutério Fernandes Huidobro e um integrante do MIR. A partir desse momento, a organização passou a estruturar-se em células, dirigidas por um responsável militar e outro político. Fechou-se à admissão de grupos e os militantes passaram a ser recrutados individualmente. Criaram-se direções intermediárias: coordenações militar e política. Pouco tempo depois, em janeiro de 1966, realizou-se a primeira Convenção no balneário *El Pinar*, da qual os militantes do MIR retiraram-se ao ficar em minoria sua proposta: a do desenvolvimento do MLN como braço armado de um partido marxista-leninista (de orientação maoísta) e com o método de luta de guerrilha rural ⁸⁷.

O MLN, como nova organização, propôs-se ser um movimento revolucionário que vislumbrava objetivos políticos segundo as necessidades do país. Surgiu como movimento ilegal, subversivo da legalidade burguesa, mas também da tradição legalista da esquerda uruguaia. Independente em relação aos interesses de qualquer centro externo – do Estado ou revolucionário –, caracterizou-se pela liberdade de movimentos e de decisão, e pela sua inovadora metodologia: a ação, como máxima para o desenvolvimento da revolução, “a ação nos unifica, as palavras nos distanciam”.

As duas fontes ideológicas que o MLN utilizou para sua fundamentação estratégica foram a revolucionária socialista e a revolucionária liberal. Tanto a tradição uruguaia como sua característica de movimento, situou-o entre essas tendências, contraditórias em variados aspectos. Como ponto em comum, observa-se que ambas as teorias haviam promovido mudanças políticas ao longo dos últimos dois séculos,

⁸⁷ ALDRIGHI, Clara. op. cit., 2001, p. 74.

através da violência, para combater o que se entendia como opressão. A teoria revolucionária socialista, desde a Revolução Francesa de 1789, para eliminar a opressão política; a teoria revolucionária liberal para ir contra a opressão econômico-social.

A teoria revolucionária socialista propõe a modificação do Estado e do sistema sócio-econômico em favor das majorias, já que tais interesses não se vêem garantidos pelo Estado capitalista, que só garante a proteção dos interesses da minoria beneficiada pelo capitalismo, e não os gerais dos cidadãos. Para essa teoria, a opressão do capitalismo é exercida em qualquer sistema político, inclusive no democrático liberal, que constitui uma das formas adotadas pelo capitalismo para manter a desigualdade⁸⁸. A opressão social e econômica, fruto de uma distribuição desigual da riqueza, só pode ser corrigida com a mudança do sistema e a instauração do socialismo.

A partir dessa perspectiva, o MLN considerava que mesmo que existisse “democracia representativa, regime ‘legal’ e governo eleito, o ocultar da exploração, da violência e da ditadura de classes detrás de formas legais constitucionais é uma tática que a oligarquia tem utilizado há quase um século no país”⁸⁹. Diferente das teorias *gradualistas* social-democratas, a teoria revolucionária socialista considera que o socialismo pode ser atingido unicamente através da revolução violenta, já que os grupos dominantes, políticos e econômicos que controlam o Estado utilizam todos os recursos, inclusive a força, para manter seus privilégios.

Na concepção ideológica do MLN, a teoria revolucionária socialista se conjugava, em alguns aspectos, com a revolucionária liberal. O ciclo de revoluções liberais europeias do século XIX, realizadas para derrubar não só tiranias ou monarquias absolutas, mas também regimes constitucionais conservadores, foi promovido por minorias que atuavam “em nome do povo”. Tratou-se de revoluções que pretenderam, e geralmente conseguiram, mediante o recurso da violência, a implantação e aprofundamento dos direitos políticos e das liberdades civis. Não só reivindicavam o respeito das normas constitucionais existentes, no caso de serem desconhecidas por

⁸⁸ Idem, 2001, p. 72-81.

⁸⁹ MLN. **Documento 5**. 1970. op. cit., p. 4.

um governo arbitrário, injusto ou opressor, mas também aspiravam à modificação da ordem jurídica constitucional. Tratava-se, portanto, de revoluções vinculadas ao estatismo democrático⁹⁰.

Para Paul Gilbert (1997), a teoria revolucionária liberal se fundamenta na necessidade de restabelecer os direitos universais negados. “A revolução liberal parte da acusação de que o Estado renuncia à autoridade política, ou seja, seu direito à obediência por parte dos cidadãos, negando-lhes tanto os direitos fundamentais como parte do poder político”⁹¹. A imprensa de esquerda, especialmente o Semanário *Marcha*, considerou o MLN como herdeiro da tradição revolucionária liberal da história uruguaia. Um dos textos mais significativos para a compreensão dessa visão é o editorial de Carlos Quijano, intitulado *La Tierra Purpúrea*, publicado no Semanário *Marcha*, por motivo da tomada de *Pando* e da morte de três *tupamaros*, em 17 de outubro de 1969.

A luta do MLN era uma nova expressão do combativo compromisso político dos uruguaios contra o autoritarismo, na busca secular de uma conciliação entre liberdade e justiça. As reflexões de Quijano no editorial centravam-se no permanente potencial da violência política que havia expressado a sociedade uruguaia ao longo de sua história. O panorama que esboçava Quijano na *Tierra Purpúrea* abria-se com as guerras de independência e concluía no presente: Todo o século XIX foi, nesta terra oriental, um século de revoluções, pronunciamentos, ditaduras, guerras e intervenções estrangeiras.

Na busca de consenso, e também como forma de impulsionar a mobilização ativa do povo, o MLN apelava para a história nacional como fonte de legitimidade. As revoluções e guerras civis da história uruguaia fundamentavam a inspiração liberal revolucionária, como exemplo de direito à rebeldia contra a opressão. Realizaram-se alguns comparativos com fatos da história nacional, como o caso do levante de 1935, o qual, com efeito, revelava algumas semelhanças com o discurso e a política do MLN, tais como: a) o levante foi impulsionado por um conjunto de pessoas de heterogêneas origens políticas, na sua maioria liberais; b) sua bandeira foi de luta contra a opressão política; c) seus objetivos, o restabelecimento do Estado de direito, da democracia

⁹⁰ HOBBSAWN, Eric. **Las Revoluciones Burguesas**. Madrid: Guadarrama, 1974, p. 76.

⁹¹ GILBERT, Paul. **II Dilema del Terrorismo. Studio di Filosofia Política Applicata**. Milano: Fertrinelli, 1997, p. 126.

liberal e das liberdades civis; e d) o método, uma conspiração que terminou em insurreição armada e foi promovida por um reduzido número de ativistas⁹². Assim, as guerras civis do século XIX não eram percebidas como momentos apenas deixados para trás, mas vinculados, para muitos *tupamaros*, ao presente, através de vividas tradições familiares. Simbolizavam a legitimidade do recurso das armas para defender as razões das minorias políticas contra o poder central do Estado, mas também o culto à rebeldia antiautoritária de inflexões libertárias.

Outro ponto importante sobre as referências à história nacional estava no discurso *artiguista*. O MLN declarava encarnar a continuidade de suas idéias. O discurso *artiguista* permitia reforçar o sentimento de nação numa perspectiva latino-americana e encontrar um fio de continuidade entre a ação do MLN e aquela “revolução inconclusa”. No ideário de Artigas, o MLN encontrava conteúdos democráticos radicais e de autogoverno, liberdades civis e propósitos de justiça social contemplados no seu avançado projeto agrário. Os valores que se associavam a sua figura, dignidade, valentia, humanismo, capacidade militar e liderança popular, ocuparam um lugar central na ideologia *tupamara*.

A partir da maior intensificação da política repressiva na década de 1960, o Estado era visto pelo MLN e também pelo conjunto da esquerda como um “simples comitê de assuntos da burguesia”, segundo a visão marxista. Uma minoria de 600 famílias controlava a maior parte dos recursos econômicos do país: terra, indústria, finanças e comércio exterior. Essa minoria estava representada no Governo pelos partidos tradicionais que, majoritariamente, possuíam uma estreita ligação com o imperialismo. Ao considerar o Estado como instrumento de domínio da oligarquia, a luta

⁹² Conscientes de sua condição de minoria, ao iniciar, em janeiro de 1935, o que definiam como uma guerra civil, os insurretos não pretenderam derrotar com suas únicas forças o regime de Gabriel Terra (presidente da República de 1931-1936, colorado, frontal inimigo do *batllismo* e opositor do sistema colegiado de governo), senão que queriam constituir um fator detonante que despertasse a consciência de sua opressão na cidadania e promover a insurgência, que seria conduzida pelas cúpulas das frações antiterroristas dos partidos tradicionais. Os combatentes da revolução de 1935 também se definiam como guerrilheiros. Na sua marcha para *Paso Morlán*, ocuparam uma delegacia de polícia, desarmaram policiais e expropriaram veículos para apoiar o combate. Enfrentaram, em inferioridade de armamento, forças numerosas e bem armadas. Derrotada a revolução, pouco tempo depois, Basílio Muñoz, no Manifesto de Rio de Janeiro (julho-agosto de 1935), reivindicava, junto à luta pela liberdade política, a luta antiimperialista para conseguir a independência econômica latino-americana. A experiência conspirativa e revolucionária lhes incentivou a propor a criação de uma Frente Antifascista e Antiimperialista, a “Frente Popular”. GONZÁLEZ, Adolfo Aguirre. **La Revolución de 1935**. Montevideo: Librosur, 1985, p. 86-94.

revolucionária tomava a forma de ataque ao Estado e devia, em conseqüência, adotar formas político-militares, disputando necessariamente o poder no mesmo território que o adversário. Atacar o Estado significava atacar os indivíduos que cumpriam funções de poder em si mesmo, não só a quem combatia na sua defesa.

Para amplos setores da população, o Estado deixou de representar os interesses gerais do corpo social. Sua capacidade de mediação dos interesses conflitantes e a resolução por vias institucionais dos conflitos viram-se diminuídas ou simplesmente paralisadas. As demandas pacíficas dos trabalhadores e estudantes viam-se desatendidas, enquanto que as respostas violentas do Estado às mobilizações faziam-se cada vez mais intensas. Reiteradas violações dos direitos humanos e torturas de detidos desmentiam fortemente os valores de liberdade, tolerância e humanismo que o Estado uruguaio, através de suas instituições, declarava defender. Nesse contexto, nos últimos anos da década de 1960, intensificou-se a polarização entre Estado e a esquerda uruguaia, em todas suas correntes e tendências.

Em dezembro de 1967 difundiu-se o primeiro documento público firmado como MLN. Nesse documento evidenciam-se algumas das características que marcaram o projeto do MLN e que assinalava, entre outras: “A única via para a libertação nacional e a revolução socialista será a luta armada [...] A luta armada em nosso país é não só possível, senão que imprescindível: única forma de se fazer a revolução”⁹³. Citando Regis Debray, o mencionado documento diz: “No Uruguai também o acento principal deve colocar-se na guerra de guerrilhas [...] O trabalho insurrecional é hoje o trabalho político número um [...] O decisivo para o futuro é a abertura de focos militares, e não políticos. Se vai de um foco militar para o movimento político”⁹⁴.

Assim, desde o seu primeiro documento, o MLN definia-se pela guerra de guerrilhas como estratégia prioritária deixando o trabalho político em segundo plano. As concepções de Debray, influenciaram prematuramente a incipiente organização e foi implantando de forma gradativa uma concepção militarista que levou ao MLN a um rotundo fracasso em 1972. Desde 1967, foi notória a maior influência de Debray no MLN que a da própria Revolução Cubana e da experiência dela extraída.

⁹³ MLN. **Documento nº 1**. Montevideo: mimeo, dezembro de 1967, p. 3.

⁹⁴ Idem.

Em maio de 1968, o MLN emitiu um comunicado que reafirmou os níveis e limites nos quais se propunha desenvolver seu acionar revolucionário. Esse comunicado ficou conhecido como Documento nº 3 e se caracterizou como explicitação política e teórica de qual era a concepção estratégica foquista, tal como a desenvolvia o MLN. Na sua essência, o documento afirma:

Nossa estratégia implica a instalação da luta armada sistemática; apenas estamos preparados para fazê-la realidade e existem condições para isso. [...] Tal estratégia consiste esquematicamente no seguinte: um grupo armado para manter a luta prolongada, quer dizer, preparado como para não ser destruído de imediato ao iniciar as ações. Ante o fato consumado, o resto da esquerda se vê ante estas alternativas: ou somar-se à luta armada ou permanecer indiferente à mesma, ou servir de “soldado tranqüilo” da contra-revolução. [...] Não devemos nos organizar *gremial* ou politicamente em forma pública, mesmo que fazer política ou *gremialismo* hoje seja lícito e não sancionável penalmente. No futuro não vai ser assim, e de não levá-lo em consideração estaremos facilitando o trabalho de nossos inimigos⁹⁵.

No regulamento da organização estabelecia-se, no seu artigo 1º., que “o MLN aspira ser a vanguarda organizada das classes exploradas em sua luta contra o regime; é a união voluntária e combativa de quem é consciente de seu dever histórico”. Na continuidade, afirma: “Portanto, o MLN trata de guiar o povo uruguaio pelo verdadeiro caminho de sua libertação definitiva, que se concretizará na formação de uma sociedade socialista”⁹⁶.

O objetivo oficial do MLN era claro: a revolução mediante a luta armada como único instrumento possível. Fica explicitado o desprezo às alternativas de caráter eleitoral. Em janeiro de 1968, como resultado da Segunda Convenção Nacional, o MLN procurou realizar alguns ajustes e fez a autocrítica de alguns aspectos de sua linha militar. O Documento nº 2 recolheu esses lineamentos, analisando o que denominava de *el problema de la acción*. Estabelecia a existência de duas deformações fundamentais, tanto na base como nos organismos de direção: uma delas foi definida como “militarismo” e consistia em colocar algumas questões técnico-militares por cima de tudo, de forma desmesurada, esquecendo, por completo, o objetivo especificamente político da luta – a preocupação de preservação desmesurada do aparelho, como se

⁹⁵ MLN. **Documento nº 3**. Montevideo: mimeo, maio de 1968, p. 2-5.

⁹⁶ MLN. Regulamento do MLN – Exemplar sem data. In: LESSA, Alfonso. 2003, op. cit., p. 99.

fosse um fim em si mesmo. A outra deformação assinalada se definia como *izquierdismo* e consistia em acreditar que tudo radica em espetaculares ações gloriosas; em reagir com *tremendismo* frente a acontecimentos políticos.

Em dezembro de 1970, o MLN trouxe ao conhecimento público um documento de adesão a Frente Ampla, no qual manifesta sua descrença no processo eleitoral que se avizinhava e a crença na total inviabilidade de se chegar a um governo revolucionário através do pleito eleitoral. Apesar disso, os *tupamaros* manifestaram seu apoio à frente em formação, criticando, porém, o motivo pelo qual a esquerda se unificava: “[...] o MLN entende como positivo que se forme uma união de forças populares tão importantes, mas lamenta que essa união tenha acontecido precisamente por motivo das eleições, e não anteriormente”. Realizaram uma crítica no sentido da desunião tradicional da esquerda, a perda de espaço e seu conseqüente enfraquecimento para enfrentar com efetividade o autoritarismo dominante da época. “Hoje, muitas forças da esquerda e progressistas parecem haver superado estas diferenças, ou algumas delas, e se tem unido a esta frente que, mesmo que não constitua uma integração total das forças populares⁹⁷, é já uma das preocupações da reação”⁹⁸.

O documento finaliza com um apelo ao patriotismo e reivindicando a história nacional, onde se pode identificar a concepção nacionalista *artiguista* do MLN. “Os problemas do país serão solucionados quando a terra estiver a serviço da sociedade e não de um pequeno grupo de privilegiados; quando as riquezas que produza estiverem a serviço do povo, quando esteja a serviço dos mais infelizes, como o quis Artigas há 150 anos. [...] Quando sejam rompidos os laços indignos que nos unem à exploração estrangeira e desenvolvamos uma política exterior patriótica e verdadeiramente independente”⁹⁹. Acreditavam que a Frente poderia constituir uma corrente popular capaz de mobilizar importantes setores trabalhadores e estudantis por um programa

⁹⁷ Na formação da Frente Ampla não participaram a FAU, o MRO e o PRT. Com diferentes argumentos, essas organizações ficaram excluídas do processo de formação da Frente pelo entendimento de que o processo eleitoral não conduzia à revolução. Essa discussão foi também presente internamente no MLN, onde predominou a adesão à Frente como posição oficial.

⁹⁸ MLN. **MLN – Tupamaros y Frente Amplio**. Montevideo: Ed. MLN: Propaganda Central. 1989, p. 10-

11.

⁹⁹ Idem.

nacional e popular. Concluíram o documento reafirmando a validade da luta armada: “A luta armada e clandestina dos *Tupamaros* não se detêm”.

Ainda que contradizendo formulações anteriores, o movimento considerou necessário participar de outras formas de ação, e de fato as levou a cabo, mas sempre atreladas e ao serviço da luta armada. Assim ocorreu nas organizações sociais, na mobilização popular e se constatou, desde 1971, com a fundação da Frente Ampla. O *Movimiento 26 de Marzo* foi o braço legal para sua participação. Apesar de os *Tupamaros* não terem apresentado um candidato próprio nas eleições de 1971, a fração “Pátria Grande”, na Frente Ampla, liderada pelo ex-dirigente branco Enrique Erro – o *frenteamplista* mais identificado com o MLN –, foi a terceira mais votada da Frente Ampla. Chegou ao Senado da República com 70.944 votos¹⁰⁰.

Como vanguarda revolucionária, o MLN colocava-se à frente de dois desafios históricos estipulados por sua estratégia de curto e médio prazo: 1) como a organização e seu método passariam a ganhar as grandes massas. 2) Como a organização e seu método passariam a uma etapa superior de guerra, a uma etapa na qual se destruísse o aparelho armado que sustentava a oligarquia. Consideravam, ainda, os desempregados que habitavam as favelas que formavam um colar ao redor de Montevideu – e ainda formam – como o setor “potencialmente mais revolucionário” e propunham a formação de uma “Frente de Libertação Nacional”, com conteúdo comum antiimperialista e antioligárquico.

Como salienta Lessa (2003), a história imediata encarregou-se de demonstrar dois fenômenos: 1) a importância que efetivamente alcançaram os aspectos levantados pelos *Tupamaros* para seu próprio desenvolvimento; e 2) o mais completo fracasso nesses dois objetivos. Não chegaram ao triunfo político que implicava ganhar as grandes massas, nem obtiveram o êxito militar que perseguiram. Seguramente, uma vez mais, a sobrevalorização do obtido até esse momento e, principalmente, um erro de análise da realidade constituíram esse fracasso.

Os documentos posteriores não fizeram mais que reafirmar a linha estratégica da luta armada, ainda que com algumas variantes determinadas, em sua maioria, pela conjuntura – em alguns casos com conteúdos de autocrítica. Ante a iminência da

¹⁰⁰ LESSA, Alfonso. 2003. op. cit., p.116.

derrota militar (a partir de 1972) e fundamentalmente depois, quando se produziu a diáspora e o exílio, começou-se a perceber importantes modificações no pensamento *tupamaro*. O fracasso militar do MLN pareceu uma prova concreta de que a guerrilha exclusivamente urbana não poderia triunfar. E muito menos em países de tradição democrática e com índices importantes de inserção social. Tanto Guevara como Debray tinham advertido para a inviabilidade da luta armada no Uruguai. De fato, os únicos grupos armados triunfantes na América Latina do século XX foram rurais e tiveram como cenários países com regimes ditatoriais, exclusão política e marcada exclusão social, casos de Cuba e da Nicarágua.

Em março de 1972, o MLN celebrou uma convenção das colunas¹⁰¹ do interior e de Montevideú. Depois de um longo enfrentamento ideológico entre as duas linhas, decidiu proceder à substituição da equipe dirigente por uma nova. A decisão por coesão ideológica e a diversidade da origem dos militantes que se reuniram para fundar o MLN constituíam uma contradição latente, mas que parecia superada. Debray afirma que sem subestimar o êxito do movimento na superação de sua disparidade, num primeiro momento, e a harmonização de seus componentes, torna-se obrigatório reconhecer que a solução encontrada empiricamente a esse problema foi a tal ponto “prática”, ou seja, desprovida de base ideológica clara, que em grande parte voltou-se “teórica”.

A unificação já havia se dado na primeira Convenção, em janeiro de 1966. Posteriormente, em março de 1968, a II Convenção aprovou formalmente o princípio de centralismo democrático como norma de organização, assim como os estatutos, com muita ênfase sobre o exercício do centralismo e a disciplina, necessários para qualquer organização com as características relativas ao exercício de uma democracia interna efetiva, como forma de garantir um bom estado de discussão coletiva e de circulação das idéias no seu interior. Essas posições não puderam evitar a aparição, inevitável e

¹⁰¹ O MLN estava estruturado internamente a partir de células (grupos de quatro a seis integrantes) que, por sua vez, estruturavam-se em colunas (grupos integrados por quatro a seis células). As colunas tinham funções específicas dentro da organização. Elas dividiam-se em colunas: políticas, de logística, de ação direta, de intra-estrutura, entre outras. No total, estima-se que o número de colunas foi de aproximadamente 30, no seu momento de maior desenvolvimento (1971-1972). A convenção das colunas implicava uma instância de decisão democrática dentro da organização; estavam representadas pelos coordenadores de cada coluna.

positiva em si, de orientações e tendências diferentes. Isso alimentaria, posteriormente, uma incipiente fissura.

Essa fissura não ocorria entre duas tendências, e sim entre dois estilos de trabalho: a primeira, popular, mais democrática, com o cuidado de reforçar seus vínculos com as massas. A outra, mais vanguardista, mais jovem também e de origem universitária, centralizadora ao extremo, tendia a dar prioridade às operações de comando e às concepções militares, e subestimava o trabalho político de organização nas frentes de massas e em seu próprio seio. Não se tratava, entretanto, de grupos claramente delimitados, nem de frações constituídas. Enquanto a velha direção esteve nos postos de comando, a primeira orientação triunfou sempre, sem discussões, pois a figura de Sendic como líder inato colocava fora de discussões – de forma natural – o exercício do poder. Como Max Weber diria, a submissão natural ante uma verdadeira autoridade “carismática”.

Outra situação que deve ser considerada é a de que nessa época quase toda a direção histórica (os velhos dirigentes) se encontrava encarcerada no presídio de *Punta Carretas*. Isso fez com que fosse assumida a tendência militarista, conhecida pelo nome de “samurai”. A falta de preparação e de experiência, o desconhecimento do funcionamento da organização e uma marcada incapacidade de análise política tomaram conta então do MLN¹⁰². Sua homogeneidade interna é recente e faz com que apareça, nesse momento, a “micro-fração”, facilitada pela ausência de uma direção firme e prestigiada¹⁰³.

Nesse contexto, a tarefa do momento era manter na ativa a organização – e os novos responsáveis a cumpriram a contento. Procurando, antes de tudo, a eficiência militar, realizaram uma impressionante série de operações cujo impacto bastou para desmentir, na opinião pública, a idéia – incansavelmente propagada pela imprensa oficial – de que depois dos episódios que levaram à detenção dos dirigentes históricos o MLN estava desmantelado. As lideranças históricas, por sua vez, não eram informadas pela nova direção, tanto que após a fuga do presídio de *Punta Carretas*,

¹⁰² Parafrazeando Debray: “A realidade parece confirmar pela negativa a relação estabelecida entre a flexibilidade da linha política e a solidez do instrumento militar – que não era tão sólido como parecia, por falta de uma verdadeira consolidação ideológica”. DEBRAY, Régis. **Las Pruebas del Fuego: la crítica de las armas II**. México: Siglo XXI. 1974, p. 125.

¹⁰³ DEBRAY, Régis. op. cit., 1974, p. 148-162.

conhecida com o nome de *El Abuso*, em setembro de 1972, os dirigentes evadidos não reconheceram a organização que eles criaram. Como conseqüência dessa situação, os dirigentes históricos negaram-se a assumir novamente a direção do Comitê Executivo.

“O militarismo gera perdas das qualidades militares e da atitude para sustentar um encontro frontal com o inimigo tanto mais pernicioso, porque tampouco se revela senão no último momento, em período de crise. Uma militarização excessiva produz um instrumento militar embotado e debilitado”¹⁰⁴. Dessa forma Debray definiu a situação dos *tupamaros* em 1972. Certamente, a organização tinha mudado de forma significativa: existia um centralismo insuficientemente democrático, no qual as bases já não participavam na tomada de decisões e onde os órgãos dirigentes deixavam de submeter-se ao controle do conjunto dos militantes; surgiu um autoritarismo vertical, violentando as normas e estatutos da organização. Essas diferenças levaram a uma série de discussões entre as tendências enfrentadas, o que contribuiu para aprofundar a brecha entre ambas.

Em março de 1972, as críticas que se faziam ao Comitê Executivo eram de haver dirigido a organização numa linha “esquerdista”, como forma de representar o desvio ideológico em favor do militarismo. A esse qualificativo se acrescentavam algumas características “direitistas”, uma sorte de combinações de contrários presentes nos “esquerdismos”. Aquele extremo desvio esquerdista (colocar-se tão à frente das massas que se deixa de lado a realidade das mesmas) era a tradução política de um desvio ideológico de direita: as tendências nacionalistas haviam deslocado no interior do Movimento as posições do marxismo-leninismo. Por isso, o MLN caracterizou aquela etapa como “pequeno burguesa”.

Em 14 de abril de 1972 produziu-se uma seqüência de ações violentas por parte do MLN, através de múltiplos ataques contra integrantes de um grupo para-militar ligado aos órgãos da repressão. As Forças Armadas responderam, no mesmo dia, com uma série de procedimentos que abalaram as estruturas do MLN. A partir desse momento, a organização pareceu perder capacidade de resposta e, num prazo de cinco meses, foi praticamente desmantelada.

¹⁰⁴ DEBRAY, Régis. op. cit., 1974, p. 164.

Essa derrota em tão breve lapso de tempo de uma organização que parecia estar, em abril de 1972, na plenitude de seu poderio causou uma explicável surpresa. Essa força era somente aparente. No início de 1972, o MLN atravessou a maior crise interna de sua história. Como afirmou Bonino (1988), a crise foi resultante do confronto entre duas direções “paralelas”: a direção “histórica” havia formado o MLN, enquanto que a “nova” direção havia sido formada pelo MLN¹⁰⁵.

Criada com uma dupla função político-militar, a organização em si mesma se especializou como aparelho militar, deixando a função política nas mãos do Comitê Executivo, que avaliava, pensava e agia por ela. No período de 1972, esse aparelho militar foi adaptando os indivíduos a suas próprias necessidades estruturais; assim, acabou formando soldados no lugar de políticos. As ações de 14 de abril e seus resultados podem se explicar a partir dessa concepção “militarista” da “nova” direção.

Segundo as críticas realizadas por Cores (1997), apesar dos erros – claramente explicitados na sua própria documentação – parece que seu acionar foi visto, pelo menos durante os primeiros anos, com simpatia por setores decepcionados com a situação de crescente deterioração econômica e social e com a falta de respostas por parte do sistema político. Sua emergência alentou esperanças, avivou emoções e revelou faces da realidade do país, até esse momento desconhecidas¹⁰⁶.

Por outro lado, as críticas ao modelo organizacional desenvolvido pelo MLN, focaram-se quase que com exclusividade – pelo menos dentro da esquerda combativa – na Federação Anarquista Uruguaia – Fau. Esta possuía um aparelho armado (a OPR33), que vinha desenvolvendo atividades similares com as do MLN desde a década de 1960 – fundamentalmente após a sua saída do *Coordinador* –, a partir de uma diferenciada concepção do que era uma organização armada. Essa concepção possuía fortes bases na própria história das organizações anarquistas, não somente no país, senão que também no *Rio de la Plata*. Torna-se necessário determos um momento na origem dessa concepção.

A FAU se desenvolveu sob a influência de variados aspectos, especialmente o da história libertária do *Rio de la Plata* e da Espanha. Das lutas operárias de origem

¹⁰⁵ BONINO, Costa Luis. **Crisis de los Partidos Tradicionales y Movimiento Revolucionário en el Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 1988, p. 78.

¹⁰⁶ CORES, Hugo. 1997. op. cit., p. 55.

anarco-sindicalista de finais do século XIX, do anarquismo expropriador e do reivindicador. Sua influência teórica doutrinária estava pautada por Bakunin e Malatesta. A história do anarquismo no *Rio de la Plata* remonta a 1860, com notória influência das correntes migratórias que chegaram neste ano particularmente da Itália, França e Espanha. Essa particularidade foi marcante para a definição de seu caráter internacionalista – com o qual nascem e se mantêm no tempo as correntes socialistas e anarquistas.

Um aspecto político-ideológico que estava presente em vários enfoques dos militantes espanhóis que atuaram na região foi o referente à “Aliança Bakuniniana”. Entre 1868 e 1869 foi fundada, na Espanha, a “Aliança da Democracia Socialista”. Seus postulados estabeleceram dois níveis de luta: um político (de atuação secreta) e outro sindical, com finalidade revolucionária, expressa posteriormente na Internacional de *Chaux-Aux-Fonds*. O programa da Aliança estabelecia, entre outros objetivos: a abolição definitiva e completa das classes e a igualdade econômica e social dos indivíduos de ambos os sexos. A Aliança, constituída por membros da Associação Internacional de Trabalhadores, teria por objetivo a propaganda e o desenvolvimento dos princípios de seu programa e a utilização de todos os meios para alcançar a emancipação.

Os níveis de luta adotados pela Aliança se misturaram entre si e cumpriram um papel fundamental na história do movimento operário argentino e uruguaio. Acrescenta-se a concepção malatestiana da atividade especificamente política, a qual chamou inicialmente de partido. Um Malatesta que, pela importância da imigração italiana e pela influência direta de suas propostas e tarefas organizativas sindicais, especialmente dos sindicatos de resistência, teve particular influência na história sindical uruguaia. Também existia, como assinala Mechoso (2003), uma militância que acreditava no sindicato como suficiente para a transformação social – era a concepção propriamente anarco-sindicalista¹⁰⁷.

Em agosto de 1905 foi criada a Federação Obreira Regional Uruguaia – Foru, com orientação ideológica predominantemente anarquista. Uma série de reivindicações

¹⁰⁷ MECHOSO, Juan Carlos. **Acción Directa Anarquista: Una Historia de FAU**. Montevideo: Recortes de FAU, 2003, p. 12.

transformou-se em motivo de luta desde sua fundação: oito horas de trabalho, supressão do trabalho noturno (para os padeiros), abolição do trabalho por jornadas abusivas, responsabilidade nos acidentes de trabalho, descanso semanal, higiene do local de trabalho, proibição do trabalho de menores, entre outras. Essas reivindicações movimentaram sobremodo o cenário sindical nas primeiras duas décadas do século XX. Uma outra característica que marcou o movimento anarquista nucleado na Foru foi a sua posição internacionalista. Também promoveu e participou de atividades em favor da construção de uma instância de coordenação da ação operária revolucionária na procura de um socialismo livre.

De outra parte, a Revolução Russa de 1917 provocou um impacto extremamente significativo na Federação Operária Regional Uruguiaia, com o despertar de profundas simpatias e a percepção da possível derrota do mundo capitalista como o grande momento do proletariado. Mas, rapidamente, os anarquistas observaram que aquela orientação e seus métodos não levavam ao “paraíso sonhado”. Como consequência, originaram-se divisões e, finalmente, se constituiu outro agrupamento sindical, em 1923, a União Sindical Uruguiaia – USU. Esse novo agrupamento estabeleceu, na sua Carta Fundamental, uma orientação de cunho anarco-sindicalista; não aceitando a proposta comunista de vincular-se organicamente com a Internacional Comunista. De qualquer forma, essa divisão acarretou uma fragilização do movimento operário.

Diminuído o potencial da Foru e da USU, o anarquismo irrompeu com outra de suas expressões: a de grupos de ação direta armada. Iniciaram-se, em 1927, uma série de ações geralmente ligadas a represálias por questões sindicais e expropriações. A participação de anarquistas argentinos, como Miguel Arcángel Rosigna, foi permanente no período até os anos de 1932. Um dos fatos que marcaram profundamente a memória do movimento anarquista foi a execução, por um grupo anarquista, de Luis Pardeiro, delegado de polícia e conhecido torturador uruguaio que foi *ajusticiado* em 1932. Essa tendência dentro do movimento anarquista – a da utilização da violência – tomou outros rumos no período do Uruguai *sesentista*, quando a utilização desta prática

ficou circunscrita a uma instância orgânica, a OPR33, tendo-se abandonado as práticas do passado, principalmente os atentados individuais com bombas¹⁰⁸.

Na metade da década de 1950 parece ter havido um certo ressurgimento das idéias anarquistas, particularmente no âmbito cultural. Surgiram publicações novas, como *Construir*, e se ampliaram outras que vinham sendo editadas desde 1938, caso de *Voluntad*. Formaram-se também núcleos militantes em alguns centros estudantis. Assim, como culminação de um longo processo de relacionamentos e intercâmbios entre distintos grupos de afinidade, em maio de 1956 realizou-se o “Pleno Nacional Anarquista” e em outubro do mesmo ano o *Congreso Constituyente de la Federación Anarquista Uruguaya*.

Em ambas as instâncias, os libertários uruguaios levantaram múltiplos acordos, de certa forma bastante inovadores em relação ao pensamento anarquista ortodoxo predominante na Europa e nos EUA, que continuavam sendo a referência doutrinária fundamental. Esses acordos revelavam a existência de distintas inflexões e projetos dentro de uma visão bastante geral da luta com o chamado estatal-capitalismo. Nesse sentido, tinha vigência o caráter federativo da organização.

Na Declaração de Princípios da FAU (1956)¹⁰⁹ pode-se observar claramente a sua linha de pensamento sobre a problemática que o país atravessava. A solução dos graves problemas sociais que afetavam a sociedade só seria possível mediante uma profunda transformação de caráter individual e social, ou seja, no plano ético e no econômico-social. Essas transformações teriam como objetivo a socialização dos meios de produção e distribuição, a organização e administração com base nos princípios de

¹⁰⁸ Arma predileta do anarquismo tradicional e dos nihilistas russos, a sua inutilidade e, ainda, a sua contra-produção foram indiscutidas quando o marxismo chegou a dominar incontestavelmente na teorização de quase todas as tendências revolucionárias. Em nome de um “estruturalismo” sumário, rejeitava-se qualquer operação que não tocasse as bases mesmas do regime, visto que o eliminado sempre tinha substituto e o fato encolerizava a repressão. (AZÚA, Carlos Real de. op. cit., 1988, p. 102).

¹⁰⁹ Na Declaração de Princípios, a FAU fazia as seguintes considerações: a) que a experiência confirma as críticas realizadas pelo anarquismo à organização societária atual, com base no capitalismo de Estado; b) que por seus próprios vícios como sistema de convivência social contrário ao desenvolvimento livre e integral da personalidade humana, e frente às reivindicações populares de liberdade, justiça e bem-estar, o capitalismo já desembocou em crise, em maior ou menor grau, em todos os países; c) que essa crise tem sido admitida por muitos representantes da burguesia, que procura saída e estabilização de seus privilégios na hipertrofia do Estado, eixo de uma nova economia dirigida por monopolizadores do poder e receptor natural de todas as tendências coercitivas contrárias às aspirações libertárias e justiceiras do homem; e d) que a experiência, além de tudo, nos diz do fracasso nas tentativas de superar os males do capitalismo pela via do poder. FAU. Declaração de Princípios 1956. In: **Revista Lucha Libertária**. Montevideo: FAU, 2000, p. 12-24.

ação direta e federativa, e a vigência integral da liberdade, o que possibilitaria um desenvolvimento pleno da personalidade humana. A utilização do conceito de transformação implica em revolução social, e esta só pode ser cumprida no conjunto das massas trabalhadoras. O internacionalismo é mencionado como uma concepção revolucionária que deveria criar os elementos da nova sociedade, prescindindo de fronteiras políticas e tendendo a formar agrupações regionais sobre a base dos vínculos econômicos, lingüísticos e culturais¹¹⁰.

Como todas as organizações de esquerda, a FAU foi atravessada pelos debates surgidos em toda a América Latina a partir do triunfo da Revolução Cubana e das primeiras realizações do governo encabeçado por Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos. Gerardo Gatti publicou, num documento editado por motivo do décimo aniversário da FAU e intitulado *Izquierda, Reformismo y Acción Directa*, um manifesto no qual toma partido pela Revolução Cubana e também pela “heróica Revolução Chinesa”. O discurso é claramente antiimperialista e terceiro-mundista. Critica desde posições de esquerda até o reformismo impulsionado pela URSS, modelo que rechaça; pronuncia-se contra o *eleitoralismo* e o parlamentarismo e resgata a ação direta do povo como concepção da ação revolucionária, cujo objetivo é o socialismo e a liberdade.

Desde uma posição de defesa da luta armada, nos termos em que nesses tempos era debatida na América Latina, Gatti expressava que a FAU:

Está organizada como partido” e acrescenta: “Concebemos a ação da FAU como um fator de dinamização e orientação da ação popular. Atuando dentro das massas, como parte delas. [...] Atuando como um elemento de propulsão e orientação popular, não como colosso do poder, não como uma minoria disposta a se pendurar nas costas do povo e através dos mecanismos do poder estatal. Na perspectiva das lutas de transformação, a FAU não reclama nem deseja para si nenhum privilégio de exclusividade¹¹¹.”

A FAU foi impulsora e animadora de uma linha combativa de esquerda, conhecida pelo nome de “Tendência”. Esta terminou consolidando-se numa expressão política pública da FAU, a *Resistencia Obrera Estudiantil* – ROE, que teve, nesses anos, uma influência substancial no movimento operário e estudantil. A Resistência,

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ GATTI, Gerardo. *Izquierda Reformismo y Acción Directa*. Montevideo: FAU, mimeo, 1968, p. 2.

composta por trabalhadores e estudantes, convocava, fundamentalmente, várias correntes da esquerda combativa. A ROE desenvolveu um papel importante no transcurso de vários conflitos da época, nucleando e organizando os setores mais combativos do movimento sindical e estudantil, e protagonizou a radicalização de vários confrontos com setores patronais e do governo. Entre seus principais dirigentes encontravam-se os líderes sindicais Leon Duarte e Gerardo Gatti, ambos desaparecidos na Argentina anos mais tarde, numa ação “globalizada” da repressão dos governos rio-platenses.

5. AS DISCUSSÕES SOBRE A TEORIA DO FOCO

Ou os *tupamaros* se repõem e seguem avançando e o modelo guerrilheiro da América Latina tem um futuro, ou bem não se repõem e se dá volta à página na história política da América Latina contemporânea¹¹².

Pode-se atribuir a paternidade da Teoria do Foco a Karl Kautsky, guia intelectual da II Internacional e assessor de Lênin entre 1900 e 1914; tendo os argumentos do “foco guerrilheiro” sido enunciados pela primeira vez em Viena, em 1901, no projeto do Programa do Partido Social-Democrata Austríaco. As implicações desses postulados teóricos foram desenvolvidas numa teoria da organização revolucionária – teoria inexistente em Marx e Engels – pelo melhor discípulo e intérprete russo de Kautsky, Vladimir Ilich Lênin, em 1902. Debray argumenta que não há uma só frase do *Que Fazer*, de Lênin, que não possa traduzir-se diretamente em linguagem foquista: “[...] pode-se substituir *organização de revolucionários profissionais*, por *vanguarda político-militar*, sem destruir a coerência interna da argumentação leninista, visto que a argumentação foquista e a de Lênin de 1902 possuem a mesma lógica e partem dos mesmos pressupostos¹¹³.

O foco, tal como o descrevia Debray recolhendo as experiências guerrilheiras do momento, constituía mais que um fato militar: possibilitava as bases imprescindíveis para qualquer guerrilha com intenções de sobreviver e se desenvolver. Constituía, por cima de outras considerações, uma contribuição de medular importância para a teoria revolucionária – visto que se a revolução deixava de construir a culminação de um longo processo preparatório, necessitava-se de outro elemento que a promovesse. Um novo mediador que substituísse a lenta maturação do modo de produção em que a revolução se geria. Essa substituição era o foco; mais que uma diferente estratégia ou um aporte tático, um produtor de revoluções¹¹⁴.

¹¹² DEBRAY, Régis. **Las Pruebas del Fuego**. México: Siglo XXI, 1974, p. 117.

¹¹³ DEBRAY, Régis. **La Crítica de las Armas II**. México: Siglo XXI, 1975, p. 147-148.

¹¹⁴ Para o “Ché”, a virtude do foco radicava em haver ganhado para si a massa da população. Por isso – acrescenta –, é necessário acudir à guerra de guerrilhas quando se tem junto a si um núcleo majoritário e

O foco, dizia Debray em “O Castrismo: a longa marcha da América Latina” (1964), não tende a tomar o poder; é um incentivador, conta com a colocação das massas em condições de derrotar por si mesmas o poder estabelecido. Também não é *blanquismo*, se adiantava, já que procurava unir as massas previamente à conquista do poder, fazendo disso a condição *sine qua non* desse objetivo. Primeiro, com poucos combatentes, na selva e em lugares inacessíveis; logo, tomando as terras baixas; por último, conquistando as cidades, começando pelas menores e próximas¹¹⁵. O modelo foquista dos anos sessenta apresentava o processo revolucionário como sendo constituído por duas linhas de atividade desenvolvendo-se paralelamente, nas cidades e nas montanhas, encontrando-se ambas mais adiante, na insurreição generalizada.

“Toda vanguarda revolucionária que se respeita se considera como um mandatário em suspenso, um destacamento do povo nos postos avançados da luta social que só atua por delegação”¹¹⁶. Assim explicava Debray a vanguarda revolucionária. Da mesma forma que a guerra popular não nasce espontaneamente, sem a ação consciente e prolongada de um partido, as guerrilhas rurais e urbanas conduzidas por organizações político-militares não se terão considerado a si mesmas como formas não desenvolvidas da guerra popular. “Uma vanguarda não se atira à luta armada sem fazer a aposta, sem ter a vontade de desencadear, a médio ou a longo prazo, uma guerra popular”¹¹⁷.

A Federação Anarquista Uruguaia – FAU foi quem realizou a crítica mais contundente à Teoria do Foco e, portanto, quem questionou, desde uma posição de esquerda combativa, o acionar do MLN. No documento da FAU intitulado “Copei”¹¹⁸, de 1972, são levantados os questionamentos que aprofundaram as diferenças ideológicas dessas duas organizações e marcaram o momento-chave quando se questionou, de forma profunda, a Teoria do Foco na sua versão uruguaia, protagonizada pelo MLN.

para se defender das opressões de um núcleo infinitamente menor de armas. O guerrilheiro contaria, então, com o apoio da população do lugar. Esta seria uma condição *sine qua non*.

¹¹⁵ DEBRAY, Régis. **El castrismo: la larga marcha de América Latina**. In: Cuadernos de Marcha. N.º. 3, Montevideo: 1967, p. 53-54.

¹¹⁶ DEBRAY, Régis. op. cit., 1975, p. 90.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ “Copei” foi um nome fantasia com o qual a FAU intitulou o documento que analisava a teoria do foco. O nome do documento foi copiado de um documento da Democracia Cristã Venezuelana, que circulava em 1972 na imprensa internacional, como forma de disfarçar o teor do documento e da organização que o emitia.

O “Copei”, num primeiro momento, inicia uma análise sobre os acontecimentos naquele contexto, 1968-1972, quando a ofensiva da repressão desferiu duros golpes no MLN. Num segundo momento, analisa as influências da Revolução Cubana, considerando que o triunfo da Revolução teve, na América Latina, um efeito estimulante, contribuindo para fazer avançar o processo de luta em todo o continente. Afirmou a viabilidade da luta armada, evidenciou a existência de condições para iniciá-la e considerou, ainda, que em certas condições precisas e concretas poder-se-ia obter a vitória num tempo relativamente curto. Referenciava-se, assim, no Uruguai, a uma concepção de luta armada que se apresentou com base na experiência cubana. Essa concepção era conhecida como “Teoria do Foco” ou “foquismo”, sistematizada no seu momento por Regis Debray, especialmente em sua obra *Revolución en la Revolución*, que pretendeu ser uma conceituação da experiência cubana.

A Teoria do Foco sistematizou alguns critérios estratégico-táticos bastante importantes, sobretudo os ensinamentos que, segundo seus seguidores, se poderia tirar da guerra de guerrilhas em Cuba. Esses critérios estratégicos se apresentariam como generalizáveis, como aplicáveis na maioria dos países latino-americanos. A influência da Teoria do Foco foi muito grande, motivando, a propósito de sua formulação por Debray, polêmicas intensas. No Uruguai também se polemizou a respeito, também se exerceu fortemente a influência dessas concepções, que foram as que basicamente guiaram as práticas do MLN.

Ao longo de seus anos de atuação, e mesmo desde seu começo, o MLN introduziu variáveis, corrigiu e adaptou os conceitos foquistas. A FAU manifestou, no “Copei”, a esse respeito: “Nossa organização discrepou com o foquismo desde seu surgimento como concepção. Entendemos que os fracassos que hoje experimenta o MLN, e com ele a Revolução Uruguaia, mostram que as debilidades do foquismo não foram superadas, oportunamente, pelo MLN. Que seus esforços apontaram a uma adaptação do foquismo, e não a romper com ele”¹¹⁹. Dessa forma, a FAU critica a Teoria do Foco e realiza uma avaliação particular sobre as influências da Revolução Cubana. Rejeita o foco fundamentalmente por dois motivos: 1) sua característica como

¹¹⁹ FAU. **Copei**. Montevideo: Documentos de FAU, mimeo, 1971, p. 7.

vanguarda distante das massas; e 2) a inaplicabilidade de receitas prontas (funcionou em Cuba, deveria funcionar em toda a América Latina)¹²⁰.

Em relação à essência do foquismo, que teve sua origem a partir da Revolução Cubana com base nos textos produzidos por Guevara e, posteriormente, por Debray, os militantes uruguaios (MLN e FAU, fundamentalmente) assinalavam algumas características próprias do processo cubano que não poderiam ser reproduzidas no Uruguai. A instalação de um foco guerrilheiro na serra, como no caso cubano, com apoio da população camponesa, era impensável no Uruguai. Não existiam serras nem selva no país, e também não existia uma população originariamente camponesa, e sim uma classe de trabalhadores rurais assalariados, diretamente vinculados ao latifúndio e aos partidos políticos tradicionais, com uma severa ligação clientelística com o latifundiário de turno.

É necessário observar que um dos pontos-chave da Revolução Cubana foi a ampla participação de setores camponeses em todo o processo revolucionário. Desde o momento em que Fidel Castro e seus companheiros desembarcaram do *Granma* até a entrada triunfal em Havana, o apoio e a direta participação camponesa na guerrilha foi um fator determinante. A constituição do Exército Revolucionário foi essencialmente camponesa.

Conforme Mao Jr. (2001), “o movimento 26 de julho conseguiu criar, entre os camponeses da *Sierra Maestra*, uma rede clandestina, cujo objetivo principal era apoiar os expedicionários quando eles desembarcassem”¹²¹. Essa forma de organização e estruturação do exército revolucionário foi possível pelas históricas particularidades de Cuba, o que contou com antecedentes de selvagem exploração latifundiária que remontam ao processo de colonização.

Outro ponto de discussão em torno do foquismo cubano foi a presença de uma ditadura como a de Fulgêncio Batista. Apesar de o Uruguai viver um período de crescente autoritarismo (especificamente desde 1968), o país “oficialmente” se

¹²⁰ A linha estratégico-tática do MLN não foi um traslado mecânico da linha foquista original. Essas adaptações constituem o original, o próprio, o específico da experiência de guerrilha urbana (as unidades táticas de combate) que o MLN protagonizou no Uruguai. Mesmo assim, apesar do esforço criador aplicado à adequação do foquismo às condições locais, esse esforço não chegou a alterar os pressupostos básicos foquistas que conduziram a prática do MLN.

¹²¹ MAO Jr., Rodrigues José. O Campesinato e a Revolução Cubana: da *Sierra Maestra* ao triunfo da revolução (1956-1959). In: **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, vol. 5, n 3, 2001, p. 141.

caracterizava dentro das estruturas legais de uma democracia liberal. Os desmandos e atropelos do presidente Jorge Pacheco Areco não podiam ser comparados com a realidade cubana. Além do que devia se considerar que a metade da população do país encontrava-se localizada na capital, Montevideú, o que implicava que organizações com propostas armadas tivessem seu foco de atuação no epicentro do país.

Dessa forma, além de necessariamente a luta ter que tomar as características nitidamente urbanas, ela deveria conviver no centro político do país com as outras organizações políticas e movimentos sociais, e não seria possível seu isolamento no interior (pelo menos no início). Isso contradizia o princípio da Teoria do Foco e da experiência cubana e confrontava, fundamentalmente, ao MLN com a advertência de Guevara: “é fundamental precisar que nunca pode surgir por si mesma uma guerrilha suburbana”¹²². Ditame este que *Tupamaros* ignorou.

A FAU expôs brevemente as características mais significativas do foquismo:

1. A necessidade de iniciar a luta armada rapidamente sempre que existissem certas condições econômico-sociais que a façam viável. Partia-se da base de que essas condições estavam dadas na quase totalidade dos países latino-americanos, como conseqüência de seu subdesenvolvimento e atraso.

2. As condições políticas e ideológicas (chamadas “condições subjetivas”) desenvolver-se-iam como conseqüência da atividade do foco armado. Por isso, considerava-se como algo secundário, e seguramente não prioritário, a existência, ou não, dos partidos políticos revolucionários. As simpatias suscitadas pela atividade militar do foco deveriam ser enquadradas em organizações cuja função seria, quase exclusivamente, contribuir ao esforço e à vitória militar. O desenvolvimento da luta medir-se-ia em termos de crescimento da capacidade operativa; o êxito, em termos de êxito militar; e a vitória, era a vitória militar na guerra. A expectativa e a confiança nessa vitória, que surgia da ação armada, era o ganho e o requisito essencial no plano ideológico.

3. A guerra era concebida em termos de guerra de guerrilhas, centrada no meio rural, ao amparo de condições geográficas adequadas (montanhas e selva) que faziam possível o ocultamento dos guerrilheiros e viável a tática de “golpear e desaparecer”,

¹²² GUEVARA, Ernesto “Che”. **La Guerra de Guerrillas**. Buenos Aires: Editorial 21, 2003, p. 34.

movimentando-se sempre, característica da guerrilha rural. Na sua formulação clássica, o foquismo negava a viabilidade da guerrilha urbana. Por definição, “sempre em presença do inimigo”, sempre ao alcance deste, o guerrilheiro urbano – dizia-se – estava condenado a um rápido aniquilamento. A atividade armada urbana cumpriria apenas uma função complementar da guerrilha rural, que seria quem protagonizaria o enfrentamento e quem, através de muitas pequenas vitórias parciais, conquistaria a vitória final, reduzindo à impotência o exército contrário.

4. A atividade militar do foco inauguraria um processo em que cada ação, cada operação do foco, motivaria réplica generalizada como resposta da repressão. Na medida em que a guerrilha fosse operando com maior intensidade, a repressão ir-se-ia endurecendo, ir-se-ia generalizando. Na medida em que a repressão fosse afetando um setor cada vez mais amplo da população, maiores seriam as simpatias que teria o foco e maiores, portanto, suas possibilidades de desenvolvimento. Nessa dialética ascendente de ação-repressão seriam geradas condições político-sociais cada vez mais favoráveis à ação militar, até culminar numa situação ideal em que importantes setores da população teriam a guerrilha como sua vanguarda armada, o que importaria a queda do governo despótico, sustentado somente por uma minoria privilegiada e pelo aparelho repressivo, vencido em seus esforços por suprimir militarmente a guerrilha¹²³.

Desse modo, o triunfo do foquismo emanaria dos êxitos armados, contexto de uma crescente opressão política. Esses gerariam a perspectiva de vitória capaz de atrair as massas. A atividade da guerrilha, a resposta repressiva que inevitavelmente produziria, fecharia para as massas todas as portas, todas as vias que não fossem a via da luta armada, levando, necessariamente, o povo para a revolução. Assim, se percorreria um curto caminho, simples e direto, a “politização das massas”, sem nucleamento por trás da vanguarda armada guerrilheira. A partir dessa postura, subestimava-se, obviamente, a importância de toda a atividade de massas (sindical, de propaganda, política pública) não direcionada de forma direta a favorecer o esforço bélico. Partia-se do pressuposto de que toda organização, toda atividade pública, seria varrida rapidamente pela repressão, uma vez iniciada a dinâmica ação-repressão acionada pelo foco guerrilheiro.

¹²³ FAU. **Copei**. op. cit., 1971, p. 2-8.

O exame da realidade histórica mostrou, por sua vez, que o tempo e a intensa experiência realizada nesses anos pelos movimentos revolucionários latino-americanos deixaram em evidência alguns problemas do foquismo:

1. A simplicidade de sua concepção sobre as condições necessárias para iniciar e, sobretudo, para levar adiante a luta armada. Este tema vasto e de importância definitiva obviamente merece uma consideração particular. Envolve a análise das relações entre as condições de nível econômico e da luta de classes e dos níveis político e ideológico (condições subjetivas da mesma e a consideração do papel que cabe à atividade armada na relação com eles). Implica a desvinculação com as correntes reformistas e leva, necessariamente, a elucidar pontos de vista teóricos e a crítica das raízes sociais e ideológicas da própria concepção foquista.

2. O desenvolvimento das condições políticas, e muito menos das condições ideológicas, não se deriva da atitude da guerrilha nos termos mecânicos previstos pelo foquismo. A atividade do foco armado não se tem evidenciado como um substituto adequado, nem sequer como um substituto possível e viável da atividade de partido. Esta insuficiência aparece na medida em que a luta se prolonga. As respostas políticas, tanto das classes dominantes como das dominadas, não se ajustam às previsões demasiado esquemáticas e lineares do foquismo. Torna-se evidente que sobre esta concepção passou uma perspectiva demasiado simplista da estrutura e funcionamento dos níveis político e ideológico, cuja importância se subestimou. Por outro lado, se sobreestimou, notoriamente, a possibilidade de forçar, pelas armas, a mudança das condições políticas e de mentalidade e as crenças das pessoas. O atraso no avanço das chamadas condições subjetivas seguiu pesando, produzindo freqüentemente o isolamento do foco e criando, assim, as condições de seu aniquilamento.

3. Rejeitar a possibilidade de uma guerrilha urbana e a exclusividade reclamada para uma guerrilha rural. Existiu, na época, uma ampla prática de luta armada urbana. É visível que esta última foi adquirindo na América Latina, e em nível mundial, um maior desenvolvimento.

4. A mecânica acumulativa e ascendente da ação-repressão, que conduziria a uma polarização favorável de forças, generalizando e isolando a repressão e desenvolvendo e afirmando o foco, não acontece habitualmente. A repressão aprendeu

a manter sua seletividade; as classes dominantes podem e sabem adotar contramedidas que travem e revertam estas dinâmicas. Em sua estratégia, a atividade contra-revolucionária do reformismo¹²⁴ e o manejo dos velhos mitos ideológicos do liberalismo burguês (as eleições, a legalidade, etc.) cumpriram um papel de uma importância que o foquismo não previu¹²⁵.

A crítica as posições reformistas foram agudas, considerava-se que o sistema capitalista não seria destruído seguindo as regras que ele mesmo ditava para assegurar sua continuidade. Essa continuidade era a que contribuía para manter a quem se atinha só a fazer o que a legalidade burguesa permitia, ou seja, só o que a legalidade manipulada pela burguesia permite que se faça. A FAU pontuava que: “[...] da luta reformista só pode surgir um reformismo cada vez maior, um retrocesso cada vez maior em relação à insurreição que propõe para um “momento oportuno”, indefinível”¹²⁶. Por isso, os setores reformistas não podiam nem queriam fazer nenhum lineamento estratégico-militar.

A revolução será possível quando existirem condições”, dizem os partidos comunistas e, com eles, todos os reformistas acrescentam “chegará o dia da revolução”. “Mas os que antes desse dia violentem as leis, pegando as armas, serão fatalmente vencidos”, afirmam. E, a partir disso, condenam sempre como “aventureiros”, “proveitadores” a quem não se resigna a transitar pela via eleitoral, esperando esse hipotético dia em que a revolução desça milagrosamente do céu idealista [...]”¹²⁷.

Enquanto a metodologia da luta armada, a FAU considerava que não estava em discussão o tema em torno da adoção da guerrilha urbana ou a rural como formas exclusivas ou excludentes. “Não radica nisso o centro da análise que se pode realizar

¹²⁴ Em outro documento, a FAU observa as seguintes manifestações sobre o reformismo: o reformismo coloca a insurreição no céu dos ideais inatingíveis. Nesse desencontro, nessa incoerência entre sua prática política contra-revolucionária e seu verbalismo sobre a insurreição final, procuram fundamentar sua eterna afirmação de que “faltam condições” cada vez que se tenta fazer avançar o processo de luta política, aplicando meios não incluídos no seu limitado receituário. Este limita-se basicamente a duas coisas: a) no nível econômico da luta de classes, ação reivindicativa salarial, desenvolvida com o maior respeito pela “legalidade” burguesa e, portanto, pacífica; b) no nível político, parlamentarismo, *eleitoralismo*, como forma de capitalizar politicamente os resultados da luta econômica. Confinando sua prática a todos os níveis dentro do entorno cada vez mais estreito da legalidade burguesa, o reformismo cria as condições para sua integração cada vez maior no sistema. FAU. **Cartas de FAU**. Montevideo: mimeo, 1971, p. 9.

¹²⁵ FAU. **Copei**. op. cit., 1971, p. 6-11.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem, p. 8.

sobre a experiência da luta armada passada ou atual. O tema central é a análise da concepção foquista que, em sua formulação primária e ortodoxa, sustentou a guerrilha rural como forma prioritária e exclusiva, mas que logo se adaptou às formas de guerrilha urbana”. Era essa concepção foquista em todas suas variantes que estava em crise, e não a luta armada, que mantinha sua vigência. “A luta armada como a concebemos (a FAU), como aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino que atua, também, com base numa estratégia global, no nível de massas”. [...] É esta concepção correta da luta, o que resulta reafirmada pela experiência”¹²⁸.

Na análise da FAU, o desenvolvimento da luta mudou consideravelmente, naquelas décadas, a forma de como se considerava na América Latina. Significou a superação, seguramente definitiva, de um amplo período no qual aquela luta concebia-se segundo duas pautas: a) em nível econômico da luta de classes: atividade de massas, sindical, de conteúdo reivindicatório, fundamentalmente salarial, processada pelos métodos tradicionais (greves e atos), praticados dentro da legalidade burguesa; b) em nível político da luta de classes: atividade de partidos legais com seus métodos tradicionais (locais públicos, propaganda, difusão ideológica), apontada decisivamente para obter resultados eleitorais.

Para o reformismo, a via para chegar ao poder (identificado falsamente pelo governo) era o voto. A obtenção de representações parlamentares cada vez mais numerosas significava etapas em direção a esse objetivo. A violência, nos níveis econômicos, tanto como políticos da luta de classes – segundo os discursos reformistas –, era negativa, visto que implicava em colocar obstáculos à via eleitoral. Concebia-se esta como a única via possível para chegar ao “poder” e, sendo este o problema central da prática política, tudo devia contribuir para manter aberta esta via. Dito de outro modo: sendo a obtenção do poder o politicamente decisivo, chegando-se ao poder pela via eleitoral e sendo as eleições algo “legal”, dizia-se estar dentro da lei para poder votar e, assim, chegar ao poder.

Vale a pena observar com atenção as críticas realizadas pela FAU ao reformismo da época, visto que no transcorrer dos anos – após de 1990 –, as posições reformistas “atualizadas” iram retomar a tônica essencial de seu discurso: a

¹²⁸ Idem.

necessidade de estar inserido na legalidade burguesa para poder aceder ao governo via eleições. A partir dessa máxima da social-democracia, poderemos observar que os postulados da “esquerda reformista” do período *sesentista* atingiu seu objetivo, confirmando a previsão da crítica realizada pela FAU 40 anos antes, e descartando toda e qualquer “possibilidade” de luta armada foquista ou não, como método para a construção do socialismo.

“Uma organização é realmente revolucionária se propõe o problema do poder, e o problema do poder só se resolve com uma adequada linha de prática da violência, ou seja, com uma adequada linha militar. Somente haverá socialismo com revolução, ou seja, com a destruição violenta do Estado burguês. Só haverá destruição violenta do Estado, do poder burguês, com uma prática político-militar adequada”¹²⁹. Esses foram fundamentos feitos naqueles anos pelas organizações armadas do continente. A prática da guerrilha urbana no Uruguai, por parte do MLN, pressupõe, desde o princípio, a introdução de variantes no esquema foquista ortodoxo. A mais óbvia: o caráter urbano da guerrilha que, em seu momento, muitos negaram como viável.

A influência da concepção foquista pode imputar para si a maioria dos fracassos experimentados nos anos posteriores à Revolução Cubana. Não foi a luta armada o que fracassou; o que fracassaram claramente foram as expectativas em curto prazo que o foquismo possuía. No meio dessas frações é inegável, mesmo assim, que a prática ampla da luta armada contribuiu decisivamente para modificar as pautas e características da ação política na América Latina. A prática armada modificou radicalmente a maneira de perceber e encarar os problemas da revolução. Colocou sobre a mesa, como realidade e urgência, os temas relacionados com as formas concretas de obter, com a violência, a destruição do poder burguês.

O debate sobre a necessidade de se desenvolver um partido e sua clássica contradição com a Teoria do Foco não era um elemento novo no MLN. Esse foi um dos assuntos centrais nas polêmicas entre os anarquistas da FAU e os *tupamaros*. Em agosto de 1971, o MLN havia emitido um documento intitulado *Partido o Foco: un falso dilema*, no qual se afirmava que não era possível contrapor-se uma coisa que se referia à organização, com outra que se referia ao método de luta ou de ação. A questão,

¹²⁹ FAU. **Copei**. op. cit., 1972, p. 4.

obviamente, não estava relacionada somente com o MLN, senão que atravessava toda a esquerda latino-americana e constituía um dos assuntos nevrálgicos de debate entre os partidos comunistas (especialmente os pró-soviéticos) e as guerrilhas *guevaristas*.

Fundamentalmente, a guerrilha rediscutiu dois problemas políticos: 1) o das características que, em condições de guerrilha urbana, revestem a vinculação da guerrilha com as massas e a política a desenvolver em relação a isto. Em outros termos, o problema das modalidades concretas segundo as quais, atuando a guerrilha em meio urbano, capitaliza-se politicamente a simpatia popular que pode promover sua ação; e 2) o problema de como se processava, através da prática guerrilheira urbana, a destruição militar do aparelho repressivo, requisito prévio para a destruição do poder burguês.

A formulação dessas duas questões conduz claramente a pensarmos numa indagação para cuja prévia resposta dependerá o tipo de solução. A pergunta é: para que se fazia a guerrilha e quais eram seus objetivos e seu programa? Existiram guerrilhas cujo objetivo foi apenas a conquista da independência nacional. Colocando-a em termos de classe, essa independência significa substituir a dominação política direta da burguesia metropolitana imperialista, exercida através do Aparelho de Estado burguês local, “nacional”. Não queremos diminuir a importância desses processos de luta pela independência política, nem negar a possibilidade de ação revolucionária que podem habilitar em certos contextos. Simplesmente, pretende-se descarnar, desde uma perspectiva classista, a essência de um assunto em torno do qual se faz cada vez mais confusão.

Guerras pela independência foram as que protagonizaram, por exemplo, o Irgun Zval Leumi, dirigido pelo fascista judeu Menahen Beguin, em Israel; o Eoka, dirigido pelo coronel fascista greco-cipriota Grivas, em Chipre. Todas guerras de guerrilhas pela independência nacional, anticoloniais, contra a dominação inglesa. Não guerras de libertação de sentido socialista e antiburguês. A guerrilha, nos três casos citados, quase exclusivamente urbana, protagonizou guerras relativamente breves. A Inglaterra resistiu até um certo ponto. Quando o balanço de custos econômicos e, fundamentalmente, políticos foi claramente deficitário, ela se retirou. Das três revoluções anticoloniais citadas, as respectivas guerrilhas urbanas tiveram como objetivo essencial gerar

condições políticas que ambientaram soluções de comprometimento entre as classes dominantes de seus países e as do imperialismo.

Na opinião de Debray (1975), as lutas revolucionárias na América Latina não foram elementos do que a tradição comunista chamou de “a questão nacional e colonial”; não tinham que aceitar, na íntegra, a jurisdição teórica oferecida. Diferenciavam-se significativamente das lutas desenvolvidas na Ásia e na África. Os movimentos revolucionários latino-americanos, objetivamente considerados, não foram movimentos de libertação nacional. Seu objetivo não foi a independência política de um território, nem a constituição de um Estado nacional soberano. O sentimento patriótico, o antiimperialismo, a reivindicação de uma verdadeira independência nacional forneceram, às lutas populares da América Latina, características peculiares que não se encontraram nas lutas operárias e democráticas da Europa¹³⁰.

Segundo a FAU: “No Uruguai, onde a independência formal já foi conseguida, a função da guerrilha urbana é a de contribuir para derrubar o poder das classes dominantes locais aliadas ao imperialismo. Sua tarefa político-militar é, portanto, muito mais complexa e essencialmente diferente. Daí que não seja possível recolher, simplesmente como ‘modelo’, a experiência daquelas guerrilhas urbanas anticoloniais”¹³¹. Os objetivos da revolução condicionavam toda a política revolucionária, sem excluir seus aspectos militares. Portanto, como elemento prévio a toda consideração, dever-se-ia definir os objetivos em termos gerais e o caráter do processo revolucionário no qual se inscrevia a prática político-militar.

Se a guerra não é anticolonial, senão social – e assim será no Uruguai –, haverá tantos “patriotismos” como classes sociais que estejam em condições de gerar tendências ideológicas. Haverá um “nacionalismo” burguês que será a cobertura ideológica da real dependência do império. E haverá um nacionalismo operário e popular que será a projeção, no nível da questão nacional, da teoria socialista e dos conteúdos ideológicos fundados por ela. A guerrilha urbana não terá aqui, nunca, o apoio de “toda a nação”, por mais que se proclame nacionalista. Só terá o apoio daquelas classes que estejam interessadas no socialismo. Não é possível uma luta nacional, antiimperialista, à margem da luta de classes¹³².

¹³⁰ DEBRAY, Régis. **La Crítica de las Armas**. México: Siglo XXI. 1975, p. 48-49.

¹³¹ FAU. **Copei**. op. cit., 1971, p. 11.

¹³² Idem.

Nas condições concretas de formação social nacional não se pode estabelecer que um processo de insurreição vitorioso bastar-se-ia por si para implantar o poder popular somente no Uruguai. Devia-se partir da base de que a destruição do poder burguês no Uruguai seria somente o início de uma nova etapa de luta contra a intervenção estrangeira. Seria absurdo conceber o “socialismo num só país” no Uruguai. “A partir da destruição do poder burguês no Uruguai é que a luta se internacionaliza para fora e volta-se nacional para dentro, no sentido de que a intervenção estrangeira é particularmente inevitável, dada a situação geopolítica”¹³³. A intervenção política das burguesias dos países vizinhos ou diretamente do imperialismo necessariamente convertia a revolução social numa revolução em defesa da independência nacional.

No transcurso do ano de 1971, a *Organización Popular Revolucionária 33 Orientales* – OPR33 – braço armado da FAU – expressou uma variante de ação baseada numa concepção diferente do foquismo. Tentava-se vincular o desenvolvimento operativo clandestino com o cotidiano do movimento de massas e, em particular, com o movimento sindical. Dentro dessa concepção, que tinha inflexões anarco-sindicalistas, a OPR33 realizou uma série de atividades de apoio a conflitos sindicais, em particular no período de 1971 e 1972. A proposta de ação da OPR33 significou uma tentativa de incorporar um componente revolucionário organizado, um aparelho de ação direta, ao acionar os setores mais dinâmicos, em particular os do movimento operário, intervindo em suas lutas específicas. Através da frase *acción directa a todos los niveles*, procurava-se articular essas formas de ação com as práticas que se desenvolviam na frente de massas.

No marco de uma concepção estratégica na qual o aparelho armado cumpria um papel imprescindível no processo revolucionário, a OPR33 desenvolveu uma linha de ação que se propunha fazer as massas participarem de uma maneira mais protagônica nesse campo. Seu pensamento tendia a uma concepção de tipo insurrecional, como forma de desenlace do processo revolucionário. Definiam três requisitos imprescindíveis para o êxito da insurreição armada: 1) a participação de setores importantes das massas, através de ações de diferente nível; 2) a existência prévia de um aparelho

¹³³ Idem.

armado clandestino, com experiência militar já adquirida; 3) a existência de um trabalho político prévio sobre os elementos do aparelho repressivo. Esses três requisitos pressupunham a existência de um minucioso trabalho político prévio, do qual só pode se fazer cargo o partido como organização capaz de desenvolver, promover e harmonizar, a partir de um centro de direção comum, essas diversas atividades.

Em relação aos esforços desenvolvidos no transcurso de 1971 e 1972, a OPR33 não conseguiu reverter a situação desencadeada a partir de 1972, nem influir, de maneira decisiva, no movimento de massas. Os reveses sofridos no ano de 1972 golpearam-na significativamente. Não obstante, seus integrantes mantiveram continuidade orgânica, realizando esforços de reorganização posteriores.

6. AS DISCUSSÕES SOBRE A “GUERRA JUSTA” E O TIPO DE DEMOCRACIA EXISTENTE NO PERÍODO

A guerra, na sua forma particular de guerrilha, tinha por objetivo a tomada do poder pelo MLN ou pela organização ou partido que eles criassem direta ou indiretamente. Para os *Tupamaros*, esse objetivo revolucionário tinha uma longa tradição na história uruguaia, sustentando-se pela legitimidade do direito de rebelião ante as circunstâncias de crescente violência política pelas quais atravessava o país desde a metade da década de 1960. Com o primeiro antecedente, em fevereiro de 1963, uma longa sucessão de decretos que implantavam as Medidas Prontas de Segurança¹³⁴ viriam a pautar a violência política governamental contra os movimentos populares. Somente no ano de 1965, as Medidas Prontas de Segurança foram decretadas em três oportunidades: abril, outubro e dezembro.

Em nove de outubro de 1967, o Governo do general Oscar Gestido decretou Medidas Prontas de Segurança. No dia seguinte, 268 sindicalistas foram presos. A cifra aumentou para 442 nos dias posteriores¹³⁵. Cores (1977) salienta que nem nas considerações que precederam ao decreto de medidas de segurança de outubro de 1967, adotadas por Gestido, nem nas de Jorge Pacheco Areco, em 13 de junho de 1968, fez-se referência à guerrilha. Em nenhum dos discursos presidenciais dos anos de 1967 e 1968, o sujeito a reprimir era a insurgência armada. O “inimigo interno” estava situado no movimento de massas. Em 15 de outubro de 1968, o Dr. Carlos Quijano escreveu no editorial do *Semanário Marcha*¹³⁶: “Nunca as Medidas Prontas de Segurança têm colocado em maior perigo a estrutura constitucional do país e a liberdade dos cidadãos [...]. Se esta situação continuar, levará à ditadura e a violência gerará mais violência”.

¹³⁴ As Medidas Prontas de Segurança têm sua origem na Constituição de 1830 e estão atualmente no inciso 17, do artigo 168 da Constituição de 1966, sobre as faculdades do Poder Executivo. Podem ser tomadas em “casos graves e imprevistos de ataque externo ou comoção interna” e autorizam a detenção e traslado de pessoas dentro do país, sempre que estas não optarem por saírem do território. Isto com obrigatoriedade de prestar contas à Assembléia Geral Legislativa no prazo de 24 horas.

¹³⁵ CORES, Hugo. op. cit., 1977, p. 112.

¹³⁶ QUIJANO, Carlos. Editorial. *Semanário Marcha*. Montevideo: 15 de outubro de 1968, p. 4.

No início de 1970, os *tupamaros* escreviam: “A ditadura, aprofundando-se, aplicando uma repressão e uma violência cada vez mais dura, tem tratado sempre de se vestir com roupas muito queridas por nossa idiossincrasia: parlamento, eleições, Constituição, liberdades, garantias, etc. Este disfarce agora resulta ridículo. [...] Isso ocorre agora e para que tenha acontecido foi necessário que a crise obrigasse as classes dominantes a desvestir sua ditadura [...]”¹³⁷.

O reconhecido historiador uruguaio Carlos Real de Azúa elaborou um ensaio que se transformou num clássico da historiografia uruguaia a respeito da história recente do país: *Partidos, política y poder en el Uruguay (1971 - coyuntura y pronóstico)*. Nesse estudo, realiza uma análise da sociedade uruguaia no marco deste particular contexto histórico, no qual expressa: “Cada declaração de ‘medidas prontas de segurança’ foi não somente seguida, senão que às vezes precedida de extensas caçadas a dirigentes sindicais, operários, estudantes”¹³⁸. Dessa forma, em todo o país vigorava o “Estado de Direito” que, apesar das garantias formais da democracia representativa, levou a um abuso repressivo nunca visto no Uruguai. Conforme Real de Azúa:

O pacote de princípios que integravam a inviolabilidade de residência, o ‘*habeas corpus*’, a garantia do devido processo penal, a liberdade de imprensa, de reunião, de associação política e sindical, o direito de greve, a independência da justiça, o respeito às decisões do parlamento, o prestígio do compromisso como última solução dos conflitos, a autonomia do ensino, a restrição do foro militar, a limitação da função policial, o pressuposto de tratamento humanitário em situações de privação de liberdade, entre outras, foi violentado, menoscabado ou atentado, global ou pormenorizadamente, uma e outra vez, desde 1967^{139 140}.

Eleutério Fernández Huidobro – dirigente histórico do MLN –, 21 anos depois das Medidas Prontas de Segurança de 1965, escreveu na *Historia de los Tupamaros*: “Militantes de esquerda (não os dirigentes), parecemo-nos mais com delinqüentes sob

¹³⁷ MLN. **Actas Tupamaras: una experiencia de guerrilla urbana**. Rosario: Cucaña, 2003, p. 46.

¹³⁸ AZÚA, Carlos Real de, op. cit., p. 24.

¹³⁹ AZÚA, Carlos Real de, op. cit., p. 33-34.

¹⁴⁰ Os debates na Assembléia Geral de 10 de agosto de 1970 expuseram as posições do setor liberal democrático do Partido Nacional, e a Assembléia terminou votando a suspensão, por 20 dias, de quatro artigos da Constituição: o artigo 11, que preserva a inviolabilidade do lar, exigindo autorização do morador (à noite) e, durante o dia, ordem expressa do juiz competente; o artigo 16, quanto à obrigação do juiz de tomar depoimento dentro de determinado prazo; o artigo 17, recurso de *Habeas Corpus*; e o artigo 28, sobre a inviolabilidade da correspondência de particulares. CORES, Hugo. **Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973**. Montevideo: Banda Oriental, 1999, p. 60.

liberdade condicional do que com cidadãos. Perseguidos, vigiados, assinalados publicamente, encarcerados sob qualquer pretexto, tem-se preparado o ambiente para que a qualquer momento possamos ser encarcerados com o consenso e, talvez, com a aprovação da maioria dos cidadãos”¹⁴¹.

Durante o Governo de Pacheco, o artigo da Constituição que concede ao Poder Executivo a atribuição de ditar medidas de segurança foi amplamente utilizado. Assim, o Uruguai vivia um moderado estado de sítio, o qual Pacheco aprofundou, levando o país a um completo estado de sítio, quebrando os velhos paradigmas da democracia liberal uruguaia. Obviamente, isso fez com que se levantassem fortes resistências numa sociedade pouco acostumada às imposições autoritárias e o resultado foi a instalação de um estado policial, sustentado na modernização dos aparelhos repressivos, especialmente nos serviços de inteligência e na polícia militarizada.

Como exemplo desse processo de modernização das forças repressivas, apresentamos dados comparativos – a título de ilustração – de categorias salariais, levantados pelo senador Zelmar Michelini:

Tabela 1. Salários mensais das correspondentes categorias 1968-1973.

ANO	Professor do ensino fundamental	Sargento do Exército	Sargento da Polícia
1968	\$18.350	\$ 13.013	\$ 13.000
1970	\$ 24.500	\$ 26.080	\$ 24.815
1971	\$ 34.692	\$ 39.348	\$ 37.830
1972	\$ 51.935	\$ 74.102	\$ 62.973
1973	\$ 61.938	\$ 103.800	\$ 109.745

Fonte: Comissão de Orçamento do Senado pela Procuradoria Geral da Nação. (MICHELINI, Zelmar. **Artículos Periodísticos y Ensayos**. Montevideo: Cámara de Senadores, 1991, p. 245).

Na análise de Varela (1988), a atitude dos políticos dos partidos tradicionais estava guiada, em primeiro lugar, por um reflexo de prudência. Tinham sido formadas na lembrança de 1933, quando, a partir de um desacordo entre o poder executivo e o

¹⁴¹ HUIDOBRO, Fernández Eleutério. **Historia de los Tupamaros (Los Origenes)**. Montevideo: Banda Oriental. vol. 1, 1986, p. 106.

legislativo, a situação culminou num Golpe de Estado. Sabiam, por experiência, de que lado se alinhariam as forças “vivas” em caso de ruptura. Cansados do sindicalismo e da inflação, os empresários viam com bons olhos o regime golpista. Além dos métodos, a maioria das frações tradicionais não tinham um desacordo substancial com o plano econômico aplicado, nem com a proposta de ordem¹⁴².

Por outro lado, Paul Gilbert (1997) classifica a guerra em quatro possíveis casos, levando-se em consideração, por motivos de simplicidade, só os que envolvem duas forças contrapostas: 1) conflitos civis nos quais uma das frações está representada pelo Estado, e outra na qual nenhuma das partes tem o *status* político; 2) conflitos civis nos quais ambas as partes reconhecem a mesma ou as mesmas comunidades políticas, e outras nas quais a identificação da comunidade política representa o objeto da disputa; 3) conflitos civis nos quais as fronteiras são objetos de disputa, frente a outros nos quais este problema é inexistente; 4) conflitos nos quais se utiliza somente a guerra convencional, e outros nos quais um ou ambos os contingentes recorrem à guerra irregular¹⁴³.

De acordo com essa classificação, a guerra civil no Uruguai tomou a forma de um conflito bélico entre o Estado e a guerrilha, dentro da mesma comunidade política, a nação, e com o emprego da guerra irregular por parte do Estado. Esse fato obviamente não teve uma clara determinação jurídica, porque depende de cada Estado reconhecer, ou não, aos insurretos a sua qualidade de combatentes. No geral, são os seus interesses políticos que determinam essa decisão. Para os militares convocados para a luta anti-subversiva desde 1971, a natureza do conflito não deixava nenhum tipo de dúvidas: segundo o coronel Nestor Bolentini, a subversão não era passível de ser classificada como delito, mesmo que empregasse o delito. “As Forças Armadas não estão formadas nem estruturadas para combater o delito; estão instruídas e estruturadas para defender a soberania e a independência nacional”. Na manifestação de Bolentini observa-se a definição clara do reconhecimento do Estado de Guerra: “As Forças Armadas não empregam as armas para reprimir o delito; para isto está a polícia.

¹⁴² VARELA, Gonzalo. op. cit., 1988, p. 52.

¹⁴³ GILBERT, Paul. **II Dilema Del Terrorismo. Studio di Filosofia Política Applicata**. Milano: Feltrinelli, 1997, p. 70.

Quando o Poder Político recorre às Forças Armadas, no meu conceito, está reconhecendo tacitamente o Estado de Guerra”¹⁴⁴.

O MLN, por sua vez, escrevia em 1970: “Conseguimos instalar a luta armada no Uruguai; hoje já o reconhecem as classes dominantes. Estamos em guerra, dizem seus representantes no Governo, na imprensa e no parlamento. É uma confissão que durante muito tempo não quiseram admitir”¹⁴⁵. Por outro lado, o MLN, no seu documento nº. 5, fez referência à necessidade de preparar uma “ofensiva” militar que consistiria “naquilo que nos conduz a mais e melhores níveis de luta armada, a uma maior generalização da guerra [...]”. Dessa forma, manifestava a necessidade de uma maior hostilidade para a destruição direta das forças vivas do inimigo: “[...] portanto, há um aumento da polarização, há uma radicalização maior do processo e há um uso pleno das armas e pessoas disponíveis”¹⁴⁶. A luta do MLN adquiriu um caráter bélico desde outubro de 1969, com a ocupação da cidade de *Pando*¹⁴⁷. Não é possível definir como ações próprias de uma guerra as que o movimento realizou durante o período em que foi se consolidando como organização (1963-1968), pois suas ações estavam restritas à propaganda armada e a ações de acúmulo de infra-estrutura.

Segundo Aldrighi (2001), para poder se determinar o caráter bélico da atividade de uma organização que se confronta militarmente com o Estado devem coexistir alguns elementos determinantes, existentes no MLN: “deve tratar-se de uma organização política, suas motivações e objetivos devem ser públicos, seus procedimentos militares devem estar subordinados a finalidades políticas e os interesses que representa devem ser de natureza pública [...]”¹⁴⁸. O conflito que no Uruguai confrontou o Estado com o MLN até 1972 constituiu, segundo ambas as partes, uma forma incipiente de guerra civil. Uma guerra de guerrilhas que, na visão dos *Tupamaros*, pressupunha dois campos confrontados: um constituído pelos partidos tradicionais, membros do Estado e representantes dos proprietários dos grandes meios

¹⁴⁴ ALDRIGHI, Clara. **La Izquierda Armada: Ideología, ética e identidad en el MLN – Tupamaros**. Montevideo: Trilce, 2001, p. 144.

¹⁴⁵ MLN. **Actas Tupamaros: una experiencia de guerrilla urbana**. Rosario: Cucaña, 2003, p. 47.

¹⁴⁶ MLN. **Documento nº. 5**. Montevideo: mimeo, 1970, p. 4.

¹⁴⁷ A cidade de *Pando* está situada ao norte do país a uma distância de 30 km da capital.

¹⁴⁸ ALDRIGHI, Clara, 2001, op. cit., p. 145.

de produção, dependentes do poder imperialista (oligarquia); e outro, a organização armada que em nome dos legítimos interesses do povo surgiu para derrubá-lo.

A ambigüidade do discurso do Estado e as formas equívocas em que foi compreendido e difundido o fenômeno da guerrilha, circulando entre a criminalidade e o reconhecimento de seu caráter bélico, revelam a complexidade do problema que, nos planos político, jurídico e moral, a insurgência armada colocava o Estado uruguaio¹⁴⁹.

Quando o Estado considerou as atividades da guerrilha *tupamara* como atos de “delinqüência”, a justiça igualava ações como a tomada de um quartel, no caso o Centro de Instrução da Marinha, com o assalto a um banco, ou seja, a expropriação de armas do Estado com a expropriação de dinheiro de civis, adjudicando a mesma categoria delitiva para ambos os casos. Para descaracterizar toda a natureza política do MLN, em 1969 o Ministério do Interior proibiu o uso, nos meios de comunicação, de expressões tais como “terrorista”, “subversivo”, “delinqüente político”, “delinqüente ideológico”, impondo sua substituição por outros qualificativos, como “delinqüente”, “réu”, “marginal”. Posteriormente, até 1973, tudo dentro de um arcabouço legal – a chamada legislação de emergência –, levou a que se processasse os *tupamaros* por “Atentado à Constituição”, ou seja, uma forma especial de delitos, com fins políticos, que proporcionou a eles um *status* especial e uma nova contradição no discurso governamental.

Real de Azúa não concordou com a classificação de guerrilha urbana atribuída ao movimento *tupamaro*. Para ele, essa expressão não seria totalmente adequada, visto que as ações de enfrentamento aberto com a força pública não foram habituais e, inclusive, que as ações do movimento foram realizadas por unidades que se descompõem e recompõem para cada operativo, o que na guerrilha, pelo menos na sua tradição tática euro-ocidental, não é o costume. Caracteriza o autor: “Nem ‘guerrilha’ então, nem ‘guerra aberta’, nem sequer ‘luta armada’, senão que ‘luta com armas’, a

¹⁴⁹ Idem.

ação concreta do movimento *tupamaro* não carece de feitos que a caracterizem energicamente”¹⁵⁰.

O Estado considerou que o MLN desenvolveu uma forma de guerra; o reconhecimento do caráter bélico de suas ações manifestou-se especialmente nas disposições posteriores ao 14 de abril de 1972, com a Declaração do Estado de Guerra Interno e a aprovação da Lei de Segurança de Estado. O emprego, desde 1971, das Forças Armadas na luta anti-subversiva foi determinado pela convicção de que a atividade da guerrilha não constituía um simples problema de ordem pública, senão que afetava a segurança nacional¹⁵¹. A Declaração de Estado de Guerra Interno, de abril de 1972, operou de forma transitória, oportunizando a transferência de uma parte da repressão penal para a justiça castrense. Aníbal Corti (2004) afirma que a Lei de Segurança de Estado e da Ordem Interna (Lei 14.068, de 10 de julho de 1972) veio a consagrar formalmente e tornar definitivo esse traslado de jurisdição. O que a lei fazia era incorporar parte do Código Penal Ordinário ao Código Penal Militar, de forma que os delitos contra a Constituição e a ordem política interna do Estado (que passavam a denominar-se “*delitos de lesa Nación*”) convertiam-se em matéria permanente e exclusiva da justiça militar¹⁵².

Tanto os militares como os *tupamaros* aceitaram que estava se realizando uma guerra civil, sendo que ela era concebida desde perspectivas diferentes que se enfrentavam de forma irreconciliável. Ambos consideravam estar combatendo uma “guerra justa”: para o oficialismo, de natureza defensiva contra agressão (*tupamara*); para a guerrilha, uma luta contra um Estado opressor, instrumento de dominação da oligarquia e do imperialismo norte-americano. A esse respeito, o historiador uruguaio Heber Gatto (2004) abre uma polêmica sobre o caráter “legítimo ou ilegítimo” desta “guerra justa”. Para tal, utiliza-se de conceituações elaboradas por Norberto Bobbio, nas quais afirma que “aprofundar-se na busca das causas de justificação de uma conduta normalmente ilícita, como é a insurgência armada contra um Estado constituído

¹⁵⁰ AZÚA, Carlos Real de. **Partidos, política y poder en el Uruguay (1971 – coyuntura y pronóstico)**. Montevideo: Universidad de la República – Facultad de Humanidades y Ciencias, 1988, p. 24.

¹⁵¹ ALDRIGHI, Clara. op. cit., p. 145.

¹⁵² CORTI, Aníbal. *La Brutalización de la Política en la Crisis de la Democracia Uruguaya*. In: **El Presente de la Dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay**. Marchesi, Aldo; Markarian, Vania; Rico, Álvaro; Yaffé, Jaime (Orgs.). Montevideo: Trilce, 2004, p. 56.

e dotado dos atributos do poder democrático liberal,”¹⁵³ seria um pressuposto básico para a análise deste processo; portanto, a legitimidade ou não dessa “guerra justa”.

Gatto expõe que para uma maior precisão do conceito de “guerra justa” parece adequado passar a aceitar como legítimo o Governo meramente consentido, como era o caso dos absolutismos dos séculos XVIII e XIX, para requerer “governos instaurados com base em mecanismos, condições e garantias da moderna democracia liberal”. Dessa forma, em lugar de legitimar o governo mediante a aceitação passiva dos cidadãos, surge uma alternativa: “ao Governo elege-se o – e muda-se o – consultando ao soberano, e sua função primordial descansa na tutela dos direitos de seus integrantes”. Assumindo essa situação, pode-se postular que o atual direito de resistência à opressão não resulta da aplicação válida quando se utiliza contra regimes democráticos liberais¹⁵⁴.

A isso o autor acrescenta dois elementos, a saber: primeiro, que se defina um critério “razoável” de democracia liberal que permita precisar esse conceito; segundo, para que esse exercício de validação peça seu caráter abstrato, requer-se que o critério enunciado se forme com a realidade do caso em análise, tomando em conta seus “antecedentes institucionais, grau de cultura política, nível de autoritarismo socialmente existente e, sobretudo, as instituições e representações sobre o ponto da maioria de seus habitantes”. A partir desses pressupostos, o autor abre uma pergunta visando a responder o grau de legitimação dessa “guerra justa”¹⁵⁵: sentem os cidadãos do Estado em questão estar submetidos a uma ditadura?

Pautados pelo autor e por estes dois elementos-chave – o conceito de democracia liberal em questão e, a partir deste, qual eram os elementos da realidade institucional, cultural, política e o nível de autoritarismo existente – elaboramos a proposta – desafio – de confrontar os argumentos apresentados por Gatto às fontes referentes a este particular momento histórico do Uruguai, contemplando os diversos atores, diretos e indiretos, dessa “guerra justa”.

¹⁵³ GATTO, Heber. **El Cielo por Asalto: (El Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros y la Izquierda Uruguaya – 1963-1972)**. Montevideo: Taurus, 2004, p. 340.

¹⁵⁴ GATTO, Heber. Op. Cit. P. 344.

¹⁵⁵ Idem.

Para a conceituação de “democracia liberal”, Gatto aferra-se a uma definição “mínima” de condições para a existência de um Estado “democrático”, utilizando-se dos argumentos de Norberto Bobbio, que ele chamou de um “significado preponderante” para se definir democracia: “É aquela segundo a qual se entende por democracia um conjunto de regras – as chamadas regras do jogo – que permitem a mais ampla e mais segura participação da maioria dos cidadãos, em forma direta ou em forma indireta, nas decisões políticas, ou seja, nas decisões que interessam para toda a coletividade”¹⁵⁶.

Para Bobbio (1986), essas regras “mínimas” ou “regras do jogo” são as seguintes:

a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria de idade, sem distinção de raças, de religião, de condições econômicas, de sexo, etc., devem gozar dos direitos políticos, ou seja, do direito de expressar no voto sua própria opinião e/ou de eleger a quem o expresse por ele; b) o voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso (ou seja, deve contar por um); c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo sua própria opinião, formada o mais livremente possível, ou seja, num livre cenário entre grupos políticos organizados, que concorrem entre si para acumular as solicitações e transformá-las em deliberações coletivas; d) devem ser livres também no sentido de que devem ser postos em condições de ter alternativas reais, ou seja, escolher entre diversas soluções; e) tanto para as deliberações coletivas como para as eleições dos representantes vale o princípio da maioria numérica, se bem que é possível se estabelecer diversas formas de maiorias (relativa, absoluta, qualificada), em determinadas circunstâncias, previamente estabelecidas; f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito a converter-se, em paridade de condições, em maioria¹⁵⁷.

Gatto salienta que o próprio Bobbio havia assinalado que o exposto postula um conceito mínimo de democracia, mas que a observância de todas as regras, sem exceções, resulta essencial para a integridade da nação. Ele reconhece que a conceituação elaborada por Bobbio representa uma noção restrita de democracia, ou seja, um conjunto de normas processuais políticas mínimas que poderiam compartilhar diversas concepções sobre o que deve ser a democracia em sentido amplo¹⁵⁸. “Neste

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ BOBBIO, Norberto. **¿Qué Socialismo?** Barcelona: Plaza y Jânes, 1986, p. 122-123. Citado também por Gatto, op. cit., p. 345.

¹⁵⁸ Nesse sentido, Gatto pergunta: “Qual seria o espaço ou a área conceitual em que coincidiram várias concepções *razoáveis* sobre a democracia, mas que, por sua vez, mantiveram distintas visões sobre o bem social e individual?” E responde: “Acredito que as regras de Bobbio, mesmo que não tenha sido essa a metodologia que ele utilizou para precisá-las, resumem de maneira aproximada esse mínimo

sentido, e unicamente a efeito de avaliar quando o direito de resistência à opressão exerce-se legitimamente, acredito que tais regras resultam suficientes”¹⁵⁹.

Dessa forma, alude-se a regras “mínimas” para a representação democrática, que estão unicamente vinculadas a garantir direitos políticos. Para uma conceituação mais “razoável” de condições “mínimas” à manutenção da democracia, entendemos que esses direitos aludidos (políticos) não bastam para se considerar a plena existência do jogo democrático. É imprescindível acrescentar os direitos civis. Pelas limitações próprias deste trabalho, deixaremos fora da discussão os direitos sociais, aqueles que visam a garantir a participação na riqueza. Eles incluem o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário justo, à aposentadoria. Os mesmos que, de forma precária, eram atendidos naquele contexto.

Os direitos civis são os direitos fundamentais à vida: a liberdade, a igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia da liberdade de pensamento, de associação, de religião, de ser respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso – a não ser pela autoridade competente e de acordo com a lei –, de não ser condenado sem processo legal regular¹⁶⁰. Em suma, os direitos civis são os que fornecem a base “mínima” para que o jogo democrático seja possível no marco de uma justiça independente, eficiente e acessível a todos.

A ideologia hegemônica tratou de apresentar um mundo dividido em dois lados¹⁶¹: o dos verdadeiros democratas, que seriam aqueles que defendem a democracia “desinteressadamente”; e o dos inimigos da democracia, que seriam aqueles que

comum denominador. Por *razoáveis* entendemos aqui aquelas concepções que admitem que sobre a democracia e sua definição podem se manter diversas posições, mas que coincidem em que todas elas podem conviver e manifestar-se num mesmo estado ou comunidade” (GATTO, Heber. op. cit., p. 346).

¹⁵⁹ GATTO, Heber. op. cit., p. 345.

¹⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5. ed, 2004, p. 9.

¹⁶¹ Para Gatto, a divisão é muito clara: os democratas liberais, por um lado, e os não democratas, por outro. Nesta última categoria, ele unifica fascismo e comunismo. Nas suas palavras: “Para as concepções políticas não liberais, das quais o fascismo e o comunismo constituíram, no século XX, os exemplos mais notórios, mas não únicos, o sistema político não revela a realidade profunda (a essência) da vida coletiva. Se para o fascismo o importante é a implantação do estado radical mediante a purificação do sangue; para o segundo o definitivo é o mecanismo de exploração ou modo de produção, ou a combinação de ambos, numa formação social concreta. Qualquer agregado humano que misture raças e contemple a divisão em classes sociais é, por tal razão, injusto e justifica a revolução. A sociedade realmente pura, ou sem classes sociais, constitui bem social fundamental *per se*, com independência da valoração que sobre elas efetuem os cidadãos.” (GATTO, Heber. op. cit., p. 347).

pretendiam instrumentalizá-la, condicioná-la a fins que não correspondiam ao entendimento de seu próprio conceito, ou seja, a sua essência. Assim, talvez, o problema principal que enfrentou a democracia uruguaia – extensivo à América Latina – foi o de sua redução ao momento estritamente eleitoral; momento que, por sua vez, tende a se reduzir, em muitos casos, à eleição de pessoas.

Voltando às “regras do jogo democrático”, o qual se entende que não acontecia, na sua totalidade, no Uruguai na década de 1960, e muito menos no início dos anos 1970, visto que na própria análise de Bobbio, et al. (2002) para avaliar ditas regras deve-se levar em consideração a possível diferença entre a enunciação do conteúdo e o modo como são aplicadas as regras. Afirma Bobbio: “Certamente nenhum regime histórico jamais observou inteiramente o ditado de todas as regras; e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos”¹⁶². Não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático. Dessa forma, podemos identificar que, no caso uruguaio, as categorias estabelecidas por Bobbio – democracia formal e democracia substancial – não se aplicavam ao contexto daqueles anos. O autor advertia que pode ocorrer historicamente uma democracia formal¹⁶³ que não consiga manter as principais promessas contidas num programa de democracia substancial e, vice-versa, uma democracia substancial que se sustente e se desenvolva através do exercício não democrático do poder. “Desta ausência de um elemento conotativo comum temos a prova na esterilidade do debate sobre a maior ou menor democraticidade dos regimes”¹⁶⁴. Cada um dos regimes é democrático segundo o significado de democracia escolhido pelo adversário.

O que resulta relevante para fins deste estudo é que os próprios conceitos e definições surgidos da democracia liberal mostram-se desajustados para explicar qual

¹⁶² BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 12. ed., 2002, p. 327.

¹⁶³ Segundo Bobbio, o valor adotado para distinguir não apenas formalmente, mas também no seu conteúdo, um regime democrático de um regime não democrático é a igualdade; não a igualdade jurídica introduzida nas Constituições liberais, mesmo quando estas não eram formalmente democráticas, mas a igualdade social e econômica (ao menos em parte). Assim foi introduzida a distinção entre democracia formal, que diz respeito precisamente à forma de governo, e democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo desta forma. (BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 8. ed., 2000, p. 157).

¹⁶⁴ BOBBIO, Norberto. (2000). op. cit., p. 157-158.

foi o modelo “democrático” que viveu o Uruguai *sesentista*. E o que resulta ainda mais significativo é a ruptura – por parte do próprio governo – com o modelo de democracia liberal do *batllismo*, que formou uma “cultura democrática” particularmente uruguaia. Essa cultura democrática tem seus antecedentes no início do século XX, com o primeiro mandato governamental de José Batlle y Ordoñez (1903-1907).

A Desse modo, dando continuidade a seu processo de reajuste conservador, iniciado em 1968, e diante do aumento da resistência popular, o setor hegemônico no poder se propôs a resolver, a seu favor, a crise do sistema político, legitimando institucionalmente um governo surgido de “eleições livres”, ou seja, um governo da “expressão da vontade geral” e, ao mesmo tempo, bater fortemente nas organizações populares. No transcurso desse ano, o governo atuou de forma mais agressiva do que nos anos anteriores. As eleições foram realizadas com presos políticos sem processo judicial, jornais fechados por decreto e violência policial e para-policial. Houve um significativo incremento nas ações clandestinas de direita, através da *Juventud Unida de Pie* – JUP. Aconteceram vários atentados políticos: assassinato de ¹⁶⁵Manuel Ramos Filippini (31 de julho), desaparecimento de Abel Ayala (18 de julho) e Héctor Castagnetto (17 de agosto), ataques contra advogados defensores de presos políticos, atentados contra dirigentes políticos e sindicais.

A partir de 1972, as Forças Conjuntas desarticularam os *Tupamaros* e outros grupos menores, como Faro e OPR 33¹⁶⁶. Uma sucessão de detenções foi debilitando as organizações populares, obrigando-as a substituir continuamente suas direções e dificultando, cada vez mais, as relações e a coerência entre seus militantes que estavam presos e os que estavam nas ruas. A luta anti-subversiva foi basicamente uma operação policial e política. As características que teve o enfrentamento foram as de que a repressão assumisse poucas vezes a forma de ações bélicas, diferente de outros países latino-americanos em que a luta ocorreu em campo aberto. As formas predominantes nas quais se desenvolveu a luta anti-subversiva foram a detenção e a

¹⁶⁵ Os três foram militantes estudantis vinculados à Tendência Combativa.

¹⁶⁶ Faro: Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales. OPR33: Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales. Ambas as organizações armadas de menor magnitude que operaram no Uruguai no período.

tortura do inimigo. Seu objetivo foi o desmantelamento organizativo, o isolamento e a desmoralização da dissidência armada.

“As Forças Armadas ao Povo Oriental” é o nome de um livro publicado em Montevideu, em 1976, que apresenta a versão “oficial” dos acontecimentos políticos e sociais ocorridos no período *sesentista* até a instauração do governo militar, em 1973. Nessa obra, as Forças Armadas relatam, de forma detalhada, os pormenores da luta anti-subversiva e realizam várias apreciações e conceituações em referência à organização inimiga e ao Uruguai pacífico e democrático. Os autores afirmam enfaticamente, na apresentação do livro, a profunda convicção democrática do país, sua tradição pacífica e a crença nos valores humanos em que se baseiam suas instituições. Obviamente, desconhecem a história política uruguaia e a formação do Estado nacional, onde aconteceram uma seqüência de guerras civis que tiveram seus inícios no processo de independência e se desenvolveram até 1904, com o fim das guerras entre os partidos tradicionais.

Por sua vez, as Forças Armadas afirmam seu “indeclinável interesse de evolução pacífica, de acordo com o ritmo da época que vive o mundo”. E acrescentam sua veemente rejeição “a uma revolução fundada no ódio e a violência, como os grupos terroristas, minoritários e de inspiração estrangeirizante, pretenderam impor”¹⁶⁷. Nessas manifestações encontra-se identificada a visão, a leitura do “mundo”, dessa instituição. Nesses anos (1968-1972), o mundo não era nada pacífico. Basta lembrar o contexto de violência permanente. Em relação aos grupos “terroristas minoritários”, encontra-se uma clara contradição com as manifestações (a seguir) que contradizem o anteposto e, para atender seus interesses políticos, exageram desmesuradamente:

Os teóricos revolucionários de todo o mundo se perguntam ainda hoje (1976) como a sedição uruguaia foi facilmente derrotada em 1972, quando, por essa época, já constituía um duplo poder, com um aparelho militar de vários milhares de combatentes, uma organização clandestina de mais de dez mil militantes e uma direção político-estratégica que havia causado admiração pela sua audácia e precisão nas atividades terroristas¹⁶⁸.

¹⁶⁷ FUERZAS ARMADAS. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. Montevideo: Imprenta Oficial, 1976, p. 4.

¹⁶⁸ FUERZAS ARMADAS. 1976, op. cit., p. 2.

Na verdade, não existe um registro certo sobre o número de membros que chegou a ter o MLN. A maior parte das estimativas – tanto *tupamaras* como militares e policiais – oscilam entre quatro e cinco mil participantes, incluindo simpatizantes com certo grau de compromisso e integrantes dos Comitês de Apoio aos *Tupamaros* – CATs. O número efetivo de combatentes foi de 50, no início (1965), e aproximadamente de 400, no seu período de auge (1971)¹⁶⁹. Se o número de combatentes correspondesse às manifestações expressas pelas Forças Armadas (acima) naquele contexto, possivelmente tivessem chegado à tomada do poder. Isso é hoje reconhecido tanto pelas Forças Armadas como pelos vários atores políticos da época.

O discurso militar foi fortemente marcado por uma concepção biologicista, a partir da qual o inimigo era um “câncer” a ser extirpado cirurgicamente da sociedade. Em suas próprias palavras: “Todo ser vivo – e a Nação é um ser vivo – deve, se quiser subsistir, defender-se contra tudo aquilo que possa danificá-lo [...]. Perante a agressão subversiva, que constitui uma enfermidade da nação uruguaia, deve concluir-se que o primeiro papel da defesa é, e será sempre, o de proteger as bases fundamentais da sociedade [...]. O corpo social é como os seres humanos: é tarefa preveni-los e atacá-los quando se manifestam”¹⁷⁰. A partir da irrupção das Forças Armadas na luta anti-subversiva (1972), acelera-se o processo de militarização do país que, como vimos, teve seu início no ano de 1968, desembocando no golpe civil-militar de 1973, momento em que se fecha, irreversivelmente, o período *sesentista*.

¹⁶⁹ LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Fin de Siglo, 2003, p. 25-26.

¹⁷⁰ Idem, p. 12-13.

7. A ESQUERDA LEGAL (1971) ATÉ O GOLPE CÍVIL-MILITAR (1973)

A tomada de consciência do processo de concentração do poder político e econômico num setor restrito da sociedade e os interesses que uniam este grupo com a condição de subordinação aos Estados Unidos levaram os setores populares à visualização da oligarquia como inimigo de um projeto de país com caráter nacional e popular. No discurso político, caracterizou-se o regime como oligárquico: consequência da análise de classe e da subordinação internacional do país que se expressava, nitidamente, nos dois partidos tradicionais – o Partido *Blanco* e o Partido *Colorado* – que, até o surgimento da Frente Ampla, possuíam a hegemonia do discurso político uruguaio.

Segundo Varela (1988), a dicotomia dominante era a que opunha oligarquia – povo. Mas, em nível de consciência política, isso era falso: segundo o autor, 81% do povo votante se alinhou, em 1971, a posições que, de uma maneira ou de outra, negavam tal ponto de vista. Ou seja: permaneciam ligados a setores tradicionais, dividindo votos entre o bipartidarismo e alguns setores social-democratas ligados a esses partidos representantes das oligarquias. Varela reconhece que os partidos tradicionais têm servido, secularmente, aos interesses das oligarquias, mas acrescenta que seu sistema de frações permite que, ao mesmo tempo, sejam o núcleo de uma organização política da sociedade civil na qual os atores gozam de uma certa autonomia que impede o monopólio da condução de massas por uma única classe¹⁷¹.

O surgimento da Frente Ampla – FA, faz-se sobre a base dessa polarização: de um lado, a oligarquia; do outro, o povo. Como recorda Hugo Cores (1999): “Nada do que protagonizou a esquerda uruguaia posteriormente pode ser entendido se não se assume que a circunstância fundacional da Frente Ampla esteve presidida por esta visão polarizada da realidade do país”¹⁷². Dessa maneira, tomou impulso a iniciativa de criação de uma nova alternativa política que, baseando-se num programa comum,

¹⁷¹ VARELA, Gonzalo. **De La República Liberal Al Estado Militar: Uruguay 1968-1973**. Montevideo. 1988, p. 123.

¹⁷² CORES, Hugo. **Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973**. Montevideo: Banda Oriental, 1999, p. 9.

abrisse um espaço de ação unitária¹⁷³ capaz de disputar a hegemonia eleitoral ao bipartidarismo tradicional. Entre finais de 1970 e início de 1971, surge a Frente Ampla, formada por alguns setores dos partidos tradicionais, pela esquerda e por alguns setores independentes.

A Frente Ampla constituiu-se em cinco de fevereiro de 1971. Ante a convocatória da *Frente del Pueblo*, assinaram a ata fundacional as seguintes organizações políticas: *Movimiento por el Gobierno del Pueblo* (lista 99, vinculada aos setores progressistas do Partido Colorado); *Partido Demócrata Cristiano*; *Movimiento Blanco Popular y Progresista* (vinculado ao Partido Nacional); *Frente Izquierda de Liberación*; Partido Comunista; Partido Socialista; *Movimiento Socialista*; *Movimiento Herrerista* (lista 58, também vinculada ao Partido Nacional); *Grupos de Acción Unificadora*; *Partido Obrero Revolucionario* (Trotskista); *Movimiento Revolucionario Oriental* e *Comité Ejecutivo Provisorio de los Ciudadanos*, o qual, em sete de outubro de 1970, havia emitido uma Declaração¹⁷⁴ expressando que era indispensável a realização de um acordo sem exclusões entre todas as forças políticas opostas à conduta antipopular e antinacional do governo, com vistas a estabelecer um programa destinado a superar a crise estrutural da República, restituir-lhe seu destino de nação independente e reintegrar o povo na plenitude do exercício de suas liberdades¹⁷⁵.

Na Declaração Constitutiva, as organizações fundadoras manifestaram que a unidade política das correntes progressistas, que culminou com a formação da FA, “[...] se gerou na luta do povo contra a filosofia *fascistizante* da força. Esta união, por sua essência e pela sua origem, por ter o povo como protagonista, tem permitido agrupar

¹⁷³ A partir da década de 1930, com o Golpe de Estado de Gabriel Terra, produziu-se uma importante mudança qualitativa na constituição de frentes populares unificadoras, em oposição aos governos fundamentalmente ditatoriais. Na resistência do golpe de 1933 e a partir da atitude assumida pelo Dr. Carlos Quijano – fundador da Agrupação Nacionalista Democrática Social, em 1928 –, torna-se possível identificar as origens do FA.

¹⁷⁴ A Declaração, acompanhada de uma extensa lista de assinaturas de políticos e intelectuais, estava dirigida ao povo uruguaio e direcionada ao contexto eleitoral que se aproximava. Na sua essência, a manifestação resumia-se em três pontos: 1) a convocação para realização de um acordo sem exclusões; 2) ressaltava a necessidade de articulação do mencionado acordo para visar a sua eficiência; 3) que o mencionado acordo era pré-requisito para a instância eleitoral que se avizinhava. Dessa forma, exortavam a cidadania a aderir ao acordo como ato afirmativo de uma vontade unitária e como uma necessidade de se restabelecer a participação democrática no país. FRENTE AMPLIO. **Declaração de 7 de outubro de 1970**. In: BAYLEY, Miguel Aguiré. **El Frente Amplio: historia y documentos**. Montevideo: Banda Oriental, 1985, p. 83-84.

¹⁷⁵ FRENTE AMPLIO. **Declaración Constitutiva y Bases Programáticas**. Montevideo: mimeo, 1971, p. 3.

fraternalmente representantes de todos os setores da sociedade uruguaia”¹⁷⁶. A FA foi concebida como uma frente política unitária, constituída por forças políticas e cidadãos independentes. Essa frente política unitária não constituiu uma fusão, e sim uma coalizão e conjunção de forças. Essa situação particular e a necessidade de atuar coordenadamente em todos os campos de ação política, sob a base de atribuir ao povo organizado democraticamente o papel de protagonista no processo histórico, determinou a necessidade de estruturar a FA numa organização com núcleos de base. Daí nasceram os Comitês de Base da FA, uma de suas maiores particularidades no cenário político nacional.

Tanto na *Declaración del Comité Ejecutivo Provisorio de los Ciudadanos* como na Declaração de Princípios e Bases Programáticas da FA é recorrente o tema da “unificação sem exclusões”. Isso se deve ao fato de que existiu uma proposta frentista que partiu do Partido Socialista, em 1962, na qual se colocava a necessidade de formar uma união popular com exclusão do Partido Comunista. Nesse mesmo ano (1962) nasceu a *Frente Izquierda de Liberación* – FIdel, reunindo o conjunto de forças aliadas com o Partido Comunista, sob a influência da Revolução Cubana. Nessa mesma época também surgiu a *Unión Popular*, que nucleou os aliados do Partido Socialista. Quer dizer que, nesse momento, os socialistas e os comunistas não foram sós às eleições, senão que em ambas as agrupações eleitorais houve presença, pela primeira vez, de desprendimentos dos partidos tradicionais: Enrique Erro que se incorpora à *Unión Popular* e Ariel Collazo, à FIdel. Quando foram criadas essas frentes eleitorais, produziu-se a polêmica na esquerda a respeito de se a unidade devia se fazer com ou sem exclusões. O Partido Comunista e outros setores da esquerda levantaram a necessidade de se unir eleitoralmente numa única frente, sem exclusões, o que acabou acontecendo em 1971¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ HUIDOBRO, Eleutério Fernandez. (Entrevista) In: HARNECKER, Marta. **Frente Amplio: Los Desafios de una Izquierda Legal**. Montevideo: La República, vol. 1, 1991, p. 25-26.

Em 7 de outubro de 1970 realiza-se uma convocação que teve enorme êxito. Durante quase três meses, 16 mil pessoas participaram, em todo o país, de mesas redondas pró-frente ampla, isto quer dizer, a favor de uma frente política sem exclusões. Em seu começo, o PDC havia propiciado uma frente que excluía o Partido Comunista. A Frente se fundou em 05 de fevereiro de 1971; em 15 de março se aprovaram seus documentos básicos e em 26 desse mesmo mês se realizou o primeiro ato de massas *frenteamplista*¹⁷⁸.

Como antecedentes da Declaração Constitutiva da FA, encontramos a constituição da Convenção Nacional de Trabalhadores – CNT, como central sindical única¹⁷⁹ (1964-66), seu estreito vínculo com o *Congreso del Pueblo*¹⁸⁰, que se realizou em 1965, e os manifestos comuns que surgiram dos mesmos e foram inscritos como plataforma de lançamento da Frente Ampla. O programa da FA centrava-se em alguns postulados vertebrais, como o fortalecimento do Estado e o planejamento, a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior, o controle do capital estrangeiro, a defesa do trabalho nacional e a independência internacional. Esses elementos eram comuns às plataformas da esquerda em geral, às reivindicações do *Congreso del Pueblo* e da CNT.

Num documento da FA com o nome de *30 Primeras Medidas de Gobierno*¹⁸¹, de 25 de agosto de 1971, deram-se a conhecer as medidas emergenciais que a FA tomaria se chegasse a assumir o governo. Essas medidas foram propostas a partir das “Bases Programáticas”, aprovadas em 17 de fevereiro de 1971, com a intenção de reconstruir o país, salvá-lo da profunda crise que atravessava e abrir novos horizontes à vida nacional. Os objetivos dessas medidas tinham como base fornecer melhores condições para atingir a plenitude da realização humana dos uruguaios, elevando seu nível de vida e sua formação cultural, para poder obter uma completa participação na

¹⁷⁸ RODRÍGUEZ, Hector. (Entrevista) In: HARNECKER, Marta. vol. 1, op.cit., p. 63.

¹⁷⁹ A *Convención Nacional de Trabajadores* – CNT formou-se a partir de uma convocação da *Central de Trabajadores de Uruguay* – CTU – feita a todos os sindicatos – filiados ou não – para discutir o diagnóstico sobre a crise estrutural do país e uma proposta programática para solucioná-la. Tanto o diagnóstico como o programa proposto reuniu todos os sindicatos do país numa convenção nacional de sindicatos, de caráter consultivo. Aprovado, tanto o diagnóstico como o programa, apresentou-se um projeto de regulamento para dotá-lo de caráter permanente, como órgão coordenador da convenção (1964). No ano seguinte convocou-se o *Congreso del Pueblo*. A CNT teve, dessa forma, sua origem.

¹⁸⁰ O *Congreso del Pueblo* foi realizado na cidade de Montevidéu, em 1965. Teve a participação de todos os setores da sociedade organizada, representados por delegações da capital e do interior do país. Dele surgiram manifestações que postularam as reivindicações que se materializaram, posteriormente, na fundação da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT e, a partir desta, na Declaração Programática e na Declaração de Princípios da FA.

¹⁸¹ FRENTE AMPLIO. **30 Primeras Medidas de Gobierno**. Montevideo: mimeo, 1971, p. 2.

sociedade e em seu governo. A FA se propunha a potencializar ao máximo a capacidade de trabalho e criatividade do povo, para superar o estancamento econômico em que se encontrava o país e a recuperação deste sobre as bases de justiça social e liberdade. O eixo fundamental para realizar esses propósitos era visto como a contínua participação popular no processo de transformações econômicas, políticas e sociais necessárias naquele momento histórico.

Nesse documento, e a partir das “Bases Programáticas”, assinalaram-se quatro medidas fundamentais a adotar – caso o acesso ao governo ocorresse – como base do processo de transformação: 1) Reforma Agrária; 2) Nacionalização do sistema bancário privado; 3) Nacionalização dos principais elementos do comércio exterior; e 4) Enérgica ação industrial do Estado, incluindo a nacionalização da indústria frigorífica. Essas medidas se entendiam como essenciais para iniciar o processo de mudanças sociais e econômicas, visto que elas enfrentavam os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e internacionais responsáveis pela crise estrutural do país. A proposta atacaria os problemas mais urgentes. Seus objetivos imediatos eram:

- a) restabelecer o estado de direito;
- b) defender a soberania nacional e obter a independência econômica;
- c) iniciar o processo de transformações estruturais para atingir a uma maior capacidade produtiva;
- d) redistribuir a renda em favor dos grupos sociais mais afetados pela crise;
- e) tornar efetivo o direito ao trabalho, obtendo a máxima ocupação da população;
- f) elevar o bem-estar social, resolvendo os problemas de saúde, moradia e educação;
- g) pacificar o país; e
- h) sanear a administração pública e dar participação, nela, aos setores populares¹⁸².

O trabalho realizado pelos Comitês de Base foi, desde seu início, um dos aspectos mais interessantes da experiência *frenteamplista*. Essa experiência se encontra entre os antecedentes da criação da FA, da confluência política que esta força representou como fato sem precedentes na história do país. Eles não eram um mero

¹⁸² Idem, p. 3-4.

instrumento de acumulação de votos, e sim uma instância de participação popular efetiva, o marco de uma nova etapa política que se abriu no país. Uma política que exigiu a atividade e a participação permanente de todos os *frenteampelistas*. Líber Seregni declarou, a respeito dos Comitês de Base e da participação popular, para o Semanário *Marcha*, em 15 de novembro de 1971: “Tem-se um indicador de qual é o sentido de nossa nova política; do que significa a política de participação, em contraposição à política de delegação. Nós defendemos que só há uma política popular com participação popular permanente e que há uma verdadeira delegação só quando ela é vitalizada, controlada, referendada, pela participação. Neste caminho, seguiremos inflexíveis”¹⁸³.

Por outro lado, os setores mais combativos da esquerda, centrados no MLN e na FAU, e a partir desta última, na Resistência Operária Estudantil, assumiram políticas diferenciadas a respeito da formação da Frente Ampla. Para o MLN, como já mencionado anteriormente, todas as atividades políticas deviam estar atreladas à luta armada. Isso fez com que assumisse uma atitude de apoio à FA e, por sua vez, de diferenciação, destacando, fundamentalmente o apoio para que se organizasse uma união de forças populares, mas criticando que esta tenha sido criada a propósito das eleições. A FAU, por sua vez, inicia, com bastante antecipação – já em 1970 –, um discurso destinado a alertar contra o que, a seu juízo, constituía o desvio eleitoral do movimento popular. A tradição anarquista implicou na não participação desse movimento na constituição da FA. Dessa forma, a FAU expressou a concepção da “aversão à política” de importantes setores de trabalhadores e estudantis. Combinou com isso um discurso demasiado abstrato e estrategista sobre o significado das eleições num Estado capitalista.

Para o Governo, convocar as eleições em novembro de 1971 era a forma de procurar uma instância de legitimação, a confirmação do caráter “democrático” do governo *pachequista*, a mando do qual se havia realizado todo o processo repressivo que teve seu marco inicial em 1968. “Era mesmo assim, abrir uma expectativa de mudanças e uma tentativa de canalizar a seu favor as tradições democráticas”¹⁸⁴. Juan

¹⁸³ SEREGNI, Líber. (Entrevista). *Semanário Marcha*. Montevideo: 15 de novembro de 1971, p. 16.

¹⁸⁴ CORES, Hugo. *Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973*. Montevideo: Banda Oriental, 1999, p. 63.

Maria Bordaberry foi o herdeiro e prosseguidor do governo de Jorge Pacheco Areco. Como respaldo, contou com amplos setores do latifúndio, banqueiros, grandes industriais e comerciantes, assim como o alto escalão administrativo e as elites militares e policiais (fundamentalmente do Exército), já depuradas por Pacheco. As eleições de 1971 ofereceram a este bloco hegemônico o respaldo legal para retomar, desde a “legalidade” de autoridades “surgidas das urnas”, os lineamentos essenciais à gestão iniciada por Pacheco¹⁸⁵.

O governo de Juan Maria Bordaberry (1972-1976) se propôs, no campo econômico, a estimular a produção agropecuária e outras atividades nas quais o país fosse competitivo. No âmbito político, mesmo que se proclama respeitoso das instituições, suas preferências não permitiam maiores esperanças que as já vivenciadas com Pacheco. Essa nova etapa apresentava desequilíbrios maiores que os de Pacheco. O poder executivo permaneceria sob controle de uma força sem apoio do parlamento. A experiência *pachequista* parecia não ser renovável. Não se definindo por ser uma ditadura declarada, não podia prescindir do poder legislativo. A luta contra a subversão era a única tarefa que o governo podia encarar com apoio maciço do parlamento, permitindo-lhe obter a tolerância do grupo de oposição mais forte – o *ferrerismo*, representado por Wilson Ferreira Aldunate, do Partido *Blanco* – e, através deste, também isolar a esquerda que se organizava em torno da Frente Ampla.

A maioria da esquerda participava no sentido de conservação do sistema democrático no qual havia nascido e se desenvolvido. Toda plataforma de governo para as eleições de 1971 devia conter uma posição de neutralização de conflitos. A esquerda legal não participava da perspectiva militar dos *tupamaros*, mas mantinha boas relações com eles. Seja pela ideologia exposta, como pela coincidência nos objetivos de mudanças sociais, a esquerda legal e o MLN – *Tupamaros* conservavam um campo de referências políticas e culturais comuns. Na visão da esquerda *frenteamplista*, os *tupamaros* não eram nem aventureiros nem delinqüentes; eram, sim, revolucionários sinceros, mas equivocados, movidos pelas injustiças econômicas e sociais. O apoio do MLN à FA foi uma constante desde seu nascimento e a participação de *Tupamaros* na coalizão – através do Movimento 26 de Março – teve uma

¹⁸⁵ CORES, Hugo. op. cit., 1999, p. 129.

importância fundamental para a FA, visto que integrou importantes setores juvenis vinculados à esquerda nacional.

A participação do Movimento 26 de Março aglutinou uma militância entusiasta e criativa, particularmente juvenil. Essa característica não foi marginal, senão que recebeu o reconhecimento de setores dirigentes da FA. Como exemplo, pode-se citar a carta enviada ao Movimento 26 de Março pelo presidente da coalizão, Líber Seregni:

Necessitamos de vocês, companheiros do 26 de Março, para que essa transformação aconteça. A fecunda participação de vocês nos comitês de bases, o aumento imponente da militância do 26, que os tem possibilitado integrar a mesa executiva da FA, os faz indispensáveis no delineamento de nossa estratégia política e na promoção de uma mudança profunda da vida uruguaia¹⁸⁶.

A Frente Ampla foi a condensação orgânica dos eventos políticos e sociais do período *pachequista*, da resistência operária e popular a seus abusos, das mobilizações estudantis, das denúncias parlamentares e jornalísticas. De certa forma, a Frente Ampla, em sua opção política e eleitoral, marcou uma identificação efetiva com toda a desconformidade do cenário político uruguaio e a esperança de mudanças de setores populares cada vez mais amplos e mobilizados que se opunham à política reacionária das classes dominantes representadas no *pachequismo*. Desde a perspectiva do movimento operário e da esquerda em geral, significou a concepção de uma aliança ampla que atraiu a participação de novos setores populares provenientes das classes dominadas. Abriu uma instância de participação em torno de um programa progressista para amplos setores populares, provocando desprendimentos importantes dos partidos tradicionais e emergiu como resposta popular ao processo de decomposição do sistema político tradicional e, fundamentalmente, ao bipartidarismo.

Nas eleições posteriores, os partidos tradicionais sistematicamente perderam votos, individualmente e em conjunto. Em 1971, quando surgiu a FA, o Partido Colorado e o Partido Nacional, em conjunto, obtiveram mais de 80% dos votos, enquanto que até 1966 acostumavam obter perto de 90%. Nas eleições de 1984, que iniciaram a reabertura democrática, a perda chegou a 76% e nas eleições de 1999 a

¹⁸⁶ MOVIMIENTO 26 DE MARZO. **Carta del Compañero Líber Seregni**. Montevideo: mimeo, 1971, p. 2.

perda foi de 55%. Dessa forma, a FA se constituiu numa força hegemônica de oposição ao bipartidarismo e conseguiu um crescimento eleitoral de 21% em 1984 e 40% em 1999¹⁸⁷. Esses resultados atribuem-se, em grande medida, ao conteúdo de suas bases programáticas, nas quais a FA definiu-se como uma força nacional e popular¹⁸⁸, antioligárquica e antiimperialista, dedicada ao desenvolvimento de um processo de democratização “real” da sociedade uruguaia.

A Declaração Constitutiva da FA fez um chamamento às forças políticas e aos cidadãos que compartilhavam as concepções nacional progressista e democrática avançada, contidas na Plataforma de Princípios, para que se incorporassem à frente unitária, na qual cada membro manteria sua identidade, mas deveria acatar o Programa elaborado em comum. Como resultado, temos que os números definitivos reconheceram 304.275 votos, em todo o país, em favor da FA, o que representou 18,28% dos votos válidos. Cinco senadores, 18 deputados e 51 vereadores nas distintas Juntas Departamentais (estaduais) colocaram de manifesto a amplitude do movimento unitário, consolidado em menos de dez meses de atividade, desde sua fundação até as eleições de 1971¹⁸⁹.

Em nove de fevereiro de 1972 foi aprovado por unanimidade, no Plenário Nacional da FA, um documento intitulado *Compromiso Político*. Nele se manifestava que as organizações que formavam a FA ratificavam o compromisso de cumprir e respeitar os acordos estabelecidos na Declaração de Princípios e nas Bases Programáticas, no Regulamento Geral da Organização e nas 30 Medidas de Governo, e de lutar por fazer reais os postulados do programa nacional e os programas regionais aprovados. Expressavam seu firme propósito de manter a unidade e continuidade da FA, independentemente de quaisquer que fossem as alternativas políticas. Isso implicava, tanto no governo como na oposição, a necessidade de combinar e coordenar uma ação política permanente em todos os campos, o que compreendeu mobilizações

¹⁸⁷ LANZANO, Jorge. op. cit., p. 31-45.

¹⁸⁸ Um significativo percentual de votos da FA na cidade de Montevideu correspondeu a bairros de origem popular. Como mostra o trabalho de Bayley, analisando as zonas eleitorais da cidade de Montevideu nas eleições de 1971: Zona “Cerro”, 39,7% dos votos; Zona “Paso Molino, La Teja e Victoria”, 36,6%; “Belveder, Pantanoso e Nuevo Paris”, 34,2% dos votos; “La Paloma, La Boyada, Casabó e Carlos María Ramírez”, 34% dos votos. BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: historia y documentos**. Montevideo: Banda Oriental, 1985, p. 34-35.

¹⁸⁹ BAYLEY, Miguel Aguirre. op. cit., p. 32.

de massas, atividades de governo e das bancadas parlamentares e municipais para se atingir os objetivos propostos. Dessa forma, ratificava-se o compromisso político da FA e de todos os setores que a integravam, mesmo após a derrota eleitoral de 1971, o que a caracterizaria como uma força política que transcendia o mero interesse das eleições¹⁹⁰.

Em 12 de julho de 1972 surgiu outro documento, chamado *Definiciones Políticas*, no qual a FA traça seus objetivos para esse contexto e analisa a situação interna, sua estratégia, e reafirma novamente o compromisso político. Os objetivos enunciados no documento mostram a clareza da organização quanto ao contexto político que o país atravessava:

- a) Atingir a integração da FA e o apoio à sua linha política de todos os setores da população, afetados pelo atual regime, e de quantos estejam de acordo em propiciar soluções nacionais e populares para nosso país.
 1. Assalariados em geral: operários e empregados públicos e privados.
 2. Pequenos e médios produtores, industriais e comerciantes.
 3. Outros setores sociais, tais como profissionais, educadores, estudantes, aposentados, donas de casa, etc.
 4. População marginalizada, urbana e rural.
 Em resumo, isso significa integrar à ação de massas todos os setores sociais cujos interesses e objetivos sejam opostos aos da oligarquia, ou lesionados pela sua política.
- b) Enfrentar o governo na sua ação regressiva no político, econômico e ideológico com a ação da FA por pontos de seu programa, através de plataformas de luta de caráter imediato que combatam a ação regressiva e incrementem os níveis de consciência política necessários para aproximar a realização do Programa da FA.
- c) Combater o regime, caracterizado em sua etapa atual pela intensificação da ação antipopular e a estrangeirização econômica e política¹⁹¹.

Em relação à situação interna da FA, o documento expressava que, em 29 de abril de 1972, a coalizão manifestou uma linha coerente com seus princípios programáticos, concretizada na bandeira: *Pacificación para los cambios y cambios para la Paz*. O conceito de “pacificação” exposto não era estático, senão dinâmico – concebendo-se a pacificação como um processo de luta pela paz. “Lutar pela paz significa lutar pelas mudanças que a assegurem”. Lutar pela soberania nacional; pelos direitos dos orientais sobre a riqueza do país; lutar pelos direitos humanos vulneráveis;

¹⁹⁰ FRENTE AMPLIO. **Compromiso Político**. Montevideo: mimeo, 1972, p. 2-4.

¹⁹¹ FRENTE AMPLIO. **Definiciones Políticas**. Montevideo: mimeo, 1972, p. 1-6.

pela normalidade institucional e política; lutar por uma justa distribuição da riqueza e da renda, pelo aumento da produção, pela defesa da moeda nacional. “A paz é um objetivo em si mesmo, que se obtém através de uma luta permanente durante o processo, tanto desde a oposição como desde o governo”¹⁹².

Como métodos para a ação que a FA definia – no documento –, identificava que o caminho traçado era o das mobilizações de massas, integrando os diversos setores sociais cujos interesses e objetivos fossem análogos, e elevar sua consciência e sua capacidade de ação política até atingir os níveis necessários que permitiriam o acesso ao poder. A FA reafirmava sua decisão, expressa na Declaração Constitutiva, de esgotar as vias democráticas, a fim de que o povo, mediante sua luta e sua mobilização, realizasse as grandes transformações pelas quais o país clamava. Como instrumentos para atingir esses fins, identificava-se a necessidade de empregar todos os meios eficazes que permitissem unificar as ações de todos os setores do movimento de massas que perseguissem objetivos coerentes com os da FA. Foram identificados três grandes grupos estratégicos para atuação:

- a) em nível político, a necessidade de coordenar os esforços de todos os grupos políticos de oposição que enfrentavam o governo;
- b) em nível local-regional, os Comitês de Base deviam trabalhar em profundidade e extensão para consolidar e ampliar a ação de massas; e
- c) em nível setorial, os Comitês de Base deviam colaborar para que a dimensão sindical do movimento de massas se desenvolvesse coerentemente com os objetivos da FA.

Encerrando o documento *Definiciones Políticas*, e a título de ratificação do “compromisso”, pode-se ler:

¹⁹² Idem.

Os militantes, grupos e partidos políticos integrantes da Frente Ampla estão obrigados, de acordo ao disposto em seus Documentos Constitutivos e no Acordo Político, a seguir estes lineamentos de ação política em seus diferentes níveis de atuação e a não sustentar outras linhas nem o emprego de outros métodos de luta que os estabelecidos no presente documento, que ratifica e desenvolve, para a atual conjuntura, os aprovados naqueles documentos, até que o Plenário Nacional não adote outra resolução¹⁹³.

O documento continha, ainda, um parágrafo onde se assinalava que se deveria contemplar a necessidade de coordenar ações comuns com organizações, movimentos e instituições que contemplassem, entre seus objetivos e se ajustassem em seus métodos, ao estabelecido neste documento. “Em cada caso se resolverá a forma em que se fará efetiva a dita coordenação”. Este parágrafo abria espaço para a coordenação de ações com outras organizações. Possivelmente, a influência do *Movimiento 26 de Marzo*¹⁹⁴ tivesse marcado a necessidade de se abrir esse espaço.

Por outro lado, durante todo o ano de 1972, o governo de Juan Maria Bordaberry contou com o apoio dos setores majoritários do Partido *Colorado*: os ligados a Pacheco e a “lista 15”, de Jorge Batlle e Julio Maria Sanguinetti, e de setores minoritários do Partido *Nacional* – os liderados por Washinton Beltrán, Alberto Heber e Mário Aguerro. Com esses apoios, Bordaberry compôs as medidas repressivas com que iria governar, preparando a irrupção do golpe militar que aconteceu em 1973. Em princípios de 1972, o Poder Executivo preparou um Projeto de Lei para o ano que iniciava. Nele se refletiram as principais preocupações do governo de Bordaberry: o aumento do efetivo militar, que passava de 37.000 homens, em 1968, para 50.000, em início de 1973. As Forças Armadas passaram de 18.000 a 28.000 efetivos e a polícia de 19.000 para 22.000 no mesmo período. As Forças Armadas receberam recursos que implicaram multiplicar por 12 o orçamento militar da época de Pacheco¹⁹⁵.

Bordaberry foi o herdeiro e deu fielmente continuidade à política de Pacheco. Seus apoios de classe – banqueiros, latifundiários, grandes industriais e comerciantes, setores ligados ao comércio exterior, assim como a elite da administração pública, os altos comandos militares e policiais – foram os mesmos que apoiaram e se beneficiaram da política econômica implementada no governo de Pacheco. As eleições

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ O *Movimiento 26 de Marzo* foi o setor político “legal” do MLN – *Tupamaros* dentro da FA.

¹⁹⁵ QUIJANO, Carlos. **Semanário Marcha**. Editorial. Montevideo: 22 de setembro de 1972, p. 4.

de 1971 forneceram a esse bloco hegemônico o sustento da legalidade para retomar, desde a “legitimidade” de autoridades “surgidas das urnas”, as linhas essenciais para a gestão das elites antipopulares da burguesia uruguaia. A política econômica fundo-monetarista aplicada implicou um ajuste de contas com os setores populares, que viram suas rendas reduzidas após as eleições, e que entrou paulatinamente em deterioração durante o ano de 1972. Através do mecanismo inflacionário, o governo conseguiu fazer retroceder a evolução da distribuição de renda do país em favor da classe capitalista.

No início de 1973, os fatos se precipitaram. Os enfrentamentos de outubro e novembro de 1972 permitiram vislumbrar a presença aberta, no cenário político, dos comandos militares¹⁹⁶. Em janeiro, os comandos militares tomaram a iniciativa, a partir de definições políticas de importância que estavam em discussão. Em primeiro lugar, uma nova proposta no plano da legislação repressiva: a chamada de “estado perigoso” e a regulamentação sindical, sobre a qual se insistia desde os setores *pachequistas* do governo. Desde janeiro, a iniciativa militar disseminou-se em várias direções: sobre o Executivo, onde instalaram a presença de um Ministro da Defesa manipulável pelos militares – Walter Ravena –, e sobre o próprio Bordaberry e os grupos políticos que lhe davam apoio. Também sobre a oposição democrática e o Parlamento, os movimentos populares, a CNT e a FA.

A campanha de denúncias de “corrupção”, estendida logo de forma genérica ao Parlamento e aos políticos, permitiu aos comandos militares debilitar os grupos políticos oficialistas – com o presidente incluído –, mas, fundamentalmente, apontou para recompor uma imagem pública deteriorada pela ação repressiva e, assim, ganhar certa “popularidade”, o que lhe permitisse dar novos passos em direção ao controle total do Aparelho de Estado. Desobedecido e impugnado pelos comandos militares, que rechaçaram a indicação do general Vitor Francese ao cargo de Ministro da Defesa, no dia oito de fevereiro Bordaberry tentou convocar o povo em defesa da legalidade, apesar de ser o chefe de um governo que violentou todas as liberdades e direitos

¹⁹⁶ Certas circunstâncias externas também contribuíram neste assunto: especialmente a influência dos golpes de Estado produzidos na Bolívia, Brasil e Argentina, em 1964 e 1966. Os vínculos com militares argentinos e brasileiros se intensificaram, fundamentalmente na luta contra a “subversão marxista”. A participação na repressão desde 1968, a condução da luta contra-insurgente a partir de 1971 e a ampliação da jurisdição militar desde 1972 foram elementos decisivos para determinar a tendência das Forças Armadas por sua completa ocupação dos espaços políticos e do Golpe de Estado.

democráticos e afundou o país num clima de autoritarismo extremo. O chamado ao povo fracassou. Bordaberry, então, em poucas horas, acatou as exigências dos militares, efetivando-se, assim, o acordo de *Boiso Lanza*¹⁹⁷.

A precariedade do sistema político, a debilidade do apoio popular aos partidos tradicionais e, em particular, àqueles que haviam “triunfado” nas eleições de 1971, ficou em evidência. Os episódios de fevereiro marcaram um corte no processo de deterioração do sistema de dominação tradicional no Uruguai¹⁹⁸. Dessa forma, chegou-se ao final de uma época e abriu-se o início de outra, que implicou em 10 anos de ditadura. Nesse contexto, os partidos tradicionais não estiveram dispostos a enfrentar o avanço militar e a criação do *Cosena*. Na esquerda, por sua parte, surgiram diferenças de apreciação importantes sobre o significado do pronunciamento militar de nove de fevereiro. Alguns setores da esquerda “interpretaram” como um fator positivo as supostas manifestações militares em torno de um projeto de cunho “populista”.

Na Mensagem nº. 3, de 1º. de julho de 1973, sob o título, *Del Frente Amplio al Pueblo Oriental*, realizaram-se as primeiras manifestações oficiais da FA a respeito do Golpe de Estado civil-militar de 27 de junho. O documento afirma que ante a dissolução de todos os órgãos representativos da cidadania e da exclusão de todos os setores políticos culminava um processo histórico que se iniciou em 1968. Acusa Bordaberry de latifundiário e porta-voz das classes dominantes, admirador da ditadura brasileira, que teve a audácia de atribuir-se a representação da maioria do país, sendo que chegou ao governo por 22% dos votos da cidadania. A responsabilidade pelo golpe foi atribuída – nesse documento – a Bordaberry, como representante da oligarquia e das classes conservadoras nacionais, permitindo, desta forma, a caracterização de ditadura civil-militar.

Desse modo, a polarização da contradição oligarquia-povo chegou a seu ápice. “Nem as classes dominantes, nem o império que as apóia podem já continuar enganando ao povo. O único argumento que resta é agora a força. [...] dentro deste

¹⁹⁷ Este acordo produz uma nova reforma constitucional “de fato” que implantou, por decreto, a presença do alto comando militar no Poder Executivo, através do *Cosena* (Conselho de Segurança Nacional), cujo primeiro secretário geral era o homem forte da situação, o general Gregório Alvarez.

¹⁹⁸ CORES, Hugo. 1999. op. cit., p. 179.

panorama, as Forças Armadas atuam neste momento, apesar de seus pronunciamentos em contrário¹⁹⁹, como braço armado dos grupos econômicos e políticos”²⁰⁰. Outros setores do movimento popular fizeram uma valorização da conjuntura, baseada na idéia de que “a oligarquia está debilitada” e “há forças que fazem todo o possível para deter o processo desencadeado pelos comunicados 4 e 7”; essas declarações são da Convenção Nacional de Trabalhadores – CNT, de abril de 1973. Nos primeiros dias do mês de março, o Conselho Central da Associação de Empregados Bancários do Uruguai – Aebu, uma organização sindical de trajetória no cenário das lutas sindicais do país, já havia publicado no jornal *Ahora* um documento no qual expressa: “[...] os comunicados 4 e 7, emitidos pelas Forças Armadas, expressam um sentido que qualificamos de positivo, desde o momento que questionam a política desenvolvida pela oligarquia em nosso país. [...] É inocultável e coincidente com as posições da classe trabalhadora a definição inédita, por parte das Forças Armadas, de que não serão o braço armado de grupos econômicos e políticos [...]”²⁰¹. Essas declarações de parte do movimento sindical não expressavam as opiniões de todo o movimento, mas foram reflexo do que os setores dirigentes da CNT – ligados ao Partido Comunista – interpretaram dos comunicados militares.

Para a FA, o papel protagonizado pelas Forças Armadas no Golpe de Estado era muito claro: elas constituíam o centro de poder dos mesmos interesses antinacionais contra os quais lutava a FA. O documento *Del Frente Amplio al Pueblo Oriental* convocava todas as forças políticas autenticamente populares a se unirem no enfrentamento à ditadura. Negou toda e qualquer legitimidade da situação, manifestou seu repúdio à dissolução do Parlamento e exigia a destituição de Bordaberry. E acrescentava, fechando a mensagem: “As medidas políticas, econômicas e sociais de

¹⁹⁹ O Comunicado nº. 4, elaborado pelos Comandos Militares Conjuntos do Exército e da Força Aérea, de nove de fevereiro de 1973, assinado pelo *Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea*, brigadeiro José Pérez Caldas, e pelo *Comandante del Ejército en Operaciones*, general Hugo Chiappe Posse, caracterizou o início de uma etapa que marcaria definitivamente o começo do golpe civil-militar. Nesse comunicado – e também no comunicado nº. 7, emitido no dia seguinte –, os militares levantaram uma série de medidas a serem tomadas, de tom claramente populista, o que implicou que grande parte da esquerda as interpretasse como uma tendência “peruanista” (em relação ao regime de Velasco Alvarado, 1968, no Peru) dentro das Forças Armadas, o que não era real. Nesses comunicados manifestou-se que as Forças Armadas não seriam o braço armado de setores políticos nem de grupos econômicos.

²⁰⁰ FRENTE AMPLIO. **Mensaje nº. 3: Del Frente Amplio al Pueblo Oriental**. Montevideo: mimeo, 1973, p. 2.

²⁰¹ AEBU. **Ahora**. In: CORES. 1999. op. cit., p. 183.

fundo deverão ser adotadas pelos verdadeiros representantes de todos os setores nacionais e populares”²⁰².

Numa entrevista do general Líber Seregni, em 1973, o jornalista Omar Prego perguntou ao líder *frenteamplista* se seu movimento insistia no pedido de renúncia do presidente Bordaberry. Na oportunidade, Seregni respondeu: “O governo que ganhou as últimas eleições representa, *in totum*, os interesses de uma classe social privilegiada e desempenha uma gestão que, por favorecer exclusivamente esses interesses, segue o rumo contrário ao do bem-estar dos trabalhadores”²⁰³. Seregni apontou a necessidade da renúncia do presidente, mas não por que a pessoa do mesmo seja exclusivamente o problema, e sim uma de suas partes. Era evidente que a renúncia de Bordaberry e sua substituição institucional não resolveriam, de forma substancial, a situação do país, visto que o elenco governamental na íntegra representava o avanço do modelo autoritário.

²⁰² FRENTE AMPLIO. **Mensaje nº. 3.** op. cit., p. 3-4.

²⁰³ PREGO, Omar. **Reportaje a un Golpe de Estado.** Montevideo: La República, 1988, p. 9.

CAPÍTULO II

OS PROCESSOS DE *TRANSIÇÃO* DA ESQUERDA URUGUAIA: ENTRE A DITADURA E A RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA 1973 – 1994

1. DA RESISTÊNCIA A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR

Um conjunto de episódios políticos ocorridos na América Latina, nos anos de 1961 a 1964, marcaram com muita força a consciência dos trabalhadores uruguaios. Por sua vez, no país, desde 1955, acentuava-se a crise sócio-econômica e a dinâmica da luta social e política. No contexto internacional, particularmente após a Revolução Cubana, logo depois do Golpe de Estado no Brasil, em 1964, e do fracasso de uma declaração de greve geral realizada pelos sindicatos brasileiros, o movimento operário uruaio começou a estudar que medidas de resistência poderiam ser tomadas no caso de uma tentativa golpista.

Aqui há alguns detalhes a serem considerados: o Golpe Militar no Brasil (que contou com o apoio dos EUA) derrubou o governo de João Goulart. Por sua parte, como solução à crise, o movimento sindical uruaio sustentava a necessidade de um programa de reformas e de mudanças no país. A possibilidade de que ocorresse um golpe militar que destruísse a ação dos sindicatos, bloqueando todo seu programa, e que, além disso, substituísse o regime democrático, passou a ser uma possibilidade certa. Isso gerou, no movimento sindical uruaio, uma profunda preocupação.

Nesse período (1964) iniciava-se um intenso debate: que medidas eficazes de resistência poderiam ser tomadas caso se produzisse um Golpe de Estado? Houve diversidade de análises da realidade e diferentes propostas. Pouco a pouco, afirmou-se no pensamento dos trabalhadores a idéia de enfrentar qualquer tentativa de Golpe de Estado com uma greve geral e a ocupação dos lugares de trabalho. Obviamente que não se esperava que essa medida fosse um elemento de contenção absolutamente seguro contra o embate de força militar. A greve e a ocupação funcionariam como fator

central numa luta global, na qual, para definir favoravelmente o confronto, requerer-se-iam formas complementares de ação.

O acontecido nos anos posteriores, com a consolidação das ditaduras militares na região – ao Brasil, somou-se a Argentina quando, em 28 de junho de 1966, o general Juan Carlos Onganía derrotou o presidente constitucional Arturo Illia – e o aprofundamento, no Uruguai, da escalada fundo-monetarista e autoritária, reafirmou a decisão da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT. No estatuto elaborado pela CNT estabelecia-se expressamente que a declaração de greve geral devia ser remetida aos sindicatos antecipadamente (15 dias), para sua aprovação nas respectivas assembléias. Além disso, a título excepcional, estipulou-se que, “em caso de ataques graves às liberdades públicas”²⁰⁴, as autoridades da convenção estavam liberadas para declarar medidas de luta e, inclusive, a greve geral. Esta norma estatutária foi referendada pelos sindicatos.

O aprofundamento da crise sócio-econômica, onde estavam em jogo fatores externos e internos no que se refere à economia internacional e à própria estrutura subdesenvolvida do Uruguai, teve como conseqüência inevitável o aumento das tensões sociais refletidas, particularmente, na atividade sindical. A reiteração de greves e a freqüência das medidas de luta consideradas especialmente graves, tais como mobilizações massivas, enfrentamentos com as forças policiais, ocupações de fábricas, entre outras, teve como conseqüência direta a viabilidade da unificação do movimento operário. Em curto prazo, o efeito visível foi a transformação da convivência social: acrescentou-lhe um clima de permanente enfrentamento social que não era freqüente no país.

Dessa forma, o movimento sindical se viu imerso numa realidade complexa e mutante, em que o social, o econômico, o político, o sindical e, inclusive, o ideológico estavam intimamente relacionados entre si. Os anos que vão de 1967 a 1971 foram para o movimento sindical, já unificado (ver capítulo I), de enfrentamento com o governo de Jorge Pacheco Areco. Esse governo foi marcado por um projeto autoritário e conservador, no qual a aplicação de Medidas de Segurança constituiu-se no preâmbulo

²⁰⁴ CNT. **Documentos Sindicales**. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1885, p. 17.

para o congelamento salarial, dando-se acesso à interpretação fundo-monetarista da inflação²⁰⁵ que vinculava este fenômeno ao excesso de demanda provocado pela expansão do crédito, o déficit fiscal e, principalmente, pelos salários.

Esses foram os chamados “anos duros”, no quais os enfrentamentos foram cada vez mais violentos, marcados pela morte de estudantes e trabalhadores. Por um lado, a corrente sindical de orientação comunista traçava uma estratégia que podia caracterizar-se, genericamente, como de luta prolongada na busca permanente de contatos com outras forças sociais e políticas para a elaboração de um plano nacional perante a crise²⁰⁶. Por sua vez, a estratégia impulsionada pela tendência combativa priorizou um enfrentamento mais enérgico com as patronais e o governo, e reclamou, à CNT, medidas mais concretas e globais para enfrentar o *pachequismo*.

A fundação da Frente Ampla, em fevereiro de 1971, repercutiu extraordinariamente, no seio do movimento sindical. Nesse ano aconteceram as eleições gerais e a vida social, política e econômica do país pareceu girar em torno do assunto; mesmo assim, a luta sindical não se deteve. No início de 1972, após o triunfo do Partido Colorado nas eleições nacionais e a assunção à Presidência da República de Juan Maria Bordaberry, José D’Elia – presidente da CNT – fixou sua posição a respeito da orientação política do novo governo: “Os lineamentos da orientação do governo instalado, nos seus aspectos fundamentais – econômicos, políticos e sociais – não permitem apreciar diferenças marcantes com o anterior governo de Jorge Pacheco Areco”²⁰⁷.

No dia sete de fevereiro de 1973, uma declaração do Secretariado Executivo da CNT²⁰⁸ reafirmava o combate pelas reivindicações econômicas e sociais, pelas liberdades sindicais e democráticas, unidas a um programa para mudanças estruturais

²⁰⁵ MELGAR, Alicia; CANCELA, Walter. **Economía: La Hora del Balance 1958 – 1983**. Montevideo: CLAEH, 1984, p. 11.

²⁰⁶ Para compreender a estratégia que se desenvolvia nesses anos, por parte da corrente sindical comunista deve-se lembrar que com a ilegalização – em 12 de dezembro de 1967 – de vários grupos políticos de esquerda, por decreto do presidente Jorge Pacheco Areco, o Partido Comunista passou a ser a única força legal da esquerda. Isso a condicionou em grande parte, por ser a força hegemônica dentro do movimento popular. Isso explicou, também em parte, sua atitude “de diálogo”, procurando, principalmente, uma saída “política” para a situação.

²⁰⁷ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. **El Sindicalismo Uruguayo Bajo la Dictadura: 1973 – 1984**. Montevideo: Mundo Nuevo, 1989, p. 29.

²⁰⁸ FASANO, Mertens Federico. **Después de la Derrota: un eslabón débil llamado Uruguay**. Montevideo: Nueva Imagen, 1980, p. 152.

que “terminassem com a exploração, a corrupção e as negociatas de banqueiros, latifundiários, exploradores e imperialistas estrangeiros”, reafirmando a disposição assumida anteriormente de ocupar fábricas e lugares de trabalho, organizando, desde os mesmos, as mobilizações para impulsionar a resistência e se opor a todo propósito antidemocrático.

Posteriormente, em 26 de março de 1973, a CNT rejeitava publicamente o projeto de Consolidação da Paz (Lei do Estado Perigoso) que o Poder Executivo encaminhou à Assembléia Geral. Dois dias mais tarde, Juan Maria Bordaberry pronunciou um discurso contra a CNT. Acusou a Central e seus dirigentes de serem movidos por diretivas político-ideológicas, e não por motivações sindicais²⁰⁹. Como resposta da CNT, no dia seguinte, ocuparam-se as fábricas, organizaram-se atos e reuniões informativas nos bairros de Montevideu e paralisações em todas as empresas públicas. No final do dia, realizou-se um grande ato de massas, no qual se analisou a plataforma de reivindicações e se exigiu a renúncia do presidente Bordaberry.

Mais adiante, realizou-se uma paralisação geral em 21 de junho de 1973. Seis dias mais tarde, ocorreu o Golpe de Estado. A CNT, diante dos decretos ditatoriais, colocou em prática as resoluções adotadas desde tempos atrás: declarou a Greve Geral e tanto em Montevideu como no interior do país foram ocupados os lugares de trabalho. No dia 28 de junho, o Governo propôs uma negociação para a crise. Para tal, o coronel Nestor Bolentini, militar, advogado e ministro do Interior, assumiu a representação governamental, solicitando uma reunião aos dirigentes da CNT. Após a primeira entrevista, a central sindical divulgou uma plataforma mínima que considerava essencial para a recuperação do país. Essa tinha por conteúdo cinco pontos básicos:

- 1) Plena vigência das garantias para a atividade sindical, política e de liberdade de expressão;
- 2) Restabelecimento de todas as garantias e direitos constitucionais;
- 3) Medidas imediatas de saneamento econômico [...] especialmente: nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior e da indústria frigorífica²¹⁰;

²⁰⁹ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario, op, cit., p. 31.

²¹⁰ No início do ano, o governo coloca em marcha um plano para “modernizar” a indústria frigorífica. Nessa linha, em 12 de fevereiro, por decreto, ficou sob intervenção governamental o frigorífico “*El Frigonal*”; e os interventores reduziram a capacidade de produção. Essas medidas custaram a perda de

- 4) Recuperação do poder aquisitivo dos salários e aposentadorias; contenção de preços, subsidiando os artigos de consumo popular;
- 5) Erradicação dos bandos fascistas que atuavam impunemente [...] ²¹¹.

Em 30 de junho, a resposta do Governo foi anunciada pelo rádio: o decreto de dissolução da CNT – declarada como associação ilícita –, ordenaram-se o fechamento de seus locais e as prisões de seus dirigentes. A luta entrou numa nova fase: as fábricas eram desocupadas pelo Exército e imediatamente recuperadas pelos trabalhadores. O Boletim nº1 da CNT informava: “A Greve Geral e as ocupações tomaram um volume contundente. Milhares de lugares de trabalho estão ocupados; pessoal que nunca havia ocupado seu lugar de trabalho, pessoal que não estava organizado, está em Greve Geral. As ocupações seguem com total firmeza” ²¹². Toda a comunidade, de uma forma ou de outra, se via envolvida na luta entre o governo golpista e a classe trabalhadora.

O Governo realizou mais uma investida repressiva contra os trabalhadores no dia quatro de julho. Por decreto, autorizou as administrações estaduais e os organismos públicos a demitir, sem indenização, os empregados em greve e os que desenvolvessem “outras formas de trabalho irregular”, disposição que se fez extensiva à indústria privada. Isso teve um impacto assombroso: os trabalhadores que estavam em licença médica ou se encontravam presos na data também foram atingidos por essa norma ²¹³. A greve começou a declinar entre sete e nove de julho. Lentamente ocorreu o reinício do trabalho no transporte coletivo, serviços públicos, administração central, correios, porto, entre outros. As Forças Armadas concentraram suas ações nos centros de abastecimento de combustíveis e no funcionamento do transporte coletivo, como elementos-chave para quebrar a greve.

O aparelho repressivo desenvolveu, rapidamente, a maior e mais violenta operação de “guerra interna” contra os setores populares que a história contemporânea uruguaia registrou. Ginásios esportivos fechados transformaram-se em lugares de

1.000 postos de trabalho. Além disso, nos frigoríficos *Comargem*, *Cruz del Sur*, e *Sudamericano*, produziram-se demissões massivas.

²¹¹ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. op. cit., p. 54.

²¹² CNT. **Boletín nº1. A los Trabajadores en Lucha**. Montevideo: mimeo, junho de 1973, p. 2.

²¹³ ALVAREZ, Mantero Ricardo. **Historia del Movimiento Sindical Uruguayo**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2003, p. 129.

detenção e torturas, o Exército ocupou os órgãos administrativos públicos, as plantas industriais e os setores de serviços do Estado, as principais fábricas privadas do país – onde se concentrava, em maior número e grau de importância, a resistência. Os lugares de trabalho foram ocupados pelas Forças Armadas e a Greve Geral chegou a uma situação de esgotamento definitivo.

Paralelamente, na medida em que se prolongava a greve e as deficiências tomaram visibilidade, as instâncias de discussão na CNT começaram a tornar-se extremamente difíceis. O eixo de tensão foram as relações da Frente Ampla com a CNT durante a greve. Na central sindical apresentaram-se duas posições contrapostas: os comunistas, que foram partidários de que a greve fosse conduzida exclusivamente pelos sindicatos, e, por outra parte, a *Tendencia* e a *Corriente*, que reclamavam um papel mais ativo da Frente Ampla no transcurso do conflito. Nesse contexto, a maioria das lideranças sindicais da CNT foi detida pela repressão, fato que contribuiu para o enfraquecimento da Central Sindical.

Ao mesmo tempo, dentro do movimento estudantil, que havia sido solidário com a greve, aconteceram discussões que levaram a duas posições: uma que sustentava a necessidade de contribuir e dar o máximo de combatividade solidária para a greve quando as Forças Armadas começaram a quebrá-la a partir da movimentação do transporte coletivo; e outra que defendia que o movimento estudantil devia abster-se de atuar, visto que se os trabalhadores não conseguiam sustentar a greve, não era possível dar suporte a eles. Esta última posição ficou numa situação muito difícil, dado que o movimento sindical recorreu, naquele momento, aos estudantes para solicitar a sua presença e participação solidária.

A CNT e a Frente Ampla convocaram uma grande manifestação que se realizou às 17 horas do dia nove de julho, na principal avenida de Montevideu – de nome, 18 de julho –, na qual participaram milhares de pessoas. Esse ato de massas foi o último protagonizado durante a Greve Geral. A manifestação foi fortemente reprimida: como saldo, houve aproximadamente 40 feridos e mais de 400 detidos pelas forças repressoras. Na noite do dia nove, seguiram-se as detenções de dirigentes sindicais e das principais lideranças da Frente Ampla. Entre os detidos encontravam-se Líber Seregni e Carlos Zufriategui, ambos generais do Exército e dirigentes frentistas.

Em 10 de julho, as últimas tentativas de resistência por parte de sindicatos vinculados à *Tendência* elaboraram uma proposta intitulada *Bases de Salida de la Huelga General*, na qual se expressava que não era possível conceder à Ditadura “uma trégua para recompor suas forças e lançar-se novamente contra o povo”²¹⁴ e faziam uma proposta que exigia garantias mínimas para a finalização da greve. Essas garantias incluíam: livre funcionamento dos sindicatos, anulação do decreto que declarava ilícita a CNT e perseguia seus dirigentes, liberdade para os presos políticos, restabelecimento das liberdades e reconhecimento dos direitos constitucionais.

As tentativas de negociações para a finalização da greve fracassaram. Clandestinamente reunida, a mesa representativa da CNT tinha que resolver: o que fazer com a Greve Geral? Nessa reunião, em 11 de julho, chegou-se à decisão, por votação, de suspender a greve. Em comunicado da CNT, anunciou-se o término da Greve Geral. Reconhecia-se o espírito de sacrifício, a dignidade da classe operária e acusava-se Bordaberry de haver instalado uma ditadura fascista. O comunicado da CNT, intitulado *Mensaje de la CNT a los Trabajadores Uruguayos*,²¹⁵ ressaltou a valorização positiva dos Comunicados 4 e 7 (ver capítulo I) e lamentou que as Forças Armadas, ao participar do golpe, tenham-se alinhado em posições opostas a eles.

Por outra parte, os sindicatos onde dominavam a *Tendencia* combativa e a *Corriente* (as federações dos trabalhadores da saúde, da bebida e da borracha) elaboraram outro documento, no qual foram sumamente críticos a respeito da orientação tático-estratégica da corrente comunista – predominante na direção da CNT – e quanto ao balanço da Greve Geral. Considerava-se a experiência da Greve Geral como a ação política mais importante desenvolvida no Uruguai pelo conjunto do proletariado, dos setores assalariados, os estudantes e vastos setores sociais.

O documento assinalava como principais insuficiências da Central Sindical: a prática de um sindicalismo conciliador, um sistemático “enfraquecimento” dos métodos adotados, uma condenação constante, por parte de setores do movimento sindical, de toda expressão de radicalização dos métodos de luta. Também ressaltavam, na crítica, a insuficiência de quadros intermediários legitimados pelas bases e a prática de um

²¹⁴ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. op. cit., p. 75-76.

²¹⁵ CNT. **Mensaje a los Trabajadores Uruguayos**. Montevideo: mimeo, 11 de julho de 1973. (Arquivo da CNT).

sindicalismo de tipo reivindicativo desvinculado de aspectos programáticos, onde se podia encontrar a explicação das graves carências que muitos sindicatos vivenciaram²¹⁶. Além do documento, a *Tendencia* apontava para a reflexão e a autocrítica da condução geral da greve. Independentemente dos variados enfoques, a greve terminou. Uma batalha foi finalizada, mas começariam outras, sob outras formas.

Derrotada a primeira resistência ao Golpe de Estado, o país submergiu num novo “tempo político”, extremamente complexo e que se estendeu até junho de 1976, quando ocorreu a derrota de José Maria Bordaberry, o último presidente constitucional e que teve o papel de transmissor civil do governo para a consolidação da ditadura militar. O processo golpista que se iniciou em 1973 contou com a participação civil de vários setores conservadores e com o apoio das oligarquias nacionais, representadas pelo presidente Bordaberry. O processo culminou em 1976, quando o poder militar descartou o apoio e colaboração permanentes desses setores – o que caracterizou o processo ditatorial como civil-militar – e assumiu o poder militar na sua totalidade²¹⁷.

Durante 1974, a Ditadura confirmou suas definições através de importantes mudanças constitucionais e hierárquicas, além de um aumento substancial da repressão e um controle autoritário sobre a sociedade civil. Com a finalidade de assegurar o poder de tutela e tornar mais efetivo seu controle sobre as instituições do país, os militares integraram, maciçamente, a administração do Estado de duas formas: por um lado, substituíram o pessoal político que, nos organismos existentes, exercia cargos de direção e, por outro lado, criaram instâncias civil-militares e novos organismos que dispunham de amplíssimas atribuições. Como exemplo, podemos citar a estruturação do Conselho de Segurança Nacional – Cosena que, sob a direção exclusivamente militar, foi o efetivo órgão de poder do governo.

No transcurso do ano de 1975 produziu-se uma crise entre os militares e o presidente Bordaberry, pelo motivo de que este último destituiu Eduardo Peile,

²¹⁶ ROE. **Boletín de la Resistencia Obrera Estudiantil**. Montevideo: mimeo, julho de 1973, p. 2.

²¹⁷ O processo golpista, que teve seu início em 1973, contou com a participação de vastos setores civis que deram certa “legitimidade” ao avanço militar. Nesse momento, o papel protagonizado pelo presidente Bordaberry foi fundamental para o argumento de que se possuía um presidente constitucional eleito pelo voto democrático. Por esse motivo, chama-se de ditadura civil-militar o início do processo autoritário. Posteriormente, a partir de 1976, os militares desprezaram toda participação civil no Governo e assumiram todas as posições estratégicas da administração nacional, possibilitando a designação (a partir de 1976) de Ditadura Militar.

presidente do Instituto Nacional da Carne, de seu cargo: os militares apoiavam Peile e fizeram um chamado de atenção a Bordaberry para que reavaliasse a sua postura. Finalmente, Bordaberry retrocedeu na sua decisão, restituindo Peile ao cargo e desculpando-se com os militares por seu “atrevimento”. Paralelamente a esses embates “internos”, entre finais de 1975 e inícios de 1976, o governo ditatorial incrementou uma forte repressão, focada, no seu início, sobre o Partido Comunista, mas que se voltou contra todos os setores populares. Nesta escalada repressiva aconteceram as “desaparições forçadas” de vários dirigentes sindicais. Note-se que a luta armada no país tinha sido desarticulada, na sua totalidade, em 1972, ou seja, a repressão seqüestrou e sumiu com militantes de esquerda de diversas filiações, fora do período da “luta anti-subversiva” oficial.

Em março de 1976, Isabel Perón foi derrotada na Argentina pelo Golpe de Estado liderado pelo general Jorge Videla, iniciando-se a chamada *Guerra Súcia*. Começou, a partir dessa, a coordenação repressiva entre Argentina, Chile, Paraguai, Brasil e Uruguai. O Plano Condor desenvolveu, desde finais de 1975, suas ações repressivas num autêntico exemplo de globalização do autoritarismo e da repressão, sem precedentes no âmbito da América Latina. Nesse contexto de repressão inter e transpaíses do Cone Sul foram seqüestrados e desapareceram os principais dirigentes sindicais uruguaios na República Argentina, como os casos de Leon Duarte, operário e dirigente do Sindicato da Borracha e da *Tendência Combativa*, e Gerardo Gatti, dirigente sindical do setor gráfico e um dos principais líderes da *Tendência Combativa*.

Entrementes, no mês de março de 1976, o general Alfredo Stroessner, ditador-presidente do Paraguai, visitou Montevideú. Foi recebido, numa sessão solene, pelo Conselho de Estado, que lhe outorgou uma condecoração. Pouco tempo depois – um mês – outra prestigiosa figura visitou o Uruguai: foi a vez do general Augusto Pinochet que, da mesma forma que seu contemporâneo paraguaio, foi condecorado em sessão solene e, na oportunidade, a imprensa uruguaia dedicou várias páginas de suas edições para explicar ao povo uruguaio como o ilustre visitante libertou o povo do Chile das garras do comunismo internacional, derrubando o perigoso inimigo da “democracia”, Salvador Allende.

Por outro lado, durante o período de 1973 a 1976, a CNT constituiu uma estrutura clandestina com um aceitável grau de eficiência. Inúmeras ações de resistência foram desenvolvidas através da coordenação da central sindical. Paralelamente, outras organizações vinculadas à *Tendencia Combativa* – como a *Resistencia Obrera Estudiantil* (ROE) – radicalizaram ações de resistência e propuseram, no seio do movimento sindical, uma série de estratégias que visavam à desestabilização do governo ditatorial. Essa postura foi de peso significativo e esteve vinculada ao sindicato da borracha, onde se cogitou a necessidade de formar uma estrutura organizacional que permitisse realizar ações clandestinas no marco de um grande movimento nacional.

Por sua vez, a corrente sindical liderada pelo Partido Comunista – força hegemônica na Central Sindical – sustentava a estratégia de enfrentamento frontal com o regime ditatorial. Obviamente, isso pressupunha um nível de conscientização e de compromisso por parte da militância, e a bandeira levantada nessa época resume cabalmente sua orientação, “nenhum dia de trégua à ditadura”. Por sua parte, a corrente sindical socialista sustentava que diante de uma situação objetiva – o desgaste provocado pela Greve Geral – devia-se iniciar um processo de acumulação de forças. Isso significava uma *parcialização* dos conflitos, ou seja, uma estratégia que visava a um enfrentamento exclusivamente nos locais de trabalho, como forma de conscientizar as classes trabalhadoras da necessidade de organizar-se novamente e de confiar nas suas entidades de classe.

Enquanto isso, em 1976, Aparício Méndez assumiu a presidência da República. Suas primeiras declarações foram surpreendentes: manifestou que sua designação “não era um ato popular, nem poderia sê-lo nas circunstâncias da época, e era pouco provável que o povo o elegeisse, de ter essa possibilidade, por carecer das condições necessárias para ser um candidato presidencial”²¹⁸. Apesar da notável sinceridade do presidente, o comandante geral das Forças Armadas, Julio César Vadora, declarou que nunca teria término o governo civil-militar e anunciou uma “abertura democrática” no

²¹⁸ LERIN, François; TORRES, Cristina. **Historia Política de la Dictadura Uruguaya 1973-1980**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987, p. 79.

prazo de cinco anos, com eleições nacionais, com um candidato único – à escolha das Forças Armadas – para o ano de 1981.

Nos primeiros meses de governo, o presidente Aparício Méndez, num estilo soberbo e autoritário, declarou à imprensa que “o Partido Democrata dos Estados Unidos, era o melhor aliado da sedição”,²¹⁹ pelo motivo da resolução do Congresso dos Estados Unidos de suspender a ajuda militar ao Uruguai. A publicação dessa manifestação provocou um enorme escândalo nacional que culminou com um formal pedido de desculpas aos Estados Unidos por parte do regime ditatorial, a censura do jornal que publicou a notícia e a demissão do jornalista. A isso se soma a censura que o próprio Cosena impôs ao presidente o que a partir desse “incidente”, não realizou mais manifestações públicas, as quais ficaram a cargo do Cosena.

No início de 1978, os altos comandos militares atravessaram um processo de crise interna. O general Gregório Alvarez realizou uma investigação que denunciou irregularidades na cúpula das Forças Armadas. Essas irregularidades incluíam: uso indevido dos recursos públicos, irregularidades no orçamento do Ministério do Interior, tráfico de influências e outros tipos de clientelismos. Sobre essa base, Alvarez apresentou um *dossiê* ao Comando Geral das Forças Armadas e exigiu mudanças nas cúpulas militares, como condição para não divulgar tais informações. Advertiu ainda que, caso não se cumprissem essas mudanças, as divisões militares sob seu comando do interior do país avançariam sobre a capital. Como resultado das pressões de Alvarez, sua designação para assumir a Chefia Geral das Forças Armadas aconteceu ainda naquele mesmo ano. A nomeação de Alvarez deu início a uma nova linha política que procurou oferecer uma base política ao regime e uma resposta às pressões internacionais que se intensificaram.

Em fevereiro de 1979, o general Luis Queirolo tornou-se o novo Comandante em Chefe do Exército; Gregório Alvarez passou à reserva. O governo ditatorial anunciou um novo calendário eleitoral, uma nova Constituição, que seria submetida a plebiscito para 1980, eleições com candidato único em 1981 e, em 1986, eleições com dois candidatos. Por sua parte, o diretório do proscrito Partido Nacional emitiu uma declaração crítica sobre a proposta militar de “democratização” do país. Como resposta

²¹⁹ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. op. cit. P. 151.

às críticas, os dirigentes *blancos* Alberto Lacalle, Mario Heber e Carlos Julio Pereira receberam anonimamente, nas suas residências, um “presente”: garrafas de vinho envenenado. Esse atentado custou a vida da esposa de Heber e nunca se apuraram os fatos.

O ano de 1980 foi um ano chave. Foi o ano do plebiscito constitucional. No mês de fevereiro, uma nota circular da Câmara da Indústria reafirmava seu apoio ao regime militar, ainda que, alguns meses mais tarde, essa mesma instituição tenha criticado a orientação econômica adotada pelo governo. Iniciou-se uma nova crise militar ultradireitista no interior das Forças Armadas. A polêmica estava em torno do plebiscito: os setores mais radicais eram contra a realização do mesmo e os setores militares conservadores viam no plebiscito a institucionalização do regime. A crise culminou rapidamente com um acordo sobre cinco pontos básicos:

- 1) eleições para a presidência em 1981, com candidato único;
- 2) manutenção da Justiça Militar para os delitos políticos;
- 3) manutenção do Cosena como organismo de decisão para problemas de segurança interna;
- 4) manutenção da ilegalidade da esquerda;
- 5) fortes restrições às organizações sindicais.

Desse modo, a consolidação da Ditadura pode ser visualizada a partir de dois momentos particulares. O primeiro, que se iniciou em 1973 e foi até 1976, com a transição feita por Juan Maria Bordaberry, e o segundo período, de 1976 até 1980, marcado pelo plebiscito que pretendeu reformar a Constituição. A partir do plebiscito, a Ditadura iniciou um acentuado declive que culminou em 1984, com o início do processo de “redemocratização” tutelada.

Deve-se recordar que a ditadura uruguaia teve como base a Doutrina da Segurança Nacional no marco ideológico da Guerra Fria. Neste, a ameaça comunista era um dos principais argumentos do autoritarismo que pretendeu justificar, em nome do combate a “barbárie comunista” todas as atrocidades por ela perpetradas. Em conjunto com os países do Cone Sul, desenvolveu-se o Plano Condor com alcance repressivo

internacional, uma verdadeira amostra de integração repressiva que ultrapassou fronteiras em nome de uma guerra contra a invasão comunista. Assim, a doutrina da segurança nacional foi um elemento comum as ditaduras latino-americanas.

Dois fatores geradores estão na origem das ditaduras latino-americanas baseadas na Doutrina da Segurança Nacional – (DSN). Em primeiro lugar, a pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites dominantes locais para impor um novo modelo de acumulação capitalista. Em segundo lugar, a resposta à radicalização das contradições de classe e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente a partir do exemplo da Revolução Cubana. Este, visto como a possibilidade real de se implementar a revolução socialista na América Latina.

A existência de antagonismos sociais que justificassem interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes se percebia como uma séria ameaça aos sacrossantos interesses da “nação”; portanto, o seu combate e repressão eram justificados nesses paradigmas. Todo aquele que discordasse dessa perspectiva era considerado “inimigo”, e essa simples categoria justificava o combate e a exclusão do corpo social. O perigo sempre era identificado com as “ideologias externas ou estranhas”, provenientes do exterior e representativas da ameaça comunista.

A ideologia do regime autoritário sustentou-se em dois pilares básicos: a doutrina de segurança nacional e a visão neoliberal do sistema econômico. Originada nos Estados Unidos, a primeira toma particularidades próprias nos diversos países da área latino-americana, de acordo com o contexto ideológico e político e com o desenvolvimento dos acontecimentos peculiares de cada um. Mas, no essencial, tal doutrina argumentava que, na instabilidade política de muitas das nações do terceiro mundo, os fatores determinantes eram de ordem externa e se conectavam com a infiltração ideológica e política do bloco soviético.

As lutas políticas dos países de menor desenvolvimento expressavam-se em âmbitos específicos do enfrentamento global entre Leste e Oeste. Como consequência dessa forma de análise, postulava-se que a concretização de condições de estabilidade política requeria a derrota das forças dissolventes, promovidas desde o exterior, e o controle pleno e posterior tutela do poder político. Este haveria de ser exercido durante

o tempo necessário para que adquirissem solidez as forças “democráticas” que, assim, teriam condições de “sustentá-lo livre de perigos”.

A visão neoliberal do sistema econômico postulava as excelências da chamada “economia social de mercado”.²²⁰ Argumentava-se que minimizando a intervenção do Estado a livre operação dos mecanismos do mercado assegurava, a cada um dos agentes que nele participavam, o ótimo aproveitamento de seus recursos e suas potencialidades, e um máximo de bem-estar à sociedade como um todo. Insistia-se ainda que liberando os entraves do comércio de bens e os movimentos de capitais, as relações econômicas internacionais aumentariam o dinamismo de cada uma das economias nas quais participam, tendendo não somente a elevar, mas também a equiparar seus níveis de vida²²¹.

As bases conceituais dessas duas argumentações não são coincidentes. Quer dizer, a forma como a primeira concebe as relações sociais e políticas não se encontra coerentemente articulada à visão peculiar das relações econômicas da segunda. Mesmo assim, a experiência de diversos países latino-americanos mostra que, ao traduzir-se em transformações concretas nos âmbitos do político e do econômico, ambas as ideologias caminham juntas. Ou melhor, os atores que implementam essas mudanças procuraram consolidá-las na base dessas ideologias.

Quando a condução econômica passa às mãos de uma tecnoburocracia de novo tipo, ela tenta legitimar-se através de uma propaganda intensa que enfatiza o caráter estritamente científico dos princípios orientadores de sua ação. No caso uruguaio, desde o ângulo da tecnoburocracia, o regime de força apareceu como uma reviravolta na história política do país, incômodo e marcado pela ignorância em muitos aspectos, mas conveniente para colocar freios às demandas de distintos grupos de interesse – em particular das classes médias e dos trabalhadores – e para redirecionar o

²²⁰ O Uruguai da Ditadura foi o país dos bancos. O processo crescente de estrangeirização, que se havia iniciado no final da década de 1960, incrementou-se e aperfeiçoou-se. A partir do Golpe de Estado de 1973, junto ao estabelecimento do regime autoritário entraram dois agentes significativos em cena: a progressiva e absoluta liberdade de ingresso e saída de capitais, junto com a permanente e rigorosa redução do salário real dos trabalhadores. Fundamentalmente, a partir de 1978, com a liberalização do mercado de capitais, os ganhos gigantescos do sistema financeiro estrangeirizado correram paralelos com o crescimento da dívida externa, enquanto se abriram as portas da economia nacional para todo tipo de produtos importados, concorrentes e homicidas da indústria nacional.

²²¹ COURIEL, Alberto. **Concertación para una salida Anti-Imperialista**. Montevideo: Indice, 1984, p. 75.

funcionamento do sistema econômico, através de sua liberalização e o aumento de sua abertura externa²²².

Desde a perspectiva dos detentores do poder real, as promessas de redinamizar a economia com base na entrada massiva de empresas e capitais externos, e com isso ir gerando espaços para a consolidação de empresas nacionais, e de criar, num futuro próximo, amplas oportunidades de emprego produtivo, aparecem como “álibi” de suas próprias idéias. Foi a promessa de dotar o país de uma base econômica e social renovada e sólida, resistente às idéias “externas” da ameaça esquerdista.

O regime militar que se instaurou em 1973 explicitou que se propunha fazer a transformação do sistema político e começou a tarefa com a demolição do sistema pré-existente. Sua destruição teve profundas conseqüências sobre as conexões ente o sistema sócio-econômico e o aparelho de Estado. Ele trouxe consigo o fechamento das organizações representativas das classes trabalhadoras e conseguiu coordenar, mediante o jogo político, os interesses dos diversos segmentos das classes proprietárias. Configurou-se, então, uma nova tendência nas relações entre as ditas classes e o Estado, o que Couriel (1984) chamou de “privatização da coisa pública”.

Eliminada a mediação política entre os interesses privados e o Estado, sua representação passou a realizar-se sob a forma de grupos de pressão, setoriais ou de empresas ou conglomerados específicos, e a força que os sustentou passou a depender preponderantemente da magnitude dos capitais representados, símbolo de sua importância real ou virtual para o funcionamento da economia. Ao mesmo tempo – livre da necessidade de articular interesses e dos mecanismos de controle próprios do jogo político –, a condução econômica se exerceu com um alto grau de autonomia, com respeito a cada grupo de pressão específico.

A tecnoburocracia dominante adquiriu uma “particular” capacidade de decidir por si mesma – de forma privada – que tipo de interesses se deviam privilegiar e quais os que deviam ser postergados. Com o passar do tempo, o que se foi construindo como característica de tais decisões não era a adesão aos dogmas do neoliberalismo, senão a abertura da economia do país, sua articulação crescente com o sistema capitalista mundial. Junto às mudanças no contexto internacional, essas pressões se traduziram

²²² Idem, p. 77.

no abandono da ortodoxia e no acentuado pragmatismo com que operou a condução econômica.

As políticas econômicas propunham modificar a estrutura econômica e social e mudar a forma de inserção da economia uruguaia no mercado internacional. Houve tentativas de responder à grave crise da balança de pagamentos, resultante dos incrementos no preço do petróleo a partir de 1973. Note-se que o Uruguai tinha, na época, um alto consumo de petróleo, o que provocou, a partir do choque de preços do ano de 1973, que a importação do mesmo passasse a representar perto de 40% de suas exportações.

Para o pensamento dominante, a rentabilidade do capital era baixa por causa da participação elevada dos salários e benefícios sociais na renda nacional, da insuficiência do mercado local para possibilitar uma reprodução e ampliação do capital, da baixa produtividade por escassa capacidade tecnológica, inadequada organização empresarial e, finalmente, pela ineficiência do Estado e de suas empresas de serviços básicos, industriais, bancárias, entre outros. Todos esses aspectos foram abordados pelas estratégias aplicadas durante a Ditadura.

O salário real diminuiu entre 50% e 35% nos anos de 1970 e 1980. A maior parte dos salários e aposentadorias como renda bruta, que historicamente situou-se no eixo de 45-50%, diminuiu em dez pontos no período²²³. A política de redução de custos da mão-de-obra e de incremento à rentabilidade do capital realizou-se mediante uma combinação de coerção e políticas fiscais. O objetivo que teve a concentração de renda foi a de incidir no incremento da poupança e do investimento. Foi reduzida a intervenção do Estado na administração dos preços, mas, na verdade, a influência estatal se fez sentir ao regular os salários e a cotização da moeda.

A abertura da economia foi impulsionada pela via da exportação de manufaturas e produções primárias não tradicionais, mediante diferentes mecanismos de subsídios e estímulos, entre os quais, a queda dos salários proporcionou um papel preponderante. O país necessitava aumentar suas exportações para equilibrar sua balança de pagamentos, o que não se podia atingir com uma estanca produção pecuária, senão a

²²³ RAMA, Germán. **La Democracia en Uruguay**. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano. 1987, p. 180.

partir do parque industrial existente e/ou de outros usos da terra. Essa política foi particularmente ativa no período de 1974 a 1979 e acarretou mudanças nas atitudes empresariais, comportamentos competitivos e procura de mercados no exterior.

Ao longo do período 1974 e 1978, a condução econômica outorgou um decisivo apoio aos interesses da indústria manufatureira de exportação, beneficiando-a com altos subsídios, via tributação e crédito. Deu curso a uma abertura financeira mediante a qual se canalizaram capitais argentinos na especulação imobiliária, favorecendo temporariamente as empresas construtoras e as manufaturas provedoras de materiais. Em outro claro desvio de seu discurso ortodoxo, conservou a elevada proteção à indústria substitutiva de importações, alentando a expansão da agroindústria e do setor metal-mecânico, com participação do capital estrangeiro. Igualmente heterodoxas são as políticas que incidiram sobre o setor agropecuário, no qual os preços relativos se mantiveram sob controle, com a finalidade de baratear os insumos da indústria exportadora²²⁴.

O regime autoritário sustentou que a crise da economia uruguaia foi reflexo inevitável da crise que acontecia na economia mundial. Sem dúvida que ambas estavam relacionadas: o mecanismo de transmissão e a intensidade com que uma impacta na outra não podem ser dissociados das políticas implementadas pela condução econômica. Por outra parte, a natureza da crise revelou-se no vertiginoso aumento da dívida externa. Em última instância, a remuneração da dívida expressou a transferência, em direção ao país, de parte dos custos da crise mundial; o volume da dívida expressou o alto nível de desnacionalização da economia uruguaia.

²²⁴ COURIEL, Alberto. op. cit., 1984, p. 78-80.

Tabela 2. Evolução da Dívida Externa Uruguia: 1966-1990.

(expresso em bilhões de dólares)

ANO	1966	1973	1978	1980	1982	1986	1988	1990
Pública	311.4	537.5	909.7	1187.4	2705.1	3828.7	4239.2	4472.0
Privada	166.3	180.4	329.8	973.6	1550.2	1410.0	2091.3	2911.0
Total	477.7	717.9	1239.5	2161.0	4255.3	5238.7	6330.5	7383.0

Fonte: Dados da Direção Geral de Estatística e Censos da República Oriental do Uruguai. In: Semanário Mate Amargo. Montevideo: ano 6, n. 164, janeiro de 1993, p. 7.

O peso do setor estatal na economia e o gasto improdutivo da mesma se acentuaram pela aposentadoria maciça de funcionários públicos (substituídos ou incrementados por motivos estritamente políticos) e pela duplicação dos efetivos das forças de segurança (mais de 5% do PEA). Isso foi acompanhado por um incremento importante do déficit dos serviços de aposentadoria e de proteção social. Os investimentos foram escassos, geralmente não produtivos, e não atenderam uma estratégia de incentivo à dotação científico-tecnológica com vistas a modificar o perfil da produção primária e industrial.

Germán Rama (1987) distingue três etapas nesse processo:

- a) A primeira, que abrange o período de 1974 a 1978, caracterizou-se pelo estímulo à indústria de exportação e à produção de bens primários não tradicionais;
- b) A segunda, de 1979 a 1982, acompanhou uma progressiva substituição de uma política produtiva por uma financeira, de uma mudança na ênfase exportadora por uma importadora, da substituição de um objetivo de restabelecer o equilíbrio externo por outro de *monetizar* a economia;
- c) A terceira, de 1983 e 1984, caracterizou-se pela derrubada da política monetarista no quadro da recessão mais grave do país nos últimos 50 anos. O endividamento externo (que chegou a ser equivalente a cinco anos de exportações), unido ao interno, paralisou uma economia já afetada pela abertura indiscriminada e o deslocamento das atividades do setor produtivo ao financeiro.

Paralelamente, produziu-se a transnacionalização do sistema bancário, e o déficit do setor público atingiu, em 1982, 18% do PIB²²⁵.

‘Deve-se acrescentar, à categorização feita por Rama, que esses enfoques econômicos adotaram uma linha monetarista de estabilização no marco de uma concepção neoliberal da economia. Qual era o objetivo perseguido com o novo esquema de política econômica? Em longo prazo, buscava-se a liberalização do mercado interno, de tal forma que este se regesse exclusivamente pela oferta e a demanda. Para isso, era necessário eliminar os entraves da intervenção estatal em variados aspectos da atividade econômica que tradicionalmente era objeto de regulação. De forma paralela, o novo esquema propunha a abertura da economia ao exterior, através da eliminação das barreiras ao livre intercâmbio de produtos e de capitais.

Este foi o cenário que o país atravessou no final do período ditatorial iniciado em 1980, que, como complemento a grave situação econômica se incluiu uma incipiente mas constante demanda social, representada num amplo conjunto de manifestações de variada ordem, que demonstravam o estado de ânimo da população e as crescentes reivindicações por liberdade e democracia. Inúmeros foram os atos de repúdio à ditadura, principalmente a partir dos anos de 1980, onde se começou a sentir o esgotamento do regime militar de forma evidente. As mobilizações internas e externas pelo retorno à democracia criaram, gradativamente um aumento substancial das instâncias “paralelas” de discussão dos assuntos inerentes à sociedade uruguaia, numa perspectiva que apontou para o início de um efetivo exercício democrático da população.

²²⁵ RAMA, Germán. op. cit., 1987, p. 182.

2. A RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA: A CAMINHO DA DEMOCRACIA TUTELADA

O processo de transição da ditadura à democracia compreendeu um período entre o plebiscito de 1980, convocado pelo regime militar para ratificar seu projeto de reforma da Constituição, e as eleições nacionais de novembro de 1984, que deram término ao período ditatorial. Como elemento intermediário, pode-se assinalar as eleições das autoridades dos partidos tradicionais, efetivadas em novembro de 1982.

O processo de reabertura foi carente de algumas características que vale a pena ressaltar, como salientou Rama:

- a) O processo não decorreu de variáveis externas. Não houve, como no caso da Argentina, um exército derrotado numa “aventura militar internacional”, nem foi de significação relevante o efeito de pressões diplomáticas dos Estados Unidos e dos países europeus para conseguir o retorno à democracia;
- b) Nem a mobilização social, nem a orientação do comportamento político tiveram influências de organizações uruguaias no exterior. Com independência das atividades realizadas por estas, a interferência na ação social foi reduzida e sua maior efetividade foi obtida quando apoiaram as orientações das lideranças que atuavam no país²²⁶.

A primeira manifestação contra o regime, por parte da sociedade como um todo, produziu-se no plebiscito de 1980, num contexto em que os indicadores manifestavam um considerável crescimento da produção, uma importante diminuição do desemprego, uma melhoria nos níveis de ingresso dos assalariados e um maior acesso à moradia e bens de consumo duradouros. A segunda manifestação foram as eleições de 1982, que ocorreram no momento em que o modelo econômico monetarista caía definitivamente. E a terceira manifestação foram as eleições nacionais de 1984, que se realizaram no momento de maior significação da crise econômica, com uma aguda queda da produção e da renda, e níveis de desemprego sem precedentes no país.

A população, que foi se incrementando simultaneamente à oposição ao sistema ditatorial, foi progressiva entre as três datas assinaladas, sendo que na última (1984)

²²⁶ RAMA, Germán. op. cit., 1987, p. 200.

corresponderia relacionar a deterioração econômica com o apoio maciço da população à causa antimilitarista. Isso permite presumir que o impulso democrático respondeu a importância do sistema político na identidade da sociedade e a mobilização desta para recuperar o Estado como sua expressão nacional.

César Aguiar (1984) elaborou três hipóteses sobre as razões da abertura democrática:

- a) As Forças Armadas eram permeáveis à cultura democrática precedente, pelo que a posição oficial não aceitou um discurso autoritário e continuísta;
- b) O processo autoritário não foi capaz de dar soluções aos problemas estruturais do país e teve cada vez mais dificuldades para conduzir o Estado e a sociedade;
- c) As Forças Armadas perderam a capacidade de atender as demandas de distribuição, na medida em que sua política econômica foi revelando seu fracasso²²⁷.

Nesse sentido, a primeira hipótese resulta importante para compreender a primeira etapa da abertura. Quando as Forças Armadas elaboraram um projeto de constituição e realizaram o plebiscito para sua ratificação eleitoral, não existia praticamente pressão da sociedade que obrigasse o Estado a iniciar um processo de consultas eleitorais. Nesse caso, pode-se concordar com a postura dominante de que se tratou de uma abertura “outorgada”, cuja dinâmica posterior a transformou numa “abertura forçada”, devido às mobilizações da sociedade e dos grupos políticos²²⁸.

Por outra parte, como assinala Rama, pouco se sabe sobre como se processaram as decisões nas Forças Armadas em 1980, mas se pode pressupor que, no contexto do plebiscito, ocorreram certas confluências de orientações:

²²⁷ AGUIAR, César. **Hipótesis preliminares para una discusión de las perspectivas de democratización en el Uruguay actual**. Buenos Aires: Seminario de la CEPAL: Los escenarios políticos y sociales del desarrollo latinoamericano. Anales..., Noviembre de 1984, p. 74-76.

²²⁸ RIAL, Juan. **Partidos Políticos, Democracia y Autoritarismo**. Montevideo: Banda Oriental, Tomo I, 1984, p. 32.

- a) Um setor militar era favorável à institucionalização democrática de partidos, “como havia demonstrado no conflito com Bordaberry, a constituição podia haver legitimado a intervenção militar e sua aprovação lhes permitiria uma re-inserção na sociedade, na qual percebiam rejeição e crescente marginalização para as Forças Armadas”;
- b) Outro setor provavelmente procurava um profissionalismo que reconstruísse hierarquias e a unidade da instituição, afetadas pela ‘feudalização’ de regiões militares e dos comandos, pela exclusão de oficiais não considerados de confiança;
- c) Um terceiro era contrário à democracia – como ficou demonstrado com a exclusão de dois dos quatorze generais, depois da derrota eleitoral, como etapa prévia ao acordo com os partidos tradicionais –, que possivelmente considerou que o projeto constitucional criaria uma democracia sob tutela militar²²⁹.

O que resultava difícil do acordo interno e do isolamento do poder militar em relação à sociedade influiu em que o projeto constitucional fosse uma proposta de pseudodemocracia sob tutela militar e que não se houvesse realizado concessão alguma aos partidos tradicionais para obter apoio quanto à mobilização eleitoral e adesão à proposta. O projeto constitucional tinha disposições que violentavam as tradições políticas nacionais e eram inaceitáveis para os partidos: a exclusão da Frente Ampla, a primeira presidência em mãos de um candidato a definir entre os partidos *Colorado* e *Nacional*, um tribunal constitucional designado pelos militares e capaz de intervir entre os poderes legislativo e executivo, a substituição do sistema de representação proporcional pelo princípio de maiorias, assegurando a maioria absoluta nas Câmaras ao partido que obtivesse a Presidência da República.

O Governo promoveu a Constituição como uma opção que oscilava entre a continuidade do regime militar ou a pseudodemocracia proposta. O regime permitiu a alguns dos políticos excluídos dos partidos tradicionais dirigir-se a concentrações públicas em locais fechados, mas que, pela ordem repressiva, só podiam formular-se objeções teóricas e jurídicas ao projeto, e não críticas ao regime militar. Também foram

²²⁹ RAMA, Gérman. op. cit., 1987, p. 204.

permitidos dois debates televisivos com as mesmas restrições. A ausência de organizações políticas e sindicais autorizadas, e sob uma experiência prolongada de forte repressão, não permitiu atribuir às escassas manifestações democráticas a enorme capacidade de resposta demonstrada pela sociedade.

Parte da população que votou a favor da proposta militar (42%) não o fez como adesão ao regime, senão supondo que era o único caminho viável para sua finalização. A votação contra a proposta (quase 58%) revestiu características de resistência. Era a manifestação da maioria da sociedade que buscava recuperar sua identidade democrática. Sem dúvida, em Montevideu, as condições de maior modernidade social e interação poderiam explicar que na quase totalidade das zonas eleitorais houvesse vencido o *No* (contrário à proposta), enquanto que o isolamento e o maior controle social em oito estados do interior do país – na sua maioria de menor desenvolvimento – dariam conta de um voto majoritário pelo *Si* (favorável à proposta).

O regime havia plebiscitado a si mesmo e foi imprevisivelmente derrotado por uma sociedade mantida em silêncio, mas que não havia renegado suas orientações democráticas. Depois de vários meses em que aparentemente o regime parecia duvidar entre o sentido do resultado do plebiscito e estabelecer uma saída, o processo de democratização acelerou-se. O plebiscito constitucional havia demonstrado aos militares que não era viável nenhuma legitimação nem abertura democrática sem um acordo com os partidos. A sociedade havia demonstrado sua força, mas o poder militar havia superado rapidamente sua crise interna e visualizava a possibilidade de um retorno à repressão para recompor sua dominação.

Os principais líderes *frenteampelistas* estavam presos ou no exílio. Também se encontrava no exílio Wilson Ferreira Aldunate e se encontravam proscritos antigos dirigentes do *batllismo*. A organização política na base era assumida pelo novo movimento universitário e pelos sindicatos em nível de empresa, que a lei de associações profissionais de 1981 permitiu reorganizar. Isso implicava uma conquista cotidiana de liberdade e um avanço nas negociações dos partidos tradicionais, num contexto que fazia acreditar que se chegaria a eleições nacionais com a exclusão da Frente Ampla.

Em 28 de novembro de 1982 realizaram-se as eleições de autoridades dos partidos tradicionais e da *Unión Cívica*, sob o controle do Tribunal Eleitoral. Elegiam-se convenções dos três partidos de 500 membros e convenções estaduais de número de integrantes variável segundo os eleitores estaduais. De acordo com a Lei Fundamental Nº 2 ou Orgânica dos Partidos Políticos, tais convenções elegeriam um diretório de 15 membros, estabeleceriam os programas dos partidos e designariam os candidatos respectivos à presidência e vice-presidência na oportunidade das eleições nacionais.

Para a eleição se habilitaram locais e mesas habituais de uma eleição nacional. O voto não era obrigatório e era a primeira vez na história cívica que se sufragava nacionalmente por autoridades partidárias, pelo que uma participação de 60,5% em relação ao corpo eleitoral foi um indicador da alta politização nacional. Esses dados podem ser comparados com a última eleição nacional realizada na qual o voto não foi obrigatório – 1966 –, na qual participaram 74,3% dos habilitados.

Deve-se considerar que os votantes da esquerda – representados na excluída Frente Ampla – distribuíram-se em três compartimentos: os que não votaram; os que o fizeram em branco (85.373), seguindo a iniciativa apoiada pelo general Líber Seregni desde a prisão; e os que votaram pelas frações dos partidos tradicionais de maior oposição ao regime. Os 9% dos votantes do Partido Colorado e os 21% do Partido Nacional nas eleições internas de 1982 declaravam sua intenção de votar para a Frente Ampla em 1984²³⁰.

Formalmente, as eleições foram três de caráter partidárias e foram simultâneas, mas também tiveram significados em outras dimensões. O alto percentual de participação eleitoral conferiu uma enorme legitimidade às autoridades políticas; por sua parte, o regime, pela segunda vez, foi plebiscitado e derrotado novamente. As frações partidárias afins ao processo militar tiveram uma fraca votação: a lista colorada, de Jorge Pacheco Areco, recolheu 28,7% dos votos colorados e, no Partido Nacional, os grupos vinculados ao regime atingiram 21% dos votos do partido. O regime retrocedeu seriamente em relação ao plebiscito e as frações conservadoras, que

²³⁰ RAMA, Gérman. op. cit., 1987, p. 210.

representaram um número muito significativo nas eleições de 1971, tendo obtido em torno de 20% dos sufrágios dos partidos tradicionais²³¹.

O Partido Nacional reuniu 53% dos votos válidos das eleições partidárias; dentro das *listas* que “respondiam” a Wilson Ferreira Aldunate, ainda exilado, mesmo assim, asseguraram 70% das representações. Como essa era a fração tradicional mais oposta ao regime militar, os resultados implicavam um caráter de desafio e pré-anunciavam a tendência do confronto final nas eleições nacionais. Mas o fato de que o Partido Nacional pela primeira vez na sua história obtivesse mais de 50% dos sufrágios em Montevideu era um claro índice do apoio recebido da Frente Ampla.

Por sua vez, no Partido Colorado a votação havia provocado uma tríplice renovação. A primeira foi a consolidação da liderança de Julio Maria Sanguinetti, que demonstrava capacidade de gestão política dentro do partido e um projeto de abertura para a retirada do regime militar. A segunda foi a emergência do setor renovador do *batllismo*, liderado por Enrique Tarigo. A terceira foi o surgimento de um setor juvenil que se caracterizou por uma tentativa de transformação das estruturas conservadoras do partido através de uma tendência social-democrata.

A Frente Ampla, que havia sofrido o impacto da repressão, manifestou-se com força suficiente para demonstrar que era inviável uma abertura democrática com sua exclusão. Os votantes em branco (votos nulos) foram 7% em nível nacional e mais de 14% em Montevideu; segundo estimativas, outros 8% tinham votado estrategicamente nos partidos autorizados, em especial nas listas que correspondiam a Ferreira Aldunate. Resultou claro que seu peso eleitoral poderia ser o definidor das seguintes eleições nacionais, segundo a opção a qual apoiasse. Mas o aspecto de maior relevância era que sua influência no meio sindical e estudantil, e sua capacidade de mobilização na capital marcavam a ilegitimidade de um governo constituído sobre a base de sua exclusão²³².

Como salienta Rama, os partidos tradicionais ressurgiam com uma alta legitimidade. A maioria da sociedade considerava o passado como um “paraíso perdido”, regido e orientado por esses partidos; “a luta de suas frações democráticas,

²³¹ Idem.

²³² Idem.

agora amplamente majoritárias, fazia esquecer fraquezas e incapacidades ante a crise do país”; a opção por eles era a contra-proposta ao regime militar. “Finalmente o fato de que na contenda eleitoral não estavam em jogo recursos econômicos de poder, fazia com que a concorrência fosse um fenômeno exclusivamente político-ideológico”²³³.

No dia 13 de maio de 1983 deu-se início a uma série de reuniões entre as Forças Armadas e os dirigentes dos três partidos políticos, para harmonizar a transição à democracia. Essas reuniões tiveram um caráter desajustado frente a tentativa de estabelecer acordos entre uma parte com legitimidade e apoio nacional, e outra com os instrumentos da força. Os delegados militares, em virtude da divisão interna das Forças Armadas e do peso da presidência militar nas orientações, voltaram a propor os conceitos de “democracia intervinda” militarmente, que figuraram na proposta constitucional do plebiscito.

Os delegados políticos, ante a situação de mobilização social em aumento contra o regime e marcados por uma competência na qual o apoio eleitoral dependia de uma maior oposição à Ditadura, exigiam a virtual rendição do regime, em especial os delegados do Partido Nacional que terminaram por se retirar dos encontros. Enquanto as reuniões empatavam na mesa de negociações, a mobilização social em favor de reivindicações democráticas imediatas, e contra a situação da economia e do mercado de trabalho, começava a desdobrar a capacidade dos delegados políticos nas negociações com os militares.

A mobilização política, a ampliação permanente dos espaços de liberdade, a ação coletiva da sociedade, com o objetivo comum que era a realização das eleições nacionais e que esperava que da democracia surgissem as soluções aos problemas dos diferentes grupos sociais, levou à definição de um único adversário: o regime militar. Um decreto de dois de agosto de 1983 e um novo Ato Institucional restringiram ainda mais a liberdade de imprensa e ampliaram a capacidade de proscriver dirigentes políticos como reação à vinculação dos partidos tradicionais com a excluída Frente Ampla e com o movimento social, numa instância de coordenação que se chamou a Intersetorial.

²³³ RAMA, Gérman. op. cit., 1987, p. 213.

As manifestações de protesto culminaram com um ato político de massas, em 27 de novembro de 1983, no qual estiveram presentes, junto aos dirigentes dos partidos tradicionais, os da Frente Ampla e de diversas organizações sociais. A crise econômica e o isolamento governamental haviam provocado a adesão das organizações empresariais à causa democrática. Posteriormente, em janeiro de 1984, o já constituído *Plenário Intersindical de Trabajadores* – PIT – convocou uma paralisação de atividades que foi apoiada por amplos setores da população. Em 1º de maio do mesmo ano, o PIT reuniu uma manifestação de vários milhares de pessoas que erguem, além das reivindicações sindicais, a de liberdade para os presos políticos e a demanda de eliminar os grupos que iniciavam um terrorismo antidemocrático.

Perante uma situação que se tornava insustentável para os dirigentes políticos e para os militares, produziu-se um acordo que “excluía os partidários da ‘linha dura’ de todos os partidos e que pressupunha um entendimento entre os ‘macios’”²³⁴, sobre as garantias que as Forças Armadas exigiam para se retirar do poder. O estágio da mobilização social indicava a inviabilidade de uma solução que não incluísse a Frente Ampla, que era justamente o setor social mais mobilizado. A partir da libertação de Líber Seregni, em 19 de março de 1984, produziu-se uma mudança de orientação, proposta pelo próprio Seregni, postulando uma estratégia de acordo, ao invés do confronto, o que foi imposto ao *frentismo*, pelo seu alto prestígio pessoal²³⁵.

O Partido Colorado se viu favorecido pela postura do *frentismo* e continuou na mesa de negociação em torno de um acordo que visava a dar garantias para as Forças Armadas. Por sua parte, o Partido Nacional, inversamente, tornou muito difícil um entendimento, porque as Forças Armadas vetaram a candidatura de Wilson Ferreira

²³⁴ RIAL, Juan. op. cit., 1984, p. 124.

²³⁵ Até a saída de Seregni da prisão, a condução, de fato, do movimento popular esteve nas mãos de organizações sociais (PIT, Associação de Estudantes, Federação de Cooperativas Populares e Serviço de Paz e Justiça) e seu amplo entorno, onde inegavelmente predominava a adesão *frenteamplista*. A reaparição pública de Seregni significou para a Frente Ampla a culminação do processo de recomposição. Nesse momento, surge uma nova estratégia por parte da coalizão que se impôs sem discussões. No mesmo dia de sua libertação, Seregni improvisou um discurso desde a sacada de sua residência, onde manifestou à população assistente que o ritmo das negociações requeria respostas imediatas e sensatas. O objetivo desse discurso era o de recuperar a democracia e afirmá-la – as ferramentas deviam ser o diálogo e a *concertación*. Isso pareceu um abandono do que havia dado melhores resultados ao amplo movimento da sociedade uruguaia: as mobilizações. De fato, essa foi a linha adotada pela Frente Ampla: a recuperação democrática se faria a partir do diálogo, da *concertación*, e sem mobilizações.

Aldunate – que desde o exílio manteve uma batalha personalizada contra o regime militar – e o Partido Nacional apostou sua intransigência democrática a uma possível crise militar, e decidiu manter sua estratégia de obter adesão eleitoral de uma massa mobilizada e antimilitarista.

Nas Forças Armadas, as gestões políticas foram assumidas diretamente pelos comandantes das três armas, deslocando-se, assim, o general-presidente e seu grupo de apoio. A instituição abandonou os projetos políticos para privilegiar seus interesses como corporação para assegurar um retiro ordenado e acordado que impedisse a repetição do que vinha nesse momento acontecendo na Argentina: o julgamento dos militares pelo governo democrático. No chamado *Acuerdo del Club Naval*, elaborado pelos comandantes militares e os delegados do Partido Colorado, da *Frente Ampla* e da *Unión Cívica*, acordou-se a realização de eleições em novembro de 1984, sem exclusões²³⁶ de partidos, mas com exclusão de candidatos à Presidência da República²³⁷.

Foram acordadas “liberdades” parciais para a realização da campanha eleitoral e as garantias habituais do processo eleitoral. Também se fixaram mecanismos de proteção à instituição militar, visando a impedir seu julgamento, dando continuidade às elites militares em seus cargos até a data regulamentar de seu retiro, durante o período de um ano a contar da instalação do governo democrático, em março de 1985. Na lógica do acordo estavam implícitas as garantias de que não seriam processados os responsáveis militares do Golpe de Estado, das violações aos direitos humanos e dos abusos na gestão administrativa e financeira do Estado.

O discurso predominante que visava a um “acordo para uma saída democrática” teve como base a instância da *concertación*. Essa tinha como elementos-chave duas particularidades: a) o reconhecimento da necessidade de se conseguir um acordo político entre os partidos, assim como entre estes e as organizações sociais. (Esse acordo era percebido como requisito para o trânsito à democracia; e b) a necessidade de que a *concertación* deveria atingir um acordo social. A base argumentativa se dava a

²³⁶ O Ato Institucional nº 18, de julho de 1984, reabilitou os partidos Democrata Cristão e Socialista; a partir desses rótulos partidários, poderiam apresentar-se os distintos partidos da coalizão *Frente Amplio*.

²³⁷ Estavam excluídos Wilson Ferreira Aldunate, Líber Seregni e Jorge Batlle. A exclusão também atingia a cargos representativos (políticos de esquerda, parte dos quais ainda se encontravam exilados ou na prisão do regime militar).

partir da experiência das democracias européias, nas quais era usual que os interesses dos trabalhadores e empresários se compatibilizassem à margem de seus sistemas políticos. Tratando-se de sistemas estáveis, esse tipo de *concertación* cumpria o papel de reforçar as condições de eficácia e consenso com que os mesmos operavam.

No caso uruguaio, a questão que era discutida no meio político e acadêmico era a de como transitar para a democracia a partir de uma crise econômica de enormes proporções. A transição reabria e ampliava as possibilidades de expressão e de incidência política dos atores sociais, de tal maneira que a defesa dos interesses econômicos contrapostos se configurava como um elemento real e permanente de conflitos políticos capazes de entrar o processo de democratização.

Em geral, reconhecia-se que em circunstâncias de crises profundas como as vivenciadas na época, a realização das possibilidades de avanço e mudanças sociais passava necessariamente pela instância da política, de tal forma que a *concertación* social se configurou como um ingrediente da *concertación* política, no sentido de que a primeira iria ajustar-se e reformular-se no meio do mesmo jogo, concretizando-se através de decisões do Estado. Essa constatação induziu a proposição de que a política econômica, globalmente considerada, constitui-se em tema crucial, desde a perspectiva da *concertación*.

No interior dos partidos, por sua vez, houve uma tendência à consolidação de maiorias e lideranças que aumentaram sua eficácia, desde a perspectiva de um virtual papel da *concertación*. Mesmo assim, em todos pesaram as demandas dos setores populares que os apoiaram, no que se refere a problemas pontuais, como o emprego, salários e bem-estar social. Além dos tumultos da complexa conjuntura política, delinearam-se alguns objetivos para a política econômica global – que foram considerados como aceitáveis por todos –, para poder dar curso a *concertación*.²³⁸

Por suas implicações sobre a administração, esse tema constituiu um dos principais características da *concertación*. Para iniciar um processo de reativação econômica identificava-se como condição necessária a renegociação da dívida externa. O país não estava em condições de pagar os serviços da dívida e simultaneamente reativar-se. Por conseguinte, a disponibilidade de divisas era o fator limitante para o

²³⁸ COURIEL, Alberto. op. cit., 1984, p. 86-87.

início de qualquer processo de crescimento econômico. Mas a renegociação da dívida externa apresentava grandes dificuldades. Essas se originaram na atitude inflexível dos governos dos países credores, os bancos privados internacionais e o FMI, que atuaram em conjunto, enfrentando os países endividados que não possuíam fórmulas de atuação conjunta.

No essencial, a renegociação da dívida externa é um problema político. Como consequência, é um problema de relação de forças. A única possibilidade de mudanças na correlação de forças consistia na unidade dos países endividados. Visto que para um país pequeno como o Uruguai as dificuldades de renegociação eram enormes, a saída era visualizada na busca de mecanismos de renegociação junto aos grandes países da região, especialmente Argentina e Brasil. O surgimento de regimes democráticos nestes últimos trouxe expectativas favoráveis nesse sentido.

Os primeiros passos para o início da recuperação democrática no Uruguai aconteceram no contexto de um prolongado e dificultoso processo, que teve seu marco inicial em 1978, na oportunidade em que o regime militar decidiu iniciar uma busca de legitimidade para tal gestão. O plebiscito ocorreu em 1980, momento no qual a proposta militar foi derrotada nas urnas. O resultado negativo do plebiscito implicou a falta de respaldo popular frente a Ditadura. A partir do plebiscito, iniciou-se um dificultoso caminho que conduziu ao esgotamento do regime militar, concluindo nas “tuteladas” eleições de novembro de 1984.

Assim, a partir do plebiscito, começaram a surgir manifestações públicas de oposição ao regime, desde as incipientes associações sindicais até o ressurgimento dos Sindicatos, que concluíram na formação do *Plenário Intersindical de Trabajadores – PIT*. Também se consolidou, nesse período, a *Asociación Social y Cultural de la Enseñanza Pública – Ascep* –, a qual representou os estudantes universitários e de outros níveis do ensino (educação profissional e ensino médio), canalizando o descontentamento estudantil gerado pelo sistema autoritário.

No transcurso do ano de 1983, a participação ativa e mobilizada dos sindicatos e das organizações estudantis foi aumentando e marcando importantes passos na luta pela recuperação democrática. A mobilização social durante o ano colocou num notório segundo plano o papel dos partidos políticos. Essa participação maciça foi marcada por

fatos de relevância como, por exemplo, a convocação e realização do ato de massas em 1º de maio, convocado pelo PIT, depois de 10 anos de proibições e, em 25 de agosto, no contexto de uma jornada de jejum convocada pelo *Servicio de Paz y Justicia* – Serpaj – em defesa dos Direitos Humanos.

Essas mobilizações marcaram características próprias na luta pela democracia, da qual os partidos políticos – habilitados – tiveram que coordenar esforços no que se chamou de *Intersectorial* – uma instância na qual participaram o PIT, a federação de *viviendas* (uma federação que nucleia as cooperativas de casas populares em sistema de ajuda mútua), Ascep, entre outros. As ações dos partidos políticos tradicionais tomaram forma a partir de finais de 1983, através da *Intersectorial*, com sua participação, mas não de liderança, nas mobilizações a favor do fim do regime autoritário e o restabelecimento da democracia.

A reestruturação da Frente Ampla iniciou-se em 1983, no contexto da *iintersectorial* e de uma intensa mobilização popular que reivindicava o surgimento público da coalizão de esquerda. Em 1984, começaram a surgir no interior da coalizão um conjunto de debates que questionava a sua proposta programática fundacional e que argumentava em favor de um “novo momento político”, marcado fundamentalmente pela “florescente” democracia a qual se devia preservar a todo custo. Estes debates imprimiram na Frente Ampla uma nova dinâmica que visava, principalmente a adequação ao sistema de partidos, ou seja, a adaptação da coalizão de esquerda para a contenda eleitoral e, obviamente para chegar ao governo.

A análise do debate interno da Frente Ampla necessita de duas leituras. Uma corresponde a suas expressões públicas. Outra, à luta ideológica e política que esse debate público oculta, suprime importância ou simplesmente omite. Igualmente importante pode resultar a interrogação sobre o porquê de tal ocultamento. Uma das hipóteses possíveis é que a esquerda viveu, desde 1985, o desafio de converter-se numa esquerda integrada e funcional ao sistema ou, pelo contrário, realizar-se como forma política com capacidade de transformar a sociedade capitalista. Obviamente, para analisar essa temática, parte-se da hipótese no contexto de 1985 – sem poder considerar o trajeto até o governo nacional em 2004.

Uma segunda hipótese é que tal como se propiciou o debate – encarado como divergências táticas, quando na realidade se tratava de uma verdadeira mudança estratégica –, foi impossível atingir uma clara formulação de alternativa política transformadora. E a maior responsabilidade de que isso fosse assim correspondeu às organizações que exerceram a hegemonia na FA. Essa hipótese tem sua origem na ausência de uma síntese compreensiva do processo de reestruturação capitalista, nas exigências de dominação e em toda a luta de classes. Essa elaboração deficitária permitiria manter a iniciativa para as correntes de centro-esquerda que procuram mudanças funcionais do sistema. Dessa forma, a condução hegemônica foi lentamente abandonando os postulados transformadores em nome do “realismo político”.

A isso se agregam outros fatores. Em primeiro lugar, a iniciativa dos setores denominados de correntes de centro-esquerda na busca de alianças policlassistas com os partidos políticos burgueses. Isso se verificou nas tentativas de *concertación* econômica e social durante os anos de 1985 e 1986. Em segundo lugar, as limitações e deficiências encontradas pela esquerda durante a Ditadura. Em terceiro lugar, as ações ideológicas dos centros mundiais do capitalismo, em especial os europeus, que procuraram reduzir as opções políticas a duas alternativas possíveis: autoritarismo militar ou democracia representativa, cooptando para esta alternativa as lideranças dos partidos e os intelectuais dos mesmos.

Antes de introduzir-se na análise do debate, torna-se necessário precisar aqueles aspectos nos quais a FA manteve uma atitude opositora coerente com sua plataforma de princípios:

1. Sua discrepância com a política econômica governamental;
2. A defesa genérica das demandas das classes populares;
3. A defesa dos direitos humanos. Isso implica o processo judicial de militares acusados de violentá-los durante a Ditadura questionando um dos pré-requisitos que a direção política dos partidos tradicionais considerava indispensável para o exercício da dominação. Nesse ponto registrou-se a única ação ofensiva realizada desde 1985 até 1988: sua decisiva participação, junto ao PIT-CNT e os sindicatos, no apoio militante à *Comisión Nacional Pro Referendum* na

arrecadação de assinaturas para impor a realização do plebiscito sobre a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*.

Além destes fatos, a linha política apresentou carências significativas em todos os níveis de sua ação, o que modificou seu perfil opositor, causando uma geral insatisfação em grande parte de sua militância.

Em 1985 e 1986, a direção da FA empenhou-se em realizar alianças com forças da burguesia, através de suas representações políticas, tendo a *concertación* como elemento de viabilidade. Participou em negociações que foram dirigidas pelo Partido Colorado, as quais tiveram algumas particularidades:

- a) Foram iniciativas do Partido Colorado;
- b) Excluía toda discussão sobre a política econômica;
- c) Efetuaram-se no marco de culpas partidárias, gerando incertezas na massa militante;
- d) Aconteceram de forma simultânea a um discurso e a uma prática governamental anti-sindical.

Deste modo, o período foi caracterizado por uma política ambígua, visto que, ao mesmo tempo, se realizavam preparativos para uma democratização dos organismos de direção da FA, incorporando representantes dos delegados dos comitês de base e das coordenadorias do Plenário Nacional, o que finalmente se concretizou em forma “mediatizada”, enquanto as negociações terminaram em fracassos, devido à irredutibilidade do governo em modificar a política econômica. Nessas atitudes começavam-se a evidenciar as primeiras manifestações do que logo viria a ser um ponto-chave do debate político-ideológico: na linha negociadora primava a preocupação por aparecer como um partido “construtivo”, em vez de manter uma ação política testemunhal e contestatória.

Com esse qualificativo pejorativo buscava-se diluir a atitude de oposição frontal, procurando converter a FA numa esquerda coadjuvante em resolver as contradições da sociedade capitalista em crise. Por sua parte, a direita ganhou tempo para seus objetivos e para manter as condições de “governabilidade”, entendida como uma nova modalidade de exercer a dominação de classe. Isso não deve ser confundido com a

análise ingênua de que o objetivo do governo era obter as maiorias parlamentares das quais carecia.

O ciclo de negociações a procura de um acordo social policlassista se fechou em dezembro de 1986, com a votação da lei de caducidade aprovada pelo Partido Colorado, com o apoio dos parlamentares do Partido Nacional, à exceção dos legisladores do *Movimiento Nacional de Rocha*. Em outro plano, a ausência de uma visão sobre o processo político real e sobre as diversas modalidades da dominação de classe e da dependência exterior teve duas expressões significativas:

1. O apoio à política exterior do governo uruguaio, sem incluir nenhuma atitude crítica. Isso implicou uma gravidade que não foi avaliada na sua profundidade, tendo em conta que significou abalar a política exterior em relação à dívida externa, com respeito à qual o governo aplicou pontualmente a política do FMI. Ainda a atitude condescendente com a política imperialista no sentido de recuperar o domínio total do Canal do Panamá ou o intervencionismo na Nicarágua e El Salvador. Em suas projeções, essas atitudes implicaram na renúncia em construir uma nova concepção independente nas relações internacionais.
2. A ausência de uma autonomia nas relações com o empresariado industrial e rural, que são as classes que exercem o poder econômico e, por tal, beneficiários diretos da exploração que exercem sobre a população trabalhadora. Conformaram-se, com a falsa crença de que estavam “ganhando espaços”, sem se perguntar se eram espaços conquistados ou cedidos. Isso foi especialmente notório no agro, com o relacionamento indiscriminado para os “produtores”; sem, uma concomitante ação privilegiada para os assalariados rurais²³⁹.

Desapareciam, então, da análise, questões tais como a das forças sociais que representavam a aliança de esquerda; ou as implicações político-ideológicas que se derivavam da reestruturação capitalista e a magnitude selvagem que adquiria a luta de classe; ou a necessária articulação entre a frente política e o movimento sindical, o

²³⁹ ESTELLANO, Washinton; LATORRE, Raúl; ELIZALDE, Esteban. **¿Qué Frente Amplio Necesitamos: un análisis crítico a la luz de la situación actual de América Latina**. Montevideo: Tae, 1989, p. 66-69.

estudantil e o movimento social cooperativo, de bairros. A temática foi abordada pelo presidente da FA em ato realizado em abril de 1988, mas sem grandes conseqüências. O problema possuía especial importância na medida em que se pretendesse representar e conduzir o conjunto das classes populares.

Após esta introdução, pode-se começar a considerar e analisar as características gerais do debate, das propostas e das concepções da corrente “*integracionista*”²⁴⁰, formada pelas direções majoritárias dos partidos *Por el Gobierno del Pueblo* (PGP) e *Democrata Cristiano* (PDC). Esse debate no interior da FA, do qual se procurará dar conta em seus aspectos gerais e em seu sentido estrito, não terminou após o PGP e o PDC abandonarem as filas da coalizão. A discussão se realizou em torno das propostas e atitudes desses dois partidos, porque nesse momento o debate ideológico adotou as formas mais claras e agudas, abrindo assim, um precedente que deixou grandes experiências políticas e teóricas que marcaram o futuro da FA.

O centro da luta ideológica verificou-se ao redor da busca – por parte da corrente *integracionista* – em impor concepções políticas que podem ser qualificadas como social-democratas; quer dizer, o movimento preconizou reformas sociais por vias exclusivamente parlamentárias, dentro do sistema político das classes dominantes e sem transcender o modo de produção capitalista²⁴¹. Assim, entre os aspectos a serem abordados, salientamos: as críticas que se faziam à FA; as propostas alternativas que se pregavam; e a tática desenvolvida pela corrente *integracionista*.

O centro das críticas e da ofensiva ideológica e política da corrente *integracionista* – autodenominada “nova esquerda” – teve seu ponto de partida no pressuposto geral de que a sociedade uruguaia do momento era diferente da que deu origem à FA. Sobre tal afirmação se fazia necessária uma reformulação da mesma.

²⁴⁰ Denominou-se assim a esta corrente no sentido de que seu objetivo era integrar-se ao sistema político e às regras do jogo estabelecidas pelo modo de dominação das classes dirigentes.

²⁴¹ A social-democracia tem sua origem no Partido Social-Democrata, fundado em 1875, e seu programa, inspirado por Karl Kautsky num marxismo ortodoxo. Foi revisado por Eduardo Bernstein, que lhe tirou todos os fundamentos revolucionários e anticapitalistas. A nova orientação prestou seu apoio às forças conservadoras interessadas em promover a I Guerra Mundial, de 1914, e se absteve ante a repressão sobre o setor revolucionário, liderada por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em 1919. Depois da II Guerra Mundial, os partidos social-democratas europeus impulsionaram reformas para recuperar o sistema capitalista em aliança com outros partidos burgueses. Através da organização denominada Internacional Social-Democrata ou II Internacional, influíram e colaboraram ideológica e economicamente com os partidos reformistas na Europa, América Latina e outras áreas do mundo.

Essa reformulação, desde o ponto de vista programático e organizativo, foi formalizada por tal corrente e, em grande medida, aceita pelo conjunto dos agrupamentos políticos que compunham a FA.

Sem dúvida, o pressuposto de que a sociedade uruguaia havia mudado era verdadeiro como enunciado geral, na medida em que não era a mesma que em 1971. Mas dada a generalidade da afirmação, esta podia conduzir a qualquer conclusão política. Para essa corrente, a mudança da sociedade significava:

- 1) A perda da vigência do paradigma marxista, com todas as conseqüências que se derivam para o conteúdo da luta de classes e a dependência do imperialismo.
- 2) Desqualificação da confrontação de classes na ação política.
- 3) Críticas ao interior da FA, que conduziram a objetar: a) A burocratização da aliança de esquerda, entendendo por burocratização a existência de uma organização comum e central da FA. b) Insistência em categorizar a FA como uma coalizão, o que conduzia a reduzir o âmbito das decisões às delegações dos partidos que a integravam. c) Críticas à comissão central da FA encarregada da política exterior, por entender que, numa coalizão, esta seria supérflua, já que cada partido tem sua própria política exterior. d) Passagem da promoção dos comitês de base a seu questionamento. e) Reivindicação de que os partidos *frentistas* tivessem liberdade de ação e de aliança com frações partidárias *não frentistas*. f) Objeções a discussões de temas e pontos programáticos que transcendessem as questões eleitorais ou, dito de outra forma, desaparecimento da questão do poder na estratégia desta corrente.

Desse modo, a proposta do PGP pode ser sintetizada nos seguintes pontos essenciais:

1. A necessidade de reformulação da FA para atualizá-lo às novas condições sociais e políticas.
2. Essa reformulação implicara em substituir o programa por uma dúzia de pontos ou plataforma imediata e variável de medidas de governo.
3. Impulso de uma reforma constitucional em que se oferecia liberdades eleitorais aos membros da FA, para costurar alianças com outros grupos não

frentistas, eventualmente dos partidos tradicionais. A isso se denominou liberdade de ação.

4. Conversão da FA numa aliança eleitoral de dirigentes partidários. Para esse fim se propôs converter os comitês de base em núcleos de pessoas cujo objetivo seria transmitir as diretrizes que viriam da coalizão. Eliminar-se-ia, assim, toda a ingerência dos mesmos na condução da aliança, como estabeleceu a organização.

Essa é uma breve síntese da reformulação da FA feita pública pelo PGP no final de 1988. Apesar das críticas que se faziam à esquerda que denominavam “tradicional”, não existia um projeto alternativo para a sociedade e muito menos algum esboço do que se entendia por “socialismo democrático”.

Por sua vez, a intervenção do Partido Democrata Cristão – PDC – no debate teórico e político da FA não teve uma formulação expressa que possuísse as características explicitadas pelo PGP. Mesmo assim, nos fatos, desde tempos tão prematuros como os anos iniciais da Ditadura, a tendência majoritária, orientada então, pelo arquiteto Juan Pablo Terra, decidiu-se pela separação do PDC da coalizão *frentista*. Essa postura, na realidade, era coerente com a orientação da democracia cristã internacional que, em função de sua própria razão de ser, havia sempre sido refratária a uma aliança com partidos marxistas.

A recomposição democrática que foi-se formando em todo um processo de lutas e mobilizações de massas estimulou as correntes mais profundamente militantes dos partidos e sindicatos, operando também, nas filas da democracia cristã. Tal processo influenciou os planos dos dirigentes do PDC, dividindo sua direção quanto à oportunidade de separar-se da aliança da FA. A tendência mais à direita, conduzida pelo arquiteto Terra foi, então, removida da direção, o que não impediu a desmobilização que predominou no final da década de 1980 – entre outros processos que acabaram afastando militantes e fechou o caminho para tendências progressistas.

Como afirmam Estellano et al., a nova direção do PDC manteve, então, uma linha dual: por um lado, preconizava nos seus documentos um “socialismo autogestionário” que, na prática, não se aplicava. E pelo outro, buscava reconstruir a unidade do Partido, ampliando-o em direção à direita, com dirigentes como José Sosa

Díaz – finalmente associado ao Partido Nacional – ou com a União Cívica, cujo dirigente Juan Vicente Chiarino integrava o gabinete do presidente Julio Maria Sanguinetti como ministro de Defesa. Mesmo assim, a tendência de Terra sempre se manteve no PDC como minoria, apesar de que seu dirigente se afastasse da militância, opondo-se, inclusive, à luta contra a lei de Caducidade²⁴².

De fato, o PDC tinha orientado seus recursos e preocupações políticas para bloquear, dentro da FA, toda atividade que se insinuasse como uma mobilização ou luta, independente dos partidos tradicionais. A concepção “autogestionária”, de um “socialismo de base” enunciado nos documentos, não corresponde à reticência – quando não claro abandono – de sua militância dos comitês de base da FA, nem às críticas e objeções que pudessem ser realizadas a seu funcionamento. Nos planos da literatura política, o PDC não desenvolveu um corpo doutrinário explícito e coerente sobre suas concepções. Enquanto o PGP manteve uma polêmica aberta desde a imprensa e em documentos internos, os democrata-cristãos driblaram o confronto público e optaram por elaborar sua estratégia teórica-política de forma oculta desde os âmbitos acadêmicos.

A partir da cobertura institucional do Centro Latino-Americano de Economia Humana – CLAEH, tornou-se pública –, no Congresso Latino-Americano de Sociologia – ALAS –, realizado em Montevideu, em dezembro de 1988, uma comunicação de Nelson Argones e Pablo Mieres, intitulada *La polemica en el Frente Amplio: pugna por contenidos organizacionales o institucionales*, na qual se fundamentava de maneira global uma posição teórica e política sobre o tema que estamos tratando. Não foi essa a primeira elaboração dessa natureza, mas sim a que expressou com clareza as posições e os debates desse período. Outro aspecto relevante para a análise dessa comunicação foi que ela sintetizava as posições do PDC e, pelo momento em que foi apresentada, o fim do processo de ruptura.

Um ponto central da polêmica, segundo Argones e Mieres, estava nas concepções de mudança social. A esse propósito, assinalavam: “[...] a diferença remete à teoria da mudança social, à determinação e qualificação dos diversos agentes políticos e sua vinculação com os interesses de classe e à discussão em torno da

²⁴² ESTELLANO, Washinton; et al. op. cit., 1989, p. 73.

autonomia do nível político ou sua determinação mais ou menos estreita pela estrutura econômica²⁴³. O centro da discussão era se a mudança social estaria determinada pela luta de classes antagônicas numa co-relação direta ou indireta, com suas mediações com a luta política, ou, pelo contrário, o político tem uma autonomia tal que se pode passar de forma independente, por cima dos interesses econômicos em disputa.

A maior dificuldade para correlacionar e confrontar a conceituação proposta por Argones e Mieres, aos problemas da política cotidiana é que eles partem de um marco referencial que não alude a uma realidade concreta, a um país determinado, a um momento histórico concreto numa formação econômico-social específica. Partiram de abstrações, aludindo relacioná-las com dados empíricos, com base na realidade uruguaia de que se pretendeu dar conta. Indiretamente, podemos inferir o caráter programático das diferenças quando assinalam: “[...] na discussão programática tem ficado em evidência diferenças significativas que finalmente se tem resolvido em favor das posições daqueles que tem reivindicado as diferenças”. Mais adiante, afirmam: “A atitude para governar e a viabilidade das propostas são as demandas dos representantes da concepção alternativa; no entanto, a negação das diferenças e a reivindicação dos acordos já obtidos é a proposta dos setores que representam a concepção clássica”²⁴⁴.

Naquilo que denominaram discussão estratégica, os sociólogos Argones e Mieres assinalam que a proposta dos dissidentes implicava a necessidade de construir espaços de acordos muito amplos que conjugassem todas as forças que se qualificavam como progressistas na grande aliança majoritária em favor de um projeto de mudanças. Em nenhum momento se mencionou quais seriam essas “forças progressistas” fora da FA e, levando em consideração a negativa do PDC ao ingresso do MLN e de outros grupos de esquerda, subentende-se que se trata de setores dirigentes dos partidos tradicionais, que por própria definição política e programática

²⁴³ ARGONES, Nelson; MIERES, Pablo. La Polemica en el Frente Amplio: pugna por contenidos organizacionales o institucionales. In: **Anales del Congreso Latinoamericano de Sociología**. Montevideo: Cuadernos de CLAEH, 1988, p. 123.

²⁴⁴ Idem, p. 125-126.

não propunham mudanças substanciais nem transformações sociais profundas, além de administrar a crise do sistema capitalista.

Obviamente que está dentro dos objetivos de uma frente política propiciar alianças por objetivos pontuais perante inimigos comuns: o imperialismo, a grande burguesia nacional, o latifúndio improdutivo, a defesa dos direitos humanos e democráticos, entre outros. Mas nada disso foi proposto. Até a campanha pelo plebiscito contra a lei de Caducidade não mereceu todo o entusiasmo militante dos dirigentes democrata-cristãos: desde Juan Pablo Terra, que se opôs, até a opinião do Secretário de Relações Internacionais do PDC em sua manifestação de que “a divisão entre uns e outros pode ser tentadora, mas congela, obstrui e fatalmente isola a esquerda do resto do espectro político”²⁴⁵.

Na verdade, toda a campanha pelas assinaturas e o voto no plebiscito, levada adiante pela Comissão Nacional Pró-Referendum, foi um bom exemplo de como a FA e a classe trabalhadora organizada nos sindicatos do PIT-CNT conseguiram ampliar as alianças com outros setores políticos e sociais sem se converter em caudatários dos partidos burgueses. Dita campanha foi articulada tendo como eixo central as organizações políticas e sindicais do povo trabalhador. Isso permitiu duplicar em assinaturas os votos que a FA teve nas eleições de 1984 e poder realizar um trabalho de massas sem precedentes.

Todos esses temas substantivos para qualquer “projeto de mudanças” das estruturas econômico-sociais não mereceram sequer proposta para processá-las pelos canais do sistema político, como seria propor projetos de lei no Parlamento. Seria impensável esperar uma proposta de mobilização que, pelo caráter profundo daqueles objetivos populares e antiimperialistas, teriam que acontecer através de grandes mobilizações sociais. Como ficou claro na discussão, desde que denominaram a confrontação “institucional”, toda ação política era sempre concebida dentro das regras do jogo impostas pela “governabilidade”, oposta a qualquer concepção que visse os comitês de base como “germens de poder popular”.

²⁴⁵ DOYENART, Juan Carlos. **La República**. (Jornal). Montevideo: 13 de abril de 1989, p. 11.

Outro dos pontos críticos levantado por Argones e Mieres foi sobre a concepção das frentes populares, na qual, tentando criar enorme confusão, fundamentaram que uma das particularidades da versão clássica no interior da FA era aquela que procurava identificá-la como uma variante de uma Frente Popular oriunda da tradição comunista do *Cominter*. Afirmou-se que a conjuntura política na qual surgiu a FA, em 1971, foi propícia para que importantes setores da esquerda clássica procurassem assimilar simbolicamente a FA com uma frente popular.

Aqui há dois problemas ou interpretações sobre o surgimento da FA: se este foi produto do avanço das lutas e a tomada de consciência operária e popular que se plasmou em níveis organizativos superiores (CNT, *Congreso del Pueblo*, FA) ou, pelo contrário, o surgimento da FA como medida defensiva frente aos desmandos autoritários e repressivos do *pachequismo*, que recriavam a presença da ameaça fascista. Obviamente, a primeira concepção inclui a segunda. Mas a interpretação do PDC, que pretendeu que a FA era percebida como uma coalizão de amplo alcance dentro do sistema político uruguaio, fica precisamente nisso: em concebê-la como uma coalizão dentro do sistema político, ou seja, dentro das regras do jogo das classes dominantes.

Outro tema que entrou em cena na discussão com a democracia cristã foi a alternativa estratégica em volta da qual giravam as possibilidades de ação dos setores da esquerda política uruguaia. O tema referia-se à atitude estratégica por assumir em relação aos temas e problemas de caráter nacional, em particular a respeito da definição das políticas públicas e ao processo de resolução de conflitos. As possibilidades apresentadas pela social- democracia eram: ou uma atitude de marginalização política, ou uma atitude de compromisso.

A primeira implicava a marginalização do âmbito resolutivo. Isso implicaria a subtração de um aporte específico, evitando, dessa maneira, os custos que derivam da participação e o envolvimento na tomada de decisões. A preferência por essa atitude de marginalização política podia se dever a diferentes fatores: em primeiro lugar, podia-se fundar na valoração negativa dos custos, derivada da participação em negociações; em segundo lugar, as motivações podiam se dever aos riscos de assumir compromissos sobre temas de importância. Em terceiro lugar, a atitude favorável à marginalização

podia ter como álibi o objetivo de permanecer “neutro” e, portanto, habilitado para exercer a crítica²⁴⁶.

No outro extremo da alternativa se observava a atitude de compromisso. Isso pode se traduzir como a valoração da participação na discussão e tomada de decisões próprias nas tarefas do sistema político, assumindo as negociações que surgiriam como efeito de tal atitude e aceitando as responsabilidades e os custos que derivariam de tal situação. Nesse caso, o envolvimento político seria elevado e os fundamentos poderiam ser localizados na aceitação do exercício de uma cota de poder, uma valoração positiva das conquistas que pudessem ser obtidas numa negociação.

A estas alternativas somava-se uma terceira que podemos interpretar como fundante nessa proposta da social-democracia e que tratava das opções entre atitudes “contestatórias” e atitudes de “formulação de propostas”. Definiam-se as atitudes contestatórias como aquelas que, ante os diferentes temas em questão, priorizavam a crítica e, fundamentalmente, a denúncia, “de modo que a atitude geralmente neste caso era a desqualificação que o sistema político assume ou inclusive das demais propostas que os outros atores apresentavam”²⁴⁷.

Pelo contrário, situada no outro extremo, colocava-se o predomínio da proposta. Isso era a prioridade de elaborações e respostas próprias e específicas ante os diferentes problemas que eram objeto de discussão no marco do sistema. Nesse caso, à margem da crítica que as propostas dos demais atores merecessem, a atitude predominante se estenderia à formulação de alternativas concretas de resposta aos problemas em discussão.

Desde o primeiro momento, o debate adotou forma imposta pelo PGP e pelo PDC, na exigência de uma reformulação da Frente Ampla. Na prática política se deram prioridades a marcar diferenças com a maioria e a gerar situações conflitantes no seu interior. Repassando as manifestações públicas dos dirigentes do PGP e do PDC e seus artigos na imprensa, observa-se que a maioria do tempo foi destinado à polêmica interna – e não à crítica ao governo –, desde 1986 até sua saída definitiva, em 1989. Dessa maneira, a prática teve como epicentro desestimular toda proposta de

²⁴⁶ MIERES, Pablo. Democratización en Uruguay: disyuntivas para la izquierda. In: **Cuadernos del CLAEH**. año 11. n 39. 1986, p. 59-60.

²⁴⁷ Idem, p. 60.

mobilização surgida desde a FA. Posteriormente à sua saída da coalizão, o PGP e o PDC constituíram uma nova instância política chamada *Nuevo Espacio*.

3. A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA CLÁSSICA: OS PARTIDOS SOCIALISTA E COMUNISTA

No documento do Partido Socialista, datado em agosto de 1980, com o título de *Caracteres para una Alternativa de Democracia sobre Nuevas Bases*, manifestava que o partido possuía uma definida estratégia sobre as fases históricas do processo nacional em direção ao socialismo. O partido entendia que o “caminho ao socialismo avançaria de forma ininterrupta num processo único, através de distintas fases e etapas”, distinguindo uma fase nacional e popular, em que uma “frente das classes populares” hegemônica pela classe operária deveria resgatar os principais elementos da economia em mãos do imperialismo e dos monopólios capitalistas, criando, assim, as bases em nível político para um novo Estado, abrindo caminho para o socialismo²⁴⁸.

No discurso implícito no documento, encontram-se as concepções *etapistas* oriundas do pensamento *sesentista*, onde o povo e as organizações políticas iriam ganhando aproximação a um espaço de poder político. Na sua estratégia, definiram claramente o socialismo como condição essencial para a realização de transformações dos fundamentos econômicos, políticos e ideológicos. No momento ao qual o documento se refere, 1980 (com a Frente Ampla e todos os partidos políticos ainda proscritos pela Ditadura), fez-se permanente referência à necessidade de uma frente hegemônica pelas classes populares, num discurso antiimperialista, antioligárquico e recorrente à luta de classe como categoria fundamental.

O futuro político uruguaio – afirmava o PS – jamais poderá desentender-se da evolução da luta democrática nos países limítrofes (Argentina e Brasil). E advertia: “[...] qualquer atitude passiva, na espera de algum tipo de milagre geopolítico, resultaria funesta para os interesses democráticos de todo o continente”. Tornava-se claro para o PS que os países latino-americanos possuíam um tronco comum, do qual se desprendiam histórias próprias com caracteres diferenciados que davam forma a cada

²⁴⁸ PARTIDO SOCIALISTA. *Caracteres para una Alternativa de Democracia sobre Nuevas Bases*. Montevideo: Propaganda del Partido Socialista, mimeo, 1980, p 1.

uma de suas particularidades. A defesa da democracia – ou a conquista dela – fazia-se também objetivo comum para Brasil, Argentina e Uruguai²⁴⁹.

De acordo com o PS, os anos de Ditadura não teriam sido em vão: tanto o regresso à democracia liberal como o pretendido salto a uma “utopia radical” careceriam, em última instância, de todo sustento sócio-político real e logo seriam substituídos por estratégias “realistas”, erigidas sobre a base da hegemonia de uma ou outra classe social. Contemplavam-se alguns pressupostos sobre os quais os fatos políticos seriam contundentes:

- a) que o Uruguai necessitava recriar um convívio democrático;
- b) que esse convívio democrático não poderia ser a cópia do modelo anterior, senão que deveria edificar-se sobre novas bases, que possuíssem a capacidade de ampliá-la, aprofundá-la e consolidá-la.

Dessa forma, a proposta socialista de democracia sobre novas bases foi caracterizada essencialmente como postura política que rejeitava a Ditadura e também como forma de rejeitar o regresso ao passado. “Se bem que no passado se desfrutassem liberdades democráticas de profundo valor popular, geradas na luta do povo [...] é inquestionável que as mesmas estavam inscritas numa estrutura econômica e política de dominação oligárquico-imperialista que as mediatizava”²⁵⁰. Portanto, a democracia sobre novas bases se apresentava como uma perspectiva nacional e patriótica, com base nas tradições democráticas do país, mas que se diferenciava substancialmente da democracia liberal de antanho.

Sustentamos que ao acrescentar à categoria democracia o qualificativo sobre novas bases lhe dá um significado político inquestionável. Porque se trata de dar-lhe um conteúdo novo, diferente e progressista, a uma democracia que antes não era especificamente tal, que era incompleta, e o essencial do novo está no papel que o povo e os trabalhadores devem assumir em todas as instâncias da vida política e social, como expressão de seus desejos e como garantia de imposição de soluções nacionais e populares. Por isso, não queremos que se confunda nosso projeto com o de alguns que não se propõem mais que restabelecer algumas das velhas regras do jogo²⁵¹.

²⁴⁹ Idem, p. 2-3.

²⁵⁰ Idem, p. 4.

²⁵¹ Idem, p. 4-6.

Um projeto político sobre novas bases requeria a necessidade da edificação de uma nova institucionalidade, formada através de debates e acordos e que acabasse numa Assembléia Constituinte eleita por voto popular. Esta nova institucionalidade deveria contemplar definições e garantias em relação às liberdades democráticas, o pluralismo político, a autonomia de partidos e sindicatos com respeito ao Estado. Explicitamente, considerava a necessidade de participação das organizações populares na adoção de resoluções que atingissem os diversos níveis da comunidade. O grande objetivo proposto era o de promover uma vasta rede de organizações, onde se unificasse tanto o controle popular sobre as resoluções dos poderes do Estado, sua incidência no processo de tomada de decisões, como a participação ativa do povo.

No plano econômico, a democracia sobre novas bases indicava a necessidade de delimitar com maior precisão as áreas estatais, mistas e privadas da economia, elaborando regras de jogo precisas que fomentassem um desenvolvimento harmônico entre elas, assim como o grau de participação do capital estrangeiro em cada uma delas. Assinalavam a necessidade de nacionalização dos elementos básicos da atividade financeira e do comércio exterior, para que fosse o Estado quem dirigisse esses setores. “Nem a soberania nacional nem o bem-estar concreto e em constante aumento e benefício das maiorias populares poderá ser realidade sem um adequado planejamento econômico, no qual se conjugue a participação do poder político, as organizações sindicais e os técnicos”²⁵².

Posteriormente, num documento do Partido Socialista, publicado em 1984, intitulado: *Democracia sobre Nuevas Bases: hacia una democracia socialista*, reafirmaram-se as posturas do documento anterior e suas propostas de iniciar o processo de redemocratização do país a partir de uma ação que objetivava a tomada de medidas e estratégias para se avançar num processo democrático sobre as novas bases propostas. Supunha-se essas medidas como indispensáveis para a construção de um Estado nacional e popular, que atendesse os pressupostos tradicionais da esquerda: a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário e do comércio

²⁵² Idem, p. 9.

exterior, a dívida externa, o desenvolvimento efetivo e a re-inserção internacional do país²⁵³.

A aposta do Partido Socialista na *concertación* sócio-econômica constituía um objetivo prioritário, de modo que se propunha impulsionar um plano de *concertación* que tivesse como objetivos tanto a reativação econômica, como o início de um processo nacional de desenvolvimento que isolasse tanto o capital transnacional e seus sócios, no econômico, e a ditadura militar, no político. A possibilidade de acordo com os setores burgueses não foi avaliada em termos de suas contradições de classe imediatas. “Os setores das classes proprietárias aos quais os interesses estão contrapostos com a política econômica vigente deverão optar entre um acordo com o movimento popular ou uma renegociação de sua aliança com o imperialismo”²⁵⁴. Assim, a *concertación* era vista como uma etapa a ser transitada em benefício da viabilidade democrática, sendo entendida de tal forma que, se não se realizasse, correr-se-ia o risco de voltar-se a uma situação autoritária.

Até 1984, pode-se observar no discurso do Partido Socialista a vigência do pensamento *sesentista*, ou seja, o discurso das tradicionais bandeiras da esquerda: o sentimento antiimperialista, antioligárquico, a defesa da reforma agrária, o tema da dívida externa, a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior. A partir desse momento, em especial de 1985, o discurso do partido refletiu-se nas declarações e elaborações de seus dirigentes, quando, acompanhando o contexto da *concertación* – apoiado pelo PS –, se avançou em direção ao processo que levou a esquerda à sua *transición*.

O Partido Comunista por sua vez, realizou seu XVII Congresso em 1985, quando aprovou, como parte de sua Declaração Programática, uma análise econômico-social do país que foi intitulada *Por la Revolución Agrária Antiimperialista, primer paso para el establecimiento del régimen socialista en el Uruguay*. No documento afirmava-se que, como causa da apropriação dos meios de produção por parte dos monopólios estrangeiros, e de uma minoria nacional privilegiada, não era possível desenvolver uma

²⁵³ PARTIDO SOCIALISTA. **Democracia sobre Nuevas Bases: hacia una democracia socialista**. Montevideo: Propaganda del Partido Socialista, mimeo, 1984, p. 1-2.

²⁵⁴ Idem, p. 9.

economia independente e avançada a partir das características geográficas e da enorme riqueza de recursos naturais que o país possuía.

O documento apostava: “Este regime caracteriza-se pela dominação de classe dos grandes *terratenientes* e grandes capitalistas e pela dependência do imperialismo, particularmente norte-americano”²⁵⁵. Destacava, ainda, que nas décadas de 1960 e 1970, o capitalismo efetivou um avanço importante no país, mas este foi dependente do imperialismo com base no monopólio da propriedade privada e da terra que, segundo o documento, facilitava a manutenção de diversas estruturas feudais, limitando o mercado interno e freando o desenvolvimento das forças produtivas. Observa-se, nesse ponto, uma certa semelhança com a análise realizada por Caio Prado Junior com referência ao caso de Brasil.²⁵⁶

Uma parte do processo de desenvolvimento do capitalismo que os comunistas observaram como positiva foi o papel do Estado na centralização e administração de empresas nacionais que monopolizavam a produção e distribuição de produtos e serviços, tais como energia elétrica, portos, produção de álcool e refinarias de petróleo, meios de comunicação, bancos, indústrias frigoríficas, pesca, entre outros. Afirmavam que o processo de desenvolvimento capitalista foi deformado, o que se refletia na distribuição social da população, sendo o latifúndio de gado extensivo a fonte quase única de exportação nacional. Mais de duas terças partes da população eram urbanas e quase 10% eram proletárias, concentrando-se particularmente em Montevideú²⁵⁷.

A proposta contida na Declaração Programática centrava-se na necessidade de uma mudança radical na estrutura econômica e política do país. Essa mudança era a “Revolução Agrária” antiimperialista e a mesma era vista como o passo inicial para o estabelecimento do socialismo no Uruguai, como primeira fase da sociedade comunista. Para atingir tais objetivos, via-se a necessidade de implantar um governo popular, democrático e de libertação nacional. A estratégia política era a mesma que a do

²⁵⁵ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Declaración Programática**. Montevideo: Problemas, 1985, p. 1.

²⁵⁶ Veja-se, PRADO, Junior, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

²⁵⁷ Idem, p. 2.

período *sesentista*.²⁵⁸ Sobre as novas bases econômicas, o governo democrático de libertação nacional poderia impulsionar um grande desenvolvimento.

As condições para a formação de um governo popular que realizaria as mencionadas reformas se oportunizaria através da constituição de uma grande coalizão de forças populares que se nucleariam numa Frente Democrática de Libertação Nacional. A classe operária seria a principal força dessa frente. “O proletariado aspira, por conseguinte, à realização mais radical e completa da revolução agrária antiimperialista”²⁵⁹, afirmava o Partido Comunista. Obviamente, consideravam que a única garantia de triunfo dos objetivos populares expressava-se no papel dirigente de sua vanguarda organizada, o Partido Comunista.

Posteriormente, no XXI Congresso do Partido Comunista, em 1988, emitiu-se uma Declaração Geral que alterou substancialmente o discurso elaborado em 1985. Abandonando e redimensionando seus postulados programáticos, o partido manifestou que ante a necessidade de se construir um novo país tornava-se imperiosa a tarefa de consolidar um projeto nacional, popular e democrático que “defenda a soberania nacional e que enfrente os objetivos das classes dominantes”²⁶⁰. Para tal, a antiga proposta da Frente Democrática de Libertação Nacional e, conjuntamente com ela, a “revolução agrária” deixaram de fazer parte dos novos discursos e no seu lugar todos os esforços foram canalizados para a Frente Ampla.

No documento de 1988, o Partido reconhecia que após os longos anos de ditadura militar, os setores populares e a esquerda “aprenderam” a valorizar e a projetar a consciência democrática de forma “profunda” e firme²⁶¹. Segundo as manifestações do Partido: “A linha definida, nas etapas finais da Ditadura e enriquecida nos seus conteúdos e na sua profundidade na Conferência Nacional de 1985, tinha como base

²⁵⁸ Seriam destruídos os tratados e convênios econômicos, políticos e militares de sujeição do Uruguai ao imperialismo e seriam nacionalizadas as empresas, bancos, capitais, terras, plantações e outras pertencentes aos monopólios estrangeiros, particularmente norte-americanos. Realizar-se-ia uma reforma agrária radical, expropriando as terras dos latifundiários e integrando-as aos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra e a todos os que desejassem trabalhá-las, tudo sob controle do Estado.

²⁵⁹ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Declaración Programática**. Montevideo: Problemas, 1985, p. 6.

²⁶⁰ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Declaración General. XXI Congreso**. Montevideo: mimeo, 1988, p. 1.

²⁶¹ Idem, p. 2.

duas tarefas inseparáveis de conteúdo tático e estratégico: consolidar a democracia e avançar na perspectiva de um governo popular²⁶².

Nesse documento (1988) iniciou-se o abandono das posições *sesentistas* no interior do Partido Comunista. Aparentemente, tanto o contexto propiciado pelos acontecimentos na União Soviética como suas repercussões no Uruguai e os avanços da social-democracia na Europa levaram o Partido a uma mudança nos seus discursos e práticas. Segundo suas manifestações: “Neste novo momento político apresenta-se a possibilidade de uma verdadeira alternativa de governo popular que representa a Frente Ampla, e que dispute aos partidos tradicionais a possibilidade de triunfo em nível nacional”²⁶³. Todos os esforços políticos focaram-se na campanha eleitoral da Frente Ampla.

Em 1990, o Partido Comunista elaborou um documento intitulado *Avanzar en Democracia*, onde se focou, fundamentalmente, a concepção de democracia proposta e da política de alianças²⁶⁴. O documento assinalava: “Um governo da Frente Ampla e seus aliados é, em si mesmo, expressão de um momento avançado da democracia e ferramenta fundamental no processo de seu aprofundamento”²⁶⁵. O Partido somava-se ao clima de triunfo prematuro que se apoderou da esquerda no início dos anos 90, registrando-se, nos seus discursos, a conquista iminente do governo nacional por parte da Frente Ampla, algo que aconteceu 14 anos depois.

Como forma de apresentar sua política de alianças e seu novo “aliado”, no Encontro Progressista os comunistas argumentavam: “A unidade da esquerda foi o resultado consciente da ação de gerações de lutadores sociais agrupados no movimento operário, nas forças políticas de esquerda e nos próprios partidos

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem, p. 4.

²⁶⁴ A orientação para as camadas médias, considerada em termos abrangentes, assumida no pós-Segunda Guerra por diversos partidos social-democratas, não seria resultado de uma nova postura estratégica, e sim um reflexo da transformação da estrutura de classes na Europa Ocidental. “A proporção da população engajada na agricultura declinou ao longo do século XX, mais rapidamente durante a década de 1950 do que era em qualquer década anterior”. Assim, a nova classe média quase substituiu numericamente a velha classe média. Ao decidir competir por votos de “aliados naturais”, quer estes pertencessem à antiga ou à nova classe média, a esquerda passou a apelar para a grande maioria da população. Essa explicação de Przeworski (1991) parece aplicar-se à política de alianças de ambos partidos de esquerda majoritários dentro da Frente Ampla: o partido comunista e o socialista. PRZEWORSKI, Adan. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 41.

²⁶⁵ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Avanzar en Democracia**. Montevideo: mimeo, 1990, p. 1.

tradicionais. Esse processo forma parte do caminho em busca de objetivos de justiça social e progresso desejados pelas grandes massas, no marco de enormes mobilizações populares que se cristalizaram em momentos fundamentais da aplicação de uma política de acumulação de forças”²⁶⁶.

Em maio de 1992 realizou-se o Congresso Extraordinário do Partido Comunista. O evento aconteceu num contexto de profunda crise, não só para o partido, mas também para amplos setores da esquerda nacional. O Partido elaborou uma análise autocrítica de sua situação e do contexto político nacional e internacional. Um dos pontos de destaque foi a manifesta necessidade de uma “rigorosa análise”, proposta para ser realizada a partir do Congresso, sobre as causas do fracasso na construção do socialismo²⁶⁷. A proposta visava aprofundar o estudo das bases nacionais, regionais e continentais, para poder definir o caráter da Revolução Nacional, suas estratégias e objetivos.

O Partido Comunista do Uruguai toma como base, para interpretar a realidade material e social, o materialismo dialético e histórico, submetendo a um processo de reformulação das teses que, pelas transformações econômicas, sociais e culturais acontecidas na sociedade uruguaia, latino-americana e mundial, necessitam de mudanças, pelo avanço das ciências sociais e o aprofundamento da concepção filosófica elaborada no fundamental por Marx e Engels. Como partido da classe operária, baseia-se no marxismo-leninismo, instrumento de análise e transformação da realidade. Enquanto ferramenta científica, está sujeito sempre a mudanças que a vida demonstre que sejam necessárias de realizar²⁶⁸.

O Partido definiu que a sua organização deveria basear-se no centralismo democrático, como garantia de sua capacidade de ação e de exercício da democracia. Centravam seus esforços – segundo o documento – em concretizar os objetivos fundamentais de uma democracia “avançada”, para a qual fazia-se necessária a ampliação das alianças sociais e políticas com a Frente Ampla, como principal força da

²⁶⁶ Idem, p. 4.

²⁶⁷ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución General. Congreso Extraordinário.** Montevideo: mimeo, 1992, p. 2.

²⁶⁸ Idem, p. 3.

esquerda nacional. Isso não era identificado pelo Partido como um “desvio” do processo e, sim, como uma etapa necessária no seu desenvolvimento histórico²⁶⁹.

Nas Resoluções do Congresso foram identificadas algumas ações prioritárias para o Partido:

- 1) Realizar um profundo estudo das conseqüências da dívida externa, que implicavam um fator limitador na capacidade produtiva, procurando a elaboração de um modelo alternativo;
- 2) Contribuir, consolidar e desenvolver as bases populares do governo *frenteamplista* na prefeitura municipal de Montevideú;
- 3) Aprofundar a solidariedade com a Cuba socialista, símbolo para toda a América Latina de luta contra a prepotência do imperialismo;
- 4) Introduzir, nas elaborações e na militância, a problemática da destruição do meio ambiente pela irracional exploração da natureza²⁷⁰.

No que se refere à atuação do Partido dentro da Frente Ampla, as resoluções do Congresso definiam como eixo central o processo de “acumulação de forças”, visando ao embate eleitoral. “Este caminho de acumulação política não exclui de forma alguma a possibilidade de realizar alianças e a busca contínua de acordos pontuais com aquelas forças políticas com as quais seja possível realizá-las. Acordos e alianças que ajudem a Frente Ampla a crescer e ganhar credibilidade ante o povo”²⁷¹. Essa foi uma estratégia prioritária, visto que novamente acreditou-se num triunfo imediato nas eleições nacionais de 1996.

Nas Resoluções do XXIII Congresso do Partido, realizado em 1993, observa-se uma análise mais detalhada e melhor elaborada que as anteriores aqui expostas. Apesar disso, os pontos centrais tiveram como base o processo de acumulação de

²⁶⁹ Como recorda Przeworski, embora alguns partidos “suspendessem” a luta de classes e entrassem em governos de coalizão antes do término da I Guerra Mundial, mesmo na Grã-Bretanha a decisão de formar o primeiro governo trabalhista, em 1924, foi objeto de acirrada polêmica, precisando ser justificado como se tratando de uma oportunidade de adquirir a experiência necessária para a posterior etapa socialista. Aparentemente, os setores “tradicionais” no interior do Partido Comunista uruguaio não gostavam – contrariando toda sua tradição desde a formação da Frente Ampla, em 1971 – da exclusividade dos esforços políticos para o triunfo da Frente e polemizaram, a este respeito, com os setores “renovadores” do partido. PRZEWORSKI, Adam. op. cit., p. 23.

²⁷⁰ Idem, p. 5-6.

²⁷¹ PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución sobre el Movimiento Social y el Frente Amplio**. Montevideo: mimeo, 1992, p. 2.

forças (eleitorais), com foco na aliança com o Encontro Progressista. Também foi mencionada a crise pela qual o Partido atravessava, que teve como causas aparentes, além da problemática da transição da esquerda, a dispersão de militantes do partido e a perda da hegemonia na direção da central sindical e do movimento estudantil. Posteriormente, em 1994, provocou-se uma fratura dentro do Partido, que aprofundou ainda mais a crise. Nessa divisão surgiram duas vertentes: a primeira, tradicionalista, vinculada às idéias tradicionais do comunismo, e a segunda, “renovadora”, que impulsionou a criação da Confederação *Frenteamplista*, uma nova linha dos comunistas “renovadores” que negavam as velhas estruturas partidárias.

As discussões no Congresso centraram-se na reestruturação do partido, numa rápida estratégia para recuperar sua posição no movimento sindical e estudantil, e a aposta no triunfo das futuras eleições nacionais de 1996. Sua estratégia prioritária continuou sendo a “acumulação de forças”, mas com o foco, neste caso, nos setores ligados ao Encontro Progressista. “Vemos como necessidade impostergável combater para ganhar os setores médios intelectualizados para o governo do Encontro Progressista e para a revolução”²⁷².

Esses setores médios intelectualizados eram vistos como protagonistas centrais na difusão e reprodução ideológica da sociedade e operantes como uma das mediações principais da hegemonia dominante. A perda da hegemonia na direção do movimento operário foi vista como uma repercussão negativa no meio intelectual; portanto, na universidade. Para o processo de acumulação de forças, os setores ligados à universidade que manifestavam descontentamento com as propostas dos partidos tradicionais – mas que faziam parte deles – eram o “público-alvo” para um trabalho que visava a captá-los para os “aliados” do Encontro Progressista. Na prática, os esforços do Partido concentraram-se nesse sentido.

As regras do jogo democrático liberal demonstravam-se implacáveis. Se um partido político pretendesse governar sozinho, livre da influência moderadora de alianças e de compromissos, deveria obter determinada quantidade de votos – aproximadamente 50%. As instituições eleitorais precederam o surgimento de partidos

²⁷² PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución del XXIII Congreso**. Montevideo: mimeo, 1993, p. 12.

que buscam usá-las como veículo para o socialismo, e tais instituições encerram uma regra fundamental que impossibilita a vitória de uma minoria isolada: um partido representante de uma classe que possui menos membros que outras classes associadas não pode vencer batalhas eleitorais. Como desafio para a esquerda eleitoral, restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao “progressismo”, procurando apoio eleitoral fora da esquerda.

4. O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL – TUPAMAROS A PARTIR DE 1985

Após a restituição das primeiras experiências democráticas, em 1985, no mês de março o novo Parlamento aprovou uma lei de anistia, pela qual saíram em liberdade todos os presos políticos. Os integrantes do antigo Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* foram convocados pelos velhos dirigentes para discutir a pertinência ou não de reorganizar o MLN. Realizaram-se três plenárias consultivas que reuniram aproximadamente 500 militantes. Essas plenárias facultaram a velhos dirigentes constituir-se numa direção provisória, para convocar todos os militantes no sentido de discutir os novos lineamentos políticos e definir numa nova Convenção. Em dezembro de 1985 reuniu-se a III Convenção Nacional do MLN.

Na Convenção estabeleceram-se acordos básicos, mas ficou evidenciada a necessidade de se iniciar um longo processo de discussões e de práticas sociais para se chegar a um conjunto de definições que sistematizaram as diversas experiências vividas pelos militantes na prisão, nos diferentes exílios e no próprio Uruguai. A Convenção ratificou algumas definições estabelecidas num encontro clandestino realizado em 1968, ao qual se denominou Simpósio. Essas definições se referem à utilização do materialismo dialético como ferramenta científica para o conhecimento e transformação da sociedade.

A organização funcionava sobre as bases do centralismo democrático. Isso significava organismos de decisões coletivas, responsabilidades individuais, subordinação das minorias às decisões das maiorias, distintos níveis de organismos com responsabilidades de direção e, como elemento essencial, total democracia e participação nas instâncias de tomada de decisões fundamentais e também de funcionamento hierarquizado nas instâncias de execução de tarefas. Ratificou-se a concepção de continentalidade da luta, entendendo que a libertação nacional de cada país dependente seria impossível sem uma ação de conjunto por parte dos países dependentes. Entre outras resoluções, aprovou-se um novo regulamento para o funcionamento do MLN.

A partir de 1986 iniciou-se um processo de conversações com distintas pessoas e organismos políticos que visavam construir acordos para um trabalho político em conjunto. Nessas conversações participaram integrantes do MLN e de outras frações políticas independentes e progressistas. Como recorda Julio Marenales, “Estas conversações se estenderam por um espaço de mais de dois anos”²⁷³. Como resultado, em 1987 foram produzidos acordos que permitiram a formação de um organismo político, que se denominou Movimento de Participação Popular – MPP²⁷⁴ e que se definiu como um movimento de luta pela libertação nacional e o socialismo. Isso quer dizer que esse movimento não seria somente de carácter eleitoral, mas de luta política em todos os âmbitos possíveis, também incluído o eleitoral. O MPP apresentou-se nas eleições de 1989 elegendo dois deputados.

“O MLN integra o MPP, assim como também a coalizão de esquerda Frente Ampla, porque considera que os instrumentos políticos devem ser diversos para poder realizar a ação política em diferentes âmbitos”²⁷⁵. O MLN continua sendo uma organização política relativamente fechada, desde o momento em que não se definiu como uma organização de massas, senão como uma organização de quadros e militantes. O aspirante a ingressar nela deve ser apresentado por membros do MLN, após cumprir um processo no qual é avaliado em diversos itens e, posteriormente, com uma avaliação favorável, integra-se como membro pleno.

Desde 1985, a concepção do MLN, da luta pela transformação profunda da sociedade, visualizava-se não pelos meios utilizados, mas porque essa transformação, que deverá ser revolucionária, abrangerá todos os aspectos da estrutura social e será um longo processo. Essa transformação se iria operando na medida em que o desenvolvimento social construísse um novo tecido social, elaborando uma nova escala

²⁷³ MARENALES, Julio. **História do MLN – T: documentos de formación nº 2**. Montevideo: Propaganda del MLN, 2001, p. 5.

²⁷⁴ O Movimento de Participação Popular – MPP constituiu-se oficialmente como agrupação política integrante da Frente Ampla, em seis de abril de 1989. Foi formado por militantes da esquerda independente, pelo Partido pela Vitória do Povo – PVP, pelo Partido Comunista Revolucionário – PCR e pelo Movimento Revolucionário Oriental – MRO. Foi, durante a década de 1990, uma instância política combativa dentro da Frente Ampla, posicionando-se com os pressupostos defendidos pela *Tendência Combativa do sesentismo*. Representou, na época, uma alternativa crítica aos setores burocráticos da Frente Ampla e do processo de *transição* da esquerda uruguaia. Todo o trabalho de massas do MLN, a partir de 1989, foi canalizado dentro do MPP. Teve um destaque de fundamental importância dentro da esquerda nacional, fundamentalmente no período de 1990 a 2004 (ver capítulo III).

²⁷⁵ MARENALES, Julio. op. cit., p. 7.

de valores, tudo isso orientado em direção a uma nova estrutura que tenha como centro as necessidades humanas de toda ordem e onde não exista a injustiça e a exploração do homem pelo homem. Em suma, o MLN, após 1985, continua reivindicando a luta pela libertação nacional e o socialismo como sua principal bandeira de luta.

Na III Convenção Nacional do MLN – Tupamaros, realizada em Montevideu, em dezembro de 1985, manifestou-se que: “[...] nem as batalhas eleitorais, nem as brigas políticas ou por outros motivos, sejam causa suficiente para dividir esse grande frente antiditatorial do povo, ante a possibilidade do retorno fascista que ameaça no horizonte”. Essa frente antiditatorial – segundo *Tupamaros* – era a *Frente Grande*, que objetivava “[...] ser o reflexo no social e no político da luta contra o capital financeiro e pela democracia”²⁷⁶. Nessa mesma III Convenção resolveu-se a incorporação à Frente Ampla e facultar a sua direção para pedir o ingresso. Posteriormente, a IV Convenção (1987) reafirmou essas resoluções.

Por sua vez, o Partido Comunista fazia propostas também nesse sentido, ao mesmo tempo em que liderava as acusações de “*divisionistas*” contra o MLN: “[...] temos de construir um grande bloco do povo, quer dizer, se foi possível fazê-lo quando do *referendum*, como não podemos pensar em construí-lo como grande alternativa para a República em volta deste fato histórico que é a Frente Ampla, cada vez mais forte, unida e mais consciente de seu destino histórico?”. Ao mesmo tempo, de forma contraditória, manifestava: “A formação de um grande bloco popular é, hoje, um projeto da FA e, portanto, é o fracasso de quem quis manipular, acreditando que a FA podia-se dividir”²⁷⁷.

No ato realizado pelos *Tupamaros* em dezembro de 1987, fez uso da palavra Eleutério Fernandez Huidobro, que no seu discurso citou uma manifestação do Partido Socialista, realizada na oportunidade de seu 39º Congresso Ordinário, a qual se intitulou: *El Bloque del Poder Alternativo Popular y Democrático* e que essencialmente expressava: “Trata-se de articular as maiorias sociais num bloco popular alternativo que tenha como objetivo estratégico a consolidação e aprofundamento da democracia”²⁷⁸.

²⁷⁶ TUPAMAROS. **Resoluciones de la III Convención Nacional**. Montevideo: MLN, mimeo, 1985, p. 8.

²⁷⁷ ARISMENDI, Rodney. Declarações. In: *Semanário Asamblea*. Montevideo, 25 de abril de 1985, p. 2.

²⁷⁸ HUIDOBRO, Eleutério Fernández. In: **¿Por qué un Frente Grande?** Montevideo: Tupamaros, 1988, p. 14. Discurso pronunciado no Ato do MLN – Tupamaros em Montevideu, em 19 de dezembro de 1987.

Huidobro, dessa forma, argumentava que a necessidade da formação desse grande bloco era uma realidade vista por toda a esquerda *frentista*, só que a partir de duas concepções diferenciadas: por um lado, um bloco de centro-esquerda (dentro da Frente Ampla e com exclusões); e por outro lado, a Frente Grande que se apresentava como uma opção de unidade sem exclusões.

Em março de 1986, o MLN divulgou um documento intitulado: *El Militante Tupamaro en el Frente Amplio*²⁷⁹, com diretrizes e orientações práticas para seus quadros que atuavam nos Comitês de Base da Frente Ampla. Nesse documento, assinalava como pontos norteadores para a militância:

- a) apoio, fomento e fortalecimento dos Comitês de Base;
- b) democracia interna e participação das bases nas decisões;
- c) priorizar a militância no interior do país;
- d) que a FA fosse um instrumento de luta permanente, e não somente eleitoral;
- e) luta contra todo sectarismo interno e externo; e
- f) ligar a prática intersocial com a FA nas lutas nos bairros, sindicatos, setores estudantis, entre outros. Esse documento serve como referência para identificar a linha política do MLN com relação a sua militância na FA, o que não oferecia, aparentemente, nenhum sinal de divisionismo.

Na solicitação oficial de ingresso à FA²⁸⁰, o MLN fez menção dos esforços realizados entre os anos de 1980 e 1984 por parte dos militantes do MLN, como os do Movimento 26 de Março, para a reorganização da FA através de uma intensa militância clandestina e que, uma vez reorganizado, integraram-se intensamente a seus Comitês de Bases. Em 24 de abril de 1984 – recorda o documento –, os militantes do MLN e do 26 de março conversaram com o general Líber Seregni (ver capítulo I), onde foi manifestada a intenção de integrar-se formalmente à FA, quando assim o permitisse a situação política (o MLN não era legal neste momento). Os motivos expostos fundamentaram-se na necessidade de fortalecer a aliança de forças antiimperialistas e

²⁷⁹ TUPAMAROS. *El Militante Tupamaro en el Frente Amplio*. In: **MLN – Tupamaros y Frente Amplio**. Montevideo: Propaganda Central MLN, 1989, p. 23.

²⁸⁰ TUPAMAROS. *Solicitud del MLN de Ingreso al Frente Amplio*. In: **MLN – Tupamaros y Frente Amplio**. Montevideo: Propaganda Central MLN, 1989, p. 29-34.

antiligárquicas no país, apontando seus esforços e sua militância para trabalhar em conjunto com a FA.

As manifestações do MLN a respeito do ingresso à FA estavam intimamente relacionadas com o processo de unificação que o MLN vivenciava na época. O movimento 26 de março não fazia sentido como elemento isolado no novo contexto; ele representou a ala política do MLN nos anos de 1970, mas, em 1985, eles haviam se unificado na III Convenção Nacional do MLN, em dezembro de 1985. As estratégias de ambos os movimentos – agora unificados – confluíam com as da FA. “Esta organização, hoje formal e publicamente unificada com o nome de MLN (T), reivindica os direitos e deveres surgidos daquela integração do 26 de Março, em 1971, assim como das solicitações de ingresso cursadas em nome do 26 de Março”²⁸¹.

Em dezembro de 1987 desatou-se uma série de acusações contra o MLN, que teve como início artigos de imprensa publicados pelo jornal *El Día* (vinculado ao Partido Colorado), segundo as quais o MLN retiraria sua solicitação de ingresso à FA e apresentaria a proposta da formação de uma *Frente Grande* em oposição à Frente Ampla. Segundo a imprensa colorada, essa frente seria composta pelo MLN, setores do Partido Nacional e “ativistas” da FA. A essas manifestações (da direita ultraconservadora) se fizeram porta-vozes alguns setores da FA e seus órgãos de comunicação.

As fundamentações das acusações passavam por:

- a) que o MLN não fez uma autocrítica de seu passado, entendida esta como a exigência de que o MLN renegasse um passado político que incluiu a luta armada e, por conseqüência, que renunciasse a ele como possibilidade futura;
 - b) que a proposta de *Frente Grande* era uma proposta de dividir os setores populares.
- Na sua essência, eram os argumentos centrais. O MLN, em resposta a essa situação, elaborou uma réplica pública na sua defesa.

Na resposta do MLN se esgrimia que, para alguns setores políticos, o MLN deveria renunciar a sua estratégia – como condição para poder existir – “que tem como objetivo final a tomada do poder” e, além disso, não seria permitido manifestar-se para realizar críticas ou propostas políticas que expressassem seu pensamento. Como era

²⁸¹ TUPAMAROS. Solicitud del MLN de Ingreso al Frente Amplio. op. cit., p. 34.

de público conhecimento, o MLN não possuía uma autocrítica acabada, mas se sabia que o processo havia avançado e que, por isto, nenhum integrante do MLN, em instância alguma, tinha ousado colocar como elemento autocrítico o desenvolvimento da violência revolucionária.

Nossos erros os localizamos no plano de como foi esse desenvolvimento em si mesmo, e em sua relação com as demais formas de organização e luta popular. Mesmo assim, não tem havido nenhum companheiro que, desde março de 1985 até a presente data (dezembro de 1987), frente a centenas de perguntas da imprensa no mesmo sentido, tenha descartado totalmente que o povo uruguaio (não somente *Tupamaros*) pudesse se ver obrigado ao emprego da violência se as circunstâncias o levarem a isso²⁸²

E acrescentava que, para os que apostam nas mudanças em paz, aos avanços da democracia como única e excludente fórmula de levar adiante “as tarefas da libertação nacional e o socialismo”, incomoda que existam pessoas que, em função de uma realidade que marcou a história da luta de classes de todo o mundo e particularmente da América Latina, “mantenham posições que por realistas possam colocar em volta dessa temática de idéias um número importante das forças revolucionárias e progressistas de nosso povo”²⁸³. Obviamente que essas manifestações tiveram o efeito esperado: tornaram mais aguda ainda a polêmica e os debates oriundos desta.

Em relação à *Frente Grande*, reafirmavam que a mesma se interpretava como expressão, em nível político, do desenvolvimento que se deveria dar como um todo nas forças sociais, onde transcendessem os marcos de unidade, desde a época de enfrentamento com a Ditadura em diante, os marcos exclusivamente *frenteampelistas*, e, por outros, como expressão de uma vontade de mudanças majoritariamente manifestada pelo povo no seu apoio eleitoral e militante a programas de transformações que não tinham – no momento – uma expressão comum. “Nunca dizemos que a *Frente Grande* deve substituir a Frente Ampla: pelo contrário, temos dito sempre que também é tarefa da Frente Ampla lograr aquele nível de unidade”²⁸⁴.

No ato realizado pelo MLN – *Tupamaros*, no estádio Franzini, na cidade de Montevideú, em 19 de dezembro de 1987, foi lançada a proposta de constituição de

²⁸² Idem. p. 76-7.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

uma “Frente Grande”, com o objetivo de lograr um efetivo acúmulo de forças progressistas para encontrar saídas para o problema da terra, a banca, a dívida externa e o salário, como elementos básicos para atender as demandas nacionais imediatas. A proposta foi efetivada por Raúl Sendic. Na sua oratória, na oportunidade, enfatizou, particularmente, o tema da dívida externa e o processo de estrangeirização do país.

Denunciava-se um processo de estrangeirização do país que estava ocorrendo através da entrega da nação nas mãos do capital estrangeiro. Esse processo havia iniciado no governo militar, quando 2% da terra eram de propriedade de capitais estrangeiros – no início da Ditadura (1973) – e de 8% no final do período militar (1984). Da mesma forma, no período militar, 46% do sistema bancário estavam em mãos do capital estrangeiro e no final do período este atingia 83%. A essa situação se somava a atuação do governo democrático (pós-ditadura imediata), que viabilizou duas grandes medidas antinacionais: a aprovação de “Zonas Francas” para a instalação de empresas internacionais e a promoção de “venda” de terras através das embaixadas no exterior²⁸⁵.

O tema da terra era uma das grandes preocupações de Raúl Sendic – juntamente com o da dívida externa: ele identificava que este poderia ser um tema aglutinador dos setores populares da sociedade uruguaia, da mesma forma que o foi o *Referendum*. Sendic foi um dos primeiros dirigentes políticos a denunciar o desaparecimento dos temas latifúndio e reforma agrária nos discursos e plataformas políticas das organizações de esquerda do país. Num artigo publicado em 1997²⁸⁶, Sendic afirmava que na medida em que decrescia a população rural (de 318.000, em 1970, para 264.000, em 1980), decrescia, também, o número de votos nos setores rurais e, por conseqüência, a repercussão de seus problemas na maioria dos políticos. Isso era atribuído a um “silêncio” por parte dos partidos políticos e as causas desse silêncio eram, basicamente, duas: o fato de que não houvesse uma quantidade de gente significativa reclamando pela terra e uma espécie de *desmonetización* das plataformas políticas.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ SENDIC, Raúl. **La Tierra: un tema tabú que vuelve**. Montevideo: Tupamaros, mimeo, 1997, p. 2.

Na proposta de Sendic, a posição à respeito da dívida externa era a rejeição ao pagamento da mesma. Essa postura foi elaborada pelos *Tupamaros* em 1985 e provocou inúmeras polêmicas no seio da esquerda. Foi, basicamente, a proposta que caracterizou o MLN no período de 1985 a 1987 e, por sua vez, funcionou como uma convocação a todas as forças progressistas para procurar uma unificação em torno de objetivos concretos e urgentes para a situação do país. Nesses setores se incluía a Frente Ampla, ao qual os *Tupamaros* solicitou ingresso²⁸⁷ em 11 de abril de 1986, o que se concretizou apenas em 20 de maio de 1989.

Enquanto isso, as propostas do Partido Socialista em relação ao tema da dívida externa oscilavam em volta de seu refinanciamento. Em 1984, o partido manifestava, num documento intitulado: *Democracia sobre Nuevas Bases: hacia una democracia socialista*, que esse tema seria um dos grandes desafios do futuro governo democrático e da *concertación* nacional. Observavam a necessidade de re-financiamento da dívida em termos de uma negociação em condições distintas às que o FMI estava acostumado a fazer. Como condições necessárias para essa negociação, observavam: “Não é possível aceitar nenhuma cláusula que, por um lado, signifique a aplicação de políticas recessivas com respeito ao salário dos trabalhadores, às cargas tributárias e ao gasto público de caráter re-ativador da economia”²⁸⁸. Foi efetiva a aposta do PS ao refinanciamento da dívida, acreditando que o que o país conseguisse em matéria de refinanciamento condicionaria o desenvolvimento da política econômica.

No Encontro sobre a Dívida Externa da América Latina e o Caribe, realizado em Havana, de 30 de julho a 3 de agosto de 1985, com a presença de quase 1.800 pessoas representantes dos cinco continentes, Fidel Castro levantou a polêmica sobre o pagamento da dívida, a qual qualificou de impagável. Essa afirmação de Castro não era nova, visto que desde o ano de 1979, como exemplo, quando, na Assembléia Geral da ONU, falando em nome da Sexta Conferência de Chefes de Estado dos Países não Alinhados, insistia sobre a impossibilidade de pagamento da mesma. A dívida, para os

²⁸⁷ *Tupamaros* foi acusado de “*divisionista*” no seio da esquerda frentista em 1985, por motivo de sua proposta da necessidade de se formar a *Frente Grande*. Particularmente, o Partido Comunista, na figura de seu secretário geral, Rodney Arismendi, dirigiu uma série de acusações neste sentido. A proposta da Frente Grande foi interpretada por vários setores da Frente Ampla como uma estratégia de dividir a esquerda. Esse embate retardou, por três anos, o ingresso do MLN na Frente Ampla.

²⁸⁸ PARTIDO SOCIALISTA. **Democracia sobre Nuevas Bases: hacia una democracia socialista**. Montevideo: Propaganda del partido Socialista,. Mimeo, 1984, p. 11.

países de América Latina, era uma manifestação dos fenômenos econômicos e monetários mais profundos e significativos que caracterizavam a situação de dependência em relação ao imperialismo.

Jorge Belgrano, em matéria a propósito do evento, publicada na revista *Estudios* (órgão do Partido Comunista uruguaio), argumentava que as proporções da sangria a que estão submetidas as nações latino-americanas nunca foram tão enormes. “Cada vez a dominação é maior e somos mais explorados. Naturalmente, ante os povos empobrecidos se propiciam novos empréstimos para ‘ajudar-nos’ com dinheiro ‘novo’, como dizem alguns economistas nossos que só sabem pensar dentro dos esquemas da dependência”²⁸⁹. A saída para o tema da dívida não era um problema econômico, e sim político; era um problema de enfrentamento com o imperialismo e, para tal, a perspectiva era a de um enfrentamento com uma grande força unida, que objetivamente fosse capaz de abranger a todo o mundo socialista e a todo o chamado Terceiro Mundo.

Essa unidade para combater a dívida externa implicava a necessidade de se estabelecer uma nova ordem. Uma Nova Ordem Internacional na qual desaparecesse a dependência, a dívida, o comércio desigual; na qual se criassem bases reais para o desenvolvimento das nações que agrupam milhões de seres humanos; que diminuísse a distância entre ricos e pobres, sobre a base de uma maior justiça; que abrisse passo à produção, à saúde, à cultura; que permitisse afiançar solidamente a democracia e a paz mundial. Além dos impactos do tema da dívida discutidos no Encontro, a concepção de Nova Ordem Internacional foi o centro fundamental dos problemas discutidos a partir de 1985, de forma mais significativa, após o Encontro de Havana e das declarações de Fidel Castro ao jornal mexicano *Excelsior*.

Werner Altmann (1992)²⁹⁰, realizando uma avaliação histórica da década de 1980 na América Latina, apontou que na mesma perspectiva de análise do presidente cubano, o professor mexicano Fausto Burgueño, diretor do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México – Unam, observou, em 1987, que o México tinha pagado, somente em conceito de juros da dívida externa, a

²⁸⁹ BELGRANO, Jorge. El Encuentro de la Habana. In: **Estudios**. Montevideo: n 94, 1985, p. 21.

²⁹⁰ ALTMANN, Werner. A América Latina na Década de 80: Uma Avaliação Histórica. In: **Estudios Leopoldenses**. São Leopoldo: Unisinos, Vol. 28, n 129/130, setembro de 1992, p. 67.

quantia de US\$ 102,5 bilhões entre 1970 e 1987, enquanto que o montante total da dívida, no mesmo período, era de US\$ 109 bilhões. O desafio lançado era o de rejeitar a dívida externa e unificar esforços para o enfrentamento ao imperialismo norte-americano em nível de América Latina, como única possibilidade de acabar com a sangria desatada contra os povos do continente.

Sendic mantinha sua posição de não pagamento da dívida externa, a qual coincidia com a de Fidel Castro. Quase toda a esquerda inserida na FA no momento (na década de 1980), discordava da posição dos *Tupamaros*, aos quais qualificavam de ultra-esquerdistas e de serem extremistas à respeito do não pagamento da dívida. O único integrante da FA que assumia uma postura marcada pelo não pagamento da dívida e de uma saída – para este tema – na necessidade de se estabelecer uma grande frente antiimperialista era o Partido Comunista uruguaio. Ambas organizações foram amplamente criticadas dentro da esfera da esquerda *frentista*.

No seu discurso, Sendic fez menção de que a Frente Ampla tinha elaborado sua versão da *Frente Grande*, ou seja “uma aliança com setores políticos com os quais pudesse ter uma coincidência programática”. Mas, advertia Sendic, “terão muitas dificuldades para levá-la adiante”²⁹¹, porque, segundo ele, o acordo era com setores do Partido Nacional que se havia fragmentado por ocasião do voto pelo *referendum*, por motivo da lei de impunidade. As estratégias do Partido Nacional nessa oportunidade seriam de ter um caudal de votos tanto na esquerda como na direita. Por esse motivo a possibilidade de uma aproximação à FA.

Na concepção de Sendic necessitava-se uma iniciativa das bases para que essa *Frente Grande* fosse possível. Uma expressão de unidade que mobilizasse cooperativas, sindicatos, trabalhadores rurais e todos os setores progressistas da sociedade, sob o pressuposto de uma frente sem exclusões. Nesse sentido, marcaram-se, de forma permanente, a necessidade de unidade, sim, mas entre setores que objetivassem uma “saída pela esquerda” como forma de construção de uma sociedade socialista. No discurso de Sendic ressaltava-se a necessidade de concretizar essa frente de forma urgente, pela grave crise que o país atravessava.

²⁹¹ SENDIC, Raúl. In: *¿Por qué un Frente Grande?* Montevideo: Tupamaros, 1988, p. 28. Discurso pronunciado no Ato do MLN – Tupamaros em Montevideu, em 19 de dezembro de 1987.

Posteriormente, em entrevista concedida a Jorge Barreiro, no *Semanário Marcha*, Raúl Sendic afirmava: “Não nos consideramos vanguarda de nada, senão um dos elementos que contribuirão para levar adiante a luta do povo uruguaio. Nesse sentido, apresentamos idéias para resolver o problema da dívida externa, do sistema financeiro, dos salários, assim como o problema agrário. Tratamos de manter a tocha acesa, visto que, antigamente, a reforma agrária pelo menos figurava nas plataformas e na agitação dos partidos de esquerda como ponto essencial e hoje tem sido bastante esquecida. Portanto, hoje somos um movimento com vontade de somar numa grande corrente popular, ampla, e, dentro dela, procuramos ser um pólo ideológico para que a frente não se dilua, e tenha propostas cada vez mais audazes”²⁹².

De igual forma que nos temas da dívida externa e da terra, a temática referente ao pleito eleitoral e às alianças era assunto muito claro na opinião de Raúl Sendic. Na mencionada entrevista, Barreiro perguntou se o MLN estava apostando em saídas políticas que incluíssem alianças com outros partidos, porque descartavam apresentar-se a eleições como organização. Sendic respondeu que o MLN iria participar do processo eleitoral, mas, talvez, “[...] os nossos homens mais notórios não participem como candidatos. Pensamos em apoiar candidatos que nos pareçam respeitáveis, fiéis, coerentes, avançados ideologicamente, e não necessariamente temos que ser nós. Somos conscientes de que ao povo não somente se deve mostrar um programa, senão que também uma estrutura com opção de poder; por isso, queremos superar as mesquinhas, os partidarismos, para procurar uma grande frente que ofereça a possibilidade para o povo de chegar ao poder através dele”²⁹³.

A proposta de Sendic a respeito da *Frente Grande* pode ser sintetizada a partir de um grande projeto de integração nacional dos setores populares dedicados – em princípio – a três pontos-chave: os problemas oriundos do sistema financeiro (incluída a dívida externa e o sistema bancário), a temática da terra e da reforma agrária e o salário como uma necessidade imediata de sobrevivência da população trabalhadora. Esses eram os temas que Sendic identificava como potenciais de aglutinação dos setores populares e, ao redor dos quais, visualizava a construção da *Frente Grande*.

²⁹² SENDIC, Raúl (entrevista) a BARREIRO, Jorge. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo, n. 29, 1988, p. 9.

²⁹³ Idem, p. 14.

Numa entrevista²⁹⁴ realizada em outubro de 1988, respondeu à pergunta sobre quais outros temas, além do *Referendum*, poderiam cumprir um papel aglutinador na sociedade uruguaia e assinalou que, na medida em que fosse compreendida, a dívida externa e, também, o problema da terra teriam esse potencial.

No início da década de 1990, o semanário *Mate Amargo* (de filiação *tupamara*) afirmou que se tornava imprescindível, para qualquer mudança na política econômica uruguaia, uma revisão do tema da dívida externa, da mesma forma que foi indicado pela Plenária Executiva da Frente Ampla em 26 de dezembro de 1992. Entendia-se que para que essas mudanças acontecessem, no mínimo, devia-se repensar a renegociação da dívida externa, de tal forma que conduzisse a uma supressão, “[...] pelo menos de forma parcial”²⁹⁵, por um prazo não inferior a três anos, com o “compromisso” da aplicação desses valores no âmbito produtivo do país.

Posteriormente, em 1994, a Frente Ampla definiu sua política de alianças. Tal política expressou-se através do *Encuentro Progresista*, que levou Rodolfo Nin Novoa a ser candidato à Vice-Presidência da República. No seu Programa Político, previa o cumprimento dos compromissos contraídos pelo Estado a respeito do pagamento da dívida externa e à integração do Mercosul, nos termos expressos no Tratado de Assunção²⁹⁶. No processo de discussão dessa política de alianças argumentou-se (no interior da Frente Ampla) que se estava frente à concretização das idéias propostas por Sendic de formar a *Frente Grande*.

No editorial do semanário *Mate Amargo*, de 27 de julho de 1994, lia-se: “Nem esta Frente, nem este Encontro são a Frente de Sendic”. Assim, os *Tupamaros* e o Movimento de Participação Popular negavam a possibilidade de se visualizar essa política de alianças com as propostas de Sendic. “A Frente Ampla, hoje, contém organizações que, cada vez com mais intensidade, tentam diluí-la numa organização

²⁹⁴ SENDIC, Raul. (entrevista) a SARTHOU, Helios. **La República**. Montevideo, 01 de outubro de 1988, p. 14.

²⁹⁵ MATE AMARGO. Montevideo: ano 6, n. 164, janeiro de 1993, p. 7.

²⁹⁶ Entendeu-se o Mercosul como uma fase para o liberalismo absoluto. Através da diminuição de taxas e tributações, em pouco tempo se destruiu o aparelho produtivo nacional, se desindustrializou o país, aumentando o desemprego e a marginalização social a uma velocidade vertiginosa.

mais relapsa no programático; procuram reduzir o peso de sua estrutura de base e a afastam dia a dia dos setores que lhe deram origem.”²⁹⁷

Por outro lado, no mesmo semanário e na mesma edição, um artigo assinado pelo social-democrata Enrique Rubio, ressaltava a importância dessa política de alianças e afirmava que o Encontro Progressista significava uma nova etapa, não quanto ao programático e no pensamento político da Frente Ampla, mas sim enquanto possibilidade de articulação de um espaço de mudanças, “[...] uma espécie de Frente Grande, que espero conquiste as pessoas para converter-se na primeira força política do país”²⁹⁸.

Já para o deputado *frentista* Marcos Abelenda²⁹⁹, destacava-se uma série de pontos que deveriam encontrar-se no acordo programático do Encontro Progressista e que não foram incluídos, como a defesa da segurança social, a luta contra as privatizações, a liberdade sindical, as tentativas neoliberais de flexibilização dos direitos trabalhistas, entre outras. Nesse sentido, também o tema da nacionalização do sistema financeiro e da dívida externa, no contexto do Encontro Progressista, deixava uma nova preocupação sobre o futuro da coalizão, porque as diferenças políticas expressadas no acordo poderiam cobrar vida no futuro próximo.

Em resumo, o MLN identificava claramente uma substancial diferença entre a proposta de Sendic da Frente Grande com a proposta do Encontro Progressista – pelo menos até 1994 – colocando uma série de temáticas em discussão que de alguma forma, só eram levantadas pelo MLN (caso a reforma agrária). Posteriormente, se observará um giro muito particular por parte do MLN a respeito da proposta do Encontro Progressista (ver capítulo III) na qual, como resultado de uma “transição” da esquerda uruguaia que levou a um complexo e prolongado processo de “atualização ideológica”, as definições programáticas do *encuentrista* foram assumidas pelo MLN.

²⁹⁷ MATE AMARGO. El Frente de Sendic. Editorial, Montevideo: ano 7, n. 202, julho de 1994, p. 4.

²⁹⁸ RUBIO, Enrique. No Hemos Podido Convencer a la Minoría. In: **MATE AMARGO**. Montevideo: ano 7, n. 202, julho de 1994, p. 10.

²⁹⁹ ABELENDAS, Marcos. Se retrocede en posiciones que el Frente há definido con claridad. In: **MATE AMARGO**. Montevideo: ano 7, n. 202, julho de 1994, p. 11.

5. A FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA – FAU – APÓS 1985

A reorganização da FAU tem seu início em princípios da década de 1980, em Buenos Aires. Um considerável contingente de militantes e simpatizantes que emigraram, fugindo da Ditadura no período de 1973 a 1976, se estabeleceu na capital Argentina, fazendo desta uma nova base operativa para a luta e resistência à Ditadura. A partir de 1976, esses militantes envolveram-se ativamente nos acontecimentos políticos que levaram a enfrentar a Ditadura Militar na Argentina. A tradicional solidariedade anarquista manifestou-se, continuamente, durante todo o processo das lutas populares na Argentina. As atividades dos anarquistas uruguaios foram, principalmente, as de ações voltadas a dar suporte aos militantes clandestinos e presos dos regimes militares. Por outra parte, a prédica e difusão do ideário anarquista foram uma prática efetiva dentro das possibilidades que o contexto permitia.

No Uruguai, a partir do ano de 1982, iniciou-se uma série de ações voltadas ao atendimento solidário de necessidades pontuais da população. Esse foi o caso do Refeitório Popular do *Cerro*³⁰⁰ e da Policlínica do *Cerro*, como uma experiência de organização popular bem sucedida. As atividades desenvolvidas nesses centros continuam até hoje, sendo uma das expressões características tanto dos anarquistas como de um bairro popular e solidário. Essas atividades visavam atender as necessidades mínimas de alimentação de crianças carentes oriundas de lares onde o desemprego era a característica comum dos participantes. Igualmente, a policlínica atendia a população do bairro e região dentro de uma nova perspectiva de saúde pública: a mesma entendida como uma ação solidária e comunitária, organizada a partir da autogestão.

³⁰⁰ Cerro: bairro popular na periferia de Montevidéu, caracterizado como um bairro de classes trabalhadoras, tradicionalmente ligado a operários do Sindicato da Carne e jornalistas, entre outros. O Cerro foi um dos importantes centros de resistência durante a Greve Geral, e posteriormente a ela. Um exemplo histórico de organização popular das classes trabalhadoras que teve seus antecedentes nas primeiras lutas operárias de Montevidéu, no início do século XX.

A partir do final de 1983 e início de 1984, as atividades da FAU tomaram o rumo da propaganda política, através de manifestos e de uma intensa participação nos sindicatos que começavam a se reorganizar no país. Sua presença naquela época centrou-se, principalmente, no sindicato da carne, da borracha, de padeiros e no sindicato gráfico. A FAU iniciou um processo de autocrítica que se acentuou, posteriormente, em 1985, com a recuperação da liberdade de seus principais dirigentes que estavam presos pela Ditadura. Esse processo de autocrítica foi contínuo durante a década de 1980 e concluiu no início de 1990, quando a FAU ratificou sua posição como organização libertária e de luta pelo socialismo.

Desde 1984, a FAU intensificou sua participação em sindicatos e em centros culturais, promovendo intensos debates e mobilizações em torno da defesa dos direitos humanos e no pedido de justiça para com os responsáveis pelas atrocidades da ditadura militar. Ressurgiram, nesse momento, publicações anarquistas, tais como: *Lucha Libertária*, *Recortes de FAU* e *Cartas de FAU*, que viabilizaram a divulgação da organização e de seu *constructo* ideológico. A luta pela Anistia Geral e Irrestrita junto aos familiares de detidos-desaparecidos pela ditadura militar foi um ícone da organização e sua presença marcou este movimento em particular. Igualmente significativa foi a participação de outros setores da esquerda independente, como *Tupamaros*, o movimento 26 de Março e o Partido pela Vitória do Povo.

A visão do anarquismo propugnada pela FAU constituía-se em torno de uma crítica às relações de dominação em todas as esferas do fazer social, crítica esta que se definia como permanente, segundo as necessidades da sociedade e do seu respectivo momento histórico. Num documento da FAU, de 1986, reivindicava-se a vinculação histórica da FAU com o movimento operário internacional, assim como com a trajetória do anarquismo nas lutas revolucionárias do século XIX na Europa, sua presença protagonista na formação do movimento sindical no *Rio de la Plata*, no processo revolucionário da Espanha e sua participação na resistência nazi-fascista nos países da Europa Ocidental³⁰¹.

³⁰¹ FAU. **Cartas de FAU**. Montevideo: mimeo, 1986, p. 1-3.

Em março de 1993, a FAU realizou, em Montevideu, seu X Congresso, onde analisou a construção de uma nova ordem mundial, constituída a partir da derrubada da União Soviética e do final da Guerra Fria. Igualava as hegemonias em disputa, URSS e EUA, como sinônimos de autoritarismo, sistemas de privilégios e dominação. Na análise da situação internacional, resultante do X Congresso, a FAU reformulou sua *Declaración de Principios*, na qual percebia a nova ordem econômica mundial como tripolar (EUA, Japão e Europa); não obstante, identificava os EUA como a única potência com “vontade e capacidade” para o exercício de sua força em escala global³⁰². A análise econômica estava voltada, fundamentalmente, para aspectos que identificavam o imperialismo norte-americano com um novo processo incipiente de globalização da economia mundial.

Na avaliação da FAU, a experiência “socialista” que acabava de dismantelar-se deixava dois pontos teóricos para a reflexão, que tinham sua origem desde as primeiras fases da Revolução de 1917: por um lado, a controvérsia entre a centralização e a descentralização e pelo outro, a polémica entre o fortalecimento do Estado e a desarticulação do mesmo em favor de um poder revolucionário exercido pelas organizações populares. Argumentava-se que o predomínio das correntes autoritárias, estatistas e centralizadoras foi a principal causa para o dismantelamento da URSS. No plano especificamente político, a concentração do poder estatal favoreceu uma forma historicamente original de dominação. A burocracia, como classe dominante, constituiu-se a partir da administração dos assuntos do Estado e, muito particularmente, do excedente econômico, da manutenção da ordem interna, da defesa do território nacional e da coesão ideológica e sua respectiva reprodução.

O sistema soviético que acabava de sucumbir confirmava para a FAU as críticas realizadas pelo pensamento anarquista, no sentido de que a edificação de uma sociedade “autenticamente socialista e libertária”, só seria possível, entre outras condições, o caminho da socialização econômica – que não pode confundir-se com a mera estatização dos meios de produção –, senão através de orientações que representassem a mais completa socialização do poder de decisão política. As

³⁰² FAU. **Federación Anarquista Uruguay: Declaración de Principios**. Montevideo: mimeo, Aprovada no X Congresso em março de 1993, p. 7.

sociedades que formavam a URSS e seu bloco de mobilidade social eram vistas como conseqüência de uma carreira técnico-administrativa no setor estatal, que levou os Partidos Comunistas a constituir-se na base do sistema como estruturas fortemente hierarquizadas, autoritárias e excludentes. Portanto, a relação estado-partido era o contexto de formação da classe dominante e o âmbito privativo do exercício do poder político.

Na perspectiva das mudanças ideológicas que vinham acontecendo no início da década de 1990, a FAU observava³⁰³ que, por um lado, a justificativa do imperialismo para suas intervenções nos países latino-americanos mudou do anticomunismo para a luta contra o narcotráfico. Por outro lado, marcava a quase inexistência de movimentos políticos civis de signo nacionalista com algum tipo de tendência antiimperialista. Ou seja, os populismos eram uma distante referência histórica. Observavam uma forte tendência ao desaparecimento de alguns Partidos Comunistas no continente. A crise das doutrinas marxista-leninistas era notória, mantendo algum tipo de significado em lugares como Cuba, Peru e Colômbia. A disseminação das perspectivas social-democratas liberais era clara.

Na avaliação da FAU sobre a conjuntura dos inícios de 1990, afirmavam: “Não surgem novos e relevantes movimentos armados. A única novidade constituiu o episódio de *La Tablada*³⁰⁴, em Buenos Aires”. Os movimentos armados existentes na época encontravam-se em crescentes dificuldades. Como conseqüência das mudanças internacionais e dos problemas que colocava a nova conjuntura mundial, alguns movimentos de luta armada adotaram políticas inéditas. O caso do *sandinismo* foi o mais notório: “participou das eleições que significaram, ao mesmo tempo, reeditar o

³⁰³ FAU. **Cartas de FAU**. Montevideo: mimeo, 1991, p. 3.

³⁰⁴ *La Tablada* foi uma tentativa de evitar um golpe militar na Argentina. O nome *La Tablada* é de um quartel do Exército argentino localizado na província de Buenos Aires, que seria a sede de uma nova ocupação por parte de rebeldes militares golpistas em janeiro de 1989. Com antecedentes que provinham de 1987, um setor militar, liderado pelo comandante Mohamed Alí Seineldín, autodenominado *Caras Pintadas*, pretendia derrubar o governo constitucional de Raúl Alfonsín, colocando no seu lugar o vice-presidente Victor Martínez. Este, por sua vez, concorreria às eleições nacionais com o candidato justicialista Carlos Menem que, se previa, ganharia as eleições, colocando Seineldín no Comando Geral do Exército. No dia 23 de janeiro de 1989, um grupo de militantes vinculados ao *Movimiento Todos por la Patria* – MTP ocupou o quartel militar. O confronto teve como saldo 43 mortos: 11 militares e policiais e 32 militantes de esquerda. Se bem os militantes do MTP não conseguiram atingir seu plano, é inegável que detiveram o golpe de estado de Seineldín.

funcionamento das estruturas da democracia burguesa”³⁰⁵. Também salientavam o caso salvadorenho, onde o movimento Farabundo Martí de Libertação Nacional, após 12 anos de enfrentamento armado, que deixou um saldo de mais de 80 mil mortos, no marco de negociações foi concretizando o abandono da luta armada, entregando grande parte de suas armas.

Os anarquistas reafirmavam, na sua Declaração de Princípios, de 1993, o ideário anarquista como crítica ao capitalismo e ao Estado como poder separado e por sobre a sociedade, como crítica à burguesia e à burocracia, como crítica à dominação, ao privilégio e às injustiças em todas suas formas, como uma crítica radical ao autoritarismo que se representa, necessariamente, na atitude das lutas sociais das classes oprimidas.

Nossa crítica e nosso projeto não se esgotam no levantamento, no protesto e na rebelião, senão que amadurecem num modelo de sociedade libertária inconfundivelmente socialista, numa estratégia de ruptura revolucionária e num estilo militante combativo e de agitação permanente em direção às transformações sociais em grande escala. Este projeto canaliza-se através da organização revolucionária³⁰⁶.

O projeto da FAU apresentava, como base de suas concepções, as tradições libertárias de liberdade e igualdade, em confronto ao conceito de liberdade do liberalismo, no qual a liberdade é uma mera declaração formal ou algo que se aplica especificamente nas esferas do privilégio e é concebida como uma propriedade natural dos seres racionais. Para os anarquistas, a liberdade é uma condição imprescindível para o desenvolvimento de todas as faculdades humanas. Nesse sentido, não é possível reduzir a liberdade somente às liberdades políticas formais, senão que é entendida como o conjunto de condições e relações sociais que brindam a possibilidade de um trabalho criador, o exercício consciente e responsável da vontade humana. Por outra parte, a concepção de igualdade da FAU não significava a adesão a uma concepção *igualitarista* com conteúdos totalitários. Na proposta anarquista, a liberdade torna-se real e cobra sentido se apoiada na mais completa igualdade de possibilidades em todos os terrenos do fazer social.

³⁰⁵ FAU. **Federación Anarquista Uruguay: Declaración de Principios**. op. cit., 1993, p. 13.

³⁰⁶ Idem, p. 19.

6. AS BASES DA TRANSIÇÃO: SOCIALISMO E DEMOCRACIA NA ESQUERDA URUGUAIA (1984-1993)

A transição da Ditadura ao pós-ditadura marcou fortemente a esquerda na sua concepção de democracia. A experiência vivida entre 1973 e 1984 acabou dando suma importância e valorizando a democracia “formal”. Se, em 1971, a defesa da democracia formal era uma concepção pragmática do contexto imposto pelo avanço do autoritarismo, em 1984 pode-se dizer que o conceito de democracia começou a se impor como componente ideológico da esquerda. Sem dúvida, esse sentimento “democrático” era produto de um contexto regional e internacional – o auge do governo de Alfonsín na Argentina e a reabertura democrática brasileira –, conjuntamente com o avanço do neoliberalismo – particularmente a experiência chilena. A terceira onda democrática desencadeada primeiramente nos anos 1970, no sul da Europa Ocidental e que atingiu a América Latina nos anos 1980, contribuiu com a revalorização da democracia.

A partir de 1985, os setores de centro-esquerda apresentavam uma nova alternativa que se centrou no conceito da democracia e de sua valorização. Na saída do período autoritário foi comum e unânime o discurso favorável à democracia, a qual se valorizava positivamente. Mesmo assim, tal unanimidade deve ser analisada, visto que é possível designar, nesse conceito, diferentes interpretações. Na análise de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970 a palavra democracia era empregada dentro da esquerda em conjunção ou adjetivada por termos desqualificantes e necessários de serem superados: democracia burguesa, democracia formal, entre outras. Hoje, ela se emprega fundamentalmente associada a termos pertencentes ao desejável para as esquerdas: democracia participativa, autogestionária, avançada, social. Isso não necessariamente implica que a esquerda tenha realizado uma crítica de sua visão sobre a democracia.

Uma avaliação sistemática do discurso político interno da esquerda e de sua ação material poderia mostrar qual é o novo conceito existente hoje. O ponto-chave da questão formulada nos setores da esquerda política uruguaia se encontrou na opção entre uma concepção que entendia e aceitava a democracia como um valor substancial

(passível de ser aprofundado, melhorado e complementado), que formava parte do projeto desejável para o futuro, e outra que concebia a democracia como um valor instrumental de caráter estratégico, ou inclusive tático, que devia ser defendida numa determinada conjuntura, mas que não formava parte do projeto a ser instituído na sociedade, visto que sua própria essência vinculava-se a formações sociais que deveriam ser substituídas³⁰⁷.

Dessa forma, pretendeu-se demonstrar que a estabilidade democrática que o país desejava, dependeria – no que tange à esquerda – da concepção predominante; assim, a dita estabilidade poderia ser percebida como um “obstáculo” para o processo de transformação ou, sem ser percebida como um “obstáculo”, poderia ser levada em consideração como um elemento de menor importância. A lógica da ação política, no entanto, observa a democracia como valor substancial ou como valor instrumental, o que implicou em mudanças na formulação ideológica da “nova esquerda”, que possuía as características e pressupostos da social-democracia.

Depois de 1985, o sistema partidário uruguaio revelou um novo fenômeno substancial: o final do bipartidarismo secular que caracterizou o modelo democrático no país. O surgimento da Frente Ampla implicou a consolidação de um terceiro espaço, que nasceu em 1971. O bipartidarismo continuou determinando a lógica política nos âmbitos governamental e parlamentar, na medida em que ambos partidos, somados, eram maioria. Após 1985, iniciou-se um lento e gradativo processo de crescimento da esquerda eleitoral que apresentou, como característica marcante, o fato de ser uma “verdadeira” oposição ao sistema de “compromisso” (entre blancos e colorados). Esse fenômeno deu início a um novo sistema partidário ideologicamente diferenciado. O mesmo se expressa, hoje, na existência de dois blocos: o bloco “tradicionalista” – do centro à direita – e o bloco “progressista” – do centro à esquerda. (ver tabela 3).

³⁰⁷ MIERES, Pablo. Democratización en Uruguay: disyuntivas para la izquierda. In: **Cuadernos del CLAEH**. Montevideo: Año 11, n. 39, 1986, p. 57.

Tabela 3. Distribuição ideológica do eleitorado segundo posicionamento de setores pelos quais votou – Eleições Nacionais – 1942-1994. Percentuais do total de votos válidos.

Ano da eleição	Direita e centro-direita	Centro	Esquerda e cento-esquerda
1942	56.6	9.7	33.6
1950	49.5	27.2	23.9
1958	64.9	6.4	27.7
1971	51.1	3.6	44.7
1984	44.5	6.1	46
1989	51	2.4	41.8
1994	39.1	16.7	40.5

Fonte: ERRANDONEA, Alfredo. **El Sistema Político Uruguayo**. Montevideo: La República, 1994, p. 50.

Na tabela 3, pode-se observar que a denominação feita por Errandonea (1994) identificou os setores tradicionais como direita e centro-direita, e os setores progressistas como esquerda e centro-esquerda. A coluna intermédia que situou os setores chamados de “centro” teve uma importante significação no ano de 1950, isto se deve ao final do período neo-batllista onde vários setores do partido colorado colocaram-se ao centro do cenário político do país. Os setores identificados no “centro” se dividiram gradativamente entre ambos os blocos, tradicionalista e progressista a partir de 1994.

Na composição do bloco tradicionalista não existiu nenhuma fração ou movimento de “esquerda”, como também não existiu nenhuma fração de “direita” no chamado bloco progressista. A polarização ideológica se evidenciava de forma clara. Mas isso não foi sempre dessa forma, como salienta Moreira (2004)³⁰⁸: até os anos 1990, os partidos tradicionais tinham suas frações de centro-esquerda, especialmente o Partido Nacional. Antes da formação da Frente Ampla, mesmo existindo partidos ideológicos de esquerda, os partidos tradicionais possuíam uma dinâmica interna que

³⁰⁸ MOREIRA, Constanza. **Final de Juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2004. p. 21.

os fracionava no eixo “conservador-progressista”. As alianças entre o *batllismo* e o nacionalismo independente, formadas para enfrentar a ditadura de Gabriel Terra (1935), ofereceram um exemplo dessa dinâmica.

A temática sobre democracia e socialismo tomou como base de discussão, no final de 1986, um trabalho publicado pelo Centro Latino-Americano de Economia Humana, de autoria de José Nun, intitulado *Democracia y Socialismo: ¿etapas o niveles?* No referido trabalho, Nun realizou uma análise sobre a viabilidade do socialismo no Uruguai como perspectiva para a esquerda contemporânea. Nele, discutia os conceitos de democracia “governada” e democracia “governante”. No primeiro caso, a participação popular possui um papel reservado decididamente secundário e basicamente defensivo. De forma diferente no segundo caso, onde se procura maximizar a participação direta dos setores populares na formulação de políticas e na tomada de decisões.

Para Nun, o objetivo do socialismo era instaurar uma democracia “governante”; isso seria justamente o que significa a socialização dos meios de produção e a tomada de decisões. Mas isso exigiria pelo menos uma observação importante. Uma democracia socialista deveria incluir necessariamente formas representativas. Trata-se de democratizar os sistemas de autoridade em todas as áreas da vida, respeitando suas características próprias, o que seria um requisito indispensável para uma representação autêntica e responsável, ou seja, a política não poderia esgotar-se no lugar por excelência da representação, que é o âmbito estatal. Nun se perguntava se seria possível (no contexto uruguaio de 1986) estabelecer uma democracia “governada” enquanto se luta por um projeto de democracia “governante” ?³⁰⁹

Nesse momento, Nun faz uma crítica à esquerda, particularmente a sul-americana, que, segundo o autor, possuía a tendência a manter separadas ambas temáticas. Ou seja, por um lado, as críticas ao leninismo permitiram avançar numa compreensão maior e menos dogmática da proposta socialista; e, por outro lado, um realismo igualmente flexível conduziu a uma revalorização do governo representativo, quer dizer, a democracia “governada”. Na visão do autor, as duas temáticas não eram abordadas teoricamente entre si pela esquerda. Isso pode ser contestado a partir de

³⁰⁹ NUN, José. *Democracia y Socialismo: ¿etapas o niveles?*. Montevideo: CLAEH, 1986, p. 18.

que a conexão de ambos – ou sua falta –, segundo Nun, foram historicamente antagônicas e também porque há outros fatores que o autor desconsidera.

Em primeiro lugar, as críticas ao leninismo (as quais o autor se refere) têm como base a crise do sistema soviético, que foi tomado como exemplo “único” de socialismo “real”. A discussão da crise soviética foi muito restrita e até superficial – pelo menos no Uruguai – durante o período em questão (1986-1990), possivelmente por se tratar de uma situação que deixou sem resposta a quase toda a esquerda mundial. Em segundo lugar, a revalorização das democracias representativas deveu-se a dois elementos que não podem ser deixados de lado: o primeiro refere-se aos particulares contextos em que se retomam os processos democráticos após as ditaduras na América Latina; e o segundo, essa revalorização está diretamente relacionada com a situação da social-democracia na Europa³¹⁰.

Entre 1974-75, caíram as três ditaduras da Europa. Militares do Movimento das Forças Armadas deram início à revolução portuguesa, em abril de 1974, e tomaram o poder de Marcelo Caetano; a ditadura grega renunciou depois de provocar a invasão turca de Chipre, em julho de 1974; e a morte de Francisco Franco, em novembro de 1975, deu início à transição democrática na Espanha. Em cada um desses casos, os comunistas haviam sido a única oposição constante e esperavam sua recompensa com os votos da população. Os três partidos comunistas adotaram estratégias de constitucionalismo e de “amplas alianças”, apoiados por manifestações extraparlamentares, mas opondo-se a toda e qualquer tentação insurrecional ou “bolchevique”. Essa postura aplicou-se ao Partido Comunista Português, solidamente leal a Moscou, sob o comando do stalinista Álvaro Cunhal, assim como ao Partido Comunista Espanhol, de Santiago Carrillo, que, pelo contrário, assumiu uma postura

³¹⁰ Para o movimento comunista internacional, a invasão soviética à Tchecoslováquia, em 1968, foi um rompimento definitivo. Com ela, morreu o comunismo reformista na Europa Oriental. A partir da Primavera de Praga, os governos do pacto de Varsóvia não se desviaram mais dos axiomas centrais de lealdade a Moscou, a saber: coesão do bloco soviético, estruturas burocráticas da economia dirigida e monopólio político do comunismo. Na Europa Ocidental, por outro lado, a invasão soviética levou os comunistas a uma crítica anti-soviética sem precedentes. ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 468.

claramente anti-soviética. Os comunistas tratavam de estabelecer para si credenciais democráticas e se posicionar para governar³¹¹.

Foi nesse contexto, a partir de 1975, que teve início o eurocomunismo. Segundo Eley, o nome foi inventado pelos liberais como um sinal de alerta para denunciar um comunismo aparentemente reformado, como nada mais do que uma cortina de fumaça para a progressiva soviétização da Europa. A partir dele, assumiu-se o compromisso comum da esquerda com um caminho inequivocamente ocidental para o socialismo. “Santiago Carrillo, em busca da liderança de transição democrática na Espanha, deu ao termo um caráter mais ambicioso, ‘o caminho’ ‘eurocomunista’ para o poder”³¹². A referência continuou a ser a Primavera de Praga. Mantinham-se as críticas à invasão soviética à Tchecoslováquia, advogando o direito de cada país ao seu “caminho” nacional próprio e defendendo os direitos humanos na União Soviética.

O eurocomunismo rejeitou o modelo leninista de quadros partidários. Se uma disciplina rígida foi necessária para o Partido Comunista Espanhol durante os anos da ditadura franquista, isso mudou abruptamente com a legalização e as eleições. Sob o eurocomunismo, atraiu-se um apoio mais abrangente e socialmente mais diversificado, incluindo novos estratos profissionais, burocratas, pessoas com formação universitária e as mulheres. Isso resultou num tipo de partido diferente do anterior, afastando-se do partido leninista de militantes, com suas exigências de tempo, exclusiva lealdade, para um grande partido eleitoral, com sua estrutura mais leve de alianças e identificações menos exigentes, baseado em populações socialmente variadas. Os apelos do eurocomunismo pela democratização do partido significaram não só o desmantelamento do centralismo, mas também a abertura do partido a correntes e questões diversificadas³¹³.

Finalmente, o eurocomunismo abriu um espaço maior na esquerda para a democracia radical, sugerindo uma ‘terceira via’ entre a social-democracia da Europa Ocidental e os comunistas oficiais do Leste. [...] Os eurocomunistas deram prioridade a questões que jamais poderiam ser incluídas na perspectiva da luta de classes baseada

³¹¹ ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 469.

³¹² Idem.

³¹³ Idem, p. 477.

na classe operária industrial. Tudo se poderia incluir nelas, desde os grandes eixos de identidades de gênero, etnicidade, religião e raças até problemas relativos à juventude, sexualidade, ecologia, relações internacionais e uma política cultural voltada para a elevação espiritual e o entretenimento³¹⁴.

Um dos elementos que se pode observar, como na afirmativa de Garcia (2005), é de que a partir da década de 1970, na Europa, ao lado dos partidos de esquerda, partidos social-democratas ou partidos comunistas, havia experiências européias que eram conduzidas por partidos conservadores, mas sob pressão de uma plataforma social-democrata. De alguma maneira, “o processo de internacionalização da economia e de globalização foram os que inviabilizaram o pacto keynesiano-fordista que existiu em vários países e colocaram a social-democracia ante o dilema de radicalizar o processo ou tentar encontrar soluções mais moderadas que se aproximavam, em grande medida, daquelas propostas que os liberais haviam historicamente desenvolvido³¹⁵”.

Garcia pergunta se é possível uma experiência de esquerda na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil e outros países da região. Na opinião do autor, essa experiência está condenada de antemão a ser inviabilizada e um governo de esquerda que se constitui vai terminar como o governo de Salvador Allende ou como terminaram outros governos de esquerda na América Latina. “Ou ele vai necessariamente trair seu ideário?”³¹⁶. Garcia não arrisca uma resposta para o assunto, mas afirma que há intelectuais latino-americanos que defendem a inviabilidade de um projeto de esquerda efetivo, radical, na periferia do capitalismo. O que parece uma constante dentro do pensamento da esquerda uruguaia no seu processo de *transição*.

Na opinião de Nun, a experiência dos países capitalistas avançados sugere que a consolidação da democracia “governada” requer que interatuem pelo menos três condições fundamentais:

a) um capitalismo em expansão que sirva de suporte a um *Welfare state* de tipo Keynesiano;

³¹⁴ Idem, p. 478.

³¹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. Pensar a Terceira Geração da Esquerda. In: **História e Perspectivas da Esquerda**. Chapecó: Argos, 2005, p. 62.

³¹⁶ Idem, p. 63.

b) grandes partidos de massas, capazes tanto de desativar a pressão de suas bases como de acrescentar suas demandas de modo que sejam negociáveis;

c) aparelhos estatais muito densos e experimentados que possam operar como mediação (e válvula de segurança) entre a participação e o poder, de tal forma que a mesma acabe por converter-se mais num mecanismo ritualista de controle social do que numa expressão eficaz da vontade do povo³¹⁷.

Em entrevista realizada por Susana Mayo com o historiador Ernesto Laclau (1990)³¹⁸, por ocasião de uma rápida passagem por Montevideu, a jornalista perguntou a Laclau sua opinião a respeito da social-democracia. Na manifestação de Laclau, o modelo social-democrata, igualmente que o modelo comunista – naquele período –, encontrava-se em crise. O autor apontou para várias áreas de convergência de ambos os modelos, como o caso da centralidade política e social da classe operária. Quer dizer que ambos estiveram diretamente ligados a uma perspectiva classista.

Como diferenciação, Laclau apontou que um dos modelos identificava-se com uma ruptura revolucionária e o outro, com uma linha reformista, mas o classismo, em ambos, encontrava-se presente. Um outro ponto de convergência foi que ambos acreditaram na intervenção burocrática do Estado como modelo fundamental de desenvolvimento. Ou seja, em nenhum dos casos aconteceu um planejamento democrático: “[...] acredito que tanto o comunismo como a social-democracia clássica estão esgotados”³¹⁹.

Na opinião de Laclau, o classismo, o discurso socialista clássico, pressupunha que a sociedade seria cada vez mais homogênea e iria estar fundada em torno da centralidade crescente do proletariado. E o que ocorreu foi algo diferente. Houve uma fragmentação, cada vez mais generalizada, dos agentes de mudança social. Assim sendo, não seria possível viabilizar uma perspectiva socialista em termos de um agente privilegiado da mudança histórica. Apesar de suas críticas, o autor afirmou que muitos

³¹⁷ NUN, José. op. cit., 1986, p. 19.

³¹⁸ LACLAU, Ernesto. La Crisis del Estado Nacional. In: **Cuadernos de Marcha**. Entrevista concedida a MAYO, Susana, Montevideo: n. 58, agosto de 1990, p. 25-31.

³¹⁹ Idem, p. 26.

elementos do ideário socialista, no seu sentido clássico, continuam permanecendo vigentes e podem ser reformulados³²⁰.

Para Laclau, as duas observações importantes a fazer a respeito do ideário clássico do socialismo eram: a primeira, mostrar o caráter mais necessário das ligações entre os distintos componentes deste ideal. Ou seja, certas coisas que se poderiam manter e outras que não. A segunda, que se deve relacionar cada vez mais a perspectiva socialista à perspectiva do que ele chamou de um “planejamento democrático”. Essa concepção acabou reforçando a noção de socialismo com o imaginário de uma sociedade reconciliada, na qual todo conflito tenha sido eliminado.

Hebert Gatto publicou, em *Cuadernos de Marcha* (1989), um trabalho intitulado *Democracia y Revolución*³²¹, em que iniciou uma intensa polêmica que teve como base as relações entre classes e os sujeitos sociais, assim como a contínua problemática colocada entre socialismo e democracia. Essa polêmica dirigiu-se, em particular, ao socialista Manuel Laguarda que, por sua vez, debateu com Gatto nas subseqüentes edições da mencionada revista. Segundo Gatto, a reforma, diferente da revolução, consistia na transformação radical do capitalismo através de mudanças gradativas de natureza não violenta.

Na afirmação de Gatto observa-se que entre a revolução e a reforma, como estratégia de mudança, existia uma diferença específica: “O ato de força onde um partido ou uma aliança deles impõe ao resto dos setores sociais sua visão estratégica. Será o exercício direto da violência de classe, no acesso ou no exercício do governo, o que distingue e constitui a diferença específica entre o socialismo revolucionário e o socialismo reformista”³²². Gatto tomou como base as definições dos clássicos do Marxismo. Aparentemente, para ele, os mesmos devem ser interpretados num só bloco, de forma dogmática, como se não existissem diferentes interpretações do Marxismo, leituras críticas e reflexivas sobre o mesmo.

³²⁰ Idem, p. 27.

³²¹ GATTO, Hebert. *Democracia y Revolución*. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 43, maio de 1989, p.32-49.

³²² Idem, p. 45.

Por sua vez, Manuel Laguarda³²³ manifestou, em referência ao artigo de Gatto, que o mesmo baseou-se em definições marxistas ortodoxas, revelando, dessa maneira, “seu dogmatismo latente e sua fixação – nada renovadora – a uma época em que cada interlocutor defendia suas posições procurando uma citação adequada”. Observe-se que para a maioria da esquerda uruguaia se entendia por revolução uma transformação socialista profunda das estruturas econômicas e dos sistemas normativos e dos valores dominantes. Uma transformação que, no marco da época (1985-1990), era desejável de ser realizada no contexto da legalidade existente, ou seja, no respeito das liberdades e num confronto pluralista. Por sua vez, como reformismo, essa mesma esquerda entendia a renúncia a essa transformação socialista, a idéia de que a mesma surgiria espontaneamente como resultado “normal” do desenvolvimento capitalista e inclusive a substituição do ideário socialista por um capitalismo democrático.

Dessa forma, atualizaram-se velhas discussões em volta de temas que atuaram como divisores da esquerda tradicional. No período *sesentista* (observe-se o capítulo I), os debates entre reformistas e revolucionários conduziram as discussões políticas que dividiram ideologicamente a esquerda uruguaia, fundamentalmente a partir do tema do partido como aglutinador da luta popular. Após a queda do bloco soviético, a temática se aprofundou, com um giro marcante em favor da democracia liberal como “única” opção viável. O abandono das antigas estruturas político-ideológicas está presente na declaração realizada pelo Partido Socialista em 1987, na qual definiu-se que o Partido Socialista não se caracterizava como marxista-leninista, e sim que “seu marco referencial é o socialismo científico, ciência fundada por Marx e Engels e desenvolvida no século XX por Lenin e outros pensadores”³²⁴. O Partido Socialista uruguaio fez questão de esclarecer que a leitura crítica e reflexiva dos teóricos marxistas, incluindo o próprio Lênin, não implicava a adesão ao marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo, que no pensamento *sesentista* caracterizou – em maior ou menor medida – toda a esquerda uruguaia como norteadora do pensamento socialista, foi descartado – também em maior ou menor medida –, a partir da década de 1980, pela esquerda nacional. O argumento chave encontrou-se a partir da queda do

³²³ LAGUARDA, Manuel. Socialismo o Reformismo desde lo alto. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 44, junho de 1989, p. 60.

³²⁴ PARTIDO SOCIALISTA. **Nuestro Socialismo**. Montevideo: mimeo, 1987, p. 1.

sistema soviético, ao qual atribuiu-se a interpretação abusiva e autoritária do marxismo-leninismo elaborada pelo Partido Comunista Soviético e por Stalin. As principais críticas estavam em volta de temas como: a concepção de partido como vanguarda representante das classes operárias e depositário do saber; a negação do pluralismo; a concentração de poder no Estado; os movimentos sociais como correias de transmissão do partido; a hierarquização da URSS como modelo paradigmático de socialismo; a ditadura do partido único; e a concepção monolítica e autoritária do partido.

Na década de 1980, a crise mundial da esquerda foi caracterizada pela perda da credibilidade do modelo marxista-leninista e pelo abandono do *foquismo*. Ante essa crise, os tipos de respostas apresentadas foram três: primeiramente, a negação da crise ante o temor da perda de dogmas que podiam desestabilizar a alguns setores da esquerda; em segundo lugar, a posição de ruptura, que implicou uma saída pela direita e a renúncia à identidade da esquerda tradicional; e a terceira, a atitude renovadora que implicou o questionamento dos velhos paradigmas e a busca de um modelo de socialismo, com base na democracia, no pluralismo, na autogestão e na crítica socialista às experiências do “socialismo real”. A maioria da esquerda “eleitoral” uruguaia – com maior ou menor nível de críticas ou ressalvas – aderiu a essa terceira posição, ou seja, ao modelo renovador.

Para a posição renovadora, liderada nos anos 1980 pelo Partido Socialista, a visão de ruptura considerava-se um obstáculo para a renovação. O fato dela não aportar nada substancial ao debate era uma das críticas, mas por que era vista como um freio ao processo de renovação do conjunto da esquerda, legitimando posturas fundamentalistas que negavam a necessidade de reflexão intelectual em relação aos problemas mundiais e do país, em particular. Superar a ruptura exigia impulsionar o processo de renovação. A dicotomia proposta pelos pólos em disputa implicou direcionar as discussões em volta de duas grandes alternativas: a democracia liberal, sem luta de classes, ou a ditadura do partido único.

Os setores da social-democracia impulsionaram um modelo de socialismo a partir da democracia liberal³²⁵, sem luta de classes. Nessa perspectiva, admitiu-se a existência das classes, mas não a luta entre elas, o que implicou descartá-las como efetivos atores sociais. Isso levou a uma concepção nominalista das classes, na forma interpretada por Max Weber e Schumpeter (as classes como um ônibus que renova permanentemente seus passageiros), para a qual as classes não possuíam uma natureza ou vontade própria, num papel a desempenhar na história e, portanto, não existiria luta entre elas. A democracia liberal foi o ponto de partida para uma discussão na qual se excluiria a lutas de classes e se substituiria a mesma por um conceito de “parceria”, em que não haverá mais antagonismos e sim uma permanente mesa de negociações entre as classes, como forma de viabilizar uma saída democrática, ou seja, a única alternativa existente frente à posição de ruptura.

O cerne das discussões girava em torno de como se poderia garantir a plena vigência de uma democracia na qual os direitos e liberdades fossem ampliados numa extensão inimaginável nos marcos do capitalismo, atingindo as esferas da vida econômica e social e, ao mesmo tempo, defendendo as conquistas populares das forças e interesses que iriam se opor a um projeto desta natureza. Cabe assinalar que o conceito de democracia para o Partido Socialista implicava a capacidade de gerar e debater opções através de regras do jogo institucionais aceitas pelas maiorias.

Nesse sentido, Nun (1988)³²⁶ observou que numa democracia socialista o público deveria estar dividido em duas instâncias: as instâncias de democracia representativa, que expressariam o conjunto da sociedade, e as múltiplas instituições de democracia direta, que se deveriam formar. E quanto ao privado, por um lado,

³²⁵ O ideal democrático liberal, no seu estado puro, implica, em primeiro lugar, a autonomia da sociedade civil ao respeito da sociedade política: as atividades econômicas, culturais, religiosas, políticas, científicas têm na sociedade civil seu espaço de desenvolvimento livre, sem interferência do Estado. O Estado limita-se a fixar as “regras do jogo”, ou seja, normas gerais comuns a todos, garantindo os direitos dos cidadãos e a propriedade privada. Garantia da autonomia da sociedade civil e a sujeição do governo a uma ordem constitucional que estabelece os limites de seu poder de modo restritivo. Também o ideário da democracia liberal implica a representatividade da sociedade política e dos poderes públicos; isto significa que a legitimidade do governo e das autoridades se constitui na sociedade civil e se manifesta através da expressão da vontade soberana do povo, através do voto. A idéia central desse ideário é que a sociedade política seja representativa da sociedade civil que lhe está subordinada e dependa desta na sua evolução. RAZETO, Luis. **Democratización Económica y Democratización Política**. Montevideo: CLAEH, 1986, p. 13.

³²⁶ NUN, José. La Izquierda y la Cultura de la Postmodernidad. In: **La Izquierda Democrática en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, p. 137.

resgatar o caráter de co-proprietário dos patrimônios coletivos que todos têm no conjunto da economia social e, por outro lado, a esfera íntima com todos os direitos e liberdades da pessoa humana.

Em relação à experiência soviética, Laguarda afirma que a ausência de fórmulas de participação democrática, “[...] numa sociedade que estatizou os meios de produção, não permite afirmar a realização do socialismo”³²⁷. A concepção de poder, em nível da cúpula da burocracia estatal, permitiu que esta utilizasse seu poder sobre o aparelho do estado para canalizar, a serviço de seus interesses, o destino dos excedentes econômicos, expropriando, desta maneira, os trabalhadores e afogando, ao mesmo tempo, toda forma de expressão popular que ameaçasse converter-se num questionamento de sua situação de privilégio.

As transformações sociais apontadas pelo Partido Socialista, no final da década de 1980, direcionavam-se a um modelo diferenciado da democracia liberal e da deformação burocrática e autoritária do socialismo “real”. Em resumo: defendiam um socialismo plural em que tivessem espaço todas as iniciativas da vida cultural, social e ideológica da população, assim como todos os partidos e correntes que agiam dentro dos marcos institucionais. Proclamavam um socialismo autogestionário, entendendo a auto-gestão como a capacidade crescente das pessoas de gerenciar seus próprios assuntos em todos os âmbitos da sociedade. Na concepção dos socialistas uruguaios, o respeito às regras formais da democracia era um elemento substancial. “Referimo-nos ao conjunto de regras que estabelecem quem estão autorizados a tomar as decisões coletivas e com que procedimentos”³²⁸. Segundo a manifestação de Laguarda, os socialistas visavam as transformações possíveis para a sociedade uruguaia a partir de um acordo democrático, no qual as regras só pudessem ser modificadas se as maiorias assim o desejassem.

O problema é que numa sociedade capitalista, o destino dos excedentes econômicos gerados pelo trabalho dos homens não é objeto de uma decisão democrática. O mercado e suas leis pertencem, na visão da ideologia burguesa, à “natureza” das coisas. Os cidadãos só podem decidir nos âmbitos da sociedade

³²⁷ LAGUARDA, Manuel. op. cit., 1989, p. 29.

³²⁸ LAGUARDA, Manuel. Socialismo o Reformismo desde lo alto. (segunda parte), In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 45, julho de 1989, p. 27-28.

política, enquanto nas esferas da sociedade civil a exploração é princípio inamovível. Por outro lado, numa democracia socialista todas as questões que competem ao conjunto da vida social devem ser passíveis do debate igualitário.

Essa realidade seria válida para a sociedade em seu conjunto, assim como para os problemas que atingiam o trabalhador na sua realidade imediata. Assim sendo, seria necessária a aproximação das esferas da sociedade civil e da sociedade política; vale dizer, socializar o Estado e politizar a sociedade³²⁹. Socializar o Estado supõe que o poder não deveria estar unicamente concentrado na cúpula do mesmo, senão que deveria surgir e exercer-se desde o seio mesmo da sociedade. Politizar a sociedade supõe a necessidade de expandir a possibilidade de intervenção e controle das maiorias nos mais diversos âmbitos da vida coletiva. Isso significaria criar e garantir novas esferas de participação e decisão na vida econômica e social.

Segundo Laguarda, a estrutura organizativa do aparelho do Estado não era uma questão neutra. A dominação política, com um sentido de hegemonia de classe, estaria inscrita na estrutura material do Estado. Dessa forma, o “sentido de uma sociedade”, o sentido da vida, “[...] não está dado nunca por um sistema de regras. É propriedade das práticas sociais através das quais essas regras se interpretam, se negociam e se aplicam”³³⁰. Finalmente, o sentido estaria dado por uma hegemonia de classe, enquanto direção política e ético-cultural.

Desse modo, é inaceitável o conceito de público e privado do paradigma liberal burguês – sem luta de classes – não pode ser aceito por um modelo socialista e democrático. A impossibilidade devia-se a que a divisão liberal do público e do privado é radicalmente atomista e uma esfera pública onde toda diferença social se acumula na figura do cidadão. Dessa forma, a adesão dos socialistas às regras formais da democracia representativa não “esqueceu” que a democracia liberal, com base nos postulados anteriores, não pode ser o modelo para um socialismo democrático.

³²⁹ O debate predominante na época tinha por pressuposto que, em nossas sociedades, afirmar a sociedade civil implicava afirmar a fusão e o papel do Estado. Para tal, seria necessário avançar na sua democratização, descentralização e modernização em todos os âmbitos de seu desenvolvimento. Da mesma forma, não se poderia pensar a substituição do mercado, senão introduzir no seu funcionamento o bem público, o controle social e a regulação pública, gerando os mecanismos que desde a sociedade, mas também do próprio Estado, estabelecem condições de equidade “básicas” entre produtores e consumidores, assim como entre empresários e trabalhadores.

³³⁰ Idem, p. 28.

As bases teóricas para essas discussões podem ser encontradas num artigo publicado por Norberto Bobbio (1990), onde ressaltou a catástrofe do comunismo histórico, ou seja, do comunismo como movimento mundial, nascido da Revolução Soviética. Na opinião de Bobbio, o processo de decomposição acelerava-se de forma continuada, o que indicava o fim dos regimes comunistas num curto prazo. Mas o que Bobbio realmente pontuou nesse artigo foi o fracasso não só dos regimes comunistas, senão também o da revolução inspirada na ideologia comunista, “a ideologia que propôs a transformação radical de uma sociedade considerada injusta e opressiva numa sociedade muito diferente, livre e justa”³³¹.

Um dos efeitos marcantes do final da Guerra Fria sobre a esquerda latino-americana foi a sensação generalizada de derrota, derivada da conexão real ou imaginária da esquerda com o modelo de socialismo “real” existente. Para a esquerda, a queda do socialismo na União Soviética e na Europa Oriental representou o fim de uma utopia motivadora e real, com quase um século de antiguidade. De fato, a idéia mesma de uma alternativa totalizante do *status quo* foi questionada profundamente. Tornou-se quase impossível o que a esquerda pensara fora dos parâmetros existentes da realidade latino-americana. A idéia de revolução, crucial para o pensamento radical na América Latina durante décadas, mudou de significado.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe foram entrevistados por *Cuadernos de Marcha*, em julho de 1990. A publicação da entrevista leva o título de *El Fracaso de las Utopias Políticas*, onde os reconhecidos intelectuais teorizaram sobre as perspectivas da esquerda e da democracia. O pensamento de ambos contribuiu para o debate e a polêmica existente na época no Uruguai sobre socialismo e democracia. Várias das análises realizadas pelos autores serão encontradas posteriormente (fundamentalmente a partir de 1992) em não poucos discursos de ativistas políticos uruguaios; e muitos de seus conceitos incorporaram-se ao discurso da esquerda em *transição*.

Mouffe interpretou o contexto da queda do socialismo “real”, a partir da União Soviética, como um triunfo da democracia pluralista sobre o socialismo “real”. Assinalou

³³¹ BOBBIO, Norberto. La Utopia Subvertida. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 51, janeiro de 1990, p. 9.

a necessidade de uma reflexão a respeito das características da democracia pluralista. “Parece-me necessário evitar que o reconhecimento da vitória da democracia pluralista nos faça cair numa ‘glorificação’ da democracia capitalista”³³². Na afirmação do autor, a democracia pluralista não deveria ser entendida “necessariamente” como democracia capitalista. Mouffe fez referência ao fato de que a equação de ambas as concepções de democracia foi aceita na Europa do Leste e isso levou a pensar que, junto com a abertura democrática, se aceitasse também o capitalismo.

A lição que se deve tirar da Europa do Leste é a importância da democracia pluralista, mas, ao mesmo tempo, isto não impede que observemos o enorme potencial de radicalização que tem a democracia realmente existente, nem que abandonemos a idéia de uma alternativa total à sociedade capitalista³³³.

Mouffe preconizou a esquerda identificada com os aspectos simbólicos da democracia pluralista, exemplificando que a afirmação de que todos os homens são livres e iguais, tem potencial para o desenvolvimento das tendências democráticas para além do ideal que se havia conseguido. Estendê-la ao campo da economia, ao campo das relações de gênero, entre as etnias, e assim por diante. O autor enfatizou que os ideais da esquerda e do socialismo podem ser realizados dentro de um marco de democracia pluralista. Dessa forma, Mouffe ofereceu subsídios para o posterior discurso que vigorou no Partido Socialista a partir de 1992.

Laclau, por sua vez, acrescentou às manifestações de Mouffe que as transformações ocorridas no ideário socialista, principalmente a partir da década de 1970, se devem a que suas formulações clássicas estavam ligadas à noção de agente privilegiado de mudanças³³⁴. Para Laclau, toda a teoria marxista é uma teoria de simplificação crescente da estrutura de classes no capitalismo. “[...] de modo que, finalmente, a transformação socialista seria uma empresa de um agente totalmente

³³² MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. El Fracaso de las Utopias Políticas. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 57, julho de 1990, p. 10.

³³³ Idem.

³³⁴ Observa-se um certo descontentamento pelo que foram não só a universalidade das propostas da esquerda no período *sesentista* a nível mundial e especificamente, na América Latina, mas também, pelo altíssimo grau de hegemonia que tiveram no conjunto da sociedade. Isso, obscurece propostas menos globais e que em boa medida se contradizem com aquela.

homogêneo e unificado: o proletariado”³³⁵. Entretanto, argumentou Laclau, as sociedades contemporâneas estariam demonstrando, pelo contrário, uma crescente fragmentação e pluralidade de agentes sociais.

Na opinião do autor, as distintas demandas do ideário socialista, que foram apresentadas originalmente como constituindo um todo homogêneo, agora se apresentam como um agregado pragmático de distintas demandas procedentes de diversos pontos da estrutura social. “De modo que qualquer ‘reconversão’ do socialismo tem de ir na direção de uma democracia radical e plural, no sentido de que as reivindicações e antagonismos dos quais o socialismo surge sejam o resultado de unificações e recomposições hegemônicas, e não simplesmente o resultado do destino de um agente social privilegiado”³³⁶.

Mouffe conceituou as diferenças – para ela – entre democracia pluralista e capitalismo e entre democracia e perspectiva liberal. Mouffe enfatizou a importância de estabelecer que entre liberalismo econômico e democracia pluralista não há uma relação necessária. Estabeleceu a diferença entre liberalismo político – quer dizer, a defesa dos direitos do homem, do estado de direito e a idéia de pluralismo – e liberalismo econômico, ou seja, com o capitalismo. “Esse liberalismo político tampouco está ligado necessariamente ao individualismo, nem ao universalismo, nem ao racionalismo”³³⁷. A autora considerou importante reformular o projeto de liberalismo político, o que ela denominou de democracia pluralista, de uma forma não individualista, não universalista, ao contrário do racionalismo e também sem laços com o liberalismo econômico.

Nas palavras de Mouffe: “Parece-me possível para a esquerda defender o liberalismo político e, ao mesmo tempo, lutar contra o capitalismo e o liberalismo econômico”³³⁸. Isso seria possível, segundo a autora, a partir de um novo conceito de cidadania. Essa concepção de cidadania teria por base dois elementos essenciais: a necessidade de reativar a concepção de cidadania como participação, ao contrário da

³³⁵ MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. op. cit., p. 10.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Idem, p. 12.

³³⁸ Idem.

concepção liberal³³⁹ de cidadania como estatuto legal, e a necessidade de estabelecer o contato com a concepção de republicanismo cívico, no qual se tnuma concepção de cidadania como um ator. Para Mouffe, ser cidadão é atuar³⁴⁰.

Castañeda (1994) realizou uma análise sob o contexto da esquerda latino-americana, onde observou que a reversibilidade ou a derrota de experiências históricas prévias e decisivas para a esquerda, poderia ser atribuída a uma transição militar (Chile, 1973; Brasil, 1964), à duplicidade norte-americana (Guatemala, 1954; Granada, 1983) ou aos erros e ingenuidades da esquerda³⁴¹. Mas o fato que marcou profundamente a esquerda na América Latina foi a grande perda da Frente Sandinista nas eleições de 1990, representando um grande retrocesso político, se bem que tenha sido sob coação, fraude e chantagem. O resultado eleitoral demonstrou que o processo revolucionário já não era exclusivamente reversível pela força, senão que podia se reverter por meios pacíficos, com o consentimento e apoio da população³⁴².

Tanto na argumentação de Bobbio como na de Castañeda (salvando as diferenças) apontou-se para os impactos que a destruição do modelo da União Soviética e da Europa do Leste representou para a esquerda, particularmente na América Latina. A ruptura do paradigma soviético foi rapidamente estendida ao modelo cubano. Cuba incorporou-se a esse paradigma, ainda que originalmente, sua revolução tivesse consumado uma ruptura com o tipo de socialismo soviético. Todo partido, movimento, governo ou intelectual progressista latino-americano, acrescentou

³³⁹ Aqui, vale a pena observar a opinião de Razeto (1986), quando afirmava que o projeto liberal começou a colocar de manifesto, de forma precoce, suas contradições, seu utopismo, a não correspondência de seus pressupostos teóricos com os dados da realidade social. O fato de ser um modelo político pensado para organizar homens livres que, na realidade capitalista, constituem só uma minoria social. RAZETO, Luis. Op. cit., p. 13.

³⁴⁰ O que aparentemente Mouffe esqueceu é de que na atual conjuntura – uruguaia e da América Latina – a exclusão e marginalização tem penetrado tão profundamente na estrutura social, que tem colocado grandes contingentes humanos em zonas cada vez mais afastadas de qualquer estatuto de cidadania política, social ou cultural.

³⁴¹ CASTAÑEDA, Jorge. **La Utopia Desarmada: intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina**. Bogotá: TM Editores, 1994, p. 286.

³⁴² De forma particular, no Uruguai, formou-se na militância de esquerda um clima de desânimo e desmobilização que tinha como base os fatos acontecidos no campo “socialista”, a derrota da lei de impunidade a favor dos militares e a derrota sandinista, o que aumentou uma acelerada ruptura do tecido social, operada pelas medidas neoliberais e com a política de desmobilização predominante na Frente Ampla.

Castañeda, retirou ou ratificou aqueles aspectos da União Soviética e, mais tarde, de Cuba que exigiam mudanças³⁴³.

Portanto, a destruição do modelo básico significou o desaparecimento do marco de referência da esquerda para uma concepção de uma alternativa na América Latina. Até as grandes conquistas da Revolução Cubana em educação, saúde e erradicação da pobreza absoluta chegaram a ser consideradas inviáveis: onerosas demais, estatistas demais, dependentes de subsídios do exterior para ser sustentáveis ou aplicáveis em outros países. O modelo cubano, elogiado, criticado, mas também admirado pela esquerda *sesentista*, passou a ser abandonado por quase toda a esquerda eleitoral latino-americana a partir da década de 1990. O paradigma soviético levou junto a única experiência na América Latina para a condenação, o opróbrio e o abandono do que até há pouco tempo representou e caracterizou as mais significativas bandeiras da esquerda.

Por outro lado, a esquerda moderada, social-democrata, havia abdicado de muitas de suas convicções em prol de políticas econômicas conservadoras que, a partir da década de 1980, foram colocadas em prática em vários países latino-americanos. A crise da dívida externa e suas inesgotáveis negociações haviam limitado dramaticamente o estado de bem-estar. As políticas de livre mercado e de livre comércio, de incentivo ao investimento estrangeiro e a supremacia do setor privado foram consideradas uma receita infalível para o êxito econômico na América Latina. Para seus adeptos, isso se verificava pelo fato de que em países como Estados Unidos e Inglaterra essas políticas haviam tido êxito e também eram a causa dos avanços econômicos no sudeste asiático.

³⁴³ CASTAÑEDA, Jorge. op. cit., p. 290.

Como salientou Castañeda, na América Latina a esquerda se identificava com as políticas econômicas falidas e descartadas do mundo socialista, enquanto que a direita apoiava as mudanças que sofriam os antigos países socialistas. A esquerda encontrava-se numa situação insustentável. Ou aferrava-se a suas convicções e defendia o indefensível: uma economia dirigida pelo Estado, fechada e subsidiada, num mundo onde uma idéia deste tipo parecia obsoleta, ou apoiava a trajetória contrária, manifestamente moderna, competitiva e de livre mercado. Nesse caso, terminaria por imitar a direita ou seria absorvida por ela, perdendo sua razão de ser³⁴⁴.

A partir do final da Guerra Fria, a esquerda experimentou outra mudança cheia de conseqüências imediatas e capitais: a eliminação, nos assuntos internacionais, de um contra-peso que havia resultado útil, no passado, a muitos países, principalmente àqueles governados por regimes de centro-esquerda. Num mundo com uma só potência era muito difícil ser não alinhado. Para a esquerda acabava a necessidade de demonstrar que era – ou não – pró-soviética. Também não necessitava provar que, se ascendesse ao poder, não transformaria o país num satélite soviético. Dessa forma, tampouco necessitava se declarar inimigo dos Estados Unidos. A esquerda latino-americana passou a re-significar o antiimperialismo norte-americano e isto se refletiu nos processos de transição durante toda a década de 1990.

Posteriormente, em 1992, Ricardo Urioste escreveu uma crítica ao pensamento antiimperialista uruguaio, em que postulava que o uso “abusivo” e “indiscriminado” deste recurso por parte da esquerda e do movimento sindical deixou, como conseqüência, um hábito *sincretista* um pouco “bestial” para refletir ou julgar acontecimentos domésticos, “um olhar maniqueísta como resultado da tradução do sentimento antiimperialista”, para nos livrar dos entraves que nos impediam o crescimento³⁴⁵. Deixando de lado a maior parte da história uruguaia, Urioste criticou severamente a esquerda e minimizou a temática imperialista, deslocando-a para o lado do mercado, afirmando que “nossos inimigos não são os *yanquis*, como prescrevia o antiimperialismo nacional, senão que os verdadeiros inimigos seriam nossos estimados primos ricos europeus, contra quem a derrota comercial que foi sofrida nos provoca

³⁴⁴ Idem, p. 292.

³⁴⁵ URIOSTE, Ricardo. ¿Qué Hacer com el Antimperialismo? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 68, fevereiro de 1992, p. 23.

mais danos em pouco tempo do que a soma histórica de remessas do conjunto das empresas transnacionais americanas instaladas no país”³⁴⁶.

E concluiu seu pensamento com a seguinte reflexão:

Nestes anos de mudanças abruptas, talvez, também, deveríamos pensar no que fazer com nosso velho *anti-yanquismo*. Se continuamos usando-o, para nos mantermos no cobertor ideológico que nos preservou da dúvida e da incerteza no passado, corremos o risco de ficar fixados a esse passado. A pouca memória condena repetir erros, mas seu excesso nos acorrenta a fantasmas³⁴⁷.

De 12 a 16 de junho de 1991 realizou-se, no México, o Segundo Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Fórum de São Paulo. Contou com a participação de 140 delegados de 68 organizações políticas do Continente e numerosos observadores internacionais. Um dos representantes da esquerda uruguaia no encontro foi o deputado Hugo Cores, que concedeu posteriormente uma entrevista para o semanário *Mate Amargo*³⁴⁸.

Na oportunidade, Cores manifestou a importância e a necessidade das esquerdas latino-americanas estarem debatendo suas realidades, anseios e expectativas. Os eixos centrais dos debates focaram-se na democracia, nos modelos socialistas, na resistência ao modelo neoliberal e a problemática da transição ao socialismo. Segundo Cores, existia naquele momento uma esquerda que estava relacionada com movimentos de massas importantes, não somente identificada no plano eleitoral. Essa “esquerda”, que independentemente de haver chegado ao governo nacional ou municipal, estava vinculada a movimentos camponeses, aos ecologistas, a organizações comunitárias, ao movimento sindical, entre outras. “Em resumo, uma esquerda com forte inserção com tudo o que vive e se movimenta na América Latina”³⁴⁹. Cores advertia que essa não era uma esquerda de intelectuais, senão que era uma esquerda de militantes inseridos na realidade, que debatiam sobre a mesma.

O Fórum teve a característica de congregar movimentos e partidos que não se definiam como socialistas, necessariamente. Cores manifestou que o Fórum não

³⁴⁶ Idem, p. 24.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ CORES, Hugo. Existe una Izquierda Inserida en la Realidad. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: Entrevista realizada por ZACCHINO, Sérgio Márquez, ano 5, n. 123, junho de 1991, p. 7.

³⁴⁹ Idem.

pretendeu constituir-se numa “Continental” de esquerda. Nem numa continental, nem numa “Internacional”, porque não propôs gerar acordos referidos ao fazer político e, sim, se propôs uma reflexão em conjunto. Por outra parte, houve, sim, um reconhecimento de uma identidade de esquerda. Foi contundente a rejeição unânime ao processo de devastação dos povos latino-americanos provocado pelo modelo neoliberal.

No mesmo período (1991), Edgardo Carvalho publicou um artigo em *Cuadernos de Marcha*³⁵⁰, no qual realizou uma análise do contexto político uruguaio e visualizava a possibilidade da esquerda ganhar as eleições nacionais em 1994. Na oportunidade, o autor afirmava que a esquerda agrupada no *Nuevo Espacio* viveu um processo de maturação e de modernização de conceitos, o que lhe possibilitaria assumir, “sem traumas”, as responsabilidades e desafios de governo. O autor fez referência ao Novo Espaço como representante majoritário dentro da Frente Ampla. Observe-se que, em 1991, as definições que postulavam o Novo Espaço como liderança na Frente Ampla fundamentaram-se nas discussões que se iniciaram no final da década de 1980.

Carvalho afirmava que, como condição essencial para um triunfo eleitoral, a esquerda deveria demonstrar, para a opinião pública, uma proposta de governo comprometida “irreversivelmente” com o sistema democrático representativo, ou seja, com a institucionalidade uruguaia. Apresentava a esquerda como uma força política que propunha mudanças e reformas na realidade econômica e social do país, mas uma esquerda que não tinha a intenção de substituir o sistema. O autor acrescentou que não visualizava a possibilidade de uma aceitação majoritária para propostas que, mesmo que de formas não explícitas, supusessem a construção do socialismo.

Segundo Carvalho, a sociedade uruguaia estava fortemente necessitada de mudanças importantes e significativas, mas, basicamente, não estava em desacordo com o sistema econômico e social para o qual, segundo o autor, não se podia oferecer alternativas concretas. Achava de fundamental importância que a população percebesse a esquerda como uma força capaz de realizar reformas, garantindo, ao mesmo tempo, a institucionalidade, a paz social e o convívio pacífico dos uruguaios.

³⁵⁰ CARVALHO, Edgardo. Izquierda y Gobierno. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo, n. 62, agosto de 1991, p. 50-52.

Dessa forma, excluía do cenário *frenteamplista* os debates e enfrentamentos que vinham acontecendo, observando que os mesmos poderiam ser eleitoralmente prejudiciais. Ainda recomendava que os discursos integradores deveriam ser os que predominassem na linguagem *frentista*.

Carvalho fez questão de ressaltar que as possibilidades da esquerda *frentista* ganhar as eleições nacionais em 1994 eram extremamente alentadoras. Além disso, salientou que a esquerda uruguaia durante décadas apostrofou o sistema vigente e o confrontou ao “socialismo real”, e, no momento (1991), a esquerda assistia à catástrofe do modelo que era considerado como alternativo. Dessa forma, reafirmava que o objetivo da esquerda não seria a transformação do sistema, senão uma intervenção no sentido de gerenciá-lo melhor, induzindo maiores conteúdos “possíveis” de equidade e solidariedade, numa perspectiva de impulsionar o país pelo caminho do crescimento.

Na mesma edição do Semanário *Marcha*, Laguarda manifestava que elaborar um projeto alternativo de país, criar uma grande aliança para realizar mudanças, obter o compromisso das maiorias em relação a estas propostas; enfim, forjar um bloco popular alternativo, era a grande tarefa a ser realizada pela esquerda nacional e ela não poderia ser postergada para 1994. Para poder atingir tais expectativas, a esquerda deveria “superar todo resto de messianismo e maniqueísmo”³⁵¹. Nessa mesma direção concentravam-se as propostas *frentistas*: criar uma metodologia de aproximação entre as forças progressistas, com base no reconhecimento do outro. No XL Congresso do Partido Socialista, realizado nesse mesmo ano, definiu-se que “Devemos ser capazes de criar as bases de um projeto que incorpore a maioria do país. Isso requer inteligência e atitude na formação de um espaço progressista alternativo”³⁵².

Esse espaço progressista deveria ser fundado com base num grande diálogo para as mudanças com todos os setores que padeciam as políticas neoliberais. Alguns dos temas propostos para esse diálogo eram:

- 1) as políticas sociais (saúde, educação, segurança social), o que implicava também uma reforma tributária;
- 2) soluções em matéria de alimentação, trabalho e moradia;

³⁵¹ LAGUARDA, Manuel. La Izquierda va a Gobernar este País. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 62, agosto de 1991, p. 57-58.

³⁵² Idem, p. 58.

- 3) a reforma do Estado;
- 4) a reforma da educação;
- 5) o relançamento do país produtivo, a reconversão industrial e o Mercosul;
- 6) a questão militar e uma nova lei orgânica das Forças Armadas;
- 7) a reforma constitucional;
- 8) o sistema financeiro e o problema da dívida externa. “A esquerda deve superar o enfoque simplificador de que os problemas se solucionam mediante o acesso ao governo e o afastamento dos grupos que representam o grande capital e o imperialismo. Deve-se produzir e expandir a economia, demonstrando capacidade de condução técnica”³⁵³.

Observa-se uma readequação no discurso do Partido Socialista a partir de 1991. As manifestações de Laguarda apontavam para a necessidade da coalizão *frenteamplista* ampliar suas bases eleitorais. Essa estratégia eleitoral teve como base as alianças com setores políticos dos partidos tradicionais que se afastavam – no discurso – do modelo neoliberal. Foi o exemplo concreto do *Nuevo Espacio*. Nesse contexto, o Partido Socialista assumiu a liderança a respeito da “renovação da esquerda”³⁵⁴, atribuindo a este processo uma importância singular para conseguir as transformações que o país exigia.

Afirmou Laguarda que a renovação, para o Partido Socialista, significava superar “construtivamente” os modelos da cultura da esquerda tradicional, ou seja, o centralismo como princípio de organização do Estado e da sociedade, e a concentração de poder no Estado, convertendo-o no referencial único para todas as esferas. A renovação proposta pelo Partido Socialista visava, como elemento fundamental, a uma coalizão de governo, que a mesma se expressasse numa direção política “unitária”, com mecanismos de arbitragem enérgicos. Na mesma direção, propôs a simplificação do mapa político interno da Frente Ampla, querendo “superar” a fragmentação de tantos grupos que entravavam o processo de renovação.

³⁵³ Idem, p. 57.

³⁵⁴ Aparentemente, toda proposta de um socialismo “renovado” apostava para discutir o aprofundamento da democracia política. Não para negar a democracia representativa “formal” do estado de direito, senão que para ampliá-la. O tema da relação entre liberalismo político e democracia social, entendida como recuperação, e não como negação, resultou central para um discurso que superasse a cultura política tradicional da esquerda.

É nessa direção que vemos de fundamental importância, para a coesão da Frente Ampla que será governo (o autor fala de 1995), a postura do Partido Socialista, comprometido com a renovação da esquerda, levantando as bandeiras de um projeto socialista nacional, democrático, pluralista e autogestionário, recolhendo as mensagens da sociedade sem manipulações.³⁵⁵

A definição do conceito de “renovação socialista” não é tarefa fácil. Trata-se de um conceito vago e impreciso que denota mais um desejo do que uma realidade, uma espécie de projeto em curso. Uma idéia que procura dar conta de fenômenos muito diferentes e que em não poucas oportunidades, é utilizada num sentido ideológico, na concepção mais estritamente marxiana. Apesar disso, na década de 1990, essa imprecisão significou um processo em desenvolvimento.

Num estudo realizado por Osvaldo Puccio Huidobro (1994), intitulado *La Vigencia del Socialismo: elementos para una respuesta desde la experiencia Chilena*, o autor analisou o processo de renovação socialista no Chile e, a partir deste, os desafios que o mesmo enfrentava, não só para aquele país, como também para vários países latino-americanos. O primeiro desafio provinha do confronto crítico com o próprio passado, tanto nas visões e concepções ideológicas, como na práxis política. O segundo consiste em ter a capacidade de refletir e interpretar, de forma adequada, as condições sociais do momento. E o terceiro é o de propor um corpo de idéias, propostas e visões prospectivas que renovem o socialismo como um agente ativo e efetivo de melhoria e de mudanças das circunstâncias das pessoas e da sociedade³⁵⁶.

O primeiro desafio, dar conta do próprio passado, segundo o autor, estava substantivamente resolvido e se converteu cada vez mais num problema de historiadores, sem maior incidência nas visões práticas da política. Assim, o elemento central da superação das próprias percepções foi, entre outros de menor importância, a ampliação, desde o final dos anos 1970 e a partir de um novo continente, da emergência das distintas experiências autoritárias do universo ideológico e cultural da esquerda.

³⁵⁵ Idem, p. 58.

³⁵⁶ HUIDOBRO, Osvaldo Puccio. **La Vigencia del Socialismo: elementos para una respuesta desde la experiencia Chilena**. Montevideo: FESUR, 1994, p. 27.

A participação no debate em torno da universalidade e validade do marxismo como chave interpretativa da realidade, o conhecimento e diálogo com outros pensamentos progressistas, e inclusive socialistas, que viam no marxismo um antecedente distante ou bem não reconheciam nenhum tributo a ele, assim como o processo de crítica dos socialismos reais desde diversas perspectivas, principalmente a realizada na Europa, que encaminhou contribuição consistente para afirmar a centralidade dos valores democráticos³⁵⁷.

A validade das instituições da democracia tradicional e representativa, às quais se reconheceu progressivamente uma função mais essencial que “formal”, levaram à constituição de maiorias, ao fomento do pluralismo e à pluralidade como fatores de construção democrática, fatores que passaram a se constituir em momentos centrais da própria concepção e discurso político começando em consequência, a determinar a própria ação. Neste sentido Huidobro concluiu enfaticamente: “Basta destacar o papel protagonizado nesta nova compreensão pelas próprias experiências autoritárias em cada país do continente”³⁵⁸.

Outro grande desafio da renovação socialista estava ligado à validade de seu próprio projeto, à capacidade de refletir a realidade na qual pretendia desenvolver e realizar suas propostas, as que deveriam ser respostas aos problemas colocados por essa mesma realidade que se desejava refletir. Ainda segundo Huidobro, surgiu ali um primeiro problema para um mundo cultural que havia aprendido a ler a realidade com uma lente que outorgava a essa realidade uma lógica pré-determinada.

O problema, identificado por Huidobro, não se colocava apenas pelo fato de que já não era mais possível usar a lente e que as soluções que adquiriram a partir dos fatos progressivamente caráter universal e atemporal, desmontaram-se, “ao menos como carentes de conteúdo de verdade, senão pela profunda mudança que está

³⁵⁷ Vale a pena destacar que a nova sociedade que se institucionalizou na Europa Ocidental, na esteira da Revolução Industrial, foi a personificação do universalismo. Pela primeira vez na história, a classe economicamente dominante posava como representante do futuro de toda a sociedade: essa foi a revolução que a burguesia introduziu na esfera ideológica. As normas legais burguesas instituíram o *status* universal de indivíduos que eram iguais em suas relações com as coisas – independentemente de serem elas meios de produção ou de consumo – e iguais na relação que mantinham entre si – também independentemente de constarem contratualmente como vendedores ou compradores de força de trabalho. Ao mesmo tempo, a ideologia burguesa postulou uma harmonia básica de interesses dos indivíduos-cidadãos.

³⁵⁸ HUIDOBRO, Osvaldo Puccio. op. cit., p. 28.

sofrendo de forma dinâmica e permanente a realidade que se quer refletir”³⁵⁹. Mudanças essas, para o autor, que transformaram em obsoletas as chaves interpretativas que se possuía culturalmente.

Por outra parte, Esteban Valenti, dirigente do Partido Comunista Uruguaio e importante protagonista na direção da Frente Ampla, manifestou, em entrevista concedida a *Cuadernos de Marcha* que na sua visão, em 1991, no Uruguai, existiam três esquerdas. Segundo Valenti, uma esquerda que não conseguia assimilar as mudanças que se produziram no mundo, que estava aferrada a certas visões de mundo que estariam “superadas”. Por outro lado, uma segunda esquerda que no processo de revisão crítica optou pela fratura, ou seja, pela saída da Frente Ampla (referindo-se ao PGP e ao PDC, que saíram da Frente Ampla em 1989 e, posteriormente, formaram o Novo Espaço). E uma terceira esquerda passou por uma revisão crítica de sua atuação e foi a que desenvolveu o processo de renovação da esquerda dentro da Frente Ampla³⁶⁰.

Essas três esquerdas, segundo Valenti, seriam: a primeira, os setores da esquerda tradicional que mantinham uma crítica de claro fundo marxista e que postulavam programas e estratégias combativas, na sua maioria fora da Frente Ampla; a segunda, uma esquerda de centro ligada a alguns setores progressistas dos partidos tradicionais e, fundamentalmente, à democracia cristã; e a terceira esquerda, a chamada (no *sesentismo*) de esquerda “reformista”, que na sua maioria era representada pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista. Deve observar-se que o Uruguai apresentou uma particularidade única nesse sentido: nenhum partido político na história do país, até 1994, se autodenominou de social-democrata, mesmo que sua estrutura ideológica e programática assim o fosse.

Temas como a questão social e os novos desafios da esquerda foram re-significados pelas novas tendências “socialistas” a partir da década de 1990. Bobbio (1992) referiu que o verdadeiro problema social era o que se originou nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mais do que nas relações internas em cada país. Dessa forma, segundo Bobbio, mudou substancialmente o sujeito histórico,

³⁵⁹ Idem, p. 29-30.

³⁶⁰ VALENTI, Esteban. Hay como Mínimo Tres Izquierdas. In: **Cuadernos de Marcha**. (entrevista). Montevideo: n. 62, agosto de 1991, p. 57-58.

“que deveria ser re-conduzido”, mais que a classe operária, por um conjunto heterogêneo de indivíduos e grupos, como o dos “condenados da terra”³⁶¹. Assim sendo, a tarefa dos socialistas tornava-se mais complexa, afirmou o autor.

Os novos desafios da esquerda centravam-se, para Bobbio, no paradigma da “esquerda dos direitos”. Esse paradigma foi colocado como o fio condutor que poderia dar respostas a um conjunto de problemas – velhos e novos³⁶² –, através de uma síntese unitária com base nos direitos “humanos”. Bobbio afirmou que os direitos vigentes, como o direito à liberdade, ao trabalho, à segurança social, entre outros, não bastavam para uma nova conjuntura e se deve incorporar outros, como o direito à humanidade, atual e das gerações futuras, a viver num ambiente não contaminado.

Entre esses direitos, o autor assinalou o direito à procriação auto-regulada, o direito à privacidade perante a possibilidade que tem o Estado de saber tudo o que fazemos, o direito à conservação do património genético, ameaçado pelo avanço técnico da biologia³⁶³. Esses temas deveriam converter-se em prioridades da esquerda, como novas fronteiras para os partidos socialistas. Pode-se observar que as questões apontadas por Bobbio são substitutivas, ou seja, substituem as questões clássicas da esquerda; não foram apresentadas como somatórias ou em forma de atualização das velhas problemáticas. Será que, para Bobbio, as velhas problemáticas já tenham sido superadas?

Sem dúvida, Norberto Bobbio tem sido, durante um longo tempo, um dos defensores mais firmes da necessidade de reconhecer o valor das instituições liberais e de protegê-las. Bobbio expôs a tese de que os objetivos socialistas poderiam ser atingidos no marco da democracia liberal, a qual, por outra parte, seria o “único” marco aceitável para que se realizem. Na sua opinião, longe de apresentar uma contradição terminológica, o liberalismo e a democracia estariam necessariamente ligados e, portanto, o socialismo democrático não pode ser senão liberal.

³⁶¹ BOBBIO, Norberto. Nuevas Fronteras de la Izquierda. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 75, setembro de 1992, p. 10.

³⁶² De acordo com o pensamento de Bobbio, tratou-se de estabelecer as novas fronteiras da esquerda, ou seja, “a esquerda dos direitos”. Assim, realizou-se uma revisão das idéias força do socialismo: liberdade, democracia pluralista, autogoverno e descentralização, controle e domínio das tecnologias, solidariedade, supremacia da lei e resolução dos conflitos através da negociação, e não mais do confronto.

³⁶³ Idem, p. 11.

Textualmente, Bobbio afirmou: “O Estado liberal não só é a premissa histórica do Estado democrático, senão também sua premissa jurídica. O Estado liberal e o democrático são duplamente interdependentes: enquanto o liberalismo proporciona as liberdades necessárias para o exercício adequado do poder democrático, a democracia garante a existência e a persistência das liberdades fundamentais”³⁶⁴. Bobbio pertence a uma tradição do pensamento liberal italiano e, dentro desta, pode-se destacar a influência de Carlo Rosselli, que escreveu um livro intitulado *Socialismo Liberal*³⁶⁵. Neste livro Rosselli argumentou que o socialismo deveria atingir seus objetivos aplicando meios próprios do liberalismo, dentro do marco institucional da democracia liberal.

O objetivo desse pensamento socialista liberal era combinar o socialismo com os princípios da democracia liberal: o constitucionalismo, o parlamentarismo e o sistema de concorrência entre partidos. Bobbio adotou o mesmo enfoque que Rosselli ao argumentar que um projeto desse tipo demandaria um novo contrato social que articulasse a justiça social com os direitos civis. Desde seu ponto de vista, a esquerda democrática deveria aproveitar o debate do início da década de 1990 para contribuir de forma realmente importante na construção de um novo contrato social.

Bobbio afirmou que a chave desse debate estava em ver se “partindo da mesma e incontestável concepção individualista da sociedade, e utilizando as mesmas estruturas institucionais, seremos capazes de fazer uma contra-proposta à teoria do contrato social que os neoliberais querem colocar em funcionamento”³⁶⁶. Essa proposta deveria incluir, entre suas condições, o princípio de justiça distributiva e que, por isso, fosse compatível com a teoria e a prática da tradição socialista. A partir destas afirmações poderíamos elaborar a seguinte indagação: pode um contrato social articular as exigências de justiça social com os direitos civis e políticos individuais e resolver os problemas que afetam as complexas sociedades atuais?

Com o objetivo de responder a essa pergunta e de avaliar a viabilidade das propostas de Bobbio, necessita-se examinar seu diagnóstico da situação, da democracia e das dificuldades que a assolam nas sociedades atuais. Bobbio insistiu em

³⁶⁴ BOBBIO, Norberto. **El Futuro de la Democracia**. Barcelona: Plaza y Janés, 1985, p. 25.

³⁶⁵ ROSSELLI, Carlo. **Socialismo Liberal**. Madrid: Pablo Iglesias, 1951.

³⁶⁶ BOBBIO, Norberto. op. cit., 1985, p. 49.

que se deveria adotar o que ele chama de uma “definição mínima de democracia”, concebida como uma forma de governo que se caracteriza por um conjunto de normas (primárias) que estabelecem quem tem a autoridade de tomar as decisões coletivas e que procedimentos devem aplicar-se (ver capítulo I)³⁶⁷. Conjuntamente com essas normas, existem outras referidas às condições necessárias para que o exercício da liberdade de eleição seja “real”. Entre essas, o princípio pluralista: os votantes devem ter capacidade para escolher entre diferentes alternativas e, através das eleições periódicas, deve-se garantir o direito de que as minorias possam converter-se “eventualmente” em maiorias.

A esse respeito, Mouffe (1992) afirmou que Bobbio escolheu uma definição jurídica institucional ou relativa ao procedimento da democracia, no lugar de uma definição substancial e ética centrada no ideal de igualdade, apresentada como o objetivo que deveria animar um governo democrático³⁶⁸. Desde a perspectiva de Bobbio, a questão fundamental numa democracia não é “quem governa”, senão “como se governa”, e o melhor modo de entender a democracia seria contrapô-la à autocracia, que é uma forma de governo imposta desde cima. Bobbio defende a democracia representativa como a “única” adequada para nossas atuais sociedades.

Compatibilizar a democracia com o liberalismo é uma das preocupações centrais de Bobbio. Assim, ele declarou que a democracia pode ser entendida como o desenvolvimento natural do liberalismo, sempre que não se pense no aspecto ideal e igualitário da democracia, senão no seu caráter de fórmula política que equivale à soberania popular. Assim, o vínculo crucial situa-se, na opinião de Bobbio, na articulação entre os dois conjuntos de normas que formam parte do jogo democrático, ou seja, o liberalismo e as regras do jogo democrático com base nos direitos. Para Bobbio, só um Estado liberal pode garantir os direitos necessários para um sistema democrático.

³⁶⁷ Essas regras estariam desenhadas com o objetivo de facilitar e garantir a “máxima” participação “possível” da maioria dos cidadãos nas decisões que afetam toda a sociedade. A função de algumas dessas normas é determinar o que se entende por vontade geral. São elas as que estabelecem quem tem direito a votar, as que garantem que o voto de todos os cidadãos tenha o mesmo peso e as que especificam que tipo de decisões coletivas devem ser levadas à prática.

³⁶⁸ MOUFFE, Chantal. ¿Hacia un Socialismo Liberal? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 70, abril de 1992, p. 4-5.

A respeito das condições da democracia (em 1990) e de seu futuro, o autor propôs distinguir dois aspectos fundamentais: os avanços possíveis e as dificuldades que as sociedades democráticas enfrentam. Bobbio se deteve em analisar o que ele chamou de “os paradoxos da democracia”, os quais se relacionavam com uma dificuldade central: o fato de que se exigia uma democracia cada vez mais plenamente desenvolvida, em condições cada vez menos propícias, dado o crescimento das grandes organizações estatais, o desenvolvimento da tecnocracia e da burocracia, e o predomínio do conformismo atribuível à hegemonia da cultura de massas.

Expressando-o, concisamente, estes quatro inimigos da democracia – querendo dizer com democracia o método ótimo de adotar decisões coletivas – são: a grande escala da vida moderna; a crescente burocratização do aparelho estatal; o tecnicismo cada vez maior das decisões que se devem tomar; e a tendência da sociedade civil a converter-se numa sociedade de massas.³⁶⁹

Referindo-se ao que considerou promessas não realizadas da democracia, Bobbio assinalou os seguintes problemas: a sobrevivência de um poder invisível, a sobrevivência das oligarquias, o desaparecimento do indivíduo como protagonista da vida política, o renovado vigor dos interesses particulares, a limitação do espaço concedido à participação democrática e o não haver podido criar uma cidadania educada³⁷⁰. Salvo no caso do poder invisível, no qual vê uma tendência que contradiz os pressupostos básicos da democracia, Bobbio considerou que os problemas deveriam se interpretar como conseqüências necessárias da adaptação de princípios abstratos à realidade.

Bobbio distancia-se de uma possível solução através da democracia direta, estimou que esta alternativa, além de ser “impraticável”, só contribuiria para piorar a situação. A pergunta que se pode fazer é se é possível fazer alguma coisa para promover o processo democratizador nas modernas sociedades avançadas? No final das contas, Bobbio parece abrigar um otimismo moderado a respeito, mas sempre insistindo em que se deve ser realista e abandonar toda esperança de chegar a uma “verdadeira democracia”, a uma sociedade perfeitamente reconciliada, a um consenso

³⁶⁹ BOBBIO, Norberto. **¿Qué Socialismo?** Barcelona: Plaza y Janés, 1986, p. 9.

³⁷⁰ MOUFFE, Chantal. 1992, op. cit., p. 7.

total, visto que a democracia moderna deverá ser compatível com o pluralismo e, por isso, com algum tipo de dissidência.

Para Bobbio, uma vez descartada a “ilusória” democracia direta, deve-se iniciar um processo de ampliação da democracia. Para tal, o método seria o de propagar a democracia representativa, com o objetivo de que, cada vez mais, ocupe todas as áreas da vida social. “O problema básico não é tentar que surja um novo tipo de democracia, senão fomentar um processo pelo qual as formas democráticas tradicionais, como a democracia representativa, se vão infiltrando em novos espaços, espaços ocupados até [agora] por organizações hierárquicas ou burocráticas”³⁷¹. Ou seja: o processo deveria avançar desde a democratização do Estado até a democratização da sociedade e, para isso, enfrentar o poder autocrático em todas suas formas.

Desse modo, democratizar a sociedade requer, na opinião de Bobbio, alterar todas as instituições não dirigidas democraticamente, desde a família até a escola, desde os grandes negócios até a administração pública. Utilizando suas próprias palavras: “[hoje em dia] se se quer contar com um indicador dos avanços democráticos, este não pode ser o número de pessoas com direito a voto, senão o número de contextos alheios a política onde se exerce o direito de votar”³⁷². Uma forma de expressar essa idéia seria a de dizer que o critério para medir o grau de democratização num dado país não deveria se basear em saber “quem vota”, senão em “onde” pode-se votar.

De acordo com Bobbio, o socialismo liberal pode oferecer uma solução aos problemas que padece a democracia, ao proporcionar um novo contrato social. O objetivo seria combinar direitos sociais, políticos e civis, e assentá-los sobre cimentos marcadamente individualistas, apelando ao princípio de que o indivíduo é a fonte originária do poder. Bobbio ressalta o papel do individualismo e argumenta que, sem o individualismo, não pode existir o liberalismo³⁷³. A compatibilidade entre liberalismo e democracia radical, para ele, no fato de que ambos partem do mesmo ponto: o

³⁷¹ BOBBIO, Norberto. **El Futuro de la Democracia**. op. cit., p. 55.

³⁷² Idem, p. 56.

³⁷³ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo y Democracia**. op. cit., p. 9.

indivíduo. E, por conseqüência, tem como base uma concepção individualista da sociedade³⁷⁴.

Desde o ponto de vista de Mouffe, a interpretação de Bobbio é adequada no que se refere à importância do individualismo no nascimento da concepção moderna de sociedade, mas acredita que [na atualidade] essa concepção individualista não tem-se convertido num obstáculo para a expansão dos ideais democráticos³⁷⁵. Muitos dos problemas das democracias modernas, assinalados por Bobbio, poderiam ser atribuídos aos efeitos do individualismo. Na opinião de Mouffe, muitos partidários do coletivismo têm argumentado que é justamente na concepção individualista do sujeito como um ser com direitos próprios que existe prévia e independentemente de sua inserção na sociedade, onde se deve procurar a origem de nossos problemas.

Os coletivistas, segundo Mouffe, distantes de considerar que a solução passa por um novo contrato social, pensam que a própria idéia do contrato social, “com suas implicações atomizadoras”, necessita ser deixada de lado. Para tal, argumentam a favor de uma revitalização da tradição cívica republicana que tnuma concepção mais ampla da cidadania e vê na política o âmbito onde se pode reconhecer a si mesmos como membros ativos de uma comunidade política organizada em torno da idéia do bem comum compartilhado³⁷⁶.

Na opinião de Mouffe, se se quer dar soluções aos problemas que enfrentam as democracias liberais – da época – e criar uma articulação efetiva entre os objetivos socialistas e os princípios da democracia liberal, será necessário superar o marco referencial do individualismo. “Não estou postulando um regresso à concepção organicista e holística da sociedade, claramente pré-moderna e inadequada para a

³⁷⁴ A idéia moderna do contrato social representa, desde a ótica de Bobbio, uma revolução copernicana na relação entre o indivíduo e a sociedade, porque assinala o fim de uma concepção holística e organicista da sociedade e o nascimento do individualismo. Ao situar o indivíduo concreto – com seus interesses, necessidades e direitos – na origem da sociedade, a concepção individualista não só fez possível a existência do Estado liberal, como também a concepção moderna da democracia, princípio fundamental de que a fonte do poder é cada indivíduo tomado independentemente, numa situação em que todos os indivíduos têm a mesma importância.

³⁷⁵ MOUFFE, Chantal. 1992, op. cit., p. 7.

³⁷⁶ Idem, p. 8.

democracia moderna”³⁷⁷, para afirmar logo após, que a concepção individualista que se fez predominante na teoria liberal não é a única alternativa a essa perspectiva ³⁷⁸.

Jowitt (1991) realizou uma particular reflexão sobre a democracia liberal. Para o autor, a democracia liberal e capitalista tem provocado uma quantidade de heterogêneos opositores. Por sobre todas as diferenças maciças e reais que separam as diversas oposições, destaca-se uma crítica comum. A democracia liberal e capitalista tem sido também desprezada pela sua ênfase pouco comum no individualismo, o materialismo, o avanço tecnológico e a racionalidade. “A igreja católica marca uma preferência pela família sobre o indivíduo como unidade básica da sociedade, e os nazistas, uma preferência pela raça; ambas diferenciam-se radicalmente como alternativas, mas compartilham uma negativa comum: o capitalismo liberal é acusado de desvalorizar a dimensão coletiva da existência humana”³⁷⁹.

O que resultou realmente significativo dessa etapa de *transição* da esquerda uruguaia foi que se constituiu um novo “compromisso” que possibilitou as condições que tornaram viável a coexistência estável entre capitalismo e democracia. Essa coexistência repousou num “compromisso” de classe, gerado a partir de escolhas estratégicas independentes de capitalistas e trabalhadores, que decidiram acreditar nos supostos benefícios futuros. A idéia de compromisso de classe, resultante das escolhas fundadas em interesses individuais, completou a análise da trajetória da social-democracia europeia, proporcionando um fundamento inteligível para opções políticas que, independentemente das afirmações de adesão ao socialismo, implicaram em acomodação à sociedade de mercado.

Analisando as hipóteses de Przeworski (1991), pode-se observar que seus pressupostos podem ser conformados no período de transição da esquerda uruguaia. Tais hipóteses afirmavam que: a) no processo de competição eleitoral, os partidos socialistas foram forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe, e b) compromissos entre trabalhadores e capitalistas a respeito de questões econômicas

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ A questão, para Mouffe, seria conceber o indivíduo não como um ser isolado, que existe prévia e independentemente da sociedade, senão como um ser constituído por um conjunto de posições individuais, inserido numa multiplicidade de relações sociais, membro de muitas comunidades e participante numa pluralidade de formas coletivas de identificação.

³⁷⁹ JOWITT, Ken. Después del Leninismo: El Nuevo Desorden Mundial. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 60, junho de 1991, p. 6.

seriam possíveis sob o capitalismo e, por sua vez, preferidos pelos trabalhadores a estratégias mais radicais³⁸⁰.

Essas duas hipóteses explicariam porque, em muitos países capitalistas democráticos, os trabalhadores foram e continuam sendo organizados por partidos eleitorais orientados para diversas classes e economicamente reformistas – partidos social-democratas –, quer adotassem ou não essa denominação. Tais hipóteses revelaram, ao mesmo tempo, que as reformas não foram irreversíveis e cumulativas, proporcionando, portanto, a base para uma crítica da social-democracia.

Assim, quando a democracia representativa, característica da sociedade burguesa, deixou de ser meramente uma tática e foi adotada como princípio básico da futura sociedade socialista, o dilema acentuou-se ainda mais. Partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcendeu diferentes formas de organização da produção. Jean Jaurès³⁸¹ afirmou que “O triunfo do socialismo não será um rompimento com a Revolução Francesa, e sim a efetivação daquela revolução em novas condições econômicas”. Por sua vez, Eduard Bernstein³⁸² via no socialismo simplesmente “a democracia levada à sua conclusão lógica”. A democracia representativa, para estes autores, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista. E isso foi compartilhado pela maioria da esquerda uruguaia.

Em resumo, ocorreu uma revalorização da democracia formal, política, que também poderíamos considerar como uma democracia “minimalista”, com base no sufrágio universal, a necessidade de pluripartidarismo, a vigência de um estado de direito, a existência de liberdades básicas e a garantia do respeito aos direitos humanos. Essa foi a democracia que emergiu a partir de 1984, no Uruguai, em prejuízo das necessidades de democracia econômica e social que atendessem problemas de igualdade e justiça social. Este foi o contexto ideológico sobre o qual se fundaram as bases para o processo de recuperação democrática do país, o que acarretou, ou

³⁸⁰ PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 16.

³⁸¹ JAURÈS, Jean. **L' Esprit de socialisme**. Paris: Denoel, 1971, p. 71.

³⁸² BERNSTEIN, Eduard. **Evolutionary Socialism**. New York: Schocken, 1961.

contribuiu, para uma valorização “redimensionada” da democracia pela esquerda eleitoral no período de *transição*.

CAPÍTULO III

A ESQUERDA PROGRESSISTA 1994-2004

1. GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E AS NOVAS TEMÁTICAS DA ESQUERDA PROGRESSISTA

O “Consenso de Brasília”, declaração realizada em julho de 1997 pela *Cumbre Regional para el Desarrollo Político y los Principios Democráticos*, da Unesco, afirmou que sem ignorar a globalização, mas sem submeter-se a ela, “nossos povos têm a tarefa de governar a globalização”, e acrescentou que “se estamos frente a problemas globais, necessitamos de soluções globais”³⁸³. Estes intentos em favor de regulação pretendiam fundar-se na aparente diferenciação entre neoliberalismo e globalização.

O senador uruguaio Alberto Couriel realizou uma distinção, com muita clareza, na sua intervenção na Conferência Interparlamentar da Namíbia, em abril de 1998, na sua argumentação contra o neoliberalismo como ideologia da globalização³⁸⁴. Segundo ele, no imaginário social, a globalização foi vista como algo inexorável. Algo que caiu do céu e tudo indicava que seria muito pouco o que se poderia fazer em oposição. Pois isto foi efetivamente assim? Não seria possível uma alternativa? Estaríamos condenados a ser objetos do avanço estrondoso das forças do mercado globalizado? Bem, essas eram as perguntas que a esquerda uruguaia, no final da década de 1990, se fazia.

O primeiro passo para tentar compreender o que esta esquerda interpretava como globalização é analisar como foi conceituada. Segundo Enrique Rubio (1999), quando se falava de globalização ou mundialização parecia se fazer referência a uma espécie de integração mundial dos processos. “Se aspiramos a formular uma idéia de

³⁸³ UNESCO. **Gobernar la Globalización. La Política de la Inclusión: el cambio de responsabilidad compartida.** Informe sobre os Principios Democráticos e a Governabilidade. México: 1997, p. 232.

³⁸⁴ COURIEL, Alberto. **Gobernar la Globalización.** Comunicação apresentada na 99 Conferência Interparlamentar, Namíbia, 1998, In: RUBIO, Enrique. **El Futuro de la Izquierda.** Montevideo: Marcha, 1999, p. 30.

globalização relativamente exigente, devemos admitir que os conceitos de interdependência e de integração constituem requisitos da globalização, e os mesmos não se sobrepõem com a mesma³⁸⁵. Só que a idéia da globalização aponta para algo mais definido. A globalização predomina quando a lógica capitalista impõe-se como dominante para todos os atores de maior gravitação.

Para Santos (2002), a globalização dá a idéia falsa de que é um processo linear, monolítico, inequívoco e irreversível. Essa idéia de globalização, apesar de falsa, tende hoje a ser prevalecente e toma maior vigor no momento em que extravasa o discurso científico para o discurso político e deste para a linguagem comum, ou seja, quando se transforma de um conceito científico para a estrutura ideológica da vida cotidiana. Santos afirma que, de forma aparente e sem complexidade, a idéia de globalização “obscurece mais do que esclarece o que se passa no mundo”³⁸⁶. Assim, a idéia de globalização, longe de ser inocente, deve ser considerada como dispositivo ideológico e político dotado de intencionalidades específicas.

Por outra parte, na concepção de Couriel (1996), na ideologia da globalização predominou o financeiro frente às questões produtivas; a propriedade privada perante a propriedade social; o mercado frente a qualquer tipo de regulação estatal; o individual sobre o coletivo e o ajuste perante o crescimento e a equidade³⁸⁷. Essa ideologia faz parte do pensamento conservador que, no século XVIII, foi contra os direitos civis dos cidadãos, ao defender a liberdade somente para uma parte da população; no século XIX, foi contra os direitos políticos dos cidadãos, ao atacar a universalização do voto; e no século XX, contra os direitos sociais, ao atacar o Estado de bem-estar.

A globalização transformou em profundidade a economia mundial, a atividade política e a trama ideológica internacional. Na economia, o capital financeiro exerce a supremacia. Na política, a globalização colocou em questionamento o Estado nacional. No terreno das ideologias, o liberalismo converteu-se, durante as últimas duas décadas, numa influente corrente do pensamento e da ação. Na realidade, a primazia do capital financeiro não é o único aspecto relevante da globalização econômica. Importa

³⁸⁵ RUBIO, Enrique. **La Izquierda del Futuro**. Montevideo: Marcha, 1999, p. 31.

³⁸⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: 2ª ed., Cortez, 2002, p. 45.

³⁸⁷ COURIEL, Alberto. **Globalización e Izquierda en América Latina**. Montevideo: Banda Oriental, 1996, p. 27.

ressaltar, igualmente, o desenvolvimento do comércio internacional e os investimentos estrangeiros, a maior aceleração dos intercâmbios comerciais e dos investimentos de capital nos processos de integração regional.

Surge aqui uma interrogação pertinente: as integrações regionais permitiriam enfrentar a globalização? Resultaria desgastante esta pergunta sem pensar na evolução dos níveis extrafinanceiros de interdependência econômica no mundo atual. Uma administração adequada da regionalização poderia permitir enfrentar a globalização³⁸⁸. O desenvolvimento dos Estados e dos processos de integração regional podem permitir colocar sobre bases realistas o objetivo de enfrentar a globalização, na medida em que potencializam atores públicos capazes de se opor ou contrabalançar aos macro-atores privados. Na perspectiva de Rubio (1999), a crise do Estado nacional deveria ser avaliada no marco de propostas de re-elaboração do Estado e da política, com a visão em direção à geração de plataformas para enfrentar os desafios da globalização³⁸⁹.

Por outro lado, os Estados encontraram-se *tensionados* perante demandas muito contraditórias. Em primeiro lugar, a crescente globalização econômica introduziu um grande desafio externo. Em segundo lugar, as grandes empresas e outros atores pressionaram em direção das privatizações e da desregulação. Em terceiro lugar, as transformações sociais e econômicas traduziram-se em reivindicações dos setores que resultaram afetados pelas mudanças. Assim, a economia transnacional foi minando a uma instituição praticamente universal: o Estado nacional.

Esse enfraquecimento dos Estados nacionais foi provocando uma transformação profunda nas relações de poder. De acordo com Artola (1996), no mundo atual assistimos ao enfrentamento de duas lógicas: por um lado, a lógica da geo-economia globalizada e desregulada, cujo predomínio supõe a crise do Estado nacional e que também inclui o enfrentamento a novas formas de fortalecimento das instâncias políticas e estatais. Por outro lado, a lógica de geopolítica multipolar, com base no

³⁸⁸ A integração regional, o multilateralismo e, a partir destes, as coordenações mundiais de esforços constituem caminhos alternativos possivelmente viáveis. Resulta claro que repensar a economia e a política, desde a perspectiva do regional, implicará a necessidade de questionar o neoliberalismo e a outras vertentes liberais e conservadoras, como correntes influentes na globalização.

³⁸⁹ RUBIO, Enrique. op. cit., p. 46.

fortalecimento dos Estados principais e de suas áreas regionais de projeção econômica e política³⁹⁰.

Assim, a lógica da geopolítica multipolar desenvolveu-se em processos de integração regional, como o europeu. Esses processos de integração podem partir de acordos de liberalização comercial, como na América do Norte ou o Mercosul. Essa geopolítica também se concretizou em articulações regionais não institucionalizadas, como no Leste Asiático, e também em meras zonas de influência dos Estados “principais”. Apesar dessa diversidade, a linha principal pareceria consistir numa estruturação do mundo em blocos regionais.

Por sua vez, a lógica da economia globalizada e desregulada não só acentuou a crise do Estado-nação clássica, senão que aprofundou a vulnerabilidade internacional. Os neoliberais argüiram que os Estados nacionais constituíam obstáculos para o desenvolvimento da globalização. Mas as permanentes crises das bolsas de valores ofereceram bons exemplos sobre os riscos que implicam tais enfoques. Os diversos mecanismos de coordenação multilateral das políticas macroeconômicas e setoriais implementadas pelos países mais importantes demonstraram ser parcialmente incapazes para enfrentar os problemas de uma economia globalizada e liberalizada.

À transformação e diferenciação dos Estados nacionais, a lógica da geopolítica multipolar não deverá confundir-se com uma visão catastrófica sobre o futuro dos Estados. Na realidade, muitos deles ainda são imensos poderios e, inclusive, mais fortes que nunca em determinados aspectos, em particular no acesso a recursos econômicos, na disponibilidade de burocracia sofisticada e no domínio de tecnologias da informação. Assim, alguns teóricos norte-americanos como Brzezinski (1997), como exemplo, manifestaram possuir uma clara consciência a respeito da questão. De acordo com ele, o poderio dos Estados seria muito importante e o predomínio norte-americano não se discutiria³⁹¹. Segundo o autor, o *status* norte-americano de primeiro poder mundial não seria disputado por mais de uma geração, porque nenhum Estado pode

³⁹⁰ ARTOLA, Juan. **Reconstrucción Hegemónica, Globalización y Gobernabilidad en el Sistema Internacional Contemporáneo**. Universidad Centroamericana. Mestrado em Relações Internacionais, Manágua, setembro de 1996, p. 23.

³⁹¹ BRZEZINSKI, Zbigniew. A Geostrategy for Eurasia. In: **Foreign Affairs**. Colorado, EUA, setembro de 1997, p. 51.

comparar-se com os EUA nas quatro dimensões do poder: militar, econômico, tecnológico e cultural, que conferem gravitação política global.

De forma simultânea, os Estados nacionais foram despojados de muitos de seus atributos, mas também foram se transformando e diferenciando no econômico e no político. Mas o avanço da geopolítica multipolar não deu origem a instâncias de coordenação capazes de enfrentar os problemas que traz a lógica da geo-economia globalizada. É verdade que se instrumentaram diversos acordos interestatais, regionais ou mundiais, mas os resultados não têm sido relevantes. As limitações dos acordos nos devem lembrar que as decisões produtivas, comerciais, financeiras e tecnológicas concentram-se num punhado de países, e que nos mesmos se encontram a maior parte das empresas multinacionais que assumem posições dominantes em seus respectivos mercados globais.

Aqui poderíamos nos perguntar: como se posicionou a esquerda ante a globalização e a regionalização? No geral, sempre se tem sustentado que a luta da esquerda supera os marcos nacionais. Mas essa tese clássica adquire maior importância justamente no contexto da globalização. Amin (1989) elaborou a tese da *desconexión*, que propunha o isolamento dos países periféricos ao processo globalizador. É difícil de se compartilhar essa tese, visto que se a globalização traz problemas, o isolamento também constitui um de não menor magnitude. Dessa forma, como poderia a esquerda latino-americana preparar-se para enfrentar o processo? No plano internacional, e para enfrentar a nova hegemonia, pareceria necessário impulsionar uma coordenação horizontal dos Estados, fundada numa integração mundial em rede federativa e lutar contra uma globalização que opera sobre as bases de dominação.

Na opinião de Rubio (1999), na perspectiva da esquerda os eixos de tensão e as fronteiras de exclusão originadas em problemas mundiais, como os ecológicos, os ligados com o emprego e os relacionados com a paz, operariam no futuro como referenciais centrais. “Seria conveniente propiciar uma verdadeira política interior mundial para enfrentar, desde a esquerda, os problemas mundiais que se dão com maior intensidade no Sul, mas que também se registram no Norte”³⁹². A questão dos

³⁹² RUBIO, Enrique. op. cit., p. 76.

blocos regionais foi examinada com interesse desde a esquerda, na medida em que se apresentava como uma alternativa consistente à mundialização neoliberal. Assim, o Estado com projeção regional poderia constituir uma das instâncias privilegiadas no político, junto com as instâncias locais, nacionais e mundiais.

Um futuro programa da esquerda latino-americana deveria fixar três amplas metas, segundo Castañeda (1994). A primeira, o estabelecimento, na América Latina, de um Estado de bem-estar autêntico, que estendesse a cobertura da proteção social à maioria da população. A segunda, financiar esse objetivo através de uma profunda reforma fiscal que possibilitasse um alívio significativo da dívida externa. A terceira, fundar as bases para a viabilidade, em longo prazo, das duas primeiras metas, através de uma estratégia nacional de crescimento industrial orientada à exportação e ambientalmente sustentável³⁹³.

Essa proposta foi semelhante às colocadas pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina – Cepal. Num extenso documento publicado em 1992, a Cepal propôs uma série de objetivos não muito diferentes aos expostos por Castañeda:

- a) reforma fiscal;
- b) reformas nas despesas com a finalidade de garantir níveis de investimentos sociais e públicos;
- c) reformas nas empresas do Estado;
- d) reforma política dirigida à redução da dívida externa e a liberar recursos com fins sociais.³⁹⁴

Assim, esses objetivos ou grandes metas não constituiriam um modelo completo de política econômica, e sim o perfil geral de um novo modelo.

Já para o economista brasileiro Celso Furtado (1997), a governabilidade e o desenvolvimento teriam como condição *sine qua non* três objetivos estratégicos que deveriam ser perseguidos simultaneamente:

- a) conseguir uma inserção internacional dinâmica;

³⁹³ CASTAÑEDA, Jorge. **La Utopía Desarmada: intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina**. Bogotá: TM Editores, 1994, p. 537.

³⁹⁴ CEPAL. **Equidad y Transformación Productiva: un enfoque integrado**. Santiago de Chile: Cepal, 1992, p. 88.

b) combater a tragédia moderna da pós-industrialização, ou seja, a falta de emprego, criando postos de trabalho adequadamente remunerados para aqueles que necessitam se incorporar à sociedade;

c) atacar outro problema universal, que seria a má distribuição de renda³⁹⁵.

Assim, as diferentes análises apostavam, na época, para o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

De forma resumida, poder-se-ia sintetizar as premissas do programa para a esquerda em dois grandes focos que norteariam as políticas econômicas:

- 1) a imperiosa necessidade de uma reforma fiscal profunda e;
- 2) a persistência na tentativa de um processo de industrialização dirigido à exportação.

Esta última seria a base para o futuro crescimento econômico. Sua orientação não estaria marcada somente pelo mercado, senão que deveria adequar-se a uma estratégia nacional na qual o Estado, empresas e trabalhadores, guiados por uma política industrial de longo prazo, decidissem os nichos de mercado que melhor se adequassem a suas características.

A esquerda sempre compartilhou a idéia de que o Estado devia assumir um papel fundamental no impulso da industrialização. Também foi uma característica do pensamento da esquerda não deixar esse impulso nas mãos do mercado. Mas a nova ruptura não estava em outorgar um papel central ao setor privado e não aceitar que o mercado devia ter uma função dominante no processo. Portanto, a condição para que a esquerda formulasse um modelo viável e diferente ao do livre mercado era adotar o próprio mercado. Para a esquerda, tratava-se de uma mudança abismal: aprovar um modelo de industrialização que acentuasse o papel do setor privado e convocasse uma aliança entre o empresariado e o Estado.

Na América Latina, a partir da crise da dívida, quebrou-se espetacularmente o modelo de industrialização substitutiva de importações. Mas no geral, em todo o mundo se derrubou, ou pelo menos passou por sérias dificuldades, o modelo com base nas políticas anticíclicas de corte keynesiano e na prioridade do mercado interno, desde o

³⁹⁵ FURTADO, Celso. La deuda Social y la Degradación del Estado. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997, p. 9-14.

momento em que os mercados de capitais começaram a impor, a cada um dos Governos nacionais, a necessidade de controlar o déficit, a inflação e a dívida, para evitar que esses desequilíbrios provocassem movimentos de capital capazes de desestabilizar radicalmente a economia de um dia para outro.

Uma das características importantes foi que a quebra do modelo econômico de pós-guerra supôs, por um lado, a aparição de novas regras de jogo na economia mundial – regras que não dependiam da vontade dos Governos e, nesse sentido, deviam ser aceitas independentemente dos graves inconvenientes que pudessem ter em cada país – e que essa quebra levou, por outra parte, a um aspecto ideológico que se tornou o principal marco de pensamento econômico em quase todas as nossas sociedades. A quebra do modelo tradicional significou uma grande incerteza para todos os atores. Nem os atores econômicos, trabalhadores e sindicatos, consumidores, investidores e empresários, nem os atores políticos, quando se movia no terreno econômico, podiam seguir ajustando-se às estratégias tradicionais.

A questão central foi que a partir da nova situação criada por essa ortodoxia financeira, imposta a todos os governos, produziu-se a ascensão de uma visão de mundo que foi consideravelmente além do que impuseram as regras do jogo. Essa visão de mundo vem pressupor que o crescimento e a prosperidade global, em cada sociedade e para todos os países, seriam maiores quanto menores a regulação e a intervenção pública nos mercados; e, conseqüentemente, quanto mais atuam os mercados, livres de toda interferência, no momento de designar recursos e regular o intercâmbio de bens e serviços. Obviamente, isso é a ideologia neoliberal.

Segundo Perry Anderson (1996), o neoliberalismo nasceu na Europa e na América do Norte, após a Segunda Guerra Mundial, como uma invenção teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar³⁹⁶. O neoliberalismo é, hoje, um conjunto de medidas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos como saída para a crise econômica da década de 1970 e que se posicionaram contra a intervenção do Estado na economia e a favor de se criar condições para a total mobilidade do capital.

³⁹⁶ ANDERSON, Perry. El despliegue del Neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda. In: **Revista Koyeu**. Caracas: n. 75, outubro-dezembro de 1996, p. 35.

Entre as medidas econômicas propostas para favorecer a livre circulação do capital, encontram-se: a abertura incontrolada dos mercados; a desregulamentação ou eliminação de todas as regras para o capital estrangeiro; a privatização das empresas estatais das instituições que prestavam serviços sociais: educação, saúde, fundos de pensão, habitação, entre outras, com a conseqüente redução do papel do Estado e das despesas sociais; a luta prioritária contra a inflação; e a flexibilidade nas relações de trabalho³⁹⁷.

Seu principal objetivo é a estabilidade financeira ou monetária e, para tal, é necessário que se contenham os gastos sociais. O neoliberalismo requer Estados que assegurem a estabilidade econômica e política, que criem condições jurídicas para as operações do capital transnacional e que forneçam a infra-estrutura física e humana necessárias para a acumulação de capital. “A globalização envolve novas formas de articulação econômica e política entre o centro e a periferia. Envolve a penetração dos estados periféricos por parte das elites transnacionais [...]”³⁹⁸.

Importa assinalar que o modelo econômico neoliberal não triunfou em nenhum país do mundo. Portanto, não encontramos, especialmente no mundo desenvolvido e depois dos experimentos de Margaret Thacher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, experiências de êxito com base nesta ideologia. Pelo contrário, se analisamos os êxitos no século XX dos principais países desenvolvidos, encontraremos uma forte presença e intervenção dos Estados nacionais na conformação de seus respectivos modelos econômicos e sociais³⁹⁹.

Na América Latina, tal ideologia gerou tendências de destruição e, especialmente, de exclusão. Na sua concepção mais dogmática, se traduz a idéia de que o mercado resolve tudo e o Estado deve minimizar-se ou desaparecer; portanto, não seriam necessários nem os políticos, nem os partidos políticos e, como conseqüência, se coloca em questionamento a própria democracia. Segundo Lechner (1996), para o neoliberalismo o objetivo explícito seria o de despolitizar a economia e o implícito seria a despolitização da vida social. O mercado e a iniciativa privada não

³⁹⁷ HARNECKER, Marta. **Tornar Possível o Impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 193.

³⁹⁸ ROBINSON, William. Un estudio de caso sobre el proceso de globalización en el Tercer Mundo. In: **Pensamiento Propio**. Manágua: janeiro-abril de 1997, p. 202.

³⁹⁹ COURIEL, Alberto. **La Izquierda y el Uruguay del Futuro**. Montevideo: Banda Oriental, 2004, p. 43.

desrespeitam somente a política econômica, senão que apontam para uma reorganização integral da sociedade⁴⁰⁰.

A Confederação Nacional de Trabalhadores – PIT-CNT manifestou, no ato realizado em Montevideu em 1º. de maio de 1999, que o modelo neoliberal levou a uma grande fragmentação social, que excluiu os frutos de crescimento econômico da maioria da população, que tem destruído o aparelho produtivo do país, em especial na agropecuária e na indústria, que transformou as políticas sociais de saúde, educação e habitação em mercadorias a que ascendem os que têm dinheiro para pagá-las, que fechou as instâncias de participação cidadã no país, de tal forma que “[...] subordinou todas suas políticas ao supremo objetivo do equilíbrio macroeconômico, comprometendo seriamente os destinos da maioria da população”⁴⁰¹.

Posteriormente, em 2000, a Central Sindical proclamava que “todos temos presente as conseqüências que para os povos, especialmente os do Terceiro Mundo, trouxe a globalização neoliberal”. Para nossa América Latina, e em particular para nossa região, parece clara a alternativa de unificar esforços, desenvolvendo uma integração real entre os povos, de modo que alcance todos os planos, e não só o econômico e o comercial. “O PIT-CNT sempre denunciou o caráter antipopular do projeto de integração elaborado pelo governo dos países da região; lutamos desde todos os âmbitos, não só desde o discurso por um outro Mercosul, e assim por outro projeto de integração”⁴⁰².

As declarações do sindicalismo contra as políticas neoliberais foram claras e contundentes. “Rejeitamos, totalmente, mais uma vez, as privatizações novamente impulsionadas pelos acordos *blancos-colorados*. Deve ficar claro que os serviços essenciais de um país não são uma mercadoria, senão necessidades das pessoas e que, portanto, sua prestação deve ser totalmente alheia a qualquer interesse de lucro. Os ganhos que geram as Empresas Públicas devem continuar sendo usados para o

⁴⁰⁰ LECHNER, Norbert. Estado y Sociedad en una perspectiva democratica. In: **Estudios Sociales. Revista Universitária**. Santa Fé: n. 2, 1996, p. 42.

⁴⁰¹ PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 1999**. Montevideo: mimeo, p. 6.

⁴⁰² PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2000**. Montevideo: mimeo, p. 4.

Orçamento Nacional, para solucionar problemas sociais, e não para engordar os bolsos das empresas transnacionais”⁴⁰³.

Assim, o movimento sindical concebia as privatizações, a abertura comercial indiscriminada, a desregulação do mercado de trabalho, a distribuição regressiva da renda, com o objetivo de formar um modelo “exportador” como políticas neoliberais, com conseqüências sociais dramáticas em termos de fome e desemprego, geradas como parte dos custos sociais dos ajustes estruturais. “Que avanço teve a participação da América Latina nos fluxos do comércio internacional? No ano de 1990, toda a América Latina significava 5,8% das exportações mundiais; no ano de 2000, a América Latina significou 6% das exportações mundiais”⁴⁰⁴.

Um dos mais importantes intelectuais do Partido Socialista Uruguaio afirmava, em 1998, que as alternativas ao projeto neoliberal não poderiam constituir-se na volta ao passado *sesentista*, senão que deveria assumir, como ponto de partida, o conjunto de mudanças tecnológicas, colocando-as numa perspectiva emancipatória⁴⁰⁵. Um dos grandes temas de discussão do período progressista foi o do desenvolvimento nacional a partir do desenvolvimento tecnológico. A presença do novo paradigma “tecnológico” tornou-se uma constante no discurso da esquerda progressista uruguaia, de modo que incorporou o discurso globalizador, que é totalmente antagônico por essência, a qualquer prática emancipatória.

Como afirmou Chesnais (2000), somente uma enorme amnésia histórica, conjuntamente com apelos para se submeter à inevitabilidade das mudanças e para se resignar à tirania dos mercados, “[...] poderia dar crédito à idéia de que um regime marcado por uma dinâmica de fraca acumulação industrial, de empregos cada vez mais raros e precários e de regressão social e política possa ser considerado ‘irreversível’ e revestido de uma legitimidade histórica qualquer”⁴⁰⁶.

A década de 1990 incorporou novas temáticas no cenário político e social no mundo. A esquerda deparou-se com um novo arcabouço de paradigmas que vieram a

⁴⁰³ PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2001**. Montevideo: mimeo, p. 15.

⁴⁰⁴ PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2003**. Montevideo: mimeo, p. 4.

⁴⁰⁵ LAGUARDA, Manuel. Exposição em *Asamblea Uruguay*. In: **Ciclo de Debates: Uruguay en Asamblea**. Montevideo: Banda Oriental, 1998, p. 37.

⁴⁰⁶ CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 102.

atuar como “substitutivos” dos velhos paradigmas da esquerda tradicional. Substitutivos, porque acabaram substituindo algumas das tradicionais reivindicações da esquerda, no contexto da “renovação ideológica”. No caso uruguaio, temas tradicionais como a reforma agrária, o imperialismo e a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior foram substituídos por novas preocupações temáticas oriundas do discurso globalizador.

Novas temáticas e, porém, novos conceitos foram incorporados à esquerda, como no caso do conceito de “sociedade civil”, que veio como substituto do conceito de sociedade capitalista. “O efeito desse novo conceito seria o de fazer desaparecer o conceito de capitalismo, ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coesão sistêmica, ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotado da capacidade de intervir em todos os âmbitos da vida social”⁴⁰⁷. Dessa forma, substituiu-se também na esquerda uruguaia o conceito de “classes” pelo de sociedade civil, em nome da “renovação ideológica”.

Logicamente que esse conceito (como tantos outros) não é novo, mas sim o é, e de forma completamente inovadora, a visão e a readaptação que se fizeram dele. No caso da sociedade civil, ela está presente na obra de Adam Ferguson *Ensaio sobre a História da Sociedade Civil* (1767) e, fundamentalmente, em três essenciais representantes do pensamento moderno: Hegel, Marx e Rousseau. Nos debates sobre sociedade civil no século XX, os dois protagonistas de maior significação, e completamente antagônicos, foram Antonio Gramsci e Norberto Bobbio.

Gramsci (2001)⁴⁰⁸ avançou no sentido de uma atualização do pensamento marxista sobre o conceito de sociedade civil. Enquanto em Marx o momento da sociedade civil coincide com a base material (contra-posta à superestrutura onde estão as ideologias e as instituições), para Gramsci o momento da sociedade civil é superestrutural. Assim, Gramsci concebeu dois grandes planos superestruturais: por um lado, o que se chamaria sociedade civil, isso como um conjunto de organismos do âmbito privado; e pelo outro, o da sociedade política ou Estado, a qual exerce a função da hegemonia que o grupo dominante expressou no Estado.

⁴⁰⁷ WOOD, Meiksins Ellen. **Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 210.

⁴⁰⁸ Ver: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3.

Mas, a re-significação do conceito de sociedade civil, nos debates do final do século XX, correspondem a Norberto Bobbio que, a partir de 1986, principalmente no seu livro *Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política*, retoma o tema e oferece, assim, uma base “teórica” para a “atualização da esquerda” e, nesta, a re-significação do conceito de sociedade civil. Para isso, Bobbio afirma que no atual discurso político a expressão “sociedade civil” se emprega como termo dicotômico entre sociedade e Estado. Segundo o autor, “Por sociedade civil entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto de aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo”⁴⁰⁹.

Como observou Santos (2002), o dualismo Estado – sociedade civil nos últimos 200 anos quase sempre tentou ocultar sua matriz, ou seja, a idéia de que tanto o Estado como a sociedade civil, mesmo que reciprocamente autônomos, são parte integrante um do outro e não podem ser concebidos como entidades separadas. Santos mostrou como esse dualismo foi a “espinha dorsal” da teoria política liberal e que, da mesma forma, também foi adotado pelo pensamento marxista, claro que a partir de uma concepção diferente⁴¹⁰.

Ellen Meiksins Wood (2003) avançou sobre a visão de Bobbio, na direção de uma explicação plausível para essa substituição de determinados conceitos. No caso da “sociedade civil”, ela explica que esse abrigo conceitual, que tudo cobre, desde as mais variadas instâncias da vida cotidiana, como os lares, as associações voluntárias, comunitárias, cooperativas até o sistema econômico do capitalismo, confundiu e disfarçou determinados elementos conceituais, cumprindo uma função ideológica específica. Na Europa Oriental, ele inclui tudo: desde a defesa dos direitos políticos e das liberdades culturais até a reestruturação do capitalismo das economias pós-comunistas.

Nas palavras de Wood: “Sociedade civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode-se juntar a outros bens menos

⁴⁰⁹ BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade: Para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 8ª ed., 2000, p. 33. (primeira edição 1986).

⁴¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2002, p. 173.

ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida”⁴¹¹. Dessa forma, a autora alertou para uma redução aparente – por intermédio destes novos conceitos – da lógica totalizadora e do exercício do poder coercitivo do capitalismo, que minimizaram todo o sistema social do capitalismo a um conjunto de instituições e relações fragmentadas em aparentes condições de igualdade.

No Uruguai, em 1996, Eduardo Gudynas e Alain Santandreu publicaram um artigo sobre sociedade civil: *Potencialidades y Limites*. Nele, os autores criticaram as manifestações do Partido Colorado que afirmavam que o Estado deveria transferir progressivamente recursos financeiros e responsabilidades aos cidadãos, concebendo isso como um processo “conveniente”, além de “inexorável”, vinculado ao desenvolvimento de novas formas de exercer a liberdade numa sociedade democrática.

Essa perspectiva aludia a uma dicotomia entre sociedade civil *versus* sociedade política, onde se envolviam diversas expressões cidadãs, desde comissões de bairro a organizações empresariais. Os autores afirmaram que, em muitos casos, a sociedade civil terminava “superposta” ou incluída a conceitos como sociedade, povo, movimentos sociais, entre outros⁴¹². Aparentemente, parecia haver consenso em que a sociedade civil manifestava-se na esfera pública e que se distinguia claramente do Estado.

Um outro ponto de polêmica que trouxe o conceito de sociedade civil (no novo contexto) foi o de ser confundida com as organizações não governamentais (ONGs). O que resulta evidente é que a primeira representa muito mais do que a segunda. Assim, pode-se chegar a afirmar que algumas ONGs representam apenas alguns setores da sociedade civil. A própria composição dessas organizações comportou uma ampla gama de atores: desde donas de casa até empresários, desde marginais até fazendeiros.

O que resultava evidente era que por mais que se insistisse em apresentar a sociedade civil como uma unidade, ela não era isso. Ela se apresentava como diversos conjuntos de distinta natureza. O problema residia em que se argumentava que as práticas oriundas da sociedade civil eram originais, abordavam rápidas respostas a

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² GUDYNAS, Eduardo; SANTANDREU, Alain. Sociedad Civil: Potencialidades y Limites. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n 114, abril de 1996, p. 17.

problemas concretos de forma efetiva e com amplo poder de convocação. Assim, evitava-se observar as limitações que indicavam, na maioria das vezes, que as práticas eram *reativas* e denunciativas⁴¹³.

Nas discussões sobre a temática, acontecidas no Uruguai a partir de 1996, pode-se observar também que desde a sociedade civil nem sempre se propiciou um encontro com a sociedade política, nem um diálogo para a efetiva solução dos conflitos. Assim, alguns conflitos tornaram-se endêmicos, em que, desde um e outro lado, se faziam acusações mútuas. Na opinião de Gudynas e Santandreu, o saldo desse tipo de situações, fosse aquelas onde os problemas não se resolviam ou nas que questionavam a política, não produziu benefícios para ninguém e, alertaram os autores, “[...] são perigosas para a democracia”⁴¹⁴.

Nesse sentido, o argentino Javier Franze (1994) sustentou que a sociedade civil tendia a adotar uma atitude dupla: por um lado, com uma crítica que reivindicava o refazer da gestão política; e pelo outro lado, práticas e decisões que colocavam a política ainda “mais longe”, tirando do Estado para dar ao mercado⁴¹⁵. Aqui, evidenciou-se outra fase do conceito, na qual a sociedade civil ficou presa na ilusão de que o mercado ofereceria participação e controle, quando, na realidade, erodiu ainda mais a vida social.

Tomaremos três temas que se incorporaram às plataformas programáticas da esquerda uruguaia: a sociedade do conhecimento, como novo paradigma oriundo da revolução tecnológica; a concepção de inovação, ciência e tecnologia, a partir de um novo enfoque propiciado pelo anterior; e o ambientalismo, como discurso generalizado dentro do espectro político nacional, utilizado por todos os atores políticos. Essas três temáticas trouxeram vastas discussões e inúmeras matérias jornalísticas no âmbito nacional, mas também foram alvo de várias teorizações por parte de alguns intelectuais da esquerda.

⁴¹³ Denunciavam-se problemas e se reagia ante o que se considerava injusto, mas, na maioria dos casos, terminava-se transferindo a responsabilidade pelas soluções ao Estado. Dessa forma, foi observado em muitos casos como nos movimentos de bairros onde se exigiam instâncias de co-participação para a identificação de problemas e seu respectivo manejo, esperou-se que o governo nacional, estadual ou municipal os solucionasse. Existiram poucos exemplos de ação direta, independente e auto-gestionada.

⁴¹⁴ Idem, p. 18.

⁴¹⁵ FRANZÉ, Javier. **La Sociedad Civil Frente a la Crisis de la Política**. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 1994, p. 102.

A sociedade do conhecimento tem sua base fundacional na revolução tecnológica que se constituiu como um novo paradigma sobre os pressupostos do domínio da informação – que a microeletrônica possibilita – e no vínculo imediato entre a ciência e sua expressão como técnica. Num fluxo dominado pela inovação incessante, a atividade científica converteu-se numa das primeiras formas produtivas. Portanto, os novos produtos da atividade científica se constituiriam como verdadeiros tesouros em matéria de informação estratégica.

A informação e o conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia e a evolução da tecnologia determinou, em grande parte, a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. Mas, como afirmou Castells (2000), “[...] estamos testemunhando um ponto de descontinuidade história. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne produto do processo produtivo”⁴¹⁶.

O processo de domínio técnico tem seu foco na informação. Os fluxos de informação são acumulados, tratados e transmitidos, principalmente através da nova base técnica que a microeletrônica oferece. Enrique Rubio (1999) analisou esses processos visando à interpretação da sociedade do conhecimento e os novos desafios que se apresentavam para a esquerda. A pergunta-chave para essa interpretação era: qual é o significado real de um paradigma centrado no domínio da informação? Como resposta, identificamos três elementos de destaque.

Em primeiro lugar, significa que uma boa parte dos aspectos informacionais constitutivos das relações do homem com a natureza e do homem com o homem podem ser substituídos, no processo de produção, pela administração computacional e que tal característica – como a energia em paradigmas anteriores – passa a ser o eixo da revolução técnica contemporânea. Em segundo lugar, implica que o domínio da informação constitui-se num fator relevante em todas as áreas; de fato, a microeletrônica e a informática permitem processar informações, as telecomunicações transmitem informação, a automação se funda na programação de instruções e

⁴¹⁶ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol.1, 4º ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 87.

mensagens, e a biotecnologia dispõe de decodificação dos códigos biológicos para operar sua reprogramação. Em terceiro lugar, assinala que a revolução técnica funda-se num fator com novas propriedades. Efetivamente, as propriedades da informação, como valor de uso, resultam muito particulares, visto que, em princípio, a mesma não se esgota no seu consumo, é relativamente intangível, armazenável e não perecível, e pode incorporar-se com facilidade a outros bens⁴¹⁷.

Entre as características do novo paradigma, em relação com os processos de produção e possibilitadas pelo domínio da informação, cabe destacar o desenvolvimento da “integração” e da “flexibilidade” em todos os terrenos. Na planta de produção, esse aspecto se manifesta num novo modelo integrado do processo produtivo, na inteligência distribuída, na introdução de bens e serviços intensivos em informação. No vínculo com provedores e consumidores, a “integração” e a “flexibilização” se aprofundam na adaptação à demanda produtiva ou final.

Com a mudança de paradigma, aprofundou-se a divisão do trabalho⁴¹⁸ e, com ela, a sua “integração”. Essa integração pode manifestar-se como automação e também como um aparente enfraquecimento da divisão entre trabalho manual e intelectual, ao reduzir-se a incidência do primeiro e tornar-se mais diretamente produtivo o segundo. Todos esses processos transformaram as estruturas empresariais e os sistemas de produção, conseqüentemente modificando as relações de trabalho e adaptando-as as novas necessidades da globalização, como “novo” detentor dos processos de acumulação de capital.

O aumento da flexibilidade, qualidade e produtividade no sistema produtivo, como elementos da nova ordem capitalista de produção, sendo o discurso predominante que caracteriza e lidera a ideologia da pós-modernidade no âmbito mercadológico, são as faces claras de políticas ditadas pelas lideranças do capitalismo globalizado, principalmente o FMI e o Banco Mundial. Essa situação de mercado que

⁴¹⁷ RUBIO, Enrique. **La Izquierda del Futuro**. Montevideo: Marcha, 1999, p. 106-107.

⁴¹⁸ Como apontou Chesnais (1996): “Nesse contexto é que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais (tanto os do setor manufatureiro quanto os das grandes atividades de serviços), das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças. Beneficiando-se, simultaneamente, do novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores, os grupos puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização e também modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial”. CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 34.

encontramos hoje no Uruguai é comum aos países da América Latina como um todo, com alguns ajustes regionais, mas igual no processo de reestruturação político-econômica.

Por outra parte, em forma conjunta, as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho permitiram o aumento substancial da produtividade que, como resultado imediato, incrementaram o aumento da crescente dispensa de mão-de-obra. Assim, o aumento da produtividade não tem levado a um aumento do emprego capaz de absorver uma boa parte da mão-de-obra que se excluiu do sistema produtivo. Dessa maneira, o sistema cria mecanismos de exclusão social, que ou tornarão exclusão estrutural⁴¹⁹.

Na análise de Maar (2003), o conceito de “modo de produção” entrou em desuso quando as políticas social-democratas conservadoras avançaram, “[...] vinculando a mudança de sentido em prol do bem-comum a concepções continuístas da prática política, ao ocultarem a determinação social – o ‘modo’ – subjacente às suas reformas”⁴²⁰. Assim, generalizaram-se perspectivas de valorização capitalista do trabalho, impedindo a autodeterminação apreendida no contexto de um trabalhador coletivo pelo prisma da crítica ao capital⁴²¹.

⁴¹⁹ Observa-se que, como resultado de uma lógica de acumulação capitalista, de mundialização dos mercados, de mudanças nas formas de concorrência e cooperação interempresarial, encontramos alguns dos elementos marcantes das transformações estruturais que embasam a globalização econômica. Um mercado de trabalho extremamente heterogêneo, onde qualidade e produtividade são fatores de competitividade, o desemprego estrutural e as variantes de um mercado mutante e excludente fazem parte da composição deste mundo do trabalho.

⁴²⁰ MAAR, Wolfgang Leo. Por Uma Nova Cultura Política. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n. 1, 2003, p. 56.

⁴²¹ Dessa forma, o bem-comum é socialmente determinado e não é uma meta independente do processo pelo qual se instaura. Maar afirma que “modo” deve ser apreendido nos termos de modo de produção, “[...] que impõe uma determinação social ao processo de reprodução material dos homens em sociedade, de maneira que se alienam, ou não, da sua autodeterminação”. Assim, concluiu Maar, a democracia participativa constitui-se como um elemento essencial deste novo modo de política. Idem, p 57.

Intensificam-se as transformações no processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos do taylorismo/fordismo, onde se destaca, de forma especial, o toyotismo⁴²². Essas transformações decorrentes da concorrência intercapitalista visam a controlar o movimento dos trabalhadores e, por conseguinte, a luta de classes⁴²³. Basicamente, a forma de produção flexibilizada procura a adesão dos trabalhadores, que devem aceitar, na íntegra, os projetos do capital.

Segundo Antunes (2000), o toyotismo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Os direitos do trabalho são desregulamentados, são flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumental necessário para poder adequar-se a uma nova fase de produção. “Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção”. Diminui-se o despotismo taylorista através da participação dentro do universo da

⁴²² O Taylorismo é um sistema de organização do trabalho, especificamente industrial, que tem como base a separação das funções de planejamento e execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. Consiste numa estratégia patronal de gestão e organização do processo de trabalho, e, conjuntamente com o fordismo, estruturaram a organização científica do trabalho. Esta concepção conjugou a utilização intensiva da maquinaria, o controle e a disciplina na fábrica, visando à eliminação da autonomia dos produtores diretos e do tempo ocioso, como forma de assegurar aumentos na produtividade do trabalho. Estes princípios de racionalização produtivista foram desenvolvidos pelo engenheiro norte-americano F. W. Taylor (1856-1915); posteriormente, Henry Ford (1863-1947) os aperfeiçoou. Desde a década de 1930 até a década de 1970, este foi o modelo organizacional do trabalho predominante. A partir de 1973, a crise estrutural do capitalismo, gerada pela crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, fez com que o capital mergulhasse num processo de reestruturação. Nesse momento, instaura-se uma corrida, entre os países considerados superpotências, pela acumulação de capital e a competitividade passa a ser o elemento mais importante. Para conseguir competir, então, nos grandes mercados, a Toyota japonesa precisaria modificar e simplificar o sistema da empresa americana Ford. Na procura de soluções para esse encaminhamento, iniciaram um processo de desenvolvimento de mudanças na produção. Introduziram técnicas em que fosse possível alterar as máquinas rapidamente durante a produção, para ampliar a oferta e a variedade de produtos, pois, para eles, era onde se concentrava a maior fonte de lucro. Obtiveram excelentes resultados com essa idéia e ela passou a ser a essência do modelo japonês de produção. Nesse contexto, assistimos a uma nova fase de exploração da mão-de-obra, a chamada acumulação flexível – a partir do modelo de produção criado pelos japoneses, toyotismo – e, junto com ela, a degradação das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, dos trabalhadores.

⁴²³ É importante observar o comentário a este respeito realizado por Carreras (1994), como exemplo do que a intelectualidade uruguaia opinava sobre o tema: “A dinâmica pela qual o Estado assumiu a função de assegurar o mercado de trabalho dissolveu as classes sociais no capitalismo, de maneira que nos encontramos ante o fenômeno de um capitalismo sem classes, mas com todos os problemas da desigualdade social”. CARRERAS, Sandra. *La Izquierda Hacia el Siglo XXI: de la desesperación de la duda a la incertidumbre como programa*. In: **La Vigência de las Propuestas Socialistas: aportes a la discusión**. Montevideo: Fesur, 1994, p. 45.

empresa, através do envolvimento manipulado dos trabalhadores pelo novo modelo do capital⁴²⁴.

No caso dos Estados Unidos, analisado por Emir Sader (2003), pode-se observar que a grande elevação da superexploração dos trabalhadores, combinada com uma importante renovação tecnológica na qual a informática teve um papel essencial, foram os impulsores do novo ciclo de acumulação e expansão do capital. Como observou Sader: “Durante os cinco mandatos seguidos, completando duas décadas – dois governos Reagan, governo Bush pai, dois governos Clinton –, os trabalhadores perderam direitos, em grande medida pela generalização da chamada *flexibilização laboral*’, eufemismo que camufla a superexploração, acelerando a rotatividade de mão-de-obra num país que já contava com pouca proteção social para a força de trabalho”⁴²⁵.

Existe uma tendência à *desclassização* da injustiça social, que se manifesta claramente na distribuição do desemprego. Por um lado, existe uma grande corrente de desempregados que se encontram temporariamente nessa situação por períodos mais ou menos longos. Por outro, o percentual de quem tem perdido definitivamente seu trabalho, ou daqueles que nunca puderam ascender a ele, aumenta constantemente. Assim, também aumentam as “zonas cinzas” entre o desemprego registrado e o não registrado, e entre a ocupação e a subocupação.

⁴²⁴ ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: 7ª ed., Cortez, 2000, p. 24.

⁴²⁵ Sader apontava para outro fenômeno que se caracterizava como um fato fragilizante: a intensificação do ingresso crescente de força de trabalho imigrante, que, no geral, era contratada de forma ilegal, tornando-se, portanto, mais vulnerável à superexploração, por não se poder sindicalizar e por conviver permanentemente com o risco da extradição. SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 73.

Tudo isso significa que, na situação de desemprego, coincidem os temporais, os permanentes e as formas mistas. Entre eles já não existem características biográficas nem contextos de classe comuns. A agudização das desigualdades sociais coincide com a individualização. Desse modo, os problemas sistemáticos são atribuídos ao fracasso pessoal e, assim, despolitizados. Registra-se uma nova *imediatez* do indivíduo e da sociedade, no sentido de que as crises sociais aparecem como individuais⁴²⁶ e que seu caráter social não é apreciado, ou só aparece em forma muito mediatizada. Essa também é uma conseqüência da nova ordem mundial do capitalismo.

Conforme os dados apresentados por Sader, a América Latina passou a viver a pior crise de desemprego, iniciada em 1995, ano da crise mexicana: “Chegando a cerca de 10%, para um total de 18 milhões de pessoas. Na Argentina, o desemprego passou de 7,5%, em 1990, para 21,5%, no começo de 2002. Quarenta e cinco por cento da população – 45 milhões de pessoas – não tinham emprego decente em 1990, porcentagem que subiu para 50,5%, isto é, para 53 milhões de habitantes. De cada dez empregos criados nesse período, sete estão no setor informal, no qual apenas dois de cada dez empregados têm acesso a benefícios sociais”⁴²⁷.

No caso particular do Uruguai, a situação da pobreza no país, em 1995, foi analisada por Walter Cancela, num estudo em que, a partir de indicadores convencionais, tais como linha de pobreza, necessidades básicas não satisfeitas e das informações oriundas da atualização do censo de 1985, observando questões como o número de integrantes por núcleo familiar, condições de abastecimento de água, saneamento básico, alfabetização e educação, entre outras, evidenciaram que em Montevideu havia 22,3% de famílias com suas necessidades básicas não satisfeitas. Essa situação, no interior do país, aumentava para 27,6%⁴²⁸.

⁴²⁶ O trabalho por conta própria, ao que a retórica neoliberal quer nos apresentar com o grandioso título de micro-emprego, não é senão uma estratégia individual a qual apelam os desempregados, provenientes de diversas classes, como estratégia de sobrevivência, ficando obrigados a assumir pessoalmente todos os riscos e tendo que suportar a responsabilidade por um possível fracasso. A conseqüência inevitável é aqui, também, a concorrência selvagem e a dissolução dos antigos laços de solidariedade que haviam caracterizado a cultura operária de outros tempos. A respeito deste tema, veja-se WEBER, Gaby; CAMPORA, David. **Reflexiones conjuntas sobre la actual crisis civilizatória**. Montevideo: Trilce, 1992.

⁴²⁷ SADER, Emir. op. cit., p. 121.

⁴²⁸ CANCELA, Walter. La Situación de Pobreza en Uruguay. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 106, julho de 1995, p. 45.

O aumento das desigualdades e da pobreza que se registrou nas décadas de 1980 e 1990 ficou, em grande parte, como consequência da reestruturação das economias nacionais na seqüência dos programas de ajuste estrutural, como começou a ser admitido pelas próprias instituições internacionais que os impuseram. Conforme Hespanha (2002), desde 1997 o discurso do Banco Mundial tem vindo a se tornar cada vez mais “crítico” dos resultados de aplicação das políticas de ajuste estrutural, designadamente do crescimento das desigualdades e da pobreza.

“No entanto, esse discurso não coloca em causa os fundamentos da agenda econômica neoliberal, pouco contribuiu até agora para uma revisão séria da situação”⁴²⁹. Da mesma forma, o FMI, embora instituído no argumento de que a globalização abre vastas oportunidades para o desenvolvimento dos países pobres e não representa uma ameaça, reconhece que “essas oportunidades não vão sem riscos, que os riscos emergentes dos movimentos de capital voláteis, que os riscos da degradação social, econômica e ambiental associados ao agravamento da pobreza e das desigualdades”⁴³⁰.

A gravidade da situação conduziu a que o combate contra a pobreza faça parte da agenda dessas instituições, mais numa perspectiva em que a pobreza foi considerada um subproduto das políticas de reajuste e estas, um mal necessário. No caso uruguaio, todas as instituições políticas partidárias incorporaram a suas plataformas programáticas a questão do combate à pobreza como urgente. O problema é que, no período de 1999 a 2003, a quantidade de pessoas em situação de pobreza extrema aumentou substancialmente.

⁴²⁹ HESPANHA, Pedro. Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a Teoria Social. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. SANTOS, de Sousa, Boaventura (Org.) São Paulo: Cortez, 2002, p. 173.

⁴³⁰ Idem.

Tabela 4. Incidência da Pobreza Extrema no Uruguai – 1999-2003
(expresso em percentual)

Ano	Montevideu (urbano)	Interior do país (urbano)	Total (urbano)
1999	1.1	1.3	2.4
2000	1.3	1.7	3
2001	1.1	1.5	2.6
2002	2.1	1.8	3.9
2003	3.3	2.2	5.5

Fonte: REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. **Estimaciones de Pobreza por el Método del Ingreso**. Imprenta Oficial, 2004, p. 13.

A *Vertiente Artiguista*, em 1998, no seu documento “Aportes Programáticos”, desenvolveu um “Plano de Justiça Social e Qualidade de Vida”, onde definiu prioridades para o combate à pobreza. Estas consistiam em:

- a) Criar um Fundo Nacional para a infância;
- b) Conseguir avanços significativos na implementação de uma Convenção Internacional dos Direitos da Criança;
- c) Expansão dos centros de ensino pré-escolar;
- d) Instrumentar programas de alimentação;
- e) Ampliar campanhas de medicina preventiva;
- f) Desenvolver programas nacionais de atenção à Terceira Idade⁴³¹.

De outra parte, no *Plan de Emergencia 2000*, realizado pelo Encontro Progressista – Frente Ampla, afirmou-se: “Temos que deter o deterioramento do capital humano [...] O Estado e toda a Sociedad, estamos moral e eticamente interpelados ante a constatación de que há compatriotas com fome, que cresce a indigência entre crianças e que se estende, de forma alarmante, a violência dos Direitos Humanos”⁴³². O plano emergencial envolvia medidas e estratégias de ação no âmbito econômico-

⁴³¹ VERTIENTE ARTIGUISTA. **Aportes Programáticos de la Vertiente Artiguista: el desarrollo productivo y la modernización solidária**. Montevideo: Vertiente Artiguista, 1998, p. 10.

⁴³² ENCUENTRO PROGRESISTA-FRENTE AMPLIO. **Plan de Emergencia 2000**. p. 13.

financeiro do país, fundamentalmente nas áreas de exportações e de tributação fiscal, o que lhe conferiu pouca “eficiência” no combate à fome.

Em 2002, o documento *Marco* da *Nueva Mayoría* expressava: “Contamos com mais de um século de esforços e sacrifícios para avançar em direção a uma sociedade na qual se superem as barreiras da pobreza e da exclusão social. [...] Porque, hoje, compreendemos melhor que nunca a nossa sociedade, em toda a complexidade de sua realidade e seus problemas, assim como a maioria dos uruguaios compreende e recebe com expectativa nossa mensagem de esperança, progresso, solidariedade e paz”⁴³³.

Por sua vez, o Partido Socialista, em 2004, assumiu um discurso pouco convencional dentro do contexto *encuentrista-frenteampalista* da época, definindo que uma proposta socialista deveria priorizar os temas da infância e da pobreza como uma questão ética, com base na igualdade e a liberdade. “Deve ser prioridade da ação socialista atingir o acesso igualitário para resolver o tema da pobreza, e as políticas de redistribuição de renda que busquem reduzir as desigualdades devem integrar a proposta socialista”⁴³⁴.

Nesse sentido, Maar (2003) afirmou que a questão da fome é ética e política, e não uma questão meramente técnica. O problema da fome coloca na ordem do dia uma necessidade plenamente possível, real, e não ideal. “É a ética aqui e agora. A própria realidade social gera seu referencial normativo”⁴³⁵. Conforme Maar, a ética não é orientada por uma idealização de igualdade abstrata; ela se instala concretamente, a partir da possível necessidade de suprimir a desigualdade, tecnicamente injustificável.

Assim, o ponto de partida é real, a fome realmente existente, e não a igualdade abstrata. “A fome é a expressão da negatividade no processo de reprodução social vigente. Aqui se encontra a vida, o maior de nossos ‘valores’, mas a vida sujeitada, aviltada. Não é a vida bela, mas a vida avassalada pela dominação secular”⁴³⁶. Dessa forma, o tratamento da questão da fome pelas políticas reformistas da social-democracia uruguaia são meramente paliativas, visto que, por um lado, distinguem o

⁴³³ NUEVAS MAYORÍAS. *Documento Marco*. 2002, p. 3.

⁴³⁴ PARTIDO SOCIALISTA. *Perspectivas acerca de la Democracia sobre Nuevas Bases, el gobierno progresista y el socialismo en el Uruguay*. Montevideo: Partido Socialista, mimeo, 2004, p. 8.

⁴³⁵ MAAR, Wolfgang Leo. op. cit., p. 60.

⁴³⁶ Idem, p. 61.

social e, do outro, não refletem sobre os modos de produção. Seus objetivos focam-se em acabar com a existência de famintos, não de acabar com a fome.

Independentemente dos discursos, a esquerda eleitoral uruguaia careceu de uma estratégia que possibilitasse a implementação de políticas públicas para o combate à fome. A incorporação de novos paradigmas parece haver obscurecido a visão crítica de uma esquerda que, tradicionalmente, sustentou posturas e propostas claras para as problemáticas sociais mais urgentes. Esses novos paradigmas contribuíram para a “substituição” de conceitos e problemas a eles atrelados em nome da atualização ideológica.

Assim, a defesa dos vários “benefícios” apontados pela sociedade do conhecimento sob o paradigma da “sociedade tecnológica” adquiriu *status* de verdade indiscutível em si, sendo que os avanços tecnológicos pouco interferiram na base social das desigualdades crônicas que, de fato, permanecem intocadas. Como consequência, pode-se observar que mesmo o impacto potencialmente benéfico dos próprios fatores tecnológicos foi anulado pelas determinações da ordem social dominante.

Por outro lado, tornou-se moda falar sobre a ascensão da “sociedade tecnológica”, concebida como um tipo totalmente novo de “sociedade humana”, na qual fatores como a ciência e a tecnologia ditam as formas dominantes de pensamento e moldam cada vez mais quase todos os aspectos de nossa vida cotidiana. Como afirmou Mészáros (2004): “Desta maneira, a imagem da tecnologia como o agente todopoderoso e independente que interfere com a ordem estabelecida e seus valores foi pintada com alguma apreensão: como a tecnologia molda cada vez mais quase todos os domínios de nossas vidas cotidianas, ela poderia transformar ou destruir os fundamentos sociais de nossos valores humanos mais prezados”⁴³⁷.

Mészáros avançou nesse tema e afirmou que não pode haver um “tipo totalmente novo de sociedade”, criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos, porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e determinações sociais de sua época. Conseqüentemente, não são nem mais “impessoais e não-ideológicas”, nem mais ameaçadoras do que qualquer

⁴³⁷ MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 262.

outra prática produtiva importante da sociedade em questão. “A idéia de que a ciência segue um curso de desenvolvimento independente, de que as aplicações tecnológicas nascem e se impõem sobre a sociedade com uma exigência férrea, é uma simplificação demasiadamente grosseira com objetivos ideológicos”⁴³⁸.

A questão levantada por Mészáros apresenta-se de forma dupla. Por um lado, consiste em perguntar que tipos de desenvolvimentos sociais – em sua interação dialética com as práticas científicas e tecnológicas correspondentes – foram responsáveis pela criação do atual relacionamento entre a sociedade, a ciência e a tecnologia, que causa nas pessoas a mais profunda preocupação quanto as suas conseqüências fundamentais para a própria sobrevivência da humanidade. E, por outro lado, deve-se também perguntar como é possível reverter a tendência perigosamente crescente da falta de controle e da forma de manter a totalidade das práticas sociais, ou seja, não exclusivamente, mas inclusive a ciência e a tecnologia sob um controle social plenamente adequado?

Para o autor, o dilema da ciência moderna é que seu desenvolvimento esteve sempre ligado ao dinamismo contraditório do próprio capital. “Além disso, a impossibilidade de separar a ciência e a tecnologia modernas deste perverso dinamismo está destinada a permanecer conosco enquanto não for realizada uma tentativa consciente e socialmente viável para produzir e manter a necessária separação”⁴³⁹. Desse modo, por mais popular que seja a ficção do desenvolvimento científico imanente, a ciência moderna não pode deixar de se orientar para a implementação mais eficaz possível dos imperativos objetivos que definem a natureza e os limites inerentes do capital, assim como seu modo necessário de funcionamento nas mais variadas circunstâncias.

Na opinião de Dubiel (1994), as questões éticas não foram incorporadas às discussões sobre a sociedade da tecnologia. Os partidários do desenvolvimento livre comportaram-se de forma conservadora ante o progresso tecnológico. Defenderam o desenvolvimento livre da tecnologia, separando-a dos princípios culturais e éticos. Contra isso, lutaram os partidários da autolimitação, que defendiam uma restrição do

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem, p. 267.

desenvolvimento tecnológico. Os sistemas tecnológicos “não dispõem de regras de detenção” internas; portanto, a presença de censores democráticos deve exigir a introdução de pontos de vista éticos e ecológicos na sua racionalidade⁴⁴⁰.

Por outra parte, a temática referida à inovação, ciência e tecnologia oportunizou, a partir da década de 1990, um crescimento de recursos, destinados à pesquisa e desenvolvimento, substanciais, principalmente naquelas áreas do conhecimento “técnicas”. A investigação científica e técnica adquiriu um valor estratégico, tanto para governos como para o setor privado. As grandes empresas, em particular as transnacionais, não só dedicaram uma boa parte de seus orçamentos à pesquisa, senão que também realizaram empreendimentos conjuntos entre elas, com as universidades e com outras instituições públicas e privadas.

O aumento do investimento privado foi estabilizando a ação do Estado no desenvolvimento da pesquisa científica. A estabilidade refere-se àquelas áreas de pouco interesse para o setor privado (principalmente as ciências humanas, entre outras) e o grande foco dos investimentos situou-se nas áreas prioritárias para os setores produtivos (áreas tecnológicas). De forma paralela aos investimentos, tomou importância a idéia de que é imprescindível, para desenvolver um país, alentar o potencial científico e tecnológico nacional.

Em tal perspectiva, a competitividade não seria só um problema das empresas, senão principalmente uma questão das economias como tais. De acordo com essa visão estratégica, as políticas públicas em Ciência e Tecnologia e Inovação deveriam tomar novos impulsos. A hierarquia que foi outorgada aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e seus impactos produtivos foram dando forma a novos enfoques político-estratégicos.

Um desses enfoques insistiu na necessidade de se implementar um Sistema Nacional de Inovação capaz de endogenizar o avanço técnico. Assim, para adquirir capacidade tecnológica, todo país necessitaria contar com um sistema institucional que promovesse a inovação técnica e que, para esses efeitos, coordenasse os centros de pesquisa e desenvolvimento de todos os atores vinculados com esta questão. Nesta

⁴⁴⁰ DUBIEL, Helmut. ¿Qué es ser de izquierda, por favor? In: **Cuadernos del CLAEH**. Montevideo: ano 19, 1994, p. 85.

perspectiva, Rodrigo Arocena (1994) manifestou que a tarefa fundamental do Estado era impulsionar a formação de um Sistema Nacional de Inovação, em matéria de ciência, tecnologia e desenvolvimento⁴⁴¹.

Por sua vez, Rubio (1999) afirmava que a coincidência crescente quanto à necessidade de hierarquizar os investimentos em ciência e tecnologia e a construção de condições para a inovação constituiu um avanço da “sociedade do conhecimento”⁴⁴². Resultou na época – e continua resultando – muito atrativa a idéia de desenvolver processos de inovação tecnológica. Rubio alertou para as dificuldades em países pobres, como o Uruguai: “É necessário colocar os esforços, de forma seletiva, nos processos de acumulação própria de conhecimentos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de incorporação aos processos produtivos, harmonizando estes esforços com a cooperação internacional”⁴⁴³.

Numa época em que a riqueza é atribuída essencialmente ao valor agregado dos produtos, resultado das tecnologias de ponta e da pesquisa científica – e não mais dos recursos naturais, como a terra ou o preço da mão-de-obra –, a emergente sociedade do conhecimento dá uma importância nunca vista à educação permanente e à venda do conhecimento, considerado a mercadoria mais valiosa. Essa revolução tecnológica e de gerenciamento foi monopolizada por um projeto ideológico neoconservador que, capitalizando o colapso do socialismo real, se apresenta como modelo único, sem alternativas viáveis, ou como o fim da história.

Assim, a crescente concentração de conhecimento no Norte traz para o Sul – estenda-se para países desenvolvidos e subdesenvolvidos – uma alarmante situação: a despesa pública por habitante com pesquisa e desenvolvimento no mundo desenvolvido era de US\$ 171, em 1980, tendo aumentado para US\$ 355, em 1990. No mundo subdesenvolvido, a mesma despesa era de US\$ 4, em 1980, e só aumentou

⁴⁴¹ AROCENA, Rodrigo. **Ciencia, tecnologia y nuevas estrategias para el desarrollo**. Montevideo: Trilce, 1994, p. 19.

⁴⁴² Rubio, Enrique. op. cit., p. 130.

⁴⁴³ Idem.

para US\$ 4,5, em 1990. Na América Latina, a cifra se reduziu de US\$ 10, em 1980, para US\$ 6, em 1990⁴⁴⁴.

Em 1998, a *Vertiente Artiguista* enunciava que, como proposta de modernização de caráter progressista e solidária, resultava a necessidade de desenvolver uma “ofensiva enérgica” desde o Governo, para a atenção aos problemas do desenvolvimento científico e tecnológico do país. “Devemos assumir como prioridade o desenvolvimento ao máximo das possibilidades de pesquisa e a utilização social e produtiva de seus frutos. Para isso, é prioritário alocar mais recursos, visto que o país encontra-se abaixo da média Latino-Americana em gasto em ciência e tecnologia (0,5% do PBI), e muito longe do nível dos países mais avançados, que superam os 2%”⁴⁴⁵.

A estratégia proposta tinha como base o aumento de recursos econômicos com uma “adequada” racionalização dos mesmos e, para sua aplicação, a necessidade de uma coordenação entre o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Universidade e os empreendimentos da “sociedade civil”. Não se definiu nenhuma política pública concreta para o combate à pobreza, nem no documento da Vertente, nem nos documentos da época do Encontro Progressista – Frente Ampla. Por sua vez, as contradições no discurso eram prática cotidiana. A Vertente afirmava, no mesmo documento: “As políticas econômicas não esgotam nem os instrumentos, nem as medidas para possibilitar um desenvolvimento dinâmico, equitativo e sustentável”⁴⁴⁶. Dessa forma, se via como imprescindível a articulação de políticas econômicas com políticas sociais convergentes, que eram inexistentes nas suas propostas.

Também a partir de 1998, as discussões sobre ciência e tecnologia começaram a sair das temáticas pontuais e voltaram-se, mesmo que lentamente, para a necessidade de formular políticas públicas que atendessem o desenvolvimento nacional, fundamentalmente a partir de um discurso de defesa do desenvolvimento científico e tecnológico uruguaio. O fator que dificultou esse processo foi a fuga de “talentos”, que ocorreu de forma ininterrupta durante toda a década de 1990.

⁴⁴⁴ LÓPEZ, Segrera Francisco. Alternativas para América Latina às Vésperas do Século XXI. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 253.

⁴⁴⁵ VERTIENTE ARTIGUISTA, op. cit., p. 18.

⁴⁴⁶ Idem.

Julio Varela, destacado colunista de *Cuadernos de Marcha*, em 1999 iniciou uma série de publicações focando temas de ciência e tecnologia. Os artigos denunciavam a fragilidade tecnológica nacional de forma geral e, particularmente, para abrir uma polêmica sobre bioética. As discussões foram profícuas e a iniciativa de Varela gerou, principalmente nos meios acadêmicos, a necessidade de observar os temas associados à bioética como “indispensáveis” e “impostergáveis” para todas as políticas de desenvolvimento tecnológico no país⁴⁴⁷.

Desde finais de 1999, desatou-se uma intensa polêmica a propósito da formação do *Fondo Nacional de Investigadores* – FNI, um instrumento criado para fortalecer a pesquisa científica no país. O FNI, sob a responsabilidade do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* – Conicyt (o CNPq uruguaio), dependente do Ministério da Educação, distribuiu, para o ano de 2000, um milhão de dólares, na forma de bolsas de pesquisa, entre 153 investigadores⁴⁴⁸. Essas bolsas outorgaram-se como adicional no salário dos pesquisadores⁴⁴⁹.

A criação do FNI representou, mesmo que de forma tardia, uma relevante significação para o desenvolvimento científico do país, visto que, a partir dele, iniciou-se oficialmente o incentivo à pesquisa⁴⁵⁰. Deve-se observar uma particularidade: as bolsas de pesquisa oferecidas tinham a possibilidade de enquadramento em duas modalidades: a) projetos de pesquisa “imediatos” ou de “curto prazo”, isso é, inferiores em um prazo de 40 anos; e b) projetos a “longo prazo”, ou seja, investigações que se propunham pesquisar por mais de 40 anos.

As discussões no FNI circularam em volta das áreas prioritárias (que acabaram tendo as mesmas definições que no Brasil, ou seja, as áreas tecnológicas voltadas ao mercado), à atualização e dinamização das políticas em ciência e tecnologia e o tema da democratização destas políticas. Segundo Gudynas: “Parece revelar-se tensões

⁴⁴⁷ Sobre esses assuntos ver VARELA, Julio. La Fragilidad Tecnológica. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 148, março de 1999, p. 40-43. e Bioética, una asignatura pendiente. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 149, abril de 1999, p. 50-52.

⁴⁴⁸ GUDYNAS, Eduardo. Políticas Científicas y Democratización de la Ciencia. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 158, janeiro de 2000, p. 29.

⁴⁴⁹ Diferente do sistema brasileiro, no Uruguai as bolsas de pesquisa não contemplam modalidades como a Iniciação Científica, ou seja, o dinheiro é pago aos pesquisadores. Os alunos de graduação, participantes como bolsistas nessa modalidade, o fazem sem qualquer remuneração.

⁴⁵⁰ Até esse momento, também os pesquisadores eram honorários. Os recursos financeiros destinados à pesquisa cobriam somente os equipamentos e materiais de consumo.

dentro da comunidade científica nacional, onde confluem tanto as prioridades relativas que se designam a algumas áreas de investigação sobre as outras⁴⁵¹.

No transcurso dos anos 2000 e 2001, intensificaram-se a variedade e a quantidade de artigos publicados a esse respeito. Eles continuaram a referir-se a temáticas específicas: Cláudio Martínez (2000), *Encefalopatias Espongiformes*; do mesmo autor (2000), *Biotecnología: Los nuevos anticáncer* e *La fundación de la moderna tecnología de la información* (2001); Enrique Lessa (2001), *Sistemas sociales animales*; Atílio Deana (2001), *El calentamiento global del medio ambiente*. Todos esses trabalhos foram publicados em *Cuadernos de Marcha* e tiveram uma ampla cobertura por outros meios de comunicação.

A particular crise de conjuntura que atravessou o Uruguai no início da década de 2000 colocou novamente em discussão o tema a respeito de sobre que bases e com que instrumentos devia realizar-se uma estratégia de desenvolvimento em médio e longo prazos. As bases do modelo de desenvolvimento, até esse momento, eram a indústria agro-exportadora, liderada pela carne e o reflorestamento; os serviços com o turismo, como atividade principal; e um sistema financeiro sólido e estável, receptor de um importante fluxo de capital internacional, que foram gradativamente colocados em risco pelas dimensões da crise.

Ante a iminente necessidade de recuperar os níveis de exportações e de crescimento econômico, as estratégias voltaram-se sobre aqueles setores que ofereciam vantagens competitivas no mercado internacional, capazes de se constituírem em novas bases para o desenvolvimento. Dessa forma, observou-se o crescimento de um setor não tradicional, como o *software*, e as novas tecnologias, vistas como uma imperiosa possibilidade de desenvolvimento. Assim, a partir da experiência dos países mais desenvolvidos, parece claro que a transição em direção à Sociedade da Informação e o Conhecimento requer um importante investimento em infra-estrutura física e de recursos humanos, imprescindíveis para o desenvolvimento de novas tecnologias. Esses aspectos não foram atendidos pelas políticas de inovação,

⁴⁵¹ GUDYNAS, Eduardo. Políticas Científicas y Democratización de la Ciencia. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 158, janeiro de 2000, p. 33.

ciência e tecnologia no Uruguai e a iniciativa ficou em mãos de setores exclusivamente privados.

Conforme Illa (2002), os desafios desse tipo de desenvolvimento passam também pela geração do que se denominou “infra-estrutura institucional”, para que o Estado pudesse adequar-se a esta nova realidade. Nessa linha, o Estado enfrentaria a necessidade de aumentar sua capacidade reguladora e fiscalizadora, para o que se tornaria imprescindível a formulação de políticas públicas neste sentido. “Estas políticas deveriam, por um lado, consertar os efeitos adversos das reformas estruturais, ou seja, melhorar os marcos e entes reguladores no campo das privatizações, e pelo outro, desenvolver políticas adotando princípios, legislação e instituições orientadas a um acesso democrático das novas tecnologias”⁴⁵².

Na concepção de Bértola (2004), o Uruguai teve um escasso desempenho de desenvolvimento tecnológico, devido a um fraco crescimento científico e tecnológico e a uma reduzida capacidade de inovação. “Isso determinou a capacidade do Uruguai de superar sua forte dependência dos recursos naturais para apoiar sua inserção internacional”⁴⁵³. O autor se pergunta por que para o país foi tão difícil reconhecer o que outros países reconheceram com êxito: que nas mudanças tecnológicas e na inovação reside a chave do “êxito”. Observe-se que, ainda em 2004, focava-se essa temática como chave para o desenvolvimento e se reclamava aos parlamentares que aprovassem uma legislação sobre ciência e tecnologia, como forma de contribuir e orientar o desenvolvimento nacional.

Para Bértola, a necessidade de possuir um potente setor de investigação científica seria relevante, mas o que se considera fundamental era a aposta em uma complementaridade entre estes esforços e as diversas políticas orientadas à inovação na produção e no consumo de bens, serviços e conhecimento nas mais variadas esferas da atividade pública e privada. “Esta é a ênfase da inovação, que deve estar orientada à incorporação do conhecimento científico e técnico para aumentar a

⁴⁵² ILLA, Martín Rivero. La Crisis como Oportunidad de Transformación: desarrollo y nuevas tecnologías en Uruguay. In: **Informe de Coyuntura**. Montevideo: Banda Oriental, v. 3, 2002, p. 95.

⁴⁵³ BÉRTOLA, Luis. Coyuntura, Innovación y Desarrollo. In: **Informe de Coyuntura**. Montevideo: v. 5, 2004, p. 63.

produtividade e competitividade da produção nacional”⁴⁵⁴. As propostas do Encontro Progressista – Frente Ampla encontram-se direcionadas nesse sentido.

Desde outra perspectiva, Leon (2004) expressava que as relações que se constroem entre crescimento econômico, maturação gradativa das forças produtivas endógenas de uma sociedade e transformações de um país em mobilizador e receptor de investimentos – isto é, entre desenvolvimento econômico – e redistribuição de renda (redução das desigualdades e eliminação da pobreza), tanto através das políticas sociais como também pela própria capacidade de uma economia para a criação de empregos – de qualidade –, é absolutamente essencial para definir o tipo de desenvolvimento adotado.

Leon afirmou que o Uruguai poderia ter êxito na sua inserção regional e internacional se o conjunto de suas estratégias de desenvolvimento econômico, políticas macroeconômicas e estratégias de desenvolvimento social conjugasse sistematicamente, [...] durante a próxima década e meia (2004-2020), melhorias crescentes e sustentáveis de acesso ao emprego de qualidade, melhorias na qualificação dos recursos humanos (nas áreas de ciência e tecnologia), redução das desigualdades e da pobreza, conjuntamente com aumento substancial da produtividade⁴⁵⁵.

Assim, inovação, ciência e tecnologia, no discurso da esquerda progressista uruguaia, implicaram numa nova estratégia de desenvolvimento. No momento em que a “atualização ideológica” iniciada na década de 1990 abandonou os pressupostos da esquerda tradicional, e junto com eles todas as propostas do pensamento *sesentista*, incorporou um discurso “substitutivo”, no qual o conceito de desenvolvimento – agora adjetivado – passou a ser a aparente solução para os problemas sociais; desta forma, o responsável por esses problemas transformou-se na solução deles.

O problema centra-se em que existe um uso indiscriminado do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizado no “período progressista” por todos os atores políticos, independentemente de partidos ou setores. Dessa forma, pode-se observar que sua utilização remete a duas questões essenciais que ficam ocultas no próprio

⁴⁵⁴ Idem, p. 65.

⁴⁵⁵ LEON, de Eduardo. **Apuntes para un balance de las políticas sociales en el Uruguay**. Montevideo: Fesur, 2004, p. 19.

conceito. Por um lado, uma tendência a ser associado com o meio ambiente, o que o torna restrito e apolítico, e, por outro lado, não define o que realmente se pretende que seja “sustentável”, nem de que forma isso será feito.

Da mesma forma, observa-se que, no início da década de 1990, os movimentos ambientalistas tomaram lugares de destaque no cenário político mundial. Como afirmou Castells (2002), nos anos de 1990 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideravam-se ambientalistas⁴⁵⁶. Assim, candidatos e partidos dificilmente conseguiram se eleger sem incluir fortemente a problemática ambiental nas suas plataformas programáticas. Tanto governos como instituições dedicaram-se a multiplicar programas de todo tipo para a proteção do meio ambiente.

Grandes empresas, incluindo as responsáveis pela grande emissão de poluentes, passaram a incluir no seu discurso a questão do ambientalismo, fundamentalmente naqueles lugares que representavam promissores mercados. Em todo o mundo, a temática ambiental tomou grande vigor e, com ela, o conceito de desenvolvimento sustentável como sinônimo de um novo modelo de desenvolvimento possível, no qual se compatibilizaria o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Autores que sustentaram posições desde a esquerda, como no caso de Marta Harnecker (2000), assumiram o conceito de desenvolvimento sustentável como sinônimo de um desenvolvimento integral. A autora esclareceu que se opor ao desenvolvimento ilimitado não significa opor-se a todo desenvolvimento, mas sim “conceber modelos de desenvolvimento autenticamente humanos ou o que vários autores denominam de desenvolvimento sustentável ou sociedade ecologicamente sustentável”⁴⁵⁷. A pergunta aqui seria: qual pode ser um modelo viável de desenvolvimento dentro do capitalismo?

O que deveria resultar evidente é que a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persistem, uma vez que seu tratamento implicaria numa transformação substancial nos meios de produção e de consumo, bem como da

⁴⁵⁶ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 2, 3ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 141.

⁴⁵⁷ HARNECKER, Marta. **Tornar Possível o Impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 256.

organização social. Toda a estrutura social promovida pela globalização e o neoliberalismo está sustentada no liberalismo econômico que, justamente, foi a causa da depredação ambiental em nome do crescimento econômico, ou seja, o processo de acumulação capitalista.

Em 1996, o ambientalista Denis Goulet, em entrevista a *Cuadernos de Marcha*, definia claramente seu conceito de desenvolvimento: “Considerarei sempre que o desenvolvimento econômico é o meio, e o fim é o desenvolvimento humano. O que acontece é que o meio foi tomado como fim em si mesmo, e se procura o crescimento econômico mais acelerado, independentemente de sua contribuição, ou não, à melhoria humana”⁴⁵⁸.

Por outra parte, os movimentos ambientalistas apresentaram, no início da década de 1990, uma falsa alternativa que teve como ponto de sustentação Francis Fukuyama⁴⁵⁹, com seu conhecido livro “O fim da História”, que no período colocou uma especial atenção no papel político do ambientalismo com uma ligação “futura” com o socialismo. O filósofo considerou que serão viáveis as opções ambientalistas que consigam um diálogo com o liberalismo e previa que as idéias do socialismo ressurgiriam sobre formas distintas as anteriores, sendo uma delas o ambientalismo.

Essa mesma observação foi realizada por Gudynas (1994) e interpretada como um aviso para dar as boas-vindas ou para alertar da emergência de um novo ambientalismo, “muito mais político, que se relaciona com a tradição socialista”⁴⁶⁰. Atentamente, Gudynas observou que no Uruguai os candidatos de todos os partidos políticos, visando as eleições nacionais de novembro de 1994, tinham assumido

⁴⁵⁸ GOULET, Denis. El Desarrollo: un medio y no un fin. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 114, abril de 1996, p. 81.

⁴⁵⁹ As teses de Francis Fukuyama sobre o fim da história correspondem à idéia política de que a história teria chegado a seu horizonte último, ou seja, à democracia liberal e à economia capitalista de mercado. Ver: FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1989. Vale a pena aqui observar a crítica de Perry Anderson, onde assinala que o fim da história não é a cessação de toda mudança ou conflito, e sim: “O esgotamento de quaisquer alternativas viáveis para a civilização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O progresso para a liberdade tem agora um único caminho”. Dessa forma, Anderson afirmou que, com a derrocada do socialismo, a democracia liberal ocidental destacou-se como a forma final de governo, levando a seu término o desenvolvimento histórico. ANDERSON, Perry. **O Fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 12.

⁴⁶⁰ GUDYNAS, Eduardo. ¿El Fin del Socialismo, el Inicio del Ecologismo? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 97, setembro de 1994, p. 16.

discursos ambientalistas e suas plataformas programáticas continham uma dimensão “verde”. Apostou-se a atrair eleitores através das propostas ecológicas.

Em 1994, iniciou-se timidamente no Uruguai a publicação de uma série de artigos a respeito do desenvolvimento sustentável. Eduardo Gudynas foi o precursor dos artigos publicados em *Cuadernos de Marcha*⁴⁶¹. A tônica desses artigos estava focada nas discussões e relatórios de organismos internacionais, fundamentalmente em questões conceituais sobre a problemática ambiental e sobre o desenvolvimento sustentável como política de desenvolvimento ecologicamente correta. Essas matérias desenvolveram-se durante todo o ano de 1994.

Em 1995, por iniciativa da Fundação Friedrich Ebert – Fesur e do *Centro Latino Americano de Ecología Social* – Claes, constituiu-se o *Foro de Desarrollo Sostenible del Uruguay*. Essa foi uma instância ampla de discussão sobre a temática ambiental, que contou com a participação de ambientalistas, políticos, sindicalistas e empresários. Esse foi o pontapé inicial de discussões na direção da formulação de propostas de políticas ambientais no país. O evento tornou-se de caráter permanente e contou com a participação de *Cuadernos de Marcha*, que criou uma seção de ecologia e desenvolvimento sustentável⁴⁶², dedicada a divulgar as discussões do Fórum.

O ambientalista Eduardo Gudynas (1995)⁴⁶³ introduziu, nas discussões ecológicas da época, a perspectiva regional. Até esse momento, as questões ambientais focavam-se na realidade nacional. Desse modo, Gudynas a trasladou para o Mercosul, como forma de se pensar o tema da integração, do desenvolvimento econômico e dos problemas ecológicos, de forma regional. Ao seu encontro, Alfredo Alzugart (1995) publicou, em *Cuadernos de Marcha*⁴⁶⁴, um artigo intitulado: *Una Ecología Latinoamericana*.

Em dezembro de 1995, o Fórum sobre desenvolvimento debateu o tema *Gobernabilidad y Políticas Ambientales*. No evento foram discutidas algumas bases para a construção de políticas ambientais. Além disso, criticou-se o Governo nacional

⁴⁶¹ GUDYNAS, Eduardo. El Desarrollo Sustentable. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 91, janeiro de 1994, p. 24-26.

⁴⁶² O primeiro número dedicando uma seção a esta temática foi em agosto de 1995, n. 107, p. 41-53.

⁴⁶³ GUDYNAS, Eduardo. Integración económica, desintegración ecológica. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 101, janeiro de 1995, p. 51-54.

⁴⁶⁴ Veja-se: ALZAGART, Alfredo. Una Ecología Latinoamericana. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 106, julho de 1995, p. 74-75.

por haver criado um ministério específico sobre a questão ambiental, sem contar com políticas a respeito. Essas temáticas foram discutidas ao longo de 1996 e 1997, sem obter resultados concretos quanto à instrumentação de políticas ambientais.

Em 1998, a Vertente *Artiguista* apresentou uma proposta que visava à implementação de uma política de sustentabilidade ambiental, como parte de uma política de desenvolvimento para o país. Tal proposta implicava que a dimensão ambiental numa política de desenvolvimento devia atender, como objetivos prioritários, a qualidade de vida da população, protegendo sua saúde e também o meio ambiente, e, assim, promover o desenvolvimento sustentável, no sentido de que os processos produtivos não gerassem efeitos negativos, tanto na dimensão social como na ecológica.

Essa política ambiental tinha como foco quatro grandes eixos temáticos. Em primeiro lugar, a implementação de uma política ambiental agropecuária, que visaria à integração da dimensão ambiental com as políticas do setor. Em segundo lugar, políticas ambientais em recursos biológicos e naturais, que propunham, como objetivos fundamentais, legislar sobre a propriedade dos recursos biológicos, com especial ênfase na variedade vegetal, de importância para a agricultura e pecuária. Essa política assinalava a importância de se impor controles sobre a introdução de espécies manipuladas geneticamente.

Em terceiro lugar, a implementação de políticas ambientais no setor manufatureiro, que visava a atender os diversos processos de industrialização, os quais deveria priorizar, essencialmente, a geração de emprego e a proteção ao meio ambiente. Em quarto lugar, a necessidade de implementar uma política de gestão ambiental urbana, como grande articuladora do desenvolvimento produtivo, com a proteção ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos. Uma de suas principais preocupações focava-se na gestão de resíduos⁴⁶⁵.

Posteriormente, em 1999, o Encontro Progressista – Frente Ampla elaborou um plano de emergência para o ano de 2000. No documento não há nenhuma menção à problemática ambiental ou a qualquer política pública neste sentido. A menção mais

⁴⁶⁵ VERTIENTE ARTIGUISTA. **Aportes Programáticos de la Vertiente Artiguista: el desarrollo productivo y la modernización solidaria.** Montevideo: Vertiente Artiguista, mimeo, 1998, p. 18-20.

próxima à temática em questão expressou: “Reivindicamos a integralidade das políticas sociais e suas indissolúveis relações com as políticas produtivas”⁴⁶⁶. Observando a hipótese de Gudynas, pode-se pressupor que essa ausência de menção das políticas ambientais deveu-se ao fato de que o ano de 2000 não era um ano eleitoral; portanto, as mesmas ficaram fora do plano emergencial.

Finalizando o ano de 1999, o *Foro de Desarrollo Sustentable del Uruguay* elaborou uma série de documentos que visavam à instrumentalização de políticas nacionais de conservação da biodiversidade, conflitos ambientais, reforma do Estado, economia e desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas foram encaminhadas ao Poder Legislativo que, através de uma comissão, vinha desde 1995 ocupando-se do assunto. Os documentos produzidos pelo *Foro* foram o ensaio de uma discussão concreta – e não de intenções – sobre a implementação efetiva de tais políticas⁴⁶⁷.

Houve várias menções à problemática ambiental em diversos documentos da coalizão, mas as políticas propostas pela Vertente *Artiguista* não foram implementadas. Esses documentos coincidiram com as respectivas campanhas eleitorais: 1994, 1999 e 2004. No documento *El Uruguay Productivo*, do EP-FA (2004), pode-se ler: “revalorizaremos os recursos e serviços existentes, assim como aqueles que necessariamente haverá que incorporar para melhorar a competitividade, vincular as zonas produtivas com o comércio e o consumo, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das pessoas”⁴⁶⁸.

Assim, os novos conceitos introduzidos na atualização ideológica: sociedade do conhecimento, inovação, desenvolvimento tecnológico e a problemática ambiental, entre outros, re-desenharam o discurso da esquerda progressista que assumiu, fundamentalmente nos períodos de campanha eleitoral, discursos muito próximos aos dos partidos tradicionais. Ainda que os conceitos sejam universais, ou seja, válidos para toda a sociedade, eles se apropriaram do discurso dominante e, desta forma, foram evoluindo na sua conotação ideológica e preparando o terreno para a “governabilidade”.

⁴⁶⁶ ENCUESTRO PROGRESISTA. **Plan de Emergencia 2000**. Montevideo: Plenario Nacional del Encuentro Progresista, mimeo, 1999, p. 13.

⁴⁶⁷ FORO DE DESARROLLO SUSTENTABLE DEL URUGUAY. Informe. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 157, dezembro de 1999, p. 57.

⁴⁶⁸ ENCUESTRO PROGRESISTA. **El Uruguay Productivo**. Montevideo: Plenario Nacional del Encuentro Progresista, mimeo, 2004, p. 4.

2. DA CRISE DA INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA E DO SISTEMA DE PARTIDOS ATÉ OS EFEITOS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1999

A década de 1990 marcou a crise do sistema político, entendido como as instituições que possuem representatividade (partidos, Parlamento, líderes) e que definiam as condições de governabilidade do país. Na América Latina, historicamente predominaram os sistemas presidencialistas, com uma clara ascensão do Poder Executivo sobre o resto dos poderes institucionais. Os governos latino-americanos destacaram a figura do presidente e da tecnocracia com forte vínculo com os centros de poder internacionais. É possível que a perda de poder do Parlamento seja um fenômeno universal, mas em alguns países da região foi um fenômeno manifesto no período.

O Parlamento foi criticado por sua lentidão e retórica. Mas, a partir dos anos 1990, foi fortemente criticado pela ideologia dominante, por causa de sua característica “re-distributiva”. Suas funções de representação e sua direta ligação com diversos setores regionais do país o levaram muitas vezes a colidir com as demandas da ideologia dominante. Segundo Couriel (1996), sua autonomia se viu restringida por continuar atuando com tecnologias artesanais, com carência de informações e, portanto, subordinado ao Poder Executivo⁴⁶⁹ (fundamentalmente em matéria de informação). Para Couriel, isso afetou substancialmente sua capacidade de iniciativa, “[...] que se transformou numa carência central e marcou seus graus de subordinação”⁴⁷⁰.

Os partidos dominantes sentiram-se confortáveis governando desde o Executivo e enfraquecendo o Parlamento. O Poder Executivo viu o Parlamento como um verdadeiro freio para sua ação e utilizou-se dos meios de comunicação para disseminar essa imagem. Pelo geral, não aconteceram debates relevantes nem grandes interpelações, o

⁴⁶⁹ A problemática econômica foi essencial no âmbito latino-americano, e seus principais instrumentos estavam concentrados na competência do Poder Executivo. Com exceção da política orçamentária, que necessita das maiorias parlamentares, o resto dos instrumentos – a política monetária, de crédito, cambiária, tributária, de salários – estavam centrados na órbita do Executivo, o que também era um indicador relevante da relação de forças entre ambos os poderes.

⁴⁷⁰ COURIEL, Alberto. **Globalización, Democracia e Izquierda en América Latina**. Montevideo: Banda Oriental, 1996, p. 42.

que limitou também a capacidade de controle. Na América Latina, não foi comum que o Parlamento tivesse capacidade de controle sobre a execução orçamentária realizada pelo Executivo. A possibilidade de se impor um regime parlamentar requereria, segundo Couriel, certas condições:

- a) Partidos estáveis e múltiplos, com capacidade de gerar coalizões que assegurem as maiorias para a continuidade e coerência das políticas;
- b) Que os antagonismos sociais tenham a possibilidade de ser negociáveis, o que não é simples em alguns países da região;
- c) A capacidade do corpo eleitoral para arbitrar perante crises sérias, o que marca o nível de cultura política dos cidadãos⁴⁷¹.

Couriel aponta, como outro fenômeno institucional que se constata na América Latina, menos nos casos de México, Chile e Uruguai, a fragilidade estrutural dos partidos políticos. Segundo Couriel, os mesmos aparecem com um alto grau de fragmentação, com baixo grau de unidade e disciplina partidária, e, em alguns países, funcionam como verdadeiras cooperativas eleitorais⁴⁷². “Em geral, pode-se estabelecer que os partidos políticos apresentam um baixo nível de democratização, com uma fraca participação de suas bases na organização interna”⁴⁷³.

Como na clara descrição de Castells (2002), à crise da legitimidade do Estado-Nação acrescentou-se a falta de credibilidade do sistema político, fundamentado na concorrência aberta entre partidos. “Capturado na areia da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependente de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para obtenção de fundos de campanha, conduzido pela política do escândalo, o sistema partidário foi perdendo seu apelo à confiabilidade e, para todos os efeitos, foi considerado um resquício burocrático destituído de fé pública”⁴⁷⁴.

⁴⁷¹ Idem, p. 43-44.

⁴⁷² Pode se observar, de forma geral, que os partidos políticos ganham eleições, mas não governam. O governo é exercido pelo presidente, com seu elenco tecnocrático, que pode ter vínculo, ou não, com o partido triunfante. Assim, os partidos mostram carências de representatividade, na medida em que não atendem adequadamente as demandas sociais, nem tem a suficiente capacidade para resolver os conflitos existentes na sociedade. Observe-se, como exemplo, a última Presidência de Julio Maria Sanguinetti (2000-2004).

⁴⁷³ COURIEL, Alberto. op. cit., 1996, p. 43.

⁴⁷⁴ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. 3ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 402.

No Uruguai, Gerardo Caetano (2004) realizou uma pesquisa de opinião com a população montevidense para aferir o grau de confiabilidade manifesta em relação as instituições representativas do sistema democrático nacional. Resultou de particular significado os dados apresentados pelo autor, como uma clara amostra da opinião dos uruguaios ao respeito. (ver tabela 5).

Tabela 5. Pesquisa de opinião pública: percentuais de confiabilidade segundo manifestações de confiança da população montevidense 1997- 2003.

Confiança Manifesta	1997	1998	1999 2000	2001	2002	2003
Confiança na Presidência da República	53	48	49	46	19	53
Confiança no Poder Legislativo	46	41	45	47	40	27
Confiança no Poder Judiciário	56	48	52	52	44	38
Confiança nos Partidos Políticos	45	35	36	38	30	18

Fonte CAETANO, Gerardo. Apuntes para um diagnóstico de las Instituciones Democráticas en el Mercosur. In: **La Segunda Generación de Reformas Parlamentarias: teorías, prácticas y estrategias de cambio**. Montevideo: Clae, 2004, p. 158-160.

A representatividade dificultou-se pela fragmentação social que geraram os modelos econômicos excludentes predominantes. O desemprego, o subemprego, o emprego precário geraram uma ampla heterogeneidade e volatilidade dos interesses sociais, e isso afetou a própria representatividade dos partidos⁴⁷⁵. A fragmentação social contribuiu com a crise dos partidos e com sua desativação política. A sociedade civil mudou as formas de participação política e transformou-se em opinião pública. Dessa maneira, surgiu a elaboração de pesquisas eleitorais, a construção de imagens e de novas lideranças.

⁴⁷⁵ A representatividade se encontrou limitada também pelos mecanismos de privatização do financiamento dos partidos e, de forma especial, pelas campanhas eleitorais, onde os meios de comunicação passaram a cumprir um papel central na definição do pleito eleitoral. O patrimonialismo, o clientelismo, o caudilhismo e certas formas de populismos continuaram estando presentes como antigos males “naturais”, dos partidos e do sistema político.

Os partidos políticos possuem um papel central na democracia, fundamentalmente no sistema democrático liberal; por isso, para o sistema tornou-se indispensável a tarefa de revitalizá-los, tomando em consideração a presença e função inevitáveis dos meios de comunicação de massa. Assim, a tarefa prioritária era democratizá-los, tendo em conta a fragmentação social que ocorreu em vários países da América Latina e, desta forma, vinculá-los à sociedade para readquirir funções de representação.

A partir da crise de 1980, as estratégias e modos de atuação tradicionais dos atores políticos foram deixando de funcionar; portanto, os atores políticos já não eram confiáveis no sentido de que, se se aferravam a suas estratégias tradicionais, não poderiam oferecer os resultados que anteriormente ofereciam; e se, pelo contrário, as mudam, iriam oferecer um resultado diferente do que o cidadão esperava deles, ao votar neles. Os partidos que seguem defendendo estratégias anteriores à crise se autocondenariam ao fracasso, mas os que desenvolvessem novas estratégias redesenhariam sua própria identidade e pagariam o preço de uma nova crise de representação entre seus adeptos, além de previsíveis crises internas.

A partir da década de 1990, aprofundou-se o descrédito da atividade política, dos partidos políticos e das próprias figuras políticas. Por um lado, influíram as ideologias dominantes, que questionavam permanentemente as funções e o grau de participação dos Estados nacionais. Essa ideologia pressupôs que o mercado estava em condições de resolver os principais problemas da sociedade. Essa ideologia era profundamente antiestadista e gerava descrença sobre as possibilidades de ação do Estado⁴⁷⁶, o que afetou diretamente os partidos políticos.

Manuel Antonio Garretón (1993) colocou em discussão se a despolitização, descrédito e anomia, geradas na década de 1990, se tratavam de uma nova combinação de orientações da sociedade. Já não se procurava a mudança do

⁴⁷⁶ Os políticos e os partidos dedicaram-se a tomar o aparelho de Estado e, a partir deste, tentar resolver os conflitos e os problemas substanciais da sociedade. Questionado o Estado, ficou questionada também a própria ação dos partidos e a própria atividade política para resolver esses problemas econômico-sociais. GARRETÓN, Manuel Antonio. **La Democracia entre dos Épocas**. Buenos Aires: FLACSO, 1993, p. 11.

sistema⁴⁷⁷, senão sua continuidade, tentando estender benefícios para toda a população. Tratar-se-ia de eliminar a pobreza, avançar em direção à igualdade de oportunidades e ter acesso aos serviços de melhor qualidade. Passou-se do tema da propriedade e do poder para reivindicações sobre dignidade, qualidade dos direitos aos que se acedem ⁴⁷⁸.

Juntamente com a crise das instituições políticas surgiu, também, a crise do Estado, que se projetou e influiu sobre os próprios sistemas políticos. A crise apresentou-se em suas funções básicas de integração social, de agente do desenvolvimento e de redistribuição de riquezas. Realizaram-se críticas às funções econômicas do Estado, como produtor, como acumulador e como orientador do processo econômico. A maioria das críticas foram formuladas pelos defensores do modelo neoliberal, que partiam do pressuposto básico de que tudo o que fazia o setor privado era virtuoso e vicioso tudo o que fazia o Estado.

É fácil constatar a politização do Estado, as políticas de clientela e insuficiente remuneração que se encontram na base da exagerada burocratização, da inaptidão e, em especial, de uma mentalidade inapropriada para a função de servidores públicos. Comprova-se que na região (América Latina), os aparelhos do Estado mostram um inadequado recrutamento de seus quadros diretores e técnicos, que estão impregnados de uma mentalidade burocrática, sem estímulos nem vocação para o trabalho que realizam⁴⁷⁹.

Assim surgiu, em alguns países, a crise de governabilidade por ineficácia, impotência e imobilidade para resolver problemas que tivessem a ver com a ineficiência dos sistemas políticos e com a própria crise do Estado. Em alguns casos, surgiram características de obsolência no aparelho de Estado para enfrentar as novas realidades da globalização. O Estado é reflexo da estrutura de poder, onde gravitam os fatores de caráter internacional, militares, econômicos, comunicacionais, ideológicos e políticos. Em muitos países latino-americanos pode-se observar o Estado a serviço da

⁴⁷⁷ Apresentou-se uma combinação de individualismo e identidades coletivas, de apelação ao Estado, mas também de autonomia. Dessa forma, mudaram-se os repertórios organizativos de ação política e mobilização tradicional, que eram de tipo unidimensionais, reivindicativos e agitativos.

⁴⁷⁸ GARRETÓN, Manuel Antonio. **La Democracia entre dos Épocas**. Buenos Aires: FLACSO, 1993, p. 14-17.

⁴⁷⁹ COURIEL, Alberto. op. cit., 1996, p. 46.

globalização⁴⁸⁰, como reflexo do maior poder internacional em relação às estruturas de poder interno.

Na concepção de Couriel, no Uruguai, como também em vários países latino-americanos, tornava-se imprescindível a transformação do Estado para resolver os problemas econômicos e sociais e para consolidar o processo democrático. Assim, a presença do Estado era vista como necessária e imprescindível para se atingir equidade e igualdade pelas enormes diferenças no ponto de partida, “[...] para negociar melhores condições com o mundo desenvolvido, aproveitando os elementos positivos da globalização e atenuando os negativos”⁴⁸¹.

No caso particular do Uruguai, os partidos políticos continuam sendo a referência central da cultura democrática, mesmo que o envolvimento com a política dos uruguaios tenha diminuído muito nas últimas décadas. Todos os partidos tiveram seu mérito nesse sentido: os partidos tradicionais, porque demonstraram uma capacidade de sobrevivência que os transformou nas únicas instituições do século XIX que ainda possuem capacidade eleitoral competitiva. Por outro lado, no que respeita à esquerda, de todos os partidos foi a única que tem demonstrado maior capacidade de reter seu eleitorado e maior capacidade de reprodução, através da reprodução familiar, além de haver conseguido aglutinar eleitores dissidentes dos partidos tradicionais, principalmente na última década.

Além de méritos e defeitos de cada um, os partidos, enquanto instituições, não podem ser analisados isoladamente. O que faz dos partidos políticos a instituição central da democracia uruguaia é sua capacidade de funcionar como sistema. Como diz Moreira (2004), “Pode haver partidos de diferente talante, organização e vocação ideológica, mas é a relação entre eles o que assegura a ‘qualidade’ na política”⁴⁸². Assim, os partidos devem ser analisados como um sistema de competição e cooperação política. Essa competência acontece não somente no poder – entendido como acesso ao Governo –, senão que também pela representação. A competitividade

⁴⁸⁰ Geralmente são Estados fortes para cumprir com os princípios do modelo neoliberal, para o ajuste das economias latino-americanas, para cumprir com as exigências relativas à dívida, para o ajuste estrutural e para a coerção em períodos de governos autoritários. Por sua vez, são Estados extremamente fracos para atender às demandas produtivas e sociais.

⁴⁸¹ COURIEL, Alberto. op. cit., 1996, p. 49.

⁴⁸² MOREIRA, Constanza. **Final de Juego: del bipartidarismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2004, p. 15.

pela representação – isto é, quem representa melhor à cidadania no seu conjunto – articula-se com uma capacidade de intermediação de interesses diferenciada. Mesmo que a vocação dos partidos de “representar a todos” seja compreensível pelas características da competitividade eleitoral, que exige aglutinar votos de todos os setores sociais.

O Uruguai possui, hoje, um sistema onde a maioria dos partidos políticos são caracterizados como *catch-all* (pega tudo), mas isso de certa forma encobre as representações especiais de interesses que circundam a lógica real do sistema. Isso foi evidente no passado, quando o *Partido Nacional* representava o meio rural e o *Partido Colorado*, o meio urbano; onde os interesses da burguesia comercial, latifundiária e industrial encontravam maior abrigo, em um ou em outro. Ainda que atualmente essa lógica tenha sido redimensionada – nos partidos tradicionais –, ela ainda assim permanece na sua essência. Dessa forma, resultam evidentes os fortes laços que unem os sindicatos com a esquerda, e o empresariado com os partidos tradicionais.

Na dimensão ideológica também os partidos se diferenciam. Após a aparição de um partido de esquerda de “massas”, como a Frente Ampla, a política “ideológica” no sentido estrito (ou seja, de esquerda e direita) irrompeu no cenário da democracia uruguaia, e parece que chegou para ficar. Os partidos e frações são identificáveis, no eixo esquerda-direita, para a maioria do conjunto dos eleitores. Por outra parte, o fato de que *blancos* e *colorados* tenham governado juntos depois do primeiro período pós-ditadura, colaborou para gerar dois grandes espaços ideológicos partidários: o bloco “tradicional” e o bloco de “esquerda”, ambos disputando o centro, mas, por sua vez, simétricos na sua localização em relação à direita-esquerda.

Tanto nas dimensões eleitoral, de intermediação de interesses e na ideológica, os partidos uruguaios funcionam como um sistema. Mesmo estando no Governo e outros na oposição, ou desenvolvendo mundos de valores em contradição, todos eles compõem um sistema, e o movimento de uns não pode entender-se sem o movimento dos outros. São diferentes, mas estão juntos; por isso a crise da política e a temática da governabilidade afetam a todos. O critério numérico e o critério ideológico resultam os mais relevantes para a determinação do funcionamento dos partidos como sistema; o

critério organizacional também é importante, mas é mais uma tipologia de partidos que uma caracterização dos mesmos como sistema.

A discussão sobre o sistema de partidos no Uruguai é importante para entender as bases da democracia no país, de forma geral. Mas possui uma importância específica: a de compreender como surgiu a Frente Ampla e se transformou no principal partido do sistema, levando os partidos tradicionais a sua condição de bloco minoritário. Pensando-se que nos últimos 40 anos nenhum partido teve mais de 50% dos votos, observaremos que a magnitude desse fenômeno fez evidente uma mudança radical, não somente por ter chegado ao Governo, senão pelo que representou para o bipartidarismo secular.

Na análise de Moreira (2004), a razão do avanço eleitoral da esquerda nas últimas décadas deve-se a distintas variáveis. Uma delas foi o descontentamento dos eleitores com o desempenho dos partidos tradicionais no Governo, especialmente na década de 1990, quando os indicadores de crescimento econômico caíram (1994-1997), logo se paralisou (1998-2000) e finalmente transformou-se em uma das piores avaliações econômicas da história do país no último século (2001-2004)⁴⁸³. Assim, esse processo teve impactos sobre ambos os partidos, visto que funcionaram como coalizão ao longo do período.

A essa situação deve-se acrescentar as preferências do eleitorado jovem, educado e urbano, com a esquerda, o que fez dos novos eleitores adeptos à Frente Ampla. Finalmente, a dinâmica bipolar instalada no país fez com que os partidos tradicionais ficassem cada vez mais à direita do espectro político e, por sua vez, a esquerda tornou-se um partido mais *catch-all*, e, conseqüentemente, conquistou novos eleitores. O fato de que existissem quadros políticos da esquerda com grande capacidade de diálogo com os partidos tradicionais (o exemplo foi Danilo Astori) contribuiu para a manutenção da amplitude do espectro político. E, de forma contrária, por mais que alguns líderes dos partidos tradicionais tentassem aproximar-se ou identificar-se como os setores “progressistas”, essa conquista de centro resultou muito difícil.

⁴⁸³ MOREIRA, Constanza. op. cit., p. 41.

Também se deve observar que todos os setores políticos uruguaios, a partir da segunda metade da década de 1990, autodefiniam-se como “progressistas”. Aqui, de igual forma, surgiu um conceito que pouco definiu a postura assumida. Como observou Oscar Bottinelli (1998), “No Uruguai não há nenhuma força política que a si mesmo se qualifique como não progressista”⁴⁸⁴. Dessa forma, o conceito “progressista” pouco diz em relação a sua concepção ideológica em si, sendo que procura totalizar – pelo menos quando usado dentro da esquerda – a idéia de uma concepção “renovada”, “atualizada”, ampla e, fundamentalmente, não marxista.

Por outro lado, pode-se afirmar que houve um deslocamento do eleitorado dos Partidos *Nacional* e *Colorado* em direção ao Encontro Progressista-Frente Ampla, que foi concomitante com o deslocamento destes últimos para a direita. De fato, os Partidos *Nacional* e *Colorado* foram perdendo paulatinamente seus setores de “esquerda” nas últimas eleições. Em 1984, os votos da centro-esquerda somavam 12,7% do eleitorado do *Partido Colorado* e 39,9% do eleitorado do *Partido Nacional*. Em 1989, esse eleitorado representava 3,8% do *Partido Colorado* e 28,6% do *Partido Nacional*. Em 1994, esses percentuais eram 8,6% para os *colorados* e 10,3% para os *blancos*⁴⁸⁵. (ver tabela 6).

Tabela 6. Distribuição eleitoral por blocos setoriais em eleições nacionais 1971-1999, percentuais.

Ano	Partido Colorado + Partido Nacional	Frente Ampla	Frente Ampla + Novo Espaço
1971	81.2	18.3	-
1984	76.3	21.2	-
1989	69.2	21.3	30.2
1994	63.6	30.6	35.8
1999	55.1	40.1	44.7

Fonte: LANZANO, Jorge. La Izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. In: **La Izquierda Uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 54.

⁴⁸⁴ BOTTINELLI, Oscar. Exposición de Oscar Bottinelli. In: **Ciclo de Debates: Uruguay en Asamblea**. Montevideo: Banda Oriental, 1998, p. 73.

⁴⁸⁵ MOREIRA, Constanza. op. cit., p. 51-52.

Desta forma, desde 1989 a Frente Ampla começou a absorver os votos oriundos dos partidos tradicionais através do Novo Espaço, que seria posteriormente uma das instâncias de acumulação eleitoral do Encontro Progressista – Frente Ampla.

Um artigo de Pablo Mieres (1994) abordava a temática da necessidade de canalizar votos da centro-direita por parte da coalizão de esquerda. Segundo Mieres, a Frente Ampla, que ocupava a ala esquerda do espectro político, necessitava, para crescer e converter-se numa alternativa de poder, expandir-se para a centro-esquerda. O perfil renovador e moderado que desenvolveu o líder emergente, Tabaré Vázquez, ajudou a coalizão de esquerda a projetar-se sobre o território da esquerda moderada. “Novamente, o principal destinatário desta estratégia era o Novo Espaço e, em particular, o Partido pelo Governo do Povo – PGP”⁴⁸⁶. Esse partido tinha suas bases no *batllismo* e em outros setores moderados do *Partido Colorado*.

Formando parte do novo perfil moderado e “renovado” da esquerda frentista, em 28 de setembro de 1997 a Frente Ampla realizou, pela primeira vez nos seus 26 anos de existência, eleições internas para eleger um novo Plenário Nacional e, por extensão, uma nova mesa política e um novo Plenário Departamental (estadual). O debate ideológico que se iniciou com um projeto de licitação do Hotel Casino Carrasco (hotel-casino, empresa pública do Estado), por causa da negativa do Movimento de Participação Popular – MPP em votá-lo, desatou uma profunda crise interna que levou à renúncia de Tabaré Vázquez à presidência da coalizão, após sete meses de direção, colocando em jogo a credibilidade e a capacidade da Frente Ampla para governar.

O MPP expressou em reiteradas oportunidades que não mudaria sua postura, ao tempo em que acusou alguns setores da coalizão de “esquerda privatizadora”. O espaçamento das diferenças ideológicas pareceu aprofundar-se e o mapa político que emergia das internas colocou sérias dúvidas sobre o futuro da coalizão. O MPP acusava setores da Frente Ampla (*Vertiente Artiguista*) de serem, conjuntamente com Vázquez, promotores de políticas de privatização de empresas públicas administradas pelo Estado. O que implicava uma séria contradição com os princípios fundacionais da Frente Ampla.

⁴⁸⁶ MIERES, Pablo. La Polarización del Centro Izquierda. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 93, abril de 1994, p. 51.

Jorge Zabalza, membro do MLN e dirigente do MPP, presidente da Câmara de Vereadores de Montevideu, foi quem realizou as acusações de privatização por parte de setores frentistas. O vereador concedeu uma entrevista a *Cuadernos de Marcha*, na qual se manifestou sobre o assunto. “Nós entendemos que se há setores dentro da Frente Ampla que vão assumir que há que privatizar, utilizando-se de palavras como arrendamento ou concessão de serviços, deve-se falar claro na mesa política”⁴⁸⁷. Zabalza afirmou que se efetivamente existiam várias concepções de privatização, a Frente Ampla devia definir-se, ou seja, identificar claramente os setores que estavam dispostos a colocar recursos materiais e infra-estrutura do Estado à disposição de empresas privadas para que invistam nelas e para que as mesmas obtenham rentabilidade.

O vereador manifestou um claro repúdio por parte do MPP a qualquer tipo de privatização. Reafirmou que toda e qualquer infra-estrutura do Estado deveria ser usada com um fim social. E acrescentou: “Acredito que na esquerda, na medida em que vá desenvolvendo uma acumulação de forças e, portanto, tem possibilidades eleitorais, aparecem setores que apontam para as classes médias. [...] Existem companheiros que acreditam ter de seu lado os setores menos favorecidos da sociedade e, a partir disso, querem conquistar outros setores, adotando determinadas políticas em direção às empresas privadas”⁴⁸⁸.

Por outra parte, Enrique Rubio manifestou também em entrevista a *Cuadernos de Marcha* que a discussão em torno das privatizações, caso do Hotel Casino Carrasco, se deve a que a esquerda frentista estava passando por um processo de mudanças ideológicas na vida política da coalizão. “É uma mudança ideológica-cultural que se dá e se expressa no campo programático [...] e que vai acontecer em relação às diferenças sobre o que tem de fazer um eventual governo de esquerda neste país”⁴⁸⁹. As alusões de Rubio a redefinições programáticas foram as que nortearam a atualização ideológica da esquerda frentista.

⁴⁸⁷ ZABALZA, Jorge. Las ideas no se cambian como si fueran camisetas. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997, p. 50.

⁴⁸⁸ Idem, p. 51.

⁴⁸⁹ RUBIO, Enrique. El Frente nunca dijo que había un muro de Berlín entre el sector público y el privado. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997, p. 48.

Rubio acrescentou que quanto às acusações de ser uma esquerda privatizadora, a Frente Ampla tem uma política que se “opõe” aos esquemas neoliberais privatizadores, no sentido em que querem reduzir a sua mínima extensão ao Estado. “Mas nunca a Frente disse que existia um muro de Berlin entre o setor público e o privado, e também não negou que em algumas áreas que se convertem em importantes no setor privado, pela evolução tecnológica e as mudanças no mundo, o Estado deve fazer investimentos”⁴⁹⁰. A Frente Ampla, segundo Rubio, tem uma postura quanto ao tema privatizações que se tornou *fronterizo*, ou seja, existe uma fronteira a ser atravessada em função da especificidade do que se pretenda privatizar. A flexibilidade apresentada por Rubio mostra a nova linha programática da Frente Ampla.

Em relação à credibilidade e capacidade de governar da Frente Ampla, questionadas a partir da crise do Hotel Carrasco, Rubio manifestou que a discussão teve vários efeitos: colocou em jogo a credibilidade da coalizão, teve um efeito negativo na medida em que bloqueou um projeto do governo municipal de Montevideu e demonstrou, ante a população, que a Frente Ampla não estava solidamente unificada e, portanto, afetando assim sua credibilidade. Na opinião de Rubio, a crise enfraqueceu a autoridade dos organismos de direção da Frente Ampla e também afetou o seu presidente, Tabaré Vázquez. Assim, a forma de superar a crise focou-se nas resoluções que sairiam das eleições internas da coalizão, principalmente das definições programáticas que fossem adotadas.

A crise política e os resultados eleitorais de setembro de 1997 no interior da Frente Ampla e as posteriores iniciativas de Tabaré Vázquez vinculadas com as definições programáticas e com as regras democráticas do *frentismo*, tanto como seus sinais de orientações para a hierarquização do Encontro Progressista, a comum aceleração dos tempos políticos da época que se registraram no Uruguai como produto da reforma constitucional de 1996, todas as circunstâncias mencionadas ofereceram uma boa oportunidade para refletir sobre os desafios que a Frente Ampla tinha pela frente. Os quatro fatores básicos de poder no interior da Frente Ampla foram, historicamente: os votantes, os militantes, os partidos e organizações componentes e a

⁴⁹⁰ Idem, p. 49.

presidência. Para identificar os impactos da crise e das eleições internas de 1997, convém repassar a evolução desses fatores de poder.

Desde 1994 a 1997, a gravitação dos votantes frentistas no país praticamente duplicou em termos absolutos e relativos. Com independência das instâncias nacionais e das grandes mobilizações coletivas por reivindicações que concitaram um grande apoio popular, a participação direta dos votantes na vida interna da Frente Ampla não encontrou, no passado, os canais adequados, nem foi considerada por muitos dirigentes como fundamental. As eleições internas de 1997 constituíram a primeira grande experiência de participação direta de uma boa parte dos votantes num acontecimento democrático de definição interna.

Em termos políticos, o comportamento que predominou nos votantes orientou-se a introduzir uma alteração que permitira encontrar uma saída para a crise do *frentismo*. A nota dominante foi a intenção de salvar a Frente Ampla. A irrupção do votante não indica somente o desejo de participar numa instância eleitoral, senão também a vontade de ser ator político, exercendo seus direitos em momentos vividos como críticos. A próxima instância prevista de participação de massas dos votantes aconteceu em abril de 1999, nas eleições internas de todos os partidos políticos; na oportunidade, as eleições da Frente Ampla ocorreram no âmbito do Encontro Progressista.

A presença dos militantes no trabalho da Frente Ampla – comitês e outras estruturas, da capital e do interior – conheceu diversos momentos. Não foi a mesma dos diferentes períodos: (1971-1973), a frente da ditadura; (1973-1984), a frente da abertura democrática e a ruptura política; (1984-1989), a frente dos governos municipais e da possível ascensão ao Governo nacional (1989-1997). Essa participação foi potente nas suas origens, período no qual predominou a militância independente, suportou a ditadura, reapareceu na reabertura e logo declinou, emergindo em situação de grande confrontação nacional: plebiscitos em 1989, 1992 e 1996, eleições nacionais e plebiscitos em 1989 e 1994; e também se manifestou por distintas vias em situações de crise e de definições internas: reforma estatutária em 1986, ruptura em 1988-1989, Congresso de 1991, crise de direção e definição do Encontro Progressista em 1993-1994, renúncia de Liber Seregni e eleição de Tabaré Vázquez, em 1996.

O período de maior participação da militância nas estruturas comuns coincidia com o lapso no qual foram menores os direitos em matéria de representação na direção e maior a militância independente (1971-1986); e o período de maior representação, de 1986 até 1993, que coincidia com a descrença paulatina dos militantes independentes e, por conseqüência, com a crescente partidarização da militância nas estruturas comuns. Os comitês de base continuam sendo o lugar por excelência da militância frentista, relegados de representação – muitas vezes –, sempre que se abriam períodos nos quais se realizaram grandes empreendimentos coletivos e apelando-se a eles. Nas eleições nacionais de 1996, quase 700 circuitos eleitorais que funcionaram na oportunidade e que permitiram a expressão de 144 mil votantes, apenas foram viabilizadas pelo trabalho dos comitês de base.

Os partidos políticos e as organizações que compõem a coalizão sofreram transformações fundamentais. Houve novas incorporações e rupturas; nasceram, no interior da Frente Ampla, diferentes organizações, sendo que algumas se juntaram, dividiram-se, desapareceram ou enfraqueceram-se; outras permaneceram e se transformaram, por sua vez, em vários setores que conformaram a matriz originária. Assim, entre outros, se incorporaram o Partido pela Vitória do Povo – PVP, o Movimento de Libertação Nacional – MLN, o Movimento 26 de Março e a Corrente Popular – CP. Por outro lado, desligaram-se o Partido pelo Governo do Povo – PGP e o Partido Democrata Cristão – PDC. Nasceram a Vertente Artiguista –VA, Confluência *Frenteamplista* – Confa, Esquerda Aberta – IA, e outras entidades.

Em termos gerais, o peso dos partidos foi decrescendo na Frente Ampla. Talvez pela crise de participação militante que todos sofreram, nunca compensada pelo crescimento eleitoral de alguns deles. Talvez a crise ideológica gerada na implosão do “socialismo real”, pelo próprio desenvolvimento da identidade comum e pela expansão dos votantes. Segundo análise de Rubio (1997), a evolução dos partidos políticos dentro da Frente Ampla foi muito importante, “[...] são e seguiram sendo muito relevantes na história da Frente Ampla. Muito se jogou no passado e se jogará no futuro em favor de seu fortalecimento no interior da identidade comum”⁴⁹¹. Obviamente, na

⁴⁹¹ RUBIO, Enrique. El Frentismo del Futuro: de las internas al gobierno nacional. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 133, dezembro de 1997, p. 41.

análise de Rubio não se incorporou a presença de novas organizações, como o Encontro Progressista e o Novo Espaço.

Por outro lado, a presidência sempre foi um dos fatores-chaves no desenvolvimento da Frente Ampla como força política. Tanto na sua expressão como força diferenciada no país, como na manutenção de sua unidade; tanto na potencialização dos aspectos externos como internos da identidade compartilhada. A presidência do general Liber Seregni apoiou-se, fundamentalmente, em seu prestígio pessoal, na sua visão estratégica, na sua capacidade de interlocução com a sociedade, com o sistema político e na sua aptidão para a articulação na vida interna da Frente Ampla.

A substituição de Liber Seregni por Tabaré Vázquez, em 1996, aconteceu no meio de uma grande crise política. Os dez primeiros meses em que Vázquez exerceu a presidência da coalizão demonstraram uma transformação importante nas características da condução política: esta foi mais “carismática”, mais polarizadora e potente no âmbito político, e menos articuladora que condutora no interior da Frente Ampla. O que também deve ser considerado é que Tabaré Vázquez assumiu a presidência da Frente Ampla e do Encontro Progressista, o que levou à situação que as eleições internas seguintes, realizadas em abril de 1999, tivessem como organização predominante, e portanto, também uma presidência predominante no Encontro Progressista.

Uma das medidas encontradas por Vázquez para a crise política no interior da Frente Ampla foi a da auto-exclusão. Essa pretendia dirimir as discussões internas, fundamentalmente de origem ideológica, pela via da auto-exclusão. Danilo Astori, em entrevista a *Cuadernos de Marcha*, explanou sobre a proposta de Tabaré Vázquez: “Acredito que através de medidas disciplinares não se resolvem os problemas. Em primeiro lugar, acredito que a auto-exclusão é impraticável, colocada em termos éticos e morais”⁴⁹². Defendendo uma medida mais moderada, Astori preferia a reformulação estatutária para dirimir problemas disciplinares dentro da coalizão. Os problemas aludidos (disciplinares) obedeciam à ordem de discrepâncias ideológicas. De qualquer

⁴⁹² ASTORI, Danilo. Defender a UTE y renovar el Frente. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 137, março de 1998, p. 35.

forma, a auto-exclusão foi discutida como uma medida legítima e como parte da atualização ideológica.

Em 22 de novembro de 1998, a Frente Ampla realizou um Congresso no qual 97% dos delegados das forças políticas votaram a postulação de Vázquez como candidato da coalizão à Presidência da República. O Congresso teve a participação de 1.400 delegados que representaram 600 mil votantes, um percentual ínfimo de representatividade. Um aspecto relevante do Congresso foi a tentativa de Danilo Astori em candidatar-se para concorrer nas eleições. O que não aconteceu, visto que Vázquez possuía a maioria no interior da coalizão, e Astori obteve o direito a se apresentar como candidato, desta vez, sem perigo de enquadramentos disciplinares, legitimado por 988 delegados no referido Congresso. Astori não se candidatou, mas o episódio acentuou a crise interna originada em 1996⁴⁹³.

Em entrevista com o senador Danilo Astori, por *Cuadernos de Marcha*, tratou-se da candidatura de Tabaré Vázquez como um novo fenômeno caudilhista. “Uma figura com intuição e carisma pode fazer realidade o que a razão já não vê como possível. Por isso que o condutor não admite adversários nem concorrentes?”, (em referência a Vázquez). Astori, por sua vez, respondeu que isso precisamente seria o que se deveria evitar, que crises ideológicas terminassem gerando espaços para lideranças de tipo caudilhista ou populistas. “O grande desafio é como evitar essa situação. Nós temos uma resposta que se chama renovação da esquerda”⁴⁹⁴. Para Astori, o problema encontrava-se na necessidade de uma renovação ideológica, mas assinalava que não estava de acordo com a condução da esquerda (na interna frentista), por isso, o nível de compromisso com a coalizão o fazia argumentar na mesma direção que Vázquez.

Por outra parte, as eleições internas de 25 de abril de 1999 constituíram a inauguração do novo regime eleitoral posto em vigência a partir do Plebiscito de dezembro de 1996. A reforma constitucional de 1996 significou uma transformação substancial nas regras eleitorais uruguaias que regeram o país desde a conformação definitiva do regime democrático, em 1920. Quatro eram as bases do antigo regime

⁴⁹³ LARROSA, Pedro. Frente Amplio: entre militantes y votantes anónimos. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 145, novembro de 1998, p. 36.

⁴⁹⁴ ASTORI, Danilo. No estamos de acuerdo con la conducción de la izquierda. (entrevista). In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n 146, dezembro de 1998, p. 39.

eleitoral: simultaneidade, proporcionalidade, acumulação e candidaturas múltiplas. De acordo com as velhas regras do jogo, só existia uma instância a cada cinco anos na qual se dirimiam todos os cargos em disputa, tanto em nível nacional como estadual, nos planos legislativo e executivo.

Por sua vez, em dita instância se permitia todo tipo de acumulação eleitoral em nível executivo e legislativo, tanto para a Câmara Alta como para a Câmara de Representantes. Cada partido podia apresentar múltiplos candidatos à Presidência e à Prefeitura; e, finalmente, os cargos legislativos se designavam em função de uma estrita proporcionalidade. Nas quatro características anotadas, o regime uruguaio era um caso original em matéria de legislação eleitoral comparada; portanto, consideradas as quatro características em conjunto, resultava claro que o sistema eleitoral era particularmente estranho.

Com efeito, de modo geral os regimes eleitorais prevêm instâncias diversas para a eleição dos cargos de governo. Essa variedade inclui, como exemplo, as renovações parciais dos parlamentos, a separação da eleição de cargos nacionais a de governos locais ou estaduais, ou a separação das eleições internas ou primárias das eleições nacionais. Também pelo geral, os regimes eleitorais possuem uma regra que estabelece que cada partido só teria um candidato presidencial; a multiplicidade de candidaturas presidenciais por partido era realmente uma extravagância muito uruguaia.

A originalidade não termina nestes aspectos, também incluía os sistemas de acumulação. Desde a acumulação mais simples, mesmo que pouco usual, da acumulação de votos entre os múltiplos candidatos presidenciais por partido até o tríplex voto simultâneo e as cooperativas eleitorais entre as listas a deputados cruzadas dentro do partido em níveis incríveis. Todo tipo de acumulação aconteceu na história eleitoral uruguaia. Finalmente em matéria de proporcionalidade, também o regime eleitoral resultou original. O grau de proporcionalidade na constituição do parlamento nacional chegou a níveis incomparáveis em relação ao resto dos sistemas existentes.

A reforma de 1996 acabou com dois dos quatro pilares e limitou seriamente um terceiro. Somente ficou intacta a proporcionalidade, que continua sendo igual que

antes; mas em matéria de multiplicidade de candidaturas e simultaneidade de eleições, o sistema se modificou completamente, enquanto que as ilimitadas formas de acumulação ficaram reduzidas significativamente, visto que só permaneceram entre as listas ao Senado. Portanto, 1996 pode qualificar-se como uma revolução do sistema eleitoral que, por outra parte, havia sido duramente questionado desde tempos imemoriáveis pelas alternativas políticas da esquerda uruguaia. As eleições de abril, vistas nesta perspectiva, apareceram como particularmente transcendentais, visto que resultaram ser a primeira experiência com o novo sistema para os atores principais: os partidos e os eleitores. Vejamos como foram as condutas e os efeitos do novo sistema em cada um destes atores.

Desde o ponto de vista dos partidos, a nova regra foi um desafio significativo para os dois partidos tradicionais que sempre fizeram uso da possibilidade das múltiplas candidaturas presidenciais. Para esses dois partidos, as internas de abril representaram, pela primeira vez desde sua constituição como partidos modernos, em que deviam resolver sua pluralidade interna previamente à eleição nacional. Sem dúvida, uma situação facilmente traumática por quanto definir um candidato único significou que só uma das frações internas teria o apoio de um candidato presidencial, enquanto que as frações restantes ficavam em situação desfavorável para a eleição parlamentar, visto que não concorreriam com o candidato “favorito”.

Antes o sistema permitia a todas as frações concorrer com seu próprio líder como candidato presidencial e se gerava, então, uma concorrência igualitária entre varias lideranças de frações, dirimindo-se a condução do partido ao mesmo tempo em que se designavam os cargos de governo. Depois de abril de 1999, houve uma “luta entre pares” que marcou fortemente a realidade interna do partido, obrigando os líderes das frações restantes a enquadrar-se à disposição do triunfador como candidato subordinado daquele ou retirar-se, deixando a sua fração em situação de maior fraqueza.

Com essa situação que apareceu como de alto risco para a unidade interna dos partidos, que historicamente apareciam como plurais, conseguir-se-ia frear mediante a aplicação da proibição para todo aquele que concorresse nas eleições internas de poder apresentar-se logo por outro partido ou inclusive fundar um novo partido. De

modo que, fechada a apresentação de listas, se anulava toda possibilidade de excisão política e cada dirigente nacional ou intermediário ficava impedido de romper o partido em caso de derrota. Essa cláusula “contra o mal perdedor” permitiu dar continuidade a partidos que em caso contrário, em função de suas tradições e de sua cultura política, poderiam ter sofrido significativas rupturas.

Deve-se assinalar que, junto à cláusula mencionada, as disposições que estabeleceram que o vice-presidente seria eleito pela Convenção Nacional de cada partido e que os candidatos à Prefeitura seriam eleitos pelas Convenções Estaduais em cada Estado foram outros componentes normativos que deram espaço para as negociações que poderiam sanear as feridas geradas na contenda com resultados possivelmente traumáticos. De igual modo, o fato de que a eleição do candidato presidencial surgisse de uma contenda eleitoral aberta ao conjunto da cidadania, simultânea para todos os partidos e com fiscalização do tribunal Eleitoral, outorgou ao candidato único escolhido um grau de legitimidade muito elevado que fortaleceu a continuidade da unidade partidária.

No caso dos partidos de esquerda, tradicionalmente defensores da candidatura única por partido, essa norma representou alterações de menor significação na sua vida interna. No caso do Novo Espaço, essa valoração se viu retificada, visto que se apresentou como único candidato seu líder, Rafael Michelini. Paradoxalmente, essa situação representou um problema, visto que a ausência de concorrência interna representou perda do atrativo para votar em dito partido para um conjunto de eleitores que, se não existissem situações de concorrência entre outras listas, naturalmente votaria neste partido.

De todo modo, a própria evidencia da ausência de concorrência interna liberou ao Novo Espaço da responsabilidade de demonstrar um nível de apoio eleitoral que, em outras circunstâncias, poderia haver sido avaliado. Particularmente interessante resultou a situação de outro partido de esquerda, o Encontro Progressista-Frente Ampla. Nesse caso, a criação da instância de eleições internas em vez de propiciar, como no caso dos partidos tradicionais, uma tendência obrigatória à redução de opções, a nova regra gerou o surgimento de uma concorrência interna pela candidatura presidencial única.

A valoração positiva e o apoio à norma de uma só candidatura por partido continuou vigente na Frente Ampla, mas a nova normativa eleitoral colocou em evidência um questionamento implícito, a forma de que tal candidatura se elege-se na coalizão de esquerda. Ao passar de uma seleção do candidato presidencial entre militantes no Congresso da Frente Ampla, a eleição a portas abertas, entre o conjunto dos cidadãos, o consenso na eleição do candidato se viu substituído pela concorrência interna⁴⁹⁵.

Essa foi, sem dúvida e mais além do resultado eleitoral, uma situação radicalmente nova para a Frente Ampla, acostumada a resolver seus problemas no âmbito de seus organismos internos e de seus filiados militantes. O desafio de convocar a cidadania frentista em geral foi uma novidade que mesmo naquela oportunidade, ratificou a posição do entorno mais ativo, projetou-se para o futuro como um desafio permanente com não poucas conseqüências na forma de fazer política e tomar decisões por parte da coalizão.

Finalmente, desde o ponto de vista do eleitorado, também esta foi uma instância nova. Pela primeira vez na história da democracia uruguaia, os cidadãos foram convocados em forma aberta para dirimir assuntos que anteriormente se resolviam em cada partido com seus próprios mecanismos. Foi, sem dúvidas, uma instância que aumentou o poder de decisão do eleitorado; tratou-se de uma oportunidade de maior incidência cidadã, porquanto teve pela frente a opção de decidir quem seria o candidato presidencial de cada partido.

O cidadão, que antes tinha restringido seu voto a uma única instância aquela que, ao mesmo tempo resolvia que candidato preferia de seu partido e quem seria o presidente dos uruguaiois, correndo o risco certo de contribuir, sem querer, a que resultasse eleito um candidato não querido; depois da reforma, encontrou-se com uma margem de decisão maior. A respeito, Mieres (1999) escreveu: “Em abril, os cidadãos podem participar ou não na seleção do candidato presidencial de cada partido, já que o voto é voluntário, mas com isso não abandonam seu poder de decisão, senão que, pelo

⁴⁹⁵ Nas eleições internas da Frente Ampla concorreram dois candidatos: Tabaré Vázquez e Danilo Astori. Este último foi derrotado por Vázquez, que se elegeu o candidato à Presidência da República.

contrário, dará um primeiro passo em um processo em que sua opinião e poder de decisão têm crescido substancialmente⁴⁹⁶.

Posteriormente, poderiam emitir novamente seu voto para eleger o presidente e o Parlamento, e depois poderiam voltar a participar no segundo turno presidencial. Além do fato de que muitos cidadãos reclamassem da proliferação de campanhas eleitorais e se questionasse o fato da existência de múltiplas instâncias, o certo foi que o poder de decisão do cidadão aumentou consideravelmente no país e isso foi tomado como positivo para o fortalecimento da democracia. Obviamente, na medida em que os eleitores tomaram consciência de dito poder, começaram a manifestar-se diferentes alternativas não previstas. De fato, foi possível distinguir, na eleição de abril, um conjunto de atitudes diferenciadas na conduta cidadã.

Por um lado, estavam os que permaneceram à margem do processo de decisão; estes, de acordo com as pesquisas eleitorais, poderiam representar entre uma terceira parte do eleitorado. Estavam os que se abstinham por falta de interesse nas questões políticas em geral e os que assumiram esta conduta por não se sentirem integrantes de nenhum dos partidos. Por sua vez, entre os que foram votar foi possível distinguir três tipos de votantes. Em primeiro lugar, estavam os que se sentiam partes integrantes de algum dos partidos que participaram na interna e, como tais, sentiram-se chamados a decidir quem seria o candidato de seu partido.

Em segundo lugar, registraram-se os que, sem sentir-se parte de um partido em particular, entenderam que deviam apresentar-se para apoiar aquele candidato que contava com sua simpatia, na medida em que se estava selecionando aos que logo concorreriam pela Presidência da República. De modo que se tratou de cidadãos que careciam de adesão partidária, mas sentiam simpatia por algum dos candidatos. Em terceiro lugar, deve-se incluir aqueles que votaram em abril como resultado de um pensamento político que procurou maximizar a utilidade do voto. Esses votantes, segundo Mieres, planejavam de que forma favorecer ou prejudicar determinados candidatos com independência de suas próprias preferências⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ MIERES, Pablo. Posibilidades y Realidades en las Internas de Abril. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 149, abril de 1999, p. 45.

⁴⁹⁷ MIERES, Pablo, op. cit., p. 46.

Poucas semanas depois de realizadas as eleições internas, Hebert Gatto fazia uma outra leitura do processo eleitoral pelo qual os partidos e cidadãos acabavam de passar e que seria o moderno modelo adotado pelo país. O autor salientava que o processo constituiu-se como uma instância de maior democracia e participação cidadã. O problema estaria na obrigatoriedade do voto para as eleições internas, ou seja, maior participação cidadã a partir da obrigação de votar. Salientou que as regras de igualdade democrática entre os participantes (os partidos) requerem que as possibilidades de publicidade sejam iguais para todos. Portanto, os meios de comunicação deveriam somar-se a esse esforço comum, aceitando definitivamente que, sendo usuários de espaços públicos, deveriam, como contrapartida, colaborar com a realização das campanhas⁴⁹⁸.

Em relação aos eleitores, Gatto reabriu uma velha polêmica sobre a pergunta se os uruguaios votam por candidatos, ou seja, por pessoas, ou se suas preferências são subordinadas às opções partidárias. Escolhem partidos, e logo pessoas, ou estas primam sobre aqueles? No anterior sistema constatou-se a existência, em ambas as coletividades tradicionais, de uma importante massa de eleitores flutuantes, capazes de transladar-se de uma a outra, segundo o perfil de seus candidatos. Esse fenômeno não alcançava o voto da esquerda, mais ideologizado e, portanto, mais centrado nos partidos que expressavam a doutrina política preferida pelo eleitor.

Se esse deslocamento não foi mais pronunciado deveu-se a que o duplo voto simultâneo permitiu apoiar até o fim o candidato e, simultaneamente, a fração preferida, diminuindo a tendência e a transferência interpartidária dos votantes. Entretanto essa possibilidade foi cancelada pelo novo sistema, existindo a possibilidade de que o número de eleitores frustrados nas suas opções, a partir do primeiro turno, poderia ser muito maior. Portanto, a mudança de um partido para outro dependerá então de duas condições: a primeira, a força da identificação partidária – quanto maior ela for, mais difícil o abandono do partido –; a segunda, da aceitação ou não que possa suscitar o candidato que resulte eleito na interna⁴⁹⁹.

⁴⁹⁸ GATTO, Hebert. Interrogantes sobre las Internas. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 150, maio de 1999, p. 33.

⁴⁹⁹ Idem, p. 34.

Em resumo, o que o novo sistema eleitoral trouxe de significativo, além de novas regras do jogo eleitoral, foi a instância até então desconhecida do segundo turno. Este implicou a possibilidade da união do bipartidarismo tradicional, tanto para garantir a eleição de um presidente representativo dos partidos tradicionais como também, e fundamentalmente, um sistema de controle para dificultar o acesso da esquerda à Presidência nacional. A principal ameaça do bipartidismo era o rápido e firme crescimento da esquerda, principalmente em números, que despontou em 1994, como o novo discurso da esquerda progressista, que captava votantes descontentes com os partidos tradicionais.

Outro aspecto da conjuntura que deve ser assinalado foi o impacto da crise econômica sobre o sistema político, o que revelou dimensões importantes. A descrença generalizada no sistema de partidos, e nos políticos em particular, teve seu ápice no período de 2000-2004, no governo de Jorge Batlle. A queda da imagem pública do presidente Batlle não se concentrou na sua figura, senão que também se expandiu para o conjunto do sistema, afetando o Governo como tal, o Parlamento, os partidos e a política em geral.

No terreno do funcionamento institucional e do comportamento dos atores mais relevantes até o momento da ruptura da coalizão de governo (de *blancos* e *colorados*)⁵⁰⁰, não surgiram ações que colocassem em risco a ordem institucional. A oposição permaneceu fiel a seu papel democrático, mantendo as mais diversas formas de manifestações de descontentamento para com o Governo, dentro dos canais legais. As organizações sociais, particularmente sindicatos e organizações estudantis, foram as que atacaram com maior dureza o Governo, mas também sem transcender os limites da institucionalidade vigente.

Enquanto isso, o objetivo estratégico do Encontro Progressista – Frente Ampla de posicionar-se convenientemente para as eleições nacionais de 2004 levou-o a fazer

⁵⁰⁰ Em outubro de 2002 rompeu-se a coalizão de governo entre *blancos* e *colorados*, formada em fevereiro de 2000 com base num acordo eleitoral entre ambos os partidos para a “governabilidade”, ou seja, como necessidade dos partidos tradicionais de assegurar ganhar as eleições, vistas as novas regras eleitorais. Através dessa coalizão, evitariam que o segundo turno possibilitasse à Frente Ampla o triunfo das eleições nacionais. Após um casamento de 32 meses, por iniciativa do Partido Nacional a coalizão terminou e como resultado o *Partido Nacional* retirou sua equipe de ministros do Governo (Habitação, Desportos, Educação e Indústria e Trabalho), deixando o presidente Jorge Batlle numa situação extremamente delicada. A presença de representantes *blancos*, com peso político próprio, era um componente essencial do compromisso da coalizão. Para Batlle, inviabilizava-se a governabilidade.

um discurso “moderador” e, em muitos casos, “desmobilizador”, contrariando, assim, a suas bases. Ao mesmo tempo, impulsionou uma estratégia direcionada a captar votos de setores descontentes com os partidos tradicionais e, desta forma, ampliar seu potencial eleitoral, aproveitando o mal-estar generalizado, produto da crise econômica e de seu desgaste político. A esses objetivos estratégicos dedicou-se a coalizão de esquerda, fundamentalmente entre os anos de 2002 até 2004.

3. A ESQUERDA PROGRESSISTA (1994-2004)

As grandes mudanças na esquerda uruguaia se completaram num processo que se denominou de “atualização ideológica”, anunciado por Tabaré Vázquez ao encerrar, em 1996, o Terceiro Congresso Ordinário da Frente Ampla Juan José Crottogini. O processo registrou antecedentes desde 1994, mas a sua discussão formal no interior *frentista* aconteceu em 1997, precisamente a partir de um documento no qual Vázquez defendia a necessidade de uma atualização ideológica e expunha alguns de seus norteadores, e foi concluído em 2001, no IV Congresso Extraordinário da Frente Ampla “Tota Quinteros”.

Essa atualização teve continuidade, referida mais estritamente aos aspectos programáticos, no centro da Comissão Integrada de Programas – CIP da Frente Ampla e do Encontro Progressista, que ajustou o programa para as eleições de 2004. Mesmo assim, a parte mais substancial dos debates e das mudanças que assentaram as bases dessa importante renovação da esquerda aconteceu no período de transição. Nesse período, a mesma se evidenciou na formulação do Encontro Progressista. Durante esse lapso, o processo de renovação avançou de forma paralela dentro da Frente Ampla até que terminou integrando-se no Encontro Progressista.

O programa e seus fundamentos ideológicos mais gerais continuaram renovando-se e se desenvolvendo desde 1994 até 2004, onde se pode observar que essa renovação apresentou dois momentos claramente diferenciados, divididos por 1999, um ano que foi um divisor de águas. Em primeiro lugar, desde o ponto de vista político, 1999 representou o limite entre duas administrações de governo de coalizão dos partidos tradicionais (o *Partido Colorado* e o *Partido Nacional*), dirigidos alternativamente por uma fração do *Partido Colorado*, o *Foro Batllista*, primeiro, e pelo *batllismo* conservador, depois. Em segundo lugar, desde o ponto de vista econômico, o ano de 1999 foi um divisor de águas, visto que, por um lado, desde 1991 até 1999, o país foi marcado pelo crescimento econômico e, pelo outro, 1999 a 2004, pela estagnação e a crise.

No primeiro período, 1991 a 1999, o país viveu um crescimento significativo, mas alguns indicadores sociais evoluíram, desde 1994, de forma preocupante, com uma tendência ao aumento da pobreza⁵⁰¹, o desemprego⁵⁰² e a precariedade do trabalho. O crescimento conviveu com certos sinais de deterioração social. A expansão econômica também soube conviver com o crescimento da esquerda, que foi captando a adesão de setores marginais dos benefícios do crescimento, o que lhe permitiu obter a maioria relativa nas eleições nacionais de 1999. A crise colocou em questão a sustentabilidade do modelo de crescimento dos anos de 1990 e deixou em evidência alguns de seus efeitos mais negativos.

Como se pode observar na tabela 7, o crescimento eleitoral da esquerda foi gradativo e se intensificou a partir de 1994. Este fenômeno se compreende a partir de duas situações particulares: por um lado, setores marginalizados economicamente e excluídos do mercado de trabalho que foram historicamente *clientes* dos partidos tradicionais, se incorporaram ao contingente eleitoral da Frente Ampla. Por outro lado, o ano de 1994, coincidiu com a formação do Novo Espaço que captou votantes e militantes descontentes com os partidos tradicionais incorporando-os eleitoralmente a coalizão de esquerda.

⁵⁰¹ Os indicadores de pobreza extrema são efetivamente alarmantes pelo seu gradativo crescimento. Segundo estatística elaborada pelo Instituto Nacional de Estadística, os percentuais de pobreza extrema no período 1999-2003 foram: em 1999, 1,2%; em 2000, 1,5%; em 2001, 1,3%; em 2002, 1,9%; e em 2003, 2,8%. Fonte: Instituto Nacional de Estadística. **Estimaciones de Pobreza por el Método de Ingresos**. Montevideo, 2003, p. 3.

⁵⁰² Os indicadores de desemprego foram: 1999, 11,3%; 2000, 13,6%; 2001, 15,3%; 2002, 17,0%; e 2003, 16,9%. Fonte: Idem, p. 5.

Tabela 7. Número absoluto de habilitados para votar por anos de eleições nacionais e percentual de votos válidos da Frente Ampla, totais nacionais 1971-2004.

Eleições Nacionais	Número total de habilitados a votar	Percentual de votos válidos da Frente Ampla
1971	1.878.132	18.28
1984	2.197.503	21.26
1989	2.319.022	21.23
1994	2.330.154	30,61
1999	2.402.160	40.10
2004	2.487.583	50.94

Fonte: BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio, la admirable alarma de 1971: historia y documentos.** Montevideo: Cauce, 2005, p. 240. Estadísticas de la Corte Electoral. Instituto de Estadística y Censos. 2005, p. 12-19.

Desse modo, não somente o contexto doméstico foi favorável ao crescimento da esquerda. No plano regional, algumas mudanças foram favoráveis para a aproximação da esquerda com o Governo. A crise do *menemismo* na Argentina, o triunfo do Partido dos Trabalhadores no Brasil e, finalmente, a orientação do governo de Nestor Carlos Kirchner foram configurando um mapa totalmente diferente ao dos anos noventa. A região voltou-se para a esquerda e a aposta na integração regional afastou-se da concepção liberal original⁵⁰³. A política e a economia internacional também se transformaram, com fortes impactos sobre a América Latina e suas relações com os Estados Unidos. Por um lado, o avanço da globalização e seus efeitos negativos, e, pelo outro, a ostentosa política imperialista assumida após os atentados de setembro de 2001.

⁵⁰³ “O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia – Encontro de Culturas”. Este foi o nome do evento realizado em Fortaleza (Brasil), nos dias 13 e 14 de dezembro de 1996. Uma das características do Encontro de Fortaleza foi a de discutir o Mercosul para além das questões econômicas, e quem conduziu estes debates foram os intelectuais sul-americanos. O objetivo do Encontro de Fortaleza foi utilizar a valiosa experiência de integração como catalisador para: 1) pensar a integração regional desde o ponto de vista social e cultural, buscando incrementar o intercâmbio de experiências políticas e intelectuais; 2) debater as experiências do Mercosul e sua utilização como um instrumento de definição de um paradigma de cidadania e valores regionais; 3) estimular uma reflexão positiva sobre a identidade regional, reflexão que pudesse conduzir a uma visão de nós mesmos mais centralizada em nossa história e concepções de mundo. PEÑA, Félix; MATTA, Roberto Da. El Mercosul y la Integración Sudamericana: Más allá de la Economía. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 123, janeiro de 1997, p. 19-26.

Nesse contexto, a Frente Ampla aproximava-se do Governo com uma estratégia que lhe resultou eficaz e que teve um componente ideológico e programático relevante, que não foi independente nem do contexto externo, nem do interno, nem de seu novo lugar no sistema político nacional. Desde que se constituiu na terceira parte do eleitorado, em 1994, o Encontro Progressista – Frente Ampla seguiu experimentando um contínuo processo de crescimento eleitoral e político: “ultrapassou os 30% em 1994 e registrou, ano após ano, um crescimento substancial nas manifestações de intenção de voto, segundo as pesquisas de opinião pública”⁵⁰⁴. Obviamente que isso foi reflexo do descontentamento com os partidos tradicionais e também de uma estratégia que procurou canalizar esse descontentamento. Como exemplo desse descontentamento dos eleitores com os partidos tradicionais pode-se observar na tabela 8, o percentual de votos válidos em cada eleição nacional.

Tabela 8. Eleições Nacionais: percentuais sobre votos válidos em todo o país, 1971-2004 - Partido Nacional e Partido Colorado.

Eleições	Partido Nacional	Partido Colorado
1971	40.19	40.97
1984	35.04	41.22
1989	38.88	30.29
1994	31.21	32.39
1999	22.31	32.78
2004	35.12	10.61

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações em: MARIUS, Jorge Leonel; GIMENEZ, Wilfredo. *Primera Elección Uruguaya del Siglo XXI*. Montevideo: Proa, 2005, p. 83-112.

A Frente Ampla, no quadro de sua transformação, apresentou uma estratégia política que teve como base a combinação de dois elementos: por um lado, a oposição forte aos partidos tradicionais no Governo; e por outro, a moderação ideológica e programática. Dessa forma, a Frente Ampla, sem abandonar a esquerda, foi se expandindo para o “centro”, ao tempo em que captava todo o benefício do descontentamento da população com algumas das reformas estruturais e, desde 1999, com a crise econômica e social. Nessa opção pela moderação fundamentou-se a política de alianças, impulsionada, de forma decidida, por Vázquez e concretizada primeiro no Encontro Progressista e, posteriormente, na Nova Maioria, abrindo, assim,

⁵⁰⁴ GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. *La Era Progresista*. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 70.

círculos concêntricos e permitindo aumentar o contingente eleitoral da Frente Ampla, conquistando o espaço político de centro esquerda e conservando seu eleitorado de esquerda⁵⁰⁵.

Dois fatores poderiam explicar como a Frente Ampla conseguiu conquistar eleitores do centro sem perder eleitores da esquerda. Em primeiro lugar, não surgiu, nesse período, nenhum desafiante de importância na esquerda nacional que pudesse disputar sua base eleitoral. Em segundo lugar, o espaço de centro- esquerda estava disponível ao fracassar a primeira tentativa de constituir o Novo Espaço, que acabou se dissolvendo em 1994⁵⁰⁶, precisamente no momento em que o Encontro Progressista fez sua estréia eleitoral.

Além das disputas por lideranças e candidaturas, a partir de 1996 se produziu um intenso debate personalizado nas figuras de Tabaré Vázquez e Danilo Astori. As diferenças sobre a forma de exercer a oposição ao Governo, vinculadas ao conflito pela liderança da Frente Ampla, contribuíram para uma estratégia de “vale tudo”, ou seja, ampliar as bases eleitorais, contando com a conquista dos espaços de centro, foi a política de ambos os candidatos, apesar de qualquer outra diferença substancial. O posicionamento mais centrista de Danilo Astori, desde 1996, o transformou numa peça-chave da estratégia do *progresismo* para as eleições nacionais desse ano. A renovação ideológica e programática não foi afetada pela dissidência de Danilo Astori. Logo após de haver rejeitado inicialmente ao Encontro Progressista e a implícita moderação do programa *frentista*, voltou-se para a estratégia da renovação programática, até o ponto de se converter no seu representante mais reconhecido.

Em 1997, James Petras, em entrevista concedida ao *Semanário Mate Amargo*, identificou que a Frente Ampla, no contexto hegemônico do neoliberalismo, tinha no seu interior setores, como o liderado por Danilo Astori, que estavam caminhando em direção

⁵⁰⁵ Aparentemente, provocou-se um deslocamento, tanto da direita como da esquerda, em direção ao centro liberal, com a conseguinte revalorização da democracia liberal e dos direitos e garantias por ela implicados. Nesta dimensão, reduziu-se a polarização ideológica e, conseqüentemente, as diferenças ideológicas interpartidárias. Isso levaria a facilitar o processo de “migração” de setores dos partidos tradicionais para a centro esquerda.

⁵⁰⁶ A partir do fracasso da primeira tentativa, nasceu o segundo *Nuevo Espacio*, mas já não como uma coalizão de partidos, senão como o setor político que abrigou os dissidentes do Partido pelo Governo do Povo – PGP, que adotam o nome abandonado pela aliança anterior, fundada em 1989. Posteriormente, vários dirigentes dissidentes retornaram à Frente Ampla no marco da Nova Maioria, que concentrava ao Encontro Progressista e ao Novo Espaço.

a uma assimilação da social-democracia com o neoliberalismo. “Neste contexto, a Frente Ampla, no seu conjunto, modificou sua orientação para um programa de modernização, competitividade, inserção no projeto globalizador do capitalismo⁵⁰⁷” e, a partir disso, enfrenta o problema de como conciliar um discurso radical, que reflete o passado, com uma política atual, que busca uma nova inserção.

Nesse sentido, junto ao papel de Tabaré Vázquez, com o apoio decidido do Partido Socialista e da *Vertiente Artiguista* nessa aposta de moderação e a política de alianças em busca de um governo de maiorias nacionais, o Movimento de Participação Popular – MPP, hoje força majoritária, foi peça-chave para legitimar esta estratégia dentro e fora da Frente Ampla, limitando muito as margens para o surgimento de uma oposição interna forte dentro do *frenteampalismo* mais à esquerda, o mesmo que uma alternativa política externa que pudesse concorrer com a Frente Ampla desde sua esquerda, com possibilidades de disputar-lhe um espaço. O MPP, desde 1995, aderiu à estratégia de Tabaré Vázquez, e José Mujica começou a surgir não só como um dos referenciais públicos mais importantes da Frente Ampla, senão como um dos principais promotores da atualização ideológica e a moderação programática, provocando uma ruptura interna no MPP⁵⁰⁸. Assim, o MPP, e particularmente José Mujica, foram fatores fundamentais para o êxito da estratégia de Tabaré Vázquez. (ver impacto eleitoral na tabela 9).

⁵⁰⁷ PETRAS, James. (entrevista) In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 116, outubro de 1997, p. 11.

⁵⁰⁸ Os setores que não fizeram acordo com esta mudança resultaram minoritários e se afastaram do MPP para formar a *Corriente de Izquierda*. O Partido pela Vitória do Povo – PVP já se havia afastado anteriormente, tomando um caminho próprio. Em 1995, afastaram-se o Partido Socialista dos Trabalhadores – PST e o Movimento Revolucionário Oriental – MRO. Desde esse momento, o MPP ficou configurado como um espaço ampliado do MLN Tupamaros e de setores independentes.

Tabela 9. Votos da Frente Ampla – Distribuição por setores (percentuais). Eleições nacionais, primárias e internas 1997- 2004. Votos dos cinco principais setores.

Eleições	Assembleia Uruguai	Vertente Artiguista	Partido Socialista	MPP	Partido Comunista
Internas 1997	13	14	34	16	16
Primárias 1999	17	15	29	13	9
Nacionais 1999	20	12	27	14	8
Internas 2002	10	8	27	29	11
Primárias 2004	9	8	18	33	6

Fonte: LANZANO, Jorge. La Izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. In: **La Izquierda Uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 70.

O apoio público dos dirigentes tupamaros à estratégia e ao programa “progressista” foi muito importante no plano simbólico. Ninguém se atreveu a acusar publicamente os ex-guerrilheiros de estar traindo ideais. Dessa forma, sem romper com seu passado, o MLN realizou uma grande contribuição para legitimar, em particular perante os militantes e votantes de esquerda, a aposta na moderação programática, via ampliação da política de alianças. Qualquer explicação do porquê a Frente Ampla conseguiu modificar tão profundamente seu programa e avançar em direção ao centro, sem perder seu eleitorado de esquerda, deverá tomar em contra este fator.

Além dos já mencionados, outros dois fatores, a institucionalização e a tradicionalização, contribuíram para o resultado dessa operação política. Ao longo dos anos, a Frente Ampla foi se institucionalizando cada vez mais como partido, ganhando estrutura e organicidade, e absorvendo os componentes originais da coalizão, que se transformaram em frações de partido. Junto com essa institucionalização que o fortaleceu como estrutura de partido propriamente dito, desenvolveu-se e consolidou-se uma forte identidade partidária a partir da construção de uma nova tradição política, jovem e dinâmica, que fez com que a Frente Ampla se constituísse na terceira tradição política uruguaia.

As bases fundamentais da “atualização” foram definidas desde o período de transição da esquerda uruguaia (1984-1994), abordado no capítulo anterior. Nesse último período, a renovação foi proclamada e concretizada no marco de um debate

interno que, a partir de uma proposta de Tabaré Vázquez, processou-se entre 1997 e 2001, e, posteriormente, continuou nos documentos da Comissão Integrada de Programas – CIP da Frente Ampla e do Encontro Progressista, passando pelo IV Congresso Extraordinário da Frente Ampla “Héctor Rodríguez”, em 2003.

O dirigente *frenteamplista* Danilo Astori manifestou, em entrevista a *Cuadernos de Marcha* (1998), que a Frente Ampla caso de chegar ao Governo nacional, trabalharia com uma economia capitalista, “que vai continuar sendo capitalista”. Portanto, não existia nenhuma pretensão de discutir o sistema, e aproveitou a oportunidade para dizer que “A Frente Ampla nunca teve uma proposta socialista, e sim uma proposta de democracia avançada”⁵⁰⁹. Essas declarações não encontraram réplica dos outros setores *frenteamplistas*; refletindo o espírito de “renovação ideológica” existente na esquerda *frentista*, o que, em outro momento, seria impensável de se manifestar.

Desde o ponto de vista da trajetória ideológica, a instância que resultou chave foi o Congresso “Tota Quinteros” (2001), ponto culminante da atualização dentro da Frente Ampla. Ele foi precedido de uma ampla discussão interna alimentada por uma grande quantidade de documentos de distintas frações *frentistas*, comissões de trabalho e órgãos de direção. O mencionado Congresso aprovou três documentos relevantes, com denso conteúdo ideológico e programático, intitulados: *Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática*; *Grandes Líneas de Acción Política*; e *Nuestras Señas de Identidad*. Entre eles, o primeiro e o terceiro foram particularmente importantes para o estudo da ideologia da esquerda na fase “progressista”.

Ademais, faz-se oportuno assinalar que o documento *Nuestras Señas de Identidad* foi o primeiro que oficialmente colocou de forma explícita a existência de uma ideologia propriamente *frenteamplista* e que se propôs assumir a necessidade de uma atualização permanente. Esse foi, em si mesmo, um fato sintomático da acumulação do processo de institucionalização e construção partidária do que originalmente foi uma coalizão de partidos e frações. Durante um longo tempo, o senso comum *frenteamplista* pressupunha que a ideologia era reduto de seus grupos componentes e que o acordo e a identidade *frentistas* descansavam no programa.

⁵⁰⁹ ASTORI, Danilo. Defender a UTE y renovar el Frente. (Entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 137, março de 1998, p. 38.

Uma vez aprovado no Congresso, a Frente Ampla declarou que: “A identidade ideológica constituída em comum, mantendo o respeito pelas linhas ideológicas de cada companheiro, partido ou movimento integrante da Frente Ampla, constitui uma tarefa permanente e necessária. Trata-se de um processo unitário de pensamento e ação em volta dos valores e princípios que, em 1971, motivaram a fundação da Frente Ampla, que [hoje] reafirmamos e que dão marco às decisões de caráter programático e às grandes linhas estratégicas de ação política para os períodos entre Congresso e Congresso”⁵¹⁰. Em definitivo, assumiu-se o que se vem discutindo neste texto. Primeiramente, que é possível de se reconhecer uma ideologia *frenteamplista* – como conjunto de concepções gerais sobre a economia, a sociedade, a política e as relações internacionais –, mesmo quando esta não era assumida como tal. Em segundo lugar, que esta ideologia *frenteamplista* é o fundamento da formulação da estratégia política e do programa da esquerda.

A partir dos documentos antes mencionados, é possível reconstruir o estado de quase todos os capítulos da ideologia da esquerda que vimos recorrendo, de forma mais ou menos sistemática, para os dois períodos anteriores. Quanto aos referentes ideológicos universais, estes são o único âmbito do ideológico que seguiu radicado nos distintos componentes do conglomerado de esquerda, sem que seja possível identificar explicitamente um propriamente *frenteamplista*, muito menos *encuentrista*. Nesse sentido, as referências ao marxismo ficaram muito reduzidas a alguns grupos, predominando, no conjunto, uma definição socialista frouxa, muito vinculada à crítica à globalização e do neoliberalismo, como expressão contemporânea da crítica ao capitalismo.

A versão do socialismo reconhecível na Frente Ampla se encontrava – no período – muito próxima ao velho paradigma da social-democracia, ainda que numa versão um pouco mais à esquerda que o modelo europeu ocidental. Seria uma versão contemporânea da concepção *etapista* da revolução que predominava no período do *frentismo* fundacional – no pensamento *sesentista* –, a Frente Ampla se propõe desenvolver “um capitalismo levado a sério”, mantendo um horizonte, utópico e finalista, de tipo socialista. Pode-se observar, uma vez mais, a presença do enfoque social-

⁵¹⁰ FRENTE AMPLIO. **Nuestras Señas de Identidad**. Montevideo: mimeo, 2001, p. 2.

democrata da Cepal, também presente, de forma mais velada que agora, no período fundacional da Frente Ampla.

Há, pelo menos, dois elementos a mais que colocam de forma adequada a Frente Ampla nos moldes social-democratas, e eles são: a nova concepção de mudança social e política e a revalorização da democracia política associada ao socialismo como modelo de organização econômica e social. Por que então a esquerda uruguaia renega a proclamar-se decididamente social-democrata, se de fato sua ideologia a coloca nessa corrente do pensamento político? Basicamente, poderiam ser apontadas duas razões para tal. Em primeiro lugar, a renúncia da social-democracia européia à utopia socialista e sua aceitação, no marco do que se proclamou como uma “terceira via”, do capitalismo, como a forma superior de organização da sociedade, no qual seria possível se atingir o princípio fundamental da esquerda, a igualdade, sem renunciar à liberdade. Em segundo lugar, pela virada da direita, que evidenciara, desde os anos noventa, a alguns dos principais partidos social-democratas europeus, com extremos como o do laborismo inglês durante o governo de Tony Blair⁵¹¹.

Quanto à concepção de mudanças, notoriamente a esquerda foi substituindo o ideal da revolução por uma aproximação reformista e *gradualista*. Em todo caso, o mesmo que aconteceu no referencial socialista, a revolução era entendida não como a modalidade das transformações que se queriam realizar, senão como o resultado final de um processo contínuo de reformas gradativas⁵¹². Afirmava Tabaré Vázquez, em novembro de 1997: “O próximo governo progressista tem que ser compreendido como dentro de uma etapa de mudanças e, portanto, deverá ser avaliado numa perspectiva histórica. É necessário ter absolutamente claro que não se trata de aparar as arestas do modelo liberal vigente, como também não se aspira a colocar em marcha um programa de revolução social. Trata-se de avançar num modelo de desenvolvimento que permita ir compatibilizando seus componentes fundamentais: crescimento, distribuição de

⁵¹¹ Um dos expoentes principais da “terceira via”, com o qual a esquerda uruguaia e, em geral, a latino-americana, nucleada no Foro de São Paulo, não se reconheciam.

⁵¹² As mudanças definiam o perfil e os principais pontos de uma política para um período de governo. O caráter da mudança que se impulsionou e suas principais bandeiras programáticas ficaram delimitadas. Na definição de Enrique Rubio (1997), a proposta inseria o *frentismo* na história plural do progressismo. Tomava distância, ao mesmo tempo, das posições liberais e revolucionárias. Propunha a construção de acordos “sociais” e de “maiorias” fundadas na sociedade civil e na elaboração de alianças políticas e parlamentares. RUBIO, Enrique. *El Frentismo del Futuro: de las internas al gobierno nacional*. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 133, dezembro de 1997, p. 37.

riqueza com justiça social, soberania nacional e regional, realização integral de mulheres e homens, liberdade e a mais ampla participação política”⁵¹³.

Dessa forma, Vázquez apresentou as bases de um modelo alternativo para o país. Nesse sentido, Ricardo Antunes (2004) realizou uma análise sobre as propostas de “caminhos alternativos” para a esquerda latino-americana. Assim, afirmou que o mais forte partido de esquerda do Brasil e da América Latina, que se tornou referência internacional, não foi capaz de consolidar um caminho alternativo. “O Partido dos Trabalhadores – PT acabou por converter-se num *partido da ordem*. Exauriu-se como partido de esquerda, capaz de transformar a ordem social, para se qualificar como gestor dos interesses dominantes no país”⁵¹⁴.

Para Antunes, ocorreu um processo de *desertificação social* no Brasil, resultado das transformações acontecidas ao longo da década de 1990. Assim, o PT converteu-se num partido que sonhava em humanizar o capitalismo, adotando políticas de privatização dos fundos públicos. Transformou-se num partido “[...] que atende tanto aos interesses do sindicalismo de negócios quanto, especialmente, àqueles presentes no sistema financeiro nacional e, especialmente, internacional que efetivamente dominam”⁵¹⁵.

A revalorização da democracia, incorporada após a traumática experiência autoritária e consolidada como um dos pontos centrais da renovação processada no período de transição, sedimentou-se plenamente no período posterior (progressista). Não existiram questionamentos à democracia “formal” *per se*, mas tampouco uma visão complacente de seu estado atual. Nesse sentido, a crítica às falências da democracia uruguaia contemporânea, sem colocar em questão a adesão à mesma como sistema, tem sido um dos sinais de identidade da esquerda, no sistema político. “Queremos uma democracia plena e plural. Perante as limitações substantivas da situação atual, somos

⁵¹³ VÁZQUEZ, Tabaré. **Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática**. Montevideo: mimeo, 2001, p. 4. (aprovado no Congresso da Frente Ampla “Tota Quinteros”, em 2001).

⁵¹⁴ ANTUNES, Ricardo. Um Novo Desafio. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n. 4, 2004, p. 42.

⁵¹⁵ Idem.

a favor de aprofundar e transformar [...]”⁵¹⁶. Ali apareceram os reclamos de aprofundar e ampliar a democracia através de mecanismos de participação⁵¹⁷.

As concepções de igualdade e liberdade foram outro ponto fundamental da ideologia da esquerda. O assinalar da pobreza e, mais genericamente, das desigualdades socioeconômicas como déficit democrático evidenciou a continuidade de privilégios da Igualdade como preferência valorativa da esquerda. Diferente do período fundacional, pode-se dizer que a persistência da preferência pela Igualdade social conviveu com a nova valorização da liberdade política, de tal forma que democracia e justiça se associaram de uma nova forma: “A liberdade, a igualdade e a justiça social são as grandes metas da Frente Ampla [...] reivindicamos a liberdade e a igualdade, a solidariedade e a justiça como nossos principais valores”⁵¹⁸.

Por sua vez, a relação Estado-Mercado seguiu dando uma importância central ao Estado, mas se incorporou, ao mesmo tempo, uma visão do papel do mercado. A posição pode ser qualificada como um novo estatismo moderado pela designação de funções específicas das relações de mercado e pelo reconhecimento das ineficiências do Estado, assim como pela necessidade de uma rearticulação eficiente entre Estado e mercado. “Concebemos um Estado ativo, promotor do crescimento econômico, em benefício do desenvolvimento com justiça social e democracia plena que regule o mercado. Um Estado com sensibilidade e responsabilidade social, re-distributivo que garanta os serviços básicos para a vida da população, que desenvolva políticas sociais e ambientais que melhorem a qualidade de vida dos uruguaios”⁵¹⁹. Dessa forma, surgiu a adesão ao postulado da reforma do Estado – numa versão crítica da linha privatizadora – e, por outro lado, reclamou-se a re-definição do papel do Estado, com predomínio de uma regulação ativa do mercado, já não de sua supressão.

⁵¹⁶ FRENTE AMPLIO. **Nuestras Señas de Identidad**. op. cit., p. 7.

⁵¹⁷ Esses mecanismos visariam prioritariamente à necessidade de se obter a completa subordinação das Forças Armadas ao poder civil; da mesma forma, resolvendo de uma vez, entre outros assuntos pendentes, a questão dos detidos desaparecidos. Os nocivos efeitos da concentração dos grandes meios de comunicação e difusão televisiva sobre a liberdade de informação e de imprensa e, finalmente, a denúncia do déficit social da democracia que, ao perpetuar-se, ameaçaria questionar sua sustentabilidade e legitimidade.

⁵¹⁸ FRENTE AMPLIO. **Nuestras Señas de Identidad**. op. cit., p. 11.

⁵¹⁹ FRENTE AMPLIO. **Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática**. Montevideo: mimeo, 2001, p. 18.

De igual forma, confirmou-se a re-significação do papel da Sociedade Civil e de suas organizações e sua rearticulação com o Estado na elaboração e implementação das políticas públicas, em particular das políticas sociais. Essa re-significação parte do reconhecimento de que “Desenvolveu-se uma nova área de trabalho em nível da sociedade que não pertence à órbita do Estado, nem a das empresas capitalistas, senão ao conjunto de instituições e empreendimentos sociais com finalidades públicas ou privadas e sem fins lucrativos”⁵²⁰. Dessa forma, a complementaridade do Estado com esse “terceiro setor” se dava a partir do relacionamento do Estado com essa área, assumida desde uma lógica “progressista”.

A orientação em direção ao conflito social e a luta de classes como motor do desenvolvimento histórico, se bem que subsista como interpretação do desenvolvimento histórico social, foi substituída, na política prática e na definição da política de alianças, pela promoção do “acordo social” pelo crescimento econômico e o desenvolvimento humano, a partir do pressuposto de que “A luta pelas mudanças necessita que se processe uma política de acordos de todos os setores sociais afetados pela política econômica e social impulsionada pelo bloco no poder, para enfrentá-la com a maior força possível”⁵²¹. De uma alta preferência pelo conflito, foi-se transitando para a proclamação da necessidade de *concertación* e, inclusive, a promover a idéia, tradicionalmente rejeitada, do “pacto social”.

Isso se vincula, por um lado, com o efeito das reformas liberais que foram alterando radicalmente a fisionomia econômica e os equilíbrios entre os setores econômicos e sociais, numa orientação que prejudicou notoriamente os setores produtivos (tanto agropecuários como industriais), assim como a configuração do mundo do trabalho e as relações trabalhistas num sentido notoriamente prejudicial para os trabalhadores e suas organizações. Por outro lado, há uma relação com um dos componentes da estratégia política do Encontro Progressista – Frente Ampla e a magnitude de seu discurso em termos sociais, visto que, neste período, consolidou-se o abandono do *obrerismo* e a propensão ao policlassismo, como um elemento que se aprofundou durante o período de transição.

⁵²⁰ Idem, p. 21.

⁵²¹ Idem, p. 24.

Em matéria de relações internacionais, a ideologia frentista apresentou dois aspectos importantes neste período. Em primeiro lugar, o antiimperialismo fundacional (ou *sesentista*) amornou-se notoriamente, tendendo a uma relação menos conflitante com os Estados Unidos e com os organismos financeiros internacionais. Isso é o resultado de vários fatores:

- 1) a desapareição da URSS gerou um profundo desequilíbrio na política internacional;
- 2) a alta fragilidade das economias pequenas e médias numa economia internacional crescente e interconectada;
- 3) por último, a proximidade ao Governo, que foi colocando a esquerda na difícil situação de manter o confronto com os poderes financeiros e militares do mundo contemporâneo ou se adequar a um caminho de relações e negociações pelas quais teria que transitar desde o Governo nacional.

A agitação antiimperialista e antinorte-americana que sacudiu a esquerda desde que se produziu a virada agressiva e intervencionista da administração Bush agitou, mas não reverteu este processo de maior impacto. Esta se viu facilitada pela maior flexibilidade que os organismos financeiros exibiram após seu rotundo fracasso, particularmente evidente no caso argentino. Em segundo lugar, e relacionado com o anterior, a re-vigoração na aposta do Mercosul no novo contexto político regional correspondeu-se com a reavaliação da integração regional entre os postulados que integram as concepções gerais da esquerda em matéria de relacionamento internacional. A visão de um Mercosul produtivo e comercial, por contraposição ao primeiro Mercosul, dos anos 1990, financeiro e liberal, ao que a esquerda questionou severamente, foi redimensionado como apoio às iniciativas desenvolvidas desde os Governos do Brasil e Argentina e como alternativa à plataforma de liberalização comercial continental promovida pela administração Bush.

A Central Sindical PIT-CNT, no ato do 1º. de maio de 2001, declarava: “As perspectivas de construir as condições para o desenvolvimento produtivo e social do país serão, no marco de uma política de inserção internacional, a favor de um Mercosul transformado, de complementação produtiva e de avanços sociais, culturais e democráticos de nossos povos, ou não serão”⁵²². As referências antiimperialistas

⁵²² PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2001**. Montevideo: mimeo, p. 12.

estiveram sempre presentes nos discursos da Central Sindical, diferente do discurso *frentista* que iniciou, no período de transição ideológica da esquerda, um processo de re-enquadramento sobre o tema.

Estamos, na porta do século XXI, no meio de uma grande revolução científico-tecnológica; mesmo assim, ela nos coloca frente a um grande desafio: ou somos capazes de construir uma ordem social e política nova ao serviço da humanidade ou nos convertemos em vítimas de um desenvolvimento produtivo irracional e desumanizado. No final do último ano [1998] foram os ataques ao Iraque, agora o ataque à Iugoslávia. Os chamados países desenvolvidos, comandados pelos Estados Unidos, voltam a agredir o mundo. O poder dos fortes é o que impera sob a razão. Milhões e milhões de dólares em armamentos sobre a Iugoslávia, levantamos nossa voz e condenamos energeticamente o imperialismo norte-americano e seus aliados europeus⁵²³.

O sindicalismo uruguaio realizou severas críticas à proposta liberal do Mercosul e propôs uma integração alternativa, onde o Mercosul fosse um elemento de integração “real” entre os povos da região. Também foi uma constante a denúncia a todas as manifestações do imperialismo. Aqui se pode observar uma particularidade especificamente uruguaia: os partidos e organizações da esquerda (eleitoral) foram historicamente uma maioria dentro do movimento sindical; apesar disso, os militantes sindicais não aderiram aos discursos da Frente Ampla⁵²⁴ que, como vimos, abandonou paulatinamente o discurso antiimperialista a partir de 1994. A autonomia e independência do movimento sindical em relação aos partidos políticos e ao Estado mantiveram as características históricas do país.

Por outro lado, a evolução programática do *frentismo* durante o período que vai desde a criação do Encontro Progressista, em 1994, até o IV Congresso Extraordinário “Héctor Rodríguez”, realizado em dezembro de 2003, demanda a análise de duas séries de documentos. Por um lado, identificar a evolução do programa da Frente Ampla, seguindo a seqüência de seus congressos ordinários e extraordinários. Por

⁵²³ PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 1999**. Montevideo: mimeo, p.1.

⁵²⁴ Uma particularidade já identificada por Adam Przeworski (1997), que observou que um traço característico da democracia capitalista consiste na individualização das relações de classe na esfera política e ideológica. Assim, as pessoas que no sistema de produção classificam-se como capitalistas ou assalariadas, aparecem na política como indivíduos ou cidadãos indistintos. “Desta forma, mesmo que um partido político consiga formar uma classe no âmbito das instituições políticas, as organizações econômicas e políticas jamais coincidem. Sindicatos e partidos diversos, freqüentemente representam interesses diferentes e competem entre si”. PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 27.

outro, se deve revisar como foi mudando o programa do Encontro Progressista. Pode-se sintetizar o ocorrido como um processo de convergência entre ambos os programas. As linhas programáticas da Frente Ampla, a partir de 1998, não diferem das do Encontro Progressista de 1994. Por sua vez, o programa do Encontro Progressista de 1999 recolheu, num altíssimo percentual, a elaboração realizada pela Frente Ampla até seu II Congresso Extraordinário, de julho de 1994.

Entre 1984 e 1994, o programa da Frente Ampla foi abandonando algumas de suas idéias fundacionais mais importantes, como a reforma agrária e a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior. Mesmo assim, no II Congresso Extraordinário, de 1994, fracassou a tentativa dos setores mais moderados por eliminar as posturas históricas em matéria de sistema financeiro e de dívida externa. Esses objetivos seriam atingidos entre 1996 e 1998. Além dessas mudanças programáticas, plenamente coerente com a estratégia de avançar para um “governo de maiorias nacionais” que se havia imposto claramente a partir do II Congresso Ordinário, de 1991, o programa da Frente Ampla, durante a fase progressista, seguiu incorporando outros novos elementos.

O III Congresso Ordinário, realizado de 20 a 22 de dezembro de 1996, marcou o início oficial da liderança de Tabaré Vázquez dentro da Frente Ampla. Líber Seregni havia renunciado à presidência da Frente Ampla em cinco de fevereiro de 1996, como causa da polêmica em torno de que postura devia assumir a Frente Ampla ante a reforma constitucional que promovia o presidente Julio Maria Sanguinetti. O III Congresso Ordinário designou, por unanimidade, Tabaré Vázquez como presidente da Frente Ampla.

Desde o ponto de vista programático, esse Congresso trouxe duas novidades importantes. Em primeiro lugar, o programa do “modelo alternativo”, que se estruturava em torno de três eixos que se conservaram durante longo tempo: i) país produtivo, ii) políticas sociais, iii) democratização da sociedade e do Estado. Em segundo lugar, nesse congresso desapareceu o histórico postulado da “nacionalização do sistema bancário”. O tema financeiro passou a ser formulado nos seguintes termos: “A reestrutura do sistema financeiro é um tema central, fundamentalmente para re-dirigir seus recursos para as atividades produtivas e para o início do pagamento da dívida

social [...] É necessário estabelecer uma regulação nacional de poupança e de crédito para que este sirva à produção do país”⁵²⁵.

Posteriormente, as linhas programáticas aprovadas no III Congresso Extraordinário “Alfredo Zitarrosa”, realizado de 20 a 22 de dezembro de 1998, mantiveram a estrutura dos três grandes eixos identificados no III Congresso, de 1996: primeiro, um capítulo sobre problemas e políticas sociais (*La búsqueda de la justicia social. Pobreza, desigualdad, marginación y exclusión*); segundo, um capítulo sobre políticas económicas (*Transformaciones hacia un país productivo*); terceiro, um capítulo com problemas institucionais (*La democratización de la sociedad y del Estado. Políticas institucionales*).

O Congresso aprovou as Grandes Linhas Programáticas e Estratégicas da Frente Ampla. No essencial, elas se direcionavam a: investimentos do Estado em empresas inovadoras produtivas e geradoras de emprego; implementação de um sistema fiscal finalista e mais justo, com base na criação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (com a conseqüente redistribuição de ingressos); melhorias salariais através do desenvolvimento de um setor produtivo, em oposição ao país especulativo, ao grande latifúndio improdutivo e à corrupção; apoio à pequena e média empresa; democratização do crédito; renegociação da dívida externa e o fomento às cooperativas agrárias.

Esse documento contém uma mudança de extraordinária importância: a Frente Ampla modificou oficialmente sua posição histórica em torno da dívida externa: “[...] o governo progressista, sem fugir às obrigações contraídas pelo Estado, buscará aliviar a carga externa, sem aceitar imposições dos organismos internacionais de crédito, renegociando prazos”⁵²⁶. Evidentemente, essa mudança deve explicar-se a partir das dinâmicas ideológicas e políticas no interior da esquerda, mas também a partir de um fato muito concreto: Luis Alberto Lacalle, em 1990, havia obtido uma importante renegociação da dívida externa.

⁵²⁵ FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del III Congreso Ordinario del Frente Amplio “Prof. Juan José Crottogini”**. Montevideo: mimeo, 1996, p. 16-17.

⁵²⁶ FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del III Congreso Extraordinario “Alfredo Zitarrosa”**. Montevideo: mimeo, 1998, p. 35.

O Congresso também se pronunciou contra as reformas de políticas sociais mais polêmicas da época, a da Segurança Social⁵²⁷ e a reforma educativa⁵²⁸. No caso da Segurança Social, aprovaram-se as bases de uma proposta alternativa àquela impulsionada e implementada pelo Governo: “O novo sistema de segurança social terá um caráter integral e deverá estar sustentado nos princípios de universalidade, redistribuição, solidariedade intergerações, participação, eficiência, proteção e aporte *tripartita*, fortalecendo o sistema básico e público”⁵²⁹. Quanto à reforma educativa liderada por Germán Rama, o Congresso ratificou a declaração de desacordo à reforma educativa aprovada pelo Governo em 21 de dezembro de 1997, criticando seriamente a posição de Rama pela sua liderança e participação, sendo ele *frenteamplista*.

Por sua vez, nesse período, a *Vertiente Artiguista*⁵³⁰ apresentava um documento sob o título de *Por un País Solidário, Moderno y Sustentable: aportes programáticos de la Vertiente Artiguista* (1998), no qual se explanava acerca da necessidade da atualização ideológica, porque, segundo o documento, não se podia prometer aquilo que não era possível ser cumprido, mas também não era possível ficar alheio aos processos de mudanças que a “realidade” demandava. “Já não estamos na Frente Ampla de 1971-1973, nem na do combate à ditadura de 1973-1984, nem a da reabertura democrática 1984-1989, nem a da frente do primeiro governo municipal em 1990-1994; estamos na frente do segundo governo municipal de Montevideu e da ascensão ao governo nacional em 1994-1999”⁵³¹.

⁵²⁷ A Reforma da Segurança Social pretendia modificar o sistema de previdência social. Este era formado por um sistema misto: uma empresa do Estado, uma empresa sem fins lucrativos e várias iniciativas privadas nas mãos de empresas internacionais. A reforma previa a prioridade do mercado como agente “idôneo” para administrar as aposentadorias. Em resumo, a reforma pretendeu privatizar o sistema e, assim, desligar o Estado desta tarefa e responsabilidade. A reforma não aconteceu e o sistema continua sendo misto.

⁵²⁸ A Reforma da Educação, apresentada por Germán Rama, teve como grande ponto de discordância toda a temática da educação superior pública, que ficou fora da proposta. Mesmo assim, o projeto de Rama apresentou alguns avanços na área em relação à universalidade do ensino infantil (pré-escolar) e à proposta de estender o horário e as atividades escolares nos bairros carentes.

⁵²⁹ FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del III Congreso Extraordinario “Alfredo Zitarrosa”**. Montevideo: mimeo, 1998, p. 22-26.

⁵³⁰ A *Vertiente Artiguista* foi formada em 1989 com militantes da esquerda independente e por dissidentes da democracia cristã. Apresentaram-se às eleições nacionais a partir de 1994, com a lista 77, e seu dirigente mais popular foi Mariano Arana. Após 1994, a Vertiente deixou de ser uma aliança de subgrupos e se transformou em um grupo unificado. Integrada à Frente Ampla desde sua formação, a Vertiente teve singular importância no processo de formação do Encontro Progressista e das Novas Maiorias.

⁵³¹ VERTIENTE ARTIGUISTA. **Por un País Solidário, Moderno y Sustentable: aportes programáticos de la Vertiente Artiguista**. Montevideo: Vertiente Artiguista, mimeo, 1998, p. 1.

A Vertente *Artiguista* definiu, no mencionado documento, pautas programáticas para o desenvolvimento produtivo e a modernização solidária, que foram adotadas pela coalizão e aprovadas formalmente na Plenária Nacional da Frente Ampla, em 19 de abril de 2004. Apesar da demora na aprovação do documento, este constituiu, de fato, o norteador de muitas premissas básicas da coalizão. Assim, como exemplo, as propostas frentistas na área de política econômica apontavam para atingir três objetivos estratégicos: a) o aumento do investimento produtivo; b) a geração de emprego; e c) a distribuição mais eqüitativa do ingresso.

Em matéria de relações econômicas internacionais, a proposta do futuro governo progressista impulsionaria, em particular, três elementos:

- a) melhorar a situação do país no Mercosul, estimulando a especialização e a complementação produtiva, tomando em conta as vantagens geopolíticas e o menor desenvolvimento relativo em diversas áreas e setores;
- b) estimular o investimento externo com finalidade produtiva; e
- c) gerenciar o endividamento externo sobre a base de melhorar a situação do país e de respeitar compromissos “legitimamente” adquiridos⁵³².

Dentro dessa perspectiva, outros dois pontos eram de destaque: o papel do Estado e a superação da exclusão social. Em relação ao papel do Estado, as orientações apresentadas pressupunham atribuir um papel de protagonista ao Estado e ao Governo, na orientação, condução e promoção da vida econômica do país, e na articulação dos acordos sociais e políticos necessários. Assim, o Estado e o Governo deveriam exercer suas responsabilidades no relacionamento internacional, na segurança interna e externa e em áreas estratégicas da economia e da sociedade. Estado e Governo deveriam orientar e promover atividades de produção de bens e serviços, assumir o papel de impulsionador das políticas sociais e articular o setor público com o privado.

Por outro lado, para a superação da exclusão social, as medidas da administração progressista deveriam ser desenvolvidas a partir de uma concepção integral do desenvolvimento social, oposta e enfrentada com o *economicismo* clássico dos governos neoliberais que o país teve no período da recuperação democrática.

⁵³² Idem, p 5.

Desse modo, as políticas econômicas não esgotariam nem os instrumentos, nem as medidas para propiciar um desenvolvimento dinâmico, equitativo e sustentável. Apresentava-se, como tarefa imprescindível, a articulação das políticas econômicas com políticas sociais convergentes. Os principais indicadores dos resultados qualitativos e quantitativos de exclusão social indicavam e sustentavam a reivindicação de políticas que se direcionassem a reverter a crescente dualização social.

Ainda em 1998, o Encontro Progressista caracterizava-se como uma aliança política de caráter permanente que, através do sistema democrático representativo, pretendia introduzir transformações “profundas” no país, visando à construção de uma sociedade democrática, progressista e solidária, por meio de um desenvolvimento socialmente “justo” e economicamente auto-sustentável. O Encontro Progressista manifestava que suas linhas programáticas implicavam um projeto político radicalmente oposto às políticas neoliberais.

O documento norteador, com data de 11 de outubro de 1998, intitulado *Actualización del Acuerdo Político del Encuentro Progresista*, trazia os objetivos imediatos da aliança política:

- a) desenvolver uma estratégia eficaz para a resolução de problemas que padeciam os setores populares, focados, essencialmente, no aprofundamento da pobreza, o desemprego e a marginalização social;
- b) transformar as estruturas produtivas, ampliando sua capacidade de investimento e promovendo sua modernização tecnológica; e
- c) promover a distribuição equitativa de renda e dinamizar o desenvolvimento social⁵³³.

O documento apresentava um ponto original referente a suas bases políticas. Em 1998, o Encontro Progressista estava integrado pela Frente Ampla, o Partido Democrata Cristão, a Corrente 78 e o *Batllismo* Progressista. O fato original foi que, no documento, o Encontro Progressista obrigava os participantes a cumprirem os compromissos políticos e programáticos. “Este acordo obriga as forças políticas e personalidades integrantes do Encontro Progressista, a unidade de ações e ao

⁵³³ ENCUESTRO PROGRESISTA. *Actualización del Acuerdo Político del Encuentro Progresista*. Montevideo: Plenário Nacional, mimeo, 1998, p. 2.

acatamento dos compromissos políticos e programáticos, igual que o respeito estrito aos mecanismos de resolução que se estabeleçam”⁵³⁴.

Dessa forma, o Encontro Progressista passava a conduzir a “aliança” e, com ela, o seu sócio majoritário, a Frente Ampla. Até esse momento, todas as alianças políticas centravam-se na direção da Frente Ampla como espaço amplo e representativo da maioria da esquerda eleitoral do país. A condução mudava de rumos: a nova organização assumia o controle da coalizão, mesmo não fazendo parte organicamente dela. Tanto a política de alianças do Encontro Progressista como a da Frente Ampla convergiram para esta estratégia, como um passo a mais no caminho da “renovação ideológica”.

Na sua Carta Orgânica – também parte do documento – criava-se uma “Agrupação de Governo”, integrada pelos dirigentes do alto escalão das forças políticas componentes do Encontro Progressista. “A Agrupação de Governo” opera como âmbito de “*concertación*” política das responsabilidades que assume o Encontro Progressista em nível nacional e estadual”⁵³⁵. Dessa forma, consolidava-se o Encontro Progressista através de uma elite dirigente orgânica, que se bem estava integrada por todos os setores da aliança, era normatizada e dirigida pelo Encontro Progressista.

Em 1999, a Frente Ampla – Encontro Progressista apresentaram um plano de emergência para o ano de 2000. Este contemplava as seguintes temáticas:

- a) plano de reativação produtiva;
- b) melhorias nas condições de crédito, voltado para estimular as exportações;
- c) instrumentalização de um plano de habitação;
- d) plano de obras públicas;
- e) re-estruturação do sistema bancário oficial; e
- f) uma chamada para captar projetos de investimento visando à exportação de produtos manufaturados no país.

O Plano de Emergência contemplava ações de contingência ante a emergência social. O mesmo identificava como público prioritário: 1) os desempregados; 2) situações de pobreza infantil; e 3) pessoas em situação de indigência. Em sua

⁵³⁴ Idem, p. 3.

⁵³⁵ Idem, p. 6.

essência, as estratégias definidas focaram-se em: a) a formação de uma Junta Nacional de Emprego (com objetivos e funcionamento muito similares ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, brasileiro, implementado por Fernando Henrique Cardoso, em 1999); e b) a extensão de um imposto aplicado ao salário de funcionários públicos, para também atingir o setor privado. A proposta visava financiar, assim, a Junta Nacional de Emprego⁵³⁶.

Numa intervenção, Tabaré Vázquez manifestou no Plenário Nacional da Frente Ampla, em 2000, que duas eram as prioridades da coalizão naquele momento. Por um lado, o aprofundamento dos princípios e valores fundacionais da Frente Ampla e, pelo outro, a consolidação das propostas programáticas. Segundo Vázquez: “Basta perguntar-se se há lugar para a esquerda no mundo atual, e o que é ser de esquerda no Uruguai de hoje?”⁵³⁷. Estas perguntas devem ser lidas a partir do contexto da “atualização ideológica” que a coalizão vivenciava no período.

Posteriormente, no mesmo documento, Vázquez respondeu a sua própria pergunta: “Ser de esquerda é compreender a inexorável mudança civilizatória e integrar-se a mesma, contribuindo com nossos valores, nossos princípios e nossas experiências”⁵³⁸. O processo de globalização e a revolução tecnológica pautaram o processo “civilizador” a que Vázquez fez referência. O chamado a integrar-se a esse “processo” foi a justificativa da atualização ideológica na esquerda *frentista*. A readequação ideológica e programática aos novos tempos tornou-se uma máxima inquestionável.

Concluindo sua argumentação, manifestou: “Não podemos incorrer no equívoco de confundir atualização com desvalorização das idéias. Porque não é a mesma coisa uma esquerda em constante processo de atualização ideológica e uma esquerda ideologicamente empobrecida: a primeira é imprescindível; a segunda não é esquerda, é uma via morta”⁵³⁹. Segundo Vázquez, essa atualização ocorria no interior da Frente

⁵³⁶ FRENTE AMPLIO. **Plan de Emergencia 2000**. Montevideo: Plenário Nacional del Frente Amplio, mimeo, 2000, p. 9-11.

⁵³⁷ VÁZQUEZ, Tabaré. **Intervención del Presidente del Frente Amplio en el Plenário Nacional**. Montevideo: Plenário Nacional, 2000, p. 4.

⁵³⁸ Idem, p. 5.

⁵³⁹ Idem.

Ampla a partir de uma contínua revisão programática e se transformava numa revisão necessária para uma força política que aspirava governar o país.

Dessa forma, Vázquez direcionava a “atualização ideológica” para a plena defesa da democracia, como único caminho para a governabilidade do país. Segundo as manifestações de Vázquez: “O aprofundamento e a extensão da democracia configuram em si mesmas um objetivo fundamental para a esquerda. Por que a política é democrática ou não é política, e a democracia se exerce sobre bases de cidadania ou se converte numa farsa. A cidadania é objeto e sujeito da ação política. Nessa dupla condição, devemos fortalecê-la renovando as bases democráticas da sociedade e promovendo mecanismos que aproximem mais a política das pessoas”⁵⁴⁰.

Em 2000, as Novas Maiorias manifestavam: “O nosso compromisso é irrevogável com a liberdade e a democracia, que resultará consolidada pela alternância no Governo e o esforço por desenvolver em toda sua dimensão, visando atingir o pleno exercício da cidadania. O compromisso com a estabilidade institucional, a paz social, o convívio pacífico e o respeito dos direitos humanos”⁵⁴¹. Assim, a renovação ideológica proclamou de forma constante desde seus inícios em 1994, de forma constante a viva voz a defesa inquestionável das instituições democráticas. O que significou o afastamento gradual, mas definitivo, de toda e qualquer forma de luta que questionasse a ordem institucional. Tabaré Vázquez, três anos depois afirmou: “O Encontro Progressista e a Frente Ampla, tanto desde o Governo ou desde a oposição, somos uma força política construtiva. Somos institucionalmente leais; leais ao povo, leais às instituições democráticas. Dentro da Constituição e a lei, tudo; fora da Constituição e a lei, nada”⁵⁴².

Em setembro de 2001, realizou-se o IV Congresso Ordinário da Frente Ampla “Tota Quinteros”, tendo se aprovado vários documentos. Deles, o mais interessante foi *Nuestras Señas de Identidad*; naquele, a Frente Ampla propôs uma releitura de sua tradição ideológica dirigida a emendar fortemente a fase progressista com os ideais e valores fundacionais. O fato de que os *frenteampelistas* devessem discutir e aprovar um

⁵⁴⁰ VÁZQUEZ, Tabaré. Intervención del Presidente del Frente Amplio Dr. Tabaré Vázquez en el Plenario Nacional. Montevideo: Plenario Nacional, mimeo, 2 de setembro de 2000, p. 9.

⁵⁴¹ NUEVAS MAYORÍAS. **Nueva Mayoría: documento marco**. Montevideo: mimeo, 2000, p. 4.

⁵⁴² VÁZQUEZ, Tabaré. Discurso pronunciado no ato do 32º. aniversário da fundação da Frente Ampla. Montevideo: mimeo, 5 de fevereiro de 2003, p. 17.

documento sobre seus sinais de identidade implicou que, como resultado do longo processo de transformações ideológicas e programáticas, a esquerda estava convivendo problematicamente com sua própria história ideológica.

Desaparecido o socialismo como meta concreta, reduzido o antiimperialismo a declarações e retórica, abandonadas bandeiras tão básicas da programática frentista fundacional, como a reforma agrária e a nacionalização do sistema bancário, o que significava concretamente ser *frenteamplista* no ano de 2001? Para costurar as idéias do passado com as do presente, o documento argumentou quanto ao plano dos valores, nos quais encontrou uma continuidade essencial: “Reivindicamos a liberdade e a igualdade, a solidariedade e a justiça como nossos principais valores”⁵⁴³. Surgiu, então, a nova chave dos discursos frentistas, os novos valores, associados à renovação e a atualização ideológica, como pretensão de modernização.

Tabaré Vázquez manifestou em 2003: “O Uruguai democrático pressupõe um sistema político vigoroso, transparente e eficiente, o que, por sua vez, pressupõe uma ética e prática política diferente da atual. Ética e atitude, onde o principal não sejam os acordos das elites por cargos, senão as ações concretas que melhorem o bem-estar da população. ‘O Uruguai democrático’ implica num sistema judicial cuja organização e funcionamento garantissem o Estado de Direito e a plena vigência dos direitos. Mas, sobretudo, que as pessoas não somente sejam iguais perante a lei, senão que sejam iguais perante a vida”⁵⁴⁴.

O Uruguai “democrático” passou a ser um dos fortes eixos da campanha eleitoral para 2004. Assim, o apresentava Vázquez na campanha: “O Uruguai democrático é a alternativa que nós acreditamos para nossa sociedade. Não ignoramos sua complexidade, nem seus conflitos, mas não os dramatizamos, senão que apontamos a geri-los para articular um futuro comum da sociedade uruguaia. Isto é o pleno funcionamento de todas suas instituições, desde o Parlamento e seu verdadeiro papel, a justiça e os organismos de controle”⁵⁴⁵.

⁵⁴³ FRENTE AMPLIO. Resoluciones del IV Congreso Ordinario “Tota Quinteros”. Montevideo: mimeo, 2001, p. 3.

⁵⁴⁴ VÁZQUEZ, Tabaré. Discurso pronunciado em Montevideu, em 19 de dezembro de 2003, na abertura do IV Congresso da Frente Ampla “Héctor Rodríguez”. Plenário Nacional, mimeo, 2003, p. 17.

⁵⁴⁵ VÁZQUEZ, Tabaré. Discurso pronunciado no Encontro com os Empresários. Montevideu, 20 de julho de 2004. mimeo, 2004, p. 5.

O IV Congresso Extraordinário da Frente Ampla “Héctor Rodríguez” foi realizado em 2003. Há dois aspectos relevantes a assinalar. Por um lado, realizou-se uma nova reformulação do programa. O Congresso elevou a uma nova hierarquia a temática da inserção comercial do país e a necessidade de uma política de Ciência e Tecnologia⁵⁴⁶. Esses temas haviam ganho um espaço crescente durante a crise econômica de 1999-2003, pois colocaram de manifesto a alta dependência do Uruguai com relação aos mercados argentino e brasileiro, e a importância estratégica de apoiar o desenvolvimento econômico na capacidade de inovação. Por isso, a declaração final do Congresso postulou em vez de três eixos, como vinha acontecendo, cinco.

Deve-se impulsionar o Uruguai inteligente, entendido como sociedade capaz de acolher e converter em inovação social os desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Resulta necessário e urgente superar uma dramática situação na qual a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico se encontram no país com reduzido ou nulo apoio do Estado, e boa parte de nossos melhores recursos humanos integra a diáspora de uruguaios no mundo. Para o desenvolvimento do Uruguai inteligente torna-se básica a defesa e re-alocação de recursos a favor do sistema público de educação⁵⁴⁷.

A importância do IV Congresso Extraordinário não consistiu somente em haver incorporado essas novidades, desde o ponto de vista do programa, em que não prosperaram algumas iniciativas dirigidas para radicalizar certas propostas programáticas. Não prosperou a proposta de Hugo Cores, apoiada por membros do Partido Comunista, do Partido pela Vitória do Povo, pelo Movimento 26 de Março e pela Corrente de Esquerda, de “revisar” a lei de “caducidade”, nem uma moção de rejeitar totalmente à Alca, nem uma proposta para deixar de pagar a dívida externa.

⁵⁴⁶ Rodrigo Arocena (1996) já havia elaborado uma série de propostas a este respeito, os quais foram sistematizadas, após o Congresso, por uma comissão designada para tais fins, liderada por Enrique Rubio. Arocena afirmou que “a expansão das atividades científica e tecnológica chegou a constituir, em nosso tempo, o principal fator de crescimento econômico e um dos grandes impulsores dos processos de inovação em geral”. Entre os elementos-chave identificados por Arocena para traçar um caminho de desenvolvimento, destacavam-se dois: 1) a generalização de uma educação superior de qualidade, suscetível de permanente renovação, que a diversificação permitisse chegar a maioria da população; 2) a construção e permanente ampliação de uma capacidade endógena de investigação. Estes elementos se encontraram, posteriormente, nas políticas de Ciência e Tecnologia impulsionadas pela Frente Ampla. AROCENA, Rodrigo. Algunas Exigencias del Desarrollo Autosostenido. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 114, abril de 1996, p. 7-10.

⁵⁴⁷ FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del IV Congreso Extraordinario “Héctor Rodríguez”**. Montevideo: mimeo, 2003, p. 17.

Em termos gerais, o IV Congresso Extraordinário aprovou o que se poderiam considerar como as principais propostas dentro dos seguintes eixos temáticos:

- a) um conjunto de medidas que retomaram a necessidade de um apoio ativo à produção em particular;
- b) o incentivo à investigação científica e tecnológica, orientada desde uma visão nacional e com recursos para sua viabilidade;
- c) a revisão e desenvolvimento de políticas sociais integrais que visassem sanar efetivamente as profundas desigualdades;
- d) uma nova inserção internacional do Uruguai, na qual se aprofundassem as relações com a região desde o Mercosul;
- e) uma série de estratégias para procurar efetivar transformações do Estado, visando a sua plena democratização.

Essas definições programáticas foram precedidas de um conjunto de medidas que se definiram como de emergência nacional, e que tinham a ver como corretivos de imediata aplicação para aplacar os efeitos da crise. Em definitivo, o que se foi perfilando foi um modelo de país diferente, onde, segundo Portillo (2004), “é possível chamá-lo de neodesenvolvimentista”⁵⁴⁸. Muitas das clássicas formulações do desenvolvimentismo dos anos sessenta e setenta foram readequadas ao novo contexto da globalização. Assim, na América Latina, esta visão de futuro imediato foi ganhando consensos porque a experiência do desenvolvimento capitalista deixou, como seqüela pobreza e crescente desigualdade social.

Um dos eixos programáticos da coalizão de esquerda, o “desenvolvimento produtivo”, foi definido pela Central Sindical no seu ato de 1º. de maio de 2003. No evento, o sindicalismo uruguaio definiu o que entendia por desenvolvimento produtivo. “Nossa concepção para os desenvolvimentos produtivos, sociais e culturais do país, em benefício de sua gente, está fortemente vinculado ao conceito de cadeias produtivas. O Uruguai não é um país integrado na sua estrutura sócio-econômica”⁵⁴⁹. Assim, a CNT definia o foco nas cadeias produtivas, como forma de integrar e modificar a estrutura produtiva vigente no país. Partiam do pressuposto de que estas modificações na

⁵⁴⁸ PORTILLO, Álvaro. **Los Retos de la Izquierda Uruguay en el Siglo XXI**. Montevideo: mimeo, 2004, p. 9.

⁵⁴⁹ PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2003**. Montevideo: mimeo, p. 14.

produtividade nacional deviam atender não só os interesses dos trabalhadores, como também os das grandes maiorias da população. A concepção de “País Produtivo” da Central Sindical estava diretamente ligada a uma necessidade de justiça social.

Por outro lado, Tabaré Vázquez realizou uma reunião com empresários uruguaios em 20 de julho de 2004. Na mesma, assumiu o compromisso do Encontro Progressista – Frente Ampla – Novas Maiorias de implementar um projeto de desenvolvimento produtivo e sustentável, que implicava, entre outras estratégias de ação: gerar um ambiente propício para a atividade empresarial, que se beneficiasse ao empresário, mas também se beneficiasse à sociedade. A idéia central que nortearia a política de promoção e defesa da produção nacional seria conquistar patamares de competitividade sobre bases de estabilidade macro-econômicas e melhorias permanentes na produtividade.

Desse modo, no marco do objetivo geral de transformação em direção ao Uruguai “produtivo”, a programação macro-econômica teria como objetivo específico assegurar a consistência das políticas monetárias, cambiais e fiscais entre si, e com relação aos objetivos de crescimento econômico, a melhoria na equidade da distribuição de ingressos⁵⁵⁰. Dessa forma, Vázquez assumiu um compromisso de governo com os empresários, contando com o triunfo nas eleições nacionais de 2004.

O discurso moderado de Vázquez perante os empresários manifestou claramente a sua posição: “Vocês são empresários. Com a mesma ilusão, com a mesma responsabilidade, com o mesmo esforço e até com a mesma sorte com que outros compatriotas desenvolvem sua atividade de trabalho, vocês encaram a sua”⁵⁵¹. Assim, deixava claro que um possível governo de esquerda não podia se apresentar como uma ameaça aos negócios empresariais. O setor privado nacional não deixou de manifestar seu descontentamento pela estratégia do candidato de esquerda, que escolheu expor suas linhas programáticas aos empresários argentinos antes que aos uruguaios. Vázquez anunciou que um governo por ele presidido se comprometia a:

- a) Um estrito cumprimento do estado de direito;

⁵⁵⁰ VÁZQUEZ, Tabaré. **Uruguay Productivo**. Encuentro con los Empresários. Intendencia Municipal de Montevideo, Comisión de Propaganda del Encuentro Progresista, mimeo, 2004, p. 10.

⁵⁵¹ VÁZQUEZ, Tabaré. Discurso pronunciado no Encontro com os Empresários. Montevideu, 20 de julho de 2004. mimeo, 2004, p. 3.

- b) Estabilidade dos “equilíbrios fundamentais” no plano externo, monetário e fiscal, para atrair investimentos estrangeiros, considerados necessários para a estratégia de desenvolvimento produtivo;
- c) Cumprir com as obrigações contraídas pelos governos anteriores;
- d) Definir “regras do jogo” claras e imediatas para “todos” e não aumentar a pressão fiscal, mas redistribuição, segundo critérios de equidade, racionalidade e eficiência;
- e) Garantias de transparência e eficiência na gestão do Estado;
- f) Conseguir um funcionamento mais eficiente do “mercado”, através de regras claras, estáveis, focadas em preservar os interesses dos consumidores e respeitar “devidamente” os direitos da propriedade⁵⁵².

Os empresários compartilharam o conteúdo do discurso, mas não deixaram de assinalar sua desconfiança pelo candidato de esquerda. A qualidade dos vínculos entre Governo e empresários importava para o êxito das políticas a implementar durante a futura administração. Acreditavam que não bastava que uma política fosse bem desenhada, porque a mesma iria depender também do comportamento dos atores econômicos que estavam relacionados com suas percepções, com o grau de confiabilidade e com as expectativas que se formularam em relação ao desenvolvimento futuro do país.

Mas, uma coisa era certa, a esquerda que poderia aceder ao governo nacional já não representava ameaças para as oligarquias nacionais nem para os interesses transnacionais. Pode-se observar no quadro 3, a composição da coalizão de esquerda que se apresentou às eleições nacionais de 2004. Os setores que tradicionalmente reivindicavam mudanças estruturais do país estavam cada vez menos representados na esquerda progressista.

⁵⁵² ZURBRIGGEN, Cristina. Empresários y Políticos: un contexto institucional precario para la busqueda de consensos. In: **Informe de Coyuntura**. Montevideo: v. 5, 2004, p. 132.

Quadro 3. Composição da Frente Ampla segundo suas origens ideológicas setoriais nas eleições nacionais de 2004

Grupos Integrantes	Origem Ideológica
Movimiento 20 de Mayo	Partido Colorado
Movimiento Popular Frenteamplista	Partido Nacional
Corriente Popular	Partido Nacional
Asamblea Uruguay	Centro-esquerda
Vertiente Artiguista	Centro-esquerda
Liga Federal Frenteamplista	Centro-esquerda
Confluencia Frenteamplista	Centro-esquerda
Corriente de Unidad Frenteamplista	Centro-esquerda
Corriente de Izquierda	Esquerda reformista
Partido Socialista	Esquerda reformista
Movimiento Socialista	Esquerda reformista
Partido Comunista	Esquerda reformista
Frente Izquierda de Liberación	Esquerda reformista
Movimiento 26 de Março	Esquerda revolucionaria
Partido por la Victoria del Pueblo	Esquerda revolucionaria
Partido Obrero Revolucionario	Esquerda revolucionaria
Movimiento de Participación Popular	Esquerda revolucionaria

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações em: FERNÁNDEZ, Nelson. **Quién es quién en le Gobierno de Izquierda**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

Além da estruturação da Frente Ampla em 2004, deve-se considerar como fator importantíssimo que a mesma era dirigida pelo Encontro Progressista e possuía uma configuração ainda mais complexa. (ver quadro 4).

Quadro 4. Composição do Encontro Progressista segundo as suas origens ideológicas setoriais nas eleições nacionais de 2004

Grupos Integrantes	Origem Ideológica
Frente Amplio	-
Partido Demócrata Cristiano	Centro-esquerda
Baluartes Progressistas	Partido Colorado
Claveles Rojos	Partido Colorado
Alianza Progresista	Partido Nacional + Democracia Cristã
Agrupación Atabaque	Agrupação Religiosa

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações em: FERNÁNDEZ, Nelson. **Quién es quién en le Gobierno de Izquierda**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

Desse modo, chegou-se à campanha eleitoral de 2004. Nesta, a esquerda se apresentou como uma alternativa de governo confiável, visto que agora era uma “esquerda renovada”, ou seja, não apresentava para ninguém a possibilidade de mudanças radicais ou de qualquer questionamento da ordem estabelecida. A coerência interna e a previsibilidade passaram a ser duas fortes características da nova esquerda: a primeira, referia-se fundamentalmente à capacidade de processar “eficazmente” as dissidências, gerar acordos e manter os equilíbrios internos. A segunda, referia-se a capacidade para criar um clima de previsibilidade, exibindo cautela e suficiente ponderação para afastar qualquer temor a mudanças estruturais.

4. O MLN – TUPAMAROS E O MPP NO PERÍODO PROGRESSISTA

Em abril de 1993 teve início a *V Convención Nacional del Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, na cidade de Montevideu. Nesta, as temáticas a serem discutidas abrangiam um amplo e variado repertório, dentre os quais não constava o tema “socialismo”. Devido a sua amplitude e complexidade – principalmente naquele contexto –, o tema foi abordado de forma paralela às discussões da Convenção. O responsável pela elaboração de um documento base para a discussão foi Eleuterio Fernández Huidobro. Com base nesse documento, intitulado *Nuestro Socialismo*, o MLN adotou as seguintes definições no início de 1994, como fontes norteadoras de seu pensamento:

- a) O Cristianismo: enfatizando quatro postulados fundamentais: a igualdade, o amor, a rebeldia e o Homem Novo;
- b) O *Artiguismo*: como continuador do pensamento *artiguista* e como parte integrante de uma corrente popular que visa à libertação nacional em todo o continente;
- c) O Movimento Socialista: “Dele, recolhemos principalmente os aportes de Marx, sem desprezar os do pensamento anarquista”⁵⁵³.

Da mesma forma que nos seus documentos fundacionais (analisados no capítulo I), há um claro conteúdo antiimperialista no discurso do MLN e uma profunda consciência latino-americanista. A esse respeito, Huidobro afirmava: “Em nossos países ficaram truncadas várias tarefas históricas pela libertação nacional, as quais se acrescentam outras que podemos denominar de emergenciais”⁵⁵⁴. Assim, visto o caráter do sistema mundial do capitalismo contemporâneo, o MLN considerava que a luta pela libertação nacional e a construção do socialismo eram tarefas inseparáveis e continentais.

⁵⁵³ HUIDOBRO, Fernández Eleutério. **Nuestro Socialismo**. Montevideo: Comitê Central del MLN, mimeo, 1993, p. 1.

⁵⁵⁴ Idem.

O MLN incorporou a seu discurso as temáticas que, como vimos, se integraram à esquerda progressista. Quando Huidobro mencionava as “tarefas emergenciais”, incluía as questões que os novos paradigmas apresentavam, mas a partir de uma concepção que contrariava o discurso progressista da época. Como exemplo, a questão ambiental foi abordada em relação direta e inseparável dos principais problemas sociais. “A maior parte da humanidade, e também a maior parte da natureza agredida, está no Terceiro Mundo. Aqui, hoje, a ‘utopia’ é para amanhã mesmo: consiste, por exemplo, em comer três vezes por dia”⁵⁵⁵.

A organização *tupamara* considerava prioritária a construção do socialismo e, para tal, indispensável o enfrentamento com o imperialismo. Colocava como dilema fundamental, para aquele contexto histórico, o Socialismo ou a Barbárie. Assim, o descreveu Huidobro: “Barbárie no lugar do capitalismo, porque este chegou a tal grau de ‘desenvolvimento’ que se não encontra como solução o socialismo, transformar-se-á em sinônimo de barbárie, tal como hoje se pode ver em grandes regiões do planeta”⁵⁵⁶.

Em 21 de julho de 1996, o *Comité Central* do MLN divulgou um documento intitulado: *Nuestro Trabajo en la Clase Obrera*. Nele definiam, como estratégia prioritária da organização, a inserção e atuação na classe operária. O trabalho proposto pretendia não se limitar ao movimento sindical e, desta forma, se fazer extensivo a todas as forças de trabalhadores – organizados no movimento sindical ou não – do país e da região. Uma particularidade expressa em relação ao espaço regional referiu-se ao caráter internacional (latino-americano) e, particularmente, a necessidade apontada para a regionalização de uma organização operária, a qual propuseram chamar de “Frente Sindical”.

No documento focou-se, com particular atenção, o problema das alianças, tema que em 1996 constituiu, como já vimos, um lugar estratégico na esquerda progressista. A política de alianças impulsionada pelo MLN possuía duas variantes. Por um lado, as alianças possíveis com partidos ou organizações classistas, “com as quais podemos e devemos ter, no sentido da luta de classe, uma política estratégica de alianças” e, por outro lado, com os que, respondendo aos interesses de outras classes, propunham

⁵⁵⁵ Idem, p. 3.

⁵⁵⁶ Idem, p. 5.

alianças. Neste caso, advertia o MLN, “devemos ser cuidadosos quando, por razões táticas, nos ofereçam a possibilidade de uma unidade de ação”⁵⁵⁷.

Dessa forma, o MLN concebia a política de alianças como uma estratégia necessária, mas dentro de critérios nos quais se definiriam com quem e que tipo de alianças eram possíveis. Suas definições estratégicas orientadas a uma política de massas e, particularmente, ao movimento operário, inscreveram-se dentro de um marco comum: o da luta antioligárquica e antiimperialista. Como observamos anteriormente, o movimento sindical continuava levantando bandeiras nesse sentido, enquanto que a esquerda *frentista* iniciava seu processo de “atualização ideológica”.

A política de alianças do MLN concretizou-se na sua participação no Movimento de Participação Popular – MPP, como uma instância ampla de luta política. Conjuntamente com outros setores da esquerda independente desde 1989, essa conjunção de forças políticas foi o principal objetivo de trabalho do MLN. As alianças, restringiram-se, então, no início do período progressista, a duas formas. Por um lado, focou-se no movimento operário através de alianças com setores da esquerda combativa, como os anarquistas, visando à formação de uma Frente Sindical Nacional. Por outro lado, no âmbito político, na fundação e posterior consolidação do MPP, como um setor *frentista* com propostas que pretendiam fazer frente aos setores conservadores e reacionários, como também conglomerar, a sua volta, os setores tradicionalmente combativos da esquerda uruguaia dentro da Frente Ampla.

Em 1996 aconteceu o Terceiro Congresso do MPP, onde, a partir de um documento elaborado pelo MLN, intitulado *Del MLN al Congreso del MPP*, definiram-se as linhas estratégicas e de ação do MPP. Esse documento serviu como base referencial para o MPP, desde 1996. A contribuição do MLN ao elaborar o documento e colocá-lo em discussão no congresso foi um ponto de maturidade política da organização naquele momento, a definição concreta de sua plataforma programática e estratégica.

⁵⁵⁷ MLN. **Nuestro Trabajo en la Case Obrera**. Comité Central del MLN. Montevideo: mimeo, 1996, p. 4.

O documento identificava como inimigo principal o imperialismo, que “para poder dominar necessita, por um lado, submeter os povos sobre seus respectivos Estados centrais e, pelo outro, contar com aliados em cada um dos Estados submetidos”⁵⁵⁸. Dessa forma, o MLN definiu como oligarquia os setores dominantes econômicos e sociais que operavam no país como aliados do imperialismo. Essa definição das oligarquias nacionais e sua relação com o imperialismo foram ponto de consenso no MPP.

O MLN redimensionou sua visão sobre a burguesia nacional em relação a sua concepção *sesentista*:

Não acreditamos na existência, estrategicamente operante, de uma burguesia nacional no Uruguai e, portanto, em ‘etapas’ da revolução possível e desejável. Mas sim, constatamos a presença ativa de burgueses e, às vezes, de setores burgueses, que, por um lado, são atingidos em seus interesses concretos pelas políticas imperiais e, por outro, desenvolvem atividades estreitamente vinculadas à produção de bens reais, à criação de fontes de trabalho e empreendimentos de valor estratégico para o povo⁵⁵⁹.

Por outro lado, o MLN declarava-se socialista. Manifestava ser a expressão dos interesses da classe operária e das classes trabalhadoras de forma geral. No contexto de sua participação no MPP, no entanto, o MLN afirmou: “O MLN não exige de ninguém que para esta fase da revolução historicamente possível, seus aliados se definam socialistas”. E acrescentou: “O que exige do MPP é o acordo com o seguinte pressuposto: não haverá libertação nacional sem socialismo, mas tampouco haverá socialismo sem libertação nacional”⁵⁶⁰. Ambos os aspectos estavam intimamente ligados ao projeto do MPP.

O MPP era uma aliança aglutinadora de forças, fundamentalmente socialistas. Apesar das diversas concepções existentes no seu interior, possibilitaram-se grandes norteadores comuns, como os propostos pelo MLN no documento em questão. Ali residiu o mérito do MLN: na sistematização de uma proposta clara de alianças que iam à contra-corrente da esquerda progressista, mas que formalmente constituíam parte

⁵⁵⁸ MLN. **Del MLN al Congreso del MPP**. Montevideo: Comité Central del MLN, mimeo, 1996, p. 1.

⁵⁵⁹ Idem, p. 2.

⁵⁶⁰ Idem, p. 4.

dela e, posteriormente, a partir de 1999, apontaria na direção de transformar-se num setor de extrema relevância eleitoral dentro da coalizão.

Com a função de aglutinar numa só organização as forças que convocava a esquerda “combativa” uruguaia, entendeu que a Frente Ampla podia e devia cumprir um grande papel que iria muito além do eleitoral. Considerava-se que nesta única força de esquerda podiam e deviam estar integrados os setores chamados de reformistas, desde que representassem setores sociais de origem popular. O MLN definiu seu conceito de reformismo assinalando que se referia a correntes do pensamento, os quais, questionando o sistema capitalista propusessem, como caminho para o socialismo uma série de reformas e a acumulação de mudanças parciais.

Observe-se aqui, a re-significação do conceito de reformismo, se comparado com o que o MLN conceituou no período *sesentista* (ver capítulo I). “Portanto, ditas forças não são nem podem ser nosso inimigo. Pelo contrário, nossa tarefa é atraí-las para o trabalho estratégico que a história demanda”⁵⁶¹. O MLN considerava que se se colocasse as forças reformistas do lado inimigo, se estaria colocando-as, de fato, no caminho inimigo. Dessa forma, o MLN reconhecia que, neste caso, a sua ação seria objetivamente contra-revolucionária.

Observe-se que em 2002 Mujica fará uma nova leitura do reformismo, no contexto do *progressismo*, totalmente distante da anterior. Como exemplo, Mujica diz sobre sua atuação parlamentar: “Acredito que o parlamento de por si é reformista e que o caminho em que estamos de por si é reformista, e não posso entender a esses pseudo-revolucionários que lutam por entrar no parlamento, e gritam em nome da revolução, e criticam. Para mim, essas coisas estavam claras; nesta conjuntura se deve fazer isso. Amanhã, talvez, seja outra coisa”⁵⁶². Em 1996, o MLN iniciava, através do MPP, sua participação na política parlamentar e o exercício destas práticas políticas iria mudando algumas concepções de seus atores, como a opinião de Mujica sobre o tema em 2002.

Tanto a concepção de socialismo do MLN, como a de libertação nacional eram pluralistas. Nas palavras dos Tupamaros: “O pluralismo e a democracia, no campo

⁵⁶¹ Idem, p. 7.

⁵⁶² MAZZEO, Mario. Charlando con Pepe Mujica: con los pies en la tierra. Montevideo: Trilce, 2002, p. 106.

popular, devem ser questão de princípios”⁵⁶³. Esses princípios se vinculavam a uma histórica tradição da esquerda uruguaia. O pluralismo tinha como base o pressuposto de que todos os setores que integravam a Frente Ampla, incluindo os reformistas (atuais e anteriores), conduzir-se-iam eticamente num compromisso de não manipular as alianças para benefício individual. Este era um acordo que em outros momentos não foi respeitado (ver antecedentes nos capítulos I e II), mas que no início da era progressista se re-atualizava novamente.

Em termos concretos, poder-se-ia situar a política de alianças do MLN a partir de duas grandes premissas estratégicas. Por um lado, as alianças concretizadas a partir do MPP, ou seja, com um conjunto de organizações políticas que tinham como denominador comum o socialismo e a libertação nacional. Por outro lado, uma estratégia de alianças com a Frente Ampla, no sentido de acúmulo de forças, visando, prioritariamente, à contenda eleitoral. O problema situou-se em que a esquerda *frentista*, a partir de 1996, não tinha nos seus horizontes nem o socialismo, nem a libertação nacional ou, pelo menos, aqueles conceitos não eram mais os mesmos que os históricos da esquerda tradicional.

O novo período progressista da esquerda uruguaia, inaugurado em 1994, não se reconhecia com o socialismo. Como vimos no capítulo II, a esquerda em transição começou a abandonar seu referencial marxista e a incorporar discursos e práticas das novas experiências da social-democracia européia. Não somente o socialismo ausentou-se do discurso *frenteamplista*, senão que foi abandonado todo um arcabouço teórico-político que no Uruguai teve seu auge no *sesentismo*. Ou seja, em 1996 a Frente Ampla não era mais antiimperialista e nem sequer utilizava o conceito oligarquia. A atualização “ideológica” havia começado.

Entre 1996 e 1999, o MLN concentrou todas as suas forças no MPP. A partir do III Congresso do MPP, em 1996, concretizou-se a formação da *Corriente de Izquierda* – CI, como uma instância ainda mais ampliada dentro da Frente Ampla, com o objetivo de acumular os setores mais radicalizados da esquerda uruguaia e também como forma de voltar a abrigar setores que se haviam desentendido com o MPP, caso do PVP e do PST. Em princípio, acordou-se que a CI fosse uma mesa federal, sem desenvolver

⁵⁶³ Idem, p. 10.

estruturas de base, confiando que a prática ia abrir espaços de confiança para socializar o capital político de cada grupo⁵⁶⁴.

A CI tentou unificar as dissidências da esquerda radical dentro da Frente Ampla, entretanto, por falta de uma proposta objetiva – o programa da CI era o mesmo do MPP, salvo pequenas variantes –, entrou em declínio em 1998, quando o MLN se retirou da CI. Os motivos para essa ação por parte do MLN encontraram-se, por um lado, nos desacordos existentes no seio do MPP (que não foram superados com a formação da CI) e, por outro lado, porque o MLN, principalmente através da figura de José Mujica, voltou-se para o apoio incondicional a Tabaré Vázquez.

Essa decisão, tratada no âmbito do MPP no seu IV Congresso (dezembro de 1998 a fevereiro de 1999), foi um dos elementos que pautaram o afastamento de alguns setores. Dessa forma, o IV Congresso do MPP orientou-se na direção das “mudanças” que o período progressista e a maioria dos setores *frentistas* vinham elaborando. A ruptura dentro do MPP foi inevitável a partir do momento em que o MLN posicionou-se a favor da “atualização ideológica” e ofereceu seu apoio incondicional ao projeto de Tabaré Vázquez.

O IV Congresso do MPP processou a ruptura de setores no interior da CI e, assim, o MPP decidiu seguir o caminho do MLN, saindo da CI. O congresso começou em dezembro de 1998 e finalizou em fevereiro de 1999. Nesse tempo, em vez de aproximar as partes em conflito, serviu para desenvolver uma intensa polêmica entre Jorge Zabalza e Helius Sarthou, por um lado, e o MLN, representado por José Mujica, pelo outro. O eixo das discussões situou-se na adesão do MLN à proposta de Vázquez⁵⁶⁵.

Os fundamentos do enfrentamento entre Sarthou – Zabalza, por um lado, e Mujica, pelo outro, respondem ao que se chamou de uma postura “funcional” do MPP em relação a coalizão perante às mudanças da Frente Ampla, que assumiu um viés eleitoralista, a partir de um avanço personalista e no contexto de uma enorme crise

⁵⁶⁴ MAZZEO, Mario. **MPP: Orígenes, Ideas y Protagonistas**. Montevideo: Trilce, 2005, p. 62.

⁵⁶⁵ Um fato que marcou o processo de ruptura do MPP – CI foi o convite que Tabaré Vázquez realizou a José Mujica e a Heleuterio Fernández Huidobro para participar de uma nova equipe de “assessores” de Vázquez. Foi aceito o convite primeiramente pelos dirigentes do MLN e, posteriormente, comunicado ao MPP. Por sua vez, Sarthou entendeu este fato como uma estratégia hegemônica do MLN e a ambição de poder de Tabaré Vázquez. Sobre este fato, ver: MAZZEO, Mario. op. cit., p. 65.

ideológica e de participação. “Essa Frente Ampla aparecia como um partido tradicional a mais, comprometido com o processo eleitoral, a democracia representativa e o parlamentarismo”⁵⁶⁶. Essas críticas foram elaboradas em setembro de 1999; imediatamente depois, em outubro, Mujica replicava: “[...] deve-se tentar chegar ao Governo, para isso há que aumentar muito mais que antes a visão”⁵⁶⁷.

Zabalza identificava uma gradativa perda de independência política do MPP e sua reivindicação ia contra o processo de institucionalização da Frente Ampla. Sua não aceitação ao processo de atualização ideológica colocou frente a frente a dirigência histórica do MLN com amplos setores do MPP. O discurso progressista não atraiu Zabalza, como também não foi bem visto por algumas agrupações da CI. O pensamento de Zabalza ia em outro sentido:

Não acredito que tenha que acontecer uma primeira etapa de libertação nacional que postergue para um amanhã distante a questão da revolução, porque se nessa primeira etapa se unem a esquerda e a burguesia prejudicada pelo neoliberalismo, dessa aliança não vão sair bases para o futuro. Se passarmos a responsabilidade para as gerações futuras, enquanto contemplamos o mundo desde o pragmatismo, convocando o *quietismo*, é ingênuo acreditar que a juventude de hoje poderá amanhã convocar revoluções⁵⁶⁸.

Por outro lado, Mujica fundamentava que “esta é a etapa de um governo *frenteamplista*; não é nenhuma revolução. Hoje, a prioridade é que a Frente Ampla chegue ao Governo. Acredito que a acumulação de sofrimentos, de sacrifícios econômicos, de insegurança, não acumula forças, senão frustrações”⁵⁶⁹. Na mesma edição do *Semanário Brecha*, Zabalza afirmava que a Frente Ampla estava sendo conduzida para um espaço de centro-esquerda, transformação esta que incluía o afastamento das bases e o “combate às minorias críticas”⁵⁷⁰. Zabalza reivindicava assim, o papel de confrontação ideológica da esquerda radical, dentro e fora da Frente Ampla.

⁵⁶⁶ ZABALZA, Jorge. (entrevista) In: **La República**. Montevideo: 20 de setembro de 1999, p. 12.

⁵⁶⁷ MUJICA, José. (entrevista) In: **Mate Amargo**. Montevideo: separata, outubro de 1999, p. 8.

⁵⁶⁸ ZABALZA, Jorge. In: MAZZEO, Mario. op. cit., p. 67.

⁵⁶⁹ MUJICA, José. (entrevista) In: **Semanário Brecha**. Montevideo: 8 de outubro de 1999, p. 7.

⁵⁷⁰ ZABALZA, Jorge. (entrevista) In: **Semanário Brecha**. Montevideo: 8 de outubro de 1999, p. 14.

Três anos depois, em 2002, Mujica manifestou: “Penso que se impõe uma discussão global sobre a questão do socialismo do século XXI. É evidente que uma coisa é tratar de influir para capitalizar, portanto tratar de acumular tudo o que for possível no centro, e outra coisa é passar-se ao centro, com alma, com idéias, com tudo”⁵⁷¹. Mas o que se visualizava nessa idéia era que as observações de Zabalza eram corretas. A esquerda voltou-se para o centro e levou neste arrastão, em diferentes formas, toda a esquerda *frentista*. Assim, em 2004, a prédica da democracia formal tomou conta do discurso tupamaro. Mujica afirmou que “entre a democracia formal de caráter burguês, mesmo com injustiças, mas com certas garantias asseguradas, e o fascismo, não é possível de se estar numa linha intermediária, ‘que se deve defender à morte’ à democracia liberal. Assim, só dessa forma poder-se-ia construir uma sociedade melhor, a partir da conservação e a melhoria desses valores”⁵⁷².

Por outro lado, Julio Marenales (2004) manifestou uma opinião que ia à contracorrente do que os outros dirigentes tupamaros declaravam em relação à proposta política do MPP. “O trabalho político amplo não deve ser contraditório com o trabalho metódico, organizado e sistemático. Se um conjunto heterogêneo não mantém uma força organizada, com clareza de objetivos, a ideologia do sistema, que vem com quem forma este conjunto heterogêneo, vai acabar como aconteceu com as forças progressistas do mundo: *fagocitadas* pelo sistema”⁵⁷³.

Os caminhos se separaram definitivamente. A *Corriente de Izquierda*, após a fratura com o MPP, teria um escasso caudal de votos nas eleições internas de 1997 e nas eleições nacionais. Helius Sarthou manifestou:

Fomos perdendo grupos pequenos que estavam agrupados na medida em que havia forças de importância. Se foi desfibrando um processo que culminaria quando pensou em unificar-se como partido (o MPP), porque a concepção de Zabalza e a do PST eram mais federacionistas. Mas não é surpresa que a esquerda radical não tenha votos, porque as pessoas que estão apertadas pelo sistema e sem lugar para a rebelião, foi desaparecendo nelas a idéia de utopia possível. Ainda, a televisão é um aparelho ideal para gerar gente adaptada. Não vai haver votos para a esquerda radical⁵⁷⁴.

⁵⁷¹ MUJICA, José. **Cuando la Izquierda Gobierna**. MAZZEO, Mario (Org). Montevideo: Trilce, 2003, p. 18.

⁵⁷² CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Mujica**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005, p. 219.

⁵⁷³ MARENALES, Julio. Un gran desafío para los luchadores por la liberación nacional. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 7, julho de 2004, p. 18.

⁵⁷⁴ SARTOU, Helius. In: MAZZEO, Mario. op. cit., p. 68.

Assim, o MPP tomava um caminho de acumulação que o transformaria na terceira força da Frente Ampla nas eleições de 1999 e na primeira força nas eleições de 2004. Nas eleições de 1999, o MPP teve 14% dos votos da Frente Ampla. Em 2004, o MPP contou com 29% dos votos *frentistas*, o que representou 328 mil votos. Nesta eleição foram eleitos seis senadores, 19 deputados, 52 vereadores e dois ministros⁵⁷⁵. Dessa forma, consolidou-se o MPP como uma importante força política, após a renovação “ideológica”, e como uma excelente estrutura “funcional” da Frente Ampla.

Entretanto, essa consolidação do MPP como primeira força política da Frente Ampla foi um lento e sofrido processo que se iniciou em 1999. O mesmo teve como figura central José Mujica, que foi eleito deputado nas eleições de 1994, o primeiro guerrilheiro tupamaro que chegou ao parlamento. Um personagem muito particular, totalmente atípico da cultura política parlamentar. Mujica, com um discurso claro e simples, somado a uma postura de austeridade que lhe conferiu uma imagem “autêntica” (de homem do povo), conquistou a simpatia de amplos setores da sociedade uruguaia.

O discurso político de Mujica era original na sua forma. Carregado de influências de sua etapa anterior ao MLN (na década de 1960, militava no Partido Nacional), foi pautado pelo revisionismo histórico e pelo socialismo de Vivian Trias, que instigavam mudanças, tanto de percepções como de discursos. Esse discurso chegou num momento em que existia um *vacío*, criado na esquerda pela derrubada do socialismo “real”, um ostensivo abandono do nacionalismo pelo Partido Nacional governante, voltado ao neoliberalismo, assim como um divórcio definitivo entre o Partido Colorado e o estatismo Batllista, além da situação criada pelo novo paradigma que se instalava na esquerda uruguaia (o progressismo).

O papel de Mujica no MPP, principalmente no período de 1999 a 2001, foi essencial para as decisões que se tomaram no V Congresso do MPP, em 2001. O documento do V Congresso concluía: “Depois superada uma difícil situação interna, o MPP mudou o eixo de seu fazer político, propondo uma abertura nas alianças e mudando sua metodologia de trabalho”⁵⁷⁶. Assim, esse trabalho passou a se direcionar

⁵⁷⁵ MAZZEO, Mario. op. cit., p. 107.

⁵⁷⁶ MPP. **Resoluciones del 5º. Congreso del MPP “Jorge ‘Pato’ Quartino”**. Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2002, p. 32.

para “fora” e, desta forma, constituiu-se no eixo principal de seu desenvolvimento, “[...] o que permitiu interpretar corretamente a conjuntura, melhorar a relação com os aliados e apresentar um discurso que nos projetou a setores muito amplos de nossa sociedade”⁵⁷⁷.

José Mujica publicou um documento intitulado *Acuerdos y Alianzas* (1999), no qual o autor referia-se às “alianças” como uma necessidade imperiosa para se atingir o objetivo (o Governo nacional) porque “as forças que temos não são suficientes”. Mujica manifestou que a política de alianças não era um patrimônio da esquerda, nem da direita, e sim que as mesmas “são um patrimônio da luta política e da luta social”⁵⁷⁸. Iniciou-se, em 1999, um discurso “justificador” por parte do MLN sobre as políticas de alianças, tanto da organização como do MPP. Vistas as contradições entre o discurso do MLN de 1996 e o elaborado em 1999, mais a necessidade de legitimar a nova linha estratégia, levaram o MLN a um processo de “esvaziamento” de seus quadros militantes. Gradativamente, dirigentes e militantes de base foram se afastando da organização (do MLN), mas continuavam compondo o MPP, mesmo que constituindo a Corrente de Esquerda que concentrava esse setor dissidente no período de 1999 – 2001.

Por outro lado, observou-se um crescimento significativo do MPP no período de 1996 a 1999, que aparentemente teve como elementos determinantes a figura de Mujica e o descontentamento de outros setores da esquerda tradicional (como o caso do Partido Socialista, que não encontrava um espaço “crítico” nas filas *frentistas*). Por outra parte, Huidobro não compartilhava as opiniões que indicavam o crescimento explosivo do MPP nos anos de 1996 a 1999 como consequência da projeção de Mujica, sustentando a opinião de que a estratégia elaborada no documento de 1995 foi a que permitiu, junto com o carisma de Mujica, captar a adesão de importantes setores da população. “A explicação que se dá para o crescimento do MPP é que Mujica é muito

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ MUJICA, José. **Acuerdos y Alianzas**. Montevideo: Documentos de Formación del MLN, n. 5, 1999, p. 3.

simpático. [...] A verdade é que aqui há um documento (do MLN ao Congresso do MPP, elaborado pelo próprio Huidobro) e isso permitiu que Mujica fosse ouvido”⁵⁷⁹.

Foi no V Congresso que o MPP “ampliou” sua política de alianças, harmonizando-se com a Frente Ampla e, fundamentalmente, com as políticas de alianças do Encontro Progressista. A partir de 2001, quando se falava em alianças, foi difícil identificar diferenças entre o MLN – MPP e a FA – EP, ou entre Mujica e Vázquez. Assim, o V Congresso foi um divisor de águas: por um lado, a Corrente de Esquerda passou a representar os setores da esquerda combativa dentro da Frente Ampla, que reivindicavam alianças de classe, e, por outro lado, o MPP “renovado”, como elemento integralmente *encuentrista*, ou seja, foi propulsor das grandes alianças políticas visando ao Governo nacional⁵⁸⁰.

Nesse sentido, as resoluções do V Congresso do MPP afirmavam: “Ante a grave situação nacional, o povo uruguaio vê o EP – FA como a única alternativa”. E acrescentou: “Desta organização (EP-FA) depende que se frustrem, ou não, as expectativas: só a claridade de seus objetivos e das estratégias permitiram avançar”⁵⁸¹. Dessa forma, o MPP convocava a sua militância a apoiar o projeto *encuentrista*, justificando sua mudança: “Anteriormente, nós não apoiamos o acordo porque alguns companheiros entendiam que a proposta era contraditória com os princípios fundacionais da Frente Ampla, mas no momento atual, depois dos desprendimentos de 1999, participamos do acordo”⁵⁸².

Nesse mesmo sentido, em 2004, Eleutério Fernández Huidobro posicionava-se a respeito de como o MLN assumia uma nova política de alianças no MPP, sendo que, em 1994 havia votado contra a criação do Encontro Progressista. Huidobro afirmou que haviam cometido um grande erro. “Nesse momento tivemos discrepâncias internas que

⁵⁷⁹ TAGLIAFERRO, Gerardo. **Fernández Huidobro: de las armas a las urnas**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 197-198.

⁵⁸⁰ Antonio Bonomi (2003) proferiu declarações em relação a uma nova crise de crescimento dentro do MPP. Bonomi afirmou que era possível atender as críticas aos novos ingressos na organização e considerava estas críticas como coerentes, pelo menos numa considerável parte, mas também se considerava válido que o crescimento quantitativo de uma organização política de esquerda “podia acontecer de uma forma vegetativa ou através do convencimento de pessoas com ideologias contrárias, ou seja, da direita”. El MPP y su Cresimiento Político. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 2, dezembro de 2003, p.14.

⁵⁸¹ MPP. **Resoluciones del 5º. Congreso del MPP “Jorge ‘Pato’ Quartino”**. Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2002, p. 35.

⁵⁸² Idem, p. 36.

acabaram na dissidência do MPP em 1998, com a saída de Jorge Zabalza e de Helius Sarthou⁵⁸³. Assim, Huidobro repassava para os dissidentes a responsabilidade da não adesão em 1994. O dirigente tupamaro concluiu: “Terminamos realizando nossa primeira aliança “eleitoral” com o Encontro Progressista”⁵⁸⁴.

Um editorial do *Semanário Mate Amargo*, de 1999, fazia um chamado à reflexão dentro da esquerda nacional, no sentido de se observar a necessidade de ampliar o espaço político do Encontro Progressista. O editorial finalizava dizendo: “A amplitude tem que ser incorporada pelos companheiros que compreenderam que há que passar por uma etapa de construção do país produtivo; os companheiros que comprovam que hoje, como ontem, há que continuar ampliando o espaço de unidade possível”⁵⁸⁵. Assim, *Mate Amargo* proclamava a necessidade de um crescimento “amplo” da esquerda *frentista*, onde não existia a possibilidade de discrepâncias.

Por outra parte, em 2000, o MLN – passado o período eleitoral – entendia que a grande tarefa política e social era a de somar esforços para a elaboração de um grande projeto nacional que questionasse o atropelo econômico e social que o Governo vinha desenvolvendo. Para isso, convocaram-se as forças progressistas para uma grande “mobilização que se transformou num grande plebiscito social”⁵⁸⁶. Assim, após as eleições (e o triunfo do Partido Colorado) convocava-se para mobilizações de massas, ou seja, uma metodologia ausente nos períodos pré-eleitorais da era progressista.

Durante o ano de 2001, continuou-se dando ênfase a um discurso mobilizador como forma de combate à crise econômica e política. Reclamou-se, desde as filas do MLN, à imperiosa necessidade de que os dirigentes políticos se colocassem diretamente à frente da luta política, como forma de avançar contra o “*costumbrismo*”, a imobilidade e a desmobilização⁵⁸⁷. Uma particularidade desse documento foi o fato de que esse discurso mobilizador não invocou o MPP, nem a Frente Ampla, senão que foi assinado pelo MLN, fato incomum depois de 1996.

⁵⁸³ HUIDOBRO, Eleutério Fernández. El Camino es Culebrero. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 4, fevereiro de 2004, p. 14-15.

⁵⁸⁴ Idem.

⁵⁸⁵ MATE AMARGO. **Editorial**. *Semanário Mate Amargo*. Montevideo: 30 de setembro de 1999, p. 3.

⁵⁸⁶ MLN. **La Dignidad de los Orientales**. Montevideo: Comitê Central del MLN, mimeo, 7 de setembro de 2000, p. 1.

⁵⁸⁷ MLN. **La Patria en Crisis**. Comitê Central del MLN, Montevideo: mimeo, 7 de setembro de 2001, p. 2.

No final de 2001 e início de 2002, o MPP incorporou a proposta de Tabaré Vázquez, que visava à formação de uma estratégia com base numa grande *concertación*, ao que Vázquez chamou de o “país produtivo”. Essa incorporação aconteceu de fato, numa nova virada no discurso do MPP, que se refletiu fortemente nas suas propostas programáticas. “Há um conjunto de empresários médios, comerciantes, pecuaristas que tem contradições com setores monopólicos em relação a sua posição ante o poder econômico, e estas contradições são muito importantes na hora de definir estratégias políticas”⁵⁸⁸.

A partir dessa nova *concertación*, no final de 2001 o MPP convocou uma grande mobilização nacional que culminou num ato massivo. Alguns setores, em nome da *concertación* por “um país produtivo”, como o caso da Central Sindical – PIT – CNT e a Federação Rural (representante histórica das oligarquias latifundiárias)⁵⁸⁹, juntaram esforços para o desenvolvimento da proposta do Encontro Progressista liderada por Vázquez. Essa característica típica do progressismo – inaugurada no período – repetiu-se constantemente e marcou uma nova concepção dentro da esquerda eleitoral: os antigos e históricos inimigos de classe são, hoje, os aliados para se chegar a um governo progressista.

Em 2002, o vice-presidente da Federação Rural, Alfredo Fratti, manifestou-se no *Semanário Mate Amargo* a respeito da convocação do Encontro Progressista, realizada em 16 de abril de 2002, para uma mobilização de massas em exigência de soluções para a grave crise pela que o país atravessava. Na oportunidade, Fratti diz: “Nós pensamos que deveria dar-se uma expressão de conjunto da sociedade para dar força às reivindicações. O setor agropecuário por si só, sem aproximar-se dos demais setores, tentando demonstrar qual é a origem do problema, não encontrava a saída e, por isso, tentamos a convergência com outras forças”⁵⁹⁰.

⁵⁸⁸ MAZZEO, Mario. op. cit., p. 74.

⁵⁸⁹ Em 2001, via-se que a classe pecuarista, sem perder sua situação econômica privilegiada, não ficava com a maior parte da plusvalia gerada no país. A fatia mais importante dessa plusvalia tinha passado a setores da agroindústria, processadores de produtos que formavam um total de dez fábricas exportadoras que comercializavam 30% da produção (principalmente frigorífica, entre outras). Isso colocava essa “classe” numa situação na qual se necessitava uma mudança substancial de políticas para o setor, e essas mudanças estavam contempladas na proposta de Vázquez.

⁵⁹⁰ FRATTI, Alfredo. (entrevista) In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 38, 25 de abril de 2002, p. 6.

Os objetivos das alianças⁵⁹¹, impulsionadas a partir da atualização ideológica no interior da Frente Ampla e do Encontro Progressista a partir de 1997, encontraram lugar e apoio, em 2001, pelos setores que representavam a esquerda “combativa” dentro da coalizão. Assim, o MPP abandonou toda reivindicação de classe e incorporou-se à proposta *encuentrista*, criticando seriamente as dissidências dentro do MPP com a respectiva perda de organizações classistas como o PVP e o PST.

Por outra parte, continuou-se observando, tanto nos discursos do MLN como também nos do MPP, a presença das duas grandes bandeiras de ambas as organizações: a libertação nacional e o socialismo. Em março de 2004, o MPP chegou a um novo congresso. O VI Congresso do MPP “*Hacia la Refundación Nacional*”⁵⁹² declarou que na atual etapa do programa de “transição” não seria possível sustentá-lo nas bases de 1965, “porque aquelas não funcionam mais”⁵⁹³. Essa “transição”, à qual o documento se referia, invocava implicitamente dois elementos: a) a transição a um governo progressista ; b) a transição ao socialismo. A primeira, possível através das eleições nacionais, e a segunda, com o objetivo em longo prazo, *etapista* e *desejável*⁵⁹⁴.

Grandes mudanças ocorreram na época. O conceito de “imperialismo”, que a esquerda progressista vinha abandonando gradativamente, continuava se resignificando e sendo utilizado pelo MLN e pelo MPP, mas com outra dimensão.

⁵⁹¹ Bonomi (2003) assim definiu o que o MPP entendia por alianças políticas: “As alianças políticas têm como base o desenvolvimento de acordos programáticos, estratégicos ou somente táticos para o impulso de uma linha política próxima com a linha de outro setor, com pontos em comum, de tal forma que o trabalho comum permita o avanço conjunto com maior força. [...] A aliança política implica, em definitivo, acordos de trabalho e, desta forma, estes acordos são necessariamente ativos”. BONOMI, Antonio. El MPP y su Crecimiento Político. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 2, dezembro de 2003, p. 15.

⁵⁹² A proposta de *Refundación Nacional* surgiu da crise que padeceu o país, na qual o sistema bancário quebrou e a economia, no geral, se derrubou. Isso se interpretou como o fim do país, no qual sobreviveram alguns elementos de estabilidade e confiança do modelo. A crise não implicava o fracasso do modelo, e sim uma conseqüência própria dele. A proposta foi a título emergencial, com a perspectiva de um governo *frenteamplista* como única possibilidade de superação.

⁵⁹³ MPP. **VI Congreso Hacia la Refundación Nacional**. Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2004, p. 12.

⁵⁹⁴ O documento do MPP, apresentou duas alternativas “possíveis” como resposta às críticas feitas pelos setores mais “radicais”: “Uma que implicava colocar-se à margem até a Frente Ampla fracassar e, após isso, ver o que seria possível de ser realizado; e a outra, incentivar uma revolução proletária condenada ao pior dos fracassos, caminhos estes que conduziriam, inevitavelmente, a desencadear as poucas forças acumuladas numa luta contra o Governo atual (de Jorge Batlle) ou contra o futuro Governo do Encontro Progressista. Idem, p. 6.

Segundo Huidobro (2004), os conteúdos mudaram porque as figuras e o cenário “mudaram”. Diz Huidobro: “Não posso comparar o imperialismo do século XIX, da rainha Vitória, com o imperialismo do século XX, nem com o atual”⁵⁹⁵. Dessa forma, o MLN identificava uma mudança no “cenário”, que levou a outra concepção do que significou o conceito de “imperialismo”. Essa revisão ou atualização se encaixa no marco da renovação ideológica da esquerda uruguaia e, a partir desta, o imperialismo apareceu no discurso do MLN, como no do MPP, como um referencial histórico, retórico, como uma categoria pronta para ser arquivada. Outro viés do conceito remetia ao imperialismo – e a manifestações contra ele – como algo externo, distante (que, por exemplo, aconteceu no Oriente Médio) ou diretamente associado ao colonialismo. Ou seja, seria muito difícil para alguns setores da esquerda uruguaia continuar utilizando o conceito “imperialismo” como outrora, visto que ele se enfraqueceu quando se abandonou o referencial marxista⁵⁹⁶.

Da mesma forma, o conceito de libertação nacional mudou significativamente no progressismo. “Na década de 1960, significava a ruptura total e, se possível, violenta, com os vínculos da dependência e de submissão ao imperialismo. Nos anos de 1980, era o não pagamento da dívida externa, e hoje significa muita coisa que está no programa da Frente Ampla”⁵⁹⁷. E Huidobro advertia: “que ninguém pense que significa outra coisa”. Essas manifestações já vinham acontecendo, de forma mais ou menos isolada, desde o ano de 1999, mas se tornaram mais evidentes entre 2000 e 2004, como foi o caso de Mujica, que expressou: “Acredito que se deve arquivar essa idéia que tínhamos de, ‘um dia vou fazer a revolução’, porque então não vou fazer nada: vou viver uma etapa revolucionária que depois vai se assentar e vai terminar num burocratismo enorme. Isso é provável que aconteça, considerando a experiência vivida. [...] Não há nada mais importante que a Frente Ampla e o Encontro Progressista cheguem ao Governo, não por eles, e sim pelo destino do povo uruguaio”⁵⁹⁸.

⁵⁹⁵ TAGLIAFERRO, Gerardo. **Fernández Huidobro: de las armas a las urnas**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 198.

⁵⁹⁶ Idem.

⁵⁹⁷ Idem, p. 199.

⁵⁹⁸ MAZZEO, Mario. **Charlando con Pepe Mujica: con los pies en la tierra**. Montevideo: Trilce, 2002, p. 110.

O tema da nacionalização do sistema bancário foi outro ponto que a esquerda progressista abandonou. Novamente, Mujica fazia revelações muito claras sobre as concepções da nova esquerda progressista: “Eu fui educado numa esquerda que sempre pleiteava a nacionalização do sistema bancário e resulta que hoje, estudando o sistema bancário uruguaio, encontrei que 52% do movimento bancário no país estão nas mãos do Estado. Além de que, possuímos um *Banco de la República* que absorve 40% de todo o movimento bancário. Então, eu digo à esquerda: parem, vamos ver como se faz para que isso funcione”⁵⁹⁹.

A alternativa “possível” era muito clara para o MPP. O programa de “transição” que se mencionava serviria para desenvolver “apoios” nacionais e internacionais que permitiriam o aprofundamento, entendendo-se por “apoios” o financiamento, o mercado interno, o comércio exportador e o apoio tecnológico. Esse projeto estratégico tinha como base a agroindústria e o trabalho com matéria- prima nacional, ou seja, as bases do projeto *encuentrista* do Uruguai Produtivo. Para efetivar essa *refundación* nacional do país, devia-se, antes de mais nada, efetivar a obtenção do Governo nacional.

O objetivo do Uruguai produtivo era inquestionável. Bonomi (2002) afirmou que o questionamento a luta por recuperar o aparelho produtivo a partir da mais ampla política de alianças supunha um erro que, às vezes, se sustentava numa concepção que buscava a possibilidade de encontrar um atalho em direção à construção do socialismo, e que tinha como base importantes erros doutrinários ou estratégicos. Segundo Bonomi, “A maioria das vezes, esta posição se apóia numa concepção do marxismo e do socialismo que pressupõe um país dependente e subdesenvolvido, sem a acumulação de riquezas necessária, e visa à possibilidade de uma alternativa socialista imediata”⁶⁰⁰. Ou seja, as críticas ao programa do país produtivo, quando partiam da esquerda, foram desconsideradas por trazerem como fundamento o “arcaico” pensamento marxista como referencial.

O MPP espelhava-se no processo brasileiro. No documento, expressou-se uma alusão à situação do Governo vigente no Brasil, com o qual a Frente Ampla se identificava. Diz o documento: “Lula e o PT, e o movimento social que o apóia, tiveram

⁵⁹⁹ CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Mujica**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005, p. 247.

⁶⁰⁰ BONOMI, Eduardo. País Productivo y Distribución de Ingreso. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 37, abril de 2002, p. 5.

grandes coincidências com um grande projeto estratégico (produtivo), ao ponto que o PT se transformou na maior força política com melhores possibilidades de levar adiante esse projeto produtivo”⁶⁰¹. Dessa forma, o MPP concebia coincidências nos projetos produtivos de Lula e Vázquez, da mesma forma que a experiência brasileira mostrava os “benefícios” da transição política negociada.

O discurso do MLN, fundamentalmente nos anos de 2002 a 2004, vinha tomando um caminho difuso ou híbrido. Por um lado, se criticava a democracia liberal, e pelo outro, se exaltava suas qualidades. Da mesma forma aconteceu com o discurso referente à política de alianças: no discurso, estas deveriam ser realizadas com objetivos concretos que ultrapassassem os fins eleitorais, e na prática, as alianças eram concretizadas exclusivamente com fins eleitorais. No período 2002 – 2004 surgiu outra característica do discurso híbrido do MLN: a retórica *Frentegrandista*. Fazia-se uso da proposta de Raul Sendic, da década de 1980 (ver capítulo II), e transformava-se a mesma na proposta do Encontro Progressista. Segundo Huidobro, a linha atual (2004) do MPP seria a continuidade da proposta *frentegrandista* de Sendic dos anos oitenta, “que tinha sido abandonada porque se analisou, e se analisa hoje, por muita gente, num esquema que não interpreta a realidade que estamos vivendo”⁶⁰².

Em 2002 havia se iniciado, por parte do MLN, uma defesa do Encontro Progressista que se comparava, e até se lhe atribuía sua origem, na proposta de Sendic da Frente Grande. “Chama-nos poderosamente a atenção que vários companheiros estão defendendo a proposta da Frente Grande que o MLN vem apresentando desde 1985. Chama-nos a atenção porque, quando se fez a proposta pública e quando se começou a trabalhar no MPP, (a Frente Ampla) estavam decididamente contra. Era considerado um fator que dificultava a concretização do MPP, além de realizarem profundas críticas à proposta”⁶⁰³.

Dessa forma, Mujica identificou coincidências entre a proposta da Frente Grande e o Encontro Progressista: “A Frente Grande fracassou, mas semeou. De alguma

⁶⁰¹ MPP. **VI Congreso Hacia la Refundación Nacional**. Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2004, p. 15.

⁶⁰² TAGLIAFERRO, Gerardo. **Fernández Huidobro: de las armas a las urnas**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004, p. 198.

⁶⁰³ BONOMI, Eduardo. Frente Grande y Frente Social. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 39, maio de 2002, p. 7.

forma, é a mesma idéia que depois fez nascer o Encontro Progressista, mesmo que tenha nascido um pouco diferente. Deu-se muito mais sentido eleitoral que político”⁶⁰⁴. O que ficou de fora deste presumível comparativo foi que a proposta de Sendic tinha reivindicações pontuais muito concretas, como, por exemplo, o tema da dívida externa e o tema da terra, ambos desconectados do projeto do “Uruguai Produtivo” de Tabaré Vázquez. Assim, abandonou-se a proposta de Sendic e se assumiu a proposta de Vázquez, utilizando-se um discurso híbrido que tentava conciliar as propostas políticas do MLN (de 1985 até 1999) com as novas propostas da esquerda progressista.

Para o MPP, a transição a acontecer no Uruguai era do modelo neoliberal para um governo progressista. Essa se daria no marco de uma grande *concertación* com todos os setores sociais. “Trata-se de estabelecer um pacote global, discuti-lo com as forças sociais, sindicais e empresariais, assim como discuti-lo com o Governo atual e com os diversos setores dos partidos tradicionais”⁶⁰⁵. A iminência do triunfo eleitoral nas eleições nacionais de 2004 foi reconhecida por todos os setores políticos do país. Assim, o EP – FA – NM e seus aliados prepararam as condições para assumir o Governo. O trabalho do MPP foi conduzido nessa direção.

⁶⁰⁴ CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Mujica**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005, p. 200.

⁶⁰⁵ MPP. **VI Congreso Hacia la Refundación Nacional**. Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2004, p. 37.

CONCLUSÕES

Na América Latina, desde as primeiras experiências democráticas no início do século XX, pode-se contabilizar a presença e a luta da esquerda: pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, pela extensão dos direitos políticos e sociais dentro dos regimes da democracia liberal, lutando por transições e novas formas democráticas, resistindo ao autoritarismo e às ditaduras de todo tipo. No Cone Sul, a história da esquerda registrou, desde o final do século XIX, fundamentalmente na Argentina, uma intensa influência como exemplo de organização no plano sindical, que foi o precursor de inúmeras lutas pela superação da democracia liberal.

No caso da esquerda uruguaia, seus antecedentes remontam às primeiras organizações sindicais no final do século XIX, onde a tônica ideológica era fundamentalmente marcada pelas correntes de pensamento anarquistas. No transcurso das primeiras décadas do século XX, com o surgimento de partidos políticos de corte marxista, propagou-se essa doutrina entre as organizações existentes. Um elemento comum que permeou toda a esquerda da época, desde as primeiras décadas do século XX, foi que toda a esquerda nacional, independentemente de anarquistas ou marxistas, definiu-se como socialista.

Desde as primeiras lutas operárias no início do século XX, principalmente no primeiro Governo de José Batlle y Ordóñez (1903-1906), as definições pela luta em prol da construção do socialismo foram unânimes dentro da esquerda uruguaia, e ininterruptas durante a primeira metade do século. As divisões dentro do espectro político da esquerda – fundamentalmente a partir da Revolução Russa – implicaram numa conhecida variedade de controversas concepções desse processo que deveria levar à construção do socialismo. Mas todas as forças políticas coincidiam para o fato de que o projeto “finalista” era a construção do socialismo.

Mais adiante, a esquerda *sesentista* uruguaia teve como característica primária a de convocar grandes setores da sociedade para a causa do socialismo. Por mais diversas que fossem as concepções e as metodologias propostas, de alguma forma visavam à construção do socialismo. O próprio surgimento da Frente Ampla, em 1971,

abrigava essa concepção, por mais que hoje seja negada. A coalizão nasceu com essa bandeira. Os diversos projetos eleitorais ou revolucionários que proliferaram no *sesentismo*, incluindo os chamados reformistas (da época), apresentavam referências e categorias de análise oriundas do marxismo.

O desenvolvimento do marxismo no Uruguai teve, basicamente, dois pólos desconexos entre si: por um lado, setores ortodoxos ligados freqüentemente às doutrinas soviéticas da época, representados na sua essência pelo Partido Comunista e outras correntes que, aliadas ou não ao sistema soviético, desenvolveram concepções clássicas do marxismo ortodoxo. Por outro lado, existiu um conjunto de setores que promulgou um pensamento marxista não ortodoxo, independente e adaptável à realidade do país. Entre eles, encontra-se uma grande diversidade: desde o anarquismo libertário, representado na FAU, até setores identificados como *terceristas*, que pregavam a construção de um socialismo nacional, independente da União Soviética e de seus clássicos dogmatismos.

A hegemonia do marxismo uruguaio, desde as primeiras décadas do século XX até o final do período de transição (1990), foi exercida pelo Partido Comunista. Mesmo assim, existiu uma tradição em todo esse período *independentista*, diretamente relacionada com o pensamento libertário e *tercerista*, que possibilitou a difusão do marxismo numa orientação independente do bloco soviético e que realizava severas críticas ao mesmo. Essa tradição possibilitou o surgimento de várias correntes políticas dentro da esquerda, que se autodenominaram de “independentes”.

Entre esses setores denominados de independentes, efetivaram-se dois grandes grupos. O primeiro vinculado ao anarquismo libertário, que no início da segunda metade do século XX deu origem à Federação Anarquista Uruguaia – FAU que, posteriormente, influenciou a formação de outras organizações, como a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais (OPR 33), a Resistência Operária Estudantil (ROE) e o Partido Pela Vitória do Povo (PVP). Destas organizações derivaram, no movimento sindical e estudantil, a *Tendencia Combativa* e a *Corriente Combativa*, ambas representantes dos setores mais radicais dentro do espectro político da época. O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros também foi formado dentro destas correntes.

O segundo grupo de independentes foi identificado como *tercerista* e abrigou setores que proclamavam um socialismo “nacional”, ou seja, adaptado à realidade do país, e que tinha como principal característica a reivindicação de independência frente a setores hegemônicos dentro da esquerda, fundamentalmente do Partido Comunista e dos organismos internacionais. Estes setores desenvolveram um referencial marxista não ortodoxo, defenderam o processo desencadeado pela Revolução Cubana e influenciaram, posteriormente, correntes ligadas com a Igreja Católica a respeito da Teologia da Libertação.

Esses setores, em conjunto, constituíram um enérgico confronto com as correntes hegemônicas, principalmente no período *sesentista*, onde o processo desenvolvido no Uruguai a partir da Revolução Cubana marcou um verdadeiro divisor de águas: por um lado, os que apoiaram a revolução e viram na mesma a possibilidade “real” de uma via revolucionária para a América Latina; e pelo outro, os que se definiram a favor do processo cubano, mas com críticas e não visualizando a possibilidade de expandi-lo para o resto do continente. Mesmo assim, ambos os setores apostavam na construção do socialismo.

Esse divisor de águas que foi a Revolução Cubana reafirmou, na esquerda uruguaia uma velha discussão que, naquele momento, deixou de ser somente abstrata e que questionava firmemente as concepções reformistas. Os setores independentes foram os que realizaram as críticas mais consistentes ao reformismo. O reformismo da época era visto de forma tão desprezível como o próprio sistema capitalista e considerado, por alguns setores situados mais à extrema esquerda, também como um inimigo a ser combatido. Os *independentistas*, de forma geral, combateram o reformismo, principalmente nos terrenos sindical e estudantil.

Essa tradição de setores “independentes” dentro da esquerda nacional contribuiu, em 1971, para a formação da Frente Ampla. A formação da coalizão de esquerda foi uma demanda de amplos setores da população e viabilizou sua estruturação a partir da bandeira “unidade sem exclusões”, como uma manifestação de integração num projeto que visava à formação de uma grande frente eleitoral que não se esgotaria nas eleições, senão que teria um projeto de mudanças voltado à construção do socialismo. Além de ter encontrado muitas contradições discursivas e

metodológicas, foram notórias as influências da Cepal e das diversas correntes social-democratas da época no processo de formação da coalizão.

A Frente Ampla se constituiu como a grande possibilidade de conjunção da esquerda nacional, sendo que somente alguns setores mais radicais, como a Federação Anarquista, não aderiram. Os argumentos da FAU para sua não participação na Frente Ampla tinham como base os princípios fundantes do anarquismo: essencialmente, a discrepância em relação a participar em qualquer processo eleitoral burguês e na crença de que o processo de construção do socialismo deveria acontecer a partir da insurreição das classes oprimidas, e não de eleições ditadas dentro do jogo democrático liberal.

Por sua vez, a crítica à democracia liberal e a suas instituições foi uma característica do período *sesentista* tendo-se constituído numa categoria essencial para a análise dos processos de mudanças dentro das estruturas ideológicas da esquerda nos últimos 25 anos. De um ataque às instituições da democracia liberal, no período da esquerda tradicional, passou-se, gradativamente, a exaltar as qualidades desta e a considerá-la o único sistema político realmente viável. Assim, o período da esquerda progressista exaltou a democracia liberal e suas instituições, abandonando o socialismo até como um sistema utopicamente “desejável”.

Mas antes de acontecer o golpe de Estado civil-militar, na década de 1970, hoje re-significado por alguns intelectuais (do progressismo) que tentam dar uma visão factual do golpe, ou seja, um fato que aconteceu, como um período a mais da história do país, e também como um ato de exclusiva responsabilidade militar ou, como no caso dos setores ultraconservadores que colocam a “responsabilidade” pelo golpe no movimento popular, o que tenta encobrir a realidade histórica dos acontecimentos, visto que a participação civil foi de suma importância para o desencadear dos acontecimentos. Não obstante, o processo autoritário não trouxe conseqüências de ruptura dentro da esquerda, tanto que ela saiu do processo ditatorial reivindicando as mesmas coisas que reivindicava antes da ditadura.

Torna-se importante lembrar que no processo de transição da ditadura para a democracia, as lideranças representantes dos setores hegemônicos dentro da Frente Ampla aceitaram e participaram – direta e indiretamente – do processo de *concertación*

que atuou como uma grande instância negociadora, com o poder militar, para a retomada da democracia em 1984. A partir desse momento, e representada sua liderança principalmente pela figura de Líber Seregni, a coalizão assumiu um discurso "desmobilizante" que funcionou como um anestésico ante as demandas populares de saídas para a grave crise que o país atravessava. As bases reclamavam mobilizações como medida de luta; a direção da coalizão fazia chamamentos ao bom senso e à boa conduta cidadã.

A partir da direção da Frente Ampla iniciou-se o processo de transição da esquerda em 1984, não por que neste momento se houvesse retomado a discussão sobre a viabilidade do socialismo ou não, como se argumentou na época, senão porque a Frente Ampla decidiu aceitar plenamente as regras do jogo democrático liberal: definiu-se como uma organização que visava à conquista do poder através das eleições nacionais, abandonando também o seu projeto político fundacional que continha pressupostos que no novo cenário seriam impossíveis de continuar defendendo, como o caso das nacionalizações e da reforma agrária.

Nesse momento, o contexto internacional teve, obviamente uma significativa influência. Por um lado, a esquerda latino-americana mudava sua configuração *sesentista*: a revolução sandinista encerrou seu ciclo com uma derrota eleitoral; as guerrilhas salvadorenha e guatemalteca se viram obrigadas a abandonar perspectivas de triunfo para se incorporar a um processo de pacificação e institucionalização; Cuba lutava na defensiva pela sua sobrevivência. Por outro lado, os sistemas bipartidários, como o da Venezuela, e de partido único, como o do México, davam sinais de esgotamento.

Além disso, nos países vizinhos a situação perfilava-se mais complexa ainda. Por um lado, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores apresentava-se como uma alternativa de esquerda classista, com fortes condições para, no futuro, triunfar no terreno eleitoral. Enquanto isso, na Argentina, a esquerda se enfrentava com um Governo autodefinido como populista, como o de Carlos Saul Menem, que representava correntes da centro-esquerda, até que colocou em prática programas de estabilização de corte neoliberal, contribuindo amplamente para a marginalização de

amplos setores sociais, debilitando o movimento sindical e privatizando grande quantidade de empresas públicas – colocando-se, assim, a serviço do neoliberalismo.

O caso argentino teve sua origem comum no cenário interno da América Latina, que foi influenciado pelo panorama internacional, no qual o FMI e os países credores passaram a exercer forte pressão na direção de políticas neoliberais, fundamentadas no enfraquecimento do Estado na economia, mediante privatizações, desregulações e diminuição de seus custos, principalmente em políticas sociais. Foi nesse contexto que as democracias liberais voltaram a dominar o cenário do continente.

O neoliberalismo no Uruguai fez sua estréia ainda durante o período ditatorial. Uma vez iniciado o processo de recuperação democrática, teve continuidade o avanço neoliberal – desde o primeiro Governo democrático de Julio Maria Sanginetti em diante –, mas sem conseguir implementar as privatizações como uma política do Estado. Os resultados desses governos neoliberais conduziram o país, como vimos no capítulo III, à degradação do emprego, das condições de vida da população e a uma severa crise econômica que atingiu a todos os setores da sociedade uruguaia. Paralelamente, o descrédito generalizado da política e das instituições desencadeou uma crise política sem precedentes.

Nesse contexto, no momento em que a esquerda *frentista* definiu-se de fato como um partido eleitoral a mais dentro do cenário político nacional, visando a confrontar-se com o bipartidarismo secular para disputar o Governo nacional, ela necessitou readequar seu discurso ideológico e sua proposta programática. Para tal, o período de transição foi o momento em que se desenharam as novas propostas programáticas e se reconfigurou, ideologicamente, a coalizão. Nesse processo, o socialismo como modelo “desejável” ainda permanecia no discurso de muitos setores da esquerda, mais foi notória a sua decadência nas discussões.

No período de transição (1984-1994), conjuntamente com a consolidação do regime democrático, a Frente Ampla consolidou sua nova essência liberal. Um liberalismo “levado a sério”, ou seja, a negação absoluta de uma saída do sistema vigente e de qualquer questionamento que implicasse num confronto com o capitalismo. A nova esquerda que se começou a construir no período de transição era definitivamente social-democrata e abortou toda alternativa política-programática que

pudesse conter a idéia de mudanças estruturais profundas. De fato, o socialismo como modelo desejável o era cada vez menos.

Contudo, o fenômeno da transição da esquerda uruguaia não era um fato isolado: ele se enquadrava dentro do cenário latino-americano e mundial. Os diversos processos de recuperação democrática da América Latina, especialmente no âmbito do Cone Sul, como os casos do Brasil, Argentina e Chile, após as experiências autoritárias de suas respectivas ditaduras, levaram a uma revalorização da democracia em si, obviamente que num contexto no qual a doutrina neoliberal se expandia pelo mundo. Este justamente parece ser o cerne da questão: o desenvolvimento do neoliberalismo como ideologia do paradigma globalizador.

Iniciada sua experiência-piloto no Chile de Pinochet, a doutrina neoliberal espalhou-se pelo continente com as já sabidas conseqüências para os países subdesenvolvidos. Além de seu conteúdo político-econômico, o neoliberalismo trouxe um conjunto de novos micro-paradigmas, ou conceitos híbridos globalizantes, como uma nova estrutura totalizadora. Ou seja, ofereceu-se um novo modelo totalizador (ou um conjunto desses modelos), com a finalidade de consolidar uma renovação da estrutura ideológica dominante. Substituíram-se assim, as velhas problemáticas, que a modernidade não conseguiu superar, por outras “atualizadas”, novas e “modernas” problemáticas que se instalaram a partir da doutrina globalizadora.

Assim sendo, o conceito de sociedade civil substituiu a luta de classes, e o próprio conceito de classe. Desta forma, a idéia de sociedade civil que tudo permeia, onde todos os setores e as classes sociais estariam representados em igualdade de condições, em volta de uma grande mesa articuladora e negociadora na busca do “bem comum”, funcionou como conceito totalizante, em virtude de que esta “falsa” unificação – visto que não há reais indicadores que sustentem a inexistência de diferenças de classe no mundo contemporâneo; muito pelo contrário: existem indicadores que mostram o agravamento, como o caso do aumento substancial das desigualdades sociais, sem entrar no mérito das relações de produção, nem nas relações de trabalho, entre outras – viria a “harmonizar” os conflitos existentes. Assim, o conceito “harmonizante” cumpre uma função totalizadora.

Desta forma, a sociedade civil surge como a solução, não só dos antagonismos históricos entre as classes sociais, senão que cumpre a função de uma nova instância política na qual o Estado se desloca para dar passo a essa sociedade civil que, conjuntamente com o mercado, irão tomando conta das especificações administrativas do Estado, reguladoras fundamentalmente no que se refere aos sistemas produtivos e, assim, abrindo passo para a consolidação do Estado mínimo, ou seja, a mínima presença do Estado nas suas funções sociais e produtivas. Desta forma, a sociedade civil, além de eliminar o conflito entre as classes, abre passo para a “parceria” com o mercado, quebrando definitivamente as antigas resistências da esquerda tradicional.

Desse modo eliminaram-se antagonismos e conflitos de toda ordem, visto que, a exemplo do processo de *concertación* no Uruguai, o seu sistema de partidos políticos conseguiu unificar-se para a transição da ditadura militar à democracia. Assim, superando as barreiras ideológicas em nome do “bem comum”, ou da sociedade civil, instaurou-se um modelo que, oportunisticamente – aproveitando-se da derrubada do sistema soviético –, descartou, como obsoletos, todos os referenciais marxistas, sem distinção e junto com eles, as críticas com fundamento classista e, obviamente, o socialismo como utopia “desejável”. O novo discurso ideológico anulou as diferenças e atuou como unificador do pensamento e do agir político.

Da mesma forma, o conceito de imperialismo também se redimensionou como uma nova necessidade da atualização ideológica da esquerda: na medida em que o mundo não era mais bipolar e a necessidade de “aliar-se” a um dos blocos hegemônicos havia acabado. Por outro lado, a hegemonia dos Estados Unidos conduzia também a nova ordem mundial, na qual liderava o discurso globalizador e as diretrizes neoliberais. Pretendendo inserir-se no processo da globalização, como se podiam estabelecer novas relações com o Império, e em que termos? Esta pergunta modificou a visão do imperialismo e o restringiu a uma questão meramente retórica, como parte de um discurso que pretendia salvaguardar velhas tradições. Na prática, não havia mais inimigo a combater, e sim, “a partir de um novo cenário” e de uma “nova realidade”, novas relações internacionais a serem construídas com as lideranças mundiais.

Observou-se também que as referências ao imperialismo, em particular as que se referiam aos Estados Unidos, deixaram de ser alvo de críticas a partir da década de 1990, quando se referiam ao Uruguai e no seu lugar, passou-se a mencionar as “barbáries” do Império de forma externa, ou seja, quando não tinham nada a ver com a nação uruguaia, quando os fatos aconteciam longe do Uruguai, principalmente no Oriente Médio. A partir do novo conceito “civilizador” da democracia americana e da luta contra o extremismo também passou a fazer parte do discurso globalizador; portanto, a fronteira para a sua incorporação, por parte da esquerda “progressista”, é muito pequena e movediça.

De todo modo, a presença do discurso antiimperialista, na esquerda eleitoral uruguaia, se manteve na sua forma clássica até 1996. A partir de 1996, os setores que mantinham posições críticas sobre o imperialismo estavam concentrados no MPP. Os discursos de comunistas e dos socialistas (do partido), entretanto, davam mostras de uma crítica menos dura naquele período. Já a nova esquerda progressista, representada por Vázquez, era mais cuidadosa ao falar do Império e suas atrocidades. Depois de 1996, e principalmente na proximidade das eleições nacionais de 2004, o discurso antiimperialista pouco apareceu nos documentos e nas oratórias da esquerda eleitoral como um todo. A necessidade de vencer as eleições unificou também este discurso, dando-lhe a nova tonalidade do progressismo.

O processo de “descarte” dos referenciais marxistas, por parte da nova esquerda, teve como base teórica as elaborações de inúmeros intelectuais que, na maioria dos casos, realizaram teorizações na linha de Francis Fukuyama, decretando não só o final da história, como também o final das utopias e o final das ideologias, como o caso de Robert Kuttner (1997). Estas análises possuíam uma característica comum: na sua grande maioria, partiram de uma concepção stalinista de socialismo e, a partir desta, colocaram todo e qualquer tipo de socialismo “real”, ou “possível”, como se fosse a mesma coisa. Assim, descartaram todo referencial ao marxismo, sem identificar diferenças entre eles, como se o marxismo fosse, por si próprio, um conceito total e único.

Dessa forma, colocava-se o marxismo como um conceito obsoleto, no sentido de que se ele não funcionou no socialismo “real”, não existiria nenhuma possibilidade de

lhe reconhecer qualquer tipo de validade. Portanto, devia-se descartar “radicalmente” qualquer vínculo ou possibilidade de repensar a proposta marxista, já que ela tinha sido “ultrapassada” pelo modelo democrático em vigor. Conforme esta perspectiva de análise, a alternativa possível – para a esquerda – era a de substituir os velhos e ultrapassados referenciais por uma nova visão de mundo que, necessariamente, deveria incorporar a democracia liberal como a única possibilidade de se viver numa sociedade sem conflitos de classe. A negação da luta de classes é assim, uma característica fundante do progressismo.

O novo paradigma globalizador apresentou as novas problemáticas, que a sociedade deveria enfrentar, como desafios para “todos” e aos quais não se poderia resistir, visto que a globalização era inquestionável e irreversível. Neste sentido, tomou uma importância essencial o discurso da sociedade do conhecimento, como já vimos no capítulo III, diretamente associada ao desenvolvimento científico e tecnológico que a atual revolução tecnológica trouxe. Com ela, a apropriação do conhecimento e a importância da ciência e da tecnologia fundaram-se como elementos “indispensáveis” para a integração, principalmente dos países subdesenvolvidos, ao processo globalizador.

O modelo de desenvolvimento proposto pela nova esquerda progressista apresentava como bases o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, como necessidade essencial para a implementação de um efetivo crescimento econômico. Apostava-se nas exportações com manufatura nacional e nas “parcerias” com o capital internacional (fundamentalmente do Mercosul, mas não se excluía os capitais imperialistas) como forma de dinamizar o país e torná-lo “produtivo”. As problemáticas relacionadas ao desenvolvimento social estavam vinculadas com o desenvolvimento do país produtivo, o que seria, assim, a grande alternativa para sair da crise econômica vigente. O modelo centrava-se numa proposta de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social e “sustentável”.

Por outro lado, a partir da sociedade do conhecimento, ressurgiram temáticas antigas, como o caso da problemática ambiental, onde se redescobriam estas questões de maneira que tomaram uma dimensão nunca antes vista. A problemática ambiental foi reinterpretada de tal forma que o grande dilema hoje é a preservação do planeta

para garantir a sobrevivência da espécie humana. O movimento ambientalista, surgido a partir desse novo paradigma “ambiental”, defende principalmente a necessidade de se preservar os recursos naturais, mas deixa para um segundo plano, no geral, o questionamento das causas dessa depredação, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista ficou relegado a um segundo plano.

Nesse contexto emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que se incorporou rapidamente aos discursos da esquerda, sem muitos questionamentos. Assim, mais um discurso híbrido e globalizante tomou conta das plataformas programáticas da esquerda, sem perguntar-se para quem seria sustentável esse desenvolvimento e como esse processo se realizaria. Desta maneira, se afastaram causas políticas e econômicas que provocaram essa depredação dos recursos naturais, em nome do desenvolvimento do capital, por uma visão da problemática que abordou o problema como uma responsabilidade de “todos”, ou seja, da sociedade civil e, por sua vez, de uma sociedade de consumo sem identidade definida; portanto, sem responsáveis ideológicos.

Não se pretende aqui desvalorizar a temática abordada pelas questões ambientais, nem a validade dos diversos movimentos ambientalistas, obviamente que a causa e os movimentos têm uma importância substancial; o problema identificado é que enquanto se ofereceu uma interpretação apolítica da problemática ambiental por parte do discurso globalizador, a esquerda de modo geral, e em particular a uruguaia, tomou a questão da mesma forma que os partidos tradicionais oficialmente neoliberais, ou seja, de fato se apropriou do discurso globalizante, sem propostas diferenciadas, tanto na sua forma como no seu conteúdo, reproduzindo, assim, o discurso dominante.

A apropriação desses conceitos por parte da esquerda uruguaia foi gradativa e tímida, como se observou no capítulo III, passou quase despercebida na transição da fase pré-progressista para a progressista, incorporou os novos conceitos na medida em que se ressaltavam as significativas representações do discurso democrático liberal. Enquanto isso, os indicadores de pobreza extrema aumentavam vertiginosamente, mas essa não era uma problemática de interesse da globalização neoliberal, e sim sua estrita consequência. Da mesma forma, outros indicadores de desenvolvimento social iam mostrando uma degradação das condições de vida de cada vez mais amplos

setores da população, como nos indicadores de educação, saúde, moradia, entre outros, como já foi referido no capítulo III.

Paralelamente, a esquerda uruguaia adotava medidas estratégicas condizentes com as novas plataformas programáticas, oriundas do processo de “atualização ideológica” iniciado no período progressista. Vale a pena lembrar que, desde 1986, iniciaram-se as discussões entre setores representativos da democracia cristã (o PDC) e setores social-democratas (PGP), que impulsionavam a necessidade de “atualizar” a esquerda, culminando, em 1989, com a ruptura destas organizações com a Frente Ampla. Essa atualização estava focada, essencialmente, no abandono do marxismo como referencial da coalizão.

Posteriormente, a Frente Ampla criou instâncias institucionais – em princípio de forma paralela à coalizão – para oferecer, dentro de sua nova linha programática, opções eleitorais aos novos parceiros oriundos dos partidos tradicionais. Para isso, em 1989, criou-se a agrupação *Nuevo Espacio* e, em 1994, fundou-se o Encontro Progressista o que, conjuntamente com a fórmula *Nuevas Mayorías*, obteve o triunfo eleitoral nas eleições nacionais de 2004.

Essas novas instâncias institucionais, que foram se incorporando organicamente à coalizão durante o processo de atualização ideológica, somaram, às discussões, aportes ideológicos liberais, visto que os setores participantes destas novas instâncias organizacionais provinham do liberalismo. Assim, para além do contexto marcado pelo pós-ditadura e do período de transição, a esquerda uruguaia consolidou uma nova versão da democracia liberal como proposta programática. A defesa das instituições democráticas foi uma bandeira constante da coalizão, mas uma característica que, até então, se mantinha no discurso *frentista*. Começou a desaparecer a adjetivação “liberal” junto à palavra democracia.

Por sua vez, os setores da esquerda radical que participavam da Frente Ampla representaram-se no Movimento de Participação Popular – MPP, que, desde 1989 (momento de sua fundação), vinha levantando bandeiras e reivindicações ao velho estilo da esquerda *sesentista*. Esta parte da esquerda nacional foi a que representou os setores historicamente mais combativos ao sistema capitalista. Foi fundada por iniciativa do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros que, a partir de 1990,

dedicou todos os seus esforços e estrutura para o desenvolvimento do MPP. Este fato, por si só, já mostra qual foi a linha de ação do MLN desde o início do período progressista: assumiram a tão desprezada, em outros tempos, luta eleitoral.

Desde 1995, e a partir de um documento elaborado pelo MLN (*Del MLN al Congreso del MPP*), foram se definindo as estratégias de ambas as organizações, as quais, nesse período, pelo menos no programático se confundiam, visto o uníssono de seus discursos apontando para o apoio e desenvolvimento de ações em busca da vitória eleitoral da Frente Ampla e de um projeto político que ultrapassasse o objetivo primário. Assim, elaboraram-se estratégias: por um lado, de um aprofundamento das ações no âmbito sindical e interno da coalizão; e por outro lado, no sentido de uma política de alianças que permitisse o acúmulo de forças suficientes para se obter representações parlamentares e somar no processo eleitoral da coalizão.

O trabalho de base proposto pelo MPP se direcionou para a contenda eleitoral e, como fator peculiar, centrou sua estratégia para a acumulação de votos na figura de José Mujica. Como vimos no capítulo III, o carisma de Mujica, somado ao esvaziamento de quadros militantes do MLN e de outras organizações nas quais seus militantes criticaram a falta de políticas e estratégias próprias, aparentemente contribuiu para o fortalecimento principalmente de quadros militantes – que posteriormente viriam a fazer o trabalho de acumulação –, acarretando o crescimento extremamente substancial do MPP. Lembremos que, em 2004, o MPP transformou-se na primeira força política (eleitoral) dentro da Frente Ampla – Encontro Progressista.

O MLN – Tupamaros iniciou sua “atualização ideológica” sem prévio aviso. Sem ser anunciada, mas, a partir de 1998, iniciou uma “readequação” discursiva que, gradativamente, incorporou os novos paradigmas da esquerda progressista e voltou a assumir bandeiras que tradicionalmente lhe foram alheias. O novo enfoque, a partir do apoio a Tabaré Vázquez, refez sua estratégia de ação política e sua política de alianças, o que, obviamente, também aconteceu no MPP. A sua ação política encaminhou a defesa de superação da grave crise econômica que o país enfrentava, a partir de um discurso “populista” e muito emotivo, mas com uma notória falta de propostas políticas concretas, principalmente no âmbito da implementação de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, voltou-se a uma política de alianças no sentido da acumulação de forças, com o mero objetivo da conquista do Governo nacional. Isto levou a um gradativo, mas claro, abandono da proposta de 1996, na qual se havia definido um projeto político para além do âmbito eleitoral. O MLN deu seu apoio à proposta do projeto *encuentrista* do “país produtivo”, produto das novas políticas da coalizão, o que levou, inevitavelmente, à readequação de suas definições anteriores e, com estas, a contradizer frontalmente muitos de seus pressupostos de poucos anos anteriores, como os de 1996.

Dessa forma, a afirmação feita no capítulo III, sobre a existência de um discurso híbrido no MLN, partiu justamente dessa dualidade: por um lado, organizacionalmente o MLN promulgava um projeto para além do eleitoral, com propostas que se referenciavam nas bandeiras *sesentistas*; e por outro lado, voltava-se não só à atividade parlamentar e eleitoral *encuentrista*, senão que defendia a democracia liberal e suas instituições, e negava a construção do socialismo como uma utopia desejável. O que não implica na crença de que não fosse possível mudar de caminho (para o MLN), mas também não seria necessário para uma organização com uma história como a deles, a formação de uma dúplice discursiva: por um lado, um discurso revolucionário; pelo outro, uma prática burguesa “atualizada”.

Na contracorrente da esquerda radical *frentista* encontra-se, por sua vez, a Federação Anarquista Uruguaia – FAU, que não fez (nem faz) parte da esquerda progressista. A FAU foi a única organização (das abordadas neste estudo) que não integrou, em nenhum momento, a coalizão de esquerda; tendo portanto, ficado afastada da luta eleitoral e dos processos de atualização ideológica do *frentismo*. Desde sua fundação, em 1956, quando se instituiu sua carta orgânica e sua declaração de princípios, a federação anarquista vem mantendo em termos gerais, sua mesma linha político-ideológica e programática.

No período *sesentista*, a FAU desenvolveu atividades no meio sindical e estudantil, a partir da Resistência Operária Estudantil – ROE e de várias instâncias de bairro. Sua concepção político-ideológica da ação direta, com base no anarco-sindicalismo (como foi visto no capítulo I), deu origem a uma estrutura organizacional armada que se constituiu na Organização Popular Revolucionária 33 Orientais – OPR

33, que atuou no Uruguai, sendo o segundo grupo da esquerda armada *sesentista* na época. Foi parte integrante do *Cordinador*, instância que deu origem ao MLN, do qual se desligou posteriormente (antes da formação oficial do MLN).

No período de transição da esquerda eleitoral, a FAU desenvolveu intensas atividades reorganizativas a partir de sindicatos e centros comunitários, como também junto às lutas pelos direitos humanos, fundamentalmente na busca de justiça com os familiares de militantes detidos/desaparecidos durante o processo ditatorial. Durante o período de transição (1984-1994), a organização incentivou a discussão interna e externa do movimento anarquista, em virtude de uma significativa ampliação de suas atividades e de seus quadros militantes, sempre no sentido antes assinalado. Iniciou-se assim, um processo de “atualização na interna anarquista”.

A FAU chegou ao período da esquerda “progressista” (1994-2004) também num processo de atualização, mas os resultados dessa “atualização” tiveram outras características, diferenciadas em relação ao *frenteampulismo*: em primeiro lugar, não se cogitou em abandonar nenhum referencial libertário-marxista; pelo contrário, se manifestou sua vigência a cada passo dessa etapa, por considerar que os problemas do capitalismo e da sociedade eram os mesmos e, na maioria dos casos, haviam se agravado. Em segundo lugar, na sua concepção programática visualizavam-se claramente as posturas de classe e o tradicional desprezo crítico diante das metodologias e propostas “reformistas”, ou seja, para a FAU, os antigos reformistas do *sesentismo* continuavam sendo os mesmos reformistas do progressismo.

Em terceiro lugar, a “atualização” trouxe novas temáticas para a mesa de discussão dos anarquistas, os quais as “incorporaram” a suas estruturas programáticas, sem descartar ou substituir nenhum dos seus tradicionais conceitos. Essas discussões tiveram como novos componentes, além dos apresentados pelo discurso globalizador, temáticas referentes à marginalização, prisão, poder, justiça, entre outros. Observou-se, nessas últimas questões, uma influência de correntes pós-estruturalistas, como as abordagens de Michel Foucault. Nos momentos em que se abordaram as novas problemáticas, a presença de uma análise classista foi permanente.

Poder-se-ia afirmar que o processo de discussões dentro da FAU não teve ponto de comparação com o processo de atualização ideológica da Frente Ampla. Não

somente pelos temas e abordagens dos mesmos, senão que o ponto-chave situou-se no não abandono de seus antigos referenciais e à defesa dos pressupostos norteadores da organização, incluindo os temas que espinhavam a esquerda progressista, como a reforma agrária, as nacionalizações, a defesa da democracia “direta”, um discurso fortemente antiimperialista e antioligárquico e a firme concepção de que a luta de classes não é uma questão superada.

De forma diferenciada, o processo de atualização ideológica do progressismo, por um lado, e a incorporação de novos atores de origem liberal, pelo outro, imprimiram, à coalizão de esquerda, uma nova dimensão. Nessa nova fase se identificaram duas grandes estratégias. Por um lado, a aceleração do processo de atualização ideológica como objetivo de desvincular qualquer resquício da esquerda *sesentista*, fundamentalmente do marxismo. E pelo outro, a formulação de uma política de “alianças” muito particular no âmbito da esquerda uruguaia, como forma de conter, otimizar e canalizar o substancial crescimento eleitoral da coalizão – de cara nova – visando ao Governo nacional.

O processo de atualização ideológica desenvolveu-se no período progressista como condição indispensável para a esquerda poder ascender ao Governo nacional. Se não se renovava e, simultaneamente abandonava todo referencial a seu passado revolucionário, não teria condições de convocar o contingente eleitoral que necessitava para chegar ao Governo nacional. Isto foi visualizado pelas lideranças da coalizão, que impulsionaram a atualização ideológica e fizeram dela a grande jogada estratégica. No período progressista, a Frente Ampla começou a perder sua imagem de forma gradativa e, também de forma gradativa, foi substituída pela imagem do Encontro Progressista, tendo os aspectos simbólicos formado parte também da nova estratégia política.

Por sua vez, os históricos setores hegemônicos da esquerda tradicional, o Partido Socialista e o Partido Comunista, processaram rapidamente a atualização ideológica. O Partido Socialista abandonou sua proposta de uma alternativa “sobre novas bases”, formulada na década de 1980 como concepção *etapista* para a construção do socialismo, incorporando, além do discurso *encuentrista*, a própria figura de Vázquez como seu principal expoente. O Partido Comunista, por sua vez, fez o mesmo com sua proposta de “revolução agrária”, da década de 1980, e da constituição

de uma Frente Popular de Libertação Nacional, assumindo, no período progressista, a reivindicação do pleito eleitoral como única alternativa possível para o país, o que se deveria inexoravelmente concretizar a partir da conquista do Governo nacional pela Frente Ampla. Ambos dedicaram-se a esta tarefa durante todo o período progressista.

A estratégia de acumulação, que funcionou de forma concomitante à atualização ideológica, foi alicerçada na política de alianças. Na verdade, nas políticas de alianças, no plural, visto que cada setor relevante dentro da coalizão possuía uma política de alianças própria. No início do período progressista, como vimos no capítulo III, observavam-se tônicas diferenciadas em relação às alianças propostas pelas organizações componentes da coalizão, como o caso do MLN e do MPP, que marcaram uma visão diferenciada do resto do espectro *frentista*, fundamentalmente pela presença de conceitos e bandeiras ainda pertencentes ao *sesentismo*.

Porém, essas diferenças iniciais em relação às políticas de alianças de alguns setores da coalizão duraram pouco e a partir de 1998, todas as políticas de alianças começaram a confluir e a se unificar no discurso progressista. Deve-se observar que, em 1997, Tabaré Vázquez havia manifestado publicamente o grande giro ideológico que o processo de atualização imprimiu na coalizão. Desta forma, a política de alianças do Encontro Progressista condensou e direcionou a estratégia de toda a esquerda eleitoral uruguaia.

O movimento sindical cruzou pela atualização ideológica de forma crítica: por um lado, as reivindicações por ele realizadas eram marcadas pelas demandas que a grave crise econômica imprimia às classes trabalhadoras, o que levou à manutenção de um discurso *sesentista* por parte do movimento, na contracorrente da proposta progressista. Isto originou uma tensa relação entre a coalizão de esquerda – que iminentemente iria ser governo – e o movimento operário, principalmente nos setores ligados aos sindicatos mais combativos. Por outro lado, a proposta progressista uma vez apresentada como a “única” alternativa ao bipartidarismo representou, para vários setores, a possibilidade de mudanças estruturais no cenário político nacional.

Desse modo, o movimento sindical, sem abandonar suas reivindicações classistas, foi aderindo gradativamente à proposta progressista, até por que ela simbolicamente representava a Frente Ampla, na qual vários setores sindicais se

identificavam pela sua trajetória histórica. Desta forma, a histórica distância entre sindicatos e partidos políticos encurtou-se no período eleitoral, visto que as opções dos partidos tradicionais estavam seriamente comprometidas com o neoliberalismo e desacreditadas por suas práticas de governo (1984-2004), levando a consolidar a proposta da esquerda como a única alternativa “real” e que se visualizava como possível de imediato.

O programa progressista para o período inicial de governo, e que se expressava no acordo entre diversas forças que compunham a FA-EP-NM, apresentou enormes diferenças com os programas da esquerda tradicional, isto é, aqueles que, nas suas expressões mais moderadas, constituíam um caminho e o início de uma etapa de conscientização em direção a uma definitiva transformação sócio-econômica que suprimiria a sociedade classista.

Já não se pensava a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário, a expropriação das grandes empresas, no nacionalismo econômico e as distâncias com a democracia liberal. E, como ponto essencial, a ausência do que foi uma constante imutável de um programa de inspiração proletária: o forte desprezo ao reformismo social-democrata, que agora se incorporava como um “ator” a mais no novo “cenário” e como o único coerente com os novos tempos.

Tudo isso está desaparecido ou apenas sobrevive, mas como sentimento, do que como idéia operativa em pequenas minorias da esquerda. Assim, tratou-se de omitir aquilo que antes compunha o perfil distintivo da esquerda. Tanto mais significativa que sua ausência foi a total inversão de objetivos políticos e sócio-econômicos que os novos tempos trouxeram. Hoje, sem escândalo, proclama-se como meta o que antes se rejeitava como reformismo social-democrata.

Assim, a polêmica entre revisionistas e reformistas alicerçou a história da esquerda e, no Uruguai, desde as primeiras manifestações do anarquismo libertário, teve uma marcada presença que se condensou na recorrente dicotomia ente “reforma ou revolução”. Resulta indiscutível – mesmo que não se diga – que o programa hoje adotado, quando superou as propostas populistas (do *batllismo*), tomou uma nítida orientação social-democrata, mesmo que já não se tratassem de programas fortes da social-democracia nacionalizadora.

O modelo dos programas social-democratas atuais reivindica a justiça impositiva, o re-posicionamento do Estado no investimento produtivo, a luta contra a marginalidade, a redistribuição, até que seja possível. Todos e cada um destes objetivos, sob o pressuposto inquestionável da manutenção do capitalismo, poderiam ser atribuídos, sem dúvidas, a Tony Blair ou a Felipe Gonzalez. De fato, constituem um caminho para sua renovação, mesmo que às custas do abandono de uma importante experiência passada.

Segundo diversos dirigentes da esquerda uruguaia, incluindo o presidente da Frente Ampla, Tabaré Vázquez, durante e depois da reforma constitucional, as opções político-ideológicas do país no final do século XX reduziram-se a duas: a progressista, protagonizada pela Frente Ampla, e a neoliberal, representada pelas restantes forças políticas. De acordo com esta matriz bipolar, o tradicional bipartidarismo uruguaio, acossado pela emergência da Frente Ampla, teria-se reconstituído, sendo prova disso a estabilidade da coalizão governante e a introdução do *balotaje* (segundo turno eleitoral), como modo de facilitar, mesmo persistindo um pluralismo nominal, a emergência do novo partido *blanquicolorado* no segundo turno eleitoral.

Tratou-se, em suma, do retorno à tradicional configuração dual do espectro político partidário, com duas grandes coalizões concentrando a maioria dos partidos, mas com a particularidade, em relação ao passado, de uma “melhor” delimitação entre uma direita neoliberal, representada pela coalizão *colorada-nacionalista*, e a esquerda, da coalizão *frentista*. Uma esquerda que não manteria seus valores tradicionais, vista a unificação política e ideológica processada sob bandeiras neoliberais. Desta forma, a esquerda progressista apresentava-se como a mantenedora do sistema de partidos, só que, desta vez, introduzindo uma nova estrutura ideológica no cenário político nacional, um novo bipartidarismo.

Vale destacar que o panorama político-ideológico do país sofreu, após a ditadura militar, mais especificamente desde a derrubada do mundo soviético, uma transformação transcendente. Alteração que se bem não foi específica do Uruguai, já que corresponde a uma verdadeira mutação civilizatória, no país platino adquiriu características particulares, relacionadas com o subdesenvolvimento regional e seus sistemas de submissão e com as singularidades históricas e idiossincráticas do país.

Analisando o fenômeno do deslocamento do espectro político ideológico do Ocidente contemporâneo em direção a um espaço de domínio liberal ou democrático-liberal, poder-se-ia concluir que dois fatos confluem para uma explicação possível: por um lado, o enfraquecimento do pensamento marxista, iniciado na Europa desde a década de 1970 (entenda-se, neste caso, o marxismo como prática e teoria política operante, e não como pensamento acadêmico); e pelo outro, a queda do socialismo burocrático, chamado de socialismo “real”, que tem sido utilizado como lápide sepulcral para enterrar definitivamente toda referência à teoria marxista.

Nesse sentido, aceitou-se que o enfraquecimento da concepção marxista, primeiro, e a queda do socialismo burocrático, depois, não possuíam a significação atribuída por Francis Fukuyama, no seu livro *“El fin de la historia”* (1992), de entronizar a definitiva vitória da democracia liberal. Não há dúvidas de que há proposto modificações substanciais nas pautas básicas do pensamento político, instaurando um processo de renovação político-ideológica que não teve nem o destaque, nem a análise que sua importância representou e que ainda não concluiu.

No Uruguai, o começo desse fenômeno (no que se refere ao declive do marxismo como ideologia partidária) coincidiu exatamente com o fim da ditadura civil-militar, pelo que seu efeito se fez sentir, de forma gradativa e progressiva, com o restabelecimento da democracia (1984). Por isso, situamos o período de transição da esquerda uruguaia entre 1984 e 1994, quando, fundamentalmente a partir dos debates dentro da esquerda frentista, produziram-se as cisões do PDC e do PGP, respectivamente, iniciando-se, ali, a nova configuração da esquerda nacional.

Uma interpretação possível para esse processo seria a de uma gradativa “direitização” do espectro político dentro da esquerda *frentista*. Este processo, como já vimos no capítulo III, foi o que configurou a esquerda progressista. Por um lado, a renovação ou atualização ideológica levou a uma perda das características históricas da esquerda tradicional uruguaia. Por outro lado, a necessidade de se chegar ao Governo nacional imprimiu a captação de eleitores de centro (o que quer dizer, conforme a estrutura política partidária uruguaia, de direita) para a conquista do pleito eleitoral, aproveitando-se do contundente desgaste do bipartidarismo operante no país.

Pode-se observar que no período progressista produziu-se um deslocamento convergente de ambos os partidos tradicionais em direção ao centro, levando à conseqüente valorização da democracia liberal e dos direitos e garantias a ela vinculadas. Com esta dimensão, foi-se reduzindo a polarização do complexo ideológico e, conseqüentemente, as diferenças ideológicas interpartidárias na centro-esquerda. Isto levou à formação, por parte de setores que se identificavam com a centro-esquerda, de novas alternativas político-partidárias ou agrupações que tivessem a característica de poder abrigar os cidadãos oriundos dos partidos tradicionais. Isto foi realizado por setores da Frente Ampla, como a Vertente Artiguista e o Novo Espaço.

O caso do Encontro Progressista diferencia-se dos dois anteriores, em virtude de que ele nasceu como o grande “articulador” de toda a Frente Ampla: a nova cara de uma coalizão onde não havia lugar para referências marxistas. Ou seja: o Encontro Progressista funcionou, e funciona, como o grande representante do progressismo. Desta forma, permitiu-se a absorção dos setores ligados aos partidos tradicionais que, historicamente, afastavam-se de qualquer aproximação com a esquerda *sesentista*. Tanto esta situação foi marcante no processo de atualização ideológica que, gradativamente, hoje pode-se observar nos discursos da Frente Ampla, agora “renovada”, que o conceito “esquerda” está tendendo a desaparecer, e seu representante mais atualizado é simplesmente o “progressismo”.

A representação ideológica do progressismo apresentou-se como a única possibilidade de uma esquerda sem propostas e que se decidiu a chegar ao poder pela contenda eleitoral dentro do jogo democrático burguês. Esta nova função ideológica assumiu o papel de oferecer um “novo” horizonte para as massas, levando à ilusão de que, dentro do sistema democrático, um governo progressista poderá realizar as transformações necessárias, já não para uma mudança de sistema, mas sim para superar as velhas problemáticas sociais e econômicas do país. Uma função ideológica que pretende demonstrar como é possível uma alternativa ao neoliberalismo dentro do capitalismo, uma verdadeira ficção política.

Esse progressismo representa a “nova” esquerda uruguaia, que da esquerda de outrora pouca coisa lhe resta. As concepções social-democratas, somadas a um novo “cenário” liberal, propiciaram, nesse espaço de amplitude e renovação da esquerda, o

crescimento eleitoral para se atingir a histórica vitória nas eleições nacionais de 2004. Novos desafios se apresentam para o progressismo o qual, aparentemente, deixará em breve de se autodenominar “esquerda”. A proposta progressista apresenta-se – dentro da tônica democrático-liberal – como a mais ampla e com certas preocupações em relação às classes subalternas. É muito difícil tentar identificar as possibilidades de desenvolvimento de seus programas, pelas óbvias dificuldades que a história recente nos coloca como limitadores, mas esta é, hoje, uma realidade da esquerda latino-americana que poderá, e deverá, ser reescrita futuramente.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ABADIE, Reyes; WILLIMAN h, José. **La Economía del Uruguay en le Siglo XIX**. Montevideo: Nuestra Tierra, 1969.

ADORNO, W. Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

ALDRIGHI, Clara. **La Izquierda Armada: ideología, ética e identidad en le MLN – Tupamaros**. Montevideo: Ed. Trilce. 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: 6ªed., Graal,1992.

ALTMANN, Werner. **México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa**. São Leopoldo, Unisinos, 2001.

ALVAREZ, Mantero Ricardo. **Historia del Movimiento Sindical Uruguayo**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2003.

ANDERSON, Charles. **O Governo das Nações Agitadas: a inquietação latino-americana**. São Paulo: Ibrasa, 1975.

ANDERSON, Perry. **A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. São Paulo: Jornês, 1986.

ANDERSON, Perry. **O Fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Los Orígenes de la Posmodernidad.** Barcelona, Anagrama, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** São Paulo: 7ª ed., Cortez, 2000.

ARAVENA, Francisco Rojas; SMITH, William. **El Cono Sur y las Transformaciones Globales.** Santiago de Chile: Flasco, 1994.

AROCENA, Rodrigo. **Ciencia, tecnología y nuevas estrategias para el desarrollo.** Montevideo: Trilce, 1994.

ARISMENDI, Rodney. **A Revolução Latino-Americana.** Lisboa: Ed. Avante. 1977.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** São Paulo: Unesp, 2000.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ARTOLA, Juan. **Reconstrucción Hegemónica, Globalización y Gobernabilidad en el Sistema Internacional Contemporáneo.** Universidad Centroamericana. Mestrado em Relações Internacionais, Manágua, setembro de 1996.

AZÚA, Carlos Real de. **Partidos, Política y Poder en el Uruguay: 1971 – Coyuntura y Prognóstico.** Montevideo: Ed. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad de la República. 1988.

_____. **Tercera Posición, Nacionalismo Revolucionario y Tercer Mundo: una teoría de sus supuestos.** Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1996.

_____. **La Clase Dirigente.** Montevideo: Nuestra Tierra, 1969.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Política e Historia Económica.** Montevideo: Banda Oriental, 2004.

BAYLEY, Miguel Aguire. **El Frente Amplio: historia y documentos.** Montevideo: Banda Oriental, 1985.

BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann. **El Siglo XXI.** Barcelona. Siglo XXI, 1978.

BERNSTEIN, Eduard. **Evolutionary Socialism.** New York: Schocken, 1961.

BÉRTOLA, Luis. Coyuntura, Innovación y Desarrollo. In: **Informe de Coyuntura.** Montevideo: v. 5, 2004.

BOBBIO, Norberto. **El Futuro de la Democracia.** Barcelona: Plaza y Janés, 1985.

BOBBIO, Norberto. **¿Qué Socialismo?** Barcelona: Plaza y Jánés, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política.** São Paulo: Paz e Terra, 8ªed., 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 12ª ed., 2002.

BONINO, Costa Luis. **Crisis de los Partidos Tradicionales y Movimiento Revolucionário en el Uruguay.** Montevideo: Banda Oriental, 1988.

BOTTINELLI, Oscar. Exposición de Oscar Bottinelli. In: **Ciclo de Debates: Uruguay en Asamblea.** Montevideo: Banda Oriental, 1998.

CALLINICOS, Alex. **A Vingança da História: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Mujica**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed, 2004.

CASAL, Juan Manuel. **América Latina en el Siglo XX: crónica política nacional**. Montevideo: Ed. Proyección. 1987.

CASTAÑEDA, Jorge. **La Utopia Desarmada: intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina**. Bogotá: TM Editores, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol.1, 4º ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 2, 3ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARRERAS, Sandra. La Izquierda Hacia el Siglo XXI: de la desesperación de la duda a la incertidumbre como programa. In: **La Vigência de las Propuestas Socialistas: aportes a la discusión**. Montevideo: Fesur, 1994.

CEPAL. **Equidad y Transformación Productiva: un enfoque integrado**. Santiago de Chile: Cepal, 1992.

CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. **El Sindicalismo Uruguayo Bajo la Dictadura: 1973 – 1984**. Montevideo: Mundo Nuevo, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo: 2ª ed., Moderna, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **O Que é Ideologia**. São Paulo: 25ª ed., Brasiliense, 1987.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **O Capital Contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo**. Montevideo: Banda Oriental, 1997.

CORES, Hugo. **Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973**. Montevideo: Banda Oriental, 1999.

COSTA NETO, Luciano. **Hegemonia e Política de Estado: do marxismo à Realpolitik**. Petrópolis: Vozes, 1988.

COURIEL, Alberto. **Concertación para una salida Anti-Imperialista**. Montevideo: Índice, 1984.

COURIEL, Alberto. **El Uruguay Empobrecido: deuda externa y modelo neoliberal.** Montevideo: Banda Oriental, 1988.

COURIEL, Alberto. **Globalización e Izquierda en América Latina.** Montevideo: Banda Oriental, 1996.

COURIEL, Alberto. **La Izquierda y el Uruguay del Futuro.** Montevideo: Banda Oriental, 2004.

CUEVA, Agustín. **Ideología y Sociedad en América Latina.** Montevideo: Banda Oriental, 1988.

D'ALESANDRO, López Fernando. **Historia de la Izquierda Uruguaya.** Montevideo: Del Nuevo Mundo, Vol. I, II, III, 1988.

DEBRAY, Régis. **Las Pruebas del Fuego: la crítica de las armas II.** México: Siglo XXI. 1974.

DEBRAY, Régis. **La Crítica de las Armas.** México: Siglo XXI, 1975.

D'ELIA, Germán. **El Uruguay Neo-Batllista: 1946-1958.** Montevideo: Banda Oriental, 1982.

ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª ed., 1982.

ESTELLANO, Washinton; LATORRE, Raúl; ELIZALDE, Esteban. **¿Qué Frente Amplio Necesitamos: un análisis crítico a la luz de la situación actual de América Latina.** Montevideo: Tae, 1989.

FASANO, Mertens Federico. **Despues de la Derrota: un eslabón débil llamado Uruguay.** Montevideo: Nueva Imagen, 1980.

FERNÁNDEZ, Nelson. **Quién es quién en le Gobierno de Izquierda.** Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRANZÉ, Javier. **La Sociedad Civil Frente a la Crisis de la Política.** Buenos Aires: Nueva Sociedad, 1994.

FRIAS, Ismael. **La Revolución Peruana y la Via Socialista.** Lima: Horizonte, 1970.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La Era Progresista.** Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

GARCIA, Marco Aurélio. Pensar a Terceira Geração da Esquerda. In: **História e Perspectivas da Esquerda.** Chapecó: Argos, 2005.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **La Democracia entre dos Épocas.** Buenos Aires: FLACSO, 1993.

GATTO, Heber. **El Cielo por Asalto: (El Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros y la Izquierda Uruguaya – 1963 – 1972).** Montevideo: Taurus, 2004.

GILBERT, Paul. **Il Dilema del Terrorismo. Studio di Filosofia Política Applicata.** Milano: Fertrinelli, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: 3ªed., Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: 7ª ed., Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2001.

GREEN, Gilbert. **Anarquismo ou Marxismo: uma opção política**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

GONZÁLEZ, Adolfo Aguirre. **La Revolución de 1935**. Montevideo: Librosur, 1985.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2003.

GUEVARA, Ernesto "Che". **La Guerra de Guerrillas**. Buenos Aires: Editorial 21, 2003.

_____. **Ernesto Che Guevara: Obras Escogidas 1957-1967**. Habana: Ediciones Políticas, 1991.

GUIRAL, Jesús. **Ideologias Políticas y Filosofía en el Uruguay**. Montevideo: Nuestra Tierra, 1969.

HABERMAS, Juergem. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3ª ed., 1999.

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARNECKER, Marta. **Tornar Possível o Impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a Teoria Social. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. SANTOS, de Sousa, Boaventura (Org.) São Paulo: Cortez, 2002.

HERRERA, Genaro Arriagada. **De la via chilena a la via insurreccional**. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Políticos, 1974.

HOBBSBAWN, Eric. **Las Revoluciones Burguesas**. Madrid: Guadarrama. 1974.

HUIDOBRO, Fernández Eleutério. **Historia de los Tupamaros (Los Origenes)**. Montevideo: Banda Oriental. vol. 1, 1986.

HUIDOBRO, Eleutério Fernández. **Historia de los Tupamaros**. Montevideo: TAE. Vol. I, 1989.

HUIDOBRO, Osvaldo Puccio. **La Vigencia del Socialismo: elementos para una respuesta desde la experiencia Chilena**. Montevideo: FESUR, 1994.

IANNI, Otavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ILLA, Martín Rivero. La Crisis como Oportunidad de Transformación: desarrollo y nuevas tecnologías en Uruguay. In: **Informe de Coyuntura**. Montevideo: Banda Oriental, v. 3, 2002.

JAURÈS, Jean. **L' Esprit de socialisme**. Paris: Denoel, 1971.

KAUTSKY, Karl. **As três fontes do marxismo**. São Paulo: Global, 1980.

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Praxis: o pensamento de Marx no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: 7ªed., Paz e Terra, 2002.
- LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAGUARDA, Manuel. Exposição em *Asamblea Uruguay*. In: **Ciclo de Debates: Uruguay en Asamblea**. Montevideo: Banda Oriental, 1998.
- LANZARO, Jorge. **Desarrollo del capitalismo y formas de reproducción de la fuerza de trabajo en el Uruguay, 1930-1968**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LERIN, François; TORRES, Cristina. **Historia Política de la Dictadura Uruguaya 1973-1980**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987.
- LESSA, Afonso. **La Revolución Imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Fin de Siglo, 2003.
- LEON, de Eduardo. **Apuntes para un balance de las políticas sociales en el Uruguay**. Montevideo: Fesur, 2004.
- LORA, Guillermo. **Revolución y Foquismo: balance de la discusión sobre la desviación “guerrillera”**. Buenos Aires: El Yunque, 1975.
- LÓPEZ, Segrera Francisco. Alternativas para América Latina às Vésperas do Século XXI. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista.** São Paulo: 13ª ed., Cortez, 1999.

_____. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou Marxismo.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana.** Buenos Aires: Gloria, 2005.

MARTÍ, José. **Nuestra América.** São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: 11ª ed., Hucitec, 1999.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 19ª ed., 2001, vol. I, II, III.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2004.

MAZZEO, Mario. **Charlando con Pepe Mujica: con los pies en la tierra.** Montevideo: Trilce, 2002.

MAZZEO, Mario. **MPP: Orígenes, Ideas y Protagonistas.** Montevideo: Trilce, 2005.

MECHOSO, Juan Carlos. **Acción Directa Anarquista: Una Historia de FAU.** Montevideo: Recortes de FAU, 2003.

MELGAR, Alicia; CANCELA, Walter. **Economía: La Hora del Balance 1958 – 1983.** Montevideo: CLAEH, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A Educação Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTEIRO, Mattos Luis Gonzaga. **Neomarxismo: individuo e subjetividade.** Florianópolis: Ufsc, 1995.

MOREIRA, Constanza. **Final de Juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay.** Montevideo: Trilce, 2004.

MUJICA, José. **Cuando la Izquierda Governe.** MAZZEO, Mario (Org). Montevideo: Trilce, 2003.

NAHUM, Benjamin; COCCHI, Angel; FREGA, Ana; TROCHON, Yvette. **História Uruguaya – 1930 – 1958: Crisis Política y Recuperación Económica.** Montevideo: Banda Oriental, 1991.

NAHUM, Benjamin; FREGA, Ana; MARONNA, Mônica; TROCHON, Yvette. **Historia Uruguaya: El Fin del Uruguay Liberal – 1959-1973.** Montevideo: Banda Oriental, Tomo 8, 1991 (b).

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs). **Carlos Marighella: o Homem por tras do Mito.** São Paulo: Unesp, 1999.

NUN, José. **Democracia y Socialismo: ¿etapas o niveles?.** Montevideo: CLAEH, 1986.

NUN, José. La Izquierda y la Cultura de la Postmodernidad. In: **La Izquierda Democrática en América Latina.** Caracas: Nueva Sociedad, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973 – 1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: **Ditaduras Militares na América Latina**. Wasserman, Claudia; Guazzalli, César Augusto Barcelos. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara: o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo; BARSOTTI, Paulo (Orgs). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1999.

PRADO, Junior, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PREGO, Omar. **Reportaje a un Golpe de Estado**. Montevideo: La República, 1988.

PRZEWORSKI, Adan. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUIIJANO, Carlos. **La Reforma Agrária en el Uruguay**. Montevideo: Marcha, 1986.

_____. **América Latina: Una Nación de Repúblicas**. Montevideo: Câmara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990.

RAMA, Germán. **La Democracia en Uruguay**. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano. 1987.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Breve Historia de las Izquierdas en la Argentina**. Buenos Aires: Claridad, vol. I, II, 1990.

RAZETO, Luis. **Democratización Económica y Democratización Política**. Montevideo: CLAEH, 1986.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

RIAL, Juan. **Partidos Políticos, Democracia y Autoritarismo**. Montevideo: Banda Oriental, Tomo I, 1984.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ROSSELLI, Carlo. **Socialismo Liberal**. Madrid: Pablo Iglesias, 1951.

ROUQUIÉ, Alain. **El Estado Militar en América Latina**. México: S. XXI edições. 1965.

RUBIO, Enrique. **La Izquierda del Futuro**. Montevideo: Marcha, 1999.

SACHS, Eric. **Marxismo e Luta de Classe**. Salvador: Práxis, 1987.

SADER, Emir. **Marxismo e Teoria da Revolução Proletária**. São Paulo: Ática, 1986.

SADER, Emir. **O Poder, Cadê o Poder?** São Paulo: Boitempo, 1997.

SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: 2ª ed., Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2002.

SEBRELI, Juan José. **Crítica de las Ideas Políticas Argentinas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

SIERRA, Gerónimo de. *Consolidación y Crisis del Capitalismo Democrático en Uruguay*. In: **América Latina: Historia de Medio Siglo. 1. América del Sur**. México: Siglo XXI. 8ª ed., 1991.

SILVA, Ricardo. **A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004.

TAGLIAFERRO, Gerardo. **Fernández Huidobro: de las armas a las urnas**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

VARELA, Gonzalo. **De La República Liberal al Estado Militar: Uruguay 1968-1973**. Montevideo. 1988.

VAZEILLES, José Gabriel. **La Izquierda Argentina que no fue: Estudios de historia ideológica**. Buenos Aires: Biblos, 2003.

WEBER, Gaby; CAMPORA, David. **Reflexiones conjuntas sobre la actual crisis civilizatória**. Montevideo: Trilce, 1992.

WOOD, Meiksins Ellen. **Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZURBBRIGGEN, Cristina. Empresários y Políticos: un contexto institucional precario para la búsqueda de consensos. In: **Informe de Coyuntura**. Montevideo: v. 5, 2004.

ARTIGOS

ABELENDIA, Marcos. Se retrocede en posiciones que el Frente há definido con claridad. In: **MATE AMARGO**. Montevideo: ano 7, n. 202, julho de 1994.

ACOSTA, Yamandú. Consideraciones sobre la historiografía de história de las ideas en América Latina. In: **Cuadernos del CLAEH**. Montevideo: n 83-84, 1999, p. 262.

AGUIAR, César. **Hipótesis preliminares para una discusión de las perspectivas de democratización en el Uruguay actual**. Buenos Aires: Seminario de la CEPAL: Los escenarios políticos y sociales del desarrollo latinoamericano. Anales...,Noviembre de 1984.

ALTMANN, Werner. A América Latina na Década de 80: Uma Avaliação Histórica. In: **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo:Unisinos, Vol. 28, n 129/130, setembro de 1992.

ALZAGART, Alfredo. Una Ecología Latinoamericana. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 106, julho de 1995.

ANDERSON, Perry. El despliegue del Neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda. In: **Revista Koyeu**. Caracas: n. 75, outubro-dezembro de 1996.

ANTUNES, Ricardo. Um Novo Desafio. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n. 4, 2004.

ARGONES, Nelson; MIERES, Pablo. La Polemica en el Frente Amplio: pugna por contenidos organizacionales o institucionales. In: **Anales del Congreso Latinoamericano de Sociología**. Montevideo: Cuadernos de CLAEH, 1988.

ARISMENDI, Rodney. Declarações. In: *Semanário Assembleia*. Montevideo, 25 de abril de 1985.

AROCENA, Rodrigo. Algunas Exigencias del Desarrollo Autosostenido. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 114, abril de 1996.

BELGRANO, Jorge. El Encuentro de la Habana. In: **Estudios**. Montevideo: n 94, 1985.

BRZEZINSKI, Zbigniew. A Geostrategy for Eurasia. In: **Foreign Affairs**. Colorado, EUA, setembro de 1997.

BOBBIO, Norberto. La Utopia Subvertida. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 51, janeiro de 1990.

BOBBIO, Norberto. Nuevas Fronteras de la Izquierda. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 75, setembro de 1992.

BONOMI, Eduardo. País Productivo y Distribución de Ingreso. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 37, abril de 2002.

BONOMI, Eduardo. Frente Grande y Frente Social. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 39, maio de 2002.

BONOMI, Eduardo. El MPP y su Cresimiento Político. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 2, dezembro de 2003.

CANCELA, Walter. La Situación de Pobreza en Uruguay. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 106, julho de 1995.

CARVALHO, Edgardo. Izquierda y Gobierno. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo, n. 62, agosto de 1991.

CORTI, Aníbal. *La Brutalización de la Política en la Crisis de la Democracia Uruguaya*. In: **El Presente de la Dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay**. Marchesi, Aldo; Markarian, Vania; Rico, Álvaro; Yaffé, Jaime (Orgs.). Montevideo: Trilce, 2004.

COURIEL, Alberto. Governar la Globalización. Comunicação apresentada na 99 Conferência Interparlamentar, Namíbia, 1998, In: RUBIO, Enrique. **El Futuro de la Izquierda**. Montevideo: Marcha, 1999.

DEBRAY, Régis. **El castrismo: la larga marcha de América Latina**. In: Cuadernos de Marcha. n 3, Montevideo: 1967.

DOYENART, Juan Carlos. **La República**. (Jornal). Montevideo: 13 de abril de 1989.

DUBIEL, Helmut. ¿Qué es ser de izquierda, por favor? In: **Cuadernos del CLAEH**. Montevideo: ano 19, 1994.

EL SOL ,Semanário. Montevideo: 21 de janeiro de 1966.

EL SOL ,Semanário. Montevideo: 1º de dezembro de 1967.

ESTUDOS. **Teoría y Práctica de una Política de Paz**. In:Revista Estúdios, nº 7, 1957.

ESTUDIOS. **Estatuto del Partido Comunista**. Montevideo: nº12, 1958.

FAU. Declaração de Princípios 1956. In: **Revista Lucha Libertária**. Montevideo: FAU, 2000.

FURTADO, Celso. La deuda Social y la Degradación del Estado. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997.

GATTO, Hebert. Democracia y Revolución. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 43, maio de 1989.

GATTO, Hebert. Interrogantes sobre las Internas. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 150, maio de 1999.

GUDYNAS, Eduardo. El Desarrollo Sustentable. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 91, janeiro de 1994.

GUDYNAS, Eduardo. ¿El Fin del Socialismo, el Inicio del Ecologismo? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 97, setembro de 1994.

GUDYNAS, Eduardo. Integración económica, desintegración ecológica. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 101, janeiro de 1995.

GUDYNAS, Eduardo; SANTANDREU, Alain. Sociedad Civil: Potencialidades y Límites. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 114, abril de 1996.

GUDYNAS, Eduardo. Políticas Científicas y Democratización de la Ciencia. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 158, janeiro de 2000.

GOULET, Denis. El Desarrollo: un medio y no un fin. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 114, abril de 1996.

HUIDOBRO, Eleutério Fernández. El Camino es Culebrero. In: **Semanario El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 4, fevereiro de 2004.

JOWITT, Ken. Después del Leninismo: El Nuevo Desorden Mundial. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 60, junho de 1991.

LAGUARDA, Manuel. Socialismo o Reformismo desde lo alto. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 44, junho de 1989.

LAGUARDA, Manuel. Socialismo o Reformismo desde lo alto. (segunda parte), In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 45, julho de 1989.

LAGUARDA, Manuel. La Izquierda va a Gobernar este País. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 62, agosto de 1991.

LARROSA, Pedro. Frente Amplio: entre militantes y votantes anônimos. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 145, novembro de 1998.

LECHNER, Norbert. Estado y Sociedad en una perspectiva democrática. In: **Estudios Sociales. Revista Universitária**. Santa Fé: n. 2, 1996.

LUCHA LIBERTARIA. **Apuntes sobre la Ecología: un asesinato disfrazado de suicídio**. (Editorial). In: Lucha Libertaria. Montevideo: mimeo, 2000.

MAAR, Wolfgang Leo. Por Uma Nova Cultura Política. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n. 1, 2003.

MARENALES, Julio. Un gran desafío para los luchadores por la liberación nacional. In: **Semanário El Fogón: Informativo**. Montevideo: n. 7, julho de 2004.

MAO, Jr., Rodríguez José. O Campesinato e a Revolução Cubana: da *Sierra Maestra* ao triunfo da revolução (1956-1959). In: **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, vol. 5, n 3, 2001.

MATE AMARGO, Semanário. **Editorial**. Montevideo: n 164, janeiro de 1993.

MATE AMARGO. **El Frente de Sendic. Editorial**. Montevideo: n 202, julho de 1994.

MATE AMARGO. **Editorial**. Semanário Mate Amargo. Montevideo: n 204, 30 de setembro de 1999.

MIERES, Pablo. Democratización en Uruguay: disyuntivas para la izquierda. In: **Cuadernos del CLAEH**. año 11. n 39. 1986.

MIERES, Pablo. La Polarización del Centro Izquierda. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 93, abril de 1994.

MIERES, Pablo. Posibilidades y Realidades en las Internas de Abril. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 149, abril de 1999.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. El Fracaso de las Utopías Políticas. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 57, julho de 1990.

MOUFFE, Chantal. ¿Hacia un Socialismo Liberal? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 70, abril de 1992.

PEÑA, Félix; MATTA, Roberto Da. El Mercosul y la Integración Sudamericana: Más allá de la Economía. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 123, janeiro de 1997.

PORTILLO, Álvaro. **Los Retos de la Izquierda Uruguaya en el Siglo XXI**. Montevideo: mimeo, 2004.

QUIJANO, Carlos. **Semanário Marcha**. Editorial. Montevideo: 15 de outubro de 1968.

QUIJANO, Carlos. **Semanário Marcha**. Editorial. Montevideo: 22 de setembro de 1972.

ROBINSON, William. Un estudio de caso sobre el proceso de globalización en el Tercer Mundo. In: **Pensamiento Propio**. Manágua: janeiro-abril de 1997.

RUBIO, Enrique. No Hemos Podido Convencer a la Minoría. In: **Mate Amargo**. Montevideo: ano 7, n. 202, julho de 1994.

RUBIO, Enrique. El Frentismo del Futuro: de las internas al gobierno nacional. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 133, dezembro de 1997.

IZQUIERDA. Editorial. Montevideo: 9 de fevereiro de 1968.

URIOSTE, Ricardo. ¿Qué Hacer con el Antimperialismo? In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 68, fevereiro de 1992.

VARELA, Julio. La Fragilidad Tecnológica. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 148, março de 1999.

ENTREVISTAS

ASTORI, Danilo. Defender a UTE y renovar el Frente. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 137, março de 1998.

ASTORI, Danilo. No estamos de acuerdo con la conducción de la izquierda. (entrevista). In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n 146, dezembro de 1998.

CORES, Hugo. Existe una Izquierda Inserida en la Realidad. In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: Entrevista realizada por ZACCHINO, Sérgio Márquez, ano 5, n. 123, junho de 1991.

FRATTI, Alfredo. (entrevista) In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 38, 25 de abril de 2002.

HUIDOBRO, Eleutério Fernandez. (Entrevista) In: HARNECKER, Marta. **Frente Amplio: Los Desafíos de una Izquierda Legal**. Montevideo: La República, vol. 1, 1991.

LACLAU, Ernesto. La Crisis del Estado Nacional. In: **Cuadernos de Marcha**. Entrevista concedida a MAYO, Susana, Montevideo: n. 58, agosto de 1990.

MUJICA, José. (entrevista) In: **Mate Amargo**. Montevideo: separata, outubro de 1999.

MUJICA, José. (entrevista) In: **Semanário Brecha**. Montevideo: 8 de outubro de 1999.

PETRAS, James. (entrevista) In: **Semanário Mate Amargo**. Montevideo: n. 116, outubro de 1997.

RODRÍGUEZ, Hector. (Entrevista) In: HARNECKER, Marta. vol. 1, 1999.

RUBIO, Enrique. El Frente nunca dijo que había un muro de Berlín entre el sector público y el privado. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997.

SENDIC, Raúl (entrevista) a BARREIRO, Jorge. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo, n. 29, 1988.

SENDIC, Raul. (entrevista) a SARTHOU, Helios. **La República**. Montevideo, 01 de outubro de 1988.

SEREGNI, Líber. (Entrevista). **Semanário Marcha**. Montevideo: 15 de novembro de 1971.

VALENTI, Esteban. Hay como Mínimo Tres Izquierdas. In: **Cuadernos de Marcha**. (entrevista). Montevideo: n. 62, agosto de 1991.

ZABALZA, Jorge. Las ideas no se cambian como si fueran camisetas. (entrevista) In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 131, setembro de 1997.

ZABALZA, Jorge. (entrevista) In: **La República**. Montevideo: 20 de setembro de 1999.

ZABALZA, Jorge. (entrevista) In: **Semanário Brecha**. Montevideo: 8 de outubro de 1999.

DOCUMENTOS

ASCEP. **Un Gremio Unitario, Pluralista y Democrático.** Montevideo: Ascep, mimeo, 1984.

ARISMENDI, Rodney. **Uruguay y América Latina en los años 70.** Montevideo: mimeo, 1979.

CNT. **Declaración de Principios de la Convención Nacional de Trabajadores.** Montevideo: mimeo, 1968.

CNT. **Estatutos de la CNT.** Montevideo: CNT, mimeo, 1968.

CNT. **Boletín nº1. A los Trabajadores en Lucha.** Montevideo: mimeo, junho de 1973.

CNT. **Mensaje a los Trabajadores Uruguayos.** Montevideo: mimeo, 11 de julho de 1973.

CNT. **Documentos Sindicales.** Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1885.

ENCUENTRO PROGRESISTA. **Actualización del Acuerdo Político del Encuentro Progresista.** Montevideo: Plenário Nacional, mimeo, 1998.

ENCUENTRO PROGRESISTA-FRENTE AMPLIO. **Plan de Emergencia 2000.** mimeo.

ENCUENTRO PROGRESISTA. **El Uruguay Productivo.** Montevideo: Plenario Nacional del Encuentro Progresista, mimeo, 2004.

FAU. **Copei.** Montevideo: Documentos de FAU, mimeo, 1971.

FAU. **Cartas de FAU.** Montevideo: mimeo, 1971.

FAU. **Cartas de FAU.** Montevideo: mimeo, 1986.

FAU. **Cartas de FAU.** Montevideo: mimeo, 1991.

FAU. **Federación Anarquista Uruguay: Declaración de Principios.** Montevideo: mimeo, Aprovada no X Congresso em março de 1993.

FAU. **Declaraciones del Acto de la FAU en su 35 aniversario.** Montevideo, FAU, mimeo, 1996.

FAU. **Material Aprobado por el Congreso de la Federación Anarquista Uruguay em 1997.** Montevideo: mimeo, 1997.

FAU. **Declaraciones del Acto de la FAU en su 40 aniversario.** Montevideo, FAU, mimeo, 1999.

FAU. **Carta Opinión.** Montevideo: FAU, mimeo, 2001.

FERREIRA, Juan Raúl. **Propuestas del presente para el Uruguay del Futuro.** Montevideo: Partido Nacional, mimeo, 1987.

FESUR. **Sindicatos y Partidos: sus relaciones.** Montevideo: mimeo, 1989.

FESUR. **Tres temas sindicales.** Montevideo: mimeo, 1990.

FESUR. **¿Avances en el camino hacia una alianza estratégica?.** Montevideo: FESUR, mimeo, 2004.

FESUR. **Apuntes para un balance de las políticas sociales en el Uruguay.** Montevideo: FESUR, mimeo, 2004.

FRENTE AMPLIO. **Declaración Constitutiva y Bases Programáticas.** Montevideo: mimeo, 1971.

FRENTE AMPLIO. **30 Primeras Medidas de Gobierno.** Montevideo: mimeo, 1971.

FRENTE AMPLIO. **Compromiso Político.** Montevideo: mimeo, 1972.

FRENTE AMPLIO. **Definiciones Políticas.** Montevideo: mimeo, 1972.

FRENTE AMPLIO. **Mensaje nº 3: Del Frente Amplio al Pueblo Oriental.** Montevideo: mimeo, 1973.

FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del III Congreso Ordinario del Frente Amplio “Prof. Juan José Crottogini”.** Montevideo: mimeo, 1996.

FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del III Congreso Extraordinario “Alfredo Zitarrosa”.** Montevideo: mimeo, 1998.

FRENTE AMPLIO. **Plan de Emergencia 2000.** Montevideo: Plenário Nacional del Frente Amplio, mimeo, 2000.

FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del IV Congreso Ordinario “Tota Quinteros”.** Montevideo: mimeo, 2001.

FRENTE AMPLIO. **Nuestras Señas de Identidad.** Montevideo: mimeo, 2001.

FRENTE AMPLIO. **Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática.** Montevideo: mimeo, 2001.

FRENTE AMPLIO. **Resoluciones del IV Congreso Extraordinario “Héctor Rodríguez”**. Montevideo: mimeo, 2003.

FORO DE DESARROLLO SUSTENTABLE DEL URUGUAY. Informe. In: **Cuadernos de Marcha**. Montevideo: n. 157, dezembro de 1999.

FUERZAS ARMADAS. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. Montevideo: Imprenta Oficial, 1976.

GATTI, Gerardo. **Izquierda Reformismo y Acción Directa**. Montevideo: FAU, mimeo, 1968.

HUIDOBRO, Eleutério Fernández. In: **¿Por qué un Frente Grande?** Montevideo: Tupamaros, 1988, p. 14. Discurso pronunciado no Ato do MLN – Tupamaros em Montevideú, em 19 de dezembro de 1987.

HUIDOBRO, Fernández Eleutério. **Nuestro Socialismo**. Montevideo: Comité Central del MLN, mimeo, 1993.

IMAZ, Ricardo Rocha. **Nacionalismo, Socialismo y el Uruguay Moderno**. Montevideo: Partido Nacional, mimeo, 1984.

LUCHA LIBERTARIA. **Ateneo del Cerro: con lucha y solidaridad caminando hacia lo nuevo**. Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2001.

LUCHA LIBERTARIA. **Declaración final de las Jornadas Anarquistas de Porto Alegre en el 2002**. Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2002.

LUCHA LIBERTARIA. **¿Revolución o Miséria?** Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2003.

LUCHA LIBERTARIA. **El Império y América Latina.** Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2003.

LUCHA LIBERTARIA. **Globalización, Imperialismo y el ALCA.** Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2004.

LUCHA LIBERTARIA. **Poder, autogestión y la lucha de clases: una aproximación al tema.** Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2004.

LUCHA LIBERTARIA. **Acerca de las elecciones.** Montevideo: Lucha Libertaria, mimeo, 2004.

MARENALES, Julio. **História do MLN – T: documentos de formación nº 2.** Montevideo: Propaganda del MLN, 2001.

MICHELINI, Zelmar. **Artículos Periodísticos y Ensayos.** Montevideo: Cámara de Senadores, 1991.

MLN. **Documento nº1.** Montevideo: mimeo, Dezembro de 1967.

MLN. **Documento 5.** Montevideo: mimeo, 1970.

MLN. **Documento nº3.** Montevideo: mimeo, maio de 1968.

MLN. **MLN – Tupamaros y Frente Amplio.** Montevideo: Ed. MLN: Propaganda Central. 1989.

MLN. **Nuestro Trabajo en la Case Obrera.** Comité Central del MLN. Montevideo: mimeo, 1996.

MLN. **Del MLN al Congreso del MPP.** Montevideo: Comité Central del MLN, mimeo, 1996.

MLN. **La Dignidad de los Orientales.** Montevideo: Comité Central del MLN, mimeo, 7 de setiembre de 2000.

MLN. **La Patria en Crisis.** Comité Central del MLN, Montevideo: mimeo, 7 de setiembre de 2001.

MLN. **La Questión Nacional.** Documento n 3. Montevideo: MLN, mimeo, 2001.

MLN. **Los Tupamaros, continuadores históricos del ideário Artiguista.** Documento n 4. Montevideo: MLN, mimeo, 2002.

MLN. **Actas Tupamaras: una experiencia de guerrilla urbana.** Rosario: Cucaña, 2003.

MOVIMIENTO 26 DE MARZO. **Carta del Compañero Liber Seregni.** Montevideo: mimeo, 1971.

MPP. **Resoluciones del V. Congreso del MPP “Jorge ‘Pato’ Quartino”.** Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2002.

MPP. **VI Congreso Hacia la Refundación Nacional.** Montevideo: Comisión Nacional de Propaganda del MPP, 2004.

MUJICA, José. **Acuerdos y Alianzas.** Montevideo: Documentos de Formación del MLN, n. 5, 1999.

NUEVAS MAYORÍAS. **Nueva Mayoría: documento marco.** Montevideo: mimeo, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Declaración Programática.** Montevideo: Problemas, 1985.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Declaración General. XXI Congreso.** Montevideo: mimeo, 1988.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Avanzar en Democracia.** Montevideo: mimeo, 1990.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución General. Congreso Extraordinario.** Montevideo: mimeo, 1992.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución sobre el Movimiento Social y el Frente Amplio.** Montevideo: mimeo, 1992.

PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY. **Resolución del XXIII Congreso.** Montevideo: mimeo, 1993.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO. **Programa de Principios.** Montevideo: mimeo, 1970.

PARTIDO SOCIALISTA. **Caracteres para una Alternativa de Democracia sobre Nuevas Bases.** Montevideo: Propaganda del Partido Socialista, mimeo, 1980.

PARTIDO SOCIALISTA. **Democracia sobre Nuevas Bases: hacia una democracia socialista.** Montevideo: Propaganda del Partido Socialista, mimeo, 1984.

PARTIDO SOCIALISTA. **Nuestro Socialismo.** Montevideo: mimeo, 1987.

PARTIDO SOCIALISTA. **Perspectivas acerca de la Democracia sobre Nuevas Bases, el gobierno progresista y el socialismo en el Uruguay.** Montevideo: Partido Socialista, mimeo, 2004.

PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO. **¿Quién somos?** Montevideo: mimeo, 2004.

PÉREZ, Jaime. **El ocaso y la esperanza: memorias de medio siglo.** Montevideo: mimeo, 1996.

PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 1999.** Montevideo: mimeo.

PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2000.** Montevideo: mimeo.

PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2001.** Montevideo: mimeo.

PIT-CNT. **Proclamación del 1º. de mayo de 2003.** Montevideo: mimeo.

POSADAS, Juan Martín. **Hoy ya es mañana.** Montevideo: Partido Nacional, mimeo, 1983.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. **Estimaciones de Pobreza por el Método del Ingreso.** Imprenta Oficial, 2004.

ROE. **Boletín de la Resistencia Obrera Estudiantil.** Montevideo: mimeo, julio de 1973.

SENDIC, Raúl. **La Tierra: un tema tabú que vuelve.** Montevideo: Tupamaros, mimeo, 1997.

SENDIC, Raúl. In: **¿Por qué un Frente Grande?** Montevideo: Tupamaros, mimeo, 1988.

SOBRADO, Enrique. **La iglesia uruguaya entre el pueblo y la oligarquía.** Montevideo: mimeo, 1969.

TUPAMAROS. **Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional.** Buenos Aires, mimeo, 1975.

TUPAMAROS. **Resoluciones de la III Convención Nacional.** Montevideo: MLN, mimeo, 1985.

TUPAMAROS. El Militante Tupamaro en el Frente Amplio. In: **MLN – Tupamaros y Frente Amplio.** Montevideo: Propaganda Central MLN, 1989.

TUPAMAROS. Solicitud del MLN de Ingreso al Frente Amplio. In: **MLN – Tupamaros y Frente Amplio.** Montevideo: Propaganda Central MLN, 1989.

UNESCO. **Gobernar la Globalización. La Política de la Inclusión: el cambio de responsabilidad compartida.** Informe sobre os Principios Democráticos e a Governabilidade. México: 1997.

VALENTE, Hector Ruiz. **Contribución a la historia de AEBU.** Montevideo: mimeo, 1992.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Intervenção del Presidente del Frente Amplio en el Plenário Nacional.** Montevideo: Plenário Nacional, 2000.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática.** Montevideo: mimeo, 2001.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Discurso pronunciado no ato do 32º. aniversário da fundação da Frente Ampla.** Montevideo: mimeo, 5 de fevereiro de 2003.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Discurso pronunciado em Montevideu, em 19 de dezembro de 2003, na abertura do IV Congresso da Frente Ampla “Héctor Rodríguez”.** Plenário Nacional, mimeo, 2003.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Discurso pronunciado no Encontro com os Empresários.** Montevideu, 20 de julho de 2004. mimeo, 2004.

VÁZQUEZ, Tabaré. **Uruguay Productivo.** Encuentro con los Empresários. Intendencia Municipal de Montevideo, Comisión de Propaganda del Encuentro Progresista, mimeo, 2004.

VÁZQUEZ, Tabaré. **El Gobierno del Cambio: Propuestas y Proyectos.** Montevideo: Material da campanha eleitoral de 2004, mimeo, 2004.

VERTIENTE ARTIGUISTA. **Aportes Programáticos de la Vertiente Artiguista: el desarrollo productivo y la modernización solidária.** Montevideo: Vertiente Artiguista, 1998.

VERTIENTE ARTIGUISTA. **Por un País Solidário, Moderno y Sustentable: aportes programáticos de la Vertiente Artiguista.** Montevideo: Vertiente Artiguista, mimeo, 1998.

ZAFFARONI, Juan Carlos. **Sacerdocio y revolución.** Montevideo: mimeo, 1968.